UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, CAMPUS DE TOLEDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FABIANE TABORDA

SEMILIBERDADE: MONITORAR, CONTROLAR E PUNIR

ENGENDRANDO OS NOVOS FLUXOS DE CONTROLE

TOLEDO, PR,
ABRIL/2015

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, CAMPUS DE TOLEDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FABIANE TABORDA

SEMILIBERDADE: MONITORAR, CONTROLAR E PUNIR

ENGENDRANDO OS NOVOS FLUXOS DE CONTROLE

Dissertação apresentada, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, nível de mestrado. Linha de pesquisa: Democracia e Políticas Públicas.
Orientador: Professor Dr. Marco Antonio Arantes.

TOLEDO, PR,
ABRIL/2015

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel – CRB – 9/924

Taborda, Fabiane
T114s Semiliberdade : monitorar, controlar e punir : engendrando novos fluxos de controle. Fabiane Taborda. -- Toledo, PR: [s.n.], 2015.
320f. : il. (color.), fig., tabs.

Orientador: Professor Dr. Marco Antonio Arantes.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Adolescentes – Brasil – Conduta 3. Delinquentes juvenis - Reabilitação 4. Prisão-albergue 5. Penas alternativas 6. Menores – Estatuto legal, leis, etc. – Brasil 7. Políticas públicas I – Arantes, Marco Antonio, orient. II. Título

CDD 20. ed. 305.230981
362.740981

SEMILIBERDADE: MONITORAR, CONTROLAR E PUNIR
ENGENDRANDO OS NOVOS FLUXOS DE CONTROLE

FABIANE TABORDA

PROFESSOR DR. MARCO ANTONIO ARANTES (ORIENTADOR)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

1. Professor Doutor Marco Antonio Arantes
2. Professor Doutor Edson Passetti
3. Professora Doutora Yonissa Marmitt Wadi

TOLEDO, PR,
ABRIL/2015

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Professor Doutor Marco Antonio Arantes, pelo empenho, apoio, a consideração, confiança, aposta, presteza, paciência, os ensinamentos e a dedicação, que foram fundamentais para a construção desta dissertação, fruto de um trabalho conjunto e constante entre docente e discente.

Aos professores e colegas do mestrado pelas discussões e trocas de conhecimentos durante as aulas e os encontros em eventos acadêmicos, os quais proporcionaram debates e reflexões importantes para a construção, formatação e análises empreendidas na pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa, Professor Doutor Edson Passetti e Professora Doutora Yonissa Marmitt Wadi, que realizaram inúmeras orientações seguras e precisas durante os momentos de avaliação da construção do processo de pesquisa e suas finalizações.

À equipe da *Casa de Semiliberdade* de Cascavel, PR, em especial a Diretora Lidyana Soares Kelin e a Assistente Social Ana Maria Campos Machado, pelo auxílio e a compreensão nos momentos de meu afastamento durante o processo de estudos regulares, pesquisa de campo e finalizações da dissertação.

À equipe da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, em especial o Diretor da unidade Rodrigo Oliveira, juntamente com seus adolescentes e sua equipe, que abriu as portas para coleta de dados, com trocas constantes de experiências e disponibilidade para falar sobre suas vivências cotidianas. Conjuntamente, interam-se os agradecimentos aos adolescentes egressos, que, mesmo indiretamente, a partir da análise documental, proporcionaram o enriquecimento da compreensão do funcionamento da medida e alguns de seus desdobramentos.

A todos os companheiros que acompanharam e incentivaram o meu envolvimento com a socioeducação e sua articulação com a pesquisa acadêmica, como Vania Venzel, Luciana Funck, Terezinha Ferraz, e Juliana Feitosa Biazze.

E todos os meus familiares, principalmente minha filha Emanuele Taborda Pool Miranda, minha mãe Rosa de Lima Taborda, minha irmã Bianca Taborda e meu noivo Danilo da Silva Cunha, que sempre compreenderam minhas ausências quando precisava dedicar-me ao desenvolvimento da dissertação em suas várias etapas.

RESUMO

Este estudo objetiva refletir sobre o funcionamento institucional da semiliberdade, seus limites e suas possibilidades, a partir da problematização dos dados do caso em estudo com os dados nacionais e a análise sobre a proposta socioeducativa vigente. Entende-se semiliberdade como um termo jurídico usado para designar uma modalidade de medida socioeducativa, de responsabilização de adolescentes sobre seus atos infracionais, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Tal medida, conforme legislação vigente, consiste na permanência do adolescente em uma casa, por um período de 6 meses a 3 anos, sob a orientação e o monitoramento de uma equipe profissional com obrigatoriedade da escolarização e da profissionalização. Um dos questionamentos neste processo é a relação entre o funcionamento da medida a partir de suas estratégias institucionais (estrutura e organização) e intersetoriais (organização e articulação com outras políticas públicas) e os resultados dessas ações na vida dos adolescentes atendidos. Para tanto, propôs-se investigar o desempenho dos processos institucionais e intersetoriais adotados pela medida socioeducativa de semiliberdade desenvolvida em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, focando nos arranjos institucionais, nas condutas, nos objetivos dos atores políticos, nos instrumentos de ação e nas estratégias políticas institucionais e intersetoriais. A partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória, buscou-se realizar questionamentos pertinentes ao poder disciplinar e à sociedade de controle, respectivamente problematizadas por Michel Foucault e Gilles Deleuze. O debate teórico foi articulado com as experiências presenciadas pela pesquisadora e as relatadas pelos profissionais da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, somados à análise de documentos que continham informações sobre o processo socioeducativo dos adolescentes atendidos e seus desdobramentos. A análise dessas experiências buscou compreender a existência do objeto e seu funcionamento, correlacionado com o movimento histórico, numa perspectiva não apenas textual, mas relacional, discursiva, de forma a preservar a unidade social e estabelecer relações entre o conteúdo que aparece, as regras e as delimitações. As vivências e os dados objetivos encontrados sobre o funcionamento da semiliberdade indicam o movimento de transição de estratégias ligadas à sociedade disciplinar e à de controle, conforme Foucault (2012f) e Deleuze (2010). A pesquisa centra-se nas estratégias institucionais e intersetoriais que aliam o novo ao velho modelo de política pública na área da infância e adolescência, interligando práticas e concepções da política do "Código de Menores" e do "Estatuto da Criança e do Adolescente". Trata-se de práticas em prol do "sujeito de direito universal" que não abandonam a ideia de sujeito "perigoso" no trabalho com o adolescente autor de ato infracional. E, neste contexto, constitui-se um laboratório que constrói novas relações de poder, controlando e vigiando estes adolescentes de acordo com o modelo de vida proposto pela sociedade democrática, participativa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente, Poder Disciplinar, Políticas Públicas, Semiliberdade.

ABSTRACT

This objective study to reflect on institutional functioning of the semi-liberty, its limits and its possibilities, as from the problematization of the data of this case in a study involving the national data and the analysis of the current socio-educational proposal. Semi-liberty is a juridical term used to appoint a modality of socio-educational measure of adolescent responsibility for their infractions, according to the brazilian Statute of Children and Adolescents (ECA – *Estatuto da Criança e do Adolescente*) from 1990. This measure, according to the current legislation, consists in adolescent permanence in a house during a period from 6 months to 3 years, under the supervision and monitoring of a professional team with compulsory schooling and professionalization. One of the questions in this process is the relation between the functioning of the measure from its institutional (structure and organization) and intersectoral (organization and articulation with other public policies) strategies and the results of those actions in the life of these adolescents. Therefore, it was proposed to investigate the performance of institutional and intersectoral processes adopted by the semi-liberty socio-educational measurement developed in Foz do Iguassu, in the state of Paraná, focusing on institutional arrangements, behaviors, objectives of political actors, in the action tools and the institutional and intersectoral policy strategies. Starting from a qualitative, exploratory study, it was sought to perform pertinent questionings to the disciplinary power and to the society of control, respectively problematized by Michel Foucault and Gilles Deleuze. The theoretical discussion was coordinated with the experiences testified by the researcher and those reported by professionals of the House of Semi-liberty of Foz do Iguassu, in Paraná, added to the analysis of documents containing information about the socio-educational process of the attended adolescents and its consequences. The analysis of these experiences aimed to understand the existence of the object, its functioning correlated with the historical movement, a view not merely textual, but relational, discursive, in order to preserve the social unity and establish relations among the content - which appears -, the rules and the delimitations. The experiences and the objective data found on the functioning of semi-liberty indicate the transition movement of strategies interconnected to the control, disciplinary society according Foucault (2012f) and Deleuze (2010). The research focuses on the institutional and intersectoral strategies that combine the new to the old public policy model in the area of childhood and adolescence, interconnecting practices and political conceptions of the "Children's Code" to the "Statute of Children and Adolescents". Practices in favor of the "subject of universal law", that does not leave the idea of a "dangerous" subject on the job with the adolescent who commits an infraction. And, in this context, becomes a laboratory building new power relations, controlling and watching these adolescents to the model of life proposed by the democratic, participatory and inclusive society.

KEYWORDS: Adolescent, Disciplinary Power, Public Policies, Semi-liberty.

LISTA DE SIGLAS

AFAI	Programa de Acompanhamento da Família do Adolescente Internado
CAIA	Centro de Atenção Integral do Adolescente
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CEBRAC	Centro Brasileiro de Cursos
CEDCA	Conselho Estadual da Criança e do Adolescente
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos
CENSE	Centro de Socioeducação
CEP	Confederação Europeia de Reinserção Social
CONANDA	Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente
CPF	Certidão de Pessoa Física
CTPS	Certidão de Trabalho e Previdência Social
DAS	Departamento de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FASPAR	Fundação de Ação Social do Paraná
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
IAM	Instituto de Assistência Social ao Menor
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IVJ-V	Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Violência
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação
NU-SOL	Núcleo de Sociabilidade Libertária
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIA	Plano Individual de Atendimento

PNBEM	Política Nacional de Bem Estar do Menor
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROVOPAR	Programa de Voluntariado do Paraná
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RG	Registro Geral
SAS	Secretaria da Saúde e da Assistência Social
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SECJ	Secretaria da Criança e da Juventude
SEDS	Secretaria da Família e Desenvolvimento Social
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho e Previdência
SINASE	Sistema Nacional de Socioeducação
SNTAS	Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e da Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Gênero *versus* funções dos servidores da unidade de semiliberdade.....92
Figura 2 Escolaridade e áreas de formação dos servidores da unidade de semiliberdade.....93
Figura 3 Faixa etária de idade dos servidores da unidade de semiliberdade.....95
Figura 4 Tempo de serviço dos servidores da unidade de semiliberdade 96
Figura 5 Experiências anteriores em internação e com adolescentes dos servidores.....97
Figura 6 Cidade de moradia dos servidores antes do ingresso na unidade de semiliberdade 98
Figura 7 Modelo de fachada externa da nova estrutura das unidades de semiliberdade.....100
Figura 8 Modelo da fachada do CENSE 101
Figura 9 Modelo de fachada frontal interna da nova estrutura das unidades de semiliberdade..102
Figura 10 Modelo da área externa dentro da nova estrutura das unidades de semiliberdade.....104
Figura 11 Modelo da parte dos fundos da nova estrutura das unidades de semiliberdade.....105
Figura 12 Atendimentos recebidos na unidade de semiliberdade 107
Figura 13 Atendimentos anuais e desligamentos da unidade de semiliberdade.....108
Figura 14 Faixa etária de idade dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade.....110
Figura 15 Escolaridade dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade 111
Figura 16 Modalidade de sentença dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade ...112
Figura 17 Município de residência dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade ...113
Figura 18 Atos infracionais dos egressos da unidade de semiliberdade.....114
Figura 19 Faixa etária de maior incidência dos egressos versus atos infracionais.....116
Figura 20 Total de egressos e modalidades de desligamento da unidade de semiliberdade 117
Figura 21 Modalidade das decisões judiciais dos desligamentos judiciais da unidade de semiliberdade.....118
Figura 22 Tempo de permanência dos adolescentes desligados judicialmente da unidade de semiliberdade.....119
Figura 23 Percentual de acompanhamento dos adolescentes desligados judicialmente 121
Figura 24 Informações comparativas dos egressos acompanhados após desligamentos judiciais 122
Figura 25 Tempo de permanência dos evadidos, transferidos e regredidos da unidade de semiliberdade.....124

Figura 26 Informação dos egressos por evasão, transferência e regressão da unidade de semiliberdade 126
Figura 27 Percentual de inserções em relação ao total de egressos da unidade de semiliberdade 127
Figura 28 Inserções escolares dos egressos desligados judicialmente da unidade de semiliberdade 161
Figura 29 Inserções no mercado de trabalho dos atendidos na unidade de semiliberdade 167
Figura 30 Inserções no mercado de trabalho formal *versus* informal dos atendidos da unidade de semiliberdade 168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO I – SEMILIBERDADE: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA .. 23
1.1 SEMILIBERDADE NA HISTÓRIA DAS PRISÕES 24
1.2 SEMILIBERDADE: UMA PROPOSTA MODERNA DE PRISÃO 32
1.3 SEMILIBERDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO E SUA APLICABILIDADE .. 40
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A NECESSIDADE DE NOVAS FORMAS DE CONTROLE 46
1.5 SEMILIBERDADE: SUA TRAJETÓRIA NAS POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE 52
1.6 SEMILIBERDADE NO CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL 61
CAPÍTULO II – SEMILIBERDADE: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA 73
2.1 SEMILIBERDADE NO PARANÁ: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO 74
2.2. SEMILIBERDADE: O RELATO DE UM CASO PARTICULAR 82
2.2.1 A equipe 89
2.2.2 A estrutura arquitetônica da unidade 98
2.2.3 O público-alvo 105
CAPÍTULO III – SEMILIBERDADE: A TEATRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA 129
3.1 AS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS: ACOPLANDO O NOVO AO VELHO 132
3.1.1 A recepção 135
3.1.2 A rotina da casa 138
3.1.3 A norma e o regimento disciplinar: punições e recompensas 140
3.1.4 O estudo de caso 148
3.1.5 O plano individual de atendimento 150
3.2 AS ESTRATÉGIAS INTERSETORIAIS: UM DISCURSO DEMOCRÁTICO 156
3.2.1 A documentação, a alimentação e o vestuário 158
3.2.2 A escola 160
3.2.3 A profissionalização e o trabalho 163
3.2.4 Esporte, cultura e lazer 171
3.2.5 A saúde 173

CAPÍTULO IV – SEMILIBERDADE: MONITORAR, CONTROLAR E PUNIR 176
4.1 SEMILIBERDADE: UMA PRISÃO MODERNA A CÉU ABERTO 177
4.1.1 O exercício do poder disciplinar 183
4.1.2 Semiliberdade: uma prisão com tom de "educação" 191
4.2 O APRISIONAMENTO DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA 199
4.2.1 Vulnerabilidades: o discurso "cura" do adolescente vulnerável e perigoso 199
4.2.2 A família "desejada" diferente da apresentada 212
CAPÍTULO V – SEMILIBERDADE: ENGENDRANDO OS NOVOS FLUXOS DE CONTROLE 219
5.1 SEMILIBERDADE: FLUXO DE INCLUSÃO DEMOCRÁTICA 219
5.1.1 Semiliberdade: *status* de uma democracia participativa e inclusiva 223
5.1.2 Inserções: uma espécie de malabarismo social 228
5.2 SEMILIBERDADE: VÁLVULAS DE ESCAPE PARA O SISTEMA NÃO ROMPER 244
5.2.1 A recusa ao controle: evasão como solução 246
5.2.2 Droga e semiliberdade: qual é a questão? 251
CONSIDERAÇÕES FINAIS 259
REFERÊNCIAS 265
APÊNDICES 278
APÊNDICE I – MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 279
APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 283
APÊNDICE III – ENTREVISTAS 285
APÊNDICE IV – RELATO DOS DIAS DE CAMPO 307
ANEXO 317
ANEXO I – EXEMPLO DE MEDIDA DISCIPLINAR ALTERNATIVA 318

INTRODUÇÃO

O trabalho na socioeducação, realizado durante três anos junto à semiliberdade, suscitou inquietações que motivaram esta proposta de pesquisa. As vivências no espaço institucional com os constantes conflitos de convivência, as evasões, as desistências dos encaminhamentos ora solicitados ora estimulados e a descontinuidade dos projetos de vida traçados durante a medida provocavam questionamentos sobre o funcionamento da medida socioeducativa de semiliberdade e a capacidade de resposta a que se destinava.

A Semiliberdade é compreendida como uma medida socioeducativa em meio fechado, mais branda que a internação, que visa a responsabilizar os adolescentes acerca de seus atos infracionais, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Trata-se de uma modalidade prevista para ser executada dentro de um espaço residencial, por um período de 6 meses a 3 anos, com acompanhamento e orientação de uma equipe profissional, obrigatoriedade de escolarização, profissionalização e convivência familiar e comunitária.

A experiência com a execução desta medida aponta que, apesar de o discurso político e de os defensores dessa modalidade de medida, em detrimento da internação, ressaltarem os seus benefícios e de alguns Estados haverem realizados investimentos na busca de superação dos ditos entraves para a melhoria do sistema socioeducativo, os resultados não desejados se repetiam no dia a dia da instituição, manifestados pelas evasões, reincidências, regressões e conflitos. Ratifica tal entendimento o fato de haver uma constante solicitação dos dirigentes do Estado e instituições fiscalizadoras como Vara da Infância e Juventude e suas Promotorias para que as prerrogativas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), de 2012, sejam colocadas em prática. Além disso, são incisivas as contestações dos desdobramentos não esperados como as evasões, que, apesar de serem entendidas como possíveis dentro da modalidade, sempre são vistas com ressalvas, considerando se que a unidade e sua equipe devem oportunizar condições adequadas para o adolescente aderir à medida de semiliberdade.

O SINASE (BRASIL, 2012b) trouxe, desde suas prerrogativas iniciais, referendadas na resolução do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 2006, a necessidade de os Estados realizarem investimentos para colocar em prática as exigências legislativas, especificadas desde o ECA (BRASIL, 1990) e melhor detalhadas com o SINASE

(BRASIL, 2012b) relativas à padronização das instituições que executavam ações do sistema socioeducativo no Brasil.

Sobre o investimento dos Estados, especificamente para a melhoria do trabalho em semiliberdade, destacam-se o Distrito Federal e o Paraná, mesmo com resultados incertos sobre a adesão à medida, o alcance das inserções realizadas na vida dos adolescentes e a esperada redução da reincidência. O primeiro noticiou, em site oficial da Secretaria de Estado, sem divulgar valores, que desde 2011 investe em capacitações e formulações de um projeto político pedagógico socioeducativo, com a publicação em 2013 do livro intitulado *Projeto político pedagógico das medidas socioeducativas no Distrito Federal:* semiliberdade, o qual apresenta orientações específicas para a execução da medida de semiliberdade. O segundo frisa mudança conceitual para o trabalho socioeducativo desde 2003, mas especificamente em semiliberdade, a partir de 2007, com a inauguração da primeira *Casa de Semiliberdade*, que assumiu um novo modelo arquitetônico em 2009, e a publicação de uma proposta pedagógica específica sistematizada em 2010. Em 2011, o Paraná também noticiou investimentos[1] em reformas nas estruturas físicas, em novas construções de casas de semiliberdade, em recursos para o fortalecimento das atividades socioeducativas, em orientação profissional dos adolescentes e em capacitações dos servidores.

Destaca-se que ambas as propostas socioeducativas construídas, descritas tanto no caderno de socioeducação de *Semiliberdade* do Paraná, publicado em 2010, quanto no *Projeto Político Pedagógico* do Distrito Federal de 2013, estabelecem como objetivo dessas novas proposições a melhoria dos resultados relativos à adesão dos adolescentes à medida de semiliberdade, bem como o resgate pessoal e social dos adolescentes nela inseridos.

Os investimentos materiais e a estruturação metodológica com vistas à melhoria do sistema socioeducativo contemplaram várias das críticas atribuídas por pesquisas relativas aos entraves da execução das medidas socioeducativas, em especial a de semiliberdade. Como descrevem os estudos de Oliveira (2002), Mocelin (2007) e Fuchs (2009), bem como os relatórios anuais dos levantamentos nacionais sobre o atendimento socioeducativo, a superação dos obstáculos estaria na presença de trabalho intersetorial entre as políticas, na melhoria das

[1] Conforme noticiado, o estado do Paraná em 2011 aplicou R$ 68 milhões em reformas das 26 unidades dos *Centros de Socioeducação* e das *Casas de Semiliberdade*, bem como capacitações e cursos profissionalizantes para os adolescentes dentro do sistema socioeducativo, conforme matéria do site da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social.

condições institucionais, como adequação das estruturas físicas, na presença de regras claras, de ações de responsabilidade com o adolescente e de ações que atendam as necessidades e os interesses daqueles na constituição de seus projetos de vida.

Silveira (1971) e Muakad (1990), estudiosos da área do direito no Brasil, já defendiam a modalidade de semiliberdade como alternativa ao encarceramento para adultos, enfatizando os benefícios que tal aplicação traria ao indivíduo e à sociedade. As vantagens da modalidade semiaberta estariam na preservação dos vínculos familiares e das interações sociais, bem como no estímulo ao desenvolvimento do senso de responsabilidade, na possibilidade do trabalho como cidadão comum, no combate do tempo ocioso, no baixo custo e na diminuição da superlotação dos presídios.

Mesmo com essas defesas, a prevalência da medida é pequena. A internação é o alvo de estudos e principal modalidade de aplicação de sanção ao adolescente entre as medidas de privação de liberdade. O Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei de 2011 descreve que naquele ano o número de adolescentes que estiveram internados em regime fechado foi 13.362, enquanto na semiliberdade estiveram 1.918 adolescentes. Ou seja, apesar de alguns Estados terem aumentando o número de vagas e a execução da medida de semiliberdade, a internação se mantém em realce. Os estudos acerca desta modalidade também são inúmeros e merecem destaque as pesquisas oriundas de uma pós-graduação no Estado do Paraná, em parceria entre Estado e Universidade, específica sobre Gestão de Centros de Socioeducação (CENSE). O resultado do trabalho da pós dentro de uma das universidades parceiras, a UNIOESTE, no Estado do Paraná, foi um livro publicado em 2011, intitulado *Socioeducação: reflexões para a construção de um projeto coletivo de formação cidadã.* Nesta obra, que apresentou os resultados de algumas pesquisas desenvolvidas na instituição, nove artigos são exclusivos sobre a medida de internação e suas variantes, sendo que nenhum aborda a semiliberdade, dos quatorze totais.

Especificamente, a defesa da semiliberdade como promotora de condições para a transformação dos adolescentes, os investimentos financeiros dos estados na reestruturação do sistema socioeducativo e as indicações das pesquisas nos quesitos a serem melhorados na socioeducação indicam para a resolução da questão subjacente à violência institucional e à necessidade de melhoria do próprio sistema socioeducativo. Apesar das melhorias, os dados do Levantamento Nacional da Socioeducação do período entre 2002 e 2011 (BRASIL, 2011) não

indicam diminuição da criminalidade em geral, porém mostram uma diminuição dos crimes contra a vida. Como se observa nos dados analisados pelo documento, houve um aumento do envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas, que no período de 2002 a 2011 subiu de 7,5% para 26,6%, e a redução de atos graves contra a pessoa, como homicídio, com diminuição de 14,9% para 8,4%, e latrocínio, também com diminuição de 5,5% para 1,9%, no mesmo período[2].

Tais questões somadas à vivência institucional em uma unidade de semiliberdade fez suscitar o questionamento de como ocorria o funcionamento dessa medida. Afinal, mesmo com os investimentos do estado do Paraná, em destaque nesta pesquisa, para melhorar a adesão dos adolescentes à medida de semiliberdade, com o novo projeto arquitetônico[3] e com a reestruturação da proposta pedagógica, os índices de evasão nos últimos cinco anos em uma das unidades oscilaram entre 37,5% e 65,4% e, o cumprimento da medida obteve oscilação entre 17,3% e 37,5% (PARANÁ, 2009; 2010b; 2011b, 2012; 2013).

Os acontecimentos cotidianos dessa modalidade socioeducativa, especificamente dentro na *Casa de Semiliberdade* em Cascavel, e os dados levantados sobre os desfechos na execução da medida contrariavam os apontamentos dos defensores da medida de semiliberdade como substituta da internação e provocavam questionamentos frente ao seu funcionamento. Os entraves e debates diários com as regras organizadas para o funcionamento da instituição, a partir do uso dos recursos da comunidade e do foco na convivência comunitária e familiar, promoviam mais conflitos que soluções. A angústia era parte intrínseca do trabalho, visto que não se entendia por que os fluxos não ocorriam conforme previsto mesmo diante do melhor desempenho em executar o previsto pela proposta. Tal situação levou à construção da problemática da pesquisa.

Assim, considerando o destaque atribuído à medida de semiliberdade, bem como as dificuldades da execução da medida e seus resultados, questiona-se qual a funcionalidade das medidas socioeducativas privativas de liberdade, em especial a de semiliberdade, proposta como alternativa ao confinamento, dentro do projeto de sociedade atual. Questiona-se como a medida de semiliberdade com suas estratégias institucionais (estrutura, funcionamento e organização da semiliberdade) e intersetoriais (com outras políticas públicas sociais) e seus desdobramentos

[2] Dados retirados do relatório do Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), divulgado em 2012, referente ao ano de 2011 (BRASIL, 2011).

[3] O modelo arquitetônico da semiliberdade foi reconhecido nacionalmente, por atender a todas as prerrogativas da lei do SINASE (BRASIL, 2012b).

interferem na vida do adolescente durante e após o cumprimento da medida, considerando o processo de socialização em suas dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas.

Para refletir sobre tais questionamentos, optou-se por realizar um estudo de caso sobre o funcionamento da dinâmica interna dos processos institucionais da medida socioeducativa de semiliberdade desenvolvida em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná[4], focando nos arranjos institucionais, nas atitudes, nos objetivos dos atores políticos, nos instrumentos de ação e nas estratégias políticas institucionais e intersetoriais.

Para realizar as reflexões da pesquisa explicitaram-se as estratégias institucionais e intersetoriais empreendidas com vistas ao alcance dos objetivos socioeducativos da semiliberdade, bem como alguns dos efeitos decorrentes dessas estratégias em alguns aspectos da vida dos adolescentes atendidos pela medida de semiliberdade. Entrelaçaram-se a tais aspectos discussões sobre como as intervenções, dentro e/ou fora da unidade, realizadas a adolescentes, facilitam o processo de socialização, nos termos descritos na proposta pedagógica. Também se conectaram reflexões sobre as estratégias empreendidas, de modo a questionar se privilegiariam as vozes dos adolescentes, contemplando suas necessidades, suas angústias e seus interesses, associadas aos objetivos da medida socioeducativa, e sobre os mecanismos utilizados para a construção de relações de poder calcadas na disciplina e no controle.

O caminho metodológico para o desenvolvimento da pesquisa contou com a reflexão crítica acerca desta proposta de estudo, a partir das análises bibliográficas iniciais e informações sobre o campo de pesquisa, que permitiram evidenciar a relevância da investigação sob a ótica teórica e qualitativa. Para tanto, o debate teórico *versus* os dados de campo passaram por discussões e aprofundamentos de história, genealogia e conceitos de semiliberdade, bem como funcionamento institucional e sua proposta pedagógica interligada com ações institucionais e intersetoriais e adolescente autor de ato infracional. A escolha por um estudo de caso decorreu da compreensão de que a investigação do fenômeno em estudo visa um aprofundamento do funcionamento da semiliberdade e do modo como suas demandas e estratégias se apresentam no campo da política pública. Assim, busca-se explorar suas correlações com os objetivos propostos, além de analisar de forma exploratória seu projeto delimitado no tempo e espaço.

A escolha do caso em estudo na pesquisa, uma unidade de semiliberdade do Estado do Paraná, decorreu de uma questão logística e a opção pela cidade de localização da unidade está

[4] Recorte realizado para o desenvolvimento da pesquisa, com base num estudo de caso.

associada ao processo histórico de construção dessa modalidade de atendimento no Estado e a índices de violência da cidade. Na questão histórica, a *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu foi a primeira unidade de execução da medida no estado do Paraná, inaugurada após o início do processo de reestruturação da proposta socioeducativa desde 2007. Soma-se a isso o fato de a cidade de Foz do Iguaçu estar situada numa região de fronteira e ter um alto Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ)[5], de 0.568 conforme dado da UNESCO veiculados em 2010, ou seja, de exposição ao risco para jovens de 12 a 29 anos.

Ao longo da pesquisa, apareceram dificuldades na sua realização, apesar da facilidade da minha vivência como profissional de uma das unidades de semiliberdade do Estado. O primeiro obstáculo foi convencer o campo de pesquisa acerca da importância desta e de como ela ocorria associada à dinâmica já existente dentro da instituição em estudo. O formato do projeto de pesquisa para o comitê de ética exigia a formulação de uma hipótese, que precisava convencer os dirigentes da instituição de que a pesquisa traria um retorno positivo para a melhoria da medida. Ou seja, a elaboração de uma hipótese fez-se necessária como uma estratégia para o desenvolvimento do estudo, pois, com base no método foucaultiano, a pesquisa levaria à formulação de problemas.

Com a aceitação do campo de pesquisa para o desenvolvimento desta, procedeu-se à delimitação do público-alvo, constituído diretamente pelos atores do processo de execução desta medida socioeducativa de semiliberdade da cidade de Foz do Iguaçu e indiretamente pelos adolescentes[6] que estão cumprindo ou cumpriram a medida socioeducativa. Entre os atores diretamente envolvidos, encontram-se os membros da equipe de servidores, totalizando 20 servidores. Sublinha-se que os números de participantes da pesquisa estavam condicionados à quantidade de funcionários durante o período de realização da pesquisa, bem como ao aceite de

[5] É um levantamento que toma como base 266 municípios com população superior a 100 mil habitantes e calcula para cada município o que designa de Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V). Trata-se de uma média ponderada de cinco indicadores, como taxa de homicídios, de acidentes de trânsito, de emprego ou frequência na escola, de pobreza e de desigualdade.

[6] A participação indireta dos adolescentes internos e egressos da unidade dos últimos cinco anos ocorreu devido a questões éticas, que exigem no termo de aceite da pesquisa a assinatura tanto dos adolescentes quanto de seus responsáveis, devido ao fato de serem menores de idade e também em razão do sigilo e anonimato por serem adolescentes autores de atos infracionais. Tais questões, associadas ao tempo disponível para a pesquisa, não tornaram possíveis a organização da participação dos adolescentes, senão de forma indireta. E a participação destes foi considerada indireta, devido ao fato de estarem presentes a partir da fala dos servidores entrevistados e dos documentos institucionais referentes aos adolescentes elaborados também pelos servidores, como relatórios avaliativos, planos individuais de atendimento e outros contidos nos prontuários dos adolescentes e arquivos da instituição. Contudo, tal participação limita-se à compreensão que a instituição possui dos adolescentes e de suas vivências.

participação na pesquisa por aqueles, incluindo assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme a resolução n° 466/12 e suas complementares. Inicialmente, a previsão foi de 13 servidores entrevistados, considerando compreensão dos dados apresentados sobre o material humano necessário para a execução da medida conforme as orientações do CONANDA, expressos na Resolução nº 119/2006, sobre o SINASE. Tal número foi mantido compreendendo o tempo de realização da pesquisa.

Composto o público-alvo, o próximo passo foi instituir os instrumentos metodológicos de coleta de dados, que precisavam corresponder às condições de realização da pesquisa e ao tempo para efetivar tal processo. Assim, entendendo os limites jurídicos e temporais da pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada junto aos servidores atuantes na *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, a análise documental e a observação da dinâmica institucional. Cabe ressaltar que a metodologia não contemplou a participação direta dos adolescentes, em decorrência dos limites apresentados. Assim, estes foram ouvidos e avaliados a partir da perspectiva institucional e dos resultados dos acompanhamentos previstos na execução da medida pelo SINASE (BRASIL, 2012b) e da proposta institucional, que prevê o acompanhamento dos egressos[7], bem como os registros institucionais acerca das ações junto aos adolescentes antes e após a execução da medida. Observaram-se também as rotinas da dinâmica institucional, com vistas a contemplar a compreensão ampliada do adolescente perante a execução da medida, momentos em que as falas de alguns adolescentes foram transcritas no diário de campo dos dias de observação, vislumbrando contemplar suas percepções.

Com o projeto construído, este precisava passar pelos trâmites burocráticos, iniciados em junho de 2013, pois, por tratar-se de um trabalho de campo envolvendo seres humanos e uma instituição governamental estadual, precisava passar por várias instâncias de aprovação até a possibilidade de concretizá-lo. A primeira etapa foi encaminhar ao setor responsável da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) do Estado do Paraná, o que levou a deparar-se com o primeiro impasse: a hipótese inicialmente levantada, exigência do modelo de projeto de pesquisa do comitê de ética, não seria de interesse da SEDS, pois apresentava problematizações que apontavam para a ineficácia do sistema. Assim, estrategicamente redirecionou-se a hipótese para que a entrada de campo fosse viabilizada, uma vez que tal

[7] Antes da pesquisa, foram coletados relatos dos egressos pela equipe socioeducativa, e as transcrições estão conforme descrito nos documentos encontrados nos prontuários dos adolescentes atendidos.

hipótese não era o foco primordial da pesquisa, considerando-se o método genealógico traçado no percurso de construção da pesquisa e que a entrada em campo estabeleceria novas possibilidades e amarrações para entender o problema investigado. Destaca-se que no método genealógico as práticas sociais são priorizadas e as teorias e os discursos contemplativos são secundários. Nessa perspectiva foucaultiana, a linearidade do tempo, a evolução e a causalidade são questionadas, e por meio das problematizações das práticas sociais de dentro dos espaços estudados constrói-se um modo de existir, pensar e atuar específico de uma época. Assim, demarcam-se a singularidade e o dinamismo dos acontecimentos (FOUCAULT, 1984b).

Outro obstáculo dizia respeito à exigência da SEDS da aprovação oficial do Comitê de Ética e desta da aprovação daquela. Para a resolução desse entrave, somente em outubro de 2013, o setor jurídico da SEDS consentiu a assinatura do diretor da unidade de semiliberdade como autorização do campo a ser encaminhado ao Comitê de Ética, para posterior análise da SEDS com o parecer do comitê para aprovação ou não da pesquisa. Assim, encaminhou-se naquele mês o projeto para o Comitê de Ética da UNIOESTE, sendo que o parecer foi aprovado em novembro e foi devolvido devidamente assinado em dezembro de 2013.

Em posse do parecer, este foi encaminhado à SEDS para novos trâmites, que resultaram, em março de 2014, na permissão para realização da pesquisa e liberação da pesquisadora para iniciá-la. Tal fato possibilitou os passos seguintes para a entrada no campo de estudo e o início do levantamento dos dados. Ressalta-se que, devido ao trâmite burocrático da pesquisa e ao tempo de demora, o projeto inicial foi alterado conforme os avanços dos estudos sobre o tema e coleta de dados no campo da pesquisa ocorriam.

Após reunião com a equipe e os adolescentes para apresentação da proposta da pesquisa, o trabalho de campo pode ser caracterizado com sua história e compreensão da sua condição e organização no período da pesquisa. Assim, durante o período de coleta dos dados, estavam na unidade 16 funcionários, dos quais 13 participaram da pesquisa, conforme delimitado no projeto de pesquisa, sendo que ao menos um integrante de cada área participou. Salienta-se que neste período houve o pedido de exoneração de um educador, que passou em outro concurso, e outros três funcionários estavam afastados por um período de três meses em licença prêmio[8]. Entre os atores indiretamente envolvidos estão os egressos da medida socioeducativa, que, conforme os

[8] Licença Prêmio: é uma licença especial destinada aos servidores estaduais efetivos que podem ficar até três meses sem trabalhar e com remuneração, a cada cinco anos de trabalho.

dados sistematizados desde março de 2009 até março de 2014, totalizavam 189[9] atendimentos de adolescentes recebidos, contando os que ainda cumpriam a medida, evadidos, regredidos, transferidos e desligados oficialmente pela autoridade judicial. Até o período de início da pesquisa ocorreram 21 atendimentos de adolescentes dentro da unidade, sendo que o número ultrapassa o limite máximo de adolescentes, que eram de 12, conforme regimento interno, devido a evasões e desligamentos. Esclarece-se ainda que o número não computado é de atendimentos e não de adolescentes, uma vez que um mesmo adolescente pode ser atendido mais de uma vez, fato que fora observado em duas situações nos registros dos prontuários existentes e acessíveis.

Sobre as observações da dinâmica institucional em busca da percepção dos adolescentes sobre a unidade e o funcionamento da semiliberdade, foram realizados dez dias de observação e acompanhamento das rotinas institucionais, que contemplaram observações de discussões sobre a semiliberdade entre adolescentes e equipe de servidores da unidade. A transcrição dessas observações também se encontra anexa em ordem cronológica de observação no decorrer dos quatro meses previstos para a coleta dos dados. Esclarece-se que os dias de observação intercalados entre os meses de pesquisa nem sempre foram combinados, mas houve necessidade de agendar alguns dias para poder contemplar entrevistas com diferentes profissionais.

A análise documental também seguiu o acordo firmado com o responsável pelo campo de estudo, encerrando-se após a análise dos documentos gerais associados aos demais dados levantados pelos demais instrumentos de coleta de dados. Com os dados em mãos, iniciou-se a análise dos dados a partir do emprego da técnica do estudo de caso, com vistas a estabelecer relações existentes entre os dados, os pontos convergentes e divergentes, regularidades, tendências, princípios causais e possibilidade de generalizações, relacionadas ao tema, aos conceitos e à hipótese de estudo.

[9] Esclarece-se que este número pode não representar o número total de atendimentos realizados, considerando que os dados de 2009 e 2010 só puderam ser acessados via relatório estatístico. No relatório de 2009 não houve registro de informações de recebimentos e saídas encaminhadas à Secretaria nos meses de agosto e novembro. O mesmo ocorre em 2010, nos meses de abril, junho, novembro e dezembro. Tal falta de informação pode representar que houve entradas e saídas, mas estas não foram registradas, ou que não existiram entradas nem saídas nestes meses. Essa constatação não foi possível de verificar devido às mudanças nos gestores da Secretaria e à falta de registros específicos da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, nestes anos, pois na época era uma ala do Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu, que também não têm especificado quais adolescentes eram da semiliberdade. Já nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, a *Casa de Semiliberdade* se organizava com uma administração própria e a partir de então existem dados de relatórios estatísticos e prontuários. Os prontuários foram todos acessados, deste período, incluindo os daqueles que continuaram a medida no final de 2010. E os relatórios estatísticos disponibilizados foram os do ano de 2011 e 2012.

Além das 13 entrevistas com os servidores, conforme modelo de entrevista semiestruturada em anexo e da observação da dinâmica institucional, também foram analisados alguns documentos da unidade e dos prontuários dos adolescentes tais como: caderno de socioeducação de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a), Regimento Interno da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, que contêm a proposta pedagógica, Plano Individual de Atendimento (PIA) dos adolescentes *versus* atividades desenvolvidas durante a medida, Relatório Estatístico de Semiliberdade, Prontuários dos Adolescentes, Relatórios Diários e dados de acompanhamento dos egressos, conforme dados disponíveis, uma vez que tal acompanhamento não é sistemático.

A análise e interpretação dos dados da pesquisa seguiram o modelo teórico-prático, com caráter reflexivo, estabelecendo relação entre o funcionamento da semiliberdade e suas estratégias institucionais e intersetoriais e os objetivos a que se propõe a política no processo de inserção social do adolescente autor de ato infracional em semiliberdade nos modelos sociais legalizados, com bases nos dados obtidos pelos instrumentos de coleta de dados acima mencionados. O tratamento dos dados coletados buscou problematizar os fluxos da experiência institucional atrelada às práticas discursivas, de poder e de subjetivação, com base no método genealógico empreendido por Foucault (1989), de forma a ampliar a compreensão sobre a medida de semiliberdade e seus desdobramentos. Esclarece-se que, para manter o sigilo dos entrevistados e ao mesmo tempo possibilitar uma maior personificação dos atores socioeducativos, utilizaram-se nomes fictícios, optando-se por nomes em geral unissex e menos utilizados no território brasileiro. Os nomes foram empregados tanto para denominar os adolescentes internos, quanto os egressos e os servidores da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR.

Para apresentar os dados coletados, as teorias empregadas na análise dos dados e as discussões pertinentes, dividiu-se a pesquisa em cinco capítulos. Antes de delimitar as exposições em cada capítulo é pertinente explicar o uso dos termos adolescentes, socioeducador e recluso ao longo das discussões do texto. Sobre o emprego do termo *adolescente*, este abrange não somente a idade entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, já que, embora a medida seja aplicada até esta idade, o adolescente pode cumpri-la até os 21 anos incompletos. O termo *socioeducador* é utilizado para generalizar todas as funções que executam o papel de educador, ficando restrito o

uso de *educador social*[10] para os profissionais que têm esta função definida dentro do sistema socioeducativo. Já o termo *recluso* é usado conforme terminologia adotada pelos autores citados e está associado ao sistema penitenciário adulto.

Com esta compreensão, o primeiro, intitulado *Semiliberdade: a construção de uma política pública*, dividido em seis seções, faz o resgate histórico e reflexões associadas à modalidade de semiliberdade, interligada ao nascimento da prisão, baseada nas pesquisas foucaultianas. Apresentei a nova configuração da semiliberdade por juristas e órgãos internacionais, bem como reflexões sobre esse novo formato e sua aplicabilidade. Considerando que o campo da pesquisa era na área da infância e juventude, também realizei uma breve retrospectiva histórica acerca da implantação e execução das políticas públicas brasileiras na área, buscando correlações e diferenças entre estas ao longo dos tempos e suas implicações na formação da modalidade da medida socioeducativa de semiliberdade. Somados a isto, finalizei o capítulo com a contextualização do cenário brasileiro na implementação da semiliberdade, presente no texto legislativo desde o Código de Menores de 1979, atualizado pelo ECA (BRASIL, 1990) e redefinido pelo SINASE (BRASIL, 2012b).

O segundo capítulo – apresentado sob o título de *Semiliberdade: o relato de uma experiência* – caracteriza o campo de estudo, já apresentando dados sobre a instituição e o público-alvo atendido aliado ao funcionamento da medida socioeducativa de semiliberdade no Estado do Paraná e os desdobramentos das intervenções, especificamente, sobre o caso em estudo da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR. Para tanto, o capítulo foi divido em duas seções e três subseções, com o propósito de traçar experiências de implantação da modalidade de semiliberdade no Paraná, e de apresentar a história particular de constituição da unidade com o desenvolvimento de sua proposta pedagógica, sua atual equipe de servidores e seu perfil, o perfil dos adolescentes atendidos ao longo dos cinco primeiros anos de existência da unidade, as inserções e/ou atividades desenvolvidas durante o atendimento dos internos e informações sobre os desdobramentos dessas ações após o cumprimento da medida.

No terceiro capítulo, S*emiliberdade: a teatralização democrática*, analisei a proposta pedagógica atual da *Casa de Semiliberdade* dividida em duas seções, cada uma subdivida em cinco subseções. Além disso, iniciam-se algumas reflexões sobre as ações da proposta

[10] É o servidor que ocupa a função de socioeducador em tempo integral, atuando cotidiana e persistentemente junto aos jovens em suas rotinas para auxiliá-los em suas dificuldades, com vistas a educá-los (PARANÁ, 2006d).

pedagógica com suas atividades didaticamente diferenciadas entre estratégias institucionais e intersetoriais, que são respectivamente explanadas. Entre as estratégias institucionais, apresentaram-se os procedimentos de recepção, a rotina da casa, a norma, o regime disciplinar, o estudo de caso e o PIA. E sobre as estratégias intersetoriais, explicaram-se os aspectos e as ações articuladas para garantir as prerrogativas legislativas acerca de documentação, alimentação, vestuário, escolarização, profissionalização, esporte, cultura, lazer e saúde.

No quarto e no quinto capítulos, com base nas discussões foucaultianas e deleuzianas, entrelaçam-se os dados com as compreensões teóricas visando a apreender o funcionamento da unidade com seus mecanismos de estabelecimento de relações de poder, associados à condição de sua existência. Para tanto, no quarto capítulo, *Semiliberdade: monitorar, controlar e punir*, dividido em duas seções com duas subseções cada, discute-se a questão do poder disciplinar e seus elementos constituintes dentro do funcionamento da unidade por meio da vigilância, do monitoramento, da punição, do formato educacional e seus aprisionamentos relacionados ao adolescente e sua família. No capítulo cinco, *Semiliberdade: engendrando os novos fluxos de controle*, denotam-se aspectos do "moderno" modelo da execução da medida socioeducativa de semiliberdade, e sua conexão com os novos fluxos da sociedade de controle, conforme associações com compreensões deleuzianas. Para isso, o capítulo foi divido em três seções, sendo que as três primeiras foram subdividas em duas subseções, as quais problematizam questões relacionadas à proposta da semiliberdade interligadas à ideia de ações democráticas com participação e inclusão, suas inserções e desdobramentos durante e após o cumprimento da medida.

CAPÍTULO I
SEMILIBERDADE: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A experiência da semiliberdade está permeada de contradições, constantes conflitos na convivência institucional e dificuldades de adesão dos adolescentes, tanto no que diz respeito à proposta interna, quanto aos encaminhamentos externos, o que motiva questionamentos sobre essa medida socioeducativa e sua real aplicabilidade.

Na tentativa de compreender melhor a proposta de semiliberdade, empreender-se-á um resgate histórico e analítico para conhecer suas raízes e pensar suas novas configurações. Com poucos dados sistematizados sobre sua origem e poucos estudos direcionados especificamente a ela, faz-se necessário recorrer à história das prisões ao longo dos séculos para empreender analogias e situá-la na história e no tempo. Além disso, é importante saber seus novos formatos e sua lógica, a partir das atuais proposições internacionais sobre os sistemas prisionais.

Entretanto, para entender os princípios e os arranjos da semiliberdade como medida socioeducativa de relevância e apresentada como alternativa à medida de internação, é fundamental revisar suas aplicações ao longo da história da política brasileira destinada à infância e à juventude, passando pelo Código do Império até a recente legislação do SINASE. Desse modo, ao fim, contextualizar sua aplicação e conceitos dentro do cenário atual brasileiro.

Para atingir tais objetivos, o presente capítulo está subdivido em seis tópicos, os quais discutirão, respectivamente: a) a origem da semiliberdade na história das prisões; b) a semiliberdade como uma proposta moderna de prisão; c) sua contextualização no mundo contemporâneo; d) a base para sua construção no cenário das políticas públicas no Brasil; e) sua trajetória nas políticas para a infância e a juventude; e f) sua aplicação no cenário atual brasileiro.

Por fim, cabe ressaltar que o uso dos termos *condenado*, *preso*, *apenado* e similares decorre do seu emprego pelos autores lidos, quando a população adulta sentenciada é caracterizada já dentro do sistema penal. Na atualidade, os termos utilizados para os jovens são *adolescente autor de ato infracional* e *socioeducando* ou *educando*, quando já estão dentro do sistema socioeducativo. Assim, o seu uso configura as interações e designações ao longo da história e das explanações teóricas.

a. SEMILIBERDADE NA HISTÓRIA DAS PRISÕES

A semiliberdade nasce com a história das instituições prisionais, caracterizando-se como alternativa – já no início da organização destas – ao meio totalmente fechado, modificando-se ao longo dos tempos em termos de conceitos e organizações. No Brasil, a principal mudança apresentou-se com o advento do ECA em 1990, atrelada à política de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. Enquanto modalidade de execução da medida privativa de liberdade, interligada ao Direito Penal e ao regime de pena, faz parte do sistema prisional nascido na Europa no final do século XVIII e princípio do século XIX como ferramenta principal no conjunto das punições em substituição aos suplícios do corpo. Trata-se de uma humanização da penalidade baseada na técnica disciplinar[11], que pune de forma igualitária todos os membros da sociedade ao tirar-lhes a liberdade, almejando também a sua transformação.

Essa compreensão é possível a partir das leituras e associações da proposta de semiliberdade dentro do sistema prisional atual e das problematizações pontuadas por Michel Foucault na obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* – cuja primeira edição é de 1975 –, ao traçar e debater questões do percurso histórico sobre o desenvolvimento da instituição prisão. Em tal obra, Foucault associa o nascimento das prisões ao processo de extinção do suplício do corpo para a aplicação da pena associada à ideia das prisões, antes só utilizadas como período de isolamento até a punição final. Assim, na perspectiva foucaultiana, por fazer parte das estruturas prisionais, a semiliberdade também se liga à formação de um sistema jurídico com as sugestões de reformas apoiadas em novas teorias da lei e do crime, bem como em novos conceitos morais e/ou políticos acerca do direito de punir. Ilustra tal panorama o código da Rússia de 1769, que abolia antigas leis e elaborava novas.

Como expõe o autor,

> No fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transformação, misturaram-se dois processos. [...] De um lado, a supressão do

[11] Uma disciplina que funciona "primariamente sobre o corpo, pelo menos nos estágios iniciais de seu desenvolvimento. Obviamente, a imposição de uma forma social de controle sobre o corpo se encontra em todas as sociedades. O que distingue as sociedades disciplinares é a forma que este controle assume. O corpo é abordado como um objeto a ser analisado e separado em suas partes constituintes. O objetivo da tecnologia disciplinar é forjar um corpo dócil 'que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado'" (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 169).

> espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vinha sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração (FOUCAULT, 2012f, p. 13).

Também nesta obra, o autor referenciava o termo semiaberto, ou semiliberdade, o qual se contrapunha ao regimento fechado de confinamento total, numa linha de obrigatoriedade de o apenado percorre o caminho do regime mais gravoso para o menos gravoso. Nesse novo regime, o preso poderia, por exemplo, trabalhar livremente nas colônias penais. Trata-se de uma etapa de transição entre o regime fechado, com aparatos físicos que impedem a fuga e cerceiam a liberdade, e o aberto, sem qualquer aparato semelhante. Contudo, desde o seu nascimento, as reflexões específicas sobre tal regime são escassas. Foucault (2012f) faz por três vezes referência ao termo; assim, a compreensão acerca dele é construída por analogia às referências sobre desdobramentos e mudanças da instituição prisão e estudos recentes que abordam a temática.

O semiaberto, como regime de progressão de pena, também foi proposto no contexto das discussões da reformulação das prisões em 1945 – discussões estas associadas ao princípio da modulação das penas. Foucault (2012f), ao resgatar a obra *De la reforme des prisons* (1836), de Charles Lucas, menciona o regime semiaberto como uma fase dentro do regime progressivo: um instrumento para adaptar e valorizar os condenados conforme os resultados de suas mudanças de comportamento e adequado ao grau de sua regeneração.

O termo semiaberto novamente é utilizado no texto de Foucault (2012f) quando discute a multiplicação e expansão do poder de punir como princípio constituinte das prisões. O autor salienta como atores participantes do mecanismo punitivo os diversos magistrados, nas várias instâncias, peritos psiquiatras ou psicólogos, educadores e funcionários da administração penitenciária, pois podem avaliar o processo penal do condenado e decidir sua modificação para um regime mais brando, por exemplo, tal como exposto no trecho a seguir:

> [...] desde que as penas e as medidas de segurança definidas pelo tribunal não são determinadas de uma maneira absoluta, a partir do momento em que elas podem ser modificadas no caminho, a partir do momento em que se deixa a pessoas que não são juízes da infração o cuidado de decidir se o condenado "merece" ser posto em semiliberdade ou liberdade condicional, se eles podem pôr um termo à sua tutela penal, são sem dúvida mecanismos de punição legal que lhes são colocados entre as mãos e deixados à sua apreciação [...] (FOUCAULT, 2012f, p. 24-25).

Embora, ao traçar a história das prisões, Foucault (2012f) não tenha sido explícito sobre o

surgimento da semiliberdade, como já dito, por analogia analisa-se que esta proposta pôde ser concretizada devido ao movimento de críticas surgido no decurso da história sobre o sistema prisional.

Já autores do Direito Penal, como Bitencourt (2004) e Leal (1998), que estudam em suas análises acerca da história das prisões sobre a falência da pena privativa de liberdade, atribuem mais claramente o nascimento da compreensão de semiliberdade dentro da evolução do sistema progressivo da pena e das críticas feitas ao modelo de isolamento celular, apesar de também não detalhá-la. Tal debate sobre o regime de semiliberdade no sistema adulto, como uma modalidade do regime progressivo, é compreendido como o primeiro modo de pensar a semiliberdade como modelo de prisão.

Bitencourt (2004) menciona que as primeiras indagações sobre o sistema prisional surgiram com as correntes iluministas e humanitárias impulsionadas por pensadores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, os quais criticavam os excessos da legislação penal, fundamentados na razão e humanidade. Dentro dessas discussões, o autor destaca os apontamentos de Cesare Beccaria (1734-1794) e de John Howard (1726-1790). O primeiro defendia a prevenção em vez do castigo, e o segundo, o qual publicou o livro *The State of Prisons in England and Wales with preliminary observation and an account of some foreign prisons*[12] em 1977, fez severas críticas às referidas estruturas, propondo mudanças ancoradas numa nova visão do cárcere: a privação como sendo a própria punição.

Mas foi em 1787, a partir das proposições do inglês Jeremy Bentham (1748-1832), idealizador do sistema "Panóptico[13]" como modelo ideal de penitenciária, que surgiu o embrião do pensamento do sistema prisional calcado na vigilância como forma de exercício de poder, um dos fundamentos também presente na concepção de semiliberdade. Jeremy Bentham apresentou um modelo de estrutura de prisão circular, com as celas em sua borda e, no meio vazio, apenas uma torre com um vigia, ou seja, apenas um vigilante era capaz de observar todos os prisioneiros

[12] "Há prisões, que parecem mais a luta do povo confinado, e a luta é de revelar que há um grande erro no gerenciamento de todas elas: o semblante magro dos condenados declara, sem palavras, que são muito miseráveis. Muitos que entram saudáveis em poucos meses adoeceram." (HOWARD, 1977, p. 7, tradução nossa). Acerca de tal obra, expõe Bitencourt (2004, p. 39) que é "[...] resultado de mais de 42.000 milhas de viagem, caracterizou-se pelo sentindo prático, profundo sentido humanitário e grande entusiasmo em relação à reforma penal".

[13] Pano = tudo; óptico = ver. "Designa um princípio de conjunto. Sendo assim, Bentham não imaginou simplesmente uma figura arquitetural destinada a resolver um problema específico, como o da prisão, o da escola ou o dos hospitais. Ele anuncia uma verdadeira invenção [...] ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância" (FOUCAULT, 1984b, p. 210).

sem que estes o vissem. Com essa nova proposição, surge a concepção de punição proporcional segundo a qual a rigidez disciplinar e a vigilância onipresente são o cerne, conforme menciona Michel Foucault tanto na obra *Vigiar e Punir* (2012f) como em "O olho do poder", da coletânea de textos intitulada *Microfísica do Poder* (1984b), e rememora Bitencourt (2004) em suas discussões sobre o tema.

Foucault (1984b) ressalta que a compreensão do Panóptico evoluiu, tornando-se base das raízes constituintes das estruturas modernas ocidentais baseadas no modelo disciplinar, e afirma que a encontrou em vários dos projetos de prisão e instituições que analisou. Na compreensão do autor, o modelo panóptico de dominação foi adaptado para existir sem muros altos ou grades, e sem correntes ou algemas, pois a visibilidade permanente seria suficiente para obtenção do poder. Foi nessa forma do exercício do poder que várias estruturas sociais se organizaram, dentre elas as escolas, os hospitais, as fábricas e os quartéis, como descreve Foucault (2012f). Nessa lógica de funcionamento, a organização do regime de semiliberdade no sistema prisional torna-se viável, interligando-se à lógica da punição proporcional e da vigilância sem grades ou muros. Ou seja, no sistema de semiliberdade o panóptico também continua existindo, porém, não mais especificamente de forma física, mas como nas outras instituições disciplinares no conjunto de sua estrutura e proposta institucional. Como aborda Foucault (2012f), trata-se de um sistema de vigilância constante por meio de documentação individualizada e permanente, com possibilidade de ser acirrado o castigo e haver privação da liberdade total.

Contudo, o aparecimento da estrutura de semiliberdade demorou a se concretizar. As proposições iniciais centravam-se no modelo de isolamento celular. Foucault (2012f) e Bitencourt (2004) descrevem os primeiros modelos prisionais construídos nos Estados Unidos no final do século XVIII e início do século XIX, no bojo das discussões sobre uma nova organização da estrutura prisional. O primeiro modelo foi produzido na Filadélfia com base no sistema celular de reclusão total no qual o apenado era isolado do mundo externo, restringindo o repouso, o trabalho e os exercícios só no espaço de uma cela. O segundo, criado em Nova Iorque em 1820, alicerçava-se no sistema nominado Auburn, também de reclusão e isolamento absoluto, mas apenas no período noturno, uma vez que, durante o dia, as refeições e o trabalho eram coletivos, necessitando de pleno silêncio e incomunicabilidade entre os presos.

Os autores salientam que, nesses primeiros modelos, a ideia de privação da liberdade e isolamento prevalecia, mas, seguindo o curso da história das prisões, ocorreram alterações

decorrentes das críticas a eles, entre as quais se destacam a evolução e a organização do sistema progressivo. Diante desse processo de construção e discussão, a semiliberdade delineia-se, tomando corpo a partir das inovações abertas para a execução do sistema prisional.

Bitencourt (2004), em seus estudos sobre a falência do sistema prisional, descreve as inovações e alterações do sistema penal, incluindo o modelo progressivo, surgido no final do século XIX em decorrência das consequências negativas do enclausuramento celular absoluto, entrelaçado aos vários fatores históricos em movimento como a industrialização, as guerras e os embates ideológicos e concretos do jogo político. Nesse sistema, além de passarem por muitos sofrimentos, os presos tinham dificuldades ao retornar à sociedade após a reclusão devido à falta de referência familiar e a problemas emocionais em virtude do processo de isolamento. Uma das compreensões era que tal sistema não era vantajoso ao indivíduo e, principalmente, ao moderno projeto de sociedade democrática em expansão, conforme o modelo norte-americano, o qual precisava de pessoas produtivas para sua concretização. Para tanto, o autor salienta que o sistema prisional também precisa evoluir e criar novas alternativas. Um dos caminhos apresentados para superação do entrave do enclausuramento celular, que mantinha o raciocínio da pena da prisão, era fazer com que a saída da prisão fosse associada ao desejo de liberdade dos reclusos, incentivando-os a buscá-la progressivamente por meio da diminuição da intensidade da pena frente a sua boa conduta e adesão às atividades prisionais, incluindo o trabalho como atividade principal. Desse modo, iniciou-se a implementação dos sistemas progressivos.

O resgate histórico na pesquisa de Bitencourt (2004) e de Leal (1998) sobre as transformações do sistema penal aponta o início do sistema progressivo e sua expansão no período posterior à Primeira Guerra Mundial. Com a consolidação da pena privativa como instituto penal, os reformadores só questionavam seus métodos. Assim, com base na crença de que a adesão do sistema de reclusão promoveria a transformação da moralidade do detento, ao mesmo tempo em que manteria a ordem institucional devido aos benefícios que a boa conduta traria ao detento na busca de sua liberdade total, o sistema progressivo se modela e estrutura ao longo do tempo.

Nesse sistema, conforme discorre Bitencourt (2004), o detento, almejando ao final do processo penal a sua liberdade total, seria motivado a seguir a proposta institucional. Aquele que apresentasse boa conduta poderia ter o tempo de reclusão diminuído proporcionalmente, conforme fases previstas em cada penitenciária, com a obtenção progressiva de benefícios até

chegar o retorno pleno à sociedade. Esta proposta significou a diminuição do excesso do rigor dado à pena privativa de liberdade ao mesmo tempo em que motivava o detento a mudar sua conduta diante da possibilidade de liberdade total.

Na correlação das discussões feitas por Bitencourt (2004) com as de Foucault (2012f), destaca-se que o mesmo ano demarcado por Foucault como o início da completa formação do sistema carcerário é descrito por Bitencourt como o da concretização do primeiro modelo prisional com base no sistema progressivo: trata-se, pois, do ano de 1840. Para Michel Foucault, com a abertura oficial da colônia agrícola de Mettray, na França, em 22 de janeiro daquele ano, criou-se um modelo que reunia tudo de mais tecnológico na arte de punir o comportamento através do método disciplinar a partir do trabalho com pequenos grupos hierarquizados e organizados, conforme cinco modelos referenciais: o da família, o do exército, o da oficina, o da escola e o do judiciário. A colônia de Mettray, como a concepção atual de semiliberdade, almejava manter a privação de liberdade sem muros, sem ferrolhos, mas conectada aos modelos referenciais visando à adequação do indivíduo por meio do rigor disciplinar, ou seja, era uma prisão que se demarcava não pelas muralhas, mas pelas relações e conexões com a lógica de funcionamento.

Conforme relata Bitencourt (2004), o modelo progressivo foi inaugurado nesse mesmo ano na colônia inglesa de Norfolk, na Austrália, sob a direção do Capitão Alexander Maconochie, que substituiu a severidade pela benevolência e os castigos por prêmios. Sem abandonar o sistema da Filadélfia como regime inicial, o autor salienta que Maconochie criou o sistema de progressão de pena em três fases a serem seguidas paulatinamente – característica do regime de pena do Direito Penal até hoje, no caso do sistema prisional adulto, apesar das mudanças. No início, o preso era isolado somente no período noturno, como no sistema de Auburn, podendo chegar a um regime semelhante à liberdade condicional e, por fim, à liberdade definitiva. Todas as etapas eram regidas de acordo com prazos determinados e condutas específicas que proporcionariam ao preso tais progressões. Assim, o sistema começou a passar para os condenados a responsabilidade de sua manutenção ou não na reclusão, visando a despertar hábitos que, na vida livre, supostamente dificultariam a reincidência.

Bitencourt (2004) também pontua que, após a experiência de Maconochie, o sistema foi levado para a Inglaterra e aperfeiçoado na Irlanda. O sistema irlandês programou uma fase antes da liberdade condicional, na qual o detento trabalhava em um ambiente aberto, sem as restrições

que um regime fechado possui, o que possibilitava “ao recluso reincorporar-se à sociedade antes do término da condenação” (BITENCOURT, 2004, p. 83), fato este que contribuiu com a concretização da semiliberdade dentro do processo de modulação da pena e sua diferenciação entre privação total e liberdade condicional. Conforme indica o autor, foi o diretor de prisões na Irlanda, Walter Crofton, que criou este novo passo com o objetivo de capacitar o indivíduo a viver em liberdade. Tal estágio servia como prova de aptidão do apenado a merecer ou não a vida em meio aberto, pois, ao possibilitar o contato com o mundo externo, testava se o indivíduo manteria os hábitos adquiridos na prisão também nesse espaço, de modo a facilitar o retorno do condenado, já considerado regenerado, à liberdade definitiva.

De acordo com Silveira (1971) sobre o regime de semiliberdade na modalidade de prisão albergue, em São Paulo, este novo formato de execução do regime de semiliberdade apresentado na Irlanda, inspirava uma nova estrutura prisional a da prisão aberta, na qual o recluso poderia ser transferido do regime de reclusão total para as prisões especiais ao ar livre, como as agrícolas e as semiabertas, nas quais o preso poderia trabalhar fora do estabelecimento prisional. Sobre a temática, também discorre Muakad (1990), ao abordar a temática da prisão albergue, e o próprio Silveira (1981), ao tratar também sobre prisões abertas, incluindo o regime de semiliberdade. Segundo eles, em tais espaços os regimes disciplinares são mais brandos e o preso tem uma vida semelhante à de um trabalhador livre: sem muros, algemas, castigos corporais ou mesmo uniformes e com remuneração, comunicação livre entre os presos e a população livre e possibilidade de escolher o tipo de trabalho.

A partir da experiência irlandesa, de fato, introduziu-se a concepção e materialização da semiliberdade, propiciada pelo aperfeiçoamento do sistema progressivo da pena e suas adequações às novas estruturas de organização social e suas exigências, surgindo várias experiências e modelos para execução desse regime prisional. Por outro lado, Muakad (1990) e Bitencourt (2004) salientam que a experiência de Montesinos, na Espanha, foi a que realmente contribuiu para a construção do que atualmente chamamos de semiliberdade. Tal experiência inovou com a proposta do trabalho remunerado, com as licenças para sair, a integração de pequenos grupos e o desenvolvimento de uma proposta com foco no caráter regenerador, sem priorizar as fechaduras, obtendo grande êxito na época. Leal (1998), por sua vez, destaca a influência dessas prerrogativas e de seus sucessos na legislação brasileira, especialmente as experiências das colônias penais que possibilitavam aos detentos trabalho ao ar livre nas zonas

rurais, com remuneração e menor vigilância. Estas experiências introduziram as discussões de implantação do sistema progressivo e das penas alternativas no Brasil, compondo o Código Penal de 1940, Lei nº 7.209/84, conforme indica o mesmo autor.

Acerca do Sistema de Montesino, idealizado pelo Coronel Manuel Montesinos e Molina – espanhol que, por ter conhecido o sistema prisional durante a guerra da independência de seu país e por isto ter conhecido na pele as limitações da vida prisional, tornou-se precursor do tratamento humanitário aos reclusos –, observa-se que seu projeto foi aplicado no Presídio de Valência, na Espanha, no qual seu idealizador foi diretor e obteve grande êxito ao diminuir o número de reincidências de 35% para 1%, influenciando diretamente nas reformas do sistema a na indicação da semiliberdade como alternativa, conforme mencionam Muakad (1990) e Bitencourt (2004).

Sem abandonar o rigor da disciplina, o método de Montesinos preconizava uma prática prisional de respeito à pessoa do preso, ou seja, sem aplicações de castigos físicos ou tratamentos infames ou desonrosos. A principal mudança que esse método trouxe foi a defesa da ineficácia da manutenção de ações calcadas do suplício do corpo, pois os castigos corporais eram mais prejudiciais do que benéficos, conforme salienta Bitencourt (2004) citando escritos de Montesino.

Desse modo, Amaral (2012), em sua dissertação de mestrado, que discute sobre a reinserção do apenado, interpreta que a severidade da disciplina se mantinha pelo exercício da autoridade moral e de relações baseadas em confiança e estímulo à construção de autoconsciência nos reclusos. Trata-se de um modo disciplinar que encontrou o equilíbrio entre o exercício da autoridade e da atitude pedagógica, conseguindo, dessa forma, reorientar o detento. Tal regra, embora não tenha predominado no século XX, nem predomine nos dias atuais, perdura como ideal, como o princípio da legalidade, no qual o *poder disciplinar*[14] da prisão não pode ser exercido de forma arbitrária pelos dirigentes, mas deve haver regras que determinem suas condutas.

Entre as ideias de Montesinos que ainda perduram nos dias atuais, destacam-se o trabalho como estratégia de reabilitação e a diminuição da pena como forma de recompensa pela boa conduta do condenado: o trabalho com ênfase na sua função terapêutica e como forma de

[14] "[...] o corpo é dividido em unidades, por exemplo, as pernas e os braços. Estas unidades são tomadas separadamente e submetidas a um treinamento preciso e calculado. O objetivo é o controle e a eficiência da operação sobre as partes e sobre o todo" (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 169). Ou "o poder do tipo disciplinar, tal como aquele que é exercido [...] é uma fórmula inventada em um momento determinado, que produziu um certo número de resultados, que foi vivida como totalmente insuportável ou parcialmente insuportável; [...] O poder não é a disciplina: a disciplina é um procedimento possível do poder" (FOUCAULT, 2011, p. 224).

despertar o interesse pela vida produtiva, motivando a perspectiva de futuro, e a diminuição da pena como estímulo à mudança de conduta em prol da liberdade plena, sendo a semiliberdade uma das fases possíveis para atingir esse objetivo, conforme lembra Muakad (1990) e Bitencourt (2004).

Conforme Leal (1998), Bitencourt (2004) e Amaral (2012), apesar do grande êxito e da boa repercussão que os sistemas irlandês e espanhol alcançaram, sua efetividade foi questionada e sofreram modificações substanciais em países como Alemanha, Suécia e Dinamarca, formando aos poucos o sistema de individualização das penas com base nos preceitos científicos.

Em geral, o que se observa das reformas dos sistemas penais é a busca de estratégias capazes de controlar e ordenar as massas urbanas em fase de desenvolvimento na época de seu reordenamento, ou para manter o modelo social proposto ou para alterá-lo. Nesse sentido, a proposta de semiliberdade é construída para colaborar com as organizações da sociedade modelo, com vistas aos objetivos sociais na busca da vigilância que controla, disciplina, domestica e reproduz sem grades, muros ou algemas.

Com a tônica da racionalidade, da humanização e da individualização científica e considerando a historicidade do sistema prisional, pode-se pensar que a semiliberdade que apareceu discretamente como uma fase dentro do sistema penal para reconhecer as mudanças individuais do apenado ao longo de seu processo punitivo e transformador em busca de sua liberdade, aos poucos se separou e se tornou uma nova modalidade de prisão. Trata-se, pois, de um espaço antagônico por excelência, tanto por sua essência quanto pela estrutura, pois sem o aparato físico do cárcere deve imprimir a privação de liberdade e, ao mesmo tempo, reconhecer e proporcionar a continuidade dos bons comportamentos dos prisioneiros, adquiridos preferencialmente após o período de regime totalmente fechado.

1.2 SEMILIBERDADE: UMA PROPOSTA MODERNA DE PRISÃO

A atual estrutura da semiliberdade tornou-se possível a partir da compreensão da prisão como um instrumento capaz de ir além da simples privação de liberdade, ou seja, capaz de não apenas vigiar e punir, mas sim monitorar e controlar, fazendo analogia ao que diz Passetti (2008) no texto sobre política e resistências na sociedade de controle. Como já apontava Foucault (2012f, p. 230), a prisão “tende a se tornar um instrumento de modulação da pena: um aparelho

que, através da execução da sentença de que está encarregado, teria o direito de retomar, pelo menos em parte, seu princípio". Assim, iniciada por via das liberações condicionais e das semiliberdades como etapas do sistema progressivo, a modulação da pena é associada, desde muito cedo, à atividade dos administradores das penitenciárias como um princípio indispensável para o bom funcionamento destas instituições, principalmente em sua tarefa transformadora.

A modulação é substancial ao coerente desempenho dos fundamentos da pena, instrumento regulador do comportamento humano. Tal formato de regulação presente está no sistema prisional que faz refletir e indagar sobre seus princípios e a sua capacidade ou não de punir e educar ao mesmo tempo. Tal ambiguidade é debatida ao longo da história das prisões, como enfatiza Michel Foucault quando alerta que

> [...] ao querer ser corretiva, ela perde sua força de punição, que a verdadeira técnica penitenciária é o rigor, e que a prisão é um duplo erro econômico: diretamente pelo custo intrínseco de sua organização e indiretamente pelo custo da delinquência que ela não reprime (FOUCAULT, 2012f, p. 254-255).

Como já descrevia Foucault há 40 anos na obra *Vigiar e punir*: nascimento da prisão, apesar da existência dessa crítica, as respostas sempre se concentraram na reorganização dos princípios da boa condição penitenciária. A narrativa histórica das instituições prisionais indica para o reordenamento das estratégias conforme ocorrem as mudanças históricas, sociais, econômicas e culturais. Entretanto, a base da proposta não muda substancialmente, talvez devido à base conceitual da sociedade atual, em que pese os princípios de liberdade, igualdade, individualidade e cientificidade. Assim, a lógica de funcionamento das prisões foi sendo impressa em consonância com a política instalada dentro do processo de organização dos Estados Nacionais em discussão e construção na Europa na época do surgimento dessas instituições, e influenciada pelos ideais iluministas posteriores à Revolução Francesa e aprimorada após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.

As novas configurações da sociedade, que conforme Foucault (2012f) acoplam na dinâmica da sociedade disciplinar[15] a da sociedade de controle[16], destacada inicialmente por

[15] Sociedade disciplinar, compreendida como a sociedade que visa à institucionalização por via do enclausuramento e da docilização dos corpos, que devem ser disciplinados por vários espaços sociais, como a escola, as fábricas, as prisões, os hospícios etc. (FOUCAULT, 2012f).

Deleuze (2010) no texto "Controle e o devir", exigiram readequações da proposta prisional. Pensa-se que as propostas inicialmente construídas e concretizadas e seus avanços com o sistema progressivo não eram suficientes para a manutenção do sistema capitalista, democrático e liberal com as mudanças históricas ao longo das duas guerras mundiais, não davam conta da realidade que se apresentava e se constituía. Tais aspectos são destacados nas discussões feitas por Passetti (2008) e por Augusto (2013), que discutem as penalizações e o controle contra adolescente autor de ato infracional.

Apesar dos fracassos ocorridos ao longo da história em se aplicar a função transformadora das prisões, as normas continuaram baseadas nas sete máximas da boa condição penitenciária, a saber, no princípio da correção, da classificação, da modulação das penas, do trabalho como obrigação e direito, da educação penitenciária, do controle técnico da detenção e das instituições anexas destinadas aos egressos.

Com base no estudo foucaultiano, o primeiro princípio, ou seja, o da correção, alicerça-se na transformação do comportamento do preso a partir de sua busca pela liberdade. A correção só é possível com a modulação das penas associadas ao seu tempo de duração, uma vez que se o prazo fosse curto demais não seria suficiente para corrigir e imprimir a ideia do trabalho; por outro lado, se fosse eterno a conduta do preso seria indiferente à correção, promovendo evasões, fugas e conflitos.

O princípio da classificação associa-se à questão da segurança e do afastamento do potencial de aprendizado da criminalidade. Assim, prevê o uso de técnicas corretivas para isolar e repartir os indivíduos de acordo com a pena e a idade. Tal princípio, em tese, visa a preservar as singularidades individuais e, com base em uma lógica da moralidade cristã, pressupõe um julgamento que diferencie crimes realizados pelas circunstâncias dos intencionais ou, mesmo, considere se quem o praticou foi educado ou não para responder adequadamente.

Já o terceiro princípio, a modulação das penas, almeja estimular no preso a mudança de comportamento e adesão da proposta corretiva do sistema para obter recompensa ligada à diminuição de sua pena até a obtenção da liberdade total, conforme os resultados de cada um. Nesse princípio, encontra-se a formulação dos sistemas progressivos originários das ideias de

[16] Sociedade de controle, nesta o poder é exercido por uma rede contínua de vigilância que exerce o controle de um sobre o outro pelas relações pessoais e espaciais. E os dispositivos disciplinares se intensificam e se estendem para fora das instituições, por meio de um sistema de redes que abarca todo o corpo social (Deleuze, 2010).

liberdade condicional e semiliberdade, pois o objetivo é modificar o "mal" e, à medida que isso ocorre, não há mais sentido de se manter o criminoso na prisão.

O princípio do trabalho como obrigação e como direito fundamenta-se no caráter antes intitulado regenerativo, e hoje ressocializador, tendo no trabalho penal uma ferramenta terapêutica para o desenvolvimento da moralidade em consonância com as regras sociais. Por outro lado, o trabalho surge como uma forma de castigo, uma vez que os trabalhos inicialmente eram forçados e se davam em uma condição do encarceramento, só que em "uma prisão ao ar livre" (FOUCAULT, 2012f, p. 111).

Acerca do princípio da educação, o autor pontua que este visa a oportunizar condições de aprendizagem escolar e profissional aos detentos, tanto com caráter pedagógico como de recompensas, pautando-se em exercícios repetitivos e, ao mesmo tempo, diferentes, o que possibilita a disciplinarização dos corpos e a diferenciação entre os indivíduos conforme sua qualificação. Baseados também na busca pela perfeição, os exercícios cada vez mais complexos seriam capazes de marcar a aquisição do saber e o bom comportamento.

Ainda de acordo com Foucault (2012f), o princípio do controle técnico da detenção alicerça-se na avaliação de pessoas especializadas para a obtenção das progressões dos sistemas, incluindo a liberdade final, com uso de técnicas e moralidade próprias para fazer tais julgamentos. A partir desse princípio, os especialistas aparecem como ferramentas chaves do processo, como os que têm a técnica e a capacidade de realizar a avaliação dos aspectos inerentes à moralidade, à evolução educativa e ao efeito do trabalho nas individualidades singulares.

E, por fim, acerca do princípio das instituições anexas, o autor menciona que este se apoia no suporte e vigilância do detento após a saída do sistema como forma de garantir a mudança até então apresentada dentro do sistema. Trata-se de um princípio pautado na organização de instituições de acompanhamento do egresso no processo de readaptação à vida em liberdade.

A proposta de semiliberdade não só não fugiu a estas máximas como se tornou possível a partir delas. Com a ideia de quantificação das penas e possibilidade de graduá-las caso a caso, como mecanismos viabilizadores do ideal corretivo, o detento era motivado a aderir às propostas do sistema prisional e passar por suas fases, dentre elas a semiliberdade, inicialmente como forma de reconhecimento de seu esforço pessoal e responsável. Diante desses apontamentos, analisa-se que a semiliberdade aparece como uma fase do sistema prisional, parte constituinte da boa condição penitenciária. Por outro lado, de acordo com as discussões de Muakad (1990) e Leal

(1998), ao longo de sua evolução, a semiliberdade irá se inovar e lançar vários outros formatos ao longo de sua evolução, sem abandonar os princípios fundamentais da boa penitenciária e intensificando as exigências de respostas por parte do indivíduo frente à tarefa de moldar seu "mau" comportamento.

As leituras também permitem aferir que o modelo prisional de semiliberdade na atualidade ainda segue em termos gerais a mesma lógica proposta no projeto de liberdade condicional, cujo idealizador, Bonneville, em 1986, define como sendo uma estratégia a ser utilizada pela administração penitenciária para reconhecer as evoluções do condenado mediante certos critérios e um suficiente período de reclusão, que possibilite ao indivíduo sair em liberdade provisória com vistas a sua reintegração (BONNEVILLE, 1986 *apud* FOUCAULT, 2012f).

O modelo do regime de semiliberdade manteve a expiação, punindo com o retorno ao confinamento quem não seguisse suas regras e visando com a educação e o trabalho manter os corpos disciplinados a ponto de corrigir os comportamentos não favoráveis à vida numa sociedade igualitária e pacífica, pois se o homem não é bom nem mal, a questão era ofertar condições para que aquele pudesse expressar apenas o bem.

A concepção do modelo de semiliberdade, como parte do sistema de privação de liberdade, também continuou se baseando na arte de punir o comportamento por meio do método disciplinar e acopla a compreensão moderna da sociedade de controle com métodos de monitoramento e controle. A evolução do formato para sua execução mudou, mas tornou-se uma expressão de novo que não é nada mais que o velho reformado. Atualmente, defende-se o trabalho em pequenos grupos, que devem ser hierarquizados e organizados a partir de modelos referenciais, como na colônia de Mettray, em 1840. Na área juvenil, no Brasil, o que se diferencia no trabalho em semiliberdade do modelo de Mettray, por exemplo, é que a estrutura não é mais de colônias penais, e sim de casas de modelos residenciais, com pequenos grupos conectados à vida comunitária daquele indivíduo, a ideia não é o isolamento da sociedade e sim sua conexão direta com esta, um controle por meio da vigilância na rede, na comunidade, na família, na escola, na saúde.

No que se refere à área da infância e juventude, um dos aspectos relevantes desse movimento histórico da construção da semiliberdade é que a convicção do princípio da correção e o caráter transformador da pena fizeram olhar para os mais jovens como potencialmente capazes de beneficiar o sistema. A colônia de Mettray, por exemplo, é citada por Foucault

(2012f) como um modelo prisional que usava todas as ferramentas disciplinadoras em sua proposta como forma de poder e, na época, era aplicado a pessoas na faixa etária que hoje se designa como crianças e adolescentes. A partir desses dados históricos, pode-se aferir que a semiliberdade nasce junto com ações políticas pensadas na época para o público infanto-juvenil, capaz de ser transformado, regenerado, socializado, moldado com mais facilidade, devido ser uma pessoa em fase de desenvolvimento. Na época, a escolha desse público para tal empreendimento não era neutra, como até hoje tampouco é. Os mais jovens, dada a sua condição física e intelectual, tornam-se indivíduos em potencial para a transformação e fixação de novos modelos: um instrumento de subjetivação e construção de novos paradigmas de uma nova interpretação e condução da ideia de sociedade.

De igual forma, a possibilidade de reordenamento do modelo de semiliberdade na concepção moderna da sociedade de controle se apresentou na Inglaterra, em 1902, com experiência na área da juventude. Criava-se uma instituição sem grades, nem muros, para abrigar jovens de 16 a 21 anos, com atividades de instrução moral e profissional: era, pois, o chamado sistema Borstal, oficialmente instituído em 1930 (MUAKAD, 1990). Tal modelo foi se adequando e constituindo o que hoje é denominado prisão albergue, um modelo de prisão aberta, que se assemelha pelo formato, concepção e estrutura com a matriz de semiliberdade das medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes brasileiros, conforme orientações do SINASE (BRASIL, 2012b). Dentro do rol de várias configurações do sistema de semiliberdade, aparecem as chamadas prisões abertas, intituladas em suas variantes como *work release* ou *work furlough* (licença para trabalho, mas vivendo em uma residência provisória estatal ou federal), *hostels* de semiliberdade (prisão albergue, podendo ser executada tanto dentro de uma residência provisória como a partir de um estabelecimento penal fechado), prisão albergue, *parole* ou *probation* (liberdade condicional com a supervisão de agentes de condicional), prisão noturna (o indivíduo retorna ao estabelecimento prisional fechado à noite), confinamento de final de semana (o indivíduo é recluso somente aos fins de semana) e prisão domiciliar.

Conforme Comissão Penitenciária de Benelux, a definição de semiliberdade foi descrita "[...] como modalidade do regime penitenciário que consiste em autorizar o recluso a sair do estabelecimento, segundo determinadas condições, durante certas horas do dia, para trabalhar ou para dedicar-se a atividades suscetíveis de favorecer sua reabilitação social [...]" (SILVEIRA, 1971, p. 13). Assim, as formas de execução e aplicação da semiliberdade podem ser as mais

variadas possíveis, como exposto acima, cada qual estando disposta em um formato, mas dentro da lógica descrita, conforme conceito definido em Benelux.

Apesar de as novas roupagens terem sido agrupadas ao longo da formulação do modelo da semiliberdade, as leituras e reflexões apontam para a manutenção das ideias concretizadas em Mettray, as quais almejavam manter a privação de liberdade sem muros, sem ferrolhos, mas conforme os modelos referenciais, visando à adequação do indivíduo através do rigor disciplinar. Somente aquele capaz de resistir à rígida normatização pode ser inserido neste modelo prisional de semiliberdade, como expressam Silveira (1981) e Muakad (1990).

Entre os tipos de prisão semiaberta e aberta, e para fins desta pesquisa, destaca-se a prisão albergue, por ser o modelo que se assemelha ao utilizado para executar as semiliberdades na área infanto-juvenil no campo a ser pesquisado – com um diferencial na área infanto-juvenil no Brasil, que não é considerada pena e sim medida, podendo ser aplicada como primeira opção, sem necessariamente passar pelo regime fechado. O modelo de semiliberdade como prisão albergue – assim intitulada pelo direito penal – é ainda hoje também muito difundido nessa área como alternativa ao meio de reclusão total, por preservar a relação do condenado com o ambiente social e familiar, possibilitando-lhe trabalhar como um cidadão comum e desenvolver o senso de responsabilidade. Para Muakad (1990) e Silveira (1981), tal modalidade permite diminuir as superlotações dos presídios e penitenciárias, combate a ociosidade e é economicamente menos onerosa, além de em tese focar na ideia de tratamento, desviando o foco da expiação.

No Brasil, a modalidade prisão albergue foi defendida por Silveira (1981) e captada pelas legislações brasileiras, seja na área da infância e juventude, seja para o modelo que atende aos adultos. A semiliberdade é considerada um direito do condenado com condições de se beneficiar dessa modalidade, tendo por base conceitual o estabelecimento de uma relação de confiança e a capacidade de o condenado cumprir o regime disciplinar focando em responsabilidade pessoal.

Nessa modalidade, o modelo de execução da semiliberdade necessita do consentimento da disciplina, do monitoramento e do controle da reprodução de todas as variáveis do ambiente social, regulados por trabalho, intelectualidade e moralidade, conforme aponta Muakad (1990). Tal modelo só pode ser implementado dentro das formas de organização social calcadas no controle, sendo necessário o desenvolvimento e a ampliação das práticas de controle a céu aberto, com o consentimento de quem é controlado, de modo que se passe da lógica do vigiar e punir para a lógica do monitorar e controlar, sem, no entanto, abandonar a primeira por inteiro, como

apontam Passetti (2008) e Augusto (2013). Ou seja, a semiliberdade se modernizou, adotando um novo formato para a preservação da lógica prisional baseada na razão e humanização da pena.

Diante da análise da prevalência dos princípios e da lógica de funcionamento do sistema prisional, incluindo a semiliberdade, apesar das inúmeras reformas, questiona-se em que o sistema se alterou e como poderia ter se tornado capaz de atingir seu duplo objetivo. A análise do funcionamento da semiliberdade com vistas a atingir tanto o objetivo de punir quanto o de educar é parte da investigação desta pesquisa. Tal análise está pautada no que depreende Foucault (2012f), segundo o qual a indagação a ser feita não é por que o sistema se mantém fracassando, e sim a que serve seu fracasso. Para Michel Foucault,

> [...] sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não "reprimiria" pura e simplesmente as ilegalidades; ela as "diferenciaria", faria sua "economia" geral. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação (FOUCAULT, 2012f, p. 258).

Dentro da nova lógica da sociedade de controle, a semiliberdade e suas atualizações se fortalecem e se propagam, num processo que se intercala com os mecanismos da sociedade disciplinar. As práticas contemporâneas não suspendem o regime fechado de reclusão, mas, aos poucos, reivindicam a ampliação das penas alternativas na área do adulto ou seu correlato, e, na adolescência brasileira, reivindicam a ampliação das medidas socioeducativas semiabertas e abertas. Trata-se, pois, de um formato que propaga uma nova lógica de funcionamento, concretizável na sociedade de controle. Assim, na contemporaneidade, os países buscam aplicar as execuções das penas alternativas, dentre elas a semiliberdade como uma prisão aberta.

1.3 SEMILIBERDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO E SUA APLICABILIDADE

Diante das transformações do cenário político após a Segunda Guerra Mundial e em meio à Guerra Fria, houve mudanças no mundo em prol da efetivação dos direitos humanos. Nesse contexto, evidenciou-se a preocupação de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU)[17], em promover a paz e disseminar os princípios liberais de sociedade e democracia.

A democracia pregada pelos Estados Unidos no período posterior à Guerra Fria saía vitoriosa e, concomitantemente, novos funcionamentos se engendravam para a substituição do controle intermitentes do modelo de sociedade disciplinar aos ininterruptos da sociedade de controle, conforme escreve Passetti (2008) ao discorrer sobre os estudos de Gilles Deleuze de 1968. Para Deleuze (2010, p. 222), "nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço".

Nessa perspectiva, as atuais configurações da semiliberdade também foram se modificando, ancoradas nos programas defendidos pela ONU, e parecem atrelar-se ao fundamento da sociedade de controle, na qual se estabelecem, a cada instante, estratégias para monitorar o indivíduo e, assim, não necessitar mais dos muros e do poder disciplinador como métodos de controle e dominação, conforme se observa nas análises de Costa (2004) e Passetti (2008) acerca dos estudos de Gilles Deleuze.

Como interpreta Costa (2004, p. 161), abordando Deleuze,

> A sociedade de controle seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. O que haveria aqui, segundo Deleuze, seria uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social.

Ou seja, a vigilância por meio do monitoramento continua sendo, tal como na sociedade

[17] Entre as muitas reformas e projetos para imprimir um caráter transformador à instituição prisão, a ONU, após a Segunda Guerra Mundial, fomentou uma série de discussões que culminaram em orientações desta instituição internacional sobre a formação do sistema penal dos países que optaram pelas novas configurações da democracia com bases internacionais para a organização política, social e especialmente econômica.

disciplinar, “um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2012f, p. 169), agora, porém, podendo interpenetrar nos novos fluxos de relações dinâmicas das novas organizações das sociedades que visam a ter um modelo único de cidadão no globo terrestre.

Com as tecnologias de controle se expandindo e se fortalecendo, em seus novos formatos a semiliberdade tornava-se factível e condizente com as inovadoras maneiras de ser na sociedade de controle, com seus princípios democráticos e humanitários da declaração dos direitos humanos universais. Na área penal, os primeiros documentos publicados para a modernização das diretrizes penais partiram do Primeiro Congresso das Nações Unidas para a Prevenção ao Crime e Tratamento dos Infratores, realizado entre agosto e setembro de 1955 e cujo relatório foi publicado em 1956, época de transição entre o período de guerras no início do século XX e das revoluções comportamentais e tecnológicas da metade para o final deste século (SILVEIRA, 1981; MUAKAD, 1990).

Os documentos iniciados nesse primeiro encontro e os dos demais geraram as primeiras normativas internacionais sobre as quais os países signatários devem basear sua política associada ao sistema prisional, seja pelo viés da segurança e/ou do desenvolvimento social. Entre as prerrogativas dessas normativas, consta a garantia de direitos humanos dentro do sistema penal, como o direito à dignidade, à alimentação, à educação, ao trabalho, à profissionalização e à saúde. Na área penal dos adultos, surgiram leis ligadas às execuções penais e, posteriormente, à área da infância e juventude, que continuaram afirmando a crença na concretização das máximas de uma apreciável penitenciária ao mesmo tempo em que promovem a diminuição das desigualdades por meio da garantia de direitos.

Vários países como o Brasil assumiram o compromisso de seguir tais orientações como estratégia para inserção na política econômica mundial. Apesar de, em tese, vários países seguirem a mesma lógica, a realidade de cada continente e país envolvidos é diferente e, com isso, os contornos da questão penal se apresentam, cada um a seu modo, envoltos num contexto social, político e econômico específico.

Na Europa, para fomentar essa nova forma de encarceramento, foi criada a Confederação Europeia de Reinserção Social (CEP), com a finalidade de estimular o aumento da execução de medidas em meio aberto e semiaberto, como a liberdade condicional, segundo informações do

site oficial da confederação de 2014 (EUROPE, 2014). Esta federação visa profissionalizar o trabalho na área para torná-lo mais eficaz e, com isso, mais aplicado. Tais experiências são fruto de um movimento histórico dos embates conceituais que alicerçam a atuação no sistema penal. Inicialmente, prevaleciam os conceitos da Escola Clássica do Direito, apoiada no ideário iluminista, a qual defendia a prisão como tratamento, considerando a ideia de um indivíduo infrator racional e capaz de, por meios adequados, ser corrigido. Posteriormente, devido às dificuldades de atingir tais objetivos dentro de prisões como a da Filadelfia e a de Auburn, surgiu a Escola Humanista de Lombroso, a qual buscava a regeneração do detento, que seria doente e precisaria ser tratado, também não se apresentando eficiente na sua tarefa de diminuir a reincidência, que crescia com o aumento populacional e o processo de urbanização e industrialização. Então, surgiu a Escola da Nova Criminologia, a qual buscou conciliar as ideias das duas escolas anteriores, focando no controle social do delito e voltando-se não apenas ao indivíduo, mas também para as esferas da comunidade de modo a criar uma rede de fiscalização, intervenção, controle e domínio, conforme exposto na dissertação de mestrado de Santos (2011) sobre a política prisional em Portugal na contemporaneidade.

Com este viés das discussões da Nova Criminologia, seguiram os debates internacionais, enaltecendo a educação prisional como um meio para minimizar a reincidência, diminuir a criminalidade e prevenir o delito. Ou seja, para controlar a transgressão eram necessárias novas estruturas e o modelo de prisão aberta era um caminho. Com o discurso educativo e a defesa dos direitos humanos, visando a apaziguar os conflitos dentro do sistema prisional e, ao mesmo tempo, criar uma teia de monitoramento e controle, a Organização das Nações para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também defende as orientações da ONU sobre o bom funcionamento do sistema penal, com a garantia dos direitos humanos. Tais direcionamentos foram seguidos pelo ECA (BRASIL, 1990), na época em que o Brasil retomava as ideias democráticas, após longo período de ditadura, e contribuíram para a formação da rede de proteção e das várias instituições necessárias a esta formação: conselhos tutelares, órgãos de execução de medidas socioeducativas, conselhos de direitos etc.

As propostas dos documentos internacionais sobre regras de prevenção e tratamento dos presos e o ECA preconizam a adoção de ações que favoreçam a ligação do condenado com a comunidade e, com isso, com os fluxos de controle da nova sociedade. Assim, a partir de uma rede de proteção, garante-se a prevenção, o apoio e o domínio social.

No cenário internacional, o foco das discussões em torno do direito penal e das escolas tradicionais está na autonomia do indivíduo, que é capaz de se organizar para passar pelas fases do sistema penal, como a semiliberdade ou a liberdade condicional, apoiado pelos agentes de liberdade condicional, como apontado pela CEP na Europa. Ilustra tal perspectiva o filme *Atmen* (2011)[18], o qual narra a história de um jovem condenado que, mesmo dentro do sistema prisional em regime fechado, pode na fase de teste antes de sua audiência, como transição para a liberdade, sair para trabalhar, auxiliado pelo seu agente de liberdade condicional. O filme também demonstra a responsabilidade atribuída ao indivíduo em vistas ao seu processo, pois, além do compromisso de acordar, organizar seus horários, fazer suas atividades, cabia ao jovem, conforme suas rotinas, avisar os guardas penitenciários para os procedimentos de revistas corporais minuciosas e abertura de portas e trancas.

No Brasil, os novos modelos de semiliberdade também surgiram dentro dos formatos e discussões europeus, bem como das orientações internacionais, estando tal modelo formalmente associado à proposta penal designada aos adultos, como sistema jurídico, e sendo denominado de regime semiaberto. Ele começou a ser delineado formalmente junto ao sistema adulto na Constituição de 1824, ainda no período do Império, com a determinação de as instituições carcerárias adaptarem-se a ofertar trabalho aos presos. Com o Código Penal de 1890, período em que o Brasil já passava para uma nova reestruturação política saindo do Império para a República, instituiu-se a progressão do regime fechado para o regime semiaberto em presídios agrícolas.

Nesse processo de construção e desenvolvimento da semiliberdade no Brasil, aos poucos foram sendo incorporadas as novas discussões do moderno tratamento penal, apresentadas nas diversas edições do Colóquio Internacional da Fundação Internacional Penal e Penitenciária, no qual se analisavam as novas práticas e métodos de restrição de liberdade. Em 1965, foi incorporada na legislação jurídica do Estado de São Paulo a possibilidade de implementação da semiliberdade por meio da modalidade de prisão albergue, como cita Alípio Silveira (1981). Contudo, só com a Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, momento em que o cenário já possibilitava essa nova configuração, dentro do processo de reordenamento da política brasileira em torno da busca pela democracia, é que foram reconhecidos os direitos humanos dos presos,

[18] *Atmen*, ou seja, *Respirar*, é um filme austríaco lançado em 2011 pelo diretor Karl Markovics. Relata a experiência de um jovem de 18 anos preso em um centro de detenção juvenil, tendo conseguido receber, após cumprir parte da pena, o benefício da liberdade condicional nos moldes da ideia de semiliberdade.

tornando-se proibida a violência por parte de funcionários, e postulou-se como principal objetivo a ressocialização dos detentos, garantindo a assistência educacional, o ensino profissionalizante, a assistência médica, jurídica, social, religiosa e material, bem como o trabalho remunerado do presidiário, conforme mencionam os estudos de Maia *et al.* (2009) sobre a história das prisões no Brasil.

Na área da infância, a ONU discutia os direitos das crianças e a maioridade penal, referendando em 1989 o documento sobre o direito das crianças. No Brasil, já havia pessoas envolvidas com tais discussões, criando um movimento que originou o ECA (BRASIL, 1990), um norteador para a nova concepção de sociedade e sua forma de organização burguesa. Na França, modelo para o Brasil em semiliberdade juvenil, os adolescentes entre 13 e 15 anos gozam de uma presunção relativa à não responsabilidade penal, tendo a pena fixada obrigatoriamente diminuída. No caso dos adolescentes entre 16 e 18 anos, a diminuição fica a critério do juiz, conforme dados apresentados pelo Ministério Público do Paraná em 2011. Este país também prevê um sistema de semiaberto juvenil, com várias medidas de restrição de liberdade passíveis de revisão judicial, como o modelo de residência, o centro educacional fechado ou a detenção. O primeiro consiste numa prisão domiciliar com monitoramento eletrônico; o segundo, uma alternativa ao encarceramento caso o adolescente venha a cumprir as obrigações a que está sujeito, por um período de seis meses com três fases, renovável uma vez, com o objetivo de construir um plano educacional adequado àquela pessoa e com a tarefa de manter laços com a família; e, por fim, o terceiro modelo é aplicado quando o juiz decide pela guarda do adolescente, conforme divulgado em notícia no site oficial no Ministério da Justiça francês, em 2013.

No Brasil, o desenvolvimento específico de semiliberdade para adolescentes, formalmente descrita, em legislação conecta-se com a história das políticas públicas voltadas à infância e juventude, instituída como estratégia de intervenção específica já no Código de Menores de 1979, preservada posteriormente pelo ECA e atualmente pelo SINASE, de 2012; contudo, com concepções e possibilidades diferentes de execução. No Código de Menores, o sistema se associava à semiliberdade, como um regime prisional progressivo, em que o adolescente antes deveria passa pela privação total da liberdade e se merecesse conquistaria a progressão para o regime de semiliberdade. O ECA (BRASIL, 1990), apesar da mudança no entendimento do adolescente como sujeito de direito, e não mais objeto de intervenção, fez poucas alterações sobre o que seria ou como deveria ser a semiliberdade, dando a esta o atributo de medida e a

possibilidade de ser aplicável sem o adolescente passar necessariamente pela internação. O SINASE (BRASIL, 2006, 2012b), ainda faz pouco aprofundamento, mas referenda o modelo sinalizado no Código de Menores de 1970 de “casa de semiliberdade”, como novo formato de responsabilização de adolescente, semelhante à ideia apresentada por Silveira (1981) sobre prisão aberta. Nestes últimos documentos legislativos, também é enfatizada a necessidade de preservar os direitos a saúde, educação, alimentação, profissionalização, assim como os pressupostos da LEP, isto é, um sistema penal juvenil, apesar de defesas contrárias.

Mesmo com a alusão de ser uma forma de evitar o confinamento desnecessário do adolescente ou dos adultos, ou de ter sido implantada com sucessos no Estado de São Paulo, como aponta Silveira (1981), e de ser bastante difundida pelos órgãos internacionais, a aplicação da semiliberdade ainda é restrita, prevalecendo a privação de liberdade em estabelecimentos de reclusão total. Os entraves de sua expansão podem estar alicerçados na dificuldade de abrir mão da lógica do vigiar e punir para monitorar e controlar como forma de tratamento, e não de pura expiação, haja vista nem sempre este modelo afastar o que é designado pelas leis sociais e jurídicas de perigo iminente. A possibilidade de evasão é eminente, o controle se dá por meio da palavra e a normatização de um modelo disciplinar rígido nem sempre é suportada pelos internos, mas justificada pela literatura em virtude da conduta dos condenados, hábeis transgressores.

A análise permite compreender que a valorização desse novo formato de semiliberdade é funcional para a sociedade de controle. Questiona-se, desse modo, se seus objetivos são realmente a inserção do indivíduo ou, como já dito, o controle social independente da regeneração, que se torna um discurso para se continuar com a defesa do encarceramento, mas, agora, a céu aberto, conforme salienta Passetti (2011). Trata-se de uma inserção que perpassa várias faces das ações políticas ao longo da história das ações públicas, como é o caso brasileiro, que tenta reproduzir as ideias modernas e organizar sua estrutura em prol do destaque internacional, das novas modalidades de interações democráticas nas esferas políticas, econômicas e sociais. Tais interações estão alicerçadas na construção de política pública, dentre elas a de Socioeducação interligada às ações da assistência, incluindo as destinadas à infância.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A NECESSIDADE DE NOVAS FORMAS DE CONTROLE

No Brasil e em toda a América Latina, a implantação das políticas públicas acompanhou os modelos internacionais considerados modernos, mas em ritmo diferente. Neste continente, as ações públicas foram marcadas por práticas populistas do século XX, conforme salientam os estudos de Nunes (1997), sobre a política brasileira. Tal autor destaca que, nestas ações públicas, os governos investiram recursos públicos em setores como o da indústria, separando a economia da sua dimensão social. A crença era a de que, com o desenvolvimento da economia por meio das grandes empresas, todos seriam beneficiados, incluindo a grande maioria da população. Contudo, a distribuição de fato dos benefícios nunca ocorreu de forma igualitária, exigindo ações de políticas públicas em outros setores, como o das políticas sociais, para amenizar o impacto da balança negativa entre mercado e sociedade.

O mesmo autor discute sobre o processo de efetivação de políticas públicas entre as décadas de 30 e 60, frisando os padrões institucionais da relação entre sociedade e Estado como clientelismo[19], corporativismo[20] e universalismo de procedimento[21]. Uma das principais características de reforma do setor público no período, conforme Nunes (1997), foi o uso a tentativa de implementação do universalismo de procedimento. Além disso, frisa o autor, que concomitante com os investimentos públicos no setor de desenvolvimento econômico via industrialização, se efetivaram investimentos em política sociais associadas às características clientelistas. Destaca também a necessidade de formar novos cidadãos e criar leis e instituições para atingir tal intuito. Nessa perspectiva, consolidaram-se práticas na área da infância e juventude, como a instituição do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) pelo Decreto Lei nº 3.779, de 1941.

Nesse contexto, Lima (2012), ao discutir sobre política pública, pontua que as bases do capitalismo dependente se firmavam e, concomitantemente, apareciam as políticas públicas na área social que, por meio dos programas de assistência social, almejavam acalmar os revoltosos (movimentos comunitários/populares, operários, sindicalistas) que lutavam por direitos de

[19] Baseado na relação de troca entre pessoas específicas da sociedade e do Estado visando à proteção e ao apoio políticos (NUNES, 1997).

[20] Regula as relações através de corporações representativas conforme os interesses das políticas (NUNES, 1997).

[21] Estabelece-se na troca generalizada entre sociedade e estado por meio de "normas que podem ser formalmente utilizadas por todos os indivíduos da *polity*" (NUNES, 1997, p. 23).

moradia e trabalho. Ou seja, surgem políticas públicas como forma de amenizar os problemas causados pela política econômica.

Como afirma Passetti (1999a), a benevolência privada que deu lugar às políticas sociais do Estado, a partir dos anos 20 do século XX, foi expandida na ditadura Vargas (1937-1945) e na Militar (1964-1984), nesta última culminando com a promulgação do Código de Menores de 1979 em substituição ao de 1927. O governo militar, já em 01/12/1964, promulgou a Lei Federal nº 4.513, fundando a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em substituição ao SAM, para ser responsável pela elaboração e a implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) em todo o território nacional. Neste período, a criança e o jovem já eram peças fundamentais para a organização das políticas públicas, conforme as orientações internacionais, focadas em ações centralizadas e especializadas fundamentalmente destinadas às crianças e aos adolescentes pobres da nação brasileira – uma política que ficou marcada por um modelo coercitivo-repressivo, apesar de o ideário da época tentar se opor ao caráter igual ao da política do SAM.

A PNBEM era base de ações governamentais que buscavam combater o subdesenvolvimento das massas nacionais e implementar as diretrizes e bases para a formação de um novo cidadão: complacente, obediente, passivo, acomodado, resignado.

Já na década de 80, demarcou-se no Brasil um processo de redemocratização que exigiu a ruptura com o clientelismo, ou seja, com as relações de favor, para poder construir o caminho da consolidação de uma democracia representativa[22], assumida dentro dos princípios constitucionais de 1988. Logo após, em 1990, na área da infância e adolescência foi promulgado o ECA, que reformou diretrizes de trabalho antes apresentadas no antigo Código de Menores de 1979. A política social assumiu um papel central nos embates e nas estratégias econômicas e políticas, alterando as relações de conflito entre capital/trabalho para as relações entre cidadania e os direitos sociais, inicialmente com base nas estratégias keynesianas.

Nesse período uma nova lógica de governar expandia-se, seguindo as tendências internacionais democráticas e operando numa modalidade racional política de governar os homens a partir da condução do comportamento do indivíduo e de seus interesses particulares.

[22] É a forma de governo pautada na participação do povo a partir da representação dos governantes eleitos (YOUNG, 2000).

Trata-se de um sistema de governo regulado pelas regras de mercado, limites da utilidade governamental e relações de cooperação internacionais (HAMANN, 2012; FOUCAULT, 2008).

Toda a população precisava e começava a ser manipulada, uma nova técnica de governar não disciplinar nascia: a biopolítica. Como explicou Foucault (2005, p. 289),

> Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplinar, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processo como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. [...] Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma "biopolítica" da espécie humana.

A população tornava-se alvo da política, na história do ocidente, e para isto os dispositivos disciplinares se intensificaram, através de controles que ultrapassavam o campo institucional e se interligava não só à economia, mas ao campo político e social. Uma nova racionalidade se alicerçava através de valores voláteis, que precisam ser constantemente reafirmados, preservados e reavaliados. Trata-se de uma lógica que admite um indivíduo autorresponsável, autônomo e livre, e por isto, o fracasso de suas ações é causado pela sua falta de engajamento no processo de subjetivação[23]. Com esta racionalidade não há mais a necessidade do exaustivo formato disciplinar, mas sim de monitoramento e controle das ações em suas menores esferas para regular as relações com base no cálculo econômico (HAMANN, 2012; FOUCAULT, 2008).

Trata-se da atuação política sobre a vida dos indivíduos, sobre a vida da população e também da espécie, promovendo o controle e regulação da vida; o exercício que fundamenta as organizações das várias instituições políticas, para atuação no âmbito pedagógico, jurídico,

[23] Atos de produzir subjetividades, associados às interações com o exterior calcadas na relação saber-poder, conforme análise das discussões de Foucault (1984c). Ou como explica Manoel Barros Motta (FOUCAULT, 2011, p. 236)"Michel Foucault tenta (...), estudar a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais osujeito é levado a se observar, se analisar, se decidfar e se reconhecer como campo de saber possível".

policial e familiar; um poder sobre a vida que se distribui e se enraíza no conjunto da rede social, a exemplo das políticas públicas, que surgiram no século XVIII, em que o Estado começa a ter como tarefa cuidar da saúde das pessoas e fazer com que todas vão para a escola (FOUCAULT, 2005; 2008).

Como observado no século XX, as metas do milênio, definidas em 2000, junto aos órgãos participantes da ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceram como objetivo para os países membros de 2015: a) acabar com a fome e a miséria; b) ofertar educação básica de qualidade para todos; c) estabelecer igualdade entre sexos e valorização da mulher; d) reduzir a mortalidade infantil; e) melhorar a saúde das gestantes; f) combater a AIDS, a malária e outras doenças; g) estabelecer ações de qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e h) todo mundo estar trabalhando pelo desenvolvimento.

A vida torna-se um objetivo político, controlada por meio das estatísticas de nascimentos, de óbitos, de taxa de reprodução, que somadas a preocupações políticas e econômicas tornaram-se alvos de controle de fenômenos aleatórios, imprevisíveis e coletivos. A expansão da medicina demarca esta ação biopolítica ao assumir um papel na higiene pública, na centralização das informações, na normalização do saber e na medicalização da população. A vida da população torna-se um problema ao mesmo tempo científico, político, biológico e relacionado ao poder. O objetivo político, no pós-guerra, tornou-se baixar a mortalidade e estender a vida.

Apesar do foco na vida, Foucault (2008) salienta que nesta forma de governar a cultura do perigo é intrínseca, pois os indivíduos só aceitam esta forma de relação de pode, em que devem se subordinar, enquanto seus interesses são protegidos de ameaças, necessitando de ações que visam à segurança e à preservação da liberdade. Além disso, o homem precisa tornar-se empresário de si mesmo e conduzir sua vida em prol da sua própria satisfação, afastando a responsabilidade coletiva, estrutural ou governamental sobre a vida dos indivíduos, pois seus fracassos e sucessos são de responsabilidade individual. E os fracassos transformam-se em possibilidade de investimento (FOUCAULT, 2008).

Com esta racionalidade em curso e com o foco na liberação do mercado e menor intervenção do Estado, as consequências foram o encolhimento da máquina e espaço público, bem como da diminuição de investimentos em políticas sociais. Sociedades como a brasileira, com uma longa história de dependência e subordinação ao capital internacional, ao seguir o modelo democrático norte-americano e sua racionalidade, deparam-se com o aumento das

desigualdades, a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e a intensificação dos problemas sociais. Cresceram, ainda, os discursos de acirramento do trabalho conjunto entre Estado e sociedade civil, como forma de regulação e gerenciamento das vidas humanas e dos recursos do planeta.

O cenário que se observa é que as políticas públicas no Brasil, que desde 1990 seguiram esta lógica, até hoje, não conseguiram beneficiar a todos em igualdade de condições. Nem o cenário econômico coseguiu administrar as massas urbanas, que regulariam a vida social de forma igualitária, solidária e liberal. Os números apontam as contradições, em que pese o novo Índice de Pobreza Multidimensional em 8,5% da população brasileira ou a análise do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que considera pessoas em pobreza absoluta aquelas que têm uma média mensal *per capita* de meio salário mínimo, resultando em 28,8% (BRASIL, 2010a). Cabe ressaltar que 46% do total de adolescentes vivem com, no máximo, até meio salário mínimo por família e os que vivem com mais de cinco salários representam 1,7%, conforme dados dos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2010b).

Tais indicadores flagram que, hoje, as políticas públicas existentes não atendem a garantia dos direitos sociais e cumprem parcialmente com o chamado "contrato social"[24] numa regulação tripartite Estado-Sociedade-Mercado, restando à população distinguir-se como grupo de minorias, como os movimentos em prol das mulheres, das crianças, dos negros, dos índios, entre outros, e, juntos em suas lutas, buscarem reivindicar seus direitos por meio de ONG e conselhos de direitos, impulsionando o reordenamento das políticas públicas sociais.

A população é convocada a participar da política pública, tornando-se corresponsável na efetivação de ações coletivas, seguindo a lógica da racionalidade neoliberal. Como aponta Passetti (2011), ao discutir sobre violência e questões políticas, é necessária uma participação efetiva e ativa dentro do processo de regulação da vida por meio do controle intensivo das ações uns dos outros. Assim, a criança desde a tenra infância é educada "[...] para participar e controlar, tornar-se um cidadão democrata atento e ativo, notificando a cada um, às instituições e às organizações de Estado e sociedade civil, como deve ser a conduta aperfeiçoável e monitorada" (PASSETTI, 2011, p. 47).

[24] É um acordo entre os indivíduos para formar uma sociedade e, posteriormente, o Estado (ROUSSEAU, 2012).

O autor também aponta que nesse modelo de sociedade, além do chamamento para a participação e acesso à informação e comunicação, as pessoas devem circular em seus grupos de minorias para agir efetivamente junto ao seu território visando a reduzir as problemáticas encontradas e torná-lo espaço almejado para uma vida permeada pelo avanço e enriquecimento do capital humano. Assim, as ações e investimentos no pedagógico, educativo, tornam-se ferramentas indissociáveis dessa nova forma de responsabilização, que fragmenta a vida.

Nesta lógica, a implementação das políticas públicas sociais, de segurança ou de educação, em cada momento histórico, prestaram-se a formar a população, acompanhando as mudanças dos regimes governamentais e suas formas de dominação para o exercício do poder. Em tese, os desdobramentos dessas políticas públicas auxiliaram na criminalização das consequências da pobreza que devem ser enfrentadas ou via educação formal ou social ou via repressiva de segurança pública, conforme aponta Wacquant (2001) ao debater prisões e miséria.

Por esta via de compreensão, as políticas ditas sociais na área da infância e juventude, desde o Código de Mello Mattos, no Brasil Império, também tiveram um duplo papel de formar o novo cidadão e criar espaços para contenção ou repressão de características não aceitáveis para a nova ordem política-econômica-social da época. Na interface das consequências da pobreza estavam as crianças e os adolescentes e, conjuntamente, as legislações particulares a este público referenciavam uma política não só de inserção, mas de punição frente a condutas reprováveis, instaurando ações socioeducativas para substituir o dito sistema prisional. Contudo, a análise possibilita verificar que tal política tem por base as discussões do direito penal, hoje já com as premissas internacionais, conforme nova ordem mundial de relações de Estado.

Considerando o cenário de instabilidade social demarcado pelas desigualdades e a busca no período posterior à Guerra Fria de consolidar a democracia como forma de governo e a valorização da tecnocracia, intensificou-se o uso das políticas públicas, conforme discorre Souza (2003), como ferramenta de decisão governamental, cabendo ao Estado agir antecipadamente, por meio dessas políticas, para evitar situações de risco à sociedade, de modo a concretizar direitos humanos coletivos. Tais políticas no Brasil não conseguiram oportunizar a todos igualdade de condições, acirrando ainda mais as desigualdades econômicas, sociais e culturais.

As políticas públicas caracterizam-se por serem abrangentes, complexas, intencionais, de longo prazo e abrangerem tudo o que o Estado em parceria com a sociedade civil faz ou deixa de fazer, conforme pontua Lima (2012). Ou seja, não se limitam a leis e regras, têm objetivos a

serem alcançados, requerem após decisão e proposição, implementação, execução e avaliação e, embora tenham impacto de curto prazo, seus objetivos são para longo prazo, necessitando, assim, que sejam avaliadas as ações das políticas públicas e o funcionamento destas em diferentes escalas, a fim de obter uma visão ampla acerca das ações governamentais e a base de sua atuação.

Outro aspecto relevante sobre políticas públicas é que estas podem beneficiar diversos segmentos e setores da sociedade, podendo, dependendo de sua aplicação, possibilitar a melhoria das condições de vida, redistribuir renda e criar igualdade de condições ou acirrar estas diferenças e criar mais concetração de renda por minorias sociais.

Dentro da discussão sobre avaliação de políticas públicas no Brasil, a ciência política destaca a relevância de detalhamento da origem do percurso dos programas políticos, seu funcionamento e suas correlações com as questões macropolíticas, superando a avaliação formal dos fatores favoráveis e os entraves bloqueadores. Como salienta Frey (2000), estudioso do tema das políticas públicas, uma análise política não pode deixar de ter uma investigação da dinâmica interna dos processos institucionais, focando em seus arranjos, nas atitudes e nos objetivos dos atores políticos, bem como nos instrumentos de ação e nas estratégias utilizadas.

O desafio da análise está em superar a díade sucesso/fracasso, conseguindo identificar como a política funciona e como seus mecanismos se entrelaçam ao longo da história de sua construção no contexto social de cada época e, ao mesmo tempo, verificar os efeitos, meios e impacto das intervenções do funcionamento institucional na vida daqueles para os quais se destinam tais políticas e, no caso da medida socioeducativa de semiliberdade, buscar compreender, além da sua história contemporânea conceitual, sua inserção e aplicação ao longo das estratégias políticas na área da infância e juventude, em especial a trajetória brasileira devido ao campo da pesquisa.

1.5 SEMILIBERDADE: SUA TRAJETÓRIA NAS POLÍTICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Historicamente, as ações na área da infância e juventude, que dão visibilidade e materialidade ao Estado em sua tarefa de assegurar coesão social (regulação e legitimação), estiveram inicialmente alicerçadas numa filosofia caritativa e protetiva e, ao longo da história, se transformaram em punitivas e repressivas, representadas principalmente nos textos legislativos dos Códigos de Menores de 1927 e de 1979. Como afirmam Passeti (1985), em suas reflexões

sobre o termo *menor*, e Feitosa (2011), em sua dissertação sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação apresentada como única alternativa para resolução das questões associados ao adolescente autor de ato infracional, o que se destaca é que, já no Código de 1979, a proposta de semiliberdade era lançada.

Os diversos estudos na área da infância apontam que, no Brasil colônia, as ações na área da infância e juventude não eram políticas e, inicialmente, seguiam as discussões religiosas europeias, preocupadas em acolher as crianças abandonadas com as "Rodas dos Expostos". Já durante o Império, iniciaram-se as intervenções do poder público, da biopolítica, por meio de leis na área educacional, as quais foram promulgadas pelo Imperador Dom Pedro II. Tais leis determinavam a obrigatoriedade dos estudos para meninos a partir dos sete anos, independentemente da classe social.

As leis criadas durante o Império regulamentavam o ensino primário e secundário e criavam os asilos para corrigir os que perambulavam pelas ruas. Tais asilos eram chamados casas de correção e foram criados pelo Código Criminal do Império, de 1830, com a definição da maioridade penal a partir dos 14 anos, como menciona Rizini (2000) na obra sobre as raízes históricas das políticas para a infância no Brasil. Sobre o assunto, Passetti (1999a), ressalta que devido ao início do processo de urbanização, num país essencialmente agrário, o objetivo do governo neste período era, ao mesmo tempo em que formava potenciais contingentes de trabalhadores livres, resolver o problema das crianças que vagavam pelas ruas.

Nesse momento, a semiliberdade ainda não aparecia configurada como tal, mas a legislação da época do Brasil Imperial já apresentava alguns princípios que regulariam suas proposições posteriormente. É o caso da obrigatoriedade dos estudos e a abertura das primeiras casas de correção em formato de asilos, visando a formar os potenciais trabalhadores livres.

As casas de correção tomaram várias formas ao longo das modificações legislativas. A pesquisa de Feitosa (2011) acerca do resgate histórico das casas de correção ressalta que com o Código Penal de 1890, advindo após proclamação da República, tais casas tornaram-se industriais, pois, seguindo as transformações das reformas prisionais, o trabalho começou a aparecer com caráter regenerador. Posteriormente, ocorreram novas configurações dos modelos correcionais, como o agrícola, supondo-se que seguiam o modelo de Mettray, na França, já prevendo formação literária, profissional e industrial/agrícola, como descreve Moura (2005) em sua dissertação acerca dos jovens encarcerados, sobre o início do encarceramento juvenil no

Brasil com a formação dos Institutos Disciplinares e Colônia Correcional em São Paulo, no ano de 1902, no início da primeira República no Brasil, dentro do primeiro movimento de estruturação democrática. Destaca-se que, apesar de terem sido criados para serem instituições educativas, tais instituições tornaram-se verdadeiras prisões para disciplinar os corpos indóceis.

Essas instituições já apontavam para as configurações inicias dos modelos que originaram a proposta de semiliberdade como modelo do sistema prisional, o qual não foi somente aplicado aos adultos, mas também às crianças e aos adolescentes, mesmo diante das discussões internacionais que, desde 1910, em Washington, apontam para o fato de que adultos e crianças não poderiam passar pelos mesmos processos penais, conforme menciona Feitosa (2011) referenciando os estudos de João Cândido de Azevedo Marques dispostos na obra *Menores abandonados e delinquentes*, de 1925.

No final da República Velha, foi promulgado o Código de Menores, de 1927, iniciando uma trajetória histórica que atribuiu ao termo *menor* uma conotação pejorativa, como reforça Passetti (1985). O código focava na condição do adolescente que perambulava na rua e/ou cometia pequenos delitos, associando a prática ao termo *menor*, dentro de um enfoque individualizante e fortemente corretivo da resolutividade do problema das crianças nas ruas. A proposta calcava-se na ideia educativa de disciplina física, moral e cívica. As causas associavam-se à fatalidade da orfandade e a irresponsabilidades das famílias pobres, sem se analisarem os fatores estruturais vinculados ao problema, conforme salienta o autor.

Nesse código, a proposta da semiliberdade começava a ficar mais evidente, mesmo não estando ainda estruturada. O código apontava para a organização das escolas de preservação e reforma, também dentro dos princípios prisionais correcionais discutidos anteriormente, com a obrigatoriedade do estudo e de um ensino profissional. Nessas escolas, a saída provisória era permitida, desde que tivesse ordem legal e fosse sob vigilância, conforme Art. 218 do referido código.

Após avaliação judicial e a pedido do diretor, também já se iniciava a possibilidade do julgamento de critérios para o desligamento dessa escola de preservação, conforme Art. 219 do Código de 1927:

> Art. 219. O director da escola de preservação, mediante autorização do juiz, pede:

> a) desligar condicionalmente o educando, que se ache apto para ganhar a vida por meio de officio, e não tenha attingido á idade legal, desde que a própria escola, ou uma sociedade de patronato, se encarregue de lhe obter trabalho e velar por elle até attingir a idade legal;
> b) desligar o educando, dando-lhe trabalho em officina da escola como operário, passando neste caso o educando a viver sobre si, recebendo semanalmente o salário, que lhe será fixado de accordo com o que for ordinariamente pago, attendendo á sua habilitação e capacidade de trabalho[25] (BRASIL, 1927).

Na alínea "a", evidencia-se a possibilidade de o adolescente sair para trabalhar, desde que acompanhado pela própria escola ou outra organização, até atingir a maioridade, bem como o princípio de progressão do regime, o qual passa de um modelo mais fechado para um semivigiado a partir das avaliações das características e desenvolvimento individual dentro do sistema tido como escolar.

Com a Era Vargas, nos anos 30, e o início do processo de industrialização, começaram a surgir os movimentos migratórios para os grandes centros urbanos da época e, consequentemente, surgiam também as periferias. Segundo Passetti (1999a), na área da infância, o Estado criou os estabelecimentos de assistência ao *menor*, os quais tinham por funções recolher os meninos que exerciam atividades remuneradas nas ruas. A concepção de infância era diferente neste período, mas já existiam os movimentos em torno da infância que deveria ser cuidada e protegida, e o Estado assumiria esta tarefa para aqueles que não estavam enquadrados no modelo de família que cuidaria da infância como o modelo burguês propunha.

Nesse período, o aumento no número de crianças vivendo nas ruas e da criminalidade propiciava a associação da figura do menor pobre com o crime, justificando a criação do SAM com o objetivo principal de "combater o indivíduo perigoso, com tratamento médico acompanhado de medidas jurídicas" (PASSETTI, 1999a, p. 357). Nessa época, por volta de 1945, início da República Nova, o Estado, juntamente com a iniciativa privada, visava a diminuir os problemas ligados à infância por meio de ações implementadas pelas instituições para formação profissional.

Contudo, o SAM repetiu a história de negligência e maus tratos às crianças, como nas casas de correção e institutos disciplinares iniciados desde a época do Império, não cumprindo seu papel de regenerar e formar cidadãos aptos à vida em sociedade. O aumento das crianças nas

[25] Foi preservada a escrita do texto original.

ruas e da criminalidade impunha novas exigências e legislações compatíveis aos fins da nova sociedade que se apresentou após o Golpe Militar de 1964.

A partir do Golpe Militar de 64, marcado pela ausência de participação da população nos processos decisórios, ocorreu um processo de ampliação do Estado na formação política e social. Já nos anos 70, houve o incremento do empobrecimento do povo, o que fez aumentar o número de crianças e adolescentes nas ruas. Ou seja, conforme Passetti (1999a), a política voltada ao adolescente autor de ato infracional focou-se no "problema do menor", tido como carente, abandonado e infrator. Como descreve Moura (2005), instaura-se a PNBEM por meio da criação da FUNABEM e posterior construção da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) por todo o território nacional.

Tal política visava a superar as práticas tradicionais do antigo SAM, mas, na prática, o que se observou foram atendimentos indiscriminados de crianças e adolescentes em regime fechado, como internatos para crianças oriundas de famílias pobres, além de diversos outros métodos punitivos com base na repressão e na correção, como demonstra Moura (2005).

Tais legislações colaboraram com a associação da palavra *menor* ao aspecto pejorativo do conceito, ou seja, "aquele que em decorrência da marginalidade social se encontra, de acordo com o Código de Menores, em situação irregular" (PASSETTI, 1985, p. 37). Ainda segundo Passetti (1985), o "menor em situação irregular" é definido no Art. 2º do Código de 1979 como aquele privado de condições essenciais à sua subsistência em virtude da falta dos pais ou pela impossibilidade de estes garantirem a subsistência; aquele que é vítima de maus tratos; aquele em perigo moral por viver em ambientes inadequados aos bons costumes; aquele privado de assistência legal; aquele com desvio de conduta; ou autor de ato infracional.

Como alternativa de assistência e proteção ao "menor em situação irregular", o Código de Menores de 1979 já apresentou a proposta de semiliberdade no corpo de seu texto, concretizando-a como possibilidade jurídica, nominada em seu Art. 14, inciso V. Já especificava a colocação em casa de semiliberdade, no Art. 39, como forma transitória do meio fechado para o meio aberto, utilizando os recursos da comunidade para escolarização e profissionalização, o que sinalizava as tendências da prisão albergue, originárias da Europa, em 1930.

Apesar de proposições inovadoras, com a valorização do saber técnico-científico na lógica do trabalho biopsicossocial, as FEBEM's não romperam com as práticas de negligência com a infância, repetindo-se práticas dos castigos corporais, ainda que, desde 1902, já fossem

juridicamente proibidas, conforme menciona Feitosa (2011). As ações e ligações da noção de situação irregular só contribuíram para estigmatizar e reproduzir práticas inadequadas, as quais o próprio código dispunha-se a combater.

Com o acirramento das mobilizações sociais contestatórias do regime militar, inclui-se também na década de 80 a defesa da criança e do adolescente, visando a romper com a lógica da situação irregular e dos estigmas associados ao termo e às práticas do *menor*. Assim, com o processo de redemocratização do país após a Segunda Guerra Mundial, associado às lutas dos movimentos sociais, às convenções internacionais sobre os direitos da criança e aos ideais regidos na Constituição de 1988, foi elaborada a legislação do ECA em 1990.

Com o ECA, a doutrina da situação irregular, expressa no antigo Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), foi abolida e adotou-se uma nova doutrina, a da proteção integral, recomendada pelas Nações Unidas, conforme orientações das Regras de Beijing (Resolução nº 40/33, de 29 de novembro de 1985). Essa doutrina coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem ter prioridade absoluta, como aponta o jurista Saraiva (2012) em suas considerações sobre o princípio da brevidade da medida em meio fechado. Assim, passam a ter direito ao respeito, à dignidade, à vida comunitária, à alimentação, à saúde, à moradia, à cultura, ao lazer e à liberdade.

Ou seja, tal legislação marca um avanço significativo no cenário da gestão de política pública na área da infância e juventude, propondo uma gestão democrática por meio de diferentes conselhos, incluindo novos sujeitos nos cuidados, atrelando a proposta à proteção dos adolescentes e regulamentando medidas socioeducativas em contraposição às práticas repressivas do passado. Infelizmente, tais mudanças conceituais não puderam transpor as barreiras presentes no imaginário social e nas práticas institucionais, que persistem após 23 anos de promulgação da referida lei.

O destaque positivo com a criação do ECA, salienta Saraiva (2012), está no caráter qualitativo associado ao reconhecimento de sua população alvo como sujeitos de direito e, portanto, na importância de políticas públicas nesta área, considerada de prioridade absoluta no texto legislativo. As mudanças ampliaram a responsabilidade do Estado e da sociedade por soluções capazes de assegurar aos adolescentes, particularmente os que cometeram atos infracionais, oportunidade de desenvolvimento e reconstrução de seus projetos de vida.

Contudo, no campo da responsabilização dos adolescentes, o ECA ainda reproduziu por analogia as ideias do sistema penal adulto, transformando a pena em medidas socioeducativas, o adolescente em réu e o direito penal adulto em sistema socioeducativo, sem alterar o princípio do encarceramento como possibilidade jurídica, conforme aponta Passetti (1999b). Assim como no regime adulto, instituiu alternativas ao encarceramento, como a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviço à comunidade, a liberdade assistida e a semiliberdade, medidas estas a serem aplicadas conforme a gravidade de cada caso.

As similaridades ao modelo do direito penal adulto vão para além das terminologias, haja vista que o funcionamento previsto para cada fase também se associa a este modelo. Para os adolescentes, é a gravidade do ato que determina tanto sua internação provisória quanto outros desdobramentos judiciais e, para os adultos, é a periculosidade do suposto criminoso. O diferencial está no tempo possível de execução da medida socioeducativa, ou mesmo da internação provisória. No caso da custódia provisória para os adolescentes, esta pode ser de no máximo 45 dias. E para as medidas socioeducativas privativas de liberdade, como a internação e a semiliberdade, o tempo não é determinado em sentença judicial, devendo ser reavaliado no máximo a cada seis meses pela equipe técnica, com prazo máximo de 3 anos de manutenção.

Para fins desta discussão, destaca-se a medida de semiliberdade, que, como no Código de Menores de 1979, permanece no texto legislativo com poucas alterações e especificações que a diferenciam do regime de internação. Tratada como um regime de privação de liberdade, assim como no sistema dos adultos, o Estatuto acrescenta em seu Art. 120 a possibilidade da execução como medida inicial, a realização de atividades externas, independente da autorização judicial, e a não determinação de prazo na sentença, podendo, no que couber, serem aplicadas as orientações do Estatuto sobre a internação.

Verifica-se que o referido código amplia, tal como nas tendências internacionais, a abrangência da semiliberdade como modelo alternativo ao encarceramento e preconiza a articulação com os recursos existentes na comunidade, mas pouco discorre – ou aponta caminhos alternativos – para executá-la, não a diferenciando em grande medida da internação.

O aspecto favorável do ECA associado às medidas socioeducativas é o fato de preconizar sua execução sem privar o adolescente dos seus demais direitos constitucionais e visar à sua inserção em espaços saudáveis, preconizando os aspectos relativos à pessoa em desenvolvimento. Assim, atribui como prioridade das medidas a busca pela formação de um indivíduo integral,

vislumbrando-se o desenvolvimento de competências positivas para o ser e conviver, conforme ênfase do caderno de *Semiliberdade* do Paraná, publicado em 2010.

Contudo, as reformas do sistema socioeducativo, assim como no sistema penal adulto, não pararam devido aos inúmeros problemas ainda apresentados na prática da efetivação dos direitos previstos aos adolescentes – e, igualmente, aos adolescentes autores de atos infracionais. Surgiu, então, a proposta de detalhamento da execução das medidas socioeducativas. Com base num reordenamento da política pública nacional, estruturada a partir dos ideais previstos na elaboração sofisticada do ECA, de 1990, em 2012 foi aprovada a lei do SINASE.

Apesar da busca dos legisladores do ECA e do SINASE em retirar do sistema de responsabilização dos adolescentes o aspecto de direito penal juvenil, as similaridades são evidentes ao analisar seus conceitos, preceitos e orientações. Do mesmo modo, o SINASE segue esse caminho legislativo e se torna similar à Lei de Execuções Penais (LEP) dos adultos. Ambos preconizam a mudança do princípio da pena *versus* expiação para a pena *versus* tratamento ou, em outros termos, a mudança do vigiar *versus* punir para monitorar *versus* controlar.

O SINASE, assim como a LEP, é uma política que define princípios, dimensões e parâmetros para a execução do sistema de responsabilização de determinados indivíduos, no caso os adolescentes. O enfoque, também seguindo as discussões internacionais sobre o sistema prisional, do qual o Brasil é signatário, alicerça-se no caráter educativo, no desenvolvimento do protagonismo, na horizontalidade, na socialização das informações e dos saberes entre os componentes da equipe multiprofissional, no atendimento personalizado, individual e em pequenos grupos, no princípio da incompletude institucional e na criação de espaços físicos no modelo residencial para compartilhar e cuidar, simulando a vida social.

A recente legislação também aponta os eixos de trabalho dentro da educação básica, cultural, esportiva, de lazer e profissional; da integração familiar; da saúde; da integração social e comunitária e da segurança cidadã, cujo foco está voltado para o regime de responsabilização dos adolescentes e para o desenvolvimento de sua autonomia e participação social.

Já no que se refere à medida de semiliberdade, as proposições seguem o discurso do estatuto e a associam, no que couber, à medida de internação, seguindo as orientações e prerrogativas que ele delimita no processo de execução da medida. Por exemplo, as medidas em meio fechado, como a internação e a semiliberdade, devem ser executadas exclusivamente pelos estados, e não mais pelos municípios. A semiliberdade ou a internação devem ter gestores com

competência na área educativa ou socioeducativa. A semiliberdade ou a internação devem construir o PIA em até 45 dias, a contar da data de entrada do adolescente na unidade. A única referência ao meio aberto se faz quando o documento cita que tanto a semiliberdade quanto as medidas em meio aberto devem orientar os socioeducandos sobre o acesso às unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SINASE traz a ambição de participação, na área socioeducativa de atenção ao adolescente autor de ato infracional, como uma referência na busca pela efetivação das diretrizes do ECA no que compete à efetivação dos direitos de seu público-alvo, com critérios mais detalhados acerca do processo socioeducativo e das ações que devem ser contempladas. Contudo, a prática ainda se choca com a concepção tutelar arraigada nas instituições e nas ideias da maior parte da população.

Entre os questionamentos, cada autor, seja cientista ou não, e cada qual com suas bases teóricas, enfatiza ou a abolição de determinados sistemas ou a necessidade do aprimoramento das discussões políticas na área da infância e juventude. Macedo (2011), estudioso de temática sobre juventude brasileira, abordando a questão da política infanto-juvenil como um todo, enfatiza a importância de a temática ganhar mais espaço para se consolidar, haja vista ainda ser muito setorizada e secundarizada na sociedade e na agenda política. Já na área socioeducativa, análoga ao sistema penal, Passetti (1999b) aponta a necessidade de se abolir essas estruturas que, de fato, não colaboram para atingir as mudanças propostas, tal como já dizia Michel Foucault sobre o nascimento das prisões.

Outros estudiosos da juventude brasileira como Corsetti e Garcia (2008), ancorados nos estudos de José Machado Pais (1993), frisam a necessidade de ampliar a compreensão da juventude (bem como os adolescentes[26]), a qual precisa ser observada em sua pluralidade e heterogeneidade, dentro das muitas formas e possibilidade do ser adolescente na atualidade. Ou seja, é necessário deixar o enfoque negativo e a visão singular, captando nas propostas das políticas públicas o que é próprio dos adolescentes, os quais "criam uma linguagem própria para dialogar, namorar, trocar experiências e estabelecer suas afinidades. Buscam garantir a autonomia com a inserção em grupos, apesar de esses serem essencialmente transitórios" (CORSETTI; GARCIA, 2008, p. 21).

[26] Conforme ECA (1990), adolescentes são todos aqueles entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, independentemente de raça, cor, credo ou classe social.

Já Diógenes e Sá (2011) apontam que o desafio do Estado é conciliar a agenda da juventude com as coalizões e os interesses dos diversos setores envolvidos com tal articulação política, sem, contudo, fazer uma política com uma inserção precária destinada àqueles que não podem consumir o que as instituições privadas oferecem, mas pensando em políticas que visem a prevenir as diversas situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas pelos adolescentes e ofertando múltiplas possibilidades de inserções, capazes de favorecer o desenvolvimento integral do adolescente.

Independentemente do posicionamento, o que se verifica é a importância e necessidade de compreender o funcionamento dessas políticas, suas variáveis e implicações dentro dos modelos de sociedade existentes ou que se almejam. Assim, cada um fará suas considerações, tomará seus posicionamentos políticos e assumirá posturas profissionais com base em uma visão ampliada dos fenômenos e as proposições de cada política, no caso dessa dissertação, especificamente sobre a instituição de execução da semiliberdade como proposta socioeducativa.

1.6 SEMILIBERDADE NO CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL

Entendendo que as reflexões sobre a política necessitam de aprofundamento, se faz imprescindível compreender a posição da medida de semiliberdade no cenário brasileiro, no que se enquadra a proposta do ECA e a recente legislação do SINASE, esta resultante da intensificação das discussões da juventude a partir dos movimentos das organizações voltadas à criança e juventude para repensar o funcionamento das medidas socioeducativas.

Indo ao encontro de tais discussões, em 2006, o CONANDA lançou as diretrizes do sistema socioeducativo brasileiro, que culminou com uma legislação específica: a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Estudiosos e defensores desta legislação, entre eles Silva (2012), ressaltam que a elaboração da recente legislação foi fruto de uma construção coletiva junto com os atores socioeducativos fomentada pelo CONANDA. A trajetória de construção do SINASE, que perpassou as orientações em 2006, marcou o investimento na socioeducação por parte de vários governos, resultando em uma expansão significativa dos programas de execução das medidas tanto em meio aberto quanto fechado e o reordenamento das unidades de privação de liberdade.

De 2007 até os dias atuais, houve um incremento dos municípios que assumiram a municipalização em meio aberto, os quais eram menos da metade e, agora, são quase a totalidade das capitais e dos municípios com mais de 100 mil habitantes. Os dados começaram a aparecer em 2010, no Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo de Adolescentes em Conflito com a Lei (BRASIL, 2011), baseado no Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desse mesmo ano. Com a descentralização e municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, segundo o Censo SUAS, de 2010, para cada 2 adolescentes em medidas em meio aberto, há 1 privado de liberdade, destacando-se, numa extremidade, o Estado de Roraima, o qual apresenta a proporção de 15 para 1 na outra extremidade e, na outra, o Estado de Alagoas, com 0,6 para 1. O Paraná apresenta a proporção de 5 para 1.

Cabe ressaltar que os avanços na execução das medidas em meio aberto articulam-se com o histórico da Política de Assistência Social, que, em 2004, estabeleceu como proteção social especial a atuação nesta área frente às medidas socioeducativas ligadas à alta e média complexidade, conforme menciona Silva (2012). Também integra essa política o objetivo de atuar na defesa dos direitos humanos, articulando-se com as demais políticas para garantir os direitos de forma integrada.

Sobre o desenvolvimento da medida de semiliberdade no cenário nacional, os relatórios do Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo apontam que desde 2007 ocorreu um incremento de alguns estados na aplicação desta medida, com redução da internação. Entre os anos de 2007 e 2008, houve um aumento de 16,89% no cenário nacional. Entre 2008 e 2009, houve um aumento de 10,5%, destacando-se o Espírito Santo, com aumento de 266%, e o Paraná, com 50%. Entre 2009 e 2010, também ocorreu aumento de 10,20% na aplicação da medida de semiliberdade no Brasil. Em geral, mais Estados expandiram a aplicação da medida de semiliberdade e diminuíram a internação (BRASIL, 2011).

O fato é que, a cada dia, torna-se mais difícil conseguir recursos e financiamentos para a construção de unidades sem atender os critérios do SINASE, tanto para as medidas em meio aberto ou fechado, quanto no caso da semiliberdade. Nesse aspecto, o Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo de 2011 aponta para a necessidade de investimentos na melhoria das unidades socioeducativas de privação de liberdade, pois as avaliações indicam que, das 448 unidades de semiliberdade e internação no país, ainda 17% (75 unidades) encontram-se

inadequadas aos parâmetros do SINASE e 14% (62 unidades) estão em condições ruins ou péssimas (BRASIL, 2012a).

As unidades de semiliberdade nos estados brasileiros se diferem, de modo que nem todas utilizam o modelo residencial preconizado nas orientações do CONANDA. Algumas são executadas em espaços similares ao regime de internação. Das 448 unidades brasileiras socioeducativas de privação de liberdade, 110 são exclusivas para aplicação da medida de semiliberdade e 162 são mistas, com vagas de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme dados do Relatório do Levantamento Nacional Socioeducativo (BRASIL, 2012a).

Quanto às vagas de semiliberdade no cenário brasileiro, o destaque fica para o Estado de São Paulo que, entre 2010 e 2011, ofertava 581 vagas, dentro do total de 8.252 vagas privativas de liberdade. Em segundo e terceiro lugar, entre os Estados que disponibilizavam vagas de semiliberdade, estavam o Rio de Janeiro, com 251 de um total de 1962 vagas, e Pernambuco, com 202 de um total de 852 vagas. O Paraná permaneceu com a oferta de 50 vagas em semiliberdade entre as 1157 vagas de privação de liberdade, conforme Levantamento Nacional de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (BRASIL, 2012a).

Na distribuição destas vagas pela questão de gênero, o destaque ainda é a prevalência de vagas masculinas, repetindo os dados nacionais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em que há prevalência de 95% de adolescentes do sexo masculino.

O SINASE, uma lei promulgada em 2012, trouxe princípios, regras e critérios norteadores para execução das medidas socioeducativas, atribuindo suas orientações de internação à semiliberdade, seja no aspecto dos critérios para os dirigentes, seja nos prazos de elaboração dos instrumentos pedagógicos, ou ainda na questão do modelo de regime disciplinar. Como expresso no §1º do Art. 1º da Lei nº 12.594 de 18/01/12:

> [...] o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012b).

O objetivo originário deste documento, fruto de várias discussões envolvendo diversas áreas do governo, conselhos de direitos e sociedade civil, era reverter a tendência crescente da medida de internação em estabelecimento fechado, incentivando o aumento da aplicação de

medidas em meio aberto com liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, executadas pelos municípios e com corresponsabilidade de financiamento pelos Estados.

Entre os princípios norteadores desta lei estão: a) o respeito aos direitos humanos; b) a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado; c) o adolescente, como pessoa peculiar em desenvolvimento, sujeito de direitos e deveres; d) a legalidade; e) respeito ao devido processo legal; f) incompletude institucional, caracterizada pelo uso máximo dos recursos comunitários disponíveis na rede de atendimento; g) municipalização do atendimento; h) descentralização política-administrativa com a implementação e manutenção de programas específicos; i) corresponsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas; e j) mobilização da sociedade civil no sentido de sua indispensável participação (BRASIL, 2006; BRASIL, 2012b).

Esta Lei visa a instaurar um sistema intersetorial de atenção ao adolescente em conflito com a lei, chamando a responsabilidade das diversas políticas públicas para o reordenamento do público-alvo em torno da inclusão do adolescente em serviços e programas que visem a garantir o direito à dignidade humana. As obrigatoriedades para execução de uma unidade de semiliberdade, assim como nas demais, passam por parâmetros pedagógicos e arquitetônicos para execução das unidades de cumprimento das medidas socioeducativas. Os pedagógicos foram divididos em eixos temáticos: a) suporte institucional e pedagógico; b) diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual; c) Educação; d) esporte, cultura e lazer; e) saúde; f) abordagem familiar e comunitária; g) profissionalização, trabalho e previdência; e h) segurança (BRASIL, 2006).

O destaque das orientações de detalhamento realizado sobre a execução da medida socioeducativa de semiliberdade é descrito no texto sobre o SINASE elaborado pelo CONANDA em 2006, ficando associado à internação no texto da Lei propriamente dita. Naquele documento estão previstas condições estruturais, materiais e humanas mínimas para o funcionamento, de modo que são ampliadas em alguns aspectos as orientações específicas sobre semiliberdade, como aquela que preconiza sua execução em um estabelecimento residencial no formato de uma casa acessível à rede de atendimento. Segundo o documento do CONANDA, os Estados que investiram nesta área empreenderam esforços em realizar mudanças compatíveis com tais orientações.

No que se refere à medida de semiliberdade, prevista no Art. 112 do ECA, no texto do CONANDA e no caderno de *Semiliberdade* do Paraná (2010a), observa-se que tal medida consiste na permanência do adolescente, por um período de 6 meses a 3 anos, em espaço de residência comum, sob orientação e monitoramento de uma equipe profissional. Durante esse período, o adolescente terá permissão para participar de atividades externas de escolarização, profissionalização, esporte, cultura, lazer, saúde e outras, utilizando os recursos disponíveis na comunidade. Conforme o estatuto, permanece como princípio pedagógico a obrigação de inserir-se na escola e dispor de oportunidades de iniciação profissional.

As unidades destinadas a executar a medida de semiliberdade são instituições que devem atender adolescentes entre 12 e 21 anos incompletos, autores de ato infracional, de ambos os sexos, porém, desde que em unidades diferentes, conforme determinação judicial. O objetivo dessa determinação tem como prevalente o cunho pedagógico, em que pese a unidade oferecer condições que possam garantir a possibilidade de o adolescente abandonar as condutas infracionais e efetivar e/ou construir um projeto de vida. Para tal finalidade, a proposta pedagógica preconiza ações que garantam o acesso a todos os direitos previstos em lei, de forma articulada com as diversas políticas, ações estas que devem promover interações significativas, auxiliando na promoção do processo de inclusão social desses adolescentes (PARANÁ, 2010a).

As orientações do CONANDA (BRASIL, 2006), as quais orientaram a lei do SINASE, de 2012, determinam para a execução da medida de semiliberdade o quadro mínimo de pessoal com 01 Coordenador, 01 Pedagogo, 01 Psicólogo, 01 Assistente Social, 01 Assistente Jurídico, 02 Educadores com ensino médio completo para cada turno de trabalho e em exercício, 01 Assistente Administrativo e outras funções de apoio como cozinheira, zeladora e/ou motorista. Devido à peculiaridade da medida, que exige um atendimento individualizado e mais constante, também postula o mínimo de funcionários e máximo de adolescentes. O documento prevê o máximo de 20 adolescentes a serem atendidos e distribuídos conforme perfil, peculiaridades da região e os diferentes modelos de atendimento (coeducação, unidade com acolhimento noturno e outros) e uma média de 17 funcionários para executar as atividades com estes adolescentes, se contar com equipe técnica e administrativa, já se considerar somente direção e educadores sociais, teria que ter no mínimo 13 funcionários. O número de adolescentes é previsto em seu máximo de forma a garantir a possibilidade de um trabalho realmente individualizado e personalizado, considerando que a equipe na íntegra não permanece ao mesmo tempo com o

adolescente. Durante a semana, a média seria de dois educadores por plantão, mais equipe técnica, administrativa e direção, e aos fins de semana somente a equipe de educadores, também com dois por plantão.

Além disso, o texto também prevê que para o funcionamento as unidades devem ter registro nos conselhos de direitos das crianças e adolescente, no caso da semiliberdade, executada pelo Estado, no Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente (CEDCA), a partir da apresentação da seguinte documentação: comprovação da existência da unidade física em condições adequadas ao atendimento socioeducativo; previsão de processo e requisitos para escolha da direção; apresentação de atividades de natureza coletiva; previsão de estratégias para administração de conflitos, vedado o isolamento; e previsão de um regime disciplinar com fundamentos e ações pedagógicas, jamais cruéis, desumanas ou degradantes, com decisão coletiva e sendo o adolescente ouvido (BRASIL, 2006).

Dentre as orientações estruturais físicas e condições de atendimento para execução da medida de semiliberdade, o material do CONANDA (BRASIL, 2006) salienta que a unidade deverá estar localizada em bairros comunitários, sempre com uma estrutura que caracterize um espaço de moradia residencial. Além disso, prevê a separação de adolescente em cumprimento de semiliberdade pela primeira vez e os que são oriundos do sistema de internação, por progressão judicial de sentença. A estrutura física também deve contemplar: a) condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança; b) espaços apropriados para os adolescentes e a equipe fazerem refeições; c) espaços específicos para atendimentos técnicos individuais e grupais; d) condições adequadas para o repouso; e) espaço para atividades coletivas e/ou espaço de estudo; f) sala para o setor administrativo; g) local apropriado para visita das famílias; h) respeitar o máximo de 20 adolescentes por unidade com espaço adequado para acolhê-los; i) localização em bairro comunitário e em moradia residencial; j) espaço para preparar refeições; k) banheiros e área de serviço; l) quartos com no máximo 4 adolescentes, respeitando o mínimo de 5 metros quadrados por cômodo, e o mínimo de 2 metros quadrados para quarto individual, com acréscimo de 1,5 metros quadrados para cada adolescente adicional; e m) para os casos de atendimentos mistos, prever quartos e banheiros separados (BRASIL, 2006).

Entre as diretrizes dos eixos temáticos para a semiliberdade, no que compete ao suporte institucional e pedagógico, há a previsão de garantia de acompanhamento técnico individual e grupal, com frequências quinzenais e semanais, respectivamente, bem como organização de uma

agenda de atividades externas para cada adolescente, articulação com os serviços e programas da rede local e organização do regimento interno[27], regras claras para os adolescentes e manual atuação para os profissionais socioeducadores (BRASIL,2006).

Já para o eixo diversidade étnico-racial gênero e orientação sexual, o documento referente ao SINASE de 2006 sinaliza que a unidade de semiliberdade deve: a) formar parcerias para fortalecer a inclusão étnico-racial e de gênero; b) garantir equidade de atendimento; c) organizar canais de comunicação para discutir e refletir sobre temáticas como gravidez, aborto, nascimento de filhos, orientação sexual, trabalho infantil, entre outros assuntos associado; d) promover ações voltadas à valorização do adolescente, da família e da participação na comunidade; e) ofertar oficinas pedagógicas para trabalhar diferenças raciais, étnicas e identidade; e f) ter dados nos prontuários dos adolescentes sobre a cor com que se definem, para diagnósticos e outras ações futuras.

No eixo educação, as unidades de semiliberdade, devem organizar espaços para orientação e acompanhamento de atividades escolares, garantir a escolarização a todos independente do nível escolar e construir parceria entre escola e a unidade que estimulem os adolescentes a continuarem ou retomarem suas vidas escolares (BRASIL, 2006).

Para o eixo esporte, cultura e lazer, as unidades devem consolidar parcerias com as respectivas secretarias para oportunizar acesso a tais atividades aos adolescentes atendidos, bem como promover por meio destas atividades tanto em espaços externos à unidade quanto internos o aprendizado de valores como tolerância, disciplina, confiança entre outras (BRASIL, 2006).

O eixo de saúde já prevê o uso da rede municipal e estadual de saúde, tanto mental quanto física, garantindo o acesso aos recursos de saúde em geral, bem como o desenvolvimento de ações internas para orientar e incentivar os adolescentes a realizarem atividades que estimulem sua saúde. Neste eixo também está prevista a organização de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento relacionado ao uso/abuso de droga, com grupos internos de discussão dessa temática prevalecendo a lógica da redução de danos e os riscos à saúde (BRASIL. 2006).

O trabalho com a família e a comunidade também tem um eixo próprio com orientações para o desenvolvimento de ações integradas que devem estar vinculadas às demais políticas

[27] Conforme Art. 11, parágrafo III, da lei do SINASE é um documento que deve ter: "detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais educadores/exercício da disciplina e concessão de benefícios e o respectivo procedimento de aplicação/concessão de benefícios extraordinários e enaltecimento, para reconhecimento da execução do PIA" (BRASIL, 2012b).

públicas e interligadas aos serviços específicos da rede. Além disso, a equipe deve ter ações específicas da unidade que promovam a integração entre adolescentes, família e comunidade (BRASIL, 2006).

Para os parâmetros de profissionalização, trabalho e previdência, também estão previstos a consolidação de parcerias com os espaços governamentais e não governamentais da rede de atendimento local e o dever de promover ações que estimulem o desenvolvimento de habilidades para inserções nestas áreas, tanto internamente quanto externamente. Além disso, a unidade deve encaminhar os adolescentes para inserção no mercado de trabalho em cursos profissionalizantes e promover ações de orientações e conscientização sobre temáticas associadas ao eixo. Outro ponto em destaque é a necessidade de ofertar acesso aos programas de geração de renda para estimular o desenvolvimento de competências interpessoais e outras habilidades necessárias à inclusão dos adolescentes nestas áreas (BRASIL, 2006).

Quanto ao eixo segurança, o documento destaca para a semiliberdade orientações iguais às das unidades de internação: a) organizar ações e ter estruturas que previnam situações de conflitos limites como brigas, motins, fugas, invasões, incêndios, et.; b) ter um espaço arquitetônico e uma proposta pedagógica que favoreça a convivência entre adolescentes e profissionais da unidade de forma harmoniosa e produtiva; c) definir procedimentos operacionais padronizados relacionados à parceria com a Política Militar e Civil, Defensoria Pública, Ministério Público, Justiça da Infância e Juventude e outros necessários; d) ofertar treinamentos práticos trimestralmente de procedimentos de segurança operacionais e para resolução de conflitos de forma pacífica; e) usar contenção somente com aparatos externos; f) ter mecanismos que facilitem a comunicação entre adolescentes e os profissionais para promover a cultura da paz e o tratamento mútuo de respeito; g) ter plano de segurança institucional interno e externo; h) ofertar diversas atividades socioeducativas (cultuais, esportivas, educativas, profissionais, de saúde); e i) garantir o acesso à Defensoria Pública aos adolescentes e ofertar informações sobre a sua situação processual (BRASIL, 2006).

Para avaliação do cumprimento destes itens, o documento do CONANDA (BRASIL, 2006) também prevê um trabalho de avaliação e monitoramento do sistema socioeducativo, que, diferentemente das orientações específicas dos eixos, foi contemplado na Lei do SINASE, de 2012. Neste processo, há previsão de comissões intersetoriais para monitoramento das unidades,

associadas ao trabalho das defensorias, ministério público, justiça da infância e conselhos de direitos (BRASIL, 2006; BRASIL, 2012b).

Entre as orientações, os textos legislativos do ECA (BRASIL, 1990), do SINASE (BRASIL, 2012b) e diretrizes do CONANDA (BRASIL, 2006) também enfatizam a necessidade de a unidade organizar-se para contemplar a elaboração de rotinas dentro dos eixos de trabalho no sentido de prestar um atendimento mais personalizado, propiciando as condições para um maior envolvimento da família e também para estimular o senso de responsabilidade do adolescente em cumprimento da semiliberdade.

Sobre o aspecto da finalidade da medida de semiliberdade, assim como nas demais, é postulado que o caráter pedagógico deve prevalecer sobre o sancionatório. O SINASE reforça essa ideia quando, em seu Art. 1º, inciso II, aponta os objetivos das medidas socioeducativas: responsabilizar o adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; integrá-lo socialmente e garantir os direitos individuais e sociais por meio do cumprimento de seu plano de atendimento; e desaprovar a conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos.

Esse instrumento legal também define a corresponsabilidade na execução das medidas socioeducativas às esferas públicas federais, estaduais e municipais, estabelecendo critérios técnicos, arquitetônicos, gerenciais e pedagógicos na sua aplicação. As ferramentas pedagógicas apresentadas são o PIA e o Regime Disciplinar, bem como a necessidade de estabelecer na gestão do sistema de atendimento socioeducativo articulações interinstitucionais e intersetoriais com as diversas políticas.

O PIA é o instrumento pedagógico de articulações concretas que visam a envolver a família e o adolescente, garantindo direitos que favoreçam a construção de novos vínculos. As ações devem ser mensuradas, registradas e gerenciadas com o apoio da unidade executora da medida, como base para avaliação do processo socioeducativo do adolescente para análise judiciária do tempo do cumprimento da medida pelo adolescente. As estratégias estabelecidas devem visar à integração do adolescente, bem como garantir direitos (BRASIL, 2006).

Este instrumento pedagógico é previsto para qualquer medida socioeducativa, assim incluindo a semiliberdade. Do Art. 52 ao Art. 59 do SINASE são detalhados prazos mínimos para elaboração, a necessidade de ter o resultado da avaliação interdisciplinar, os objetivos declarados

pelo adolescente, as atividades a serem desenvolvidas para alcançar tais objetivos e ações para garantir os direitos previstos pelo estatuto, incluindo o trabalho de integração à família.

Quanto ao regime disciplinar, postula-se que deve existir um que determine as faltas e, conforme sua gravidade, estabeleça consequências e duração, interligadas a um processo disciplinar com garantia de defesa e contraditório, obrigatoriedade de audiência, apuração da falta com no mínimo 3 integrantes e critérios que atenuem ou agravem a sanção. Os artigos do SINASE também pontuam que o regime disciplinar é independente da responsabilidade legislativa que se associe ao ato cometido. Conforme a legislação vigente, cada Estado deve construir um regimento disciplinar de maneira uniforme e com participação ampla de todos os envolvidos no sistema socioeducativo.

Sobre as articulações interinstitucionais e o trabalho intersetorial, o documento determina prazos para a elaboração dos Planos Federais, Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, que devem descrever como tais ações serão engendradas dentro das dinâmicas das várias políticas interligadas ao desenvolvimento integral do adolescente para o efetivo cumprimento dos seus direitos, conforme previsto pelo estatuto (BRASIL, 1990).

A intersetorialidade defendida visa a contemplar o exposto no ECA na garantia da proteção integral dos adolescentes, em todos os momentos de seu desenvolvimento, pois, assim como questiona e responde Silva (2012), o adolescente autor necessita não só de assistência social, mas educação, saúde, lazer, cultura, habitação e todos os direitos constitucionais.

Antes mesmo da implantação do SINASE, pesquisas específicas sobre a realidade desse sistema socioeducativo – e em especial sobre a semiliberdade – foram iniciadas nos últimos anos. Tais pesquisas visam a compreender melhor esse sistema e colaborar para construir coletivamente essa proposta ou pensar em alternativas.

Entre as pesquisas realizadas sobre a temática de inclusão social de adolescentes autores de ato infracional, Oliveira (2002) aponta a medida de semiliberdade como uma alternativa atribuída pelos adolescentes para a gradativa mudança de vida desligada da criminalidade. E a estudiosa Arone (2006), em sua dissertação, buscando conhecer os sentidos e significados da escola para adolescentes em semiliberdade, descreve que, apesar de a escola ser considerada pelos adolescentes um espaço de inserção social, sua aplicabilidade na medida se restringe à frequência escolar. Também Lopes (2006) observa, em sua pesquisa de mestrado sobre adolescência em semiliberdade, que a vivência institucional é tida pelo adolescente como uma

alternativa à mudança, apesar de preservar a ambiguidade do semipreso *versus* semilivre. A autora interpreta como importantes as vivências dentro da instituição, a existência de regras estruturantes com a participação de todos na construção e a importância de os adolescentes encontrarem espaços de reconhecimento social na nova estruturação de sua vida.

Outras pesquisas sobre adolescente autor de ato infracional, como a de Cercal (2007), flagram a existência da racionalidade neoliberal na elaboração e execução das medidas socioeducativas, pautadas numa inclusão compensatória. Já Mocelin (2007), ao pesquisar sobre a política socioeducativa no Paraná, descreve que o trabalho socioeducativo em um ambiente de execução de semiliberdade e internação para adolescentes do sexo feminino aponta a prevalência da privação de liberdade como modo de educar, contribuindo para o afastamento e não para a inclusão. Fuchs (2009), em sua tese de doutorado, na qual fez um levantamento nacional sobre a garantia dos direitos dos adolescentes no cumprimento da semiliberdade entre 2004 e 2008, aponta que as práticas institucionais violam os direitos e desarticulam a vida desses adolescentes, não colaborando para o cumprimento da medida. Tal pesquisa ainda sinaliza que, na melhoria da execução dessa medida, as dificuldades estão na ausência de trabalho intersetorial, de espaços físicos adequados, de regras claras, de ações de responsabilidade com o adolescente e de ações que atendam às necessidades e aos interesses dos adolescentes na constituição de seus projetos de vida.

Apesar dos avanços legislativos com linguagem e perspectivas inovadoras, os resultados das pesquisas e os dados nacionais da socioeducação apontam para a utilização dessas medidas mais como forma de controle dos adolescentes do que para sua emancipação. Mesmo com o incremento das medidas em meio aberto ou a expansão em medidas de semiliberdade, o rol de ações não indica reais mudanças nas condições do público-alvo.

Considerando a diversidade de aplicação e desenvolvimento da política de atenção ao adolescente autor de ato infracional e suas contradições, em especial a medida de semiliberdade, sugere-se a análise de seu funcionamento e desdobramentos dentro do contexto macrossocial no que se refere à indicação dessa medida como um caminho alternativo à privação plena da liberdade, que, em tese, minimizaria os problemas decorrentes do encarceramento. E questiona-se se, apesar de todas estas reformas, de fato, algo novo está sendo realizado e se realmente a semiliberdade é uma alternativa ao encarceramento, bem como em que medida com seu

funcionamento consegue superar as prerrogativas do sistema prisional e preconizar, como estratégias institucionais e intersetoriais, o aspecto educacional e não punitivo.

Para tanto, se propõe um estudo científico, que requer a construção de um problema de pesquisa com delimitação de um campo de estudo e a elaboração de um caminho metodológico para atingir os objetivos estabelecidos dentro de uma pesquisa científica. Assim, o próximo capítulo caracteriza tais aspectos, para o desenvolvimento e ampliação dos conhecimentos sobre o tema num viés científico, com base num estudo de caso.

CAPÍTULO II
SEMILIBERDADE: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

A semiliberdade, apesar de ser apontada pela literatura como uma medida mais adequada que a internação, é pouco aplicada[28]. A proposição na área da infância e juventude é enfatizada por seu formato permitir ações junto às causas da criminalidade juvenil, que estariam não só no indivíduo, mas na comunidade e na família, assim possibilitando as mudanças necessárias. Contudo, sua pouca aplicação, a persistência da internação como alternativa, entre as medida de meio fechado, e as dificuldades encontradas em sua execução persistem. Os fatos motivam a tentativa de compreender o que realmente acontece para que seus resultados e aplicação não sejam como o esperado teoricamente.

Para familiarizar-se com o problema, empreende-se uma pesquisa científica qualitativa com base num estudo de caso com vistas ao aprofundamento amplo e detalhado do funcionamento da medida de semiliberdade e seus desdobramentos. Considerando a necessidade de delimitação, o referido estudo ocorreu a partir da minha experiência no Estado do Paraná na área socioeducativa e do fato de este Estado ser reconhecido nacionalmente por seu inovador projeto arquitetônico e pedagógico de semiliberdade.

A impossibilidade de estudar todas as Casas de Semiliberdade do referido Estado, devido ao tempo para desenvolvimento da pesquisa, requereu novos limites. Para tanto, a *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, foi escolhida, em razão de sua localização na fronteira, dos altos índices de vulnerabilidade juvenil de violência (IVJ-V[29]) nesta cidade, que conforme dados da UNESCO de 2010 era a terceira cidade brasileira com maior índice IVJ-V com 0.568, e de ter sido a primeira inaugurada no novo modelo arquitetônico de semiliberdade e de reestruturação da política pedagógica.

Considerando a contextualização do tema e as problematizações acerca deste, o capítulo descreve o histórico da implantação da medida de semiliberdade no Estado do Paraná e

[28] Enquanto a internação em 2011, no Brasil, tinha 13.362 adolescentes, a semiliberdade atendia 1.918 adolescentes. Ou seja, do total de adolescentes que passaram por internação, internação provisória, internação sanção e semiliberdade, de 20.023, em 2011, somente 9,6 % cumpriram semiliberdade. Já se comparado ao total de 71.673 adolescentes em cumprimento de medida no Brasil no mesmo ano, tanto em meio aberto quanto em meio fechado e incluindo os de internação sanção, o percentual de atendimento em semiliberdade seria de 2,7% (BRASIL, 2012a).

[29] É um levantamento que pega como base 266 municípios com população superior a 100 mil habitantes e calcula para cada município o que designa de Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V). Trata-se de uma média ponderada de cinco indicadores, como taxa de homicídios, de acidentes de trânsito, de emprego ou frequência na escola, de pobreza e de desigualdade.

caracteriza o campo da pesquisa, ao mesmo tempo em que retoma o problema de pesquisa e suas problematizações.

2.1 SEMILIBERDADE NO PARANÁ: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

A primeira unidade de semiliberdade que foi inaugurada dentro de um novo projeto de execução da medida socioeducativa de semiliberdade foi a *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, em 27/03/2009, ainda na gestão da extinta Secretaria da Criança e da Juventude (SECJ) do Estado do Paraná. Este projeto era parte das ações governamentais de reestruturação das medidas socioeducativas que visavam a adequar-se às novas exigências legislativas descritas inicialmente na Resolução nº 119/2006 do CONANDA, relativa ao SINASE, e tinha como embasamento as práticas socioeducativas em novos paradigmas, calcados nas tendências e discussões modernas.

O novo projeto previa a ampliação das medidas de semiliberdade, com a construção e organização de seu funcionamento adequado às ideias do SINASE, com base na referida resolução nº 119/2006, sobre o sistema brasileiro de socioeducação. Tal documento era detalhado e específico quanto ao mínimo de funcionários, máximo de adolescentes a serem atendidos e estrutura arquitetônica, diferentemente do que prevê o texto de Lei do SINASE, que não detalha estas questões.

Seguindo as orientações internacionais e discussões do direito penal adulto, o modelo adotado para execução da semiliberdade nessa nova proposta foi alicerçado no modelo da prisão albergue. Contudo, antes de o Estado do Paraná tentar consolidar tal modelo, também adotou outros como o semelhante ao de Montesino, ligado ao sistema progressivo, uma vez que como afirma Silveira (1971) para ser uma modalidade de semiliberdade deve o estabelecimento prever condições para que o *recluso* saia durante algumas horas definidas para trabalhar ou dedicar-se a alguma atividade educativa. Até chegar a este modelo de prisão albergue, o Estado do Paraná passou por vários processos para implementação das ações nesta área. Os trabalhos sobre a questão social das crianças e dos adolescentes têm como marco inicial o Regulamento de 08 de abril de 1857, que relaciona a obrigatoriedade de educação dos meninos e meninas pobres. A partir do Juízo Privativo de Menores de Curitiba, iniciou-se a estruturação das ideias legislativas relacionadas ao encarceramento no Paraná, com a promulgação da Lei nº 887, de 12 de abril de 1909, que instituía a criação da primeira colônia infantil em Curitiba, conforme descreve Mocelin

(2007). Nesta lei, se previa para as crianças pobres uma educação baseada na moral, no civismo, na profissionalização e na disciplinarização, como expresso no texto legislativo:

> Art. 2º O estabelecimento de educação creado por esta lei propõe dar á infancia, moral e materialmente desamparada, um lar modesto, mas affectuoso, e a formar della um agente de producção pelo ensino de officio que a torne util ao meio social onde se agita.
>
> Art. 3º Tendo por base de sua organisação o ensino agricola, reconhecido como o mais efficaz, como agente educativo, a Colonia Infantil será estabelecida na parte não cultivada do Campo de Experiencias do Bacachery em area previa e perfeitamente limitada, mas de modo que a aprendizagem theorica e pratica de agronomia e zoothecnia possa ser feita, sem aumento de despezas. (PARANÁ, 1909 apud DIEZ, 1993).[30]

A materialização deste trabalho começou no Decreto nº 943, de 17 de agosto de 1920, com a implementação do juizado, que iniciou a administração dos então fundados *Abrigos*[31], *Escolas de Preservação*[32] e de *Reforma* [33] a partir da formação de suas equipes em 25 de janeiro de 1926, conforme dados presentes em textos de Diez (1993; 1998) sobre as práticas sociais e reeducação de "menores"[34] no Paraná na época das "Escolas de Reeducação". Com respaldo nos decretos e nas portarias que possibilitaram a construção do Código de Menores de 1927, conhecido como Código de Mello Mattos, que desde a Lei de 1909 já propunha a reeducação das crianças a partir do método de disciplinarização, contribuintes da ideia do encarceramento, pensa-se que de forma embrionária já nasciam os parâmetros que sustentaria a proposta de execução da atual medida socioeducativa de semiliberdade, já prevista no texto legislativo do Código de

[30] Preservado a redação original.
[31] Termo aqui apresentado conforme compreensão do Código de Menores de 1927, que encaminhava crianças e adolescentes, intitulados menores, a "abrigos" se fossem encontrados abandonados e/ou tivessem cometido um crime ou uma contravenção. Nestes "abrigos", os encaminhados passavam por uma avaliação médica e pedagógica para posterior condução do processo judicial e encaminhamento adequado. A legislação previa abrigos provisórios, para avaliação da situação e posteriores encaminhamentos cabíveis conforme cada caso, devendo ser separados por sexo, idade e "perversidade", conforme expressão do próprio código. Cada abrigo também deveria ter um regimento interno aprovado pelo judiciário.
[32] Local designado e criado, conforme Código de Menores de 1927, para acolher os "menores" que habitualmente praticavam vadiagem ou mendicância, devendo ficar lá até a maioridade.
[33] Termo usado pelo Código de Menores de 1927 para designar o local em que crianças e adolescentes, denominados menores, fossem educados, recebendo escolarização, atividades profissionalizantes e de lazer, nos casos em que seu processo judicial havia determinado a internação. Os que não fossem abandonados ou "pervertidos", nem pudessem ser, poderiam ficar de 1 a 5 anos e os "pervertidos" por no mínimo 3 e no máximo 7 anos. O objetivo era "regenerar" por meio de "trabalho", "educação" e "instrução", conforme o código.
[34] O uso das aspas é para destacar que o termo era usado na época das escolas de reeducação, atrelada a concepção do Código de Menores de 1927.

Menores de 1979. Tal análise advém da ideia de criar um espaço educacional não necessariamente com muros altos, grades ou muralhas, mas instituições educacionais que deveriam, em parceria com a sociedade civil, criar condições de reeducar crianças e adolescentes, a exemplo do *Abrigo* e *Escolas* de correções criadas na época.

Diez (1993) cita que a Lei nº 887/1909 e sua proposição de organizar e executar uma colônia penal abriu portas para as discussões que culminaram posteriormente na Lei nº 1663/1917, que autorizou o Estado a construir as colônias correcionais em cidades litorâneas, como Antonina e Paranaguá. Inicialmente, as estruturas utilizadas eram as filantrópicas, como os Asilos, e posteriormente foram construídos espaços próprios para o desenvolvimento das designadas Escolas. Sobre as práticas pedagógicas, Mocelin (2007), considerando os escritos de Diez (1993), relata que tais escolas eram calcadas nos ordenamentos religiosos, que dirigiam as unidades destinadas às crianças e aos adolescentes, conforme encaminhamento judiciário. Cabe pontuar que as escolas de preservação visavam a preservar as crianças e os adolescentes da pobreza, sendo que aqueles tidos como criminosos eram competência das escolas de reforma, cujo objetivo deveria ser reformá-los. Contudo, a delimitação entre preservação e reforma foi se perdendo.

Diez (1993; 1998), em sua reconstituição histórica, pontua que em 1936 foram inauguradas as três escolas de reforma, em Piraquara, Curitiba e Paranaguá, e em 13 de maio de 1947, por meio do Decreto-Lei nº 615, o primeiro abrigo provisório[35], sob o comando do Departamento de Assistência Social (DAS), órgão da Secretaria da Saúde e Assistência Social (SAS). A expansão das escolas ocorreu, de forma que se passou a separar os meninos das meninas e os que estavam provisoriamente abrigados aguardando decisão do juiz, hoje as denominadas internações provisórias.

Sobre este processo, Silva (2009) na dissertação sobre a educação de crianças desvalidas em instituições de assistência à infância entre 1947 e 1957 em Curitiba, também detalha este percurso de implantação dos abrigos provisórios. A autora aponta em seu trabalho acadêmico a forte relação entre a assistência social e a saúde, como modelo de atendimento às crianças, em que o DAS tinha como objetivo, conforme decreto, proteger as crianças desvalidas. Devido a mudanças políticas e transições governamentais, em 1951 o DAS ficou sob a responsabilidade da

[35] Criado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social (SAS), num edifício que havia sido construído para ser um posto de higiene e saúde, destinado a interna e educar crianças desvalidas de 0 a 12 anos (SILVA, 2009).

Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social (SNTAS), seguindo a promulgação da Lei nº 682, de 12 de setembro de 1951. Cabe ressaltar que, independente da Secretaria a que o DAS estava vinculado, seu trabalho devia estar ancorado nos fundamentos do Código de 1927 (SILVA, 2009).

Silva (2009) também salienta que em 1953, por direcionamentos do Juízo de Menores da Capital, os até então "abrigos" e escolas de reforma foram modificados para ser *educandário*[36], com intenção de promover alterações no formato de atendimento. Tal ação teria sido fruto das diversas dificuldades encontradas no trabalho dos abrigos, escolas de reforma e centros de formação quanto às más condições de trabalho, superlotação, falta de um trabalho de fato educativo, falta de espaço, condições inapropriadas de saúde e higiene.

Neste percurso, várias alterações foram realizadas, como mudanças de locais e espaços de funcionamento das unidades, a exemplo da antiga *Escola de Reforma Feminina*, que passou para a administração das Irmãs Passionistas em 1969, tornando-se *Educandário Yvone Pimentel*, em funcionamento até 1976 (DIEZ, 1993). Mocelin (2007) e Diez (1993) também descrevem que Entre 1976 e 1981 as adolescentes com problemas de condutas alternavam sua permanência por diversas instituições. Ressalta-se que não se conseguiram elementos suficientes para expor sobre os processos contínuos e descontínuos da história de construção destes serviços e instituição, sendo expostos os fatos para ilustração.

Considerando os limites de informações sobre as concepções e história dessas instituições, Diez (1993) e Mocelin (2007) expõem que em 1981 novas ideias concretizavam-se a partir da administração da assistência à infância pelo Instituto de Assistência ao Menor[37] (IAM), que criou a primeira unidade de semiliberdade destinada especificamente às meninas. Este primeiro modelo foi aplicado entre 1981 e 1983, num formato de uma casa residencial em uma vila comunitária, considerada na época como parte do *regime aberto*[38], conforme dados e análise do histórico apontado por Mocelin (2007).

---

[36]Termo usado para designar os locais que recebiam os também menores sentenciados judicialmente para internação em regime educacional ou de semiliberdade, tais locais substituíram com a implementação do Código de Menores de 1979 os "abrigos" e a "escola de reforma" – organizavam-se mudanças, mas se mantinham alguns princípios.

[37] Em 1962, pela Lei nº 4.167, de 16 de julho de 1962, foi criado o IAM no Paraná, dois anos antes da criação da FUNABEM. Em 1974, tal instituto tornou-se subordinado à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social. Em 1987, ele foi extinto, e posteriormente ligado a FASPAR (MOCELIM, 2007, p. 75).

[38] Noção atrelada à concepção de um trabalho semelhante ao do adulto, conforme Código de Menores de 1979. O termo *regime* não é mais adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), pois se mudou a concepção. No regime, a ideia é que primeiro se passa por um regime mais rígido, como o fechado, e se houver bom comportamento se conquista outros. Na ideia do Estatuto, a instituição do termo medida socioeducativa, visa a alterar tal ideia,

Devido aos obstáculos para a funcionalidade desta experiência na época, associados aos conflitos interpessoais entre as adolescentes e a equipe, o uso de drogas e as fugas, a equipe técnica daquela época dentro do IAM elaborou uma nova proposta nos moldes do sistema de progressão, como o de Montesinos. Nesta nova proposta, antes de as adolescentes irem para a casa do regime considerado aberto (prisão albergue), deveriam passar pela experiência de semiliberdade a partir do regime fechado (MOCELIN, 2007; DIEZ, 1993). Assim, foi inaugurado, em 1985, o atual *Centro de Socioeducação Joana Richa*[39], na época intitulado *Unidade Social Joana Richa*, que aplicava as modalidades de internação, internação provisória e semiliberdade a adolescentes autoras de atos infracionais no Estado. A unidade feminina de semiliberdade ainda permanece no mesmo endereço, junto ao espaço da atual Unidade Joana Richa, mas desde 2009 desvinculada do processo de aplicação da medida de internação e da internação provisória, ou seja, com o formato de prisão-albergue novamente, mas em uma estrutura arquitetônica antiga reformada em 1985.

Sobre este percurso histórico, Mocelin (2007) também destacou que em 1987 o IAM foi extinto, já sob a administração da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, passando suas ações a serem executadas pela Fundação de Ação Social do Paraná (FASPAR), que havia se tornado Instituto de Ação Social do Paraná (IASP), conforme Decreto nº 959, de 28 de junho de 1985. Neste mesmo ano, o Instituto de Ação do Paraná (IASP) tornou-se responsável pela articulação da política e estava interligado à FASPAR e à Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Estado (SETP). O IASP era uma autarquia estadual destinada a gerenciar os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), gerido pelo Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), e conforme explicitado por Mocelin (2007) destinava-se a atender crianças e adolescente em risco social e familiar, bem como os que se envolviam com atos infracionais.

Com este histórico traçado por Diez (1993) e Mocelin (2007) percebe-se que o modelo atual de organização da medida de semiliberdade adotado pelo Paraná e previsto na legislação do SINASE, de 2012, teve no Paraná sua primeira experiência em 1981, numa unidade destinada ao sexo feminino. Já a primeira casa de semiliberdade masculina foi inaugurada, na direção do

---

alterando a ordem das coisas, devendo ser primeiramente aplicada uma medida em meio aberto para, se não houver êxito, se aplicar uma mais rígida ou gravosa, como a internação em estabelecimento fechado.

[39] A denominação de CENSE dos antigos Educandários ou Unidade Social ocorreu no período ainda de gestão da assistência social pelo IASP.

IASP, em Ponta Grossa, para atender até 12 adolescentes, em 04 de dezembro de 1996, a partir de uma parceria com o governo municipal. Na época, tal instituição era intitulada Casa Sebastião Osório Martins – Programa de semiliberdade, conforme notas expressas em notícias do site oficial da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social, atualmente gestora do sistema estadual de socioeducação.

A segunda unidade foi construída em Londrina com previsão de duas casas, cada uma com previsão de atender 9 adolescentes, sendo uma das casas inaugurada em 12/06/2000 e a outra em 12/09/2008, esta última já dentro do processo de reestruturação do sistema socioeducativo do Paraná, conforme normativas relacionadas ao SINASE. Posteriormente em 2000, ocorreu a inauguração da unidade masculina de Curitiba, já com a participação do Estado, datada do ano de 2004, conforme informações verbais de membros da SEDS. Esta tinha uma estrutura física com cinco casas, sendo uma administrativa, mas atualmente esta unidade possui três casas em funcionamento, duas para adolescentes e uma para a equipe, com capacidade para atender 18 adolescentes, conforme informações conhecidas pela pesquisadora por sua experiência como servidora da SEDS e profissional de uma unidade de semiliberdade.

Ressalta-se que em 2006 havia duas unidades masculinas de semiliberdade em funcionamento em Curitiba, uma sob a administração direta do Estado e outra executada em parceria com a iniciativa privada por organização não governamental (ONG): o Instituto Salesiano[40], as demais eram administradas diretamente pelo Estado. A unidade da ONG Instituto Salesiano executou a medida de semiliberdade até o ano de 2006, conforme notícias do próprio site da entidade e dissertação de Mocelin (2007), contudo não há registro específico da data de início ou a data exata da interrupção do trabalho em parceria com a sociedade civil.

Conforme informações verbais de servidores participantes da gestão da extinta SECJ, a desvinculação da parceria com a instituição filantrópica ocorreu após estudo sobre os custos da medida de execução por ONG ou por iniciativa pública, levando à definição da prioridade de o Estado realizar construções públicas para a execução da medida de semiliberdade. Além disso, as ações visavam ao aumento de vagas conforme as determinações judiciais para internação, o incentivo de medidas em meio aberto e a ampliação das vagas em semiliberdade com uma nova proposta sistematizada.

[40] É uma instituição filantrópica de fins beneficentes, culturais, formativos e assistenciais vinculada ao grupo católico Salesianos de Dom Bosco, que focam suas ações a crianças e adolescentes, preferencialmente pobres.

Diante dos processos políticos e da busca pela implantação dos pressupostos do ECA, de 1990, a direção do antigo IASP buscou novas ações para articular este empreendimento, destacando-se, entre 2003 e 2006, ações de reestruturação da gestão dos antigos *Educandários*. Neste período, segundo divulgação dos dirigentes da socioeducação em capacitação em 2007, as mudanças ocorriam devido aos problemas de torturas e mortes dentro dos *Centros de Socioeducação*, antes denominados *Educandários*, redirecionaram o trabalho socioeducativo envolvendo-se na organização de um sistema que atendia às exigências internacionais, posteriormente o decreto do CONANDA (BRASIL, 2006) e atualmente o SINASE (BRASIL, 2012b).

Além dos investimentos para a melhoria e transformação do sistema, com propostas de novos projetos arquitetônicos tanto para internação quanto para semiliberdade, contratação de novos servidores efetivos, capacitação e outras ações, observadas pelos servidores, ocorreu em 2007 a constituição de uma secretaria exclusiva para tratar da questão da criança e do adolescente. Seguindo as mudanças da União, em 2007 o IASP tornou-se uma secretaria específica, denominada de SECJ.

Como já explanado, entre 2003 e 2006, o Estado contava com cinco unidades socioeducativas de semiliberdade, três em Curitiba (duas masculinas e uma feminina), uma em Ponta Grossa (masculina) e uma em Londrina (masculina). Contudo, os projetos arquitetônicos e a proposta pedagógica ainda não estavam alicerçados as novas orientações do documento do CONANDA de 2006, que corroborou com a promulgação do SINASE em 2012.

Assim, neste processo de reestruturação, no novo período de 2007 a 2010 pela SECJ e posteriormente entre 2011 e 2014 iniciou-se a inauguração de novas unidades, conforme as orientações legislativas. A primeira construída no novo modelo foi a unidade de Foz do Iguaçu, com capacidade prevista para atender 12 adolescentes, inaugurada em 2009. Posteriormente, foi construída e reaberta em junho de 2009 uma nova unidade em Ponta Grossa, substituindo a antiga unidade em parceria com o município. Na sequência, ocorreu a abertura da *Casa de Semiliberdade* em Cascavel, em 10/12/2010, também no novo formato arquitetônico e pedagógico, conforme dados disponíveis em notícias no site oficial da Secretaria.

Com a mudança de governo em 2011, a então SECJ passou a ser denominada SEDS, que priorizaria as ações visando ao fortalecimento familiar e continuando com os acordos para melhoria da socioeducação. Neste caminhar os projetos de expansão das estruturas de

semiliberdade, no novo modelo de prisão aberta, se ampliaram e, mesmo com o fechamento da unidade executada pela ONG Salesiano, ocorreu a ampliação das vagas nesta modalidade e a ampliação de suas estruturas físicas, como verificado em notícias oficias no site da secretaria. Assim, nestes últimos quatro anos, ocorreu inauguração de outras duas novas casas de semiliberdade, também dentro do novo modelo arquitetônico, a *Casa de Semiliberdade* de Umuarama em 02/10/2013 e a de Paranavaí em 03/10/2013, como noticiado no site oficial. Além disso, informações não concretas dos meios de comunicação virtual também divulgam que há previsão de construção de outras três casas no novo modelo, uma em Foz para atender adolescentes do sexo feminino e outras duas para atender o sexo masculino em Toledo e Maringá.

Atualmente, o Estado conta com sete Casas de semiliberdade masculinas e uma feminina, das quais cinco masculinas estão com capacidade para 18 adolescentes, a feminina para seis adolescentes e duas masculinas para 12 adolescentes, perfazendo um total de 114 vagas masculinas e 6 femininas previstas. Destaca-se que a unidade de Ponta Grossa, está interditada devido a questões jurídicas locais, conforme notícias divulgadas na mídia, o que diminui o número de vagas masculinas disponíveis para 96.

Cabe destacar que as unidades masculinas que já estavam em funcionamento também nesta modalidade residencial, como as unidades de Curitiba, Londrina e Ponta Grossa, não tinham o novo projeto arquitetônico, assim não supriam as orientações legislativas. Nas antigas unidades não estava previsto espaço arquitetônico com estrutura para atendimentos individuais e grupais ou para interações adequadas e de convivência entre os adolescentes e com a equipe, conforme apontaram as diretrizes do CONANDA (BRASIL, 2006). Nas novas estruturas foram contempladas tais orientações, com uma construção que organizou uma instituição no formato de uma residência com amplos espaços para os adolescentes fazerem refeições, dormirem, fazerem atividades coletivas, terem atendimentos técnicos individuais e/ou grupais, receberem suas famílias em condições adequadas de higiene, circulação, iluminação e segurança. Além disso, a proposta previa o mínimo de equipe e o máximo de adolescentes por unidade, conforme os parâmetros de sistema de socioeducação de 2006, com no máximo 4 adolescentes por quarto em no mínimo 2 metros quadrados, e com 1,5 metros quadrados a mais para cada número de adolescente acrescido no espaço.

A nova proposta também contemplava o desenvolvimento de ações nos diversos eixos propostos no projeto do SINASE de 2006 e na Lei em 2012, somando-se a previsão de uma equipe de trabalho que contemplava parte dos profissionais estabelecidos no projeto como a necessidade de educadores sociais durante as 24 horas de funcionamento da unidade, uma equipe técnica (psicólogo, assistente social e pedagogo) e equipe administrativa (coordenador e auxiliar administrativo), porém não foi especificado se a semiliberdade deveria ter uma equipe específica para o desenvolvimento do trabalho. Também não se preconizou a separação de adolescente em cumprimento de semiliberdade pela primeira vez dos oriundos do sistema de internação, por progressão judicial de sentença, como prevê a legislação.

Nesse contexto histórico e situação atual da socioeducação no Estado, a unidade de Foz do Iguaçu, com um novo projeto arquitetônico, reapareceu com a proposta para fortalecer a proposição da medida de semiliberdade, sendo a primeira unidade de semiliberdade em Foz do Iguaçu. Por outro lado, tal projeto não é exatamente novo, mas uma reedição da ideia do regime aberto, baseado no modelo de prisão albergue, já implantada inicialmente em 1981 com a abertura da primeira casa no modelo residencial para atender adolescentes do sexo feminino que tinham problemas de conduta. O diferencial realmente está no novo formato do projeto arquitetônico, que se associa à materialização de ideias da nova legislação associadas às tendências internacionais.

Para fins desta pesquisa, realça-se o histórico da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, que foi inaugurada dentro da nova proposta de mudanças relacionadas à socioeducação no Estado do Paraná, a ser detalhada no próximo tópico sobre o novo projeto da proposta de semiliberdade, com suas novas configurações físicas, técnicas e pedagógicas.

2.2 SEMILIBERDADE: O RELATO DE UM CASO PARTICULAR

A unidade, localizada em Foz do Iguaçu, PR, está numa região particular, parte da Tríplice Fronteira Internacional, formada por cidade do Brasil, Paraguai e Argentina. A cidade é a sétima mais populosa do estado com aproximadamente 263 mil habitantes, conforme estimativas do IBGE. A economia local oficial configura-se pelo turismo, com a Hidrelétrica de Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu, pela produção de grãos e de energia, e pela comercialização de produtos eletroeletrônicos nas zonas francas de Ciudade del Este/Paraguai. Contudo, tais fatores coexistem com uma forte economia não oficial, como o comércio varejista, a pirataria, o

contrabando de armas, drogas, medicamentos, agrotóxicos e o descaminho de mercadorias industrializadas, conforme explana Cardin (2010). Esse território, além da economia formal, também gera forte vinculação com o contrabando e o descaminho, tanto de produtos eletroeletrônicos vindos do Paraguai, quanto dos produtos brasileiros que atravessam para os outros países, o que é facilitado pelas diferenças econômicas, tributárias e legislativas de cada país.

Trata-se de um espaço marcado por uma gama complexa de interação e organização não só econômica, mas pelas diferentes etnias e diversidade cultural – Foz do Iguaçu abarca mais de 72 grupos étnicos, oriundos de vários locais do mundo, contando com uma grande presença da comunidade libanesa. Tais diversidades e suas várias facetas geram, além do turismo e das possibilidades econômicas, diversos problemas sociais, principalmente a violência, liderando o ranking de homicídios proporcionalmente ao número de habitantes do país. É nesse contexto diverso e complexo que a unidade da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu situa-se e engendra-se.

A partir dessa compreensão e com base nas entrevistas com os funcionários, em especial com o atualmente designado Diretor, bem como nas observações e nos relatos acerca da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, buscou-se traçar o percurso da implantação e organização do funcionamento desta unidade com posterior análise de seus processos e funcionamento.

A *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, quando inaugurada em 27/03/2009, era considerada uma ala da unidade de internação do CENSE de seu município, apesar de caracterizar-se como Casa, sem muros tão altos ou grades, e ficar espacialmente ao lado do CENSE, com entrada e saída próprias. Conforme relato do Diretor atual da semiliberdade, Sr. Alvaro, parte da equipe de trabalho foi escolhida antes da abertura da Casa pelo denominado naquele período de Coordenador de semiliberdade, o qual foi escolhido pelo Diretor do CENSE de Foz do Iguaçu daquele momento, Sr. Ulisses. O dirigente da *Casa de Semiliberdade*, que é o mesmo até hoje, mas atualmente com cargo de Diretor de semiliberdade, Sr. Alvaro, aceitou a coordenação com a condição de que pudesse formar sua equipe de trabalho de educadores sociais. A autorização do Diretor do CENSE, Sr. Ulisses, possibilitou que o dirigente da semiliberdade pudesse convidar os seis primeiros educadores sociais que considerava terem as características necessárias para o desenvolvimento do trabalho nesse novo regime de trabalho.

O escolhido para dirigir a semiliberdade, Sr. Alvaro, antes na função de educador social, já conhecia os outros educadores sociais do CENSE devido a suas experiências de trabalho em vários turnos e setores. Assim, considerando um perfil adequado ao desenvolvimento da proposta de semiliberdade nesta modalidade, passou a convidar também outros colegas para trabalhar na semiliberdade, conforme aumentava o número de adolescentes dentro da unidade. O perfil de escolha baseava-se em características que o Sr. Alvaro considerava relevante para o trabalho em semiliberdade, como ser paciente no trato com outras pessoas e em especial com os adolescentes, flexível quanto às regras de segurança e com capacidade de lidar com frustrações. Sobre a escolha da equipe técnica, esta foi feita pelo Sr. Ulisses, Diretor do CENSE, mas compreendida por Sr. Alvaro como adequada, uma vez que a técnica escolhida possuía vivências anteriores em abrigos e casas de acolhimento, já entendendo o funcionamento que deveria ser impresso dentro da *Casa de Semiliberdade* nesta modalidade de trabalho, também como afirmou o relato do Sr. Alvaro diretor da unidade de semiliberdade.

Cabe salientar sobre o perfil profissional dos socioeducadores, considerados todos os profissionais que trabalhassem com socioeducação, independente da função, que o Paraná tinha definido algumas características, posturas e condutas para tais profissionais, contidas em um de seus cadernos de socioeducação o de *Gestão de Centros de Socioeducação* de 2006. Para ter o perfil, o profissional devia, dentre várias características, ter capacidade de trabalhar em equipe, assumir compromisso, ter boa comunicação com colegas e adolescentes, observar o sigilo, ser imparcial, com senso de justiça, ser observador, atento, ter bom senso nos julgamentos e decisões, ser sensível, ter autocontrole, equilíbrio emocional, ser persistente, resistente a frustração e capaz de superar situações adversas positivamente (PARANÁ, 2006a).

O mesmo caderno pontua características de lideranças para os socioeducadores assumirem uma posição de autoridade e não de disputa de poder, como

> [...] serem [os socioeducadores] receptivos e acolhedores na sua chegada [do adolescente]; orientem-no da maneira apropriada quanto às normas de conduta no centro de socioeducação; definam o significado e o propósito do cumprimento da medida socioeducativa; encontrem meios para tornar o processo socioeducativo mais desafiador, mais interessante e recompensador; reconheçam e o recompensem pelos seus progressos e conquistas; respeitem-no nas dificuldades e momentos de descrença, procurando estimulá-lo a superar as dificuldades; identifiquem, desenvolvam e invistam nos seus pontos fortes e qualidades; exijam excelência e responsabilidade na construção dos seus projetos para o futuro; estimulem-no para a construção de uma rede própria de

> apoio, formada por pessoas significativas para ele; insistam na busca contínua pela melhoria pessoal, ajudando-o a desenvolver novas habilidades; mostrem confiança na sua capacidade de fazer a coisa certa; sejam honestos e exijam honestidade total, nas boas e nas más notícias (PARANÁ, 2006a, p. 65-66).

Além desse material de apoio o dirigente da semiliberdade e sua equipe contaram com os demais cadernos de socioeducação como o de *Práticas Socioeducação, Compreendendo o Adolescente, Rotinas de Segurança e Gerenciamento de Crise nos Centros de Socioeducação,* todos publicados em 2006 pelo IASP, que administrava as unidades socioeducativas do Estado do Paraná. Contudo, nenhuma orientação específica para o trabalho em semiliberdade, em especial no modelo de prisão albergue, pois o caderno de *Semiliberdade* só foi publicado em 2010.

Assim, Sr. Alvaro afirmou que, antes de iniciarem os trabalhos, os primeiros servidores[41] receberam uma capacitação de três dias, em que as equipes das outras semiliberdades masculinas já existentes explanaram suas rotinas, dificuldades e manejos como forma de auxiliar a nova equipe a organizar sua maneira de trabalhar. Com base nessas experiências e leituras de outras proposições, como do Rio Grande do Sul e São Paulo, foram sendo elaboradas as práticas da semiliberdade em Foz do Iguaçu.

A direção da semiliberdade também explanou que, a pedido da Coordenação Estadual de Semiliberdade, na época existente, aquele já como Coordenador da Casa, com o apoio de seus educadores sociais e visando a cumprir com as orientações do SINASE, construiu documentos norteadores para o trabalho, como Regimento Interno a partir da revisão dos cadernos do IASP, hoje cadernos de socioeducação do Paraná, e leituras de outros regimentos encontrados na internet e solicitados a outros estados.

Conforme explanação do Diretor Alvaro, com seus 32 anos, formado em Direito, a frente da unidade há 5 anos, contados desde a inauguração da Casa, o primeiro norte de trabalho teve como foco a segurança e o mecanismo de contenção como estratégias para impedir que os adolescentes descumprissem as regras e/ou causassem conflitos internos. No primeiro mês, era apenas um adolescente para seis educadores, então as rotinas e manejos eram administráveis facilmente. Contudo, com a chegada de mais adolescentes, já começavam as dificuldades e para supri-las eram solicitados mais educadores sociais, os quais deveriam cumprir as rotinas de trabalho e conduzir a proposta geral e os objetivos socioeducativos.

[41] Seis educadores sociais, o coordenador e uma técnica na função de assistente social, conforme Francis, servidor público, relatou em sua entrevista.

Dentro da perspectiva da segurança, de acordo com os cadernos de socioeducação (PARANÁ, 2006b; 2006c; 2006d) e a ideia desta por meio do encarceramento, associadas ao senso comum dos profissionais, práticas como o isolamento dentro do CENSE eram uma estratégia para manejar conflitos e tentar manter a ordem dentro da unidade de semiliberdade. Assim, relatou o Diretor da semiliberdade que, diante da qualquer "desvio de conduta" (sic), como o uso de entorpecentes, eram adotados os manejos da internação, sendo um deles a contenção e o isolamento no alojamento fechado com trancas e grades. Tais ações eram legitimadas por vários dos atores do sistema socioeducativo, como Diretor de semiliberdade, Coordenador de socioeducação, Direção do CENSE, Juizado, o que também ocorria dentro de outras Casas de semiliberdade, conforme relato em capacitação.

Com as frustrações e dificuldades desse tipo de intervenção no trabalho junto aos adolescentes, como relatado por 3 entre os 13 servidores entrevistados e reforçado pela direção em um dia de observação de campo, a equipe, a partir de discussões em reuniões específicas de semiliberdade, organizadas pela gestão estadual, extinguiu tal prática no final de 2010. As entrevistas destacam que, com o passar do tempo e as vivências diárias, os servidores foram aperfeiçoando suas práticas, a partir de trocas de experiências e leituras sobre temas relacionadas a novas formas de manejos e de gestão institucional. Suas ações foram, então, redirecionadas para serem aplicadas sem o uso da força e do isolamento para a promoção do trabalho socioeducativo, assim preservando tanto a disciplina quanto as atividades pedagógicas dentro e fora da instituição, conforme ideário do SINASE e orientações do CONANDA, expressas na Resolução nº 119/2006 sobre tal sistema.

Neste aspecto, a equipe relatou perceber que a modalidade de semiliberdade dentro de uma casa residencial, por não contemplar grades, muros altos, algemas, portas de ferro, trancas excessivas, camas de concreto etc., necessitava de uma nova proposta de segurança. Esta pautada na formação de vínculos de confiança, e assemelhando-se ao máximo à vida de uma casa comum, com toda sua estrutura de funcionamento incluindo a simulação da vida rotineira das pessoas na sociedade.

Conforme relato do Diretor, Sr. Alvaro, a participação da equipe técnica dentro da unidade até 2011 praticamente não existiu junto das rotinas cotidiana da unidade. A primeira técnica, uma assistente social, ficou apenas os três primeiros meses trabalhando efetivamente na unidade, pois se afastou por problemas de saúde durante alguns meses e após o retorno pediu

exoneração por ter passado em outro concurso, não sendo designada outra técnica exclusiva para as funções específicas até meados de 2011. Durante este período, as funções específicas do técnico eram desempenhas pelo Coordenador, que em últimos casos solicitava auxílio da equipe técnica do CENSE, como para confecção de relatórios a serem enviados ao judiciário. Atividades como matrícula escolar, colocação em trabalho ou cursos, comunicados ao judiciário e documentação eram organizadas e acompanhadas pela direção com o apoio dos educadores.

Após este período entre final de 2009 e meados de 2011, Sr. Alvaro explicou que a *Casa de Semiliberdade* começou a contar com apoio mais direito da terapeuta ocupacional e de uma psicóloga do CENSE de Foz do Iguaçu, que dividiam o tempo e o trabalho com suas atribuições rotineiras do CENSE. Somente no final de 2011, uma assistente social foi contratada exclusivamente para trabalhar na unidade e paulatinamente foi assumindo as funções específicas da área. Consta que ao final de 2012, devido a transferências internas conforme concurso de remoção, a assistente social foi substituída por outra assistente social oriunda de outra modalidade de atendimento à criança e juventude da mesma secretaria, que continuou sendo exclusiva da semiliberdade. Mas somente no início de 2014 a equipe passou a contar com uma psicóloga trabalhando unicamente na unidade de semiliberdade, ainda faltando a pedagoga para completar o quadro de funcionários técnicos previsto pela atual Gestão do Sistema Socioeducativo, a atual SEDS. Ressalta-se que, após a entrada de um técnico próprio da semiliberdade, não houve mais apoio dos técnicos do CENSE, mesmo que não existisse o técnico específico de outras áreas na unidade de semiliberdade, assim, ficou sob a responsabilidade do técnico da área a organização de todas as atividades especificamente técnicas e encaminhamentos para a rede quando da necessidade de intervenções de outras áreas.

Entre as estratégias construídas para o funcionamento da unidade em termos disciplinares, encontra-se a elaboração de um modelo de avaliação semanal com a participação de toda a equipe de todos os setores da unidade, hoje prevista pelo SINASE, como salienta a Direção da semiliberdade. A partir de tentativas e erros, o modelo, que se sustenta até hoje, com alterações ao longo do tempo, é estruturado com avaliação de requisitos pré-estabelecidos, como cumprimento das obrigações diárias internas e externas, palavreado, comportamentos interpessoais e pessoais (brigas, cumprimento de horários, frequência às aulas, entre outros), definidos em reuniões entre os membros da equipe, com alterações recente que tiveram a participação das discussões de uma equipe técnica própria da semiliberdade. Destaca-se que os

padrões para esta avaliação são estabelecidos conforme análise de cada grupo de educadores de plantão em conversas entre si com suas opiniões, pensamentos e ideias pessoais. A equipe de educadores sociais, que participa das rotinas diárias, é quem participa do processo de avaliação, os técnicos não participam, nem a direção. Com o sistema de notas, as equipes de cada plantão avaliam os adolescentes em cada quesito e a média simples de todas as avaliações gera a nota final, que é aplicada a um sistema de recompensas e punições, conforme as faixas em que as notas se encontram. Para ilustrar, se a nota é superior a 7, o adolescente visita a família no fim de semana e, se a nota é abaixo de 5 a visita a família é proibida, devendo permanecer na *Casa de Semiliberdade* participando das suas rotinas. As mudanças que ocorreram foram decorrentes da experiência, adequando-se as punições e recompensas para melhorar o resultado do que se esperava com esse sistema de avaliação.

Sobre as estratégias de monitoramento, inicialmente eram veladas, a equipe da semiliberdade de Foz do Iguaçu não queria demonstrar que monitorava os adolescentes. Contudo, devido a constantes ausências na escola, a equipe de educadores decidiu permanecer na porta da escola para monitorar as entradas e saídas dos adolescentes e evitar a não frequência escolar. A equipe considerava que, com um monitoramento mais intensivo, os adolescentes, que já sabiam da avaliação semanal e como funcionava a avaliação do sistema com possibilidade de comunicação ao judiciário do descumprimento das regras ligadas à medida de semiliberdade, não iriam mais ausentar-se da escola. Mas o resultado não foi como esperado, com a associação direta da conduta de monitoramento intensivo do educador com a figura da polícia, os adolescentes continuaram tentando ausentar-se da escola e quando não conseguiam transgrediam regras dentro desta, fazendo uso de entorpecentes, por exemplo. Os conflitos se acirraram, chegando a gerar ameaças de adolescentes para com educadores e a tornar as relações entre escola, *Casa de Semiliberdade* e adolescentes insustentáveis, levando ao abandono da prática. O monitoramento atualmente é realizado assistematicamente, sabendo-se da ausência porque a escola avisa ou porque o adolescente admite as faltas ou, ainda, por outros motivos.

Sobre o relacionamento entre adolescentes e equipe, o relato do Sr. Alvaro é que a equipe foi com a convivência e as mudanças de estratégias aprendendo a lidar com o adolescente e suas características. Conforme análise da direção, a compreensão de que as práticas associadas à figura repressiva e coercitiva do policial não seriam adequadas possibilitou um grande avanço no trato com os adolescentes e no desenvolvimento de relações mais amistosas. Assim, com o

tempo, 3 servidores entrevistados declararam terem percebido que debater com o adolescente não era o caminho, nem alterar o tom de voz, nem assumir uma vigilância de polícia. Os conflitos foram minimizados a partir da implantação da avaliação semanal e da mudança de postura da equipe, a qual compreendeu que sua intervenção não precisa ser imediatista em alguns tipos de conflitos interpessoais.

Este processo de construção da experiência em semiliberdade em Foz do Iguaçu estruturou o trabalho de um modo que será detalhado a seguir, reforçando os aspectos do novo projeto que se associam ou não às proposições da legislação e às tendências internacionais do modelo de prisão albergue.

2.2.1 A equipe

Sobre a equipe socioeducativa da *Casa de Semiliberdade*, para o desenvolvimento do trabalho com até 12 adolescentes do sexo masculino, conforme regimento interno da unidade, a Casa contava com 20 servidores vinculados à unidade, dentre eles educadores sociais, direção, auxiliares de serviços gerais e técnicas (psicólogo e assistente social). A partir da observação e pelo contato com a equipe também na função de servidora, a pesquisadora verificou que, do total de servidores, os dois auxiliares de serviços gerais são terceirizados e outros dois educadores sociais estão sob o regime de contrato seletivo temporário, os demais são todos funcionários de carreira.

Além disso, a pesquisadora também analisou que, apesar do número de servidores no início da pesquisa ser de 20, ainda não contemplava todas as áreas que deveriam atuar na unidade, que conforme projeto do SINASE de 2006 faltaria pedagogo, advogado e auxiliar administrativo. Cabe pontuar que advogado não é previsto na proposta de gestão atual, conforme regimento interno da *Casa de Semiliberdade*, nem na lei do SINASE promulgada em 2012. O texto da lei do SINASE (BRASIL, 2012b) estabelece áreas de atuação, prevendo necessidade de representantes da área da saúde, da educação e da assistência social para compor uma equipe interdisciplinar, não especificando funções. Para tanto, a defesa dos adolescentes atualmente está sendo suprida pela recentemente instalada Defensoria Pública do Estado do Paraná. Consta também pela organização da SEDS uma previsão de motorista, até então uma função exercida pelo educador social, que faz esse trabalho na falta de um motorista. No caso das Casas de

semiliberdade, é imprescindível a presença do motorista, pois a equipe precisa se deslocar constantemente nas atividades externas, que constituem a maioria das atividades dos servidores, haja vista não ter previsão de vale-transporte e os locais nem sempre serem acessíveis a pé.

As funções de 20 servidores estavam divididas da seguinte forma: um diretor, um assistente social, uma psicóloga, dois educadores executando funções preeminentemente administrativas e dois auxiliares de servidos gerais, estes sete em regime de trabalho de 40 horas de segunda a sexta-feira; os demais servidores eram quatorze educadores sociais, trabalhando também em regime de plantão 12x36 (12 horas trabalhadas, 36 de descanso), ficando dois educadores em cada plantão de 12 horas, de forma a ter estes profissionais 24 horas por dia dentro da unidade. Assim, durante a semana em horário comercial a unidade possui 9 profissionais da equipe para até 12 adolescentes. Já fora dos horários comerciais são dois educadores sociais para até 12 adolescentes.

Conforme caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a) e regimento interno da unidade, as atribuições são divididas conforme as respectivas funções. Destaca-se que para todos os profissionais os documentos de referência do trabalho socioeducativo pontuam a necessidade de os servidores serem modelos positivos para os adolescentes, bem como seguirem as normas e regras da unidade e do servidor público.

À direção cabe organizar, gerenciar e acompanhar as atividades de trabalho da equipe, bem como realizar a avaliação dos adolescentes, planejá-las e acompanhá-las de forma integrada junto a sua equipe. Além disso, o diretor ficava incumbido de representar a Casa, buscando parcerias e articulando o trabalho junto à rede de formalização dos processos gerenciais.

A equipe técnica fica responsável, sem divisões específicas de tarefa expressas nos documentos, por: a) realizar encaminhamentos nas diversas áreas para o desenvolvimento do adolescente (saúde, educação, profissionalização, esporte, cultura, lazer etc.); b) realizar visitas domiciliares às famílias dos adolescentes, atendimentos individuais e/ou grupais tanto para a família quanto para o adolescente, desenvolver oficinas pedagógicas e participar de reuniões internas e externas à unidade; c) realizar estudos de caso e relatórios técnicos; e d) acompanhar o processo do adolescente junto ao judiciário e fazer as ações necessárias para o seu andamento no que compete à unidade.

À equipe de educadores sociais compete acompanhar as atividades rotineiras dos adolescentes, seja interna ou externamente, devendo participar dos procedimentos de recepção, acolhimento e PIA, de forma a garantir os direitos e deveres dos adolescentes.

Já as demais funções não estavam especificadas nos documentos, mas conforme observações realizadas os auxiliares de serviços gerais se dividiam em tarefas ligadas à manutenção da Casa, realizada pela pessoa do sexo masculino, e de serviços de limpeza, pela pessoa do sexo feminino. Já os educadores sociais vinculados às funções administrativas se dividiam na organização e no planejamento de atividades escolares, comunicações junto ao judiciário, matrículas e inserções em cursos, aquisição de passagens e comunicação com a equipe da SEDS.

Cabe salientar que, no período da pesquisa, a *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, teve redução no número de funcionários efetivamente trabalhando de 20 para 16 servidores, devido à exoneração de um educador social a pedido e ao afastamento de três meses de outros dois educadores sociais e um técnico por licença prêmio[42] por tempo de serviço. Do total de 15 educadores sociais vinculados à unidade, 13 trabalhavam em regime de plantões de 12x36 horas de trabalho, com dias de folgas intercalados e substituição pelo folguista para que ficassem no mínimo dois educadores por plantão. Os outros dois educadores auxiliavam nos encaminhamentos para escola e cursos e organizações administrativas para o funcionamento da unidade. Os técnicos, a direção e os auxiliares de serviços gerais trabalhavam no regime de 40 horas de segunda a sexta-feira em horário comercial.

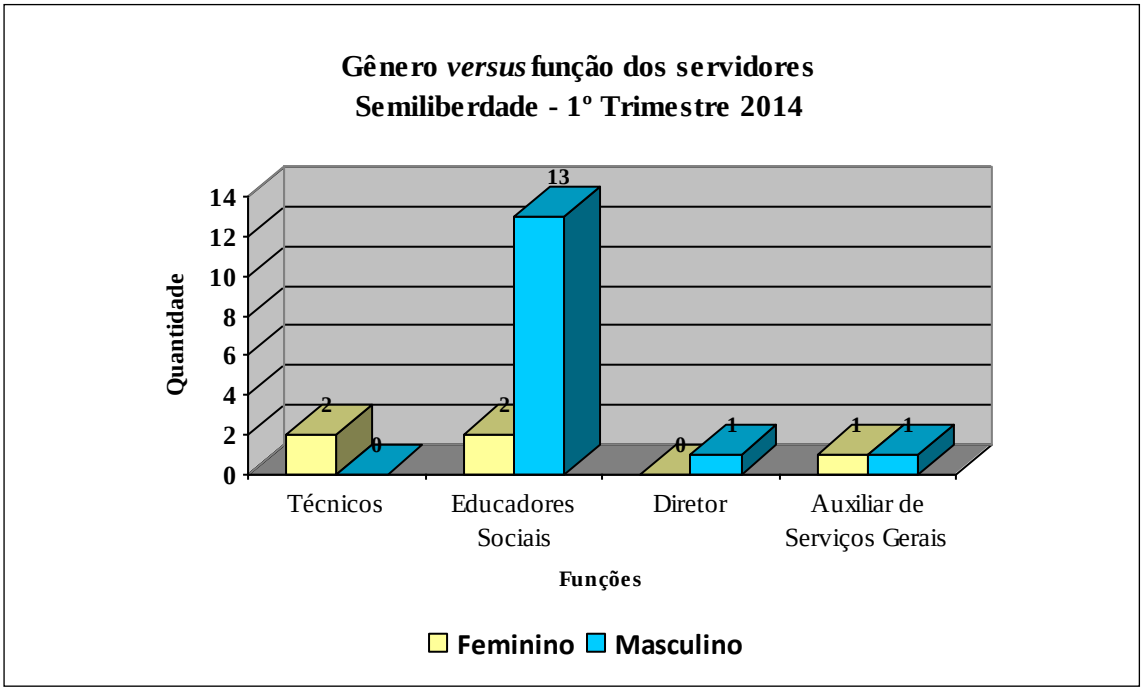
A proporção de servidores em relação ao número máximo de adolescentes atendidos deve-se ao fato de a unidade funcionar 24 horas em escalas de plantão e dever ter no mínimo dois educadores por plantão de 12 horas. Assim, durante a semana no horário comercial, o número de funcionários variava entre 7 e 10 servidores, devido ao intervalo para o almoço, a troca de plantão em três horários do dia e a presença de equipe técnica, direção e auxiliar de serviços gerais. O número de educadores por plantão diurno era superior a dois, pois dois atuavam em funções administrativas em horário comercial, questão que se altera conforme demandas da unidade com servidores em férias ou folgas e divisões de tarefas.

[42] É um benefício estatutário em que o servidor por desempenho adequados em suas funções pode ficar afastado do trabalho por um período de três meses com remuneração, a cada cinco anos.

Em relação ao perfil dos profissionais, conforme informações[43] levantadas na entrevista e coletadas posteriormente junto à direção, as características identificadas foram de gênero, escolaridade, faixa etária, tempo de experiência em semiliberdade ou trabalhos anteriores com adolescentes, experiência anterior na socioeducação em internação e cidade de moradia antes de trabalharem na semiliberdade.

Na questão de gênero, como pode ser observado pela figura 1, dos 20 servidores, 25% (5 profissionais) representavam o total de funcionários do gênero feminino e 75% (15 profissionais) de masculino, como sinalizado abaixo.

Figura 1 – Gênero *versus* funções dos servidores da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na observação institucional e entrevistas semiestruturadas.

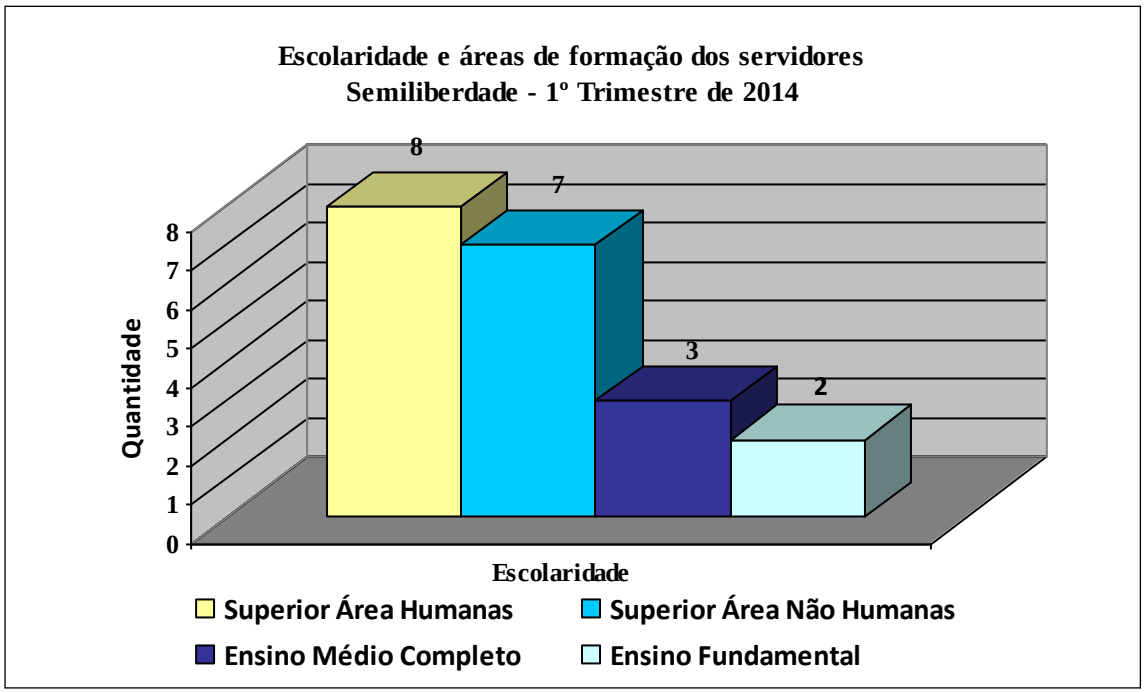
Destaca-se que, no caso da função de educadores sociais, a prevalência masculina se deve ao fato de a unidade atender exclusivamente adolescentes do gênero masculino, de modo que, considerando os procedimentos de segurança como revista pessoal minuciosa, se necessita de alguém no mesmo gênero para desempenhar tal função. A presença de educadores do gênero

[43] Relativas ao conjunto de profissionais, uma vez que o número de entrevistados foi de 13 do total de 20 servidores.

feminino seria indicada para realizar revistas em familiares do sexo feminino que fizessem visita à unidade, o que na semiliberdade não é previsto, e possibilitar uma interação com diferentes gêneros no convívio da unidade, como dito em algumas discussões em capacitações da antiga SECJ. Já no percentual da equipe técnica, na ocasião composta por psicologia e serviço social, no cargo de dirigente e de auxiliar de serviços gerais, o gênero não é previsto. Destaca-se ainda que a questão de gênero é uma questão administrativa, não sendo indicado pela legislação nem para a função de educadores sociais.

Já na questão da escolaridade, verificou-se que os profissionais de nível superior na área de humanas representam 40% (8 servidores), os com nível superior de áreas diferentes da de humanas totalizam 35% (7 servidores), 15% (3 servidores) apresentam ensino médio e 10% (2 servidores) possuem ensino fundamental, conforme figura 2.

Figura 2 – Escolaridade e áreas de formação dos servidores da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na observação institucional e entrevistas semiestruturadas.

Os dados da figura 2 sobre escolaridade, cruzados com as informações da figura 1 sobre gênero e percentual de servidores por função, permite avaliar que, apesar de não ser exigido nível superior para a maioria dos cargos, parcela significativa dos servidores o possui. Tal análise é

realizada considerando que somente três profissionais deveriam ter nível superior, de psicologia, serviço social e pedagogia, e o gráfico aponta que 15 do total de 20 servidores vinculados possuem nível superior.

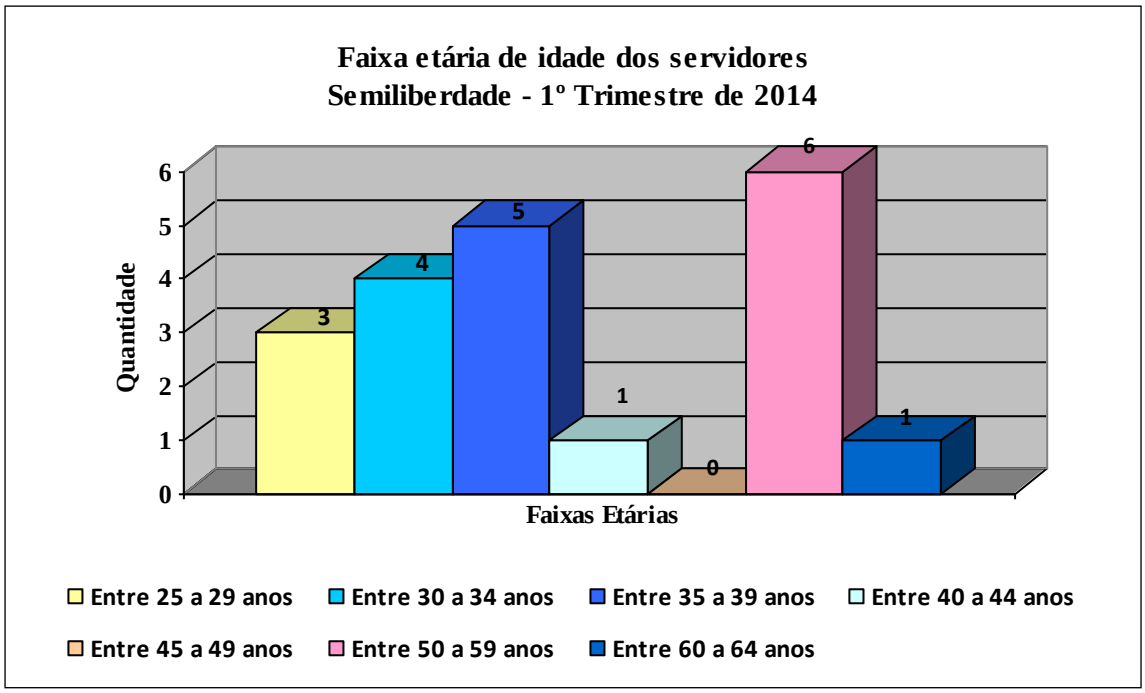
Esclarece-se que entre os cursos de nível superior encontram-se psicologia, serviço social, direito, história, turismo, economia, arquitetura e gestão de políticas públicas. Verifica-se que em termos de escolaridade a unidade tem profissionais com formação acima do esperado na categoria, e só faltam os profissionais da área administrativa e de pedagogia. Apesar da prevalência de profissionais com curso superior, verifica-se que a maioria dos servidores não tem uma formação na área de humanas, que seria o principal foco do trabalho socioeducativo, conforme legislação. Por outro lado, a diversidade de formações dentro de um objetivo de formação social, parece ser relevante, caso os potenciais sejam direcionados e compartilhados dentro das ações da instituição. Ou seja, traz a possibilidade de discussões diversas que podem enriquecer o trabalho.

Explica-se ainda que os 10% (2 servidores) que possuem ensino fundamental são os profissionais da área de serviços gerais e os 15% (3 servidores) que possuem nível médio são educadores sociais, ou seja, 65% dos educadores possuem curso de nível superior, sendo 35% da área de humanas. Cabe destacar que, dos cargos vinculados na época à unidade, somente o de psicólogo e o de assistente social exigiam as formações nas respectivas áreas.

Sobre a faixa etária de idade[44] dos servidores, verificou-se que os membros da equipe tinham entre 25 e 64 anos e o tempo de experiência em semiliberdade variava entre 5 meses e 5 anos, conforme detalhado os gráficos das figuras 3 e 4 respectivamente. A figura 3 ainda aponta que do total de 20 servidores vinculados na época da pesquisa 15% (3 servidores) possuíam entre 25 e 29 anos, 20% (4 servidores) entre 30 e 34 anos, 25% (5 servidores) 35 a 39 anos, 5% (1 servidor) entre 40 e 44 anos, nenhum servidor de 45 a 49 anos, 30% (6 servidores) entre 50 e 59 anos e 5% (1 servidor) entre 60 e 64 anos. A análise dos dados permite avaliar que 60% dos servidores estavam entre 25 e 39 anos e 30% entre 50 e 59 anos.

[44] Faixa etária de idade com base na tabele do IBGE.

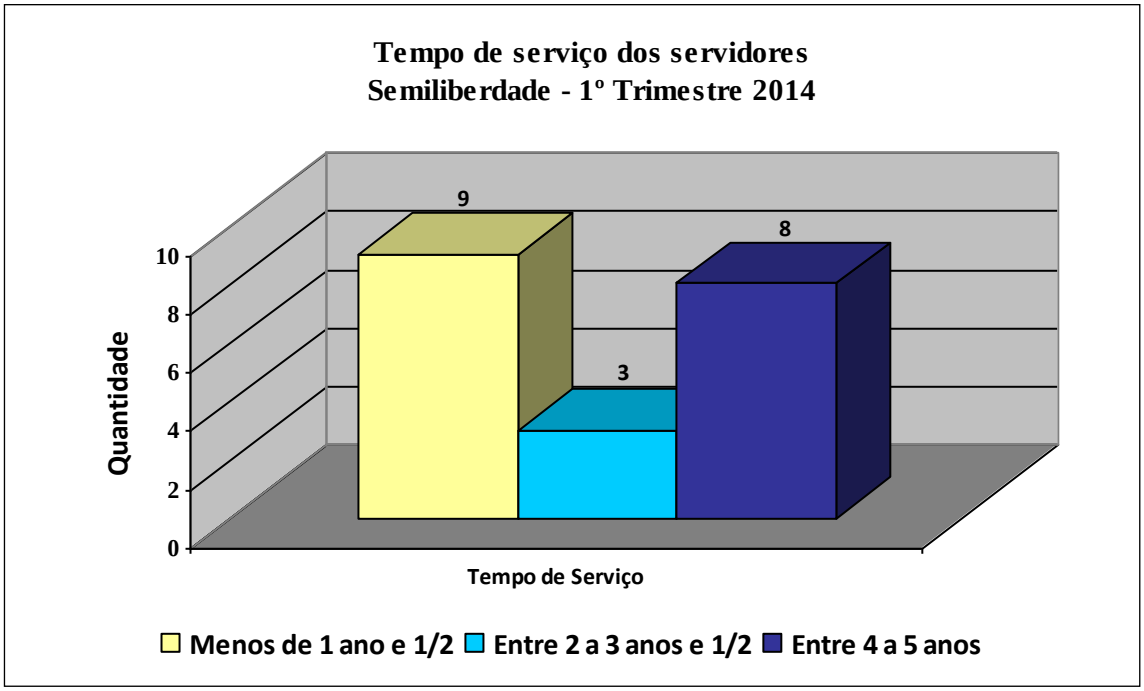
Figura 3 – Faixa etária de idade dos servidores da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na observação institucional e entrevistas semiestruturadas.

O tempo de experiência em semiliberdade, conforme dados coletados junto à direção e aos servidores, variava, na ocasião da pesquisa, entre 5 meses e 5 anos, como pode ser verificado na figura 4 representada abaixo. A figura 4 permite avaliar que, entre os entrevistados, 45% (9 servidores) tinham menos de 1 ano e ½ de experiência e 40% (8 servidores) tinham entre 4 e 5 anos. Já os que estavam entre 2 e 3 anos e ½ de experiência totalizam 15% (3 servidores). No geral, verifica-se que 55 % (11 servidores) possuíam experiência acima de 2 anos na execução da medida de semiliberdade. Contudo, conforme o relato histórico todas as ações e intervenções foram sendo construídas coletivamente a partir de acertos e erros. Consta também que os profissionais tiveram poucas capacitações e orientações sobre como deveria ser o trabalho específico em semiliberdade.

Figura 4 – Tempo de serviço dos servidores da unidade de semiliberdade

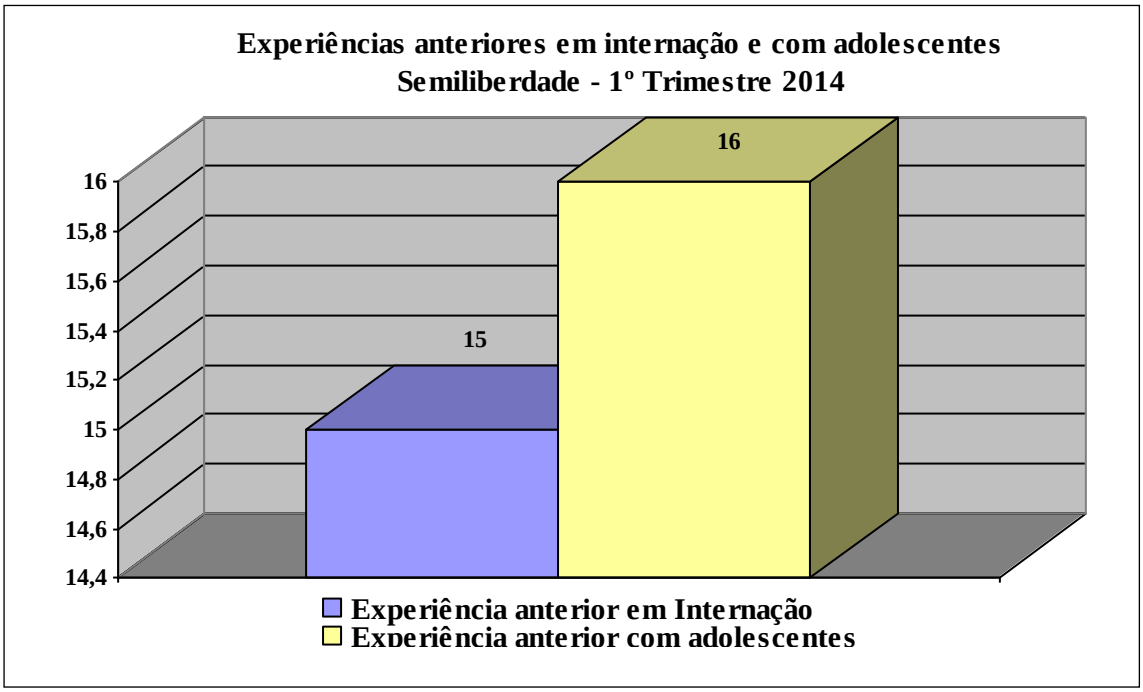


Fonte: elaboração própria com base na observação institucional e entrevistas semiestruturadas.

Outro destaque diz respeito à quantidade de membros da equipe que tiveram experiência anterior na execução da medida de internação, 75% (15 servidores), em contraste com 25% (5 servidores) que não tiveram nenhuma experiência anterior com outra medida. Em paralelo aparecem 80% (16 servidores) com experiência anterior com adolescentes, conforme figura 5. O primeiro quesito pode estar associado às dificuldades apontadas sobre a implementação de uma proposta pedagógica e métodos de trabalhos menos enrijecidos, conforme aponta o servidor Francis e uma possível hipótese sobre os dados apresentados a seguir, sobre a experiência anterior dos servidores. Por outro lado, pode revelar uma formação anterior nos princípios socioeducativos e o fornecimento das ferramentas previstas para a sua execução, naquilo que a semiliberdade segue as orientações da medida de internação. Esclarece-se que os princípios socioeducativos similares entre internação e semiliberdade ocorrem desde as orientações legislativas, que assemelham as duas modalidades de medidas socioeducativas. Além disso, o índice de servidores com experiência em internação parece transparecer o modo de seleção adotado para a composição da equipe desta *Casa de Semiliberdade*, em que a direção pode

escolher colegas de trabalho durante o período que atuava na internação, mantendo tal processo de escolha até hoje, como dito pela direção em um dia de campo.

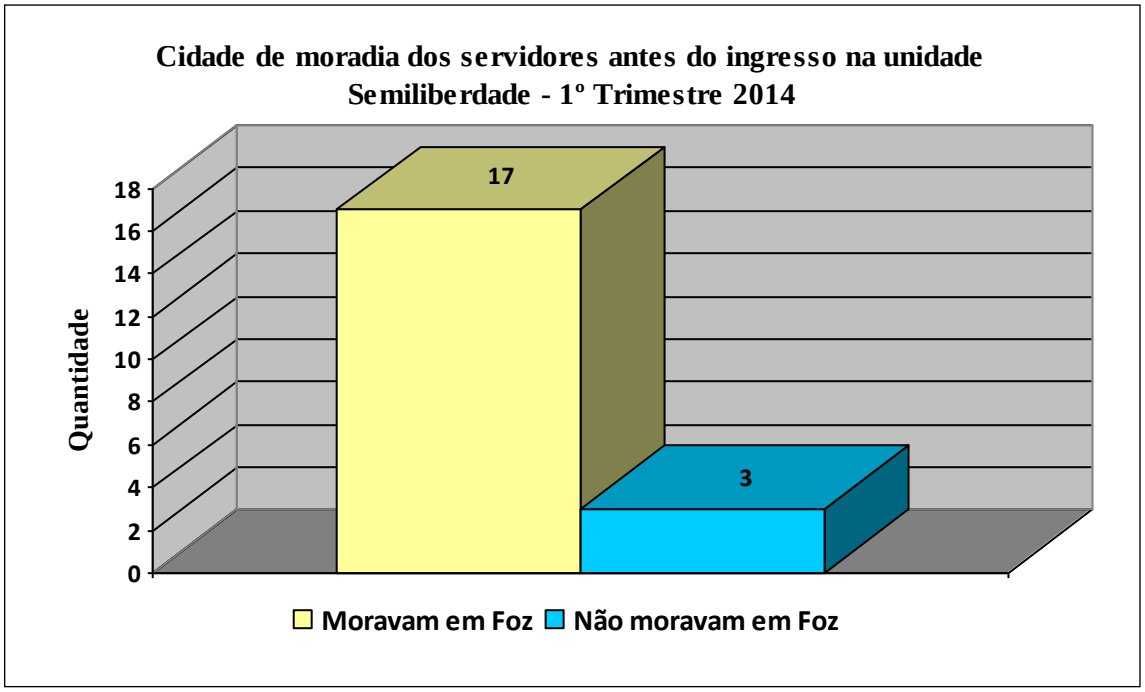
Figura 5 – Experiências anteriores em internação e com adolescentes dos servidores



Fonte: elaboração própria com base na observação institucional e entrevistas semiestruturadas.

Por fim, apresenta-se o percentual de servidores que já moravam na cidade de Foz do Iguaçu antes de iniciar os trabalhos na semiliberdade, conforme figura 6. Os dados demonstram que do total de 20 servidores, somente 3 não eram residentes em Foz do Iguaçu, talvez pelo fato de a grande maioria já estar anteriormente trabalhando com a medida de internação no CENSE de Foz do Iguaçu. Tais dados são apresentados no gráfico abaixo para melhor visualização, revelando que 85% (17 servidores) já conheciam a realidade da cidade de Foz do Iguaçu, PR, por residirem antes mesmo de iniciarem o trabalho na unidade, e que apenas 15% (3 servidores) não conheciam a realidade local. Tal aspecto é relevante por poder ser um facilitador no trabalho e nos encaminhamentos dentro dos serviços da rede de atendimento, somados ao fato de 80% já ter experiência anterior no trabalho com adolescentes e 75% possuir experiência em execução de medida socioeducativa de internação.

Figura 6 – Cidade de moradia dos servidores antes do ingresso da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na observação institucional e entrevistas semiestruturadas.

A apresentação de tais aspectos, sobre o perfil da equipe de trabalho na semiliberdade em estudo, evidencia a prevalência de profissionais do gênero masculino, com formação de nível superior, faixa etária entre 25 e 39 anos, maioria residente na cidade de origem da unidade e com experiência no trabalho socioeducativo e com adolescente. Destaca-se que a apresentação do perfil dos profissionais da unidade em sua totalidade foi uma estratégia para preservar o sigilo das identidades dos servidores entrevistados, que totalizaram 13 servidores do total de 20, representando um percentual de 65%.

2.2.2 A estrutura arquitetônica da unidade

Com uma estrutura arquitetônica, que foi reconhecida nacionalmente, tornando-se modelo para a construção de outras Casas de semiliberdade pelo país, a unidade parece-se como uma casa residencial com algumas disposições espaciais e estruturais que se assemelham às compreensões do sistema panóptico proposto por Bentham (1748-1832 *apud* FOUCAULT, 2012f).

A proposta arquitetônica deste novo modelo de unidade prevê espaços que contemplam as orientações do projeto do CONANDA referente ao SINASE (BRASIL, 2006), para atender demandas de atendimentos, visitas da família, espaços de lazer, estudos, refeições, higiene pessoal, descanso e para a equipe de trabalho ter uma convivência próxima dos adolescentes. Assim, as novas unidades contêm seis quartos com no mínimo 5 metros quadros, podendo ser dispostos dois ou três adolescentes em cada. Todos os quartos contam com guarda-roupa específico para os pertences serem armazenados e divididos entre os adolescentes de cada quarto, bem como uma cômoda e camas baixas ou beliches. As demais dependências contam com uma sala conjugada com cozinha e com acesso direto a três quartos, bem como quatro banheiros dentro da casa exclusivos para os adolescentes, sendo um com estrutura para atender deficientes físicos.

A unidade também possui outros espaços com acesso na área interna no terreno, mas externa à casa, que ocupa o lugar principal. Entre estes espaços está uma lavanderia, com uma dispensa fechada para armazenar os produtos de limpeza, duas salas para atendimentos e espaço para escritório ou outra finalidade e uma sala para espaço de atividades de estudo e lazer para os adolescentes, com um banheiro exclusivo. A área externa dentro do terreno também conta com uma dispensa e churrasqueira.

Na unidade, a disposição dos espaços é organizada de modo a não ter uma sala exclusiva para atendimento, talvez pelo fato de a unidade ter uma equipe técnica exclusiva somente em 2011 e também somente com o profissional do serviço social. Nesta unidade, uma das salas projetada em outras unidades para ser uma sala multiuso, para atividades de cunho coletivo tanto para atendimentos quanto para lazer, é utilizada para alocar a direção, os educadores que auxiliam na parte administrativa e a equipe técnica. As outras duas salas menores na parte externa da casa foram utilizadas respectivamente para almoxarifado e para atendimento individual ou atividades coletivas como os cursos internos.

Para compreender melhor o novo projeto arquitetônico, na sequência serão apresentadas fotos do modelo das unidades de atendimento socioeducativas disponíveis na internet e de acesso público. Destaca-se que não são especificamente da unidade de estudo, e sim cada uma de um local específico, conforme encontradas na internet, contudo representam o modelo da unidade em

estudo[45]. A tentativa de colocar fotos e projetos arquitetônicos específicos das estruturas antigas e novas não foi autorizada pela SEDS, considerando questões de segurança.

Figura 7 – Modelo da fachada externa da nova estrutura das unidades de semiliberdade

Fonte: <http://www.familia.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=1194>.

A observação da figura 7 acima faz perceber que o muro não é alto, nem possui grades ou equipamentos de segurança estruturais tão delimitados como nos Centros de Socioeducação, conforme pode ser comparado com a figura 8 representada a seguir. Ao contrário a fachada apresenta uma fachada residencial, assim como as demais estruturais físicas da unidade, conforme preconiza o SINASE (BRASIL, 2006; 2012b).

[45] Além da unidade em estudo, outras unidades do Paraná seguem o mesmo modelo, são elas as unidades de Cascavel, Umuarama, Paranavaí e Ponta-Grossa, inauguradas já nesse novo projeto, conforme informações do site oficial da Secretaria.

Figura 8 – Modelo da fachada do CENSE

Fonte: <http://www.familia.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=180.>.

A comparação da fachada da semiliberdade permite analisar que a imagem da Figura 7 representa a frente de uma casa residencial conforme, preconizam os parâmetros do SINASE (BRASIL, 2006; 2012b). Contudo, não deixa de ter a formalidade de um espaço institucional, considerando a cor utilizada e o fato de ter placa de identificação, que não aparece na figura, mas foi observada pela pesquisadora em suas visitas à unidade pesquisada.

Por outro lado, a perspectiva de espaços internos da proposta da nova casa de semiliberdade destinados arquitetonicamente para uso em atividades pedagógicas como oficinas, estudo, atendimentos técnicos e área administrativa faz pensar em um espaço institucional entre uma escola e uma clínica, que visa a algum tipo de educação ou tratamento. A fachada já se apresenta como algo novo, indicando a formulação de sua proposta, conforme exige a legislação do SINASE (BRASIL, 2012b).

Figura 9 – Modelo da fachada frontal interna da nova estrutura das unidades de semiliberdade

Fonte: <http://www.diariodoscampos.com.br>.

Nesta figura 9, pode ser observado, conforme indicação, que a sala destinada aos educadores sociais parece ser estratégica. Uma sala logo no início da casa, rodeada de janelas que permitem o acesso de três perspectivas da casa: frontal, lateral direita (de quem entra na casa) e fundos. Cabe salientar que na área interna da porta oposta à janela da frente desta sala também há uma janela tanto na parte que fica para o lado de dentro da casa quanto no que fica no lado de fora. Além disso, na parede contrária à janela do lado direito há uma porta que também permite o olhar em 360º das áreas ao redor da sala. Analisa-se que a localização e as posições das janelas e portas sejam uma forma de facilitar o monitoramento dos adolescentes quando dentro da unidade, seja dentro da casa ou ao seu redor.

Esta disposição faz pensar sobre o modelo sugerido por Jeremy Bentham, quanto à proposta de uma estrutura de prisão circular com celas em sua borda e no meio uma torre para observar os reclusos. Analisa-se que o modelo foi readaptado, numa perspectiva mais moderna onde o novo se acopla no velho, pois o formato arquitetônico manteve em certa medida esta ideia associando-a a outras propostas pedagógicas, já que a finalidade agora não seria mais só vigiar. Contudo, se pensar na disposição da sala a compreensão do panóptico parece prevalecer, por se

tratar de espaço de onde dois educadores sociais em tese observariam o que aconteceria ao redor.

Por outro lado, como não são celas e sim quartos, suas portas não permitem que os educadores observem de longe o que está acontecendo dentro destes espaços, de modo que é necessária a circulação pelos ambientes em alguns momentos. Neste ponto também se pode pensar que algumas ferramentas de trabalho associadas às estratégias de segurança como as revistas minuciosas nos adolescentes todas as vezes que chegam de uma saída ou as revistas estruturais nos diversos ambientes da casa visam a cumprir este papel da vigilância.

Assim, conforme Foucault (1984b) já afirmava há 30 anos, o uso da ideia de Panóptico persiste na sociedade contemporânea não só no modelo disciplinar, mas na sociedade de controle. Agora este modelo não conta mais com uma simples visibilidade para dominar, e sim como uma estrutura de vigilância que visa a controlar, sem a existência de muros altos ou grades e sem correntes ou algemas. Neste formato, o exercício do poder descrito por Foucault (2012f) se assemelha à arquitetura escolar, hospitalar e está presente também nas fábricas.

Nesta perspectiva, a questão do panóptico tem a finalidade de

> [...] que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia; muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado (FOUCAULT, 2012f, p. 166).

Trata-se de uma vigilância que permanece na distribuição das outras salas administrativas da unidade, como pode ser observado nas figuras a seguir, que mostram a parte interna da área externa e a parte dos fundos dessa mesma área. Contudo, parece ser um "vigiar" que também pressupõe a proximidade entre equipe e adolescentes, numa organização que possibilita uma interação constante entre todos os membros, tanto da equipe quanto dos adolescentes. Soma-se a isto a existência de espaços educativos para desenvolvimento de atividades na área de esporte, cultura, lazer e educação, seguindo as exigências legislativas.

Já na figura 10 se tem um panorama da parte e organização da casa do lado interno, seguindo a ideia de uma casa, com área externa, espaços específicos para uma casa, espaços para

convivência e lazer. Também podem ser observados espaços para atividades de lazer na figura 11, exposta na sequência.

Figura 10 – Modelo área externa dentro da nova estrutura das unidades de semiliberdade

Fonte: <http://www.familia.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=1194&start=15>.

A existência dos espaços que compõem a unidade não lembra apenas uma casa, até porque nem todas têm acesso a locais próprios para jogar basquete, por exemplo, como mostra a figura 11. A proposta mescla uma modalidade de atendimento institucional numa casa residencial, o que de algum modo se associa à finalidade da medida socioeducativa de semiliberdade que pretende socioeducar a partir da simulação de um ambiente familiar com apoio técnico especializado garantindo a convivência familiar e comunitária.

Pode-se pensar que neste formato não seria viável um regime que inviabilizasse as saídas externas, considerando que todos os adolescentes que estão em cumprimento da medida não estão neste local por livre e espontânea vontade, mas por uma determinação judicial. Cabe considerar que, apesar disto, o adolescente pode evadir-se e assegurar o cumprimento da medida exige outras estratégias de trabalho para garantir um trabalho que possa se associar a um ato educativo e não apenas punitivo. Assim, a unidade estrutura sua proposta pedagógica, com estratégicas

institucionais semelhantes às da medida de internação, mas com uma operacionalização diferente devido à característica específica da medida de semiliberdade.

Figura 11 – Modelo da parte dos fundos da nova estrutura das unidades de semiliberdade

Fonte: <http://www.familia.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=1194&start=15>.

Em relação aos projetos anteriores, destaca-se o cumprimento de todas as exigências arquitetônicas previstas pelo projeto do SINASE de 2006, conforme Resolução do CONANDA 119/2006, que devem viabilizar uma proposta própria para esta modalidade de atendimento socioeducativo e se diferenciar da execução da medida de internação. Tais aspectos previstos se interligam aos objetivos socioeducativos relacionados à socialização e valorização da pedagogia da presença.

2.2.3 O público-alvo

Desde sua inauguração até 1º de março de 2014, a semiliberdade de Foz do Iguaçu registra 189 atendimentos recebidos, segundo relatórios estatísticos internos e prontuários disponíveis analisados. Esse total não corresponde ao número de adolescentes, pois um mesmo

adolescente pode ter sido atendido mais de uma vez. Com base nos relatórios dos atendimentos de 148 egressos, com prontuários acessíveis e identificados, foi possível verificar que apenas dois adolescentes foram atendidos duas vezes. Esclarece-se que os demais atendimentos recebidos, de 41 não foram possíveis identificar os prontuários, sendo os dados coletados a partir das informações contidas nos relatórios estatísticos.

Apesar da inauguração em 27/03/2009, estavam disponíveis e identificados os prontuários de 148 atendimentos relacionados aos desligamentos do período entre janeiro de 2011 a março de 2014. Dentro desse número foram contabilizados 15 atendimentos desligados em 2011, que iniciaram a medida no ano de 2010, os demais prontuários não foram identificados. Já os desligados neste primeiro período entre 2009 e 2010 somaram 33 atendimentos, dos quais foram possíveis informações contidas nos relatórios estatísticos referente à idade, escolaridade, município de residência, modalidade de ingresso da medida e encaminhamentos de saída e modo de desligamento. Assim, a unidade totalizou 181 atendimentos de egressos no sistema nos cinco anos de existência da unidade, período compreendido entre março de 2009 e março de 2014. Ainda pontua-se que os dados podem não representar a população total de atendimentos, considerando que não há dados nos relatórios estatísticos sobre entradas e saídas no mês de agosto de 2009, e nos meses de abril, junho, novembro e dezembro de 2010, sendo que foi interpretado para fins de análise dos dados que não houve entradas nem saídas.

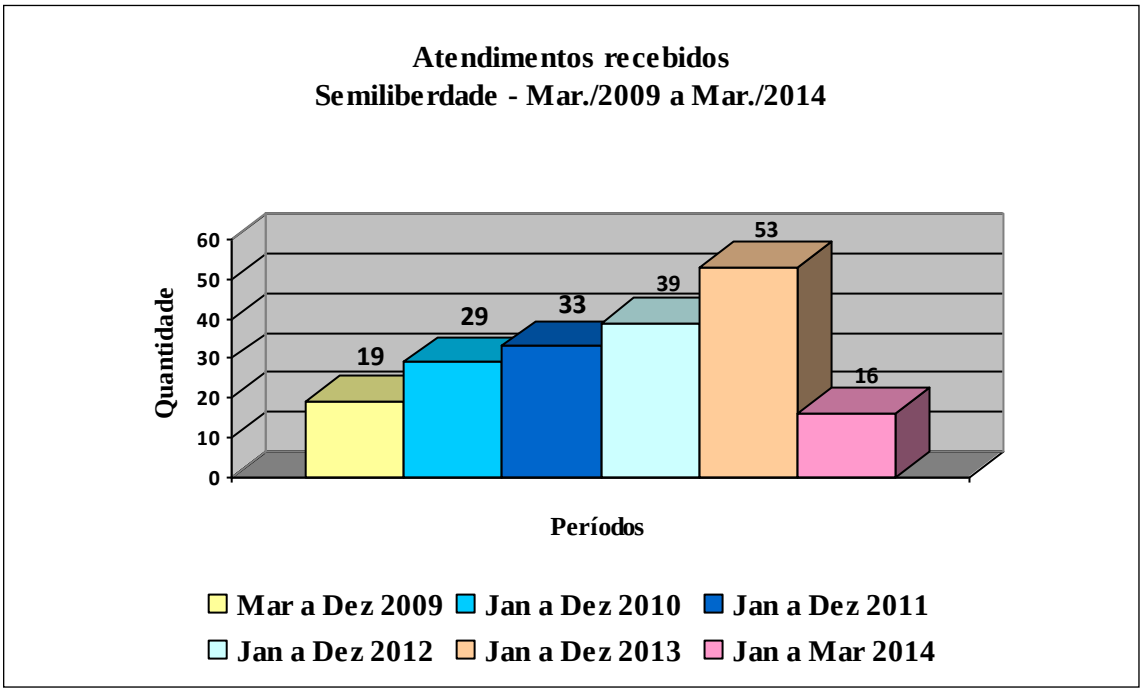
A partir das informações disponíveis e sistematizadas nos relatórios estatísticos e prontuários sistematizaram-se os dados identificados em ambos os documentos que pudessem apontar o perfil da população atendida. O cruzamento dos dados dos relatórios estatísticos de 2009 a 2012 com a análise das informações contidas nos 148 prontuários identificados e sistematizados possibilitou coletar informações sobre o perfil do público atendido. Para tanto, se considerou desligado todo adolescente que por diferentes razões entrou e saiu da unidade, seja por desinternação via judicial, por evasão, regressão ou transferência. Assim, utilizaram-se para a base dos cálculos percentuais 189 atendimentos e 181 egressos, dentro do período em análise.

Entre os atendimentos recebidos[46], constam 19 recebimentos em 2009, 29 em 2010, 33 em 2011, 39 em 2012, 53 em 2013 e 16 em 2014 até março. Para detalhar tais informações segue abaixo a apresentação de um gráfico que visa a diferenciar o percentual total de atendimentos em

[46] Atendimentos recebidos representam o registro de entradas de adolescentes na unidade. Contudo, a contagem não foi realizada por adolescentes para seguir o modo de contagem dos relatórios estatísticos, considerando que não foi possível acessar todos os prontuários.

cada período, conforme percentual de atendimentos, que totalizam 189. Cabe salientar que, entre os 16 atendimentos recebidos em 2014, 8 (atendimentos) estavam em cumprimento da medida durante o início de março. Os números do gráfico na figura 12 apontam um aumento do atendimento ao longo dos anos, considerando que os dados de 2014 somente são referentes aos primeiros meses do ano. Além disso, há uma média de 38 atendimentos anuais, enquanto média simples de atendimento nos seus cinco anos de existência. Apesar de os dados de 2014 não serem do ano todo, foi considerado tal período, por completar o período de cinco anos de inauguração da semiliberdade, já que o início das atividades foi em março de 2009.

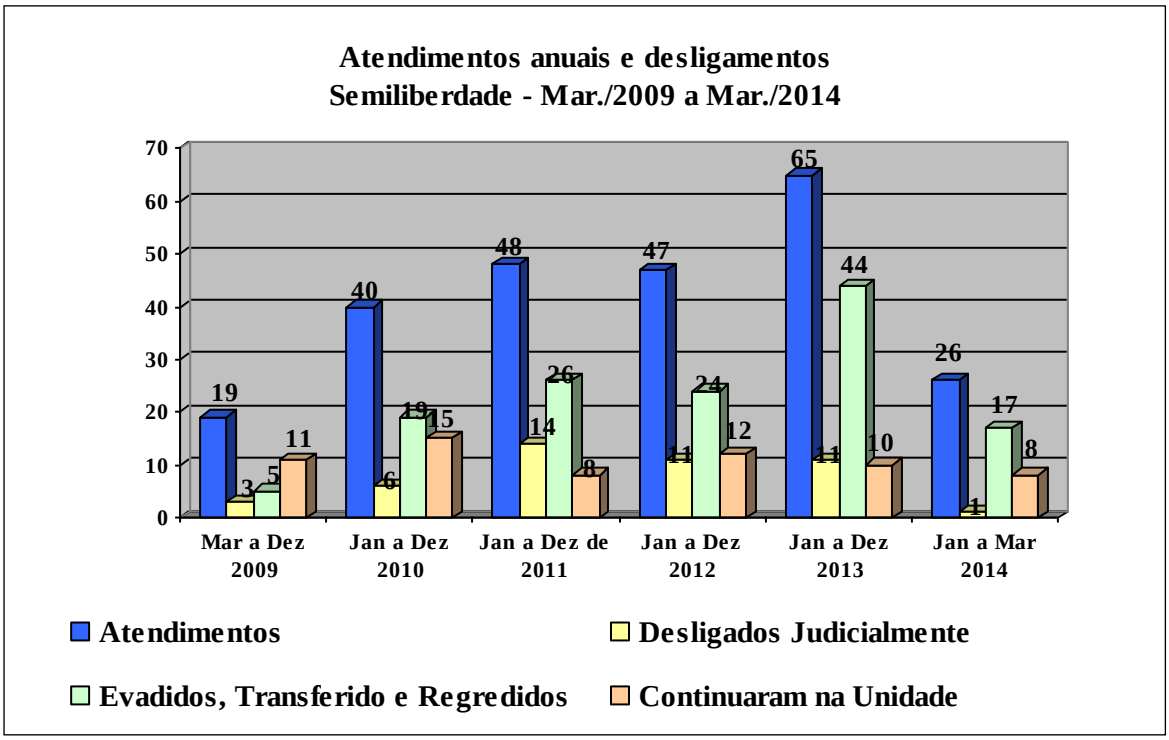
Figura 12 – Atendimentos recebidos na unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e análise dos prontuários.

Para compreensão da figura 13 abaixo representada, é importante salientar que o número de atendimentos anuais é maior que o de recebidos devido ao fato de que alguns atendimentos darem continuidade de um ano para outro. Os dados abaixo comparam os percentuais de atendimentos anuais e as respectivas quantidades de desligados judicialmente, evadidos, regredidos e transferidos.

Figura 13 – Atendimentos anuais e desligamentos da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e análise dos prontuários.

Os dados demonstrados na figura 13 apontam que a unidade de semiliberdade em estudo obteve do total de atendimento anual de 15,8% (3 atendimentos) desligados judicialmente, 26,4% (5 atendimentos) evadidos, transferidos e regredidos em 2009, tendo permanecido 57,8% (11 atendimentos) cumprindo a medida no ano seguinte. Já em 2010, foram desligados 15% (6 atendimentos) e transferidos, evadidos e regredidos 47,5% (19 atendimentos), ficando para continuar a medida em 2011, 37,5% (15 atendimentos). Em 2011, foram desligados judicialmente 29,2% (14 atendimentos), evadidos, transferidos e regredidos com 54,1% (26 atendimentos). Para 2012, os desligados judicialmente representaram 23,4% (11 atendimentos), entre os evadidos, transferidos e regredidos 51,1% (24 adolescentes), tendo continuado a medida 25,5% (12 atendimentos). Em 2013, continuaram na unidade para 2014 15,4% (10 atendimentos), sendo desligados judicialmente 16,9% (11 atendimentos), já entre transferidos, evadidos e regredidos tinham 67,7% (44 atendimentos). No primeiro trimestre de 2014, houve 26 atendimentos, entre os recebidos e os que continuaram a medida iniciada em 2013, totalizando um percentual de 65,3%

(17 atendimentos) entre transferidos, evadidos e regredidos e de 3,8% (1 atendimento) de desligados.

Outro ponto de destaque diz respeito à questão de gênero do público atendido na unidade, representado em 100% por adolescentes do gênero masculino, como especificações previstas no regimento interno da unidade. Esta representa uma das 7 unidades de atendimento para o sexo masculino, em relação a apenas uma do sexo feminino, localizada em Curitiba. Em notícias, a SEDS divulgou a abertura nos próximos anos de outra unidade feminina que seria localizada na cidade de Foz do Iguaçu, mas atualmente não foi efetiva. Enquanto não há novas unidades para as adolescentes do sexo feminino[47], todas com medida de semiliberdade a cumprem na cidade de Curitiba, já os adolescentes do sexo masculino são distribuídos entre as 7 unidades destinadas a eles pelo Estado do Paraná. Considerando esta realidade, todos os 189 atendimentos da unidade em estudo são de adolescentes que representam o gênero masculino.

Para a caracterização do perfil dos adolescentes da unidade de semiliberdade em estudo, optou-se por avaliar os itens relacionados à idade, escolaridade, reincidência e município de residência. Tais informações se repetem nos relatórios estatísticos e podem ser compiladas entre março de 2009 e março de 2014. Já sobre situação familiar e renda, os dados encontrados são referentes ao ano de 2012. Assim, segue a caracterização do perfil iniciando com a apresentação dos dados relativos à faixa etária dos adolescentes recebidos durante os cinco anos de funcionamento da *Casa de Semiliberdade*.

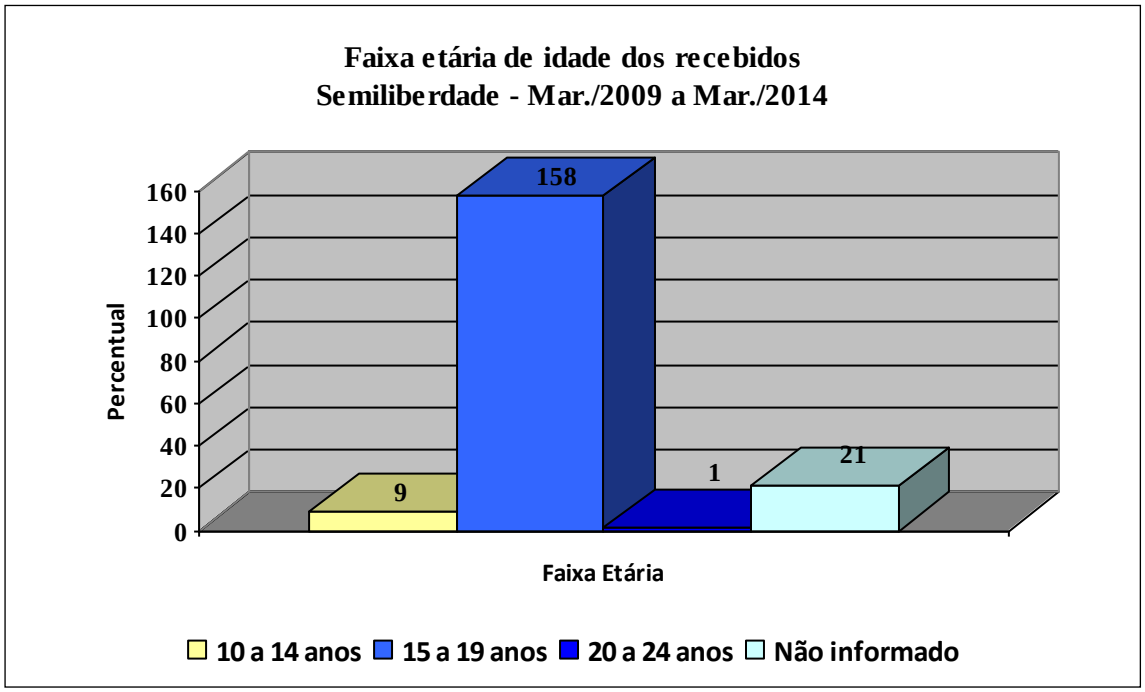
Sobre a faixa etária de idade[48] dos adolescentes recebidos na unidade, verifica-se pela análise dos dados que a idade varia entre 12 e 20 anos. Conforme demonstra a figura 14, a maior faixa etária de adolescentes atendidos está entre 15 e 19 anos, representando 83,6% (158 atendimentos), sendo que em 11,1% dos casos (21 atendimentos) não foram identificadas as idades. Já com menos de 15 anos o percentual é de 4,8% (9 atendimentos) e com mais de 19 anos 1,1% (1 atendimento). Esclarece-se que por grupos etários, como o usado por Funchs (2009), os números são de 5 atendimentos para os adolescentes de 12 a 13 anos, 28 atendimentos dos com 14 e 15 anos, 91 atendimentos entre 16 e 17 anos, 43 atendimentos de 18 a 19 anos e com 20 anos

[47] Cabe destacar que o percentual de adolescentes do sexo feminino é menor que o do masculino, sendo que teve como prevalência no Levantamento Nacional de Socioeducação de 2010 5,06% de adolescente em cumprimento de medida de internação provisória, internação e semiliberdade em comparação a 94,94% de adolescentes do sexo masculino.

[48] Faixa etária de idade com base a tabela do IBGE, contudo na faixa de 10 a 14 anos, só contempla adolescentes de 12 a 14 anos, e na faixa de 20 a 24 anos, só contempla os adolescentes com idade de 20 e 21 anos. Isto ocorre devido a aplicação da medida socioeducativa poder ocorrer somente entre 12 a 21 anos incompletos (BRASIL, 1990).

1 atendimento. A comparação proporcional da quantidade destes grupos etários, dos adolescentes em semiliberdade entre 2004 e 2008, conforme levantamento nacional realizado por Fuchs (2009), em que o grupo etário de maior incidência de adolescentes era de 16 e 17 anos com 51% (1260 total) em 2004, 53% (1152) em 2006 e 52% (1397) em 2008, permite verificar que o mesmo se dá neste grupo na pesquisa da semiliberdade em estudo. Por outro lado, se comparar os dados da pesquisa de Fuchs (2009) nesta mesma faixa etária constata-se que o percentual da semiliberdade de Foz do Iguaçu foi de 48,15% (91 atendimentos), proporcionalmente menor que os dados nacionais levantados entre 2004 e 2008. Ou seja, o caso em estudo entre os anos de 2009 e 2014 acompanha os percentuais nacionais, passados seis anos da pesquisa de Funchs (2009).

Figura 14 – Faixa etária de idade dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade



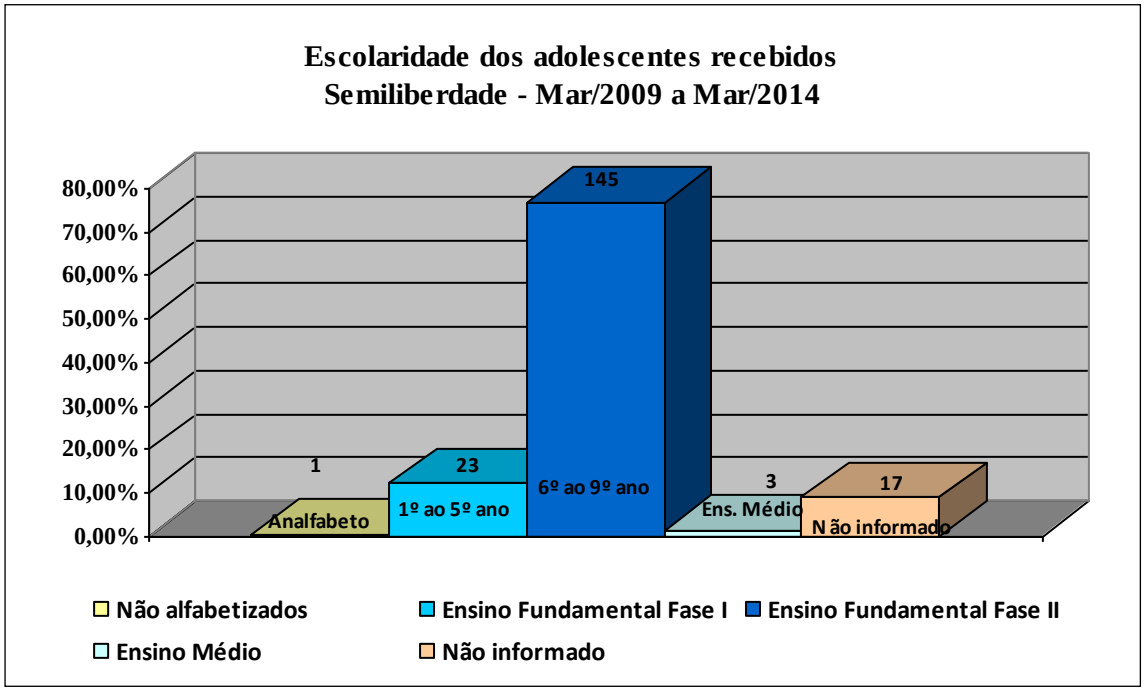
Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e na análise dos prontuários.

Sobre a escolaridade dos atendimentos recebidos, as informações encontradas apontaram que 76,72% dos atendidos estavam no Ensino Fundamental Fase II (ensino do 6º ao 9º ano). Cruzando com os dados das idades dos adolescentes, constata-se que a grande maioria dos

adolescentes ficou alguns anos afastados da vida escolar. Destaca-se que os dados levantados não permitiram avaliar quantos estavam fora da escola antes da medida de semiliberdade.

A figura 15 indica que 0,53% (1 atendimento) dos adolescentes atendidos entre março de 2009 e março de 2014 era analfabeto, 1,58% (3 atendimentos) estava no ensino médio, 12,17% (23 atendimentos) estavam no ensino fundamental fase I (antigo primário ou 1ª a 4ª série), 76,72% (145 atendimentos) estudavam no ensino fundamental fase II (antigo ginásio ou 5ª a 8ª série). Do total, 9% (17 atendimentos) não apresentam registro de informações, também não constam registros referentes a atendimentos a usuários com curso superior. Comparativamente com os dados de pesquisa nacional entre 2004 e 2008, os dados de adolescentes no ensino médio ficam abaixo dos percentuais de 2004, com 7% (88 adolescentes do total de 1260), em 2006, 5% (57 adolescentes do total de 1152) e em 2008, 8 % (111 adolescentes do total de 1397) (FUCHS, 2009). Já com os dados do ensino fundamental fase II, os dados da semiliberdade em estudo são a maioria dentro do total como em 2004, 2006 e 2008, respectivamente com percentuais de 48% (604 adolescentes), 68% (783 adolescentes) e 63% (854 adolescentes).

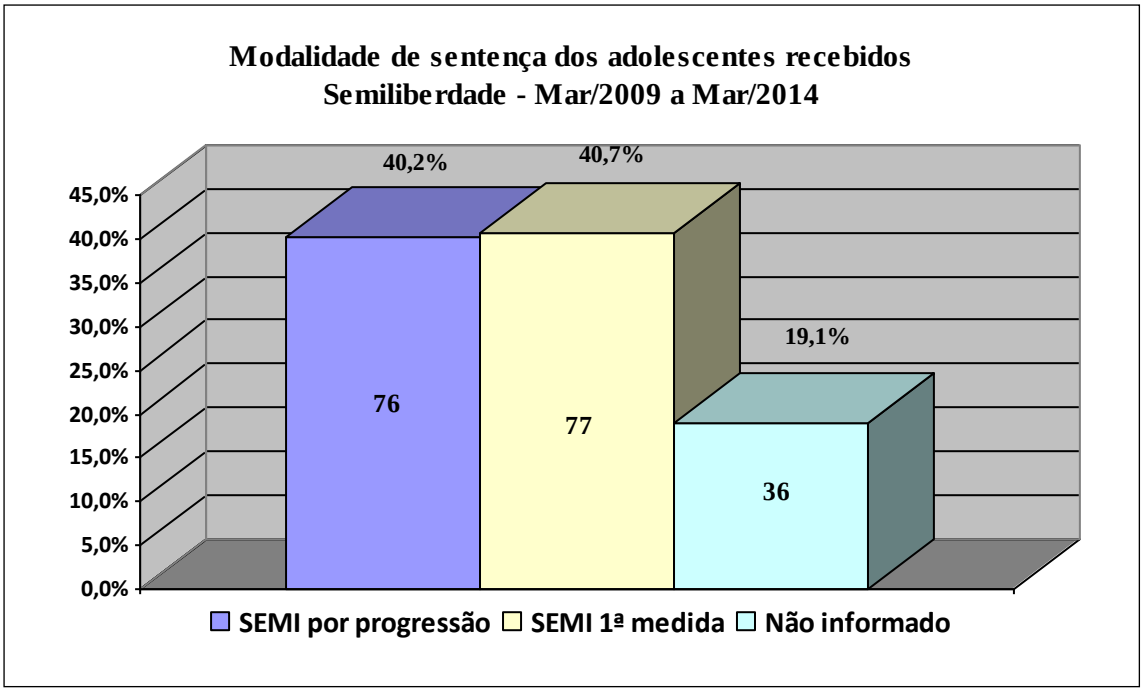
Figura 15 – Escolaridade dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e na análise dos prontuários.

Outro dado levantado foi o tipo de sentença para o cumprimento da semiliberdade, como detalhado na figura 16, que diferencia o encaminhamento do adolescente progredido do que teve a semiliberdade como primeira medida. Esclarece-se que o adolescente encaminhado para cumprir a semiliberdade como primeira medida fica no máximo 45 dias internado em estabelecimento próprio, conhecido como Centro de Socioeducação de Internação Provisória, ou entra na unidade vindo diretamente da residência familiar. Já o que tem aplicada a medida de semiliberdade por progressão anteriormente cumpriu medida socioeducativa de internação por período de seis meses em média.

Figura 16– Modalidade de sentença dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade



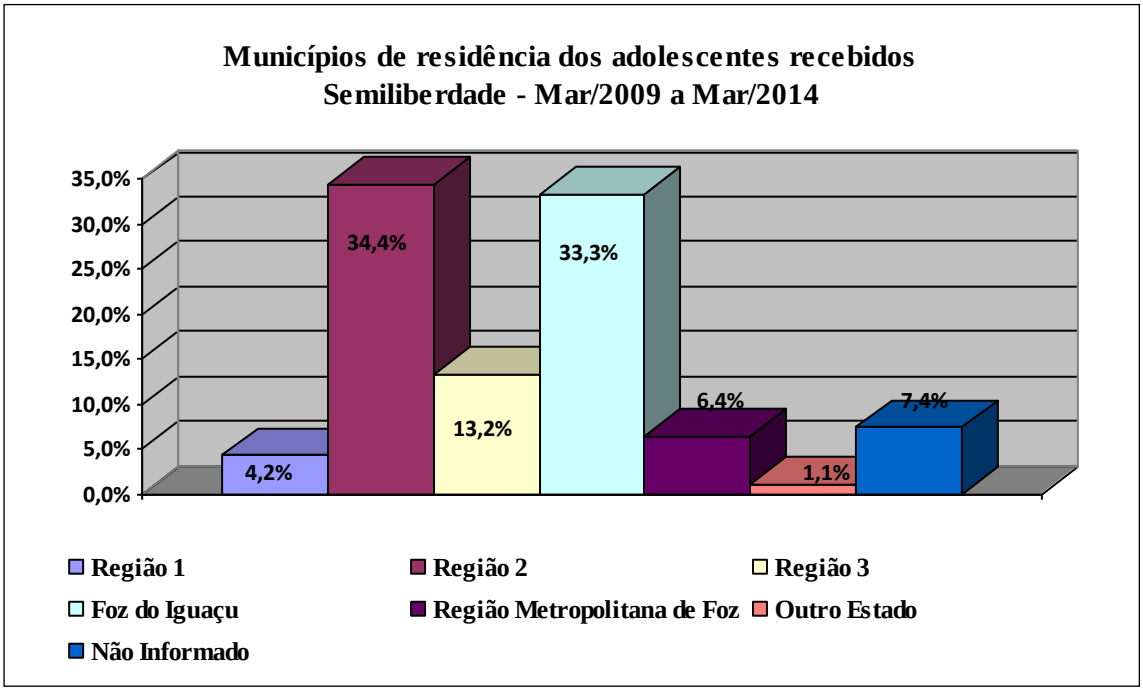
Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e na análise dos prontuários.

Conforme os dados da figura 16 apontam, não houve informações sobre 19,5% (36 atendimentos) dos atendidos relativamente a tal característica, em relação a 80,95% (153 atendimentos) dos atendidos que obtinham tais dados. A figura16 também permite analisar que 40,2% (76 atendimentos) foram encaminhados para semiliberdade após passar pela medida de internação, 40,7% (77 atendimentos) a tiveram como primeira medida e que em 19,1% (36 atendimentos) dos casos não havia informações disponíveis sobre o tipo de encaminhamento.

Comparando os dados com os percentuais de adolescentes evadidos, transferidos e regredidos *versus* modalidade de encaminhamento da semiliberdade, verifica-se que os percentuais se mantêm maiores entre os encaminhados por progressão, também em maior percentual com 52% (58 atendimentos), e 39% (43 atendimentos) como primeira medida.

Outra informação compilada se refere ao município de origem dos adolescentes. Estes são oriundos de todas as regiões do Estado do Paraná, como expresso na figura 17 abaixo representada.

Figura 17 – Município de residência dos adolescentes recebidos na unidade de semiliberdade



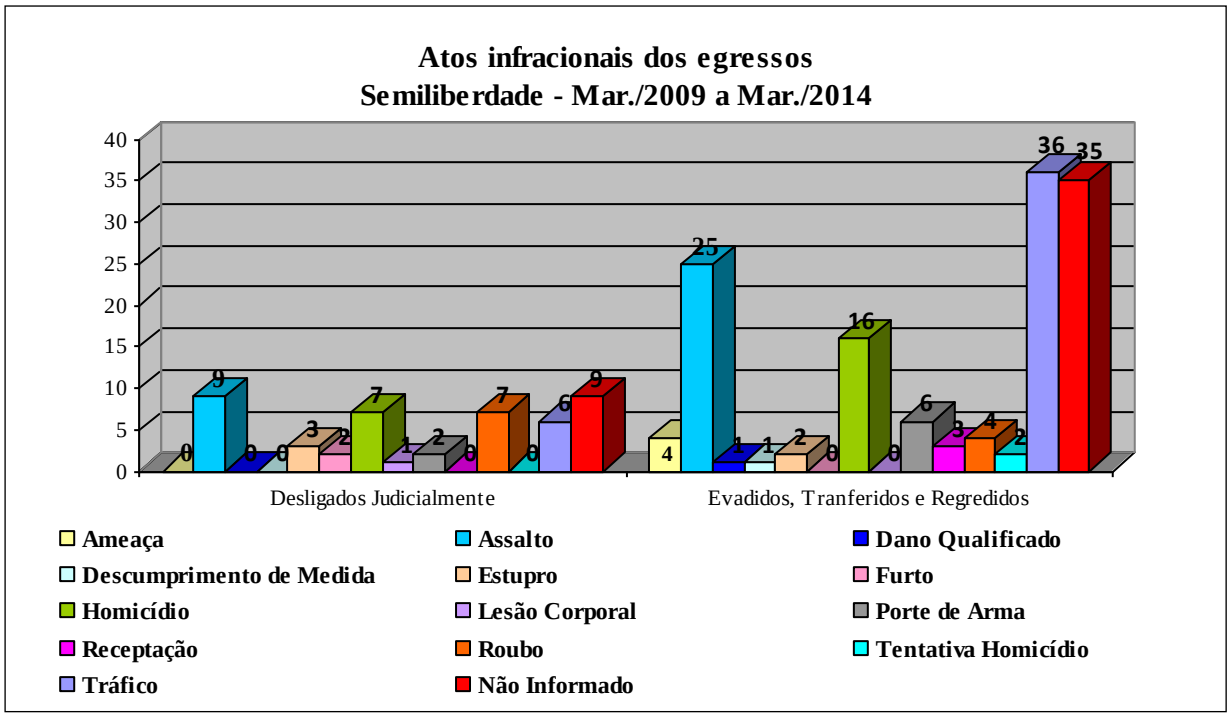
Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e na análise dos prontuários.

Para organização dos dados dispostos na figura 17, o Estado foi subdividido em Região 1 (Curitiba, União da Vitória, Prudentópolis e cidades circunvizinhas), Região 2 (Londrina, Rolândia, Maringá, Apucarana, Campo Mourão, Cianorte, Assai, Arapongas, Paranavaí, Guaíra e cidades circunvizinhas), Região 3 (Cascavel, Francisco Beltrão, Toledo, Três Barras e cidades circunvizinhas) e Região Metropolitana de Foz do Iguaçu (Matelândia, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu e Santa Isabel do Oeste). Assim, nas informações constante sobre os municípios de origem dos adolescentes, verifica-se que o maior percentual de atendimentos

recebidos foram os residentes na Região 2, com 34,4% (65 atendimentos), em segundo lugar os de Foz do Iguaçu, representando 33,3% (63 atendimentos), com 13,2% (25 atendimentos) os da Região 3. Já os atendimentos oriundos da Região 1 representaram 4,2% (8 atendimentos), da região metropolitana de Foz um percentual 6,4% (12 atendimentos), 1,1% (2 atendimentos) de outros Estados e 7,4% (14 atendimentos) sem informações precisas. Os de fora da cidade da unidade totalizam 59,3% (102 atendimentos).

Outra informação compilada diz respeito às infrações cometidas pelos adolescentes que justificaram a decisão judicial de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade. Entre elas, assaltos, ameaças, homicídios, tráficos, roubos, portes de arma, lesões corporais, estupros, furtos, danos qualificados, recepções, ameaças e tentativas de homicídios.

Figura 18 – Atos infracionais dos egressos da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e na análise dos prontuários.

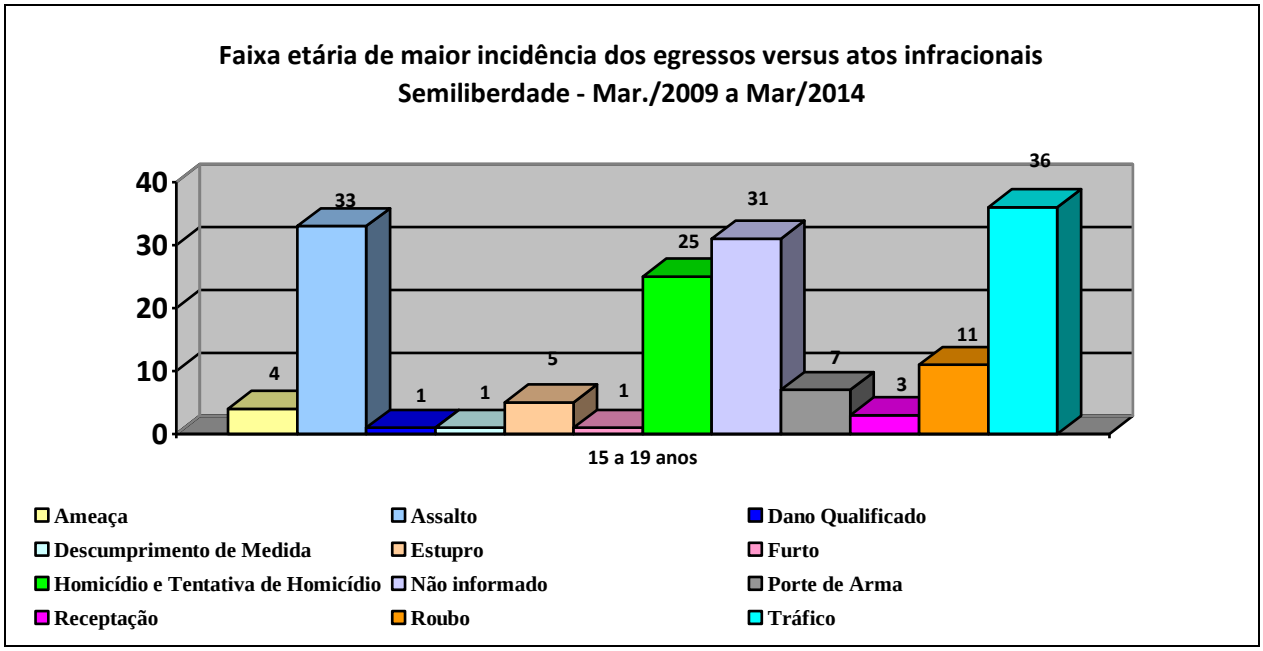
Estatisticamente, os dados do gráfico corroboram com os dados nacionais, em que percentagem de privação de liberdade está o tráfico em primeiro lugar, em termos percentuais representando 23,2% (42 atendimentos), e o assalto em segundo lugar, com 18,8% (34 atendimentos). Por outro lado, o homicídio é o terceiro motivo de aplicação desta medida

socioeducativa, com 12,7% (23 atendimentos), se considerar a tentativa de homicídio junto somam-se 13,8% (25 atendimentos). Em quarto lugar, aparece o roubo, com 6,1% (11 atendimentos), seguido do porte de arma, com 4,5% (8 atendimentos), e posteriormente o estupro, com 2,8% (5 atendimentos) e a receptação, com 1,7% (3 atendimentos). A ameaça aparece com 2,2% (4 atendimentos), o furto e tentativa de homicídio com 1,1% cada (2 atendimentos cada). Os demais, dano qualificado, lesão corporal e descumprimento de medida, representam 0,5% (1 atendimento) cada. Sobre o percentual de não informados, a grande maioria são atendimentos realizados entre 2009 e 2010, que não tinham tais dados disponíveis nos materiais coletados.

Destaca-se ainda que os percentuais de atos infracionais entre os desligados judicialmente e os evadidos, transferidos e regredidos, não seguem a mesma ordem de incidência. Entre os desligados judicialmente o ato de maior percentual é o assalto, com 9 atendimentos, seguido do homicídio e roubo, cada um com 7 atendimentos. Já entre os evadidos, transferidos e regredidos, o ato infracional de maior incidência foi o tráfico, com 36 atendimentos, seguido do assalto, com 25 atendimentos, e o homicídio, com 16 atendimentos. Tal diferença pode ser problematizada quando se considera que o percentual maior de evadidos, transferidos e regredidos é oriundo do tráfico, infração de destaque na região da unidade socioeducativa, fronteira com outros dois países da América Latina e uma das principais rota de tráfico do Paraná.

Ainda na questão dos atos infracionais, cabe compará-los com a faixa etária de maior incidência como apresentado na figura 19. Entre os atos infracionais especificados, destaca-se com maior incidência do total de egressos o tráfico, com 19,9% (36 atendimentos), o assalto, com 18,2% (33 atendimentos), e o homicídio e tentativa de homicídio, com 13,8% (25 atendimentos). Também há prevalência de roubo, com 6% (11 atendimentos), porte de arma, com 3,8% (7 atendimentos), e estupro, com 2,7% (5 atendimentos). Além disso, para um percentual de 17,2% (31 atendimentos) nesta faixa etária não foi identificado o ato infracional. Os dados apontam que os índices de maior incidência na faixa etária dos 15 aos 19 anos seguem o quadro geral de atos infracionais. Por outro lado, tal incidência diverge da prevalência de atos infracionais do Levantamento Nacional de Socioeducação de 2011, em que o ato de maior percentual é o de roubo, com 38,1%, seguido do tráfico, com 26,6%, e do homicídio, com 8,4% (BRASIL, 2012a).

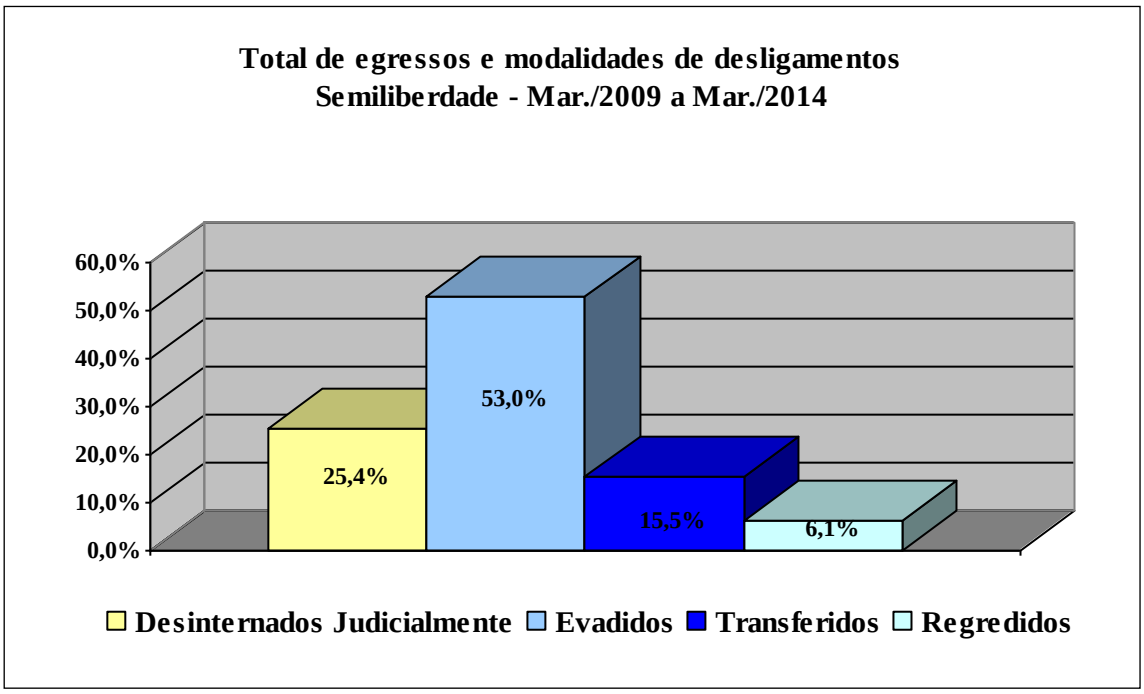
Figura 19 – Faixa etária de maior incidência dos egressos versus atos infracionais



Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e na análise dos prontuários.

Sobre os motivos dos desligamentos dos atendidos na unidade em estudo, em relação ao percentual total de egressos nos cinco anos de atendimento da unidade em estudo, verificou-se que 53% (96 atendimentos) foram decorrentes de evasões, 15,5% (28 atendimentos) de transferências para outras unidades de semiliberdade do Estado do Paraná, 6,1% (11 atendimentos) de regressões da medida de semiliberdade para internação, 25,4% (46 atendimentos) de desinternações judiciais. Tais informações estão representadas na figura 20 e evidenciam que 74,6% (135 atendimentos) não conseguiram aderir à proposta socioeducativa da unidade, com maior percentual para os evadidos na grande maioria em cumprimento da medida na modalidade de progressão respondendo pelo ato de tráfico de drogas, num total de 27 atendimentos. Já o percentual de adesão da proposta apresentada de 25,4% foi composto por uma maioria de adolescentes com sentença de semiliberdade por progressão da medida de internação, representados por 31 atendimentos do total de 46 desligamentos judiciais nos últimos cinco anos aproximadamente.

Figura 20 – Total de egressos e modalidades de desligamento da unidade de semiliberdade



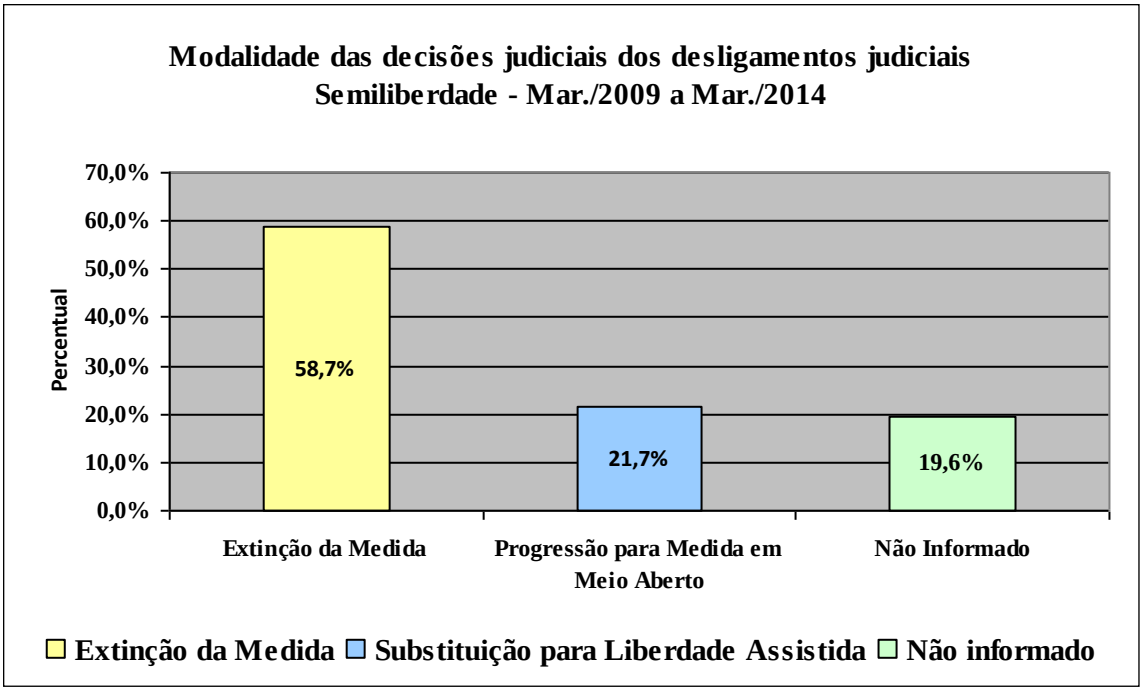
Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e na análise dos prontuários.

Explica-se que os desligamentos judiciais são aqueles que se concretizam a partir da decisão judicial sobre o processo socioeducativo do adolescente, que se associa ao planejamento de atividades realizadas como proposta de trabalho durante o cumprimento da medida. Apoiado no relatório técnico encaminhado ao judiciário, este avalia se a medida foi cumprida como deveria, assim julgando se deve ser extinta ou substituída por outra menos gravosa em regime aberto, por exemplo. Sobre os desligamentos, que representam quase ¼ do total de atendidos nos cinco anos da unidade, a análise dos prontuários mostrou que, deste percentual, 58,7% (27 atendimentos) tiveram a medida extinta e foram encaminhados aos pais, responsáveis ou familiares, 21,7% (10 atendimentos) tiveram a medida substituída por uma medida em meio aberto, no caso de liberdade assistida, e acerca de 19,6% (9 atendimentos) não existia informação especificada, conforme representado na figura 21.

Cabe explicar que liberdade assistida é uma das medidas socioeducativas em meio aberto, considerada menos gravosa que a medida de semiliberdade, na qual o adolescente faz atividades socioeducativas por meio de oficinas temáticas e atendimentos técnicos por um período de 6

meses podendo ser prorrogado para mais 6 meses. Já na extinção da medida o adolescente não precisará mais fazer tais atividades e não será mais acompanhado pelo judiciário.

Figura 21 – Modalidade das decisões judiciais dos desligamentos judiciais da unidade de semiliberdade



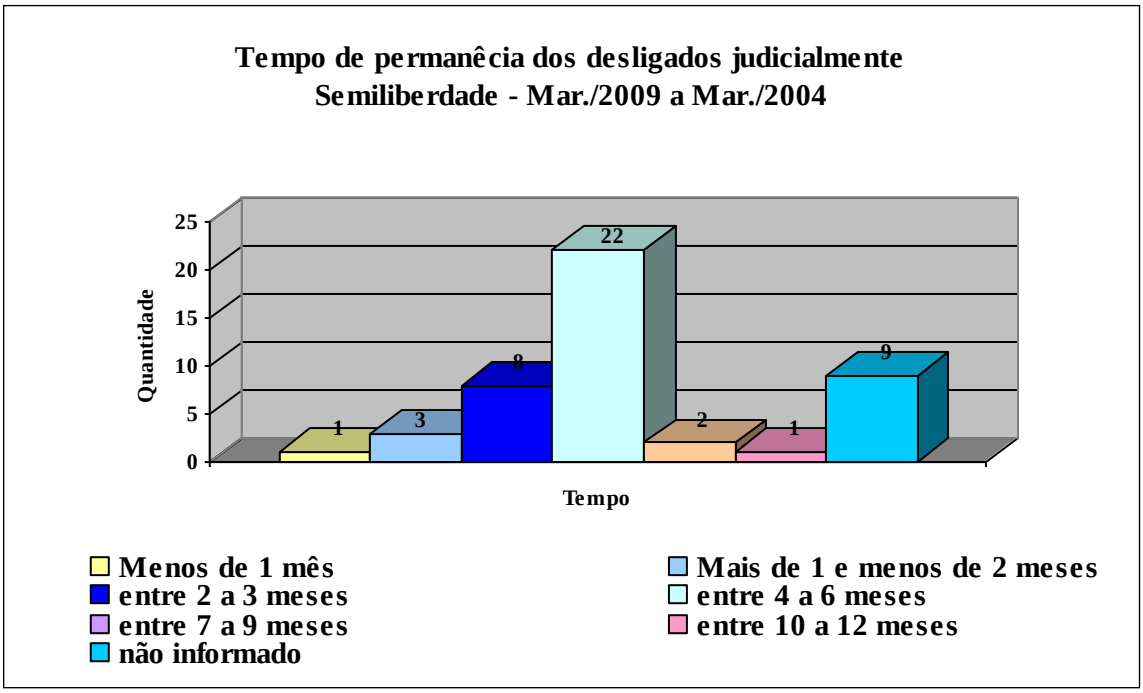
Fonte: elaboração própria com base na análise dos prontuários.

As decisões judiciais na grande maioria dos casos seguiam as sugestões da equipe, observado que em duas delas o adolescente teria sido desligado pela questão da maioridade e não pelo cumprimento das atividades previstas na unidade. Destaca-se que estes dois casos foram atendidos em 2010, sendo desligados em 2011, momento em que a semiliberdade em estudo não tinha um técnico próprio, contando com técnicos do CENSE, que não participavam da rotina da unidade, mas atendiam eventualmente os adolescentes na semiliberdade para fins de relatório ou auxílio em dificuldades emocionais dos internos. Nos demais casos, as sugestões da equipe foram fundamentadas no cumprimento das atividades e na necessidade ou não de acompanhamento de uma equipe profissional, o que justificava a indicação de progressão para liberdade assistida.

O período de permanência na unidade para o cumprimento da medida foi analisado e em média 47,8% (22 atendimentos) cumpre a medida num período de 4 a 6 meses, conforme

detalhado abaixo. Destaca-se que destes 18 tiveram suas medidas extintas e 4 obtiveram medida progredida.

Figura 22 – Tempo de permanência dos adolescentes desligados judicialmente da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na análise dos prontuários.

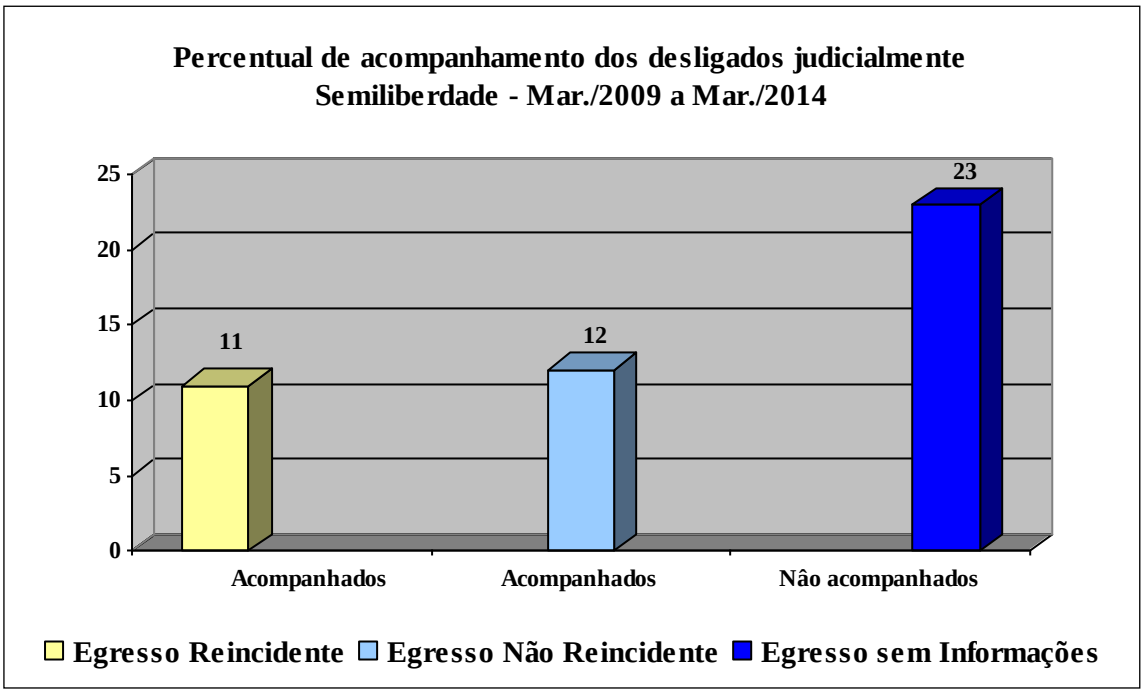
O gráfico também permite aferir que o segundo maior tempo de permanência dos atendidos foi entre 2 e 3 meses, com 17,4% (8 atendimentos), e em terceiro, com 6,5% (3 atendimentos), aqueles que ficaram entre 1 e 2 meses. Em menor destaque ficam os desligados judicialmente com menos de 1 mês, com 2,2% (1 atendimento), e o mesmo percentual entre 10 e 12 meses, e entre 7 e 9 meses, com 4,4% (2 atendimentos). Um fator relevante na avaliação dos dados é que em 19,5% (9 atendimentos) dos casos não foram obtidas informações sobre o tempo de cumprimento da medida. Verificou-se também que dos que ficaram de 2 a 3 meses, 3 tiveram a medida extinta e 5 progredida. Nos casos dos de 1 a 2 meses, foi progredida a medida de 1 atendido e extinta a de 2. O adolescente com menos de 1 mês de permanência e os 3 com mais de 7 meses tiveram suas medidas extintas.

A leitura do relatório dos egressos permitiu conhecer informações sobre a situação de 23 adolescentes atendidos e desligados judicialmente da unidade nos últimos cinco anos de

existência da unidade, do total de 46 egressos nessa modalidade. Tais informações são de adolescentes atendidos entre 2011 e 2014, período em que passou a haver a presença de técnicos exclusivos para o atendimento na semiliberdade. O número de acompanhamento não é totalmente cumprido, conforme relatos da equipe nos dias de campo e análise das entrevistas, sendo que há dificuldades na continuidade do contato com os adolescentes após o desligamento da unidade e não há um trabalho sistematizado desse acompanhamento dos egressos. Há obstáculos decorrentes do fato de o acompanhamento não ser sistemático, somados à mudança de número de telefones e endereços dos adolescentes. Ainda especifica-se, conforme informações da equipe, que os dados sobre a situação dos adolescentes egressos, independente do motivo da saída, foram adquiridos a partir do contato com a rede, sem regularidade. Também sobre o acompanhamento dos egressos, os entrevistados citaram a existência de um Programa de Acompanhamento intitulado AFAI, mas que ainda não estaria funcionando nos municípios, apesar de ter sido assinado o convênio entre Estado e Município. Além disso, alguns entrevistados disseram que não teriam sido contemplados os egressos da semiliberdade, o que poderia justificar esta lacuna, dentro da previsão legal da proposta socioeducativa.

Sobre os acontecimentos na vida desses adolescentes após um ano de desligamento da medida em média, o relatório expressava que dos 46 desligamentos 23 tinham sido acompanhados. Destes, não foi contatada reincidência no caso de 12 e com relação aos outros 11 foi constatada, conforme representado na figura 23. Do total de não reincidentes, 2 faleceram, sendo um no cumprimento da medida, o que levou à sua extinção, e 10 deram continuidade às atividades iniciadas na unidade. Um deles, apesar de continuar estudando, como na unidade, segundo relato dos pais, continuava traficando. Dos 11 atendimentos que tinham registros de reincidência em atos infracionais, havia informação somente sobre 1 ter parado de infracionar, nenhum estaria estudando e 1 deles teria falecido. Sobre a realização de cursos e trabalhos, constava que nenhum dos 23 acompanhados teria, após a medida, feito novos cursos e dois estariam contratados formalmente na condição de aprendiz.

Figura 23 – Percentual de acompanhamento dos adolescentes desligados judicialmente

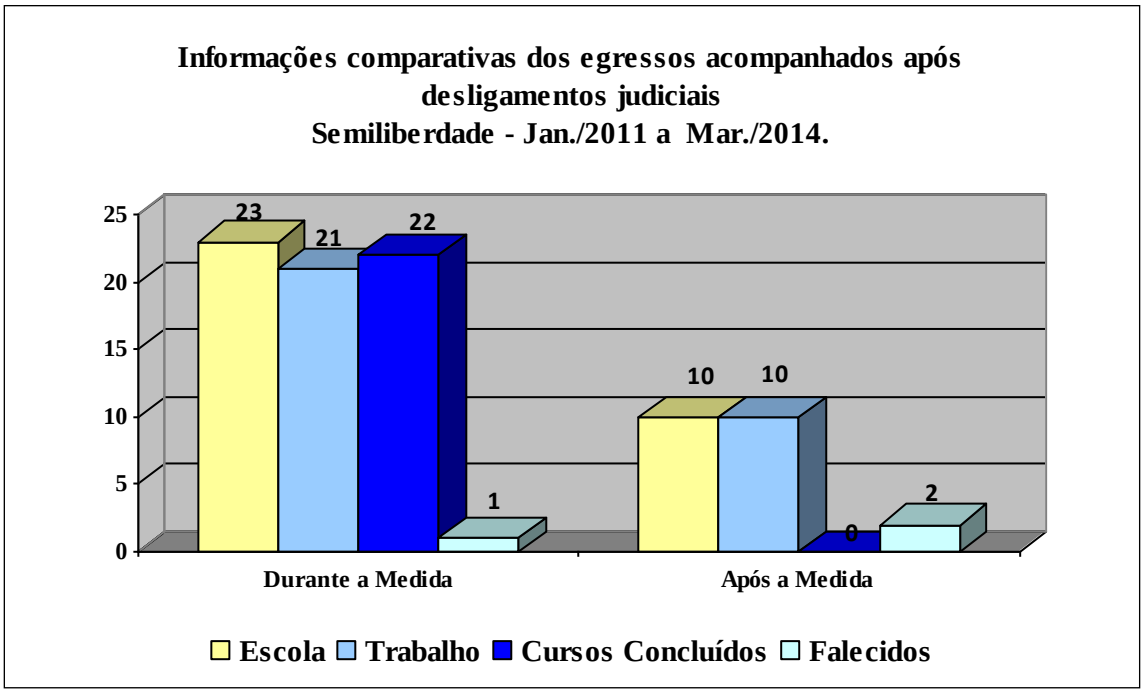


Fonte: elaboração própria com base nos dados sobre os egressos acompanhados.

Sobre os dados dos egressos desligados judicialmente, verifica-se que, dos 46 atendimentos desligados com extinção ou progressão de medida, houve acompanhamento de 50% dos casos (23 atendimentos). Destes, 11 haviam reincidido após o desligamento da semiliberdade, representando 47,8%. Dos 12 que não reincidiram, 52,2%, 10 deram continuidade nos projetos iniciados na unidade e 2 faleceram. Ao comparar as informações sobre as atividades desenvolvidas durante e após a medida, verificou-se que dos 23 atendimentos acompanhados todos estudaram durante a medida, ou seja, 100% e 21 trabalharam, totalizando 91,3%. Já após o desligamento, 10 continuaram estudando e trabalhando, num percentual de 43,5%, conforme representação na figura 24.

Já sobre cursos concluídos, dos 23 acompanhados, 22 haviam concluído um curso durante a medida, mas não fizeram nenhum após o desligamento no período de acompanhamento. E também tinha informação sobre os falecidos, dois deles após o cumprimento da medida, representando um percentual de 8,7% entre os egressos desligados judicialmente acompanhados.

Figura 24 – Informações comparativas dos egressos acompanhados após desligamentos judiciais



Fonte: elaboração própria com base nos dados sobre os egressos acompanhados e nos prontuários.

Sobre os egressos desligados sem terminarem de cumprir a medida na unidade em decorrência de evasões, transferências ou regressões, os entrevistados explicaram que não há um procedimento específico para avaliação dessas saídas. As transferências e regressões são estratégias legítimas prevista para a execução da medida, utilizadas conforme avaliação da equipe, sendo que somente na regressão há necessidade de avaliação e sentença judicial, que é realizada conforme dados encaminhados pela unidade. Já a evasão é resultado de uma ação do adolescente, considerada um fator intrínseco à natureza da medida de semiliberdade.

Sobre os dados após a saída da unidade dos egressos devido a estes motivos, que totalizaram 135 atendimentos no período em estudo, a equipe explicou que existia devido ao retorno dos adolescentes evadidos ao sistema por novo ato infracional ou mandado de busca e apreensão, dos transferidos pelo contato com as equipes da outras semiliberdade e dos regredidos, por continuarem no sistema. A análise do relatório permitiu verificar que existiam informações específicas sobre os desdobramentos após o desligamento de 57 destes adolescentes, sendo que 12 eram evadidos do ano de 2014, que quando do retorno ao sistema haviam sido entrevistados sobre o comportamento de fuga. Já acerca dos 66 restantes só se sabia que estavam foragidos.

Além disso, também foi possível acessar informações sobre o período de cumprimento da medida deste percentual de evadidos, transferidos e regredidos.

Uma das informações se refere ao tempo de permanência desse percentual de egressos, que totalizaram 74,5% (135 atendimentos) do total de 181 egressos, como se confere na figura 22.

Já a figura 25 aponta que 37 dos atendidos do total de egressos evadidos, transferidos e regredidos saíram da unidade antes de completar 1 mês, representando 27,4%. Já os de 1 a menos de 2 meses somavam 45 atendidos e 33,3%. O percentual de permanência entre 2 e 3 meses, com 19 atendimentos, representa 14,1%. Apenas 4 evadiram-se ou foram transferidos com 4 a 6 meses de cumprimento da medida, ou seja, 3%. Um dado expressivo para a análise destes percentuais é que não há informações sobre 20,7% (28 atendimentos) destes egressos.

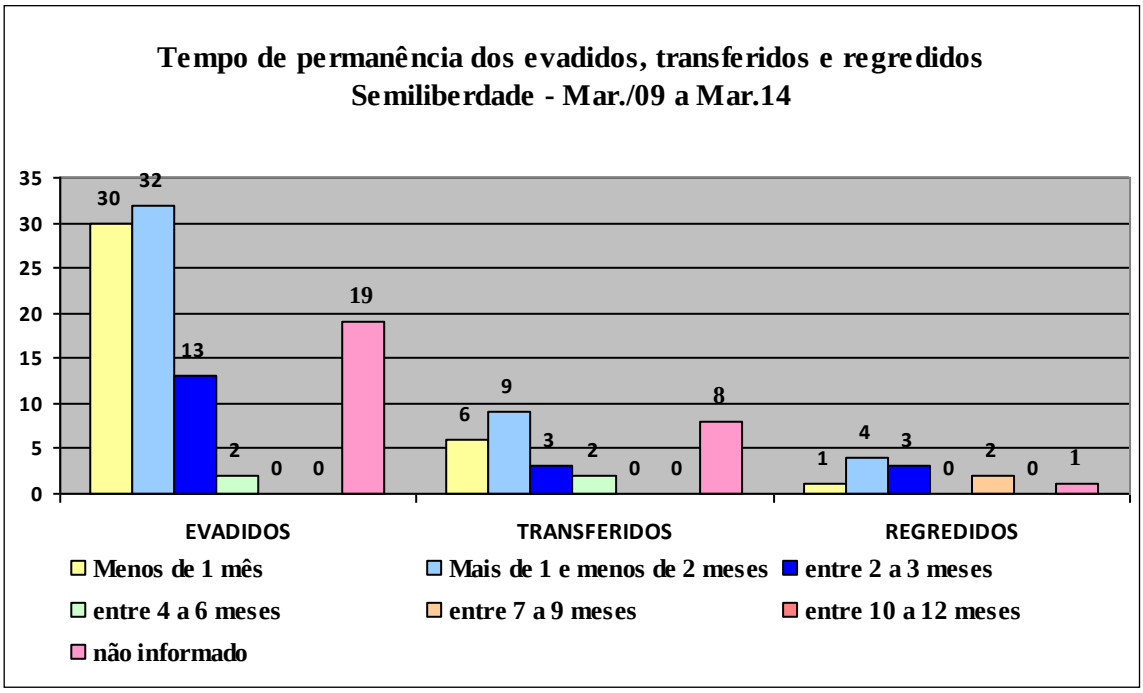
A análise dos dados apresentados na figura 25 especificamente do tempo de permanência nas evasões revela que do total de egressos nesta modalidade, que somam 96 atendimentos ou 53% do total de egressos, 31,3% (30 atendimentos) evadiram-se com menos de 30 dias, já 33,3% (32 atendimentos) antes de completar dois meses, 13,5% (13 atendimentos) entre dois e três meses e 2,1% (2 atendimentos) entre 4 e 6 meses. Já entre os transferidos, totalizando 28 atendimentos, 21,4% (6 atendimentos) foram transferidos logo no primeiro mês, 32,1% (9 atendimentos) entre 30 e 60 dias, 10,7% (3 atendimentos) entre 2 e 3 meses e 17,1% (2 atendimentos) entre 4 e 6 meses. Do percentual total de 11 egressos por regressões, 27,3% (3 atendimentos) ocorreram logo no primeiro mês em semiliberdade, 36,4% (4 atendimentos) entre 30 e 60 dias, com igual percentual os entre 2 e 3 meses, e 18,2% (2 atendimentos) entre 7 e 9 meses. Não há informações sobre 19,8% do total de evadidos, 28,6% do total de transferidos e 9% do total de regressões. Sobre estes egressos, durante as entrevistas também foram obtidas informações que explicaram sobre os motivos e/ou procedimentos que se interligavam a tais desfechos. Dentro dos relatos, destaca-se que não há um procedimento sistemático específico para avaliação desses desligamentos, assim como não há nos desligamentos judiciais. Alguns fatores relevantes encontrados sobre as evasões, como discorridos por um dos servidores entrevistados e no relatório de relatos de 13 egressos, 12 evadidos e 1 desligado judicialmente, entrevistados pela equipe socioeducativa[49], foram que as fugas ocorriam em horários não

[49] Conforme dados sistematizados pela equipe socioeducativa em relatório próprio, decorrente de entrevistas realizadas a 13 adolescentes, 12 evadidos em 2014 retornaram ao sistema socioeducativo devido a novo ato

comerciais, a equipe em alguns momentos tentou convencer o adolescente a continuar na unidade e havia o intuito de retorno às famílias de origem para os da comarca ou para casa de amigos quando de outras comarcas.

Entre os motivos apontados para a escolha de evadirem-se, o relatório descreve os conflitos internos de convivência e a dificuldade de suportar medidas disciplinares prolongadas, uma vez que os adolescentes não podem ir para casa visitar a família, nem fazer saídas sozinhos. Assim como descritos pelos entrevistados, que expuseram como motivos dificuldades dos adolescentes em aceitar as medidas disciplinares, que resultavam em perda da visita familiar no final de semana e de conflitos internos entre os adolescentes – fato este presenciado pela pesquisadora no primeiro dia de observação de campo da pesquisa.

Figura 25 – Tempo de permanência dos evadidos, transferidos e regredidos da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na análise dos prontuários.

Ainda sobre as evasões, a partir da leitura dos documentos contidos nos prontuários, pode-se verificar que no ano de 2013 passaram a serem confeccionados relatórios de evasões que,

infracional ou mandado de busca e apreensão pelo descumprimento da medida de semiliberdade, caracterizada pelo juiz ao analisar os motivos da evasão, e 1 foi desligado judicialmente.

segundo o diretor, eram encaminhados ao judiciário e à equipe da Secretaria em Curitiba, anexos ao boletim de ocorrência. Outra informação obtida como procedimento diante das evasões foi o expresso por um dos entrevistados, o qual relatou que a família era informada sobre a ocorrência.

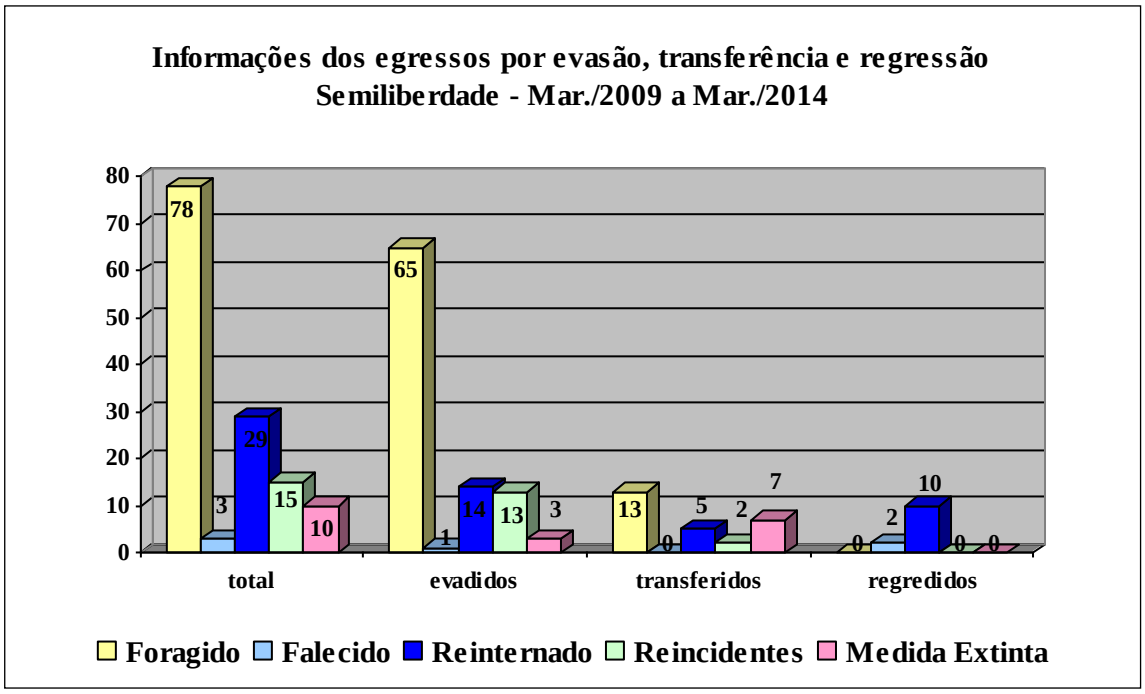
Sobre as transferências, sete entrevistados disseram que tais decisões são avaliadas pela direção juntamente com a equipe, geralmente por motivos de conflitos interpessoais que possam comprometer a integridade física de algum adolescente ou, para, além disso, duas entrevistas destacaram a dificuldade de um adolescente adaptar-se à Casa, sem transgredir normas e regras que possam se assemelhar a atos infracionais. Esclarece-se que a transferência significa que o adolescente poderá continuar cumprindo a medida de semiliberdade, só que em outra unidade disponibilizada pelo Estado, independente da justificativa para tal.

Já as regressões seriam motivadas, conforme relato de sete entrevistas, por dificuldades do adolescente em cumprir a medida, com reiterados descumprimentos das regras, principalmente as associadas a novos atos infracionais como a questão de drogas dentro da *Casa de Semiliberdade*. Os entrevistados também as associaram à interpretação de que o adolescente não se tornou bonzinho por ter sido encaminhado para a semiliberdade. Nesta perspectiva, os entrevistados destacam a importância de atenção constante e criteriosa.

Sobre o que acontece com os adolescentes após as evasões, transferências e regressões, sabe-se que por via de regra os regredidos em 100% voltam a cumprir internação em regime fechado, alguns sem prazo determinando podendo ficar de 6 meses a três anos e outros com prazo determinado de três meses, caracterizado como descumprimento da medida anteriormente imposta de semiliberdade. A regressão só pode ocorrer após audiência judicial com determinação ou não, fato que em geral impede a fuga, pois o adolescente é preso já na audiência e dirigido ao CENSE da comarca. Além disso, a decisão do formato da regressão é exclusiva do juiz, conforme critérios da jurisprudência legislativa, mas sempre respaldado pela análise do relatório da equipe socioeducativa que sugere tal medida jurídica. Já os transferidos eram encaminhados para outras unidades de semiliberdade, alguns sendo desligados por cumprimento da medida, outros internados por terem reincidido após o desligamento ou evadido antes do cumprimento, como mostra a figura 26. A figura também apresenta o percentual de evadidos acerca dos quais não se sabia notícias, que eram identificados no relatório como foragidos, dos que receberam nova internação em regime fechado (com ou sem prazo determinado), dos reincidentes e dos que tiveram a medida extinta.

As informações sistematizadas no gráfico indicam que, dos 135 evadidos, regredidos e transferidos entre março de 2009 e março de 2014, 57,8% (78 atendidos) estão foragidos, 21,5% (29 atendidos) foram reinternados, 11,1% (15 atendidos) reincidiram e assim foram novamente apreendidos e 7,4% (10 atendidos) tiveram suas medidas extintas. Ressalta-se que os falecidos representavam 2,2% (3 atendidos) e estão contidos dentro do percentual de evadidos e regredidos. Considerando que não há informações sobre pouco mais da metade do total de evadidos e transferidos, e que estes podem ter seguido diferentes caminhos, ainda assim, os dados sobre a outra metade revelam contradições. Isto porque, se entre os desfechos aproximadamente 40% retornaram ao sistema, o índice de reincidência não se revela positivo. Além disso, quando analisadas as extinções da medida, entre os evadidos e transferidos, muitas delas foram decorrentes da maioridade, e não da compreensão de que o trabalho socioeducativo havia cumprido com seus objetivos, como prevê o Art. 1º do SINASE (BRASIL, 2012b) pela responsabilização do ato, interação social e garantia de direitos.

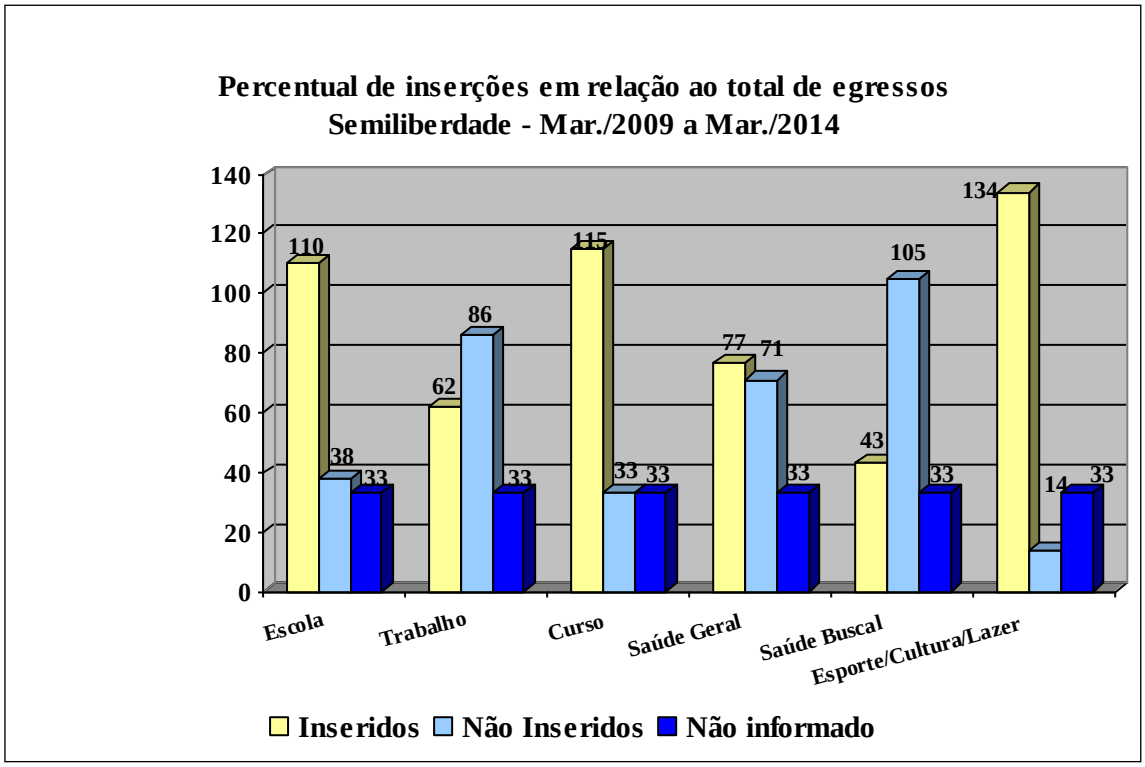
Figura 26 – Informações dos egressos por evasão, transferência e regressão da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base nos relatórios estatísticos e dados dos egressos acompanhados.

A figura 27 abaixo representada se refere às inserções dos adolescentes egressos do sistema, seja por desligamento judicial, seja por evasão, transferência ou regressão, enquanto estavam cumprindo a medida na unidade em estudo. Tais encaminhamentos visavam a garantir um dos objetivos da medida socioeducativa, o da garantia de direitos individuais e sociais; assim, preconizando, conforme proposta pedagógica, inserções na escola, no trabalho, em cursos profissionalizantes, atendimentos de saúde e acesso à cultura, esporte e lazer, como representado na figura abaixo.

Figura 27 – Percentual de inserções em relação ao total de egressos da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na análise dos prontuários e relatório de atividades.

O gráfico da figura 27 aponta que não há informações específicas sobre as inserções de 18,2% (33 atendimentos) do total de 181 atendimentos egressos da unidade até o início de março de 2014. Já 60,8% (110 atendimentos) foram matriculados e iniciaram as atividades escolares dentro da unidade e 30% (38 atendimentos) não chegaram a ser inseridos, ou por evasões antes do encaminhamento ou por chegarem a casa no período de férias. Na área do trabalho, 34,3% (62

atendimentos) foram inseridos no mercado de trabalho e 47,5% (86 atendimentos) não. Para a profissionalização, 63,5% (115 atendimentos) foram encaminhados a algum curso de iniciação profissional. Na área da saúde, aproximadamente 42,5% (77 atendimentos) foram encaminhados para atendimentos em saúde em geral e 23,8% (43 atendimentos) para tratamento de saúde bucal. Na área de esporte, cultura e lazer, aproximadamente 74% foram inseridos em alguma atividade ligada a programas municipais, estaduais ou federais. Vale frisar que o número de inserções no esporte, cultura e lazer associa-se inclusive à possibilidade de atividades de lazer dentro da unidade, por isto o número aqui apresentado é diferente do total de inserções se forem consideradas apenas atividades culturais e esportivas. Além disso, o percentual de inserções em cursos não considera, por falta de dados diferenciais, o fato de um adolescente poder fazer mais de um curso.

Tais percentuais revelam que, em geral, apesar da alta taxa de evasão, os encaminhamentos previstos em lei são realizados durante o período em que o adolescente atendido está na unidade. A unidade em geral atende as prerrogativas da legislação em termos percentuais, no que se refere às inserções; documentais, no que se refere à aplicação do regimento interno e do regimento disciplinar; e arquitetônico, com previsão de espaços que privilegiam a individualização da medida.

Assim, a partir desse panorama sobre os aspectos gerais da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, seguir-se-á detalhando o funcionamento da unidade com suas práticas institucionais e intersetoriais, conforme levantamento de dados no período da pesquisa a partir de observações, entrevistas e análise documental.

CAPÍTULO III
SEMILIBERDADE: A TEATRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA.

A socioeducação, seguindo a lógica da substituição da pena-expiação por pena-tratamento, traça uma proposta pedagógica e estratégias para executá-la. Nesse movimento, faz alusão a referenciais teóricos da educação, como as ideias do pedagogo Costa[50] (2001) descritas como *pedagogia da presença*. De acordo com os princípios dessa pedagogia, é valorizada a presença do socioeducador, aquele que educa independente da função institucional, como chave fundamental para o desenvolvimento do aprendizado de ser, conviver e aprender, como estratégias socializadoras.

Conforme Costa (2001), a pedagogia da presença é um método educativo que se utiliza da presença, entendida por ele como necessidade básica para a vida humana. Esta deve pautar-se no diálogo para realizar a conciliação do adolescente com ele mesmo e com os outros. Para o autor, é uma condição fundamental para a modificação das maneiras de inserção desse grupo na sociedade, que expressa de forma particular as contradições e os impasses de sua existência.

Os instrumentos pedagógicos da semiliberdade estruturam suas estratégias institucionais tendo como base essa nova relação, de modo que estimulam o adolescente a construir um novo projeto de vida ao aderir às inserções nos espaços já existentes na comunidade, a partir das ações intersetoriais para escolarização, profissionalização, esporte, lazer, cultura e espiritualidade. Para executá-las, a proposta aposta nas interações do adolescente com a equipe socioeducativa (educadores sociais, técnicos e direção), simulando um ambiente familiar e o apoio que este deveria propiciar. Concomitantemente, a equipe deve estimular a preservação dos vínculos familiares e as interações na sociedade em sua dinâmica rotineira. A tarefa do socioeducador, com a pedagogia da presença, torna-se essencial para auxiliar o adolescente a melhorar as relações familiares, se esse for o caso, ou a conseguir um trabalho e auxiliar como mediador para as situações de preconceito e estigmas por que passa no processo de inserção em novos espaços – classificados como espaços legalizados.

O modelo de uma residência particular segue o modelo de prisão albergue defendido por

[50] Pedagogo brasileiro nascido em 1949 e falecido em 2011. Influenciado pelas ideias de Anton Makarenk, Pierre Voirin e inspirado na filosofia de Paulo Freire, desenvolveu o que chamou de *pedagogia da presença*, a partir de seu trabalho como diretor e educador em unidades da antiga FEBEM em São Paulo. Também participou da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que remodelou o antigo Código de Menores de 1979.

Silveira (1981) e Muakad (1999), que deve reproduzir o que acontece no ambiente social, com base numa relação de confiança, haja vista a ausência de obstáculos físicos para fugas e a necessidade de dar um voto de confiança ao sentenciado. A ideia é fazê-lo desenvolver sua autonomia ou o senso de responsabilidade, mas diante de um regime disciplinar rígido. Sobre isto, Muakad (1999) discutindo J. Dupréel realça as exigências que tal regime impõe ao indivíduo no aspecto disciplinar, pela rigidez das regras, tanto que em alguns países a sua tradução é *probation* (prova) ou mesmo *parole* (palavra de honra). Silveira (1981) aponta que a dificuldade está na exigência de autocontrole e autodisciplina, necessitando um esforço constante do indivíduo em semiliberdade para seguir as regras disciplinares e se comportar em conformidade com o modelo de indivíduo defendido pela sociedade.

Para regular este ambiente e estabelecer limites nestas relações, não se abandona a ideia do regime disciplinar e das regras estabelecidas no regimento interno próprio da instituição, visando a normatizar a vida e padronizar os procedimentos. Sobre estes procedimentos, organização e funcionamento da unidade, traduzidos como regimento interno, a lei do SINASE (BRASIL, 2012b) determina em seu Art. 4º, parágrafo IV, que é de responsabilidade dos estados:

> Art. 4º
> Compete aos Estados:
> I – formular, instituir, coordenar e manter Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União;
> II – elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo – conforme Plano Nacional;
> III – criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação;
> IV – normas complementares para a organização e funcionamento do seu sistema de atendimento e dos sistemas municipais;
> [...]

Apesar de o Estado ainda não ter oficializado suas “normas complementares para a organização e funcionamento de seu sistema socioeducativo” (BRASIL, 2012b), a *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, possui tais normas descritas em seu regimento interno desde a sua inauguração, em março de 2009. Tal documento serviu de modelo para a organização do regimento interno das demais unidades de semiliberdade do Estado, mas ainda passa por adaptações até sua publicação oficial. Como dispõe o SINASE no Art. 11, o regimento interno da unidade contém o detalhamento das atribuições e responsabilidade dos membros da equipe socioeducativa da unidade, as normas, os procedimentos e o regime disciplinar da unidade e os

procedimentos para avaliação do cumprimento ou não da medida de semiliberdade associados aos planejamentos do PIA. Ou seja, os procedimentos padrões e os regulamentos estão descritos e aplicados pelas unidades de semiliberdade, apesar da sua não oficialização, haja vista que ainda devem ser aprovados pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no caso dos programas de competência do Estado como a semiliberdade.

Nesse caminhar entre presença pelo diálogo e disciplina, na *Casa de Semiliberdade* regulamenta as estratégias institucionais e intersetoriais da unidade, seguindo as orientações do ECA (BRASIL, 1990), do SINASE (BRASIL, 2006; 2012b), do caderno de *Semiliberdade* (2010a) e do caderno de *Práticas de Socioeduçação* (2006d), conforme análise dos dados da pesquisa. Tais estratégias integradas visam a atender os objetivos propostos para a medida socioeducativa, que conforme o Art. 1º do SINASE (BRASIL, 2012b) é responsabilizar, desaprovar a conduta infracional, integrar socialmente e garantir direitos individuais e sociais.

Como exemplo de estratégias institucionais da semiliberdade em estudo tem-se, atendendo algumas previsões legais, as normas, os procedimentos de recepção e acolhida, as tarefas da rotina institucional, o regime disciplinar, conselho disciplinar, a reunião de estudo de caso e a elaboração do PIA, a serem descritos a seguir. Já as intersetoriais, também previstas para existirem pela lei do SINASE, associam-se às estratégias de encaminhamentos e articulações conjuntas com outras políticas, como a da saúde, da educação, do trabalho, da cultura, do esporte, do lazer, da assistência social, entre outras, necessárias para a concretização dos objetivos da medida para com o adolescente e do que este quer para com sua vida.

Tais ações executadas a partir de um espaço residencial, que a literatura prevê facilitar o convívio ao criar um clima familiar, a iniciar pela arquitetura. A organização espacial promoveria a aproximação entre adolescentes e equipe socioeducativa, possibilitando a construção de uma relação pautada na confiança, já que sua estrutura não conta com algemas, muros altos, grades de alojamentos, e sim com um portão, portas, espaços de livre circulação, tanto dentro quanto fora da instituição. Trata-se de um espaço que exige a presença educativa por meio do diálogo, possibilitando novas formas de interação e socialização necessárias para a promoção de mudanças do adolescente, que assim poderia assumir novas formas de ser e conviver no mundo, como dito no caderno de *Práticas de Socioeducação* e no caderno de *Semiliberdade*. Apesar disto, nas entrevistas três servidores enfatizaram que a proposta pedagógica não estava clara e estava em construção, necessitando de uma sistematização principalmente para atender aos

requisitos educacionais que necessitam de métodos próprios, metas, avaliação e referenciais teóricos que embasem tais práticas.

Assim, buscar-se-á explanar tais instrumentos, divididos para análise como estratégias institucionais e intersetoriais, e estabelecer as primeiras correlações com a dinâmica institucional e a finalidade desta, a fim de compreender o funcionamento da medida de semiliberdade. Dessa forma, tem-se o intuito de apresentar os instrumentos usados na *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu associados: a) ao procedimento de recepção; b) à organização, formalização e execução do PIA; c) às normas e procedimentos disciplinares definidos em regimento interno da unidade; d) ao acompanhamento técnico da família e à inserção desta na rede socioassistencial local; e) aos atendimentos técnicos aos adolescentes; f) à inserção e oferta de atividades ligadas à saúde, à escola, aos cursos profissionalizantes, ao esporte, à recreação e à cultura, à religião e à convivência familiar e comunitária; e g) aos procedimentos de segurança.

3.1 AS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS: ACOPLANDO O NOVO AO VELHO

As estratégias institucionais são instrumentos pedagógicos utilizados para fazer funcionar a proposta da medida de semiliberdade, aplicados para atingir os objetivos delimitados para a medida e manter sua execução. Dentre as estratégias lançadas nos cadernos sobre semiliberdade e práticas socioeducativas, destacam-se os procedimentos de recepção, as rotinas da casa, a reunião de estudo de caso, o PIA, o conselho disciplinar com seu regime disciplinar, punições e recompensas, o trabalho estritamente técnico e o papel do socioeducador.

Conforme caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a), a base dessas ações está no princípio democrático e participativo. As orientações de convivência fundamentam-se na busca por harmonia e respeito mútuo, com uma presença ativa e permanente, que deve superar a visão do adolescente ator de ato infracional. Tenta-se imprimir tais princípios sobre o adolescente e propiciar um novo modo de relacionamento dele com as pessoas ao seu redor.

O uso de força física não é indicado, a menos que seja necessária para proteger o adolescente, nem atitudes de desrespeito, agressão verbal ou ameaça. Reforça-se o uso do diálogo para a solução de conflitos e a constante busca por compreensão das atitudes dos adolescentes concomitantemente com posturas exigentes cabíveis. Sublinha-se a importância dos reforços positivos e não somente dos negativos. A ênfase está na relação afetiva interpessoal e na condução das situações frisando estar como alguém que deseja auxiliar o adolescente e não o

contrário. Com esta compreensão, a equipe deve ajudar o adolescente a inserir-se nos espaços devidamente legalizados, para que deixe a vida ligada à criminalidade, ou, mais especificamente, a determinadas ilegalidades (PARANÁ, 2010a).

Contudo, os efeitos dessa presença amigável e educativa interligados com o caráter disciplinador e coercitivo da medida imprimem ambiguidades no desenvolvimento da proposta. Ou seja, as interações não produzem efeitos previsíveis como os delimitados para a execução dos objetivos da proposta pedagógica. No estabelecimento da relação de poder entrelaça-se elementos constituintes de relações de confiança e de desconfiança, integrantes da proposta de punir e transformar ou como expressa o SINASE, de responsabilizar, desaprovar e integrar. Esta é a problemática da dupla tarefa da prisão: de punir e transformar, como já discutia Foucault (2012f).

Para o cumprimento desta dupla tarefa, dentre os eixos temáticos, a unidade garante o suporte institucional e pedagógico por meio do acompanhamento técnico individual com frequências semanais, do cronograma de atividades externas para cada adolescente afixado em mural para favorecer a rotina, da presença de regras claras e acessíveis aos adolescentes e da articulação com os serviços e programas da rede nos quais os adolescentes eram inseridos. Contudo, nem todos os tópicos temáticos são executados no formato previsto nos documentos legislativos e no caderno de *Semiliberdade*, a exemplo do conselho disciplinar, que é organizado não em formato de reunião, mas a partir da avaliação semanal e discussão de casos conforme demanda de faltas disciplinares.

No eixo segurança, o regimento interno prevê a organização de procedimentos e estratégias de intervenção preventiva, de técnicas de contenção e defesa pessoal, de procedimentos para intervenção da Política, de procedimentos para transporte dos educandos e de procedimentos de revistas das dependências da casa e dos pertences dos adolescentes, contudo, não sistematizados por escrito. Na prática, observou-se o funcionamento do procedimento para viabilizar o transporte dos adolescentes nas atividades externas, realizados pelos educadores com o carro pertencente à unidade. Já o trabalho da Defensoria estava sendo organizado, devido à recente organização desta, para estabelecer uma rotina sistemática de atendimento aos adolescentes da unidade de semiliberdade.

No eixo diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, não se verificou um trabalho sistematizado como prevê a discussão do SINASE (BRASIL, 2006). Tal documento salienta a necessidade do órgão executor da medida socioeducativa ter fundamentos teóricos em

seu projeto pedagógico sobre tal temática, com desenvolvimentos que envolvam tais temáticas articuladas a ações de promoção da saúde, educação, cultura e profissionalização (BRASIL, 2006). Compreende-se que tal aspecto não tenha sido observado considerando que o projeto pedagógico da instituição estava em construção no momento da coleta dos dados da pesquisa. Por outro lado, entre os dados do adolescente sistematizados no prontuário informatizado, a partir de 2013, existe o campo para preencher a informação sobre a designação étnico-racial, mas não foi coletado tal dado, considerando que faltariam os dos anos anteriores.

Em geral, observou-se que o trabalho frente aos eixos do SINASE (BRASIL, 2006), acoplados às rotinas e estratégias estabelecidas, como serão detalhadas posteriormente, estão em sintonia com as ideias do movimento dos reformistas relativas à democratização da prisão. Trata-se de ideias pautadas na construção de novos mecanismos de controle associados à lógica da responsabilidade mútua entre indivíduo, Estado e sociedade civil.

Com novas frentes de atuação e baseadas em estratégias para inserção em fluxos de controle contínuo, a proposta da semiliberdade, que não abandona o modelo de vigilância e regime disciplinar, amplia suas estratégias acopladas ao regime do controle. Um controle exercido pelo afeto, pelas relações de confiança e tolerância, mas que ainda visa ao conformismo e à aceitação de uma dada condição. A docilização do corpo se refere a uma forma específica de relações de poder, como discorre Foucault (1984c), no texto “Verdade e Poder”, numa entrevista concedida a Alexandre Fontana.

A semiliberdade, por meio de suas práticas, permite que o adolescente, após passar pelas fases da sua proposta socioeducativa, cumprindo com as regras e normas e aceitando as inserções disponíveis, seja desligado. Ou seja, calcada numa proposta inclusiva, democrática e disciplinadora, a semiliberdade pretende que o adolescente, ao adentrar o sistema, possa se conformar com o modelo de vida socialmente proposto e, assim, conquistar novamente sua liberdade, conforme expresso nos cadernos socioeducativos.

Tais discussões permitem aferir que, apesar das inovações instrumentais e referenciais, a face do novo aparece acoplada no velho modelo. A semiliberdade, sem abandonar a lógica da disciplinarização dos corpos e com uma teatralização de uma vida idealizada e comum em sociedade, estabelece estratégias pautadas em relações interpessoais afetivas envoltas por uma espécie de solidariedade para monitorar, controlar e, se necessário, punir o comportamento que se distingue do modelo de ser humano vigente. Trata-se do acoplamento de uma estratégia política

de manipulação da vida da população, como associado às discussões iniciadas por Foucault no curso “Em defesa da sociedade”, em 1976, e suas pesquisas sobre o que denominou de biopolítica: é uma nova racionalidade política baseada na “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico [...]” (FOUCAULT, 1999b, p. 286).

Com este entendimento, serão detalhadas as estratégias lançadas pela medida de semiliberdade, com o intuito de confrontá-las brevemente com os questionamentos lançados sobre uma nova forma de aprisionamento dentro da teatralização democrática, isto é, a construção de um palco para a atuação de personagens que defendam a sociedade, no sentido de existir ordem, garantindo sua perpetuação (GOULART; SANTOS, 2009). Assim, segue-se a apresentação detalhada e suas problematizações correlatas a reflexões pontuais.

3.1.1 A recepção

O procedimento de recepção, que se configura na entrada do adolescente na *Casa de Semiliberdade* para o início da medida socioeducativa executada pela unidade, aconteceu na prática da semiliberdade em estudo em três momentos, conforme observações do sexto dia de campo. Neste dia, num primeiro momento um dos educadores sociais de plantão recebeu o adolescente na sala dos educadores, localizada logo na entrada da unidade. Neste momento verificou a documentação, assinou um papel e o entregou à pessoa que trazia o adolescente à unidade. Após convidar o adolescente para sentar, apresentou-se e iniciou uma conversa sobre o funcionamento da unidade, tendo como base um questionário pré-elaborado para que a equipe de educadores conhecesse um pouco da história do adolescente. Na sequência, o educador também apresentou o adolescente às outras pessoas que estavam na Casa (outros adolescentes e equipe), bem como mostrou a estrutura do lugar visando a ambientá-lo. Antes de entrar na unidade e conhecer a todos, o adolescente passou por uma revista pessoal e de seus pertences, realizada por um educador do sexo masculino. Posteriormente, o diretor chamava o adolescente para uma conversa, no intuito de conhecê-lo e reforçar a proposta da unidade. Concomitantemente com o diretor ou em atendimento separado, a equipe técnica também complementava este trabalho de apresentação e ambientação do adolescente explanando acerca de regras, funcionamento, tirando dúvidas e iniciando os encaminhamentos necessários.

As entrevistas descreveram que

> [o adolescente] Chega a Casa e a primeira coisa é passar as normas, pois não tem como cobrar sem passar a norma. Falamos que tem a proposta pedagógica que indica que a escolarização é obrigatória e que fazer um curso é importante. Repassam-se os benefícios. O educador ou coordenador repassa as rotinas da Casa. Após terá atendimento com as técnicas, se é durante a semana e estão na Casa, atende os adolescentes no mesmo dia. Faz ligação para a família para avisar e vai ser inserido na escolarização, após documentos (Macedo, servidor público).
>
> A recepção normalmente é feita pelo Diretor da Casa ou por um técnico, apresentando o que é a semi, o dia a dia da Casa e as diferenças entre o meio aberto e o semiaberto. Após vem a conversa com o educador, que passa os procedimentos, revista e então é alojado num dos quartos junto com um jovem que está mais tranquilo [...] (Nara, servidor público).
>
> Inicialmente na recepção do adolescente transmitem-se ao mesmo as regras, normas e procedimentos da Casa, visando que ele compreenda a necessidade do respeito a toda a equipe de profissionais e demais educandos (Juraci, servidor público).

Segundo o caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a), o procedimento deve ser executado em conjunto por um educador social e um técnico. O técnico em especial conferiria a documentação judicial, escolar e pessoal a ser encaminhada junto com o adolescente, para solicitar o mais rápido possível o que estivesse faltando. Ambos deveriam ter uma postura amistosa e buscar descontrair o ambiente conversando com o adolescente sobre sua participação na decisão de semiliberdade, procedência, local de residência e outros itens breves.

Já o regimento interno da semiliberdade em estudo descreve que é o momento para repassar as regras contidas nele, devendo o adolescente se submeter à revista pessoal e dos pertences, passar por avaliação inicial da equipe, entregar pertences não permitidos[51] e a ter a família imediatamente comunicada. Além disso, devem ser explanados pela equipe os desdobramentos possíveis com o cumprimento pleno da proposta a ser apresentada para sua liberação ou não da medida.

Conforme regimento interno da unidade, a avaliação dos resultados é realizada por meio da análise do que o adolescente se propôs a fazer durante o período que estivesse na unidade e o que realmente conseguiu fazer, realizada no máximo a cada seis meses, e deve ser explanada logo de início para o adolescente. Caso o adolescente cumpra tudo o que se comprometeu a fazer ao

[51] Como celulares, outros eletrônicos, bonés e correntes (FOZ DO IGUAÇU, 2009a).

estar em cumprimento da medida, poderá ser liberado com extinção da medida. Caso cumpra quase tudo[52] o que se propôs, poderá ter a medida progredida para outra em meio aberto como a liberdade assistida[53].

Verificou-se a partir dos relatos das diversas entrevistas e a observação do procedimento de recepção, que este em termos gerais ocorre de acordo com o proposto pelo caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a). Considerando que não há regularidade no horário de chegada do adolescente, como no caso do procedimento observado em que o adolescente chegou no horário do almoço, a equipe adapta o procedimento dividindo-o em etapas, nestes casos. Assim, a equipe divide-se e se organiza para conciliar o exigido com as rotinas da casa e os horários de trabalho de cada setor. Para atender as orientações e a proposta socioeducativa, prioriza-se que o adolescente passe por todos os setores, se possível no mesmo dia.

Na análise deste instrumento pedagógico, avalia-se que há a intenção de imprimir uma ideia de trabalho institucional, que se diferenciaria em certa medida do sistema prisional. Como descreve o caderno de *Semiliberdade*, este momento deva ser descontraído e envolto num clima amistoso, seguindo a ideia humanitária de respeito ao adolescente, indivíduo independente de sua condição social, raça, credo ou qualquer condição discriminatória e pejorativa, conforme ideais do ECA. Contudo, algumas ações, como a revista pessoal e dos pertences, a necessidade de entregar determinados objetivos não permitidos e de ir assimilando as regras desde o início e ter ciência de que, dependendo do comportamento, pode restringir ou ampliar sua liberdade, mantêm as prerrogativas de uma instituição prisional. Assim, o adolescente pode perceber que não é exatamente uma "casa" comum. Além disso, as regras já reforçadas e passadas desde a entrada indicam o espaço de privação de liberdade e mesmo com diferente fluxo deixa implícito o

[52] Exemplo: o adolescente comprometeu-se em estudar, fazer um curso, trabalhar e seguir as normas da instituição, e assim o fez, então poderá ser liberado sem outra medida. Já se apenas estudou e cumpriu as normas, poderá ser liberado com progressão. Caso tenha estudado, mas com várias faltas, descumprido outras normas leves da unidade (exemplo, deixado de fazer algumas tarefas de limpeza, quarto desorganizado, alguns atrasos), poderá ter que ficar mais que seis meses cumprindo a medida, tendo uma nova reavaliação em até no máximo mais seis meses. E se não cumpriu os combinados, teve várias faltas disciplinares de natureza grave (como uso de drogas dentro da casa), poderá ter a medida regredida e em vez de ficar na semiliberdade ir cumprir uma medida em meio fechado de internação.

[53] Medida em meio aberto em que o adolescente participa de atividades socioeducativas em uma instituição específica para executar esta medida, organizada pelo município. Geralmente o adolescente semanalmente vai à instituição fazer atividades socioeducativas e também receber atendimentos técnicos especializados com os membros da equipe técnica multiprofissional. Há também a necessidade de continuar os estudos, e a equipe da instituição deve monitorar e acompanhar esta frequência, bem como ser encaminhado para outros serviços da rede local para garantir seus direitos individuais e sociais. O trabalho com a família também é uma das propostas da legislação (ECA, 1990; SINASE, 2012).

respeito às normas e ideia de punição.

A questão do humanismo[54] insere-se dentro dos procedimentos de uma instituição penal, acoplando novas perspectivas de trabalho sem mudar necessariamente a essência. O adolescente deve ser bem recebido, acolhido, tratado com humanidade e respeito, mas sem desconsiderar que é um autor de ato infracional e não está neste espaço institucional por livre e espontânea vontade. Tais fatores indicam a necessidade de medidas de segurança, como forma preventiva de eventos de crise, que desestabilizem a rotina e a proposta da unidade, modo para regular as relações de poder controlando os adolescentes.

3.1.2 A rotina da casa

Conforme entrevistados,

> A proposta é ter atividades manhã, tarde e noite. Mesmo o adolescente estando na Casa, ele deve estar ocupado. Não pode ir para o quarto dormir, a tarde. TV é considerada uma atividade, mas não pode ficar a tarde inteira assistindo-a. O tempo é preenchido com educação, profissionalização, cuidados com a saúde corporal e bucal (ida ao médio e dentista) e com atividades de cultura, esporte e lazer no Centro da Juventude (Nanci, servidor público).

> Desde a recepção busca organiza a vida do adolescente colocando em escolas públicas, cursos disponíveis, lazer [...]. A partir do cronograma de horários das atividades, a função do educador é orientar e conduzir e buscar. Atendimentos de saúde não são rotinas, é conforme a necessidade (Eleanor, servidor público).

Além disso, há a necessidade de criar as condições disciplinares adequadas ao cumprimento desta rotina de forma que haja possibilidade de convivência minimizando os conflitos e tensões presentes no sistema, como afirma o caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a). Assim, além das atividades ligadas à rede de atendimento e que visam a garantir os direitos dos adolescentes, conforme ECA, a *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, tinha horários pré-definidos para acordar, ficar nas dependências externas e para ir dormir, seguindo a ideia de que o adolescente deve pernoitar na instituição, conforme informações do regimento interno e coletadas nas entrevistas.

[54] Humanismo, que Foucault (2014) discorda ser, não vendo nenhum progresso nas mudanças do sistema penal, ou seja, o fim do suplício não significou a humanização do sistema para Foucault. A ideia de humanismo introduzida na mudança do sistema penal é a dos ideais iluministas com o acoplamento da ciência e de valores universais. Para Foucault (2014) esse humanismo seria um disfarce para perpetuar determinadas formas de poder e de saber.

Por simular uma vida de uma residência comum e visar que o adolescente respeite e cuide do espaço em que vive, faça suas refeições e higiene pessoal, existiam as rotinas de limpeza e organização dos cômodos e pertences, os horários para as refeições e regras para realizar higiene pessoal e dos pertences, como relatado nas entrevistas. A observação dos dias de campo constatou que as atividades de limpeza eram padronizadas e divididas entre os adolescentes, sendo que diariamente se alternavam de forma pré-estabelecida numa escala de limpeza fixa e disponível no mural do corredor da sala da unidade. E os horários das refeições seguiam as rotinas de uma vida comum, de quem dorme no horário, sai para estudar, trabalhar etc. Para lavagem de roupa, havia uma escala para os adolescentes a fazerem com apoio da auxiliar de serviços gerais. Os banhos eram limitados a dois diários será serem tomados até as 22 horas.

Nas observações dos dias de campo, que nem sempre eram combinadas, verificou-se a busca da equipe para criar um clima de uma "casa" comum amistosa. A equipe de serviços gerais sempre fazia uma comida diferenciada, como pão, bolo ou torta, auxiliando os adolescentes, ou café da manhã com "cueca virada". Alguns membros da equipe confraternizaram seus aniversários, comemorando com os adolescentes, com bolo, refrigerante, salgadinho e parabéns. O clima também foi de alegria quando dois adolescentes conseguiram inserir-se na profissionalização formal como aprendizes em uma empresa privada.

Apesar desse clima, verifica-se que ideia de normalização da vida está vinculada à unidade. As rotinas estão estabelecidas, regulamentadas e normatizadas, interligadas às normas disciplinares. A estratégia da sociedade da normalização é aplicada. Como aponta Foucault (1999b, p. 302), "é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação". Normas que atravessam os fluxos da vida que nem sempre são regulares.

Concomitante, a lógica do controle se associa com a participação e aceitação das condições de controle e dos fluxos pelos indivíduos, como discorre Passetti (2008). Isto é, percebido na descrição da rotina, com a observação dos entrevistados da necessidade de todos os horários da rotina do adolescente serem preenchidos, operando a lógica da não ociosidade.

3.1.3 A norma e o regimento disciplinar: punições e recompensas

Na *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, as normas, o sistema de avaliação do seu cumprimento ou não e as sanções já estavam previamente definidas e eram repassadas desde a entrada do adolescente na unidade, junto com o procedimento de recepção, e reafirmadas nas intervenções cotidianas da unidade, além de estarem fixadas em mural destinado à comunicação exclusiva com os adolescentes. Durante os dias de observação da dinâmica institucional, verificou-se que os adolescentes em geral compreendiam as regras e avaliavam que estas estavam acessíveis. Determinadas regras relativas à desconfiança conduziam ao conflito, como expressa o trecho do relato do nono dia de observação, feito por adolescentes ao serem questionados sobre as regras

> … como disse Jurandir [adolescente interno], *o problema não é a regra, mas ter que dar satisfação toda hora. Não pode pegar uma bola na frente da casa sem pedir*. *E tem que fazer revista toda hora antes de entrar*. Outro adolescente, o Osmar [adolescente interno], explicitou: *eles ficam desconfiando que a gente vai fazer alguma coisa ruim aqui, como trazer uma droga aqui para dentro*. E retrucou Heitor [adolescente interno], *eles* [a equipe] *querem que os outros fugiam mesmo, não estão nem ai para quem está aqui*. *Podiam ir falar não foge não. Não dão chance e já falam que vai voltar para o fechado*. *Eles não toleram.*

É importante distinguir as normas das leis. Segundo Foucault (1999b), as normas incidem sobre o adolescente permanentemente, parecem ser pontos de múltiplas interpretações e perpassarem as relações entre adolescente e equipe socioeducativa. E para a equipe, conforme entrevistas, é essa "falta de norma" que teria promovido o envolvimento do adolescente com a vida infracional, como relatam alguns entrevistados ao dizerem que o que falta nesses adolescentes é limites. Como aponta o autor, a norma dita o que podem ou não fazer, como objeto do comportamento – comportamentos que permitem classificá-los como "criminoso", "doente", "normal", por exemplo. Assim, quando o adolescente descumpre a lei, a norma aparece ditando o que deve e não deve ser feito, servindo para combater os "mal intencionados".

Com base nos descumprimentos e cumprimentos das normas, a semiliberdade estabelece em seu sistema de avaliação do adolescente frente ao processo socioeducativo quatro possibilidades de desfechos: progressão da medida para outra em meio aberto, extinção da medida, regressão da medida para outra em meio fechado e descumprimento de medida, conforme regimento interno da unidade e caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a). A

primeira era aplicada quando se justificava a necessidade de continuidade de acompanhamento na rede de atendimento, mesmo diante dos avanços que o adolescente tinha durante o cumprimento da medida. A extinção era sugerida quando se avaliava a não necessidade de um atendimento mais sistemático de outra equipe multidisciplinar. Já a regressão se aplicava quando o adolescente era multireincidente em faltas disciplinares, que se associavam a atos infracionais, como a questão das drogas ilícitas dentro da unidade. E o descumprimento de medida ocorreria em situações de evasões, falta de compromisso com a proposta pedagógica da unidade e transgressões constantes de regras e normas institucionais.

E como forma de moldar os comportamentos "desviantes" das normas, a concepção pedagógica absorve a necessidade de disciplina como método educativo, propondo dentro do regime disciplinar a aplicação de medidas disciplinares, com a necessária intervenção, em paralelo aos benefícios. Um diferencial está na proposição do trabalho de semiliberdade com a pedagogia da presença, "auxiliar o adolescente no cumprimento das normas e rotinas estabelecidas, de forma que possam ser internalizadas e, assim, o adolescente passe a incorporar hábitos e atitudes" (PARANÁ, 2010a, p. 31). A justificativa pauta-se na ideia do adolescente internalizar tais hábitos e atitudes, necessários à condução de sua liberdade.

Para tanto, sinaliza-se que as medidas disciplinares, que consistem na retirada de alguma atividade prazerosa, reforço negativo da conduta não aprovada, devam buscar a reflexão do adolescente sobre seu ato, a fim de possibilitar uma mudança em seu comportamento de maneira positiva[55]. Para a aplicação dessas medidas, a proposta prevê a formação de um conselho disciplinar com a presença de um membro de cada setor da unidade, a direção e o próprio adolescente, este devendo ter uma defesa. O conselho disciplinar é apontado como um importante instrumento pedagógico para a reflexão do adolescente sobre seus atos, conforme descreve o caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a).

O que se observa com este instrumento é o caráter ambivalente, presente na própria medida de semiliberdade, que gera conflitos no cotidiano da instituição. Tais conflitos são observados nos questionamentos dos adolescentes quanto às regras da unidade: ora ardente, ora pacificamente, atuando pacífica ou agressivamente. Assim, o adolescente segue a rotina, às vezes os conflitos ficam camuflados, mas em geral os que não aceitam a normatização disciplinar e essa

[55] Lembra aqueles cantinhos da reflexão usados como métodos em escolas infantis, que funcionam como formas sutis de punição, servindo à normalização, pois se segui-la o indivíduo não será punido.

lógica de funcionamento de punição e recompensa, se não seguem ou rompem com sistema, cumprindo a medida ou evadindo-se, respectivamente, podem ser regredidos por serem multireincidentes em faltas disciplinares graves[56] ou mesmo transferidos para outras unidades de semiliberdade masculinas do Paraná. Dentre os motivos frisados para a transferência está a indisciplina, como expressaram os entrevistados, ao explicitarem o uso dessa estratégia

> … [quando] ocorrem [...] problemas de convivência, para ficarem mais próximos da família e demandas de vagas. Não acho que é uma boa estratégia, geralmente atrapalha. O que vejo que em alguns lugares as transferências servem para se livrarem do garoto (Jacques, servidor público).
>
> … em último caso... se não tiver mais capacidade de convivência com os demais, que coloque em risco a sua integridade física. Mas não foi sempre assim. No início transferia-se quando não se adequava às regras (Francis, servidor público).

A indicação de regressão[57] ocorre

> … raramente. Embora deveria haver mais, quando é um caso grave e não adere ao programa deveria regredir mesmo. Falta de adesão é o principal motivo. Teve um menino que disse que iria evadir e matar, aí evadiu e matou mesmo. Sabe-se disso tudo informalmente com conversar com outros adolescentes (Clair, servidor público).
>
> … a primeira coisa é que seja em último caso, [...] tem que ser algo extremamente gravoso. Quando todas as ferramentas falharam ou o adolescente não quer nada... não quer estudar.. não quer trabalhar... […] somado a isto oferece risco a outro ou a si. Observando [isto] [...] é solicitada a regressão a

[56] Conforme regimento interno: **Art. 32** – Considera-se falta disciplinar de natureza grave: I - Atrasar, sem justa causa, o retorno a casa, quando das saídas autorizadas; II - Deixar de submeter-se a revista pessoal, de seu quarto, bens e pertences; III - Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou disciplina internas; IV - Fugir; V - Possuir indevidamente instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; VI - Inobservar os deveres previstos nos incisos I, II, III, IV, V, Vi e VII do artigo 11; VII - Ter em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar que permita a comunicação com outros educandos ou com o ambiente externo da casa; VIII - Induzir ou instigar alguém a praticar falta disciplinar de qualquer natureza; IX - Provocar autolesão, devidamente comprovada, atribuindo como ato de outrem, com intuito de levar as autoridades a erro; X - Receber, portar, ter, consumir ou concorrer para que haja em qualquer local da casa drogas, cigarros ou bebidas alcoólicas; XI - Ter, portar, fornecer ou confeccionar armas de fogo ou objetos que possam ser utilizados em fuga ou movimentos de subversão da ordem ou disciplina internas. E **Art. 33** – A prática de fato previsto como ato infracional, equivalente a crime doloso, constitui falta de natureza grave e sujeita a sanção disciplinar de regressão de Regime, sem prejuízo do processo judicial (FOZ DO IGUAÇU, 1999b).

[57] Como expresso na figura 20 sobre os egressos atendidos na semiliberdade entre março de 2009 e março de 2014, as regressões são poucas em relação ao total de adolescente, representando 6,1% (11 atendimentos) do total de 181 atendimentos egressos nesse período. Já as transferências representam 15,5% (28 atendimentos), as evasões 53% (96 atendimentos) e os desligamentos por cumprimento da medida 25,4% (46 atendimentos).

> autoridade competente. Que não é uma tarefa fácil para a realidade de Foz. É bastante complicado e demorado o que acaba gerando a fuga antes da regressão (Francis, servidor público).

Destaca-se que esta unidade há aproximadamente um ano precisa fazer relatórios sobre as evasões. Tais relatórios permitem perceber que em geral estas resultam de conflitos que acabam por necessitar, considerando a lógica do sistema, de medida disciplinar, que não funciona só como reforço negativo, mas também como punição.

Devido às várias irregularidades observadas em sua aplicação ao longo da história das instituições punitivas para crianças e adolescentes, que geravam punições excessivas contrariando a aplicação dos direitos humanos e da condição peculiar de desenvolvimento, o SINASE em 2012, regulamentou a necessidade de existência de um regimento disciplinar a ser aprovado pelos respectivos Conselhos de Direitos das Crianças e do Adolescente, municipais e estaduais. Trata-se de um modelo de regime que reproduz a lógica do tribunal, conforme análise da proposta disciplinar da semiliberdade em estudo, em que o adolescente é o réu, o diretor é o juiz e os educadores sociais e demais funcionários se alternam como promotores (acusação) e advogados (defesa). Nessa lógica, os técnicos mantêm seu papel de colaborar com seus saberes específicos para o julgamento da melhor intervenção e às vezes como socioeducadores intercalam-se com a função de advogados de defesa. Nesse processo de "julgamento", em que o adolescente tem o direito de ser "ouvido" em uma "oitiva", a intensidade da sanção disciplinar, em relação ao seu rigor ou severidade, dependerá da análise da gravidade do ato, conforme as normas e critérios previsto no regime disciplinar da unidade. Agora não mais pelo suplício do corpo, mas calcado nas compreensões do poder disciplinar, que pune mais, mas com menor severidade. O suplício do prazer é representado na perda da visita familiar, das atividades sem acompanhamento durante a semana e de atividades culturais, esportiva e de lazer.

Com um viés humanitário, baseado na oferta de novos direitos e a exigência de novos deveres, as sanções e as recompensas se entrelaçam num jogo sutil de uma repressão velada, a educação pela reprodução do modelo obediente do indivíduo em relação à norma. O ritual do regimento interno reproduz dentro da estrutura educativa o ritual da soberania associada à disciplina, como pontua Oliveira (1996). Trata-se de uma invenção e reinvenção dentro da semiliberdade do tribunal, cumprindo um duplo papel da vingança e da educação pelo medo. Como justificaram alguns servidores nas entrevistas sobre o abandono de determinadas práticas

de aproximação com os adolescentes, pois o "esforço" e o "desgaste" levavam à frustração e a uma sensação de "ingratidão".

Na experiência da semiliberdade, os que se apresentavam mais "dóceis", mais "disciplinados", seguindo as regras e a proposta interna da unidade, conseguiam ser desligados judicialmente, mas até esse perfil era questionado como "verdadeiro" pela equipe, como salientou um momento de conversa com um servidor no terceiro dia de observação da unidade. Segundo o servidor, na experiência da semiliberdade, os que se apresentavam mais "dóceis" e "disciplinados" eram os que seguiam as regras e propostas internas da Unidade. Esses internos eram desligados judicialmente, mas esse perfil dócil era colocado em xeque pela equipe, ao se surpreender com atos infracionais de adolescentes considerados inteligentes e educados.

No caso desta unidade, o procedimento do regimento disciplinar é institucionalizado através de uma avaliação semanal, conforme detalha um dos entrevistados:

> As avaliações são feitas semanalmente por todos os educadores, que atribuem a cada quesito uma nota de 0 a 10. Os requisitos avaliados são cinco (atividades curriculares e extracurriculares, pontualidade, palavreado, respeito – intrigas e brigas – e organização dos quartos e limpeza da casa). Sete pontos são atribuídos aos que cumprem o previsto, se ocorrer destaque positivo e fazer além do esperado a nota aumenta e se faz sem qualidade a nota diminuiu. Abaixo de três pontos é porque o adolescente não cumpre com o requisito. Não existem indicadores para cada item no papel. A avaliação é conforme julgamento dos educadores de cada plantão que as realiza, devendo ter as notas dos quatros plantões diurno e noturno. Aquele que atinge nota mais alta ganha dois cartões verdes (direito a saídas sem vigilância e sem prestar contas de onde vai), cada cartão corresponde a um período de saída com horário estimulado para sair e retornar. Quem tira nota acima de sete tem direito a um cartão verde e quem tira de cinco a sete, só pode sair com acompanhamento do educador, estando no cartão amarelo. E os de cartão vermelho são os que só fazem as atividades programadas, por estarem com nota abaixo de cinco. Cabe ressaltar que mesmo o adolescente estando com nota boa, se descumprir uma regra será submetido a avaliação de aplicação de alguma sanção. Caso a falta seja leve pode ser uma advertência ou ir menos tempo para casa ou fazer atividades reflexivas como responder um questionário sobre porque é bom estudar. Caso a falta seja grave é associado diretamente a palavra medida disciplinar, que é ficar sem saídas externas, perder os benefícios conquistados, se for o caso, e não ter o direito de visitar a família. Em casos graves como o uso de drogas dentro da casa, a medida é de 30 dias, mas se o adolescente tiver bom comportamento poderá diminuir esse período. Sobre as medidas disciplinares, os educadores passam a situação para a direção, que decide conversando com todos da equipe o prazo e passa para o adolescente (Nanci, servidor público).

Trata-se de um monitoramento constante, que visa a controlar o comportamento do

adolescente a partir de consequências imediatas associadas à lógica de punir e recompensar. As observações possibilitaram perceber que os adolescentes esperam ansiosos pelo resultado da avaliação, pois este determina o destino de sua próxima semana, incluindo a possibilidade de ir para sua própria casa no final de semana.

A avaliação semanal é um instrumento criado pela equipe conforme experiências de acertos e erros ao longo do trabalho, como relato de três dos entrevistados. Trata-se de uma avaliação que se conecta ao regime disciplinar, ao se associar ao cumprimento e descumprimento de algumas das normas da instituição ou ao que se espera de comportamentos dos adolescentes, tal como os requisitos de avaliação diante do desempenho e frequência das atividades curriculares e extracurriculares, como prevê a proposta pedagogia e legislativa. Consiste, ainda, na associação do critério da avaliação semanal com um dos itens das faltas disciplinares consideradas de natureza leve, como descrito no parágrafo X do Art. 31 do regimento interno, conforme o qual é passível de sanção o fato de o adolescente "inobservar os princípios de higiene e asseio pessoal, do quarto e demais dependências da casa" (FOZ DO IGUAÇU, 2009b, p. 14) ou as sanções consideradas de natureza grave, como aponta o documento em seu Art. 32, parágrafos I, III e VI, que dispõem como de tal natureza a) comportamentos de atraso, sem justa causa, no retorno à unidade das saídas autorizadas; b) perturbar a ordem e a disciplina interna; c) tratar desrespeitosamente os servidores ou demais educandos; e d) deixar de participar das atividades pedagógicas que lhe forem oportunizadas.

Sobre o regime disciplinar, verifica-se que a unidade possui um regime disciplinar sistematizado, apesar de ainda não ter sido aprovado pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente[58], conforme descrito no regimento interno da semiliberdade. Neste há previsão do procedimento disciplinar, das faltas disciplinares de natureza leve e grave, das que indicariam a possibilidade de regressão da medida, os critérios atenuantes[59] e agravantes[60] e as sanções

[58] Fator que pode, segundo o SINASE (2012), levar ao fechamento da unidade, contudo, o prazo para organizar estes processos ainda não terminou.

[59] **Art. 37** – São Circunstâncias atenuantes, na aplicação das sanções: I - Primariedade em falta disciplinar; II - Bons antecedentes na casa; III - Perturbação mental ou psicológica, atestada por autoridade médica competente; IV - Assiduidade e bom aproveitamento nas atividades pedagógicas; V - Ter desistido de prosseguir na execução da falta disciplinar; VI - Ter o educando: a) Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após a falta disciplinar, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências; b) Cometido a falta sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem, ou sob a influência de violenta emoção, provocado por ato injusto de outrem; c) Confessado espontaneamente, perante a equipe multidisciplinar, a autoria da falta disciplinar; d) Cometido à falta disciplinar sob a influência de tumulto, se não o provocou. **§ único** – A sanção poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância

previstas para cada tipo de falta. Atende, portanto, ao que prevê o Art. 71 do SINASE, sobre o regime disciplinar quanto aos princípios de tipificação da faltas conforme gradação pela gravidade das transgressões e indicação de causas.

Quanto à duração determinada da sanção, não há previsibilidade no documento, mas o artigo 36 comenta sobre a aplicação da sanção observando princípios de proporcionalidade, natureza, motivos, circunstâncias e consequências dos fatos. Sobre o procedimento disciplinar, foi verificado que as faltas disciplinares verificadas são anotadas nos relatórios dos plantões dos educadores sociais. Para os entrevistados, as faltas são comunicadas ao diretor, que conversa com a equipe e decide a sanção. Nos casos graves, são também comunicadas ao juiz e à família.

No nono dia de observação, alguns adolescentes relataram conhecer as faltas e sanções previstas na unidade, contudo, nem sempre concordavam com estas, pois consideravam que era muito rigoroso e que não concordavam com a aplicação de sanções no caso de uso drogas dentro da casa para todos, caso não encontrassem quem era o responsável – fator que causa conflitos. Dentre as sanções previstas no artigo 34 do regimento interno da unidade, há a) a advertência verbal ou repreensão; b) suspensão de atividades recreativas e de lazer; c) suspensão do direito de visitar a residência da família no final de semana e a regressão do regime de semiliberdade para internação. Para as faltas de natureza leve é prevista a aplicação de advertência verbal ou repreensão e, em caso de se repetir a falta leve ou se cometer uma de natureza grave pela primeira vez, o adolescente poderá perder as atividades recreativas e de lazer. A perda da visita à família é aplicável no caso de várias faltas leves ou também para a primeira vez da de natureza grave. Já a regressão é realizada quando a falta de natureza grave se assemelha a ato infracional, conforme descrito no regimento interno.

Nesse processo de educação pela disciplina, também há a previsão das recompensas como descritas no Art. 13 e 14 do regimento interno, o que vai desde o elogio à proposição de atividades externas como "assistir sessões de cinema, teatro, shows, jogos esportivos e outras atividades socioculturais; participar de exposições de trabalho, pintura, bem como apresentações

---

relevante, anterior ou posterior à falta disciplinar, embora não expressamente regulamentada (FOZ DO IGUAÇU, 2009b, p. 16-17).

[60] **Art. 38** – São Circunstâncias agravantes, na aplicação das sanções: I - Reincidência em falta disciplinar; II - Ter o educando cometido a falta disciplinar: a) Por motivo fútil ou torpe; b) Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem em outra falta disciplinar; c) À traição, de emboscada, dissimulação ou com abuso de confiança; d) Com emprego de arma de fogo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum; e) Sob efeito de substância entorpecente; f) Em concurso de pessoas (FOZ DO IGUAÇU, 2009b, p. 17).

musicais e teatrais; concorrer em Festivais ou campeonatos esportivos; praticar esportes em áreas externas específicas" (FOZ DO IGUAÇU, 2009b, p. 07). Mas, como dispõe o Art. 14, o coordenador, após ouvir a equipe, poderá suspendê-la.

O sistema de avaliação da unidade em estudo também se interliga a estas recompensas, apesar de nem todos entenderem desta forma, como aponta o servidor Francis. A lição se evidencia nas notas que configuram o ganho do cartão verde, o qual permite que o adolescente possa fazer saídas durante a semana e visitar a família durante a semana saindo mais cedo e voltando mais tarde, desde que não interfira nos compromissos firmados pelo adolescente. Assim, atende-se o que preconiza o SINASE (BRASIL, 2012b), sobre o sistema socioeducativo disponibilizar benefícios pelo bom comportamento do adolescente durante a semana, no que compete à adesão à proposta da unidade, em paralelo ao sistema punitivo, do regime disciplinar.

Sobre a análise das faltas disciplinares, como parte da estratégia do conselho disciplinar, destaca-se o uso de outras estratégias que não a perda de atividades de lazer, como atividades reflexivas sobre a importância dos estudos e limpeza de um espaço extra da unidade, ou reparação do dano causado. Tais estratégias não são vistas pelos adolescentes como "penalizadoras", mas como medida alternativa, algo menos rígido, contudo, apesar de serem mais brandas, ainda são penalizadoras e punitivas. O que consideram medidas disciplinares são as sanções que implicam na necessidade de estarem mais tempo dentro do espaço institucional, conforme relatos no quinto dia de observação. Ressalta-se que a escolha dessas medidas alternativas passava pela análise da equipe acerca da condição do adolescente realizar a tarefa. Desse modo, para exemplificar, como só se aplica a atividade reflexiva sobre os estudos se o adolescente já tem uma formação escolar adequada para resolver tal atividade.

Trata-se, pois, de um regime disciplinar, interligado à avaliação semanal, previsto como dispõe a lei, que tem semelhanças com a ideia de penitência. Na perda de atividades, em que a punição fica expressa, o tom da penitência parece se associar à necessidade do adolescente ficar dentro da unidade para refletir sobre a falta cometida e com isto pensar mais antes de infringir as normas; ficar dento da unidade seria a penitência. Esta penitência está impressa na "pena" no caso da limpeza extra de algum espaço da casa, ou no fato do adolescente ter de ficar na unidade sem visitar a família para pensar e refletir sobre seus atos transgressores, visando à obediência, e de ser recompensado se cumpre o previsto. Esta é a lógica de uma relação de poder calcada nos ditames do poder disciplinar, como análise conectada às reflexões foulcautianas, isto é, um

sistema normalizador, “universal”, que visa a enquadrar e criar protocolos, que em tese descrevem “verdades”, julgadas como “a coisa certa a se fazer”.

3.1.4 O estudo de caso

O caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a) e o de práticas de socioeducação (PARANÁ, 2006d), que expressam ser alicerçados numa visão democrática e participativa, em conformidade com as reformas legislativas, propõem o instrumento pedagógico do estudo de caso. Este se configura como uma reunião da equipe socioeducativa, que atende diretamente o adolescente, caso em estudo, na qual as informações coletadas sobre o caso são compartilhadas e discutidas. É um método qualitativo para refletir sobre um caso específico a partir de dados previamente levantados, visando a preservar as particularidades de cada um em suas várias facetas: sociais, biológicas, psicológicas, comportamentais, ocupacionais, educacionais e jurídicas.

Para a realização desta reunião, os envolvidos são os representantes da equipe técnica, que deve ser composta, conforme SINASE (BRASIL, 2012b), por no mínimo um representante da saúde, um da educação e um do serviço social. Também participa o educador social, que deve ser o de referência, e outros profissionais, conforme organização da instituição, como direção, professor ou instrutor (PARANÁ, 2006d). O objetivo é sistematizar “as informações referentes ao contexto sociofamiliar de origem do adolescente, as circunstâncias da prática do ato infracional, suas aptidões, habilidades, interesses e motivações, suas características pessoais e condições para superação das suas dificuldades” (PARANÁ, 2006d, p. 62).

Antes de chegar a este momento, há a necessidade da coleta das informações sobre o adolescente, conforme competência de cada área de atuação. Os instrumentos utilizados para tal coleta podem variar de acordo com sua função, de modo que é possível utilizar o atendimento individual, o atendimento grupal, a visita domiciliar, a entrevista com a família, a leitura do processo judicial e os documentos anexos, a visita à comunidade de origem e a leitura de relatórios técnicos anteriores (PARANÁ, 2006d; PARANÁ, 2010a).

No Código de Menores de 1979, o estudo de caso também é citado como peça necessária ao julgamento da sentença, já propondo a necessidade de conter aspectos sociais, médicos e

psicopedagógicos, no que se designava visão biopsicossocial[61]. A referência deste método persiste nas proposições do ECA, conforme descrito no artigo 94, inciso XIII, que obriga as unidades socioeducativas de privação de liberdade a realizarem os estudos social e pessoal de forma particularizada. Em artigos do ECA, esta ferramenta também aparece citada e como parte das peças a compor o processo judicial, caracterizado por um relatório sobre o caso que auxilie o juiz a pensar o encaminhamento jurídico. O poder da burocracia se manifesta na legislação e na prática da execução das políticas voltadas à infância.

A proposição desse instrumento referenda a visibilidade que os saberes técnicos assumiram desde o Código de 1979, que atualmente deve conciliar suas compreensões em nome do inter, pluri e multidisciplinar[62]. Agora aparece a defesa da não superposição dos saberes e da valorização da opinião comum, sem deixar a lógica do indivíduo penalizado por suas condições de vulnerabilidades[63], as quais devem ser tratadas para evitar o comportamento infracional.

Durante o período de observação da dinâmica institucional, visualizou-se que o estudo de caso acontece no cotidiano da unidade, junto às rotinas comuns. Os profissionais que estão sempre no mesmo espaço discutem e debatem os encaminhamentos para cada caso, quando não há algo sistematizado sobre o assunto. Nessa relação cotidiana, cada membro busca respeitar o entendimento do outro, não tendo sido observados grandes embates e tendo sido concentrada a decisão final na figura da direção, antes intitulada de coordenador. Foi possível observar tal instrumental somente no momento de formalização do planejamento de atividades a serem desenvolvidas pelo adolescente durante o cumprimento da medida atrelado ao planejamento de vida, não sendo observada a utilização formal do estudo de caso como um instrumento em outras fases do processo socioeducativo, como estudo de caso preliminar e estudo de caso para desligamento ou envio de relatórios ao judiciário. Tal ferramenta pode ser compreendida como a constituição de um "caso" passível de intervenção, que se materializa com o planejamento de ações para o desenvolvimento do adolescente frente a seu processo socioeducativo. Essa análise está associada à discussão sobre a construção do "estatuto de vítima" do adolescente autor de ato

[61] Bio= biológico; Psico= psicológico; e Social.

[62] Conforme associado às discussões de Oliveira (1996), que salienta como a sociedade ocidental persiste na tarefa de manter a concepção de justiça pela ótica do bem e do mal, produzindo antagonismos. A autora salienta que as reformas reeditam os ideários do passado e a justiça é conclamada para manter a ordem e a segurança.

[63] Conforme Oliveira (2007), as vulnerabilidades foram definidas por um grupo de pesquisadores, contratados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1998, os quais as utilizaram como metodologia para atingir o objetivo da pesquisa de encontrar estratégias para diminuição da pobreza. Tal categoria foi incorporada nos estudos sobre violência na América Latina e aderida pelo Brasil em 2000.

infracional, constituído inclusive "[...] através do procedimento judicial e das práticas classificatórias empreendidas na construção de um 'caso' passível de intervenção" (SCHUCH, 2009, p. 246).

Devido à característica da semiliberdade e à condição de trabalho da unidade em estudo, os profissionais participantes dessa sistematização são o psicólogo, o assistente social, o diretor e os educadores do plantão, em especial os que auxiliam na rotina administrativa e nos encaminhamentos escolares, conforme observado. Já a participação do educador de referência[64] foi observada durante a reunião de formalização do plano de trabalho durante a medida socioeducativa para o adolescente. Contudo, cabe mencionar que o instrumental do estudo de caso não foi contemplado no questionário da pesquisa, fator que interfere na contextualização dos dados.

3.1.5 O plano individual de atendimento

O plano individual de atendimento (PIA), que se materializa juridicamente num relatório com o mesmo título, é um documento construído para planejar as atividades a serem desenvolvidas pelos adolescentes, pela família e pela equipe para atingir os fins socioeducativos conectados aos objetivos de vida do adolescente. Ele deve ser elaborado pela equipe técnica da unidade em que o adolescente está executando a medida, contemplando informações sobre os resultados das avaliações multidisciplinares, objetivos declarados pelos adolescentes, previsão de atividades profissionalizantes, de integração e apoio à família, formas de participação desta e medida de atenção à saúde, conforme Art. 54 do SINASE (BRASIL, 2012b).

Na semiliberdade em estudo, como orientações para a prática socioeducativa (PARANÁ, 2006d; PARANÁ, 2010a), o processo de construção do documento inicia-se quando da apresentação da proposta da unidade e as atividades disponíveis, sendo este o momento em que o adolescente começa a fazer escolhas e delimitar ações cotidianas para avaliação da execução. Sua formalização acontece numa reunião, com a presença da família, sempre que esta é da cidade de Foz do Iguaçu, e da equipe de referência da unidade, sendo o educador social escolhido pelo

[64] Como salienta o caderno de *Semiliberdade*: "cada adolescente terá como referência um educador social. Nesse trabalho, o educador terá de investir intensamente no estabelecimento de vínculos e na formação de uma relação de reciprocidade, de forma a tornar-se efetivamente uma referência para o adolescente na solução de dificuldades e durante o transcurso do processo em que se encontra inserido" (PARANÁ, 2010a, p. 52).

adolescente. Para provocar a reflexão do adolescente sobre seu projeto de vida, a equipe técnica entrega àquele um formulário com questões abertas, com o intuito de fazê-lo pensar sobre família, educação, trabalho, sonhos, esporte, lazer e futuro. Por meio deste material, um membro da equipe técnica, assistente social e/ou psicólogo, conversa com o adolescente para escrever com ele seus objetivos, que posteriormente serão transcritos no documento a ser encaminhado ao judiciário em até 45 dias após sua chegada à unidade.

Cabe destacar, sobre os procedimentos e as estratégias da unidade para organização do plano, o cumprimento do previsto na lei do SINASE (BRASIL, 2012b) da participação dos responsáveis e do adolescente, o cumprimento do prazo previsto em lei, com elaboração em até 45 dias, e a previsão dos tópicos de objetivos do adolescente no que se refere a trabalho, educação, profissionalização, saúde, integração familiar, atividades individuais e coletivas.

O plano individual proposto no ECA, criado para estimular o desenvolvimento de um trabalho individualizado, conforme o inciso II, parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 12.594/2012 do SINASE, é definido como um instrumento para planejar ações que garantam a integração social do educando, bem como seus direitos individuais e sociais.

É nesse sentido que um dos entrevistados relata:

> Neste momento [oferta de atividades] inicia o PIA do adolescente por dar escolhas para ele. Nisso não temos negativas, chegam motivados, desejando sair para o externo o mais rápido possível, talvez pela vivência da privação. Num primeiro momento aderem com facilidade. A programação é bastante flexível, quando o menino não se adapta vai se oportunizando novas ofertas de atividades. O adolescente participa escrevendo sobre seus interesses e firmando metas (Nara, servidor público).

Outros explicam o procedimento:

> Primeiro ele recebe um formulário com várias perguntas sobre sua vida, sonhos, medos, para dar um direcionamento. Escolhe um educador de referência que tem mais proximidade [que o adolescente tem alguma afinidade pessoal], que deve fazer o elo entre adolescente e equipe técnica. Busca ver os interesses do jovem e ver locais para ser inserido. Mostra o caminho para chegar às metas previstas. Ex. quer passar no vestibular, precisa terminar o ensino médio (Macedo, servidor público).

Os relatos e as observações da pesquisa apontam que a participação do adolescente no estabelecimento de ações personalizadas inova. Contribui para tal a participação da família, do

adolescente e de sua equipe de referência, bem como a possibilidade de escolher um educador social específico, intitulado educador de referência[65].

Entre os interesses e metas firmados por 17 adolescentes egressos, do total de 46 adolescentes desligados judicialmente, a partir da leitura e sistematização dos planos individuais de atendimento[66] contidos nos prontuários no item objetivos declarados pelos adolescentes, contam: a) terminar os estudos do Ensino Fundamental Fase II, conquistar um emprego formal, fazer um curso de eletricista de automóveis e vidraceiro e no futuro uma faculdade de administração; b) fazer os cursos de pintura, colocação de piso e azulejos e de auxiliar administrativo, bem como concluir o ensino médio, arrumar um trabalho, jogar futebol e frequentar atendimentos psicoterápicos; c) continuar os estudos, ser jogador de futebol, trabalhar e no futuro ser professor de educação física e direito; d) fazer uma viagem de intercâmbio, exercer alguma atividade remunerada, fazer inglês e talvez estudar quando sair da unidade; e) fazer curso de mecânica de automóveis pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec[67]), iniciar o curso de informática, estudar, aperfeiçoar-se nos conhecimentos de informática, após a medida fazer curso na área da construção civil e no futuro fazer faculdade de enfermagem; f) ser inserido no programa aprendiz, inscrito no programa Foz do Iguaçu habita para sua família ter uma casa, ser inscrito no curso de informática; g) trabalhar e estudar; h) terminar o Ensino Fundamental Fase I, jogar futebol, ser jogador, estudar direito e ser advogado; i) em curto prazo, fazer os cursos de Colocação de Piso e Texturização e Pintura, seguir as regras da semi, estudar; em médio prazo, terminar os estudos; e longo prazo, arrumar um emprego e fazer curso na área de panificação; j) estudar e fazer curso de mecânica de automóveis ou de motos; k) não deseja continuar os estudos após a medida; l) continuar os estudos, buscar trabalho, ser inserido no curso de pintura predical pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), de auxiliar

[65] Como salienta o caderno de semiliberdade: "cada adolescente terá como referência um educador social. Nesse trabalho, o educador terá de investir intensamente no estabelecimento de vínculos e na formação de uma relação de reciprocidade, de forma a tornar-se efetivamente uma referência para o adolescente na solução de dificuldades e durante o transcurso do processo em que se encontra inserido" (PARANÁ, 2010a, p. 52).

[66] Conforme dados levantados sobre a confecção do PIA, dos 148 atendimentos realizados e sistematizados na semiliberdade em estudo entre janeiro de 2011 e março de 2014, 67 nem chegaram a ter um plano individual construído alguns devido à evasão antes dessa construção. Dos 43 que o possuíram 38 atendidos, em tese, teriam concluído integral ou parcialmente o processo para serem desligados. Contudo, nem todos possuíam registros desses planos, sendo acessados 17 planos individuais de atendimentos, dentre os egressos desligados judicialmente.

[67] É um programa no governo federal criado em 2011 para ampliar a oferta e o acesso a cursos de educação profissional e tecnológica, que envolve um conjunto de iniciativas de expansão da rede federal de educação profissional científica e tecnológica em todos os estados brasileiros, oferta de cursos técnicos para o ensino médio nas redes estaduais, oferta de cursos profissionalizantes de capacitação profissional gratuitos via Serviços de Aprendizagem Nacional e ofertas de bolsa de formação, conforme site disponível em: <pronatec.mec.gov.br>.

administrativo e manutenção de computadores; m) curso de informática e estudar; n) continuar os estudos, ingressar na carreira militar e no futuro fazer faculdade de Direito; o) continuar os estudos e trabalhar; p) ser inserido no Aprendiz do Estado, fazer o curso de Informática pelo Programa de Voluntariado do Paraná (PROVOPAR[68]) e continuar os estudos; e q) continuar os estudos e trabalhar.

Destes objetivos até o final da medida foram alcançados respectivamente: a) realizou curso de pequenos reparos na semi, trabalhou temporariamente como empacotador, frequentou as aulas na escola, saiu trabalhando no restaurante de um familiar e teve inserção em programa de aprendizagem municipal; b) foi inserido no programa Projovem Urbano (adolescente estudou e recebeu bolsa como incentivo), iniciou curso de turismo, de panificação pelo sistema nacional de aprendizagem industrial e concluiu de Pintura e Colocação de Piso, tendo também iniciado tratamento odontológico; c) concluiu o curso de pequenos reparos, estudou, treinou futebol, fez curso de pintura em tela, de informática e iniciou o de pintura decorativa e colocação de azulejos; d) estudou no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJA) Fase II, fez curso de informática, foi encaminhado para vaga no programa de aprendizagem, fez oficina de pintura em tela, curso de aplicador de revestimento cerâmico pelo sistema nacional de aprendizagem industrial e iniciou trabalho como aprendiz no Programa Aprendiz do Estado; e) estudou, fez curso de informática, fez oficina de pintura em tela e cursou parte do curso de mecânica de automóveis do sistema de aprendizagem industrial; f) fez curso e frequentou as aulas escolares; g) trabalhou e estudou; h) concluiu os cursos de informática, auxiliar administrativo, de pintura e de colocação de piso; i) terminou os cursos de colocação de piso e azulejos, de texturização e pintura e estudou; j) estudou no CEEBJA Fase II, fez curso de informática, oficina de pintura em tela, curso de marketing pessoal pelo Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), instituição particular, foi inserido no programa de aprendizagem do Estado, a família foi cadastrada no Foz do Iguaçu Habita e começou a receber bolsa família; k) estudou, fez curso de informática, oficina de pintura em tela, curso de Mecânica pelo sistema de aprendizagem industrial, trabalhou na Construção Civil, e organizado para morar em Foz do Iguaçu com o patrão; l) estudou; m) fez curso e frequentou a escola; n) estudou, trabalhou, curso de informática e saiu fazendo outro

[68] Uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem como finalidade desenvolver ações sociais em todo o Estado do Paraná. Promove a melhoria da qualidade de vida e a valorização das populações com baixo índice de desenvolvimento humano, viabilizando programas e ações que possibilitem a sua sustentação, através de programas de geração de renda, garantindo sua inclusão social, conforme dados disponíveis no site do Governo do Estado do Paraná.

curso profissionalizante; o) estudou e trabalhou; p) estudou, concluiu curso de informática pelo PROVOPAR; e q) estudou, terminou os cursos e foi inserido no mercado de trabalho enquanto estava na semiliberdade.

Dentre os egressos evadidos, regredidos ou transferidos, obteve-se acesso a 43 planos individuais de atendimento, todos sem terem sido concluídos, a grande maioria sem informações sobre os objetivos especificamente concluídos devido aos motivos dos desligamentos. Os objetivos declarados não diferenciam dos desligados judicialmente, há a declaração de querer estudar, trabalhar, fazer atividades de lazer, tratamentos de saúde, passeios e auxiliar a família. Seguem alguns interesses declarados por estes: a) terminar os estudos Ensino Fundamental Fase II, continuar trabalhando, acompanhar a gravidez da namorada, assumir a paternidade, residir em Foz do Iguaçu, trazer a mãe para morar em Foz do Iguaçu também, inserir-se no Foz do Iguaçu Habita, fazer tratamento odontológico, jogar vôlei, futebol, ping pong, vídeo-game e realizar leituras, no futuro fazer curso de direito; b) indicado tratamento acerca do uso de drogas, encaminhado para tratamento odontológico, fazer curso de dança de rua, ser dançarino e professor de Educação Física, bem como ter a família inserida em programa de aconselhamento, fazer curso de informática pelo PROVOPAR e de pequenos reparos na Semi; c) fazer tratamento uso de drogas, indicação judiciária; d) ser inserido na natação; concluir estudo inicial, conhecer as cataratas, ser inserido no curso de pintura em tela e artesanato, ser bombeiro e cursar a faculdade de Educação Física; e) terminar os cursos profissionalizantes informática e auxiliar administrativo, fazer o alistamento militar e concluir o ensino fundamental; f) indicado tratamento do uso de drogas; ser advogado, fazer curso para concertar ar condicionado e aprender a tocar violão avançado, bem como morar sozinho, estudar e trabalhar; e g) estudar e trabalhar.

Cabe evidenciar que a não confecção desse documento também pode estar associada à não existência de um representante da equipe técnica (seja psicólogo, seja assistente social, seja pedagogo) específico para a unidade de semiliberdade em estudo durante os quase três primeiros anos de existência da unidade. Soma-se a isso o fato de a obrigatoriedade ter surgido somente após a promulgação do SINASE, em 2012.

O planejamento em correlação ao executado demonstra a efetivação de muitos dos objetivos traçados pelos adolescentes que aceitaram o modelo disponível na sociedade, que a semiliberdade mediou. De fora, geralmente ficaram os “sonhos” como “ser dançarino”, “fazer uma viagem de intercâmbio” e “ser jogador de futebol”, por não estarem disponíveis a todos

talvez, também os planos futuros como “ser bombeiro”, “professor de educação física”, “advogado” e algumas oportunidades, “trabalhar”, por exemplo.

Os objetivos traçados pelos adolescentes em seus planos estão correlacionados à proposição legislativa do PIA, servindo de instrumento de promoção de interação social e garantia de direitos. Trata-se de uma estratégia que, como apontam os entrevistados, propõe ações que ajudem o adolescente “a se livrar do ambiente da criminalidade, inicialmente ele acha que é se afastando das drogas, outros trabalhando e outros casando com alguém não envolvido” (Nanci, servidor público). A missão é separar o joio do trigo e fazer com que o adolescente possa escolher ficar na legalidade. Questiona-se, porém, se as vivências cotidianas conseguem manter a legalidade e a ilegalidade separadas. As legalidades e ilegalidades são partes do sistema. Elas coexistem e se fortalecem com a ideia da prisão. É como se as ilegalidades estivessem à margem; então, colocar o adolescente autor de ato infracional no centro, como aponta Castel (1998), seria incluí-lo. A questão é entender que relação é esta entre centro da sociedade e as bordas. Isso requer entender que, devido à história de vida do adolescente, o “par simbiótico exclusão/inclusão social” (STOER, 2004, p. 11) não se expressa apenas no campo político, mas no material, relacional e subjetivo. Ou seja, um planejamento individual por si só não rompe com a lógica da política para pobres e miseráveis, aplicada na prática dos códigos de menores.

A percepção ao participar como pesquisadora de uma reunião de PIA é descrita abaixo:

> ... estava presente o adolescente, o educador de referência escolhido por ele, o diretor, dois técnicos (psicologia e serviço social), a família do adolescente (mãe, uma irmã mais velha e outros dois irmãos mais novos) [...]. Os servidores levaram bolachas e café com leite. Antes da chegada do diretor, a Assistente Social conversou com a família sobre o funcionamento da medida de semiliberdade e os compromissos da família. Logo o adolescente chegou e o representante da psicologia passou o formulário do Plano Individual de Atendimento, contendo respostas sobre suas metas, sonhos, medos. Após chegou o diretor, com as devidas considerações e apresentação, o diretor iniciou o discurso sobre projeto de vida, sua importância e responsabilidades envolvidas, após perguntou ao adolescente as metas dele. O adolescente falou pouco, disse da vontade de terminar os estudos e fazer o máximo de cursos que pudesse. A educadora de referência perguntou sobre como o jovem ajudava em casa, ressaltando que na semiliberdade estava muito bem tendo inclusive terminado por esforço próprio e auxílio da equipe a matéria de matemática. O adolescente aproveitou a observação e reinterou sua vontade de terminar os estudos. A família ao ser interpelada como poderia ajudar o adolescente disse da possibilidade de um emprego num mercado de um conhecido. E com a pergunta do diretor sobre esta possibilidade, o adolescente aceitou levar um currículo. O adolescente voltou a ressaltar o interesse de fazer cursos, destacando os que já

> tinha feito no CENSE e os que poderia fazer estando na semiliberdade como o da área administrativa e o curso de inglês. A conversa foi se encerrando com a formalização de tais objetivos, terminar os estudos, fazer cursos e tentar o trabalho indicado pela família. E todos foram se despedindo e saindo da sala onde ocorreu a reunião (4º DIA DE CAMPO).

A análise desta ferramenta e de seus desdobramentos permite entender que, apesar de sua importância na prática, acaba-se num formalismo que enaltece a vida normatizada, burocratizada, controlada e regulada. Isso é notado nas reuniões com adolescentes e familiares ao enfatizarem expectativas ligadas à proposta da instituição "vontade de terminar os estudos e fazer o máximo de cursos" (adolescente) e "possibilidade de um emprego num mercado de um conhecido" (família). Tudo aparenta ser um ritual formal, apesar da observação do educador de referência, de acordo com quem havia esforço e mérito do adolescente frente a algumas conquistas. Por ser um ritual formal que serve a formalização, deixa de transparecer outros elementos como os sonhos, as preocupações, as indagações, os medos, as conquistas.

3.2 AS ESTRATÉGIAS INTERSETORIAIS: UM DISCURSO DEMOCRÁTICO

Dentro do SINASE (BRASIL, 2012b), se prevê a organização do sistema de execução das medidas socioeducativas atreladas a intervenções intersetoriais, conforme dispõe o Art. 8: "prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte". Para tanto, a semiliberdade utiliza-se dos instrumentos já disponíveis na sociedade onde a unidade está sediada ou de origem do adolescente. A cargo das equipes socioeducativas fica o estabelecimento de caminhos para realizar as conexões da prática institucional com as ações das demais políticas: sociais, educacionais, do trabalho, da saúde e da cultura, interligadas às estruturas municipais e estaduais, para efetivar a inclusão social dos adolescentes atendidos nos espaços adequados à vida social idealizada e garantir os seus direitos políticos, civis e sociais.

Conforme SINASE (BRASIL, 2012b), o responsável pela gestão e coordenação do sistema socioeducativo é a Secretaria de Desenvolvimento Humano da União (SDH), a qual deve articular e dividir as coordenação e execução com os Estados e Municípios. Considerando que a execução das políticas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços comunitários, de responsabilidade dos municípios) e as em meio fechado (semiliberdade e internação, de responsabilidade dos estados) estão vinculadas à execução em estruturas da assistência social,

conforme lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim, no Paraná, atualmente, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social é a executora e no município de Foz do Iguaçu, a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Sobre as exigências do SINASE (BRASIL, 2012b), nos eixos de articulação intersetorial como educação, trabalho, saúde, família e comunidade, a *Casa de Semiliberdade* em estudo cumpria com várias das diretrizes desses eixos, conforme a legislação. Na educação, todos os adolescentes ingressos na unidade eram matriculados se estivessem com sua documentação escolar disponível e regular, tendo como meta as duas primeiras semanas para a conclusão de tal inserção, bem como tinham inserção em oficinas pedagógicas, esportivas e profissionalizantes. No eixo saúde, os adolescentes também contavam com acesso à rede pública do SUS, com atendimentos agendados nas unidades básicas e acompanhamento mensal odontológico nas clínicas públicas. Os adolescentes que necessitavam de tratamento de saúde mental ou acerca do uso ou abuso de drogas eram encaminhados para os respectivos Centros de Atendimentos Psicossociais, conforme relato das entrevistas.

Já nos eixos de trabalho com a família e comunidade, não foram verificadas ações integradas entre a unidade e as demais políticas públicas especificamente para a integração dos adolescentes, suas famílias e a comunidade. Apesar disto, cabe destacar a participação da equipe em reuniões nos serviços da rede e encaminhamentos aos serviços públicos. Contudo, estes se configuravam como referência de ações. As principais dificuldades pareciam se vincular à própria organização da estrutura socioassistencial do município e suas dificuldades de trabalho intersetorial.

Essa articulação proposta pelo SINASE (BRASIL, 2012b) com as diversas políticas públicas segue o discurso da intersetorialidade. Trata-se de uma concepção que não é nova, apesar de se apresentar como tal e ser a principal atuação prevista no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo elaborado em 2013 com metas para os próximos dez anos. Já nos anos 1990, acompanhando os discursos democráticos, o ECA sinalizava esta perspectiva, que

> [...] acena para um conjunto de inovações no âmbito da gestão pública, em um contexto no qual os sistemas técnicos especializados e as estruturas fortemente hierarquizadas e verticais são confrontados com novos objetivos e demandas políticas e sociais, novas temáticas e novos segmentos da população, que demandam uma remodelagem das velhas estruturas organizacionais, exigindo novas respostas organizativas, das quais a intersetorialidade é apenas uma das alternativas possíveis. O argumento principal sustenta que a intersetorialidade é

> um atributo necessário (embora em graus variados, a depender das distintas situações) da gestão de políticas sociais adequadas para se enfrentarem os desafios da pobreza, da exclusão e das situações específicas de vulnerabilidade (BRONZO, 2010, p. 128).

Nesta trama de solução vinculada ao sistema democrático, a política socioeducativa traça a meta de estabelecer relações intersetoriais com as demais políticas para a solução do problema da transgressão na adolescência. O ECA proclama a rede de proteção, a necessidade do monitoramento e controle alicerçado no discurso humanista da garantia de direitos. Nesta linha de trabalho, a semiliberdade pesquisada participa ativamente da **Rede Proteger**[69], com a qual tenta trabalhar junto à rede o caráter não potencialmente perigoso do adolescente ator de ato infracional para que assim ele possa ser inserido em espaços já existentes.

Esta rede torna-se possível com as novas relações advindas na sociedade de controle, sinalizada por Deleuze (2010), que Passetti (2007) afirma possibilitar a formação de uma teia que pretende capturar o indivíduo com suas resistências a partir da inclusão na participação democrática. Nesse emaranhado a ser constituído para a inclusão social dos adolescentes e suas famílias, prevista no SINASE em seu Art. 23, no inciso II, e nos cadernos de socioeducação do Estado do Paraná, estão a escola, a profissionalização, o esporte, a cultura, o lazer, a saúde, a vida familiar e a vida comunitária. Também se torna fundamental, para a garantia dos direitos citados no ECA e as inserções descritas anteriormente, o direito à documentação civil e à inserção das famílias em programas socioassistenciais, pois ambos precisam ser rastreados como cidadãos. Assim, segue-se a descrição e breves problematização de tais intervenções.

3.2.1 A documentação, alimentação e vestuário

Os dados coletados permitem afirmar que a documentação e alimentação são garantidas pela unidade através de mecanismos ofertados pelo Estado, que fornece a alimentação e isenções para confecção dos documentos. Já a responsabilidade pela vestimenta dos adolescentes na semiliberdade é compartilhada, pois o Estado oferece uniformes, que não suprem as necessidades de um adolescente que sai constantemente para atividades na comunidade. A família e a

[69] Uma comissão intersetorial que discute ações para fortalecer a rede de proteção no município de Foz do Iguaçu, PR. A Rede Proteger é um espaço de discussão por meio de fórum com apoio da Itaipu Binacional, que existe desde 2003/2004 e tem sua coordenação alterada anualmente. Inicialmente foi criada pelas entidades não governamentais e hoje é um espaço amplo que tem grupos de trabalho como os dos programas de aprendizagem.

sociedade civil são convocadas a contribuir, como apontam os entrevistados:

> Documentação é garantido 100%. Vestuário depende de doações, não tem uma política específica. A alimentação tem muita reclamação da qualidade do alimento (Eleanor, servidor público).
>
> Sim é garantido pelo Estado alimentação e documentação. O vestuário a família traz ou conseguimos com doações. Há roupas que o Estado manda, mas são iguais e aqui os meninos só usam em último caso (Sinara, servidor público).

Trata-se de um espaço institucional que arquitetonicamente é organizado como uma casa, imitando um "lar", que, ao mesmo tempo em que tenta imprimir uma rotina institucional de respeito e de individualidade de seus membros, possui algumas normas[70] e organização que torna duvidosa tal tentativa. Assim, os adolescentes possuem suas próprias vestimentas e pertences, tendo um espaço específico no guarda-roupa para guardá-los. Na questão da alimentação, apesar de que grande parte das refeições chega pronta, existem na rotina da instituição espaços de confecção de bolos, tortas e outros alimentos, feitos pelos adolescentes com apoio de um dos auxiliares de serviços gerais. Também no caso da alimentação, pode-se perceber a busca pela organização de um espaço familiar com atitudes de alguns servidores em trazer alimentos para o café da manhã e organizarem momentos de confraternização de aniversários, por exemplo, como observado em alguns dias de observação de campo.

O ECA prevê que a documentação[71] deve ser providenciada quando os adolescentes que adentram a unidade estão sem documentação civil adequada ao exercício da democracia cidadã. Sem documentação civil completa, até a inserção na escola se torna obstáculo, apesar de não impedir a matrícula, ou seja, sua falta impede a execução da proposta socioeducativa. Observa-se que a grande maioria necessita confeccionar algum documento, para que a inserção aconteça.

Nesta perspectiva, a confecção dos documentos é funcional à sociedade de controle, pois

[70] Como não poder ouvir determinadas músicas, não falar suas gírias e não poder usar dentro da casa bonés, brincos e outros itens pessoais, que usariam em sua casa, seu "lar".

[71] Na unidade em estudo, dos 181 atendimentos realizados entre março de 2009 e março de 2014, verificaram-se informações de 148 atendidos, dos quais 7 tinham apenas a certidão de nascimento e 35 não tinham informações em seus prontuários. Do total de atendidos no período citado, conforme dados encontrados nos prontuários, 105 tinham RG, 82 CPF, 51 CTPS, 13 Título de Eleitor e 10 alistamento militar (não há informações sobre certificado de reservista especificamente, pois nos prontuários só foram encontradas cópias dos documentos de alistamento militar e não da reservista). Constam também nos relatórios de atividades realizadas entre 2011 e início de 2014 que neste período foram confeccionados 117 documentos com auxílio da equipe da semiliberdade, como Certidão de Nascimento, RG, CPF, CTPS, Título de Eleitor, Alistamento Militar e/ou Certificado de Reservista. Explica-se que não há registros específicos de quantidade de cada documento realizada com o auxílio da equipe, pois estão sistematizados no relatório com a quantidade de documentos confeccionados.

por meio dela o indivíduo pode ser inserido nos espaços sociais e monitorado e controlado pela rede de proteção. Não só ele, como sua família e sua comunidade, acabam sendo mapeados e passíveis de controle. Por um lado, é mecanismo de controle, por outro lado, sua inexistência limita ainda mais sua existência social, os tornam mais amarrados às economias das ilegalidades.

3.2.2 A escola

Na área da educação, a *Casa de Semiliberdade* usa exclusivamente os serviços e instituições da rede pública, tendo como principal parceiro na colocação dos adolescentes na escola o sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O uso desse sistema visa a atender as principais demandas das condições e características dos adolescentes recebidos pela unidade durante o ano todo, como alegaram alguns entrevistados.

> Matrícula escolar no EJA, mais regularmente, e no regular só quando já vem inserido. Os jovens encaram na grande maioria como algo mais para sair de casa e conhecer novas pessoas. [...] O sistema escolar tem muito a melhorar, pois para eles deveria ter algo diferente. Mas em pequena escala atinge (Macedo, servidor público).

> Matriculam na escola e faz contato direto com a equipe da escola para saber das frequências, vistoriam os cadernos para ver suas atividades. Todos estudam. [...] Usamos o EJA, mas eles criam um processo burocrático que dificulta (Sinara, servidor público).

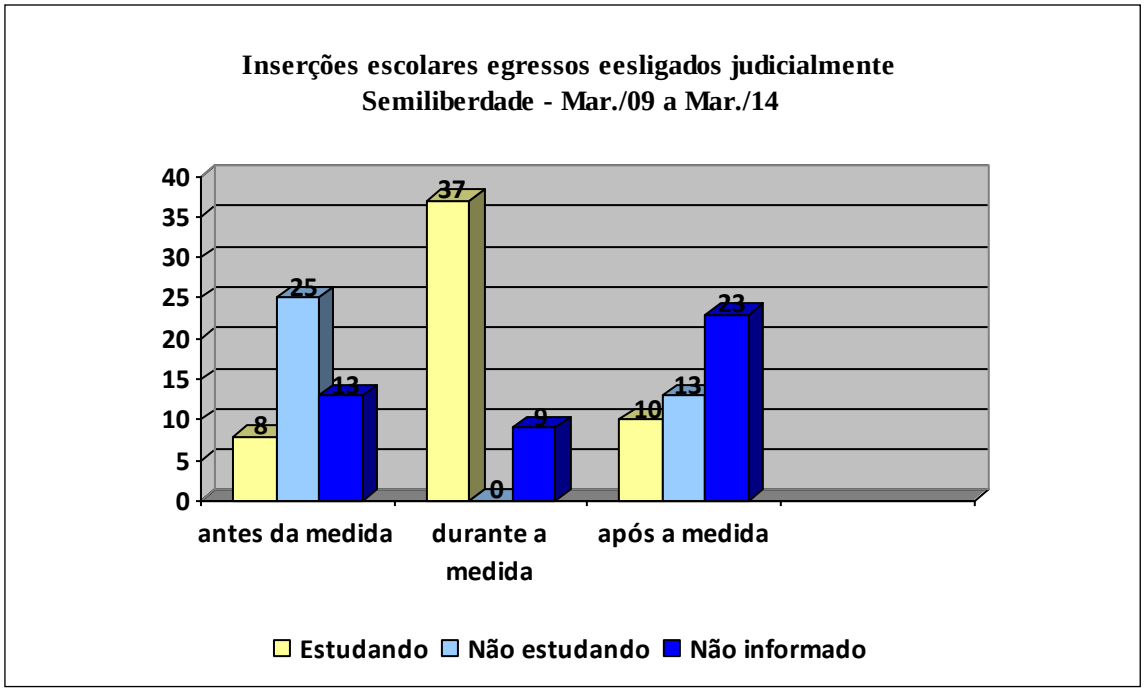
A possibilidade de inclusão dos adolescentes por disciplinas escolares, ofertadas pela modalidade EJA, facilita a aceitação do público atendido à proposta de retorno à vida escolar. Esta possibilidade de manejo do tempo das atividades do adolescente durante a execução da medida possibilita a articulação das várias demandas e dos interesses do adolescente, como as atividades sistemáticas nas áreas de saúde, esporte, cultura, esporte, lazer, convivência familiar e comunitária.

Assim, o direito à educação, previsto na legislação, é atendido, inicialmente, como aponta um dos entrevistados ao dizer que na área educacional há a "garantia da matrícula e sempre há vagas. [...] Todos estudam e tem prioridade na matrícula" (Eleanor, servidor público). Mas esse mesmo servidor problematiza: "[...] agora a qualidade são outras questões [...]" (Eleanor, servidor público) sem se estender na discussão. Outros já sinalizam que "Enquanto estão aqui [na

semiliberdade] geralmente vão para as escolas, mas às vezes gazeiam aula" (Jacques, servidor público), ou seja, enquanto os adolescentes estão cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade, todos frequentam a escola[72].

Um dado em destaque é a análise das informações sobre os 46 egressos desligados judicialmente da medida: conforme dados dos prontuários, 8 estavam estudando antes de iniciá-la, acerca de 14 não se tinha informação e 24 não estavam estudando. Em números percentuais, 52,2% (24 atendimentos) não estavam estudando antes de iniciar a medida. No período da pesquisa, havia a informação de que 10 ainda continuavam os estudos regulares após desligamento, do total de 23 egressos desligados judicialmente, o que representa aproximadamente 22,3%, como pode ser visualizado na figura 28 a seguir.

Figura 28 – Inserções escolares egressos desligados judicialmente da unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base na análise dos prontuários e relatórios da unidade.

[72] Não incluí nesta análise os adolescentes que entram na unidade fora do período escolar e os que se evadem antes de ser realizada a matrícula, totalizando um total de 30% (38 atendimentos) não chegaram a ser inseridos. Já os matriculados totalizam 60,8% (110 atendimentos), tendo 18,2% (33 atendimentos) sem informações sobre tal inserção, conforme detalhado na figura 27, do Capítulo II.

A educação é garantida por meio da matrícula escolar, mas tal articulação por si só não parece possibilitar o que se espera das ações das políticas públicas no que compete à perspectiva intersetorial, pois como expõe a entrevistada 08, ao falar sobre a inclusão social, só pode ser considerada efetiva se há continuidade, conforme associação das discussões de Bronzo (2010) sobre a temática da perspectiva intersetorial.

Sobre as dificuldades de inserção ou permanência na escola os relatos indicam que ocorriam tanto pela resistência do adolescente em querer retornar para este espaço social quanto pela resistência das instituições em aceitá-los. Os adolescentes em geral não valorizam a escola e o que ela ensina, consideram enfadonho ficar numa sala sentado e preferem atividades de lazer. Isso se verifica no trecho do relato do décimo dia de campo quando os adolescentes discutem a questão da escola:

> Outro [adolescente] disse que saiu da escola por que foi expulso, queria estudar, mas fazia o terror no colégio e foi teve consequências, pois era meio "maluco". Outro disse "esse negócio de estudar não é bom não, ficar lendo, escrevendo, pensando não é bom, mas tem que fazer então agente faz quando é obrigado". Um educador destacou que os estudos eram importante e que os adolescentes precisavam escolher o que mais se identificavam. Um adolescente explanou que podia ser, mas trabalhar era bem melhor, pois dava uma sensação maior de liberdade e independência, pois pegar o dinheiro no final do mês e poder comprar suas coisas, ajudar sua mãe era algo concreto e os estudos era algo incerto (10º DIA DE CAMPO).

Num dos dias de observação, um adolescente aproximou-se da pesquisadora e buscou conversar, falou que estava de medida disciplinar por ter faltado à aula, tendo inclusive que ter mudado de escola. O adolescente relatou sua dificuldade e desinteresse em estudar, segundo ele, tinha muita preguiça, não gostava de ficar sentado e não via muita perspectiva no estudo, apesar dos conselhos da equipe e da própria família. A sua meta era terminar o ensino fundamental, continuaria os estudos se entrasse para o exército, mas se não acontecesse isto pararia, pois seria muito cansativo trabalhar e estudar concomitantemente.

Somados a isto, aparecem o discurso da defasagem cognitiva e as dificuldades de aprendizagem, seja pelo atraso escolar ou outro motivo. As escolas também resistem ao focarem nas dificuldades comportamentais destes adolescentes, ora tidas como indisciplina, ora como contravenção ou crime. Tais dificuldades são tramitadas e comunicadas via histórico escolar, que reforça a visão de que tais indivíduos são problemas que merecem solução. Isso é o que apontam

algumas entrevistas sobre as resistências das escolas:

> A grande maioria na rua não estudava, não gostam muito, pois são obrigados e monitorados, vigiados. Eles são muito unidos. Já ficamos na escola como se fosse vigia, mas tiveram ameaças e paramos. Fazemos ronda na escola para ver se o adolescente está lá. A relação da equipe com os diretores é boa, mas os adolescentes são taxados como pessoas erradas e tem uma desconfiança em cima deles. Por estarem na Semi, os adolescentes são mal vistos e quando a escola percebe a ausência dos mesmos nos comunicam (Darci, servidor público).

> Nem todas têm facilidade. Nem todas aceitam. Boa parte dos adolescentes não estava estudando. Quando vem de primeira medida, geralmente estavam afastados da escola. Quando vem de progressão já estavam estudando. A escola oferecida não atende as demandas desses jovens (Ivanir, servidor público).

Neste discurso, o que parece ser esquecido ao longo da história desses adolescentes é o ser humano, fazendo pensar que a qualidade de vida era o que menos importava. As informações levantadas sobre a adesão à escola indicam tal problematização, visto que os dados apontam que a grande maioria dos adolescentes não estava estudando antes de iniciar o cumprimento da medida[73]. Ou seja, não se garantiu direito algum efetivamente, desde sempre o lugar a ele destinado se misturava intrinsecamente com o da economia das ilegalidades.

3.2.3 A profissionalização e o trabalho

Na profissionalização, o caminho da inserção é o uso dos recursos públicos, como os cursos do Pronatec, via Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC[74]) e SENAI[75], por exemplo, ou os em parceria com a sociedade civil como os do PROVOPAR[76], e os ofertados

---

[73] Na semiliberdade, a análise documental permitiu verificar que, no ano de 2012, conforme relatório estatístico da semiliberdade, dos 39 atendidos, 23 não estavam estudando, representando aproximadamente 59%. Outro dado relevante é que, dos 189 recebidos entre março de 2009 e o início de março de 2014, somente 3 adolescente estava no ensino médio, os demais não tinham terminado o ensino fundamental, sendo que a faixa etária de maior percentual está entre 15 e 18 anos, representando 71%, conforme a figura 15, constante no capítulo II. A análise desses dados permite perceber a permanência de similaridades com os resultados encontrados nas pesquisas de Silva e Gueresi (2003), conforme as quais, no *corpus* analisado, 51% dos adolescentes privados de liberdade estavam fora da escola e 90% não concluíram o ensino fundamental.

[74] Entidade privada criada em 1946, como instituição de educação profissional aberta a toda a sociedade, destinado a funções relacionadas aos serviços do comércio, conforme site da instituição SENAC.

[75] Entidade privada criada em 1942, faz parte do sistema de confederação nacional da indústria e é uma empresa de difusão e geração de conhecimento destinada ao desenvolvimento da indústria, conforme site da instituição SENAI.

[76] Uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem como finalidade desenvolver ações sociais em todo o Estado do Paraná. Promove a melhoria da qualidade de vida e a valorização das populações com baixo índice de

pela Associação Horizontes[77], dentro da unidade, contratados pelo Estado, conforme relatos de entrevistas abaixo.

> Vagas garantidas pelo SENAI e na Associação Horizontes, se os jovens tiverem interesse. Mas nas vagas de emprego não há oferta compatível. Atualmente, temos dois jovens trabalhando pelo aprendiz e todos estão fazendo algum curso ou dentro da semi ou pelo Pronatec (Eleanor, servidor público).

> Tem cursos ofertados pelo Pronatec e dento da casa pela Associação Horizontes, a maior dificuldade hoje é casar os interesses dos adolescentes e as vagas ofertadas. E também ter vagas para eles trabalharem (Jacques, servidor público).

> Através de parceria do Estado como Horizontes. Acredito que deveria ter mais. Busca-se ver os cursos na rede como SENAI, SENAC, PROVOPAR, Centro de Convivência Bubas. Os curso que são fora eles escolhem. Passa a lista e eles escolhem. A grande maioria não terminam os cursos (Macedo, servidor público).

Foram cursos[78] ofertados entre 2011 e início de 2014 aos adolescentes inseridos na unidade em estudo: a) Auxiliar Administrativo, ofertado pela inserção dos adolescentes no Programa Aprendiz do Estado; b) Informática, Recursos Humanos e Inglês, ofertados pelo Provopar; c) Pintura Predial, ofertado pelo IFPR; d) Auxiliar Administrativo, Aplicador de Piso Cerâmico, Eletricista de Automóveis, Torneiro Mecânico e Mecânica de Automóveis, ofertados pelo SENAI; e) Segurança do Trabalho, ofertado pela Secretaria Estadual de Educação (SEED); f) Garçom e Gastronomia, ofertado pelo SENAC; g) Monitor Mirim, ofertado pelo Programa de Aprendizagem do Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA[79]); h) Auxiliar

---

desenvolvimento humano, viabilizando programas e ações que possibilitem a sua sustentação, através de programas de geração de renda, garantindo sua inclusão social, conforme dados disponíveis no site do Governo do Estado do Paraná.

[77] É uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída em junho de 2004, cuja missão é promover a sustentabilidade, a cidadania, a inclusão social e geração de trabalho e renda por meio da educação, e tem como visão ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como a organização sem fins lucrativos mais competente na gestão de recursos para promover a sustentabilidade, a cidadania, a inclusão social e a geração de trabalho e renda por meio da educação, conforme informações disponível no site da instituição.

[78] A quantidade de cursos em que os adolescentes foram inseridos é de 8 em 2011, 7 em 2012, 14 em 2013 e 4 até março de 2014. Já a quantidade de inserções em cursos somou 44 em 2011, 42 em 2012, 65 em 2013 e 29 em 2014, contudo tais números não representam o número total de adolescentes inseridos e sim de inserções, pois um mesmo adolescente pode ter iniciado mais de um curso. Comparativamente, a análise dos documentos dos prontuários apontou que 63,5% (115 atendimentos) do total de recebidos e desligados entre março de 2009 e março de 2014 foram inseridos em algum curso.

[79] A Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida é uma instituição não governamental que atende adolescentes vítimas e ou autores de violência, assim como adolescentes com transtornos de conduta, e também oferta cursos para qualificação profissional na modalidade de aprendizagem e outras atividades de contraturno, conforme site da entidade.

Administrativo, ofertado pelo Programa de Aprendizagem da Guarda Mirim[80]; i) Pintura e Texturização, Pequenos Reparos e Colocação de Piso, ofertados dentro da unidade pela Associação Horizontes; j) Panificação, ofertado pelo Conselho Comunitário; k) Marketing Pessoal, ofertado pelo Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC); e l) Operador de Caixa, ocorrido no Centro da Juventude.

Conforme observado nos dias de campo e notícias da SEDS, os cursos ofertados pela Associação Horizontes dentro da casa possuíam o intuito de cumprir as exigências legislativas e ter uma alternativa para os adolescentes que, devido aos critérios de idade, escolaridade e período de início, conclusão dos cursos ou defasagem escolar, não se enquadravam nos cursos do Pronatec. A partir dessa última dificuldade e da leitura e análise dos adolescentes egressos liberados por terem cumprido a medida de semiliberdade, verificou-se que os 02 adolescentes encaminhamentos para o SENAI desistiram por não conseguirem acompanhar as atividades dos cursos, conforme expresso no relatório de desligamento de um dos adolescentes, que iniciou o curso de mecânico, mas desistiu por dificuldade de matemática, e do outro, que desistiu por não ter gostado do local.

Na profissionalização, outras dificuldades aparecem como na inclusão dos adolescentes em cursos do Pronatec, devido à incompatibilidade dos critérios de matrícula como idade e escolaridade com as condições dos adolescentes ingressos na unidade. Ou devido ao período de matrícula, que nem sempre tem o ano todo. Ou pelo fato do período de conclusão do curso ultrapassar o período de permanência do adolescente na unidade, desestimulando o interesse deste em fazê-lo, pois poderia aumentar o tempo de permanência na semiliberdade, principalmente aos 59,3% (112 atendimentos) do total de adolescentes atendidos, até início de 2014, que não residiam em Foz do Iguaçu. Fatores que são apontados por alguns entrevistados:

> Quando os meninos chegam a casa [de semiliberdade], num primeiro contato fazemos a sondagem dos cursos e trabalhos já realizados. E assim apresentamos o que há de oferta na rede. Priorizam-se os cursos ofertados dentro da casa. Até o ano passado tinha muitas vagas pelo Pronatec através da assistência social e esse ano [2014] não abriram. Os do SENAI têm exigências e nem sempre são de interesse dos meninos. Os cursos da Fundação Horizontes, dentro da unidade,

[80] Fundada em 1963, como Casa do Menor Trabalhador, foi se modificando sua função, que inicialmente era abrigar adolescente em cumprimento de internação e semi-internato. Atualmente, é um local que oferta curso de aprendizagem, inicialmente o adolescente entra no curso de pré-aprendizagem e quando consegue ser inserido numa empresa como aprendiz passa para o curso de aprendizagem em serviços administrativos, conforme determina a Lei nº 10.097/2000 de Aprendizagem.

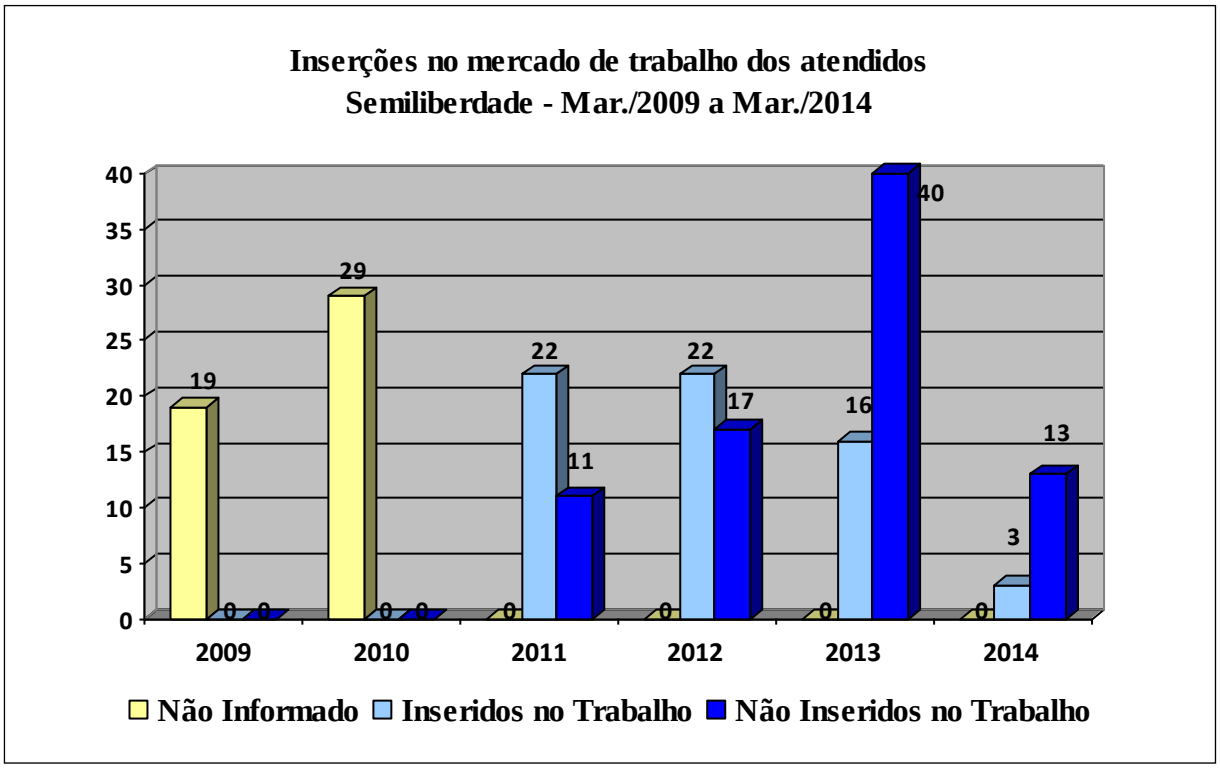
> são uma opção para ofertar aos meninos. No Centro da Juventude tem oficina de informática, artesanato, taekwondo, caratê, capoeira, street dance, skate e natação. Não conseguimos inserir na natação, pois as vagas fecharam. [...] Leitura e informática são parcerias com o PROVOPAR que cede o professor. [...] Teve uma época que só tinha cursos do PROVOPAR. Hoje apesar de ter mais curso, o que se vê é que os adolescentes não têm motivação para fazer o curso, não querem completar o curso e sim ir embora. [...] do ano passado [2013] para este ano [2014] também tiveram mudanças nos cursos do Pronatec, são poucos. Então basicamente temos os cursos do PROVOPAR e da Horizontes [dentro da unidade]. [...] Teve casos que pediram para ir embora após concluírem os cursos, mas é raro (Nara, servidor público).
>
> Curso horizontes e rede que a equipe vai até a comunidade. Barra em requisitos de idade adequada, escolaridade adequada. Tem o centro da juventude, o PROVOPAR. Como o índice de evasão é alto, poucos concluem os cursos. Por isso busca-se um curso de menor duração (Sinara, servidor público).

Ou seja, apesar da existência de cursos através de programas do Pronatec e do convênio da SEDS com a Associação Horizontes com curso dentro da unidade, estes não amenizaram a angústia e não efetivou a dita inclusão dos adolescentes. No caso do Pronatec, depende da disponibilidade de cursos nesta modalidade conforme convênios. Nara, servidor público entrevistado, revelou que o número de vagas diminuiu durante o ano de 2014, tendo como únicas alternativas a inserção na rede local em cursos do PROVOPAR (sociedade civil) e os desenvolvidos internamente na unidade ofertados desde 2013 pela SEDS. Contudo, nem sempre os adolescentes estão disponíveis a fazer os cursos ofertados pelo Pronatec, que objetivam uma profissionalização.

A semiliberdade estudada prioriza a rotina institucional a execução dos cursos internos, com a destinação de um período exclusivo para eles. Em geral os cursos não profissionalizam, mas possibilitam o contato do adolescente com uma profissão. No caso, dos cursos ofertados pela Associação Horizontes dentro da casa, em desconsiderar a relevância, dentro da forma como o sistema funciona, os adolescentes questionaram a existência dos cursos no ambiente que deveria ser sua casa, como dito em uma conversa entre dois adolescentes no quinto dia de observação, flagram a contradição existente entre o que se prega e o que se faz. Por um lado, eles devem participar como protagonistas de sua história, como afirmam os documentos da socioeducação, mas por outro têm que aceitar o que existe e se adequar à sua condição para poder ir embora, como disse um adolescente ao falar sobre o motivo pelo qual fazia o curso dentro da unidade: “se não fosse obrigatório não faria, não estava interessado nesse curso, mas se não fizesse não

conseguiria ir embora" (5º DIA DE CAMPO).

Figura 29 – Inserções no mercado de trabalho dos atendidos na unidade de semiliberdade



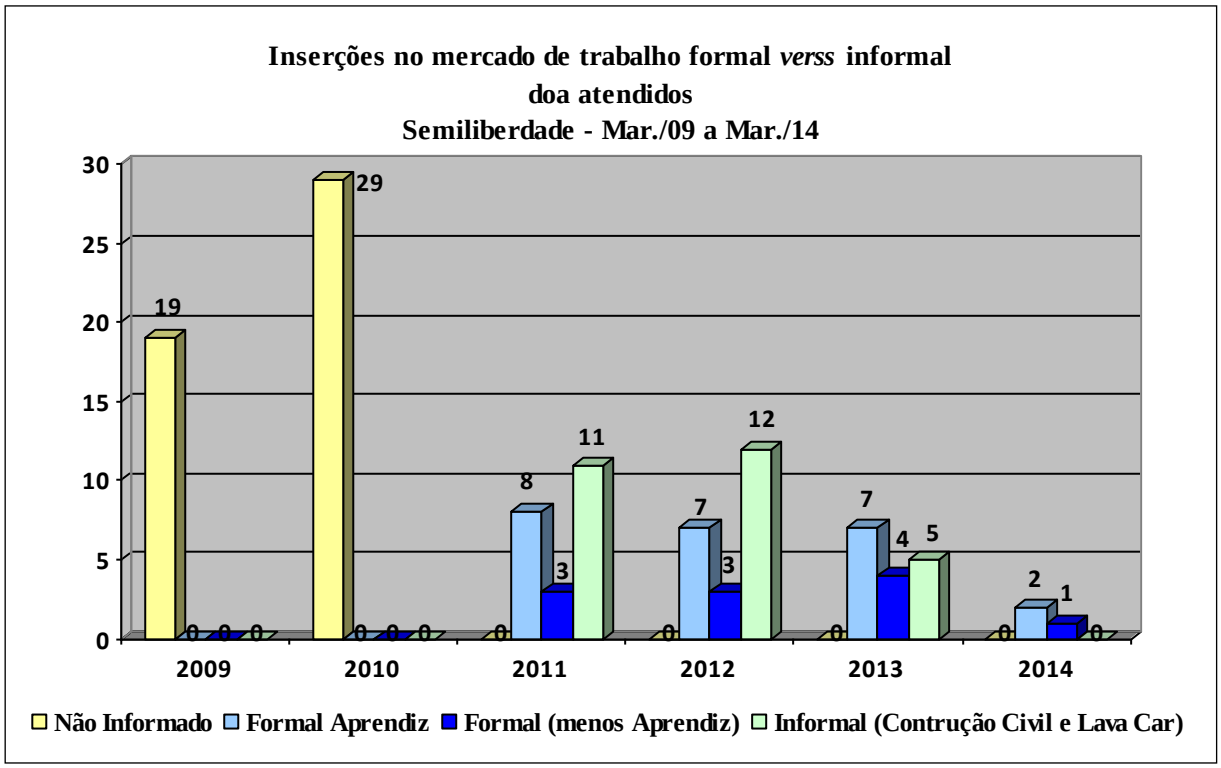
Fonte: elaboração própria com base no relatório de atividades.

Sobre as inserções no mercado de trabalho foi constatado, conforme exposto na figura 29 acima, atrelado aos dados compilados no relatório sobre tais atividades entre os anos de 2011 e 2014, que em 2011 e 2012, dos 72 atendidos no total, 44 foram inseridos em alguma atividade profissional formal ou informal, representando 61,1% de inserção anual. Em 2013, dos 53 atendidos, também 16 foram inseridos, com percentual de 30,2% de inclusão, e até março de 2014, dos 16 atendidos, 3 tinham sido inseridos no mercado de trabalho, representando 18,7%, com um apenas tendo prosseguido o trabalho, conforme dados de acompanhamento assistemático dos egressos. Ressalta-se que os números dos atendidos contemplam os desligados e não desligados no ano correspondente, fato que faz com que os atendidos se repitam de um ano a outro, devido aos que não foram desligados naquele ano.

Considerando o percentual de 52% de evasão, pode-se pensar que os resultados, mesmo

quando ocorrem os encaminhamentos, não são satisfatórios, fazendo questionar essa prioridade e essas possibilidades de intervenções dentro do projeto global da sociedade. Tal problematização pode ser referendada com os percentuais de inserções formais versus informais durante os anos de 2011 e 2014, como exposto na figura abaixo.

Figura 30 – Inserções no mercado de trabalho formal *versus* informal do atendidos na unidade de semiliberdade



Fonte: elaboração própria com base no relatório de atividades.

Na figura 30, observa-se que, entre as inserções no mercado de trabalho nos anos de 2011 e 2012, em média 50% (11 e 12 inclusões, respectivamente) das inclusões totais ocorreram na informalidade, em empresas da área da construção civil e de lavagem de carros, em contraste com os outros 50% (11 e 10 inclusões, respectivamente), que se deram na formalidade. Já no ano de 2013, as inclusões informais anuais diminuíram para 31% (5 inclusões do total de 16) e as formais permaneceram na medida dos dois anos anteriores, com um total de 11 inclusões formais, representando no ano de 2013 69% das inserções no trabalho do ano. Para 2014, o resultado está associado aos primeiros dois meses do ano, sendo que só foram realizadas inclusões formais. Em

relação às inserções no mercado de trabalho formal, verifica-se a prevalência das inserções na condição de aprendiz, com 72% (8 inserções de 11 totais formais) em 2011, 70% (7 inserções de 10 totais formais) em 2012 e 63% (7 inserções de 11 totais formais).

As possibilidades de inclusões vinculadas à via informal fazem problematizar a qualidade e as possibilidades dessas inclusões, bem como conduzem a questionar de que modo o local destinado a estes adolescentes se modificava, considerando que suas colocações oscilavam da ilegalidade para a informalidade ou para uma formalidade ligada a inclusões no terceiro setor. Parece que mesmo com as inclusões as realidades não se alteram significativamente e o adolescente continua sendo empurrado a um padrão dentro de um escopo social específico, justificado pelas suas próprias condições de desenvolvimento, que não facilitam outras inclusões. Ou seja, a responsabilidade continua sendo do indivíduo que não aproveitou as oportunidades e por isso para entrar na "linha" precisa aceitar permanecer no mesmo lugar social, em geral desvalorizado.

Outra observação relevante sobre estas inclusões diz respeito a sua comparação com o número anual de atendimentos, o que permite afirmar que, apesar do aumento desse número entre 2011 e 2013, com 33, 39 e 53 respectivamente, em contrate com as inserções totais no mercado de trabalho, com 22, 22 e 15, também respectivamente, não houve aumento das inserções. Por outro lado, o número de desligamentos destes respectivos anos foi de 14, 11 e 11, e os de evasões aumentaram de 10 para 18 e depois para 34. Já as regressões diminuíram de 7 em 2011 para 1 em 2012 e o mesmo número se apresentou em 2013. As transferências foram 9, 5 e 9, respectivamente em 2011, 2012 e 2013. Cabe destacar que os números dos anos de 2009 e 2010 não são apresentados porque não há informações sistematizadas sobre tais inserções disponíveis para a pesquisa; no caso de 2014, não os números não foram analisados comparativamente por se tratar de apenas dois meses do ano.

Sobre os obstáculos para inclusão no mercado de trabalho[81], os entrevistados destacaram o aumentado destes após o principal instrumento de inclusão, o Aprendiz do Estado[82], destinado

[81] Obstáculos destacados nas entrevistas: idade, escolaridade, vagas disponíveis no mercado para os jovens, interesse dos adolescentes em determinados tipos de trabalho e pré-conceitos da sociedade em inserir um adolescente autor de ato infracional.

[82] O programa foi criado em 2004 pelo Governo do Estado do Paraná, conforme previsão legal do ECA (1990) e Lei nº 10.097/2000 de Aprendizagem, envolvendo parcerias com várias políticas, de saúde, de educação e de assistência. Neste os adolescentes entre 14 e 18 anos em cumprimento de medida socioeducativa recebiam oportunidade de profissionalização, aliando o estímulo ao estudo à prática profissional, conforme dados disponíveis no site do Governo do Paraná.

exclusivamente para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ter sido paralizado. Tal fato ocorreu devido a não adequação da Secretaria a novas exigências do Ministério da Educação (MEC) na formação do curso de aprendizagem, como destacado

> Aliás, o Programa Aprendiz do Estado está uma lacuna, não se resolve esta situação e não se encaminha os adolescentes (Eleanor, servidor público).
>
> [...] E na área do trabalho faz falta o Programa Aprendiz do Estado, que facilita a inserção dos nossos adolescentes no mercado de trabalho, por ser específico para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, ter critérios de inserção flexíveis e compatíveis com as habilidades dos adolescentes com suas defasagens e serem inclusos em todos os meses dos anos. Fatores que nem sempre são facilitados nos Programas em Parceria com as instituições privadas e ONGs, a maioria exige ensino médio e tem períodos específicos do ano para a inserção, assim atendendo poucos dos nossos adolescentes (Francis, servidor público).

Seguindo o relato de Francis, apesar do acesso também a programas municipais para contratação na condição de aprendiz como o administrado pelo CAIA, pelo Gerar Educacional[83] e pela Guarda Mirim Paraná, ainda existem dificuldades como exposto por outro entrevistado:

> Para o trabalho até 4 anos atrás tínhamos mais facilidade de inserção na modalidade de aprendiz pelo aprendiz do Estado. Com a parada do programa tivemos mais dificuldades de inserir os meninos nessa modalidade. No município tem três programas o CAIA, o Gerar e a Guarda Mirim. Atualmente conseguimos as primeiras inclusões pelo Gerar com o apoio da Rede Proteger. As dificuldades de inserção estão além das vagas na questão do linguajar dos meninos e devido à baixa escolaridade. Também recentemente fomos a Itaipu buscar parceria e foi ofertado à inserção via programa de inserção no trabalho e também se propuseram a reativar o projeto pequeno jardineiro. Também ofertaram a possibilidade dos jovens participar do projeto de atletismo com possibilidade de ganhar bolsas auxílio e concomitantemente sanar a questão financeira pela via da valorização do esporte (Nara, servidor público).

Obstáculos, somados aos próprios interesses dos adolescentes, como finalizar o quanto antes o cumprimento da medida e retornar para a sua família, como observado em uma situação em um dia de campo em que um adolescente que estava atendendo a um dos critérios do

[83] É uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), sem fins lucrativos, fundada em 2003 com a missão de apoiar o desenvolvimento em todos os pontos do Brasil, fundamentando em ações em três áreas: social, ambiental e cultural. A Gerar Educacional está ligada ao Programa Aprendiz Legal, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho voltado para a apresentação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem.

programa aprendiz, alegava que ficaria no trabalho no máximo três meses, pois como já tinha cumprido mais de seis meses de internação, acreditava poder ir embora com mais três meses de semiliberdade e como residia fora de Foz do Iguaçu acabaria abandonando o emprego quando de seu desligamento. Ou seja, o que se verifica é que os adolescentes em grande medida aceitam as orientações para se adequarem e responderem às exigências da medida, mas o maior desejo é voltar para casa, estar com sua família, conforme relato de um adolescente, observado no oitavo dia de campo.

3.2.4 Esporte, cultura e lazer

As inserções em esporte, cultura e lazer também contam com os recursos da rede pública ou com o auxílio da sociedade civil, em especial, mas também há oportunidade de atividades dessa natureza dentro da unidade, como dito nas entrevistas:

> Através das atividades ofertadas pelos Centros de Convivência. Semanalmente quem tem interesse é inscrito nas oficinas e vão participar. Os programas ofertados são os governamentais, mas há passeios em parceria com isenção com empresas privadas como as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu. Essas visitas são feitas de tempos em tempos (Eleanor, servidor público).

> Oferta a medida que vê o que tem de oficina, hoje basicamente com o Centro da Juventude. Penso que tem falhado bastante, pois ela fica em segundo lugar não é colocado como importante ou obrigatório. [...] Teve uma vez um menino que gostava de futebol e conseguiu treinar com a equipe do sub 16 de salão, mas desistiu. [...] Identificada vontade ou habilidade a equipe vai atrás. Na cultura ficamos sempre atento aos eventos para oferecer para os meninos [...]. Também vão a festas do município e passeios turísticos. E agora têm a possibilidade do retorno do culturação com atividade de pintura que os meninos têm uma boa aceitação (Nara, servidor público).

A garantia desses direitos também acontece com a oferta de atividades internas livres dentro da *Casa de Semiliberdade* em estudo, como futebol, ping pong, videogame e filmes, bem como a inserção em espaços comunitários, como atividades no **Centro da Juventude Bubas**[84]. Conforme pontuam as entrevistas,

[84] É um espaço de convivência que oferta atividades para a comunidade da região do Porto Meira em Foz do Iguaçu, como aulas de violão, basquete, futsal, vôlei, hap, dentre outras, administrado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de da cidade.

> É bastante restrito, usa-se o Centro da Juventude. Para o lazer programamos passeios turísticos a cada entrada de novos adolescentes. No final do ano passado conseguimos doação de materiais como bicicletas para distribuição para os adolescentes, uma parceria com o SESC (Ivanir, servidor público).
>
> [...] no Centro da Juventude tem oficina de informática, artesanato, taekwondo, caratê, capoeira, street dance, skate e natação. Não conseguimos inserir na natação, pois as vagas fecharam. A informática é parceria com o PROVOPAR (Nara, servidor público).

Outro projeto em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura é o Projeto Culturação[85], que oferta anualmente atividades culturais e de lazer nas unidades socioeducativas. Na *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, em 2011, participaram 14 adolescentes, em 2012, 12 adolescentes, todos no período de férias escolar, com atividades de artes circenses[86]. Já em 2013, participaram 11 adolescentes com atividade de pintura em tela e, em 2014, não ocorreu ainda. Destaca-se que entre 2013 e 2014 as atividades no Centro da Juventude se ampliam, mas há alguns anos já auxiliam nos encaminhamentos com inserções em oficinas de informática e culinária, em parceria com o PROVOPAR.

Uma informação interessante é que, apesar de a *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu ter atendido 71 adolescentes residentes na própria comarca, a maior parte dos adolescentes só iniciava tais atividades nestes espaços públicos após iniciarem o cumprimento da medida, como destacado pelo relatório de entrevista inicial da equipe socioeducativa. Além disso, a grande maioria não continuava essas atividades após os desligamentos, ou por causa do trabalho ou por falta de motivação e interesse em realizá-las, conforme relatório do acompanhamento assistemático de egressos da unidade. Interpreta-se que as questões de sobrevivência são prioritárias, e a arte é colocada em segundo plano. Afinal, a arte não é produtiva, em geral não gera lucro financeiro e não sustenta, sem considerar a pouca valorização pela população em geral

[85] Programa da SEDS do Paraná que oferece atividades culturais para promover a melhoria da qualidade de vida de adolescentes em restrição ou privação de liberdade, conforme informações da própria SEDS.

[86] Outros dados relevantes são que em 2011, apesar de ter atendido 44 adolescentes, apenas 14 iniciaram atividade de artes circenses, 12 assistiram a filmes fora da unidade e 2 começaram artes cênicas. Em 2012, também foram 44 atendimentos, 12 realizam artes circenses e 16 saíram para assistir a filme. Em 2013, com 59 atendimentos, 11 realizaram pintura em tela e 22 assistiram a filme externamente à unidade. Em 2014 até março, dos 16 adolescentes que adentram a semiliberdade, houve 8 inclusos em atividades de artes circenses, 8 em capoeira e 5 em *street dance*. Considerando o percentual de atendimento de adolescentes, com média anual de 38 atendimentos nos últimos cinco anos, e que um adolescente poderia participar de mais de uma atividade, as inserções na área de esporte, cultura e lazer não ocorreram para todos os adolescentes. Tal fato pode ser compreendido pela média da taxa de evasão de 53% (96 evadidos), com 64,6% (62 evadidos) das evasões ocorridas em menos de dois meses, conforme figuras 20 e 25, representadas no Capítulo II.

por uma pintura, por exemplo, que se confunde com um objeto decorativo.

Tais questões fazem pensar sobre a socialização desses adolescentes e a dificuldade de terem o que preconizam a legislação e as medidas para terem suas habilidades potencializadas. A grande maioria tem boas habilidades manuais e corporais, destacando-se em atividade esportivas e/ou culturais, mas geralmente as fazem como lazer e no interior das próprias comunidades.

3.2.5 A saúde

Conforme prerrogativas legislativas sobre o sistema socioeducativo em semiliberdade, na saúde física o uso é exclusivo na rede pública por meio do sistema único de saúde, como apontam os entrevistados:

> Levamos os jovens às unidades básicas e de pronto atendimento, também recebem atendimento odontológico pelo município [...]. Geralmente todos são atendidos quando necessitam. As dificuldades são as comuns à população na espera das especialidades e exames (Eleanor, servidor público).

> Funciona pela rede SUS municipal conduzindo ao posto de saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA's). Acredito que há facilidade nos encaminhamentos por apoio da equipe [...]. Dificuldade não ter o profissional na semi, tem que passar pela fila normal (Macedo, servidor público).

Sobre os acompanhamentos de saúde física, a observação da rotina institucional possibilitou perceber que estes eram realizados de acordo com as demandas espontâneas dos adolescentes ou informações coletadas pela equipe, em atendimentos técnicos ou na relação cotidiana com a equipe em geral. Para estes encaminhamentos, a equipe técnica era responsável por tal inserção, ficando a cargo dos educadores o acompanhamento durante as consultas e os procedimentos para exames, por exemplo.

O acesso às políticas de saúde ocorre por meio das instituições públicas destinas a seu atendimento. Para facilitar o acesso dos adolescentes em semiliberdade, há uma parceria entre a equipe da unidade e a da unidade básica de saúde. Como explica o entrevistado,

> Antes os adolescentes eram encaminhados para fila normal e ficavam horas esperando, sem conseguir vaga para atendimento, o que comprometia a dinâmica da Casa. Atualmente o atendimento odontológico é só um atendimento por semana e vai direto, se tiver dor faz revezamento. Já tivemos duas vagas, mas os adolescentes comentaram sobre os atos infracionais e na sequência ocorreu uma

> tentativa de assalto na vendedora de pastel em frente ao posto. Assim, mesmo não sendo comprovado que tinha participação dos adolescentes da semiliberdade, foi decidido diminuir o número de adolescentes para serem atendidos (Nara, servidor público).

Conforme a análise das entrevistas, verifica-se que o acesso à saúde física ocorre por meio do sistema único de saúde e tem algumas facilidades quando se refere à obtenção de vagas a partir de acordo entre equipes da semiliberdade e da unidade de saúde básica[87]. Ambos os encaminhamentos de saúde são acionados conforme necessidade dos adolescentes para resolver algum problema ligado à saúde, principalmente a física.

Já sobre a saúde mental, conforme observado nos dias de campo, entrevista e leitura dos documentos no prontuário, como sentença e relatórios técnicos, verifica-se que esta em alguns casos já tinha na sentença ou no relatório especificação para tal tratamento, em geral associados ao uso de drogas. Os dados sobre tais encaminhamentos não foram encontrados nos prontuários dos adolescentes, somente de alguns havia menção da necessidade de tais encaminhamentos e de realização ou não desses. Contudo, no caso dos adolescentes evadidos, transferidos ou regredidos, na grande maioria não tinha relatórios nem informações se havia ou não acontecido um encaminhamento nesta área. Além disso, o relatório de atividades entre 2011 e 2014 não especificava o tipo de consultas, se eram da saúde física ou emocional.

Sobre a saúde mental, há relato dos entrevistados sobre as dificuldades enfrentadas quando não havia psicólogo na unidade da semiliberdade, entre os anos de 2009 e 2013, e se tinha que dispor dos atendimentos na rede por meio de parceria com as clínicas das universidades de psicologia da cidade. Para os entrevistados, com a chegada do psicólogo os encaminhamentos nesta área ficaram mais específicos. Assim, nem todo adolescente era encaminhado para tratamento, pois o profissional avaliava a necessidade ou não desse encaminhamento. Tais observações são oriundas de relatos como os que seguem:

> O nosso atendimento técnico era sucateado, nos primeiros anos não tinha um técnico específico para a semiliberdade [...]. Hoje tem. Os educadores e o diretor que faziam tudo. Os educadores reclamavam muito, principalmente por não ter psicólogo (Darci, servidor público).

[87] Entre os anos de 2011 e 2013, foram registrados no relatório de atividades da unidade uma média de 24 atendimentos médicos anuais, sem se especificar se diziam respeito a clínico geral ou alguma especialidade, e 12 odontológicos, considerando dados de anos inteiros de 2011, 2012 e 2013.

> Os meninos que são usuários de drogas ou tem transtorno mental faz articulação com CAPS I e ambulatório. Hoje com a psicologia tem uma articulação diferente e se encaminha somente os casos que ela avalia ou que tenha determinação judicial (Nara, servidor público).

Nesta temática da saúde mental, verificou-se que a principal preocupação era com o tratamento acerca do uso de drogas. Entre as dificuldades, foram citados acesso a especialistas como psiquiatras e obstáculos encontrados com os encaminhamentos previstos na rede, como expõe a entrevista abaixo:

> É bem difícil são atendidos pelo SUS. Clínico é na UBS. Especialistas muitas vezes só através de ofício e quando consegue o jovem já não está mais na semi, pois demora muito. Principalmente na questão da psiquiatria e a dependência pública. O CAPS AD com a política de redução de danos atrapalha, pois eles queriam ir para o CAPS para fumar maconha. Antes usava o CAPS AD, que também é para adulto. Atualmente, usa-se o CAPS I, que também é para adolescente (Clair, servidor público).

Ainda sobre a questão da saúde mental, destaca-se que num dado período da pesquisa, de 8 adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa, 2 estavam tomando medicação controlada, a qual é administrada pela equipe de educadores, conforme disposto no mural, assim como demais medicações prescritas pelos médicos. Dentre os medicamentos usados por estes adolescentes estavam a "clorpromazina" e a "amitriplina"[88], conforme leitura do exposto no mural sobre os medicamentos a serem repassados aos adolescentes. Destaca-se que os adolescentes já tinham chego à unidade fazendo uso das respectivas medicações, tendo sido prescritas quando estavam no internamento nos Centros de Socioeducação, devido a dificuldades emocionais que estariam associadas ao uso abusivo de drogas antes da internação.

Conforme observação dos dias de campo, tais adolescentes foram reavaliados por médicos do município que mantiveram as medicações, sabendo-se que um dos adolescentes foi desligado tomando a medicação para dar continuidade ao tratamento de saúde mental em seu município de origem. Observa-se que os adolescentes têm seus direitos de saúde garantidos dentro da unidade, passando por dificuldades comuns à população em geral que acessa o SUS, como a demora nas consultas a especialistas.

[88] Indicados devido a sintomas de abstinência do uso de drogas, como insônia, irritabilidade e desmotivação.

CAPÍTULO IV
SEMILIBERDADE: MONITORAR, CONTROLAR E PUNIR

A semiliberdade apresenta-se como uma instituição "moderna", baseada num modelo de gestão da infância e juventude privilegiada pelo modelo de uma "casa" ou um "lar", que elege a família como o fundamento de sua organização. Trata-se de um espaço que demarca em sua estrutura física e nas estratégias pedagógicas (institucionais e intersetoriais) um dinamismo próprio e articulado com os preceitos e as orientações legais mais "modernas" prevista pelo ECA (BRASIL, 1990) e mais recentemente pelo SINASE (BRASIL, 2012b).

Consiste, pois, em uma instituição baseada no modelo "ideal" para o atendimento que preconiza a individualização e o vínculo com a família de origem e a comunidade. Tal modelo tenta colocar em funcionamento a ênfase na família para o atendimento dentro do sistema socioeducativo, uma instituição socializadora.

Ela busca diferenciar-se da prisão convencional, haja vista que se preocuparia mais com o "educar" do que com o "punir". A apresentação das estratégias institucionais e intersetoriais aponta a modelagem de uma instituição, com seus protocolos e suas vivências particulares, que, como apontava Foucault (2009), em geral, não produzem efeitos em consonância com os objetivos propostos inicialmente pela instituição.

Trata-se de uma ação que se intitula "educativa", mas que se alicerça no controle e seus designados mecanismos de vigilância, como instrumentos de poder. O foco é na correção e não na punição, mas esta ocorre se necessário. Vigia-se pela presença física e olhar vigilante dos socioeducadores sobre as condutas, os gestos, as falas e os corpos dos adolescentes. Contudo, o monitoramento é prevalente, um instrumento de controle mais aberto, que envolve um distanciamento, ou seja, deve-se monitorar para ver se deve ou não vigiar. Neste caso, o olhar direciona-se às ações do adolescente externas à unidade, que não necessitam ou não pode ter a presença física do servidor da unidade. As ações de monitoramento em geral se vinculam aos objetivos de vida dos adolescentes, à vida escolar, ao trabalho, esporte, cultura, família e atividades na comunidade, e assim se amarram a uma rede de controle sutil. E, disso tudo, monta-se o poder disciplinar praticado na semiliberdade, que se caracteriza por certo número de técnicas de coerção que exercem um enquadramento do tempo, espaço e movimento dos adolescentes, particularmente no que se referem aos gestos, aos corpos e às condutas.

Assim, passamos a problematizar pontos específicos desse entrelaçamento entre objetivos e efeitos, expressões de um caminho diverso das relações de poder, com movimentos de resistências, rupturas e reordenamentos, movimentos que promovem alterações nos fluxos, nos itinerários, e que incitaram algumas problematizações pertinentes ao campo dos micropoderes e seu funcionamento dentro de uma unidade de semiliberdade ou, se preferir, uma *Casa de Semiliberdade*.

4.1 SEMILIBERDADE: UMA PRISÃO MODERNA A CÉU ABERTO

A semiliberdade, com suas estratégias institucionais e intersetoriais, reproduz de diversas maneiras aspectos do biopoder. Conforme compreensão foucaultiana, associa-se a semiliberdade a um espaço de poder desenvolvido com base no saber, na verdade e no discurso, que possui os três critérios para o exercício do poder disciplinar: a) uma distribuição espacial que garante a visibilidade; b) o controle de atividades programadas diariamente, impondo uma regularidade na conduta; e c) uma coesão de força e tática, com movimentos previamente almejados e dispostos com habilidade e precisão (FOUCAULT, 2012d). Tais características, combinadas, criam os "corpos dóceis", matéria-prima da sociedade disciplinar.

Trata-se de um espaço em que a questão estética, a hierarquia, o controle do tempo e a vigilância mantêm-se, por meio dos processos e regras internas, na instituição. Ou seja, o modelo de semiliberdade, de uma prisão albergue, que segue as orientações do SINASE (BRASIL, 2006; 2012b), mesmo com uma nova roupagem, apresenta aspectos relacionados à compreensão de prisão destacada nas problematizações de Foucault (2012f). E acopla-se a novas tramas da sociedade de controle, interligadas com a administração da vida e não apenas dos corpos.

A preocupação estética, na *Casa de Semiliberdade*, não aparece mais no uso do uniforme para identificar e classificar os internos, pois este é dispensado, mas está vinculada às proibições de adornos, por exemplo, por parte dos internos dentro da unidade e a uma proposta de individualização do atendimento e permanência com os vínculos comunitários. O adolescente não precisa mais usar uniformes, pode como em uma "casa" vestir-se a sua maneira, porém há determinadas regras que limitam o que pode ou não usar dentro da unidade. Os adolescentes em semiliberdade não podem "[...] usar piercing, brinco dentro da casa de semiliberdade", conforme dito na entrevista de Nanci e descrito no vigésimo quarto item do documento de normas e

procedimentos para os adolescentes. Tal estética também é empregada a partir do proibicionismo das gírias[89] próprias desse grupo de adolescentes, demarcado pelo controle do palavreado nas avaliações semanais, conforme relatado nas entrevistas. Trata-se de regras e condutas esperadas que apontam um padrão específico de conduta e postura estética da proposta pedagógica da unidade. Afinal, não faria sentido proibir piercing ou gírias se os adolescentes não os usassem ou as falassem.

A hierarquia também se evidencia, centrada na imagem do diretor, que personifica as decisões, sejam as medidas disciplinares, punitivas, ou as sugestões dos relatórios, resultantes do exame realizado pela equipe e encaminhado ao judiciário. No caso do processo de avaliação para aplicação ou não das medidas disciplinares, com apoio da disciplina do direito, o processo hierárquico é organizado de maneira que os educadores sociais apresentam a acusação a partir de evidências, a direção faz a oitiva e posteriormente, em conversa com a equipe, o diretor decide qual será a sanção, conforme critérios do regimento interno, como expõe o servidor Francis, em sua entrevista. Ou seja, um minijúri é montado para a investigação da "verdade", que se liga à legitimação do poder. Na observação do segundo dia de campo, quando do questionamento de um adolescente sobre sua medida disciplinar, a condução da equipe foi de fazê-lo aceitar tal decisão. O adolescente, ao perceber que só a direção teria o poder de modificar a decisão e que não teria apoio da equipe para tal mudança, desistiu da conversa e dos argumentos, alegando que iria conversar com o diretor quando este chegasse. Antes disso, porém, os educadores comunicaram ao diretor sobre as faltas disciplinares do adolescente (provocações a outro adolescente, ameaças, falta na escola), que por meio de conversa com a equipe decidiu que o adolescente teria sua medida disciplinar sem visita à família no final de semana agravada, devendo ficar três fins de semana sem visitar a família.

A estética e a hierarquia perpetuam-se, mas em outros moldes. Atreladas à proposta pedagógica que visa a um tipo de inclusão calcada em um padrão específico e idealizado do adolescente, instituem regras que se associam a novos padrões estéticos: os individualizantes. A estética que se associa ao controle aparenta se ampliar e se diferenciar, não mais pela aparência visual somente e sim pelos comportamentos que se associam ao esperado para o adolescente.

O controle de objetos, por exemplo, é realizado por meio da entrega dos pertences ao

[89] Algumas gírias utilizadas pelos adolescentes são: "marrocos" para identificar os pães franceses, "pinha" para referir-se à cabeça e "se pá" para dizer talvez.

entrar na unidade, e das gírias, pela avaliação semanal, em que o adolescente com muitas gírias tem sua nota diminuída e a probabilidade de ter menos saídas desacompanhado. Destaca-se que o objetivo aqui não é entrar na discussão específica da fase do desenvolvimento, mas sim da existência da regra em torno da modulação do comportamento que se associa à questão estética. Tais regras modificam-se dentro do funcionamento desse modelo de semiliberdade, mas mantêm a raiz de uma prisão, só que agora não mais delimitada por meio da materialidade das muralhas e sim das relações de poder subjetivas associadas a novos instrumentos de poder, como a avaliação semanal.

Intrinsecamente, o controle engendra as relações e se aglutina neste processo de exercício do poder disciplinar. E o controle do tempo também se faz presente, numa nova perspectiva, por meio do controle dos horários, sempre agendados e cronometrados, sob a pressão da vigilância direta materializada e contabilizada nas notas da avaliação semanal contemplada no tópico da pontualidade. Também se controla por meio do monitoramento da frequência e qualidade das atividades curriculares e extracurriculares, igualmente passível de uma média aritmética e suas consequências. Tal controle é realizado pelo educador social, que faz anotações em relatório diário das rotinas da unidade, sendo que em discussão no momento da avaliação semanal são retomadas ocorrências. Trata-se de uma estratégia menos rígida de controle, vigilância objetiva direta e indireta, mas subjetivamente inflexível, com o intuito de "motivar", "induzir", o adolescente a comportar-se de determinada maneira, conforme previsto na proposta pedagógica. Afinal, caso o adolescente não siga as regras com "zelo" – ou com preocupação – será "responsabilizado" – ou punido –, perdendo algum "direito" – ou regalia –, como o de visitar a família no final de semana, por exemplo.

Assim, regulando o tempo, regula-se o comportamento e não se precisa da vigilância direta, intensiva e ostensiva, já que ela consegue existir mesmo sem a presença física do vigilante, podendo ser regulada pelo monitoramento a distância das atividades e condutas. Assim como observou Foucault (2012f), o controle do tempo apresenta-se um instrumento eficiente de sujeição, associado à relação de biopoder. O corpo é marcado pelo subjetivo, podendo-se deixar os suplícios físicos de lado. Na semiliberdade, verificam-se alterações deste mecanismo focado no biopoder, que, apesar de sua fragilidade, consegue se manter por meio de suas várias técnicas de manutenção e capacidade de se reestabelecer quando se desestabiliza.

Na *Casa de Semiliberdade*, mesmo o horário não sendo rigoroso, como expressa a fala do servidor Nara, ao falar da rotina dos adolescentes e dizer que "não temos horas rígidas definidas [...] a rotina segue conforme cronograma elaborado pela direção", o controle, o monitoramento a distância e a vigilância direta do tempo permeiam as relações de poder estabelecidas hierarquicamente pela figura central da direção, como se discutirá a seguir. O que parece manter o mecanismo de controle é a ênfase na ideia do medo, vinculada àquilo que o adolescente perderá se não cumprir o horário combinado para o retorno de uma atividade sozinho, por exemplo.

Compreende-se que a entrevista de Nanci reforça esta ideia de controle do tempo ao dizer:

> Como expus na questão anterior a rotina é organizada para o adolescente ter o tempo ocupado com atividades. Com disse a proposta é ter atividade manhã, tarde e noite. O adolescente mesmo estando na casa ele deve estar ocupado... por exemplo não pode a tarde ir para o quarto dormir. O restando do tempo é divido entre educação, profissionalização e saúde, com tratamento dentário, quando o adolescente pede ou tem dor. O trabalho[90] acaba sendo prioritário para garantir as necessidades do adolescente, mas nem sempre consegue, aí a escola e os cursos se ampliam. Também o tempo é divido com lazer, cultura e esporte, com atividades no Centro da Juventude.

Atrelada ao controle está a rotina, que aponta para o lugar do adolescente na estrutura institucional, mostrando onde pode ou não trafegar. O exercício da disciplina expressa-se objetiva e subjetivamente. Objetivamente, mantém-se a ideia de grades para inibir a movimentação, acoplando as regras de circulação e as possíveis consequências se ultrapassarem tais limites, como se observou na unidade em estudo, que tem grades nas laterais da casa restringindo a circulação direta do adolescente ao redor casa. Além disso, a porta que seria de entrada, ilustrada na figura 9, no capítulo II, foi trancada e foi aberta outra porta na sala de revista, que permite a visualização direta da equipe quando o adolescente acessa a área do pátio na frente da unidade. E subjetivamente, associa-se a circulação neste espaço às regras internas, com a proibição de ir à frente da casa sem a permissão dos educadores, mesmo para buscar uma bola que caiu no terreno

[90] A priorização do trabalho parece atrelar a este a ideia de um poder regenerativo. Trata-se de um discurso da produtividade da lógica econômica estabelecida com o advento da industrialização, que chega a ser punitiva por limitar a liberdade do indivíduo, pressupondo que, por sua condição econômica, o trabalho deve ser prioridade. Esta é uma das características das instituições de sequestro que discutiu Foucault (2002, p. 119-120): "A primeira função do sequestro era de extrair o tempo, fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transformasse em tempo de trabalho. Sua segunda função consiste em fazer com que o corpo dos homens se torne força de trabalho. [...] Além deste, [...] poder econômico, [...] também político. As pessoas que dirigem estas instituições se delegam o direito de dar ordens, de estabelecer regulamentos, de tomar medidas, de expulsar indivíduos, aceitar outros, etc.".

vizinho, conforme relato do nono dia de campo por dois adolescentes: "[...] o problema [da semiliberdade] não era a regras, mas ter que dar satisfação toda hora, não podia pegar bola na frente sem pedir [...]".

Somado a isto, numa estrutura altamente disciplinadora, a semiliberdade pune qualquer atitude fora dos protocolos, conforme regulamento disciplinar existente, seja com sanções educativas mais "severas", como a perda da visita à família, seja menos "severas", como elaboração de exercícios[91] reflexivos sobre a importância dos estudos, sempre moduladas pela gravidade das faltas, como relataram as entrevistas e foi observado na rotina institucional. Neste aspecto, avalia-se que, mesmo o adolescente tendo uma boa avaliação semanal, se descumprir uma determinada regra, poderá perder os "benefícios" ou "direitos" concedidos por estar em semiliberdade.

A vigilância na unidade de semiliberdade parece palavra de ordem, seja direta, pela presença de um membro da equipe observando e orientando, ou indireta, por meio do monitoramento das atividades de rotinas fora da unidade. Trata-se de uma vigilância que se estende para além dos muros ou da estrutura física, por meio do monitoramento das atividades externas, o que se torna também um instrumento de regulação de poder. Ou seja, a vigilância não é mais apenas direta, ou seja, atrelada à presença do adolescente na unidade, mas indireta, por meio do acompanhamento da frequência do adolescente na aula, mesmo após ser deixado na frente da escola. E a desconfiança faz parte do processo, haja vista que se verifica no regimento interno a previsão de realização de revistas estruturais[92] na *Casa de Semiliberdade*, o que possibilita que a equipe realize revista em qualquer coisa dentro da unidade, nos quartos, nas roupas e no corpo do adolescente, por exemplo, tanto para prevenção como em casos suspeitos.

A vigilância direta é expressa pelos adolescentes – ao alegarem "que os educadores ficavam 'enxergando' eles, não podia fazer nada que já vinham cobrando [...] nem podiam falar na gíria que já era anotado" (9º DIA DE CAMPO) – e percebida como negativa, um limitador de sua liberdade. Os vigilantes, na figura do educador social, procuram os erros, as falhas, os desvios e querem ocupar todos os espaços. A punição, com a associação desta vigilância à perda

[91] Utilizam uma cartilha e, conforme condições escolares e cognitivas do adolescente, selecionam alguma atividade que auxilie o adolescente a refletir sobre a importância dos estudos, a exemplo de atividade do Anexo I – Exemplo de medida disciplinar alternativa.

[92] Tais revistas não foram observadas nos dias de visita, nem questionadas pela pesquisadora. Contudo, a experiência em semiliberdade aponta que em algumas unidades são regulares, previstas para serem realizadas semanalmente ou em situações suspeitas, como quando observadas movimentações e comportamentos diferentes nos adolescentes, geralmente associados a uso de drogas.

de alguma atividade de interesse, como a visita à família e as saídas desacompanhadas, é consequência negativa da avaliação semanal.

Não só a ideia de vigilância direta, percebida também pelos adolescentes, é valorizada pela equipe, mas a da vigilância indireta, o monitoramento, como um modo de supervisionar, cuidar e acompanhar o adolescente. Trata-se de um modo que os entrevistados sugerem ser seguido pela família, cuja falta teria facilitado o adolescente entrar em cumprimento de uma medida socioeducativa. A questão que se coloca aqui não é o controle ser positivo ou negativo em si, mas a que ele se relaciona: a instauração de um aparelho de desconfiança circulante, que ao não ser realizado pela família passa para a semiliberdade. Na perspectiva do biopoder, ele serve para adequar o indivíduo ao necessário para a submissão social e aceitação do que está posto.

Segue-se, assim, o que salienta Foucault sobre o uso da vigilância que (2012f, p. 169): "[...] se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar", que objetiva "[...] fazer funcionar, através dessa medida 'valorizadora', a coação de uma conformidade à realidade" (FOUCAULT, 2012f, p. 173). Como expunha Bentham (1748-1832 *apud* FOUCAULT, 2012f), trata-se de um sistema de vigilância que dá importância ao trabalho, não só no sentido produtivo financeiro, mas no sentido disciplinar de adestramento.

Atrelado a isto na semiliberdade, o poder disciplinar que se configura pela vigilância não se expressa apenas intrínseco aos processos internos da unidade, mas se amarram a outros fluxos como os de monitoramento externo da vida do adolescente (frequência na escola, trabalho, das condutas, etc.), num processo de valorização das relações interpessoais e do apoio comunitário na inserção dos adolescentes, tendo como plano de fundo as justificativas dos direitos humanos, que compõem a estrutura biopolítica da relação do poder moderno. Ou seja, o adolescente circula nos diversos espaços sociais, que se comunicam a partir da vigilância e do monitoramento constante do cumprimento ou não das normas, e, caso não as cumpra, é punido com alguma medida disciplinar, geralmente coercitiva, para aprender a seguir as regras, de modo que se consiga "recuperar", "moldar" o indivíduo. Consiste, pois, em um espaço social definido, estabelecido, necessário à vida comunitária, que circunscreve um campo de relações sociais específicas, e como expõe Foucault (2012e), é fundamental para o exercício do poder disciplinar. A proposta da semiliberdade oferece certa "liberdade" em troca da sujeição dos corpos, das falas, das condutas.

A análise possibilita pensar que a semiliberdade não deixa de ser uma prisão, mas como dizem Passetti (1998) e Augusto (2013) uma prisão a céu aberto, que faz parte dos modos de relação da modernidade na organização das relações de poder. Ou seja, a semiliberdade continua sendo uma modalidade institucional política para manutenção do sistema, que se engendra nos novos fluxos de controle, agora por meio de uma rede de vigilância a céu aberto e não mais dentro de um espaço específico, como era no primeiro modelo do panóptico proposto por Bentham. Trata-se de um espaço institucional[93] que não é neutro e está reservado para o que "não tem" lugar com comportamento desviante, um espaço de passagem, mas que se mantém fechado mesmo sem grades, algemas e muros altos com serpentinas.

Um modelo que está sendo reinventado, conforme observado no relato das 13 entrevistas, que reforçam a necessidade de alinhamento da proposta pedagógica e estabelecimento de padrões específicos, justificando a partir disto alguns dos insucessos da instituição, por exemplo, quanto à adesão dos adolescentes. Contudo, como afirma Deleuze (2010), nas novas configurações da sociedade, a de controle, nunca se termina nada, então a tendência é continuar reinventando este espaço institucional dentro da ideia racional de evolução.

4.1.1 O exercício do poder disciplinar

> O poder do tipo disciplinar, tal como aquele que é exercido – pelo menos que foi exercido – em um certo número de instituições, no fundo aquelas que Goffman chamava de instituições totais, é absolutamente localizado, é uma fórmula inventada em um momento determinado, que produziu um certo número de resultados, que foi vivida como totalmente insuportável ou parcialmente insuportável; mas é claro que não é isso que representa de maneira adequadas todas as relações de poder e as possibilidades de relação de poder. O poder não é a disciplina; a disciplina é um procedimento possível do poder (FOUCAULT, 2011, p. 224).

Foucault (1999a) salienta que este poder não é exclusivo da sociedade disciplinar, mas nela se diferencia. A partir das técnicas do poder disciplinar, o corpo é segmentado em várias partes, que devem ser controladas para que ele se torne dócil e útil. Como salientam Rabinow e Dreyfus (1995, p. 169), "a disciplina é uma técnica, não uma instituição. Ela funciona de modo a

[93] Um espaço que seria estudado, conforme Foucault (1984b), pela Heterotopologia, uma ciência que estudaria os espaços absolutamente diferentes reservados aos desviantes, que serviria para contestar os espaços reais em que vivemos.

ser maciça e quase totalmente apropriada em certas instituições (casas de detenção, forças armadas) ou usada para fins precisos em outras (escolas, hospitais)".

No funcionamento do campo de estudo desta dissertação, verifica-se a prevalência desse poder associado a sua proposta pedagógica, reproduzindo de diversas maneiras o poder disciplinar entre as estratégias institucionais e as intersetoriais. Os instrumentos pedagógicos, tais como estudo de caso, PIA, avaliação semanal ou conselho disciplinar, divisão de tarefas entre direção, educadores sociais e técnicos, técnicas de monitoramento e vigilância, estabelecem uma correlação entre saber e poder intrínseco na função da instituição marcada dentro da semiliberdade. Também as estratégias intersetoriais, inserções na escola, trabalho, saúde, cultura, lazer, trabalho com a família e com a comunidade, interlaçam a proposta pedagógica a outras instâncias de monitoramento e controle da vida dentro dos métodos da biopolítica.

Ou seja, cada uma das estratégias institucionais atreladas às intersetoriais funciona como disciplina, pois como expressa Foucault (2012f, p. 118) estas são compreendidas como "[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade". Tal questão se expressa na fala de alguns servidores durante as entrevistas:

> Assim, o objetivo da semiliberdade fica adequar o adolescente ao convívio social, sem precisar ser o melhor adolescente do mundo, mas saber viver em sociedade (Nanci, servidor público).
>
> O objetivo é que o adolescente aprenda a se comportar como a sociedade aceita. Onde ele tem que se conformar aceitando o que lhe é imposto. É aceitar a obedecer (Clair, servidor público).
>
> Objetivo: formar cidadãos, colocando valores (Darci, servidor público).

A materialização do poder disciplinar na busca por tais objetivos ocorre tanto com o trabalho da equipe técnica, entrelaçando o adolescente numa teia que visa a conduzi-lo a determinada direção, que configura as relações de poder, até a operacionalização da avaliação, quanto com a operacionalização da avaliação semanal, realizada pelos educadores para o acompanhamento dos acordos firmados para a modulação da conduta.

No trabalho técnico, a disciplina interliga-se por tratar-se de um instrumento que, como expressa o caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a, p. 62), deve "considerar aspectos referentes ao histórico infracional e à natureza dos delitos, à família e às relações sociais", e

assim auxilia na formação de determinados saberes sobre os usuários da instituição. Ou seja, possibilita, sem o emprego da força ou do enclausuramento físico, o estímulo do máximo de aproveitamento dos envolvidos no sistema. Conforme também afirma o caderno, esse trabalho deve "estimular a formação e o estabelecimento de vínculos, desenvolvimento de sentimentos de pertença, estímulo ao desenvolvimento de capacidade para crítica e autocrítica, autocontrole e autoestima", de modo a auxiliar na organização do campo disciplinar que propicia a substituição da vigilância direta pelo monitoramento e da punição direta pelo controle.

No dia a dia da instituição, os técnicos colaboravam a partir de intervenções instituídas (atendimentos técnicos sistemáticos) e não instituídas (conversas e atendimentos informais) para o controle dos sentimentos e comportamentos dos adolescentes, mediando conflitos e conciliando a constante tensão presente na educação pelo medo. Trata-se de um trabalho focado no indivíduo e no coletivo. É individual quanto aos objetivos do PIA e às questões particulares da vida de cada um e caracteriza-se como coletivo na mediação de conflitos e participação nos manejos do grupo de adolescentes institucionalizados. A partir dos conhecimentos técnicos específicos, os profissionais se propunham a auxiliar o adolescente a aceitar a proposta socioeducativa, o grupo a colaborar uns com os outros e com a equipe nesse processo e a equipe a criar ou buscar estratégias para a efetivação dos objetivos do SINASE (BRASIL, 2012b) – responsabilização, desaprovação, interação social e garantia de direitos, conforme as orientações técnicas e legais. Isso é o que se observou no segundo dia de campo, em que, conforme explanado anteriormente, um membro da equipe técnica interagiu com um adolescente que questionava sua medida disciplinar, com vistas a entender os motivos da sua aplicação e aceitá-la, ao reforçar que a "medida disciplinar era consequência de seus atos e que ele devia se responsabilizar".

No processo socioeducativo, evidencia-se uma valorização dos saberes psicológico, educacional, jurídico e social, por meio das ferramentas de estudo de caso e conselho disciplinar, numa trama que busca o consenso e pressupõe a articulação da verdade[94]. Isso sob a regulação do sistema de sancionar e socioeducar, abarcado num sistema de relações de poder, que "a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem" (FOUCAULT, 1984c, p. 14), entrelaçados nos objetivos socioeducativos, de forma a encontrar os problemas e apontar soluções, facilitando o fluxo dos novos controles. Conforme pesquisa de Feitosa (2011), as

[94] "Por 'verdade', entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados" (FOUCAULT, 1984b, p. 14).

análises dos técnicos, realizadas nos relatórios encaminhados ao judiciário, são recuperadas pelos juristas para fundamentar a aplicação das medidas privativas de liberdade. Assim, os técnicos, com suas ferramentas, como estudo social, parecer, atendimentos individuais ou grupais, visitas técnicas, relatórios, testes e outros, tornam-se funcionais ao sistema prisional e à manutenção do encarceramento.

A avaliação semanal torna-se também uma estratégia institucional que opera o poder disciplinar, que correlaciona o monitoramento, o controle, a punição e a recompensa. Alicerçada no disposto pelo SINASE (BRASIL, 2012b), no que seria o regimento disciplinar *versus* sanções previstas de acordo com a gravidade da falta disciplinar, a avaliação da semiliberdade em estudo organiza e controla tal funcionamento dentro de um processo considerado racional e objetivo pela equipe. Talvez consista em uma variação do proposto pelo caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a) como conselho disciplinar, transformado pedagogicamente num sistema de avaliação protocolizado com a participação direta dos educadores sociais (avaliação com notas) e da direção (aplicação das sanções e sistematização dos dados) e indireta dos técnicos (em atendimento se pode conversar sobre o que se conseguiu ou não cumprir), conforme análise das entrevistas.

Apesar de esta avaliação não ser exatamente o proposto como conselho disciplinar, reproduz o exposto pela legislação sobre o regimento disciplinar e suas sanções, que devem ser classificadas e gradativamente sancionadas. Ou seja, se reproduz em menor escala o sistema jurídico numa microestrutura. Trata-se de um sistema que visa a pesquisar a verdade e exercer um papel regulador e de controle na relação de poder entre os atores envolvidos; um sistema baseado na prática jurídica, que "definiu a maneira pela qual os homens podiam ser julgados em função dos erros cometidos, a maneira pela qual se impôs a indivíduos determinados a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras [...]" (FOUCAULT, 2014, p. 133).

Contudo, apesar de a regra ser informada no primeiro dia, durante a recepção do adolescente na unidade, e estar acessível no mural, conforme destacado por Nanci, em sua entrevista, transcrita parcialmente no capítulo III, nem sempre é seguida à risca. Ou seja, como o campo de dominação é instável, os adolescentes se modificam à medida que são utilizadas determinadas estratégias e, por isso, em alguns momentos, resistem e operam as relações de

poder que se correlacionam. Assim, necessita-se de várias estratégias de resistências[95], seja da semiliberdade, seja do adolescente. Na questão do uso da droga na semiliberdade, por exemplo, o adolescente parece contestar toda uma política proibicionista de tolerância zero. A equipe justifica uma sanção disciplinar mais severa aplicando o máximo de um mês sem visita familiar e, ao longo das avaliações seguintes, considera se melhorou ou não o comportamento do adolescente, podendo assim diminuir o tempo.

Os métodos dessa prática jurídica, como a pesquisa, o exame e a prova, são reproduzidos nesse sistema de avaliação, somados a outras estratégias institucionais. O exame associa-se à sanção normalizadora e à vigilância hierárquica, constituintes do âmago da disciplina, que entrelaçam ao procedimento a necessidade de observar e o direito de punir. Isso é o que se verifica na avaliação semanal da *Casa de Semiliberdade*, que estabelece a pesquisa e o jogo da prova no caso de Ruan, adolescente egresso, que justificava sua evasão[96], após ter sido interpelado pela equipe juntamente com os demais adolescentes sobre quem seria o dono da droga que haviam fumado dentro da unidade: no relato o egresso disse que, para não delatar ninguém e não correr o risco de ser apreendido e voltar para o regime fechado, ele preferiu fugir. Na ocasião, os evadidos tornaram-se os detentores da droga, ou seja, não por constatação eram os autores da falta, mas pela reação. A dúvida da equipe estava calcada na possibilidade do futuro, conforme descrição de Foucault (2014) sobre a prova, característica da sociedade grega arcaica. O exame se concretiza no relatório encaminhado ao juiz, a partir dessas várias avaliações semanais, que compõem o que o adolescente fez ou deixou de fazer durante a medida, associadas ao seu PIA.

No caso do exame, a relação ocorre com apoio da psicologia e do serviço social, diante das evidências verificadas pela equipe de educadores, que acompanham o adolescente cotidianamente, e de cada técnica, a direção indica e discute com os técnicos a sugestão para o juizado. No terceiro dia de observação, a posição hierárquica do diretor fica evidente na sua fala, pois este "[...] alegava que se não concordasse com a sugestão final da equipe técnica, em tese detentora da sugestão, não assinaria o relatório a ser encaminhado ao judiciário". Ou seja, todos

[95] Resistência que se interliga ao estabelecimento de relações de poder, que no caso da semiliberdade precisam ser articuladas de novas formas. Trata-se de um poder que, como explica Foucault (2002), é estabelecido na relação; todos exercem o poder que se estabelece na relação.

[96] Evasão esta compreendida por Foucault (2012a, p. 114) como um dever, pois, considerando que "a prisão cria o perigo, é justo querer escapar dela [...] é indispensável, caso não se queira tornar-se perigoso", como discutido no Capítulo V, no tópico intitulado "A recusa ao controle: evasão como solução".

ficam de algum modo subordinados hierarquicamente à figura central do diretor.

Tais questões se associam ao processo do adolescente, que sabe que, se seguir as prescrições disciplinares e aceitar o monitoramento, o controle, poderá ser desligado judicialmente da semiliberdade, como observado no oitavo dia de campo, no seguinte relato dos adolescentes: “e reconheciam que se seguissem as regras poderiam ir logo embora, e por isso tentavam fazer para não precisar mais ter problema com a justiça e suas mães não sofrerem”.

Analisa-se que a disciplina, considerada nas problematizações foucaultianas como um método que visa a estabelecer a relação entre saber e poder, se sustenta dentro da semiliberdade, assumindo uma nova roupagem, sem deixar de lado a raiz que a criou, conforme associação a análises de Foucault (2011) sobre a temática. A semiliberdade, com suas estratégias pedagógicas, permite a continuidade do ciclo de invenção de técnicas de poder ao mesmo tempo em que vai formando um saber que a faz referendar algumas verdades, destruir outras e construir novas. Contudo, o ciclo não é linear e sim descontínuo uma vez que o poder é frágil e as resistências aparecem quebrando o ciclo, modificando-se e buscando novos ajustes.

Para Foucault (2011), o poder, diferentemente do esquema mental corrente existente na política, no governo ou na relação de dominação, se estabelece na relação e, quando esta acaba, interrompe-se sua existência, que flui para outras relações em outros espaços e com outras pessoas. O poder disciplinar é um dos meios possíveis para realizar sua existência, sendo que ela só é possível entre homens livres. Ou seja, para que o poder disciplinar aconteça, é necessária a participação do adolescente, não uma participação consciente, crítica, mas um consentimento, uma aceitação. Esta está prevista nas leis da possibilidade de efetivação de uma prisão na modalidade do semialbergue, como expresso por Muakad (1990) e Silveira (1981), na capacidade de o preso de cumprir a medida, também expressa na legislação do ECA (BRASIL, 1990) e na indicação do adolescente para cumprimento de uma medida socioeducativa.

Outro aspecto que se associa ao poder disciplinar é a eficiência do modelo panóptico, que se justifica por

> Induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT,

> 2012f, p. 191).

Na semiliberdade, este modelo não está somente na estrutura física, como analisado no capítulo II, por meio da figura 8, mas também se associa à estratégia pedagógica do PIA, detalhado no capítulo III. Este plano que tem por finalidade individualizar a pena e os mecanismos de controle que se liguem àquele indivíduo específico, juntamente com os demais instrumentos, dispensa a estrutura arquitetônica com "tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho perfeitamente individualizado e constantemente visível" (FOUCAULT, 2012f, p. 166). Assim também as avaliações semanais e os estudos de caso devem ser individualizados. Este estabelecimento da medida com a individualização associada a um indivíduo que coopera com a relação de poder, interligado com a possibilidade ou não do desligamento da instituição ou da medida socioeducativa, envolve o adolescente na trama de monitoramento e controle e possibilita que a estrutura física se altere. Ou seja, não são mais necessárias as torres; pode haver apenas uma portaria. Não mais são necessários tantos vigias para estar em todo o espaço físico, o que possibilita o acoplamento dessa função com a do educador social, como expressa a proposta.

Tal transposição foi percebida pela equipe da semiliberdade em estudo no decorrer de sua história, conforme apontam uma das entrevistas e um dos relatos do sétimo dia de campo:

> Antes os procedimentos eram diferentes. Já fizemos várias tentativas, por exemplo, no controle da frequência dos adolescentes na escola. No início chegamos a ficar de plantão na escola, mas não deu certo houve situações de ameaça, assim as regras foram se alterando e os mecanismos de controle também (Darci, servidor público).

> A equipe considerava que, com um monitoramento mais intensivo, os adolescentes, que já sabiam da avaliação semanal e como funcionava a avaliação do sistema com possibilidade de comunicação ao judiciário do descumprimento das regras ligadas à medida de semiliberdade, não iriam mais ausentar-se da escola. Mas o resultado não foi como esperado, com a associação direta da conduta de monitoramento intensivo do educador com a figura da polícia, os adolescentes continuaram tentando ausentar-se da escola e quando não conseguiam transgrediam regras dentro desta, fazendo uso de entorpecentes, por exemplo. Os conflitos se acirraram, chegando a gerar ameaças de adolescentes para com educadores e a tornar as relações entre escola, casa de semiliberdade e adolescentes insustentáveis, levando ao abandono da prática. O monitoramento atualmente é realizado assistematicamente, sabendo-se da ausência porque a escola avisa ou porque o adolescente admite as faltas ou, ainda, por outros motivos (7º DIA DE CAMPO).

O uso destas técnicas, associadas ao poder disciplinar, aponta o que já tinha avaliado Montesino, que o mais ineficaz de todos os recursos em um estabelecimento penal seria os castigos corporais extremos, "porque os maus tratamentos irritam mais que corrigem e afogam os últimos alentos de moralização" (MONTESINOS *apud* BITENCOURT, 2004, p. 90). Tais análises permitem confirmar o que expressava Foucault (2012f, p. 148) sobre o poder disciplinar, que

> [...] torna-se um sistema 'integrado', ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seus funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede "sustenta" o conjunto, e perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros, fiscais perpetuamente fiscalizados.

A semiliberdade funciona ainda como um aparelho de saber, que inventa e reinventa inúmeros instrumentos para um contínuo controle das ações da vida e do corpo, para transformá-los em obedientes e úteis. Contudo, indaga-se a funcionalidade desse poder disciplinar, quando as técnicas atingem uma média de quase 25% dos casos atendidos na semiliberdade em estudo. Questiona-se como estas técnicas operam para que 43% dos casos desta unidade deem continuidade aos planos traçados na instituição. Neste aspecto, verifica-se que o poder disciplinar não é absoluto na condução das relações de poder dentro da instituição e que os adolescentes resistem a ele, por meio de vários comportamentos, não somente enquanto estão na instituição, mas quando saem e, por exemplo, não continuam os planos traçados. Uma análise é que, como o poder ocorre na relação, quando esta muda outros mecanismos são acionados ou, se os espaços ocupados têm métodos similares, aparecem novas resistências e novas expressões e as possibilidades são múltiplas, na grande maioria não correspondendo ao adolescente idealizado pela instituição, como se discutirá no tópico a seguir.

Além disso, parece que a proposta da semiliberdade, que se reinventa dentro das técnicas disciplinares, apesar de não cumprir uma de suas metas, que é a reeducação dos adolescentes, se mantém existente devido à sua eficácia em auxiliar na normalização da vida e na continuidade de determinados fluxos de vida dentro da sociedade. Mesmo que a taxa de não cumprimento da

medida seja de quase 75%, esta colabora para formar um saber sobre os indivíduos que não se enquadram no padrão normal.

4.1.2 Semiliberdade: uma prisão com tom de “educação”

Neste ambiente ambíguo e paradoxal da prisão em semiliberdade, em que deve prevalecer o caráter pedagógico, a partir da pedagogia da presença e da disciplina, a tarefa do socioeducador é contraditória. Tal questão se evidencia na dupla função a ser desempenhada: vigiar e punir e, ao mesmo tempo, investir na formação de uma relação de reciprocidade, acolhedora e protetora, como figura que apoia o adolescente na caminhada do processo socioeducativo. Atua-se, pois, no encontro, nos embates, nos conflitos, seja na função de técnico ou de educador social, cada qual com suas particularidades. Ou seja, a semiliberdade consiste em um entrelaçamento do pedagógico, que tenta dar um tom de “educação” à prisão, mas que se centra na correção e no ensinar um modo específico de viver a vida; afinal, o que prevalece é o vigiar, o disciplinar, o monitorar, o controlar.

Na proposta da Pedagogia da Presença de Antonio Carlos Gomes da Costa (2001), a presença é ferramenta de trabalho para auxiliar os adolescentes autores de atos infracionais na superação de suas dificuldades pessoais e sociais, que impedem o pleno desenvolvimento. Para o autor, não se trata de ressocializar e sim possibilitar ao adolescente uma conciliação que materialize um caminho digno e humano para sua vida. Para tanto, a primeira coisa que deve ocorrer é a conciliação do adolescente com ele mesmo e com os outros, para então poder ser feita a inserção social compatível com seu desenvolvimento. O autor entende que as condutas desses adolescentes são uma forma de reivindicar um modo de vida mais humano. Assim, ouvir os apelos associados a tais questões, por meio de uma presença na vida desses adolescentes, apoiando-os na superação dos obstáculos que encontram para efetivar as promessas ao nascer, seria o caminho para a mudança de rumo em suas vidas.

A Pedagogia da Presença pressupõe uma presença construtiva na vida do adolescente, estruturada numa relação de aproximação e distanciamento. Na aproximação, o socioeducador deve buscar conhecer ao máximo o educando, identificando de forma amistosa as problemáticas envolvidas e mostrando preocupação e cuidado com o adolescente. No distanciamento, o

socioeducador se afasta para realizar a crítica e obter pontos de vista sobre a totalidade do caso, visando a perceber como as condutas se desencadeiam (COSTA, 2001).

Para o autor, o socioeducador, diante das condutas agressivas, impulsivas, intolerâncias às normas, apatia ou indiferença, deve observar além do aspecto negativo, possibilitando enxergar o pedido de ajuda que tais condutas evidenciam. Costa (2001) pondera que também é conveniente estar atento ao jogo de manipulação que ocorre nesta relação, que pode pôr a perder todo o processo se não evitado. A orientação básica nessa relação é a valorização dos aspectos positivos da conduta do adolescente, sem rótulos ou classificações categóricas ou foco nas deficiências, e sem aceitar que o adolescente possa ser adaptado ao que está posto.

Dentro deste princípio, deve se configurar o trabalho dos atores da socioeducação, os socioeducadores, tanto os técnicos, quanto educadores sociais. O trabalho técnico em semiliberdade, segundo descrito pelo regimento interno da unidade e no caderno de semiliberdade, no cotidiano da instituição, deve realizar atendimentos aos adolescentes e às suas famílias, interagir por meio de reuniões, estudos de caso e visitas com os demais funcionários da instituição e da rede de atendimento local, bem como articular as ações de encaminhamentos dos adolescentes e de suas famílias às diversas áreas. Além disso, o técnico tem o papel de organizar e dirigir os estudos de caso, fazer os Planos Individuais de Atendimento e os relatórios técnicos, bem como acompanhar o processo judicial do adolescente e auxiliar nas informações deste processo.

Na unidade em estudo, os atendimentos aos adolescentes eram organizados pelas respectivas áreas do conhecimento técnico. Os exclusivos da área de psicologia, até pouco tempo indisponíveis dentro da unidade, configuravam-se pela previsão de atendimentos semanais individuais sistemáticos e previamente agendados, ocupando o espaço destinado a atividades coletivas da unidade. Na área do serviço social, os atendimentos organizavam-se conforme necessidade de intervenções, prevendo-se o atendimento inicial dentro do procedimento de recepção e os que auxiliam na organização e formalização do PIA, bem como outros relacionados às intervenções junto à família ou ao adolescente, conforme competência da área.

No serviço social, também se realizavam visitas domiciliares à família, participação de reuniões da rede, encaminhamentos para confecção de documentos e em serviços da assistência social, tanto para o adolescente quanto para a família. A psicologia, assim como o serviço social,

também participava de reuniões de articulações entre os serviços para inserção dos adolescentes, encaminhamentos na área da saúde e elaboração do PIA.

Os relatórios eram confeccionados por representantes da equipe técnica, psicólogo e assistente social, com sugestões sobre a continuidade ou não da medida imposta, seguindo as orientações prévias do caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a) e a partir de conversas com a direção e opiniões de educadores sociais. Sobre os tópicos analisados nos relatórios, verificou-se que os documentos arquivados nas pastas dos adolescentes contemplavam histórico infracional, situação familiar, adesão às substâncias psicoativas, características pessoais, participação na rotina institucional, capacidade de cumprir normas, relações interpessoais, condutas e desempenhos nas atividades externas e expectativas de futuro, conforme orientações do caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a).

Um dos obstáculos que a equipe estava encontrando era a impossibilidade de inserção do adolescente no mercado de trabalho por meio do programa de aprendizagem do Estado e conseguir mais vagas nos programas de aprendizagem do município, já que nem todos poderiam, conforme legislação, trabalhar fora da condição de aprendizagem. Conforme observado nas conversas da equipe no sexto dia de campo, o caminho foi, juntamente com a equipe, reunir-se com empresas, como a Itaipu e os programas de aprendizagem, para criar estratégias de inserção nessa área. Destaca-se que a análise das evasões estaria associada à falta de oportunidades no mercado de trabalho e que existia a necessidade de grande parte dos adolescentes conseguir renda para poder ajudar suas famílias na subsistência material, questão que muitas vezes os levava a infrações como tráfico de drogas, furtos e assaltos.

O trabalho técnico, neste sentido, tal qual as demais funções, é visto como essencial, segundo expressam alguns entrevistados:

> Essencial como o do educador. É um atendimento que o educando pode falar. Para mim faltam também profissionais como terapeuta ocupacional e pedagogo (Jacques, servidor público).

> Trabalha na vertente da inserção e outra não exclusiva do técnico pela formação técnica. Trabalha a responsabilização do ato infracional. Também articular o retorno do adolescente com o meio externo, organizar documentação civil. E também deve articular discussões com os educadores sobre a medida, sobre ato infracional, adolescência entre outros temas (Nara, servidor público).

> O técnico tem um papel fundamental no processo socioeducativo, haja vista que o adolescente tem um respeito à equipe e sempre procura cumprir com as orientações e sugestões da mesma (Juraci, servidor público).

Trata-se de uma função fundamental também para o judiciário, pois as informações contidas nos relatórios, por exemplo, são utilizadas para embasar as sentenças, reproduzindo e sendo peça do processo judicial.

Como expressou um dos entrevistados, o trabalho da equipe técnica é

> Limitado. Psicologia não faz terapia e não pode receitar remédios. O serviço social não tem condições estruturais de atender a família, que seria indispensável. Acho que cumpre o protocolo legal. Não orientam as equipes por dificuldades dos educadores aceitarem outras visões... ajudam a resolver conflitos. Também procura atendimento especializado nas áreas para os adolescentes (Clair, servidor público).

Tal relato aponta para um modo de atuação restrito a estas disciplinas que mesmo dentro de seus escopos de trabalho restringem-se a compreensões de "cura" e "solução", ultrapassando as possibilidades de ações fora do idealizado ou previsto institucional e socialmente.

Esta problematização também se vincula à atuação direta do educador social, que deve envolver-se plenamente na relação com um adolescente, como propõe o caderno de semiliberdade, com base nas ideias da pedagogia da presença, descrita por Costa (2001), mas com outro viés de compreensão e atuação dentro do sistema. Diferente da equipe técnica, a atuação do educador social interliga-se à organização e ao ordenamento da rotina do adolescente dentro da instituição. Tal profissional deve acompanhar e orientar as ações do adolescente desde o horário de acordar até dormir, incluindo atenção também durante o sono noturno. Ele deve disponibilizar seus recursos internos e externos pessoais para favorecer a construção de uma relação positiva com o adolescente. O objetivo seria estabelecer uma relação capaz de influenciá-lo e redirecioná-lo, principalmente como figura de referência, ser um apoio na "educação" do adolescente que precisa se conciliar consigo mesmo e com os outros, conforme expressa Costa (2001).

Contudo, questiona-se se isto realmente seria educar. A ação parece realmente estar centrada na correção da conduta do adolescente ainda tratado como "desviante", que deve ter sua vida, sua conduta, seus gestos, suas falas corrigidas. Ou seja, o educador que "[...] faz quase o papel de um irmão mais velho. [...] é presença, autoridade, acolhimento. [Que] o adolescente

pode procurar [...] para conversar [...]" (Clair, servidor público) de fato está ensinando, socializando "[...] valores que [os adolescentes] não tiveram. [E podendo experimentar] uma convivência harmoniosa dentro da casa, que [também] nunca tiveram" (Clair, servidor público).

Há diferenças destes educadores em relação aos educadores do CENSE, como explicita Francis, servidor público:

> No CENSE o educador aloja e numa situação de crise pode sair da linha de frente. Na semi não. O educador tem que estar junto do adolescente, conhecê-lo, se aproximar. O trabalho é bem diferente (Francis, servidor público).

Ocorre que, mesmo mostrando-se como uma figura confiante para a qual "[...] o adolescente de forma espontânea demonstra os seus medos e inseguranças bem como fala das suas fantasias em relação às possibilidades de crescimento no mundo do crime" (Juraci, servidor público), a ideia de controle destaca-se. Afinal, como diz o mesmo servidor, "[...] os educadores de posse de todas essas informações são transcritas em livro próprio para trabalho da equipe técnica e diretamente orienta o adolescente sobre as desvantagens de prosseguir no caminho equivocado e as possibilidades de crescimento sendo do bem... estudando... trabalhando... e fazendo cursos para que possa auxiliar sua família e ter uma estabilidade profissional e emocional".

O que parece prevalecer, mesmo dentro da ideia de "educação" é a função de vigiar e ensinar por meio da disciplina, que leva à punição dentro da proposta do sistema, como descrevem também os entrevistados:

> Disciplinar. Auxiliar no cumprimento das atividades curriculares. De estar conversando com os adolescentes, convivendo com eles, ouvindo-os. Talvez aponte demandas que não passou para a técnica e é repassado a este para trabalhar de uma melhor forma (Ivanir, servidor público).

> Instruir as atividades dentro da casa, orientar mais, mostrar limites e impor limites. Já teve caso de adolescente não entender e ameaçar inicialmente, mas após entender o educador vira mesmo um orientador (Macedo, servidor público).

O adolescente, por sua vez, o vê primeiramente como **inimigo**, na associação com a figura do Estado repressor, conforme expressaram alguns entrevistados:

> O adolescente tem dificuldade com o educador social, até quando o diretor aplica uma medida a culpa é do educador (Nanci, servidor público).
>
> Às vezes é boa, às vezes não. Depende do perfil dos adolescentes, quando encaram os educadores como carcereiros a relação não é amistosa, mas se encaram diferente a relação fica positiva (Ivanir, servidor público).
>
> Vejo boas interações, o problema é quando o adolescente vê a equipe como polícia. Depende muito do perfil dos adolescentes e do grupo que se forma (Francis, servidor público).
>
> Varia bastante do grupo de adolescentes que estão na casa. Dependendo do grupo veem a equipe como polícia, com desconfiança... mas para a relação ser familiar tem que ter confiança (Thomas, servidor público).

Isso é o que foi observado também no discurso de alguns adolescentes da semiliberdade em estudo, como dito no nono dia de observação de campo, ao discutirem sobre as notas das avaliações semanais e dizerem que os *"educadores ficavam 'enxergando' tudo que eles faziam e se descumprissem algo já era nota baixa"*, ou quando *"um deles disse que preferia não ficar conversando com os educadores, pois não confiava neles não, só confiava na família"*. Contudo, nem todos concordavam e se posicionaram argumentando "que não via como uma questão de confiança, mas que não via que eles [educadores] tinham maldade com eles, só ficava pegando nos pés deles".

O caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a, p. 33) considera as contradições da vida em semiliberdade e a condição de trabalho que se impõe. Assim, afirma que

> [...] a ação pedagógica em muitos momentos é dolorosa, podendo-se prever a tensão, o risco e a angústia, situações que exigem resistência dos profissionais envolvidos, tendo em vista que o quotidiano institucional requer muitas vezes a tomada de decisões difíceis e implica a exposição profissional e institucional a críticas constantes, sendo este o universo em que se desenvolve a verdadeira prática pedagógica.

Ou seja, a pedagogia calcada numa presença, como apoio ao adolescente na organização de seu projeto de vida, está diretamente relacionada com a ambiguidade do sistema essencialmente prisional e se acirra com alguns instrumentos pedagógicos como o conselho disciplinar. Neste, o socioeducador abandona a ideia de ser presença colaborativa e apoio para compor um minitribunal, no qual o adolescente tem direito a ampla defesa, é assistido por um grupo de pessoas imbuídas de suas autoridades para julgá-lo e, não havendo consenso na medida

disciplinar a ser aplicada, o diretor (sinônimo de juiz) dará a palavra final.

A ambiguidade causa um embaralhado nas relações, um conflito constante, entre o modo de ser de cada indivíduo e a tentativa de forjar uma situação, como aponta mais um entrevistado:

> Além dos procedimentos de rotina, [o educador social] não força a relação. Tentei padronizar. É natural que alguns perguntem mais e outros não. Tem adolescente que não consegue ultrapassar a barreira de ver o funcionário como um inimigo. Como um representante do Estado punitivo. Como na vida real. Não cria um mundo paralelo. Quando se idealiza a semiliberdade, como um espaço de ressocialização, de onde o adolescente sai pronto para seguir em frente... mas não é assim. Exemplo, você tem que estar o tempo todo ao lado do menino e cumprir o papel de educador, mas é falso. Mistura a pessoa com o profissional. A função do educador como pessoa. O educador não está fazendo o tempo todo alguma coisa. Não tem como ficar o tempo todo interagindo. Na semi não é sustentável. Os meninos conversam pouco. Esta relação já estava legitimada aqui. Eu acho que esse clima mais relaxado é mais eficaz, porque a outra forma é forjada. Eu já tentei padronizar, como disse, estar presente o tempo todo, envolver com os problemas deles, mas isso consumia muito minhas energias emocionais (Clair, servidor público).

Apesar de a aplicação da semiliberdade ser apresentada como mérito, seja pela boa conduta dentro do sistema fechado ou por o adolescente ter condições adequadas para cumprir a semiliberdade como primeira medida, conforme descrevem as legislações, o que prevalece para os adolescentes é a ideia de privação. Por mais que encontrem aspectos positivos na instituição, o que mais desejam é o quanto antes sair desse lugar de privação e vigilância, conforme pode ser percebido num trecho do relato do décimo dia de observação de campo:

> O adolescente relatou que estava bem, ali era melhor que o CENSE, tinha mais liberdade, mas dava tudo para ficar com a família. Disse que estava trabalhando, estudando e fazendo curso e que logo poderia ir embora, pois já não via a hora. Ali poderia ser um bom lugar, mas nada substituiria sua família. E ele disse, "na semi temos mais liberdade, mas não é como a liberdade que temos em casa. Lá todos estão juntos, posso sair e voltar a hora que quero, ir ver os amigos, aqui não. Aqui a gente tem que ficar dando toda hora satisfação, não pode nem ir lá fora buscar uma bola que caiu do outro lado do muro, sem ter que pedir e explicar porque". Escutei o relato do adolescente e parafraseie dizendo família é família.

A inserção da proposta da pedagogia da presença na socioeducação, por si só, não consegue romper com os entraves de uma proposta institucional alicerçada na individualidade como mercadoria, que gera empregos úteis e renda para os servidores, mas que para os

adolescentes não se mostra consoante as suas realidades. Trata-se de um norteador social que impõe a condição de capital humano e atribui ao indivíduo a responsabilidade por solucionar conflitos instaurados pela forma de funcionamento da sociedade, além de trazer sofrimentos para o campo individual. Como dito por Nanci, servidor público, os educadores têm o papel de se doarem como "pai" e "mãe" "bem presentes", que "conversam, orientam, aconselham, torcem, treinam uma entrevista e participam com o adolescente da rotina diária", formam "uma família para ser uma pessoa transformada, bem sucedida", "mas se frustra quando o jovem não caminha para o que ele espera". Já Clair, servidor entrevistado, disse que era falso, forjado, o fato de ter "que estar o tempo todo ao lado do menino" para "cumprir o papel de educador", pois misturava "a pessoa do com o profissional"; esse profissional afirma que já tentou padronizar, mas viu que isso consumia suas energias mentais.

Assim, questiona-se como a pedagogia da presença poderia de fato colaborar para a superação dos entraves, se estes não são apenas oriundos da internalização de comportamentos, muito menos da identificação de relações interpessoais frágeis e ambivalentes dentro do sistema socioeducativo. Já que o sistema como um todo não é voltado para considerar este adolescente em suas particularidades, necessidades e anseios, as dificuldades para o enfrentamento dos entraves são maiores e assumir tal postura faz soar falso, forjado, como disse um dos entrevistados.

Conforme as falas das entrevistas dos servidores, não é possível manter essa presença constantemente; torna-se conflituosa demais a presença e a forma de administrá-la. Segundo relatado nas entrevistas dos servidores, a equipe organizou passeios, preocupava-se. No entanto, os resultados eram pífios e as tensões não diminuíam. Como o jovem pode se expressar, se o que pensa é algo ilegal? Seu raciocínio está nessa linha, então o que pode ser feito é reprimir, reprimir suas gírias, seu pensamento ligado à criminalidade e, a partir dessa repressão, tentar mostrar-lhe outro caminho. Esta forma de trabalho prevista para o sistema é uma forma de minimizar as tensões e fazê-lo funcionar. Sem resistências e sem estratégias de poder, não haveria como viver em uma panela de pressão prestes a explodir a qualquer momento, já que o antagonismo ultrapassa os limites institucionais.

O problema, como salienta Foucault (1984a), para o intelectual, nesta discussão representada pelos profissionais técnicos, como psicólogo e assistente social, e educadores sociais, seria mudar o estatuto institucional e político da construção da verdade, e não transformar

o indivíduo para que desempenhe o papel a ele destinado dentro do sistema, seja nos moldes idealizados ou não. Dentre as problematizações das referidas atuações tal aspecto ainda não se evidencia; ao contrário, não se abandona a proposta da vigilância e da punição, mas há uma complementação e reinvenção dos modos do exercício dessa relação de poder.

4.2 O APRISIONAMENTO DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA

O adolescente autor de ato infracional atendido pela unidade de semiliberdade é, conforme análise de suas características e histórias de vida, classificado como vulnerável ou perigoso, o que justifica a necessidade de intervenção com vistas a uma transformação individual atrelada a uma forma de viver a vida dentro do modelo burguês. Busca-se adequá-lo a um modo obediente, resignado, mas que ainda assim é "protagonista" de sua vida, ou seja, deve aceitar o novo modo das relações de poder em prol dos benefícios que seriam concedidos por via democrática a aqueles que seguem as "normas", "regras" e "leis".

A família, também tem seu papel, de modo que, quando suas diferenças não se somam aos objetivos gerais socioeducativos, devem ser trabalhadas, com vistas a que compreendam seu papel fundamental e primário na educação dos filhos para um novo modo de viver. Os membros da família devem assumir responsabilidades e também buscar transformar seus modos de ser "família", adequando-se a um formato que auxilie os adolescentes a serem mais próximos do modelo de cidadão democrático.

Neste sentido, a semiliberdade, com suas estratégias institucionais e intersetoriais, entrelaça o adolescente e sua família em novos modos de aprisionamento que não exigem muros altos, grades ou algemas. Trata-se de um aprisionamento que se alia a um padrão de família e de adolescência, de um discurso sustentado pelo saber científico para estabelecer e convocar novas ações na vida da população, obrigando indiretamente seus membros a atuarem de determinada maneira para atingir seus objetivos.

4.2.1 Vulnerabilidades: o discurso da "cura" do adolescente vulnerável e perigoso

As entrevistas discorrem sobre as vulnerabilidades do adolescente em semiliberdade:

> É um adolescente que nunca teve uma rotina (horário, afazeres, responsabilidades). Estranha uma programação na vida dele. Dificuldade de ouvir um não, que traz uma revolta – que a família não conseguiu dizer. Escuta um não aqui e não recebe bem. O grau de instrução da família não consegue deixá-lo fazer frequentar a escola (Nanci, servidor público).

> É um menino pobre, mas antes disso é um menino com dificuldades afetivas. As relações com a família, as conversar são unilaterais. Não se percebe uma relação de harmonia com outras pessoas. [...] Foram tão marginalizados que não internalizaram os valores que nós temos como honestidade, respeito às autoridades, respeito à vida. Não aprenderam os valores básicos da humanidade, [...] não têm noção de causa-consequências. Todos têm déficit escolar, não gostam de pensar. [...] É frustrante fazer jogos com eles. A questão deles é aprender a burlar as regras como roubar o dinheiro do coleguinha (Clair, servidor público).

> É um adolescente acima de tudo, ignorante, não tem perspectiva, não tem uma orientação familiar. Carente. Carente até às vezes de uma família, embora tenha uma, mas nem sempre é verdadeira. E acaba adquirindo essa cultura. Aqui seria o último estágio para se endireitar (Thomas, servidor público).

Assim, os socioeducadores reproduzem e ratificam uma verdade moderna sobre o adolescente como exemplo de vulnerabilidade, como aponta Oliveira (2007). Mas não se trata de qualquer adolescente. Conforme as entrevistas, é um adolescente que não sabe cumprir rotinas, está sempre pensando em burlar as regras, com pouco estudo, com dificuldades afetivas, sem valores básicos de humanidade, transgressor, ignorante, pobre, entre outros aspectos. Constrói-se, pois, um discurso que alia uma "desestruturação" material, psicológica e cognitiva ao delito, legitimando a penalidade a ele aplicada e assim punindo o adolescente por não ser como deve. Conforme salienta Oliveira, trata-se de um adolescente específico que, associado à denominação de vulnerável,

> [...] acompanha o conceito de qualidade de vida associado à política de segurança derivada do programa fascista de tolerância zero cujo um dos objetivos é *limpar a peste* das ruas, crianças, mendigos, putas, miseráveis, usuários de drogas, pretos e quase pretos, vagabundos, migrantes, aquilo que a ordem denomina de culturas de indigentes culturais, os incivilizados. A amplificação do discurso de combate à violência mostra-se aqui em sua tessitura mais sutil, pois é preciso ao saber conduzir a vida deparar-se com a condição de sabê-la governada (OLIVEIRA, 2007, s/p).

Associando o exposto pelos entrevistados e a discussão de Oliveira (2007) a alguns dados do perfil dos adolescentes atendidos durante cinco anos pela semiliberdade em estudo, verifica-se

que o público-alvo da medida compõe uma parcela da população que tem uma defasagem escolar série-idade, pois 76,72% (145 atendimentos) estavam estudando no ensino fundamental fase II (6º ao 9º ano), sendo que a faixa etária prevalente foi de 15 a 18 anos, representando 82,2% (156 atendimentos). A grande maioria, conforme explanaram as entrevistas e evidenciava o caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a), estudava no sistema de ensino de jovens e adultos, por ser este o que atende as necessidades do público-alvo, tanto devido à questão da faixa etária *versus* escolaridade quanto em razão das condições de inserção da modalidade escolar com inserções o ano todo e matrículas por disciplinas.

Além disso, os adolescentes da semiliberdade em questão acompanham a tendência evidenciada nos dados dos relatórios nacionais de socioeducação, no que se refere à prevalência do encarceramento devido ao tráfico de drogas, com 28,4% (42 atendimentos), diante dos demais atos infracionais, que incluem crimes contra o patrimônio e contra a vida. Ou seja, apesar do discurso dos direitos humanos e da política de acolhimento humanista, conforme dados divulgados pelo Ministério da Justiça, após a Lei de Drogas, de 2006, o encarceramento de indivíduos decorrente do tráfico de drogas cresceu, superando os crimes contra o patrimônio, que parecem também se associar à questão do internamento ao adolescente. Tal questão merece uma investigação específica, não compatível com os objetivos e o campo de análise desta pesquisa, e leva a questionar como o discurso da inserção e da "cura" se entrelaçam na continuidade dos processos que dizem combater.

Destaca-se também que, para delimitar alguns itens que classificam esses adolescentes como vulneráveis, dever-se-ia ter apresentado dados sobre a situação financeira das famílias e dos adolescentes, bem com sua composição familiar. Esclarece-se que as informações não foram apresentadas devido à não obtenção destes dados em sua extensão nos anos de atendimentos da unidade em análise. Contudo, se avaliar dados de um ano em especial, o de 2012, que contempla este dado em seu relatório estatístico, verifica-se que dos 39 atendimentos recebidos 33 tinham uma renda familiar de 3 salários mínimos ou menos, sendo que a maioria vivia com no máximo 2 salários mínimos, com uma média de 4 a 6 pessoas por família.

A ênfase nas deficiências, seja das condições materiais ou individuais, permite a associação das leituras interligadas ao termo "menor", que, conforme Passetti:

> [...] é aquele que em decorrência da marginalidade social se encontra, de acordo com o Código de Menores, em situação irregular. Esta engendra condições para

> que ele cometa infrações, condutas anti-sociais que no seu conjunto revelam uma prática delinquencial. O combate a isso exige uma instituição criada para suprir as deficiências de adaptação decorrentes da vida marginal (PASSETTI, 1985, p. 37).

O desuso do termo "menor" tem ocorrido em razão do advento do ECA, que desde 1990 se presta, por meio de mecanismos políticos, à invenção da "criança universal", acompanhando movimentos internacionais, como aponta Schuch (2009). Contudo, a caracterização destes adolescentes em suas vulnerabilidades faz questionar se, após décadas, as mudanças não só na fala, mas nas práticas sociais ocorrem. Antes, se tratava de indivíduos em "situação irregular", agora são "sujeitos de direitos", que ao terem seus direitos negligenciados se tornam frágeis, vulneráveis, assim necessitando da intervenção do Estado, já que a família, primeira responsável, não conseguiu ser bem-sucedida nessa tarefa. O que mudou parece que foram os atos considerados "irregulares" e o foco direcionou-se para as condições interligadas a "vulnerabilidades". Antes eram o perambular na rua ou os pequenos furtos que levavam à necessidade de intervenção do Estado, agora são o tráfico, os roubos e os assaltos, além dos homicídios e latrocínios, conforme aponta a pesquisa de Feitosa (2011).

Parece, a partir da análise associada ao perfil de vulnerabilidade, que na prática funcional do sistema socioeducativo as diferenças e distorções se mantêm, pois indicam o atendimento específico de uma parte da população, que se diferencia por seus credos, raças e classe social, econômica e cultural. No presente, o determinante para o início das intervenções com esta população não é mais o discurso subjetivo, que respaldava as ações dos códigos de menores, mas o discurso objetivo, em que o adolescente é sujeito de direito. Ou seja, apesar de sujeito de direito, ele continua enquadrado por suas "vulnerabilidades" como o que necessita da intervenção do Estado, justificada também pela deficiência deste de ter outrora garantidos direitos. Porém, o enclausurado é sempre aquele, embora agora esteja sob a égide da garantia de direitos, da promoção da melhoria de vida, sem abandonar as raízes complexas das situações que se colocam no campo social.

Os mecanismos das práticas sociais, apesar de inovadores e muitas vezes com discursos emancipatórios, nem sempre por si estabelecem tais processos. Percebe-se que na questão dos direitos humanos, há um entrelaçamento complexo com as leis. Como expressou Deleuze (2013) numa entrevista concedida à jornalista Claire Parnet em 1988, a defesa da vida humana não se limita à defesa incansável dos direitos humanos, pois se trata de uma questão de jurisprudência,

que significa vida. Na entrevista, o autor destaca que é a jurisprudência que determina os direitos, e não o contrário, pois

> O que quer dizer "Direitos Humanos"? É totalmente vazio [...]. É conversa para intelectuais odiosos, intelectuais sem idéia. Notem que essas Declarações dos direitos Humanos não são feitas pelas pessoas diretamente envolvidas [...] justiça não existe! Direitos Humanos não existem! O que importa é a jurisprudência. Esta é a invenção do Direito. Aqueles que se contentam em lembrar e recitar os Direitos Humanos são uns débeis mentais! Trata-se de criar, não de se fazer aplicar os Direitos Humanos (DELEUZE, 2013, s/p).

Para o autor a jurisprudência, conjunto de decisões e interpretações das leis que adaptam as normas às situações reais, realizadas pelos tribunais superiores, no lugar da lei, é que faria valer de fato os direitos de vida. Pode-se pensar que, sem a criação dessas jurisprudências, os adolescentes encaminhados à semiliberdade não têm suas vidas compreendidas na dimensão de suas realidades. Assim, permanecem como um grupo específico de sujeitos, classificados e categorizados como objeto de intervenções do Estado. Sujeitos que têm suas vidas entrelaçadas à lógica bipolítica de controle da vida da população em busca da qualidade de vida, que, ao mesmo tempo em que deve garantir proteção aos indivíduos, permite que sejam enclausurados sem realmente modificar, alterar ou criar novas coisas.

Conforme explanou um dos entrevistados,

> Na realidade a gente não consegue inserir, pois só pode considerar que ouve uma inserção efetiva. A gente não tem resposta efetiva dessa inserção. Só é inclusiva se tiver a manutenção. Nos encaminhamentos para a rede, observa-se que não tem uma sistemática para trabalhar a vulnerabilidade da família. O processo é frágil. Enquanto não tem a manutenção da conquista ele é frágil. Pois não está na mão da gente... somos mediadores. Embora nada diga que não possa trabalhar na comunidade, mas é tudo burocrático e desgastante (Nara, servidor público).

O que parece se apresentar no funcionamento institucional é que as vulnerabilidades justificam os objetivos socioeducativos[97], intrinsecamente interligados à intervenção do Estado e sua gestão ligada à biopolítica, como expressa o trecho de uma das entrevistas sobre o objetivo da medida de semiliberdade:

[97] Conforme Art. 2º da Lei do SINASE (2012), seus objetivos são a responsabilização do adolescente quanto às consequências de seus atos, a desaprovação da conduta infracional, a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais.

> É incluir novamente na sociedade dando o mínimo para voltar a estudar, voltar trabalhando mostrando que eles podem fazer algo a mais. Também a criminalidade foi um modo de ser ouvidos pela sociedade. A inclusão é uma forma justa de serem ouvidos. Voltando à sociedade, à vida lícita. Pela disponibilidade da inserção escolar, inserção no Aprendiz Legal, a Guarda Mirim, no trabalho, num curso que ele faz lá fora como no Centro da Juventude. Sua interação com outras pessoas conhecendo as vivências deles e vendo os aspectos positivos (Macedo, servidor público).

Ou seja, as estratégias institucionais e intersetoriais, interligadas na finalidade de inserção dos adolescentes, se justificam, mantêm as vulnerabilidades e se associam com o discurso do adolescente perigoso, por ser sem limites, desonesto, imprevisível, como disseram os entrevistados. Isso mostra a necessidade de procedimentos de segurança. Se são perigosos, imprevisíveis, desonestos e não há como confiar neles, o que se faz necessário é um regimento interno e de avaliação semanal, seja pelo conselho disciplinar ou outra avaliação formal, como no caso da unidade em estudo, de modo a definir claramente o que não será tolerado em hipótese alguma. Um dos exemplos é a questão das drogas dentro da unidade: algo que não pode ser tolerado em hipótese alguma, tratado como questão de segurança, ao se indicar como única alternativa a regressão da medida. Conforme verificado na fala de um servidor entrevistado

> Após muito tempo sem uso na casa, o educador percebeu o uso no período noturno, o menino tentou esconder. O educador fez o relato e foi feito pedido de regressão. É um afrontamento às normas da casa. Ele não aderiu à proposta do programa. Sabe da indicação e mesmo assim ficou na Semi, mas pegou medida disciplinar (Nara, servidor público).

O regimento interno da unidade e o caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a) expõem a necessidade das rotinas de segurança, com ações objetivas, tais como revistas dos pertences e dos adolescentes no retorno das atividades externas, guarda de pertences de familiares quando nas visitas à unidade, protocolos para situações de crise (brigas, drogas, incêndios etc.) e necessidade de estabelecer ações preventivas de monitoramento constante. Tais ações são justificadas pelo discurso das vulnerabilidades, das influências do meio e da tendência desses adolescentes a seguirem uma conduta transgressora (PARANÁ, 2010a), bem como pela fragilidade da instituição, que precisa estabelecer inúmeros mecanismos para impedir que sua estrutura ceda diante das brechas que o sistema possui.

O adolescente que chega à instituição parece merecer desconfiança, pois sua história o caracteriza como um potencial perigoso. Foucault critica essa associação do perfil considerado potencialmente "perigoso" e "desestruturado" ao delito, que cria a infração psicológica, ao dizer que "se a periculosidade é uma categoria psicológica entre outras, ela não poderia acarretar nenhuma pena, nem nenhum suplemento de pena; [ou] se a periculosidade é uma possibilidade de delito ou infração, nenhuma lei autoriza a punir uma simples virtualidade" (FOUCAULT, 2012a, p. 113).

Contudo, a literatura apresenta esses adolescentes com características específicas, presentes em diferentes culturas, como comportamentos persistentes de descumprimento de normas e regras sociais; culturas diferenciadas da vigente; e comportamentos hostis e impulsivos (GALLO, 2008). Salienta-se que, a partir da superação de suas vulnerabilidades (condições sociais, emocionais, familiares etc.), o indivíduo poderá ser regenerado, mas só se aceitar a relação de poder vinculada ao poder disciplinar, que necessidade da participação do sujeito aceitando o que lhe é proposto.

Em outras palavras, tratar-se-ia de um adolescente que viveu grande parte de sua existência nas ruas, espaço privilegiado de sua socialização, geralmente autoritária, e tem diferentes organizações pessoais, sociais, culturais e relacionais. Com histórias geralmente marcadas por vivências de limites da agressividade tanto para si quanto para outros, conflitos não só familiares como institucionais e sociais, eles convivem misturados entre a economia das ilegalidades e a precariedade das legalizações (OLIVEIRA, 1996). Cada um deles consiste em um adolescente que "não é necessariamente um delinqüente, embora pratique atos considerados delinqüências" (NETO, 2011, p. 49), pois é como todo ser humano: potencialmente violento, embora, nem sempre manifeste atos violentos.

Não é o fato de entrar na semiliberdade que faz o adolescente deixar para trás sua experiência de socialização autoritária, muitas vezes apresentada como única alternativa de interação, conforme discute Oliveira (1996). Com sua juventude, como afirma Stirner (2004, p. 18), ele percebe o mundo em sua forma nua e crua, diferente da equipe, que imagina o mundo "sempre com as piores cores e quer melhorá-lo, isto é, moldá-lo à luz dos seus ideais". Ou seja, adentra a unidade com vivências singulares, que a proposta visa a transformar ou, como afirmam alguns, ressocializar, que consistiria em fazer morrer o passado para nascer de novo, tarefa árdua e, em geral, inviável.

A entrada na semiliberdade para estes adolescentes foi um dos caminhos resultantes de sua experiência humana e sua vivência do ser adolescente proveniente de tensões da dinâmica subjetiva entre o interno e o externo, que, como afirma Campos (2008), possibilita a passagem do discurso infantil para o discurso social. Trata-se de um adolescente que se encontra na semiliberdade por ter manifestado sua agressividade por meio da transgressão da lei, via inserção no mundo da ilegalidade – que oscila conforme gira o mundo e, consequentemente, o que é crime hoje amanhã pode não ser.

Sobre o ilegalismo, Foucault (2012b) diz que é uma ficção pensar que as leis foram feitas para serem respeitadas. Além disso, o autor salienta que as leis são feitas por uns e impostas a outros e que todo dispositivo legislativo estabelece espaços protegidos e aproveitáveis nos quais as leis podem ser violadas, outros em que elas podem ser ignoradas e outros em que as infrações são sancionadas. Assim, o autor destaca que o objetivo das leis é quebrar a continuidade dos ilegalismos populares e argumenta que

> O ilegalismo não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo providenciou espaços protegidos e aproveitáveis nos quais a lei pode ser violada, outros em que ela pode ser ignorada, outros, por fim, em que as infrações são sancionadas (FOUCAULT, 2012b, p. 35).

As estratégias dos adolescentes em semiliberdade, utilizadas para se manter dentro da unidade ou para sair dela, em geral, apresentam-se como infrações sancionáveis, apontando que a semiliberdade seria um espaço definido para conter os ilegalismos populares. Este espaço institucional, que possibilita ao adolescente o encontro com as regras e normas rígidas, mesmo que claras, acaba por não transmitir segurança e sim insegurança, visto que a qualquer deslize deverá vir a punição. Ao saber disso, o adolescente, já esperto na arte de viver em conflito e ter que se safar na rua desgovernada, sabe que sua atenção precisa ser redobrada. O que impera é a desconfiança dos adolescentes para com a equipe e desta para com os adolescentes, como apontam as falas dos entrevistados ao adjetivá-los de instáveis, carentes, inconsequentes, vulneráveis, ignorantes, desorientados, influenciáveis, indisciplinados, confusos, sem valores, desmotivados e imediatistas.

Apesar da associação de tais adolescentes a “problema”, independente da causa, que precisa ser “reformado”, “regenerado”, é necessário que ele tenha o potencial para a mudança

para conseguir concluir a medida, como explanaram algumas entrevistas:

> Geralmente é o adolescente que tem uma família um pouco melhor que consegue cumprir a medida de semiliberdade. Uma família que impõe mais regras ao adolescente. Ou os que já foram internados várias vezes no sistema. Do contrário todos fogem ou voltam ao fechado (Eleanor, servidor público).

> A grande maioria está em progressão de medida e a grande dificuldade para o adolescente é suportar essa liberdade de estar em sua comunidade [...] e mesmo assim retornar para a semiliberdade. Volta para o meio com as dificuldades inerentes ao contexto e terá que vivenciar esses dois espaços. Dificuldade é [...] aprender a viver com menos pelo lícito, tendo o ilícito disponível (Macedo, servidor público).

> Aquele que cumpre é quem corre atrás dos seus objetivos, está mais para adolescente do que para a equipe em si (Sinara, servidor público).

Ou seja, o potencial para o cumprimento está no indivíduo, seja por ter uma família que "impõe mais regras", seja por ir "atrás de seus objetivos", seja por "suportar essa liberdade de estar em uma comunidade, com seus amigos e mesmo assim retornar para a semiliberdade". Em contrapartida, a semiliberdade deve tornar-se atrativa para estes adolescentes, conseguir por meio dos interesses destes conduzir suas vidas em uma nova direção, como se verifica no declarado na entrevista a seguir:

> A principal demanda é se livrar do ambiente da criminalidade, de início ele acha que é se afastando das drogas... trabalhando.. Alguns acham que até casar com alguém não envolvido. Tenta-se colocar na cabeça dele que a criminalidade não tem nenhum lado bom e não é vergonhoso ser um trabalhador. E que o estudo é essencial para a vida dele. Para ter dinheiro... eles gostam muito de dinheiro... família... adquirirem bens como carro, sem se envolver com atos infracionais. Para conseguir auxiliar nisso a equipe repreende com medidas disciplinares, cortando algum benefício... no caso das drogas encaminha para o CAIA, que faz tratamento... para ganhar dinheiro inserimos em cursos e ajudamos a arrumar um trabalho, na rede privada (Aprendiz na Guarda Mirim ou anúncios em jornal) ou pública (cursos PRONATEC, Associação Horizontes e Programa Aprendiz do Estado) (Nanci, servidor público).

Tal disposição, conforme descrevem os especialistas em prisão aberta, é atribuída a determinadas características do indivíduo, sendo algumas consideradas inadequadas à convivência nesta modalidade. O inglês Lionel Fox, especialista em prisão aberta na Inglaterra, mencionado por Silveira (1981), afirmou que pessoas com transtornos mentais graves ou

deficiência mental e dependência crônica de substâncias psicoativas podem inviabilizar o cumprimento da medida. A mesma análise é mantida nas orientações do caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a), que apontam tais características como inviáveis para a indicação de cumprimento da referida medida.

Ou seja, a semiliberdade deve apresentar uma gama de possibilidades de ações para que os planos descritos no PIA do adolescente se concretizem e ele aceite seguir o que afirma o caderno de semiliberdade (2010a), um novo projeto de vida desvinculado da criminalidade, uma nova direção. As inserções que devem contemplar as várias áreas da vida humana, emaranhadas na concepção de biopolítica, conforme ECA (BRASIL, 1990) e SINASE (BRASIL, 2012b), seguem: saúde, escola, profissão, trabalho, cultura, lazer, esporte, família, comunidade e diversidade. Trata-se de um discurso que parece apontar uma "cura" por meio das inserções, ou seja, se preenchidas as lacunas deixadas anteriormente na vida desse indivíduo, quando primeiro a família, depois o Estado e por fim a sociedade[98] não cumprirem seus papéis efetivos de cuidado, o adolescente deveria se regenerar.

Por outro lado, conforme vários entrevistados, representados pela opinião abaixo, grande parte dos adolescentes em semiliberdade

> Não aceitam as medidas disciplinares. Quase 100% que se evadem estão em medida disciplinar. Mesmo nós conversando sobre o tema. Eles não conseguem se responsabilizar pelos atos. Tem que ter medida disciplinar como em casa tem um castigo, não está sendo eficaz. Mas não tem como tirar a medida. A gente tem o controle da casa e se não tiver nenhuma sanção não consegue o controle da casa (Clair, servidor público).

Questiona-se, então, se esse controle embasado pelo discurso da segurança diante de um adolescente "perigoso", "instável", "imprevisível", se deve ao fato de ele ser assim ou é aplicado em razão de não seguir o padrão idealizado de um adolescente civilizado ou, ainda, seria pelos dois motivos. O que parece que se quer é um determinado tipo de comportamento aceitável. Na visão da literatura e da equipe da *Casa de Semiliberdade*, esse adolescente não se enquadra em um padrão estabelecido pelo modelo vigente, conforme expressa uma das entrevistas:

> Para mim há três tipos de adolescentes: um normal quanto à sexualidade e à dependência; outro anormal, o "nerd", com maturidade acima do esperado,

[98] Conforme ordem de responsabilidade posta na Constituição Federal Brasileira de 1988.

> dedicado ao futuro, quer ajudar os pais, pensa nas consequências, e é considerado estranho pelos demais; e os nossos, que são os atípicos, só pensam em mulher como acha que a mulher deve corresponder a ele... ou se sentem seguros com a criminalidade... são totalmente inconsequentes... muito vulnerável... altamente convencíveis... não pensam nas consequências. Quanto aos limites da semiliberdade, estes ficam limitados ao papel do Estado, até pode colocar para estudar, fazer curso e trabalhar, mas não pode entrar no ambiente familiar. O Estado coopera em alguns pontos de dificuldades, mas não em todos os pontos de dificuldade. Quanto às possibilidades, a semiliberdade forma um conjunto de ações entre Estado, família e sociedade para fechar todos os pontos de dificuldades... se faltar um vai ter uma lacuna no desenvolvimento do adolescente (Nanci, servidor público).

Por isso, o adolescente deve ser "endireitado", " corrigido", "enquadrado", "classificado", como expresso na entrevista de Thomas, servidor público: "é um adolescente acima de tudo, ignorante, não tem perspectiva, não tem uma orientação familiar. Carente. Carente até, às vezes, de uma família, embora tenha uma, mas nem sempre é verdadeira. E acaba adquirindo essa cultura. Aqui seria o último estágio para se endireitar".

Tal entendimento justifica uma série de intervenções, alicerçadas numa proposta inclusiva e participativa, a partir dos enlaces do poder disciplinar. Apesar das alterações na legislação, a práxis parece ter acoplado o velho discurso nas estratégias de monitoramento, controle e punição, com base em um novo discurso, o dos direitos humanos. Esse embate perpassa a semiliberdade, que tenta, com suas estratégias, trabalhar com o adolescente e fazê-lo entender, por exemplo, que determinadas roupas, gírias e tatuagens o farão ser discriminado e excluído de determinados processos de inserções, como no mercado de trabalho. Ou seja, se não se adequarem, estarão excluídos destes processos. Assim, a proposta pedagógica fundamenta suas regras e proposições, para atingir uma de suas finalidades, a inserção social a determinados mecanismos sociais que garantiriam os ditos direitos humanos e sociais. Mostra-se, nos seus mecanismos institucionais, a necessidade de o indivíduo adequar-se à realidade disponível. Nesse sentido, a reinserção seria uma adaptação às relações de dominação, atualmente as burguesas, o que para Foucault (2012d) não deveria ser a finalidade desses programas; ao contrário, os programas deviam ser de transformação, e não de adequação.

Questiona-se como, apesar de um discurso do trabalho individualizado, de ferramentas construídas para tal finalidade, as estratégias institucionais e intersetoriais são capazes de "respeitar que cada um é um ser diferente", como disse Patrice, servidor público. Apesar das resistências e das mudanças legislativas, a práxis social não parece superar os entraves colocados

ao longo da história dessa práxis. O que parecia ser uma resistência como o discurso da garantia de direitos parece fazer acomodar e responsabilizar os indivíduos pelos fracassos coletivos, deixando de lado as responsabilidades coletivas de construção da realidade. Parece prevalecer a lógica da tolerância zero.

A análise indica que os adolescentes em semiliberdade são um exemplo de insuportáveis, que como disse Passetti (2004), abalam a ordem das coisas como uma criança abala e provoca riscos.

> Assim como a criança que precisa ser educada, os agitadores devem ser localizados, identificados, castigados e reeducados. Ambos (crianças e subversivos) são caracterizados, pelas leis e pelos saberes científicos, como pessoas perigosas, elementos que pertencem a grupos que necessitam de tutorias, curas, punições, banimentos. Formam, numa só pessoa, um duplo que carece de educação para superar a infância da existência e adentrar à vida adulta responsável dos que trabalham, pagam impostos, votam, cumprem deveres e se vangloriam de obter direitos (PASSETTI, 2004, p. 152).

Isso é o que justifica e fundamenta a invenção dessa instituição chamada semiliberdade, assim como de várias outras, mas esta em especial para os adolescentes autores de atos infracionais, que associa uma ação sancionatória e punitiva a outra pedagógica, educativa, socioeducativa, sendo que conforme a legislação deve prevalecer esta sobre aquela. Contudo, nem sempre isto prevalece, já que o foco na necessidade de monitorar e controlar gera tensões, que os adolescentes evadidos, ouvidos pela equipe socioeducativa, flagram em seus discursos, como perceptível no relatado de um dos egressos: “saí porque poderia ir para a internação, eles disseram isto, eu não queria vir para cá, então preferi evadir, assim se viesse também teria aproveitado a liberdade” (Arnaldo, adolescente egresso). Na interpretação da fala deste adolescente, ninguém se evade sem motivo, principalmente quando a instituição o percebe como perigoso, o que legitima sua evasão.

Na tentativa de minimizar tais tensões e estabelecer uma específica relação de poder, a equipe centra os esforços em suas estratégias institucionais e intersetoriais para evitar os conflitos e administrar as demandas advindas de encaminhamentos que em geral não seguem as orientações de quem tem ou não capacidade de cumprir a medida. Isto é, a equipe tenta estancar as fissuras e amarrar o sistema de um modo que o faça ser considerado eficiente ou às vezes naturaliza estas fissuras, entendendo como parte do processo a evasão sem questionar a relação

desta com o funcionamento da estrutura da semiliberdade – uma linha de fuga, como salientam Deleuze e Guatarri (1996). Assim, busca-se adequar as características consideradas inadequadas às normas e aos padrões vigentes, como salientam os entrevistados sobre o atendimento socioeducativo:

> Atendimento legal, fazer cumprir a medida como ser humano, profissionalmente e pedagogicamente. Possibilitar uma mudança de perspectiva de vida. Fazê-lo ser protagonista de sua própria vida, como dizia Paulo Freire. Capacidade de ele ser como qualquer adolescente: construir uma família, enxergar a possibilidade de mudança de perspectiva (Francis, servidor público).

> É uma preparação para o adolescente integrar sua vida lá fora. Aprender estudar, trabalhar e caminhar com as próprias pernas. O objetivo é a qualificação profissional, estudar e fazer com que ele trabalhe para ganhar dinheiro de forma honesta e sem precisar infracionar. Aprender o valor do dinheiro, do estudo, do trabalho e da família. Aprender que vale a pena levar uma vida honesta. O limite está na própria família do adolescente e sua estrutura. Enquanto estão aqui dentro conseguem levar as coisas, mas lá fora a cultura não é favorável (Thomas, servidor público).

Nesse processo de adequação, a semiliberdade reforça a ideia da figura do adolescente transgressor e delinquente, do mesmo modo que, com a compreensão da evasão como natural, legitima a ideia do adolescente que, devido a suas vulnerabilidades, se torna "perigoso", "rebelde", "inadequado". A vulnerabilidade, neste contexto, aparece como um modo de gestão da delinquência, e a semiliberdade, um espaço público que serve para materializar tal processo de gestão. Os adolescentes considerados "delinquentes" continuam "delinquentes", mas sob o controle da polícia e da política devido às marcas da "delinquência", da "vulnerabilidade". Assim, conforme associações com as problematizações foucaultianas, a semiliberdade, como programa de ressocialização, nada mais é que um instrumento de adequação de "delinquentes" às condições sociais dominantes; uma instituição que ainda marca o adolescente por sua "delinquência" ou "vulnerabilidade", a ponto de ele só poder viver em um meio criminal, se não se adéqua. Tal permanência não significa o fracasso do sistema penal; ao contrário, justifica sua existência.

Considerando o objetivo institucional de adequação do adolescente, várias estratégias institucionais e intersetoriais foram desenvolvidas dentro de uma concepção democrática inclusiva e participativa, que merece ser problematizada. Entre as estratégias institucionais, destaca-se ainda neste capítulo a convocação da participação da família, que é considerada pela

equipe da *Casa de Semiliberdade* tanto aliada quanto empecilho, conforme interpretação do relato do trecho da entrevista do servidor Thomas. Assim, para ampliar a compreensão do adolescente "vulnerável", segue-se no próximo tópico a discussão sobre a convocação da família, as concepções associadas a esta ação e os questionamentos pertinentes à relação entre família, adolescente e unidade de semiliberdade.

4.2.2 A família "desejada" diferente da apresentada

Na semiliberdade, a família é convocada a participar, e a comunidade assume um papel fundamental na efetivação do trabalho da unidade. A família deve ser parceira da unidade para efetivação dos objetivos de vida do adolescente frente ao processo socioeducativo (PARANÁ, 2010a). Já a comunidade serve tanto para a semiliberdade encontrar apoio nos serviços locais com vistas a auxiliar o adolescente a alcançar suas metas, quanto para conhecer a realidade vivida por aquele e os obstáculos encontrados para efetivá-las. Assim, considerando os fatores familiares e comunitários, ou seja, os saberes acumulados de cada indivíduo, a equipe socioeducativa deve atuar de modo que a engrenagem do controle permaneça após o desligamento, já que as ações institucionais são temporárias e, por maior vínculo que o adolescente faça, não é como os laços afetivos primários mantidos com a família.

Na semiliberdade em estudo, de acordo com as entrevistas analisadas e a observação da dinâmica institucional, verificou-se que o acompanhamento e a participação da família acontecem principalmente por meio da intervenção da equipe técnica, que convida a família para visitar a unidade, participar de reuniões e atendimentos, conforme se considera necessário. Além disso, ocorrem visitas técnicas às famílias e articulações com os serviços da rede para encaminhamentos que atendam a necessidades da família, como atendimento psicológico via universidade ou orientações sobre procedimentos para acessar serviços públicos. O trabalho com as famílias não tem previsão de ações sistemáticas ou previamente determinadas, sendo que estas ocorrem conforme a análise de cada caso e a avaliação dos técnicos responsáveis.

É fundamental nessa questão familiar a busca por orientações, como as expressas no caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a), no qual a família é concebida como um aliado no processo socioeducativo, contudo, os obstáculos para envolver esta família foram pontuados nas

entrevistas. Para a maioria dos membros da equipe, a família de fato não colabora com a mudança do adolescente, haja vista posturas permissivas, falta de condições de apoiar o adolescente ou descompromisso com o filho, como expresso nas entrevistas. Entre os recursos sugeridos no caderno, a equipe utiliza entrevistas à família na instituição, visitas domiciliares, contatos telefônicos, encaminhamentos para questões de saúde da família, articulação com os recursos comunitários e inserção em programas de auxílio, conforme apontam os trechos das entrevistas abaixo:

> A família é convidada, mas participa pouco, por falta de disponibilidade ou interesse. Tem família que tem medo da equipe, receia o que fala, sente um olhar de reprovação. A visita familiar é constante, mas nenhuma intervenção é feita. Acredito que seria bem legal ter. A exemplo de uma casa que fui visitar com a técnica em que a casa estava suja, pois criavam pombos na sala (Clair, servidor público).
>
> A família é chamada a participar das reuniões de PIA. Na medida do possível tenta aproximá-la, mas a família é muitas vezes desestruturada, ou está calejada de sofrer e não participa (Jacques, servidor público).
>
> Boa parte deles estarem aqui é culpa da família, desestrutura familiar. A família precisa ter essa consciência de ser uma família acolhedora. Demonstrar que o menino tem perspectiva. A família nem sempre tem perspectiva... de ser trabalhador e terminar os estudos. Precisa de mudança de visão das famílias, fora as inserções materiais, de saúde. As famílias são desassistidas. Só quando aciona (Francis, servidor público).
>
> O limite está na própria família do adolescente e sua estrutura. Enquanto estão aqui dentro conseguem levar as coisas, mas lá fora a cultura não é favorável (Thomas, servidor público).

Esta convocação da família não é nova; ela já era anunciada no Código de Menores de 1979, em que era entendida como incapaz de cuidar ou zelar por seus filhos "desviados", o que justificava o isolamento do adolescente ou da criança para tratamento. Atualmente, com o discurso do ECA (BRASIL, 1990) da proteção integral, a família é aliada ou deve se tornar uma; por isso, também pode necessitar de atenção e desenvolver-se. Caso a família não esteja cumprindo seu papel, deve ser transformada, incluída, para que possa desempenhá-lo. Posto isso, questiona-se acerca de que família se está falando.

A família sofreu mudanças ao longo da história humana, com alterações na sua concepção e funcionalidade. Por exemplo, no século XV, como afirmou Aries (1981, p. 221), família era

> [...] uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a "casa" dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa [...]. Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome.

Tal entendimento se modificou, a partir deste século, com novas formações e sentimentos. Esse fato é constatado com a introdução da frequência escolar não mais como privilégio dos religiosos, mas como um mecanismo de socialização inicial, de diferenciação da criança em relação ao adulto. A família, ainda segundo Aries (1981), também começa a preocupar-se com os filhos, querê-los mais próximos, não mais os deixando, mesmo por um tempo, a cuidado de outros, como era na Idade Média, quando os filhos iam morar com outra família para estudar. Tal realidade não afetou grande parte da população infantil de imediato e foi aos poucos sendo disseminada (ARIES, 1981).

Já em meados do século XIX, a família burguesa e a da classe trabalhadora tomavam forma junto às habitações das áreas urbanas. A primeira foi modificando-se gradualmente, de modo que, na atualidade, é caracterizada por forte vínculo entre os membros, divisão das funções e tarefas entre homens (provedor, racional, forte, trabalhador) e mulheres (mãe, do lar, cuidadora dos filhos, afetuosa, protetora) e por um padrão de baixa fertilidade e baixa mortalidade, associadas aos graus de escolaridade, por exemplo. Os filhos foram ressignificados pela família burguesa, tornando-se prioridade para os pais; como delimita o ECA (BRASIL, 1990), a criança é prioridade absoluta, e cabe a pais, sociedade civil e Estado, nessa ordem de responsabilidade, garantir-lhe a condição mínima de vida. Já a família da classe trabalhadora, oriunda das classes mais baixas da sociedade urbana no início de sua organização, criava os filhos com mais informalidade, sem constante fiscalização e atenção dos pais. Os cuidados com higiene, saúde e educação não eram atendidos como espera o modelo da burguesia e, muitas vezes, tais indivíduos tinham que trabalhar para auxiliar no sustento da família. Assim, eram criados pela rua, como no campesinato[99], na qual a autoridade não está na figura paterna e sim na aldeia: no caso da classe trabalhadora, está na rua, na comunidade. Contudo, o modelo foi se alterando com as mudanças sociais e se aproximando de padrões da burguesia (BOCK, s/d).

[99] Atrela-se ao modelo de família em que o cuidado dos filhos era compartilhado no espaço coletivo da aldeia, da comunidade. Todos trabalhavam ao redor da terra e o foco era a subsistência (BOCK, s/d).

Com esta compreensão, empreende-se que o discurso sobre a família dos adolescentes da semiliberdade em estudo parece apontar esta diferença entre a família burguesa, com padrões almejados, e a da classe trabalhadora, no início de sua organização. Os adolescentes internos teriam famílias que não se "preocupariam" tanto com os filhos como as burguesas, dada a falta de "limites", "rotinas", ou seja, não vigiariam seus filhos como deveriam, conforme o modelo da burguesia. Tal argumento pode ser observado nos relatos abaixo:

> Nunca teve uma rotina (horário, afazeres, responsabilidades). Estranha uma programação na vida dele. Dificuldade de ouvir um não, que traz uma revolta – que a família não conseguiu dizer. Escuta um não aqui e não recebe bem. O grau de instrução da família não consegue deixá-lo fazer frequentar a escola. A mais grave é retornar ao meio que após ter aprendido a seguir, normas, escutar não, viver uma rotina de afazeres e responsabilidades, volta à estaca zero para o ambiente que é mais cômodo e não tem isso (Nanci, servidor público).

> O perfil é que 90% não têm os dois pais, e quando tem os pais são ausentes. Baixa escolaridade, usuários de drogas, são da classe social y... são os mais miseráveis da sociedade, baixa autoestima, chegam sem sonhos, sem perspectiva. Com conversas esse sentimento é estimulado (Darci, servidor público).

> Nessa população o que é específico não diria que é uma família desestrutura, mas existe um problema na estrutura familiar em termos de papéis em termos de limites e disciplina. A minha formação vem de uma família que entende que na família tem dois papéis a função materna de acolhimento e a paterna de limites. Os papéis estão dissociados, geram sem a presença do pai. […] Outra especificidade, é a questão cultural, com baixa escolarização ele tem menos oportunidade e ao avaliar o histórico da família vê a baixa escolaridade. Não costumam valorizar os estudos, como uma mãe que relatou ficar emocionada em ver o filho sujo de cimento, talvez por conta de uma trajetória histórica, dificuldades de se interessar em ler um livro, em ouvir uma boa música (Nara, servidor público).

Assim se justificaria o trabalho socioeducativo da medida de semiliberdade com o adolescente, conforme destaca a entrevista a seguir:

> O atendimento socioeducativo é buscar aplicar nos adolescentes limites, existência de normas. Contribuir com a escolarização e trabalho. E de certa forma suprir o que deveria ter sido feito pela família, inclusive emocional e estrutural. Na semiliberdade é lhe dado o tempo da escola, curso e trabalho. Restringe o tempo vago como bares e o prejudicial na rua, desocupado... e o benéfico com a família e curso, mas às vezes não fica com a família. Algumas vezes transforma o tempo benéfico em prejudicial, justamente pela ausência de regras e limites na família. Assim, o objetivo da semiliberdade fica adequar o

> adolescente ao convívio social, sem precisar ser o melhor adolescente do mundo, mas saber viver em sociedade (Nanci, servido público).

Trata-se de uma proposta que se centra na reprodução de figuras familiares "pai", "mãe", "irmãos mais velhos", como disseram alguns entrevistados sobre a função de educadores, por exemplo. Baseia-se na reprodução de uma família fictícia, construída para servir, por meio da presença dos atores socioeducativos, para o processo de socialização dos adolescentes. Contudo, a equipe aponta o limite nesse processo, seja devido ao tempo da aplicação da medida, seja por se tratar de um espaço "fictício" de família e de uma família diferente das vivências dos adolescentes, ou por outro motivo. Assim, aponta-se a necessidade do trabalho com a família, para que esta "aprenda" este novo modelo de ser "pai", "mãe", "irmão". Apesar desta compreensão, avalia-se que o foco do trabalho da unidade é o adolescente, considerando-se principalmente os obstáculos para o trabalho com a família, como relato das entrevistas:

> Nos encaminhamentos para a rede observa-se que não tem uma sistemática para trabalhar a vulnerabilidade da família. O processo é frágil. Enquanto não tem a manutenção da conquista ele é frágil. Pois não está na mão da gente somos mediadores. Embora nada diga que não possa trabalhar na comunidade, mas é tudo burocrático e desgastante (Nara, servidor público).

> Uma possibilidade seria a atuação do CRAS, CREAS, pois as famílias muitas vezes não são assistidas como deveria e não vê possibilidade de mudar. Não conseguem (Francis, servidor público).

As "vulnerabilidades" da família e do sistema, a ausência de "regras" e "limites" na família, a família "desestruturada" e a sua "pouca" participação na semiliberdade apontariam para uma possível compreensão de que a família "sente um olhar de reprovação". A equipe aponta para o modelo familiar que privilegia a educação, o controle, os limites, as normas. Assim, a ausência desse modelo justificaria o fato de a criação dos filhos dessas famílias não ter sido bem sucedida. Tal entendimento resultou de intervenções relacionadas à atenção de higienistas[100] e médicos do século XX, que queriam promover melhorias na população brasileira, culminando

[100] Devido ao aumento das epidemias no final do século XIX e no início do século XX, especialista em saúde começaram a interferir nas estruturas sanitárias de espaços da cidade e na higiene da população. No Brasil, as primeiras iniciativas foram gerenciadas no Rio de Janeiro por Osvaldo Cruz, e nas décadas seguintes de 30 e 40, do século XX, houve uma corrente higienista que pregava o eugenismo, que era o estudo da mudança física e moral da raça humana. Já na década de 50, o movimento esteve ligado à pobreza urbana, passando a incorporar as práticas das políticas de saúde ao longo das décadas, de modo que nas décadas de 60 a 80 foi relacionado à qualidade de vida da população (COSTA, 1984).

com diretrizes socializadoras de responsabilização da família pelo cuidado dos filhos e de seu desenvolvimento. Este é o caminho que seguem as orientações do ECA (BRASIL, 1990), que aumenta o controle e as penalizações sobre a família, e do SINASE (BRASIL, 2012b), que coloca em destaque a sua participação no processo socioeducativo dos filhos, seja para apoiá-los, seja para aprimorar sua forma de educar (SCHUCH, 2009). A semiliberdade tem esse papel de trabalhar com a família potencializando-a, conforme descrevem a legislação e o caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a).

No modelo familiar compreendido pela equipe que orienta suas ações frente ao trabalho socioeducativo com o adolescente, educação e disciplina estão estreitamente ligadas. Esse formato foi se impregnando na sociedade moderna, como aponta Aries (1981, p. 167), desde o século XV, momento em que "esses homens adeptos da ordem, esses organizadores esclarecidos, procuravam difundir uma idéia nova da infância e de sua educação. [...] 'uma disciplina maior e princípios mais estritos'". Trata-se de um modo de educar em que o "mestre" não se preocupava apenas com a transmissão do saber, mas também com o comportamento do aluno fora do ambiente educacional, o que também é uma preocupação no modelo da semiliberdade: a vigilância para além dos muros e a avaliação de que às vezes o "benefício" de ficar com a família é "prejudicial".

Tal formato de educação extrapola o espaço físico da semiliberdade, com vistas a se estender à família e também à comunidade, por meio da "vigilância constante, da deleção erigida em princípios de governo e em instituição, e a aplicação ampla de castigos" (ARIES, 1981, p. 168), antes corporais, agora punições mais humanas, sem uso da força ou de castigos físicos. Assim, se enunciam as sanções ou medida disciplinares do regime disciplinar da instituição, por meio da perda de direitos, como a visita familiar no final de semana, ou do estabelecimento de momentos de reflexão, como responder um questionário que mobiliza pensar sobre a importância dos estudos, ou, ainda, de penitência, como fazer uma faxina extra. A modulação da sanção leva à lógica de que se puni mais, mas em menor escala e intensidade.

Neste mesmo raciocínio da vigilância constante e da delação, aparece a importância da comunidade dentro da proposta socioeducativa, como um meio de auxiliar no controle. Trata-se da valorização de uma cultura da polícia do outro, que está impregnada em nossa sociedade moderna, em que a normatização e o controle são instrumentos para a manutenção das relações de poder. Cada indivíduo na sociedade ocupa sua função de cuidar da vida do outro, não só dos

cuidados da nossa vida, da dos filhos, mas da do vizinho, do professor, do diretor, dos profissionais, de modo que a vigilância é a ordem e a denúncia é algo positivo, para que o controle da normalidade continue existindo. Consolida-se a ideia de que cada indivíduo é uma polícia, um fiscal, um agente de fiscalização da lei, e que aciona os mecanismos e procedimentos disciplinares de punição. A vigilância, o monitoramento, o controle é exercido dentro do emaranhado das relações interpessoais, de uns sobre os outros, conforme discussões do Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-SOL). Dentro da unidade de semiliberdade, tal controle é verificado em posturas da equipe, tais como solicitar que os adolescentes digam quem trouxe a droga para dentro da unidade sob a ameaça de serem todos punidos, talvez com regressão, conforme relatos de alguns adolescentes egressos evadidos[101] e novamente apreendidos no sistema socioeducativo do ano de 2014.

Seja a família, seja a comunidade, o discurso os convoca para auxiliar a manter a lógica de funcionamento baseada na reprodução das ideias de punição *versus* recompensa. Com cara de novo se mostra o velho, e assim, mesmo com os discursos e as práticas democráticas de garantia de direitos, se sustenta o isolamento, o encarceramento, como alternativa ao controle social.

[101] Entrevistas realizadas pela equipe socioeducativa no início de 2014, com o intuito de compreender os motivos das evasões, considerando o seu alto índice. A pesquisa teve acesso aos relatos dessas entrevistas, arquivados nos prontuários dos doze adolescentes entrevistados.

CAPÍTULO V
SEMILIBERDADE: ENGENDRANDO OS NOVOS FLUXOS DE CONTROLE

A semiliberdade, conforme associação com as análises feitas por Foucault (2005) e Deleuze (2010), acopla, além da disciplina, novas formas de controle interligadas com a dinâmica da administração da vida pelas técnicas da biopolítica. A partir desta técnica, o adolescente autor de ato infracional também se torna alvo de intervenções para regulamentação da vida em suas menores esferas, interligadas à questão econômica. O foco na educação e no trabalho, no familiar, nos atos infracionais, por exemplo, compõe elemento para a reordenação das políticas públicas na área da infância e juventude, e a concepção da semiliberdade engendra esses novos fluxos de controle.

Tais fluxos se organizam a partir de conhecimentos científicos, políticos e biológicos, relacionados ao engendramento de novas relações de poder sobre a vida que se distribui e se enraíza no conjunto da rede social. Nesse sentido, a semiliberdade caracteriza-se como uma instituição que tem a tarefa de cuidar da saúde física, mental e financeira dos adolescentes autores de ato infracional nela inseridos, fazendo com que estes frequentem a escola, trabalhem, façam cursos e aceitem as orientações de como deve ser sua vida, conforme modelo vigente.

Como novo paradigma, a semiliberdade tem participado desses novos fluxos de controle, associados à convocação democrática de participação e dotados de princípios de uma política pública pautada no trabalho intersetorial.

5.1 SEMILIBERDADE: FLUXO DE INCLUSÃO DEMOCRÁTICA

A semiliberdade, como uma instituição socioeducativa, visa a "educar" os adolescentes com o objetivo de superarem suas vulnerabilidades existenciais, para então assumirem uma vida adulta responsável, como trabalhadores honestos, idôneos, detentores e defensores de direitos, como apontam os entrevistados:

> Visa inserir o adolescente na sociedade ofertando possibilidades através de cursos profissionalizantes, conscientização da importância da escolarização, tentando formar cidadão. Objetivo: formar cidadãos, colocando valores. Limites: muitos deles não têm princípios. [...] O maior problema é a drogadição [...]. Oferece o que está na rede. [...] Limites: questões familiares, o discurso da semi

> é para ele ser alguém na vida, mas em casa não. Aqui é uma ilusão, o que se faz aqui ele não tem em casa. [...]. Não tem como mudar a realidade dele em seis meses, que é o limite máximo do programa. Deveria ter esse trabalho de apoio desde a creche. Com histórico sistematizado de acompanhamento. O Estado quer justificar sua ausência ao longo da história do menino. Não cura, mas ameniza (Darci, servidor público).

> Muitas vezes falam que é ressocializar, [...]. Mas muitas vezes é socializar, pois eles não tiveram contato com que a sociedade pode oferecer, [...] devido à origem deles em comunidades precárias sem acesso a políticas básicas como saneamento. [...] O objetivo é tentar demonstrar que existe algo além do que aquilo que eles não tiveram contato até então. [...] Tentar transmitir alguns valores. Comportamento, convívio, respeito. Acredito que a falta de continuidade após a medida é a maior dificuldade. Algumas às vezes conseguem entrar na linha, vamos dizer, e volta para o ambiente que levou ao ato infracional, ficando sem apoio que a unidade de semiliberdade oferecia (Ivanir, servidor público).

Ou seja, a instituição objetiva atuar complementarmente ao funcionamento institucional por meio do poder disciplinar, com as estratégias institucionais e principalmente as intersetoriais, de forma a regular a vida dos adolescentes por meio dos princípios da biopolítica disseminados na convicção democrática[102]. Trata-se de uma instituição que colabora, a partir de seus dispositivos de poder, suas redes, suas correntes, suas intermediações e seus pontos de apoio, na constituição de subjetividades no campo individual e coletivo. É um laboratório de uma prisão democrática, sendo que, mesmo quando a reinserção é bem sucedida, o que acontece é uma adaptação às condições que justamente produzem a criminalidade, a loucura e a doença. Como diz Michel Foucault, "é sempre a repetição da mesma miséria" (FOUCAULT, 2012c, p. 107).

Os adolescentes da semiliberdade não são apenas corpos a serem adequados, mas um conjunto da população a ser enquadrada, que necessita de intervenção a fim de ser controlado, normalizado não só no campo individual, mas também no coletivo. Além do poder disciplinar atuante em suas estratégias institucionais e intersetoriais, os efeitos reguladores operam interligados à biopolítica, entendida como:

> A preocupação com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos, e seu meio, seus meio de existência –

[102] Como o pluralismo, que se baseia na coexistência de vários tipos de grupos e pessoas diferentes com existências múltiplas, as quais devem ser respeitadas e consideradas dentro do processo de construção política democrática. Neste sentido, o Estado tem a finalidade de diminuir assimetrias entre os diferentes grupos, para que o interesse de uns não prevaleça sobre o de outros (DAHL, 1997).

> sejam os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico: os problemas, por exemplo, dos pântanos, das epidemias ligadas à existência dos pântanos durante toda a primeira metade do século XIX. E, igualmente, o problema desse meio, na medida em que não é um meio natural, e em que repercute na população; um meio que foi criado por ela. Será, essencialmente, o problema da cidade. Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder (FOUCAULT, 2005, p. 292).

Nesse viés, os elementos da biopolítica foram incorporados na teoria do direito, que antes "só conhecia o indivíduo e a sociedade: o indivíduo contratante e o corpo social que fora constituído pelo contrato voluntário ou implícito dos indivíduos" (FOUCAULT, 2005, p. 292). Na área da infância e juventude, no Brasil, os instrumentos de biopoder reguladores foram explícitos na lei do ECA (BRASIL, 1990), associados, por exemplo, à política de proteção integral[103], e recentemente no SINASE (BRASIL, 2012b), por meio da inserção de instrumentos de regulação da política socioeducativa, materializados pelas estatísticas e os Planos Decenais. A proposta da semiliberdade vincula-se diretamente a estes elementos, ao ter em seus objetivos a inserção de seus adolescentes no fluxo de controle do biopoder, por exemplo.

Nesse aspecto, o Estado do Paraná, por meio de seu sistema de informação, recentemente implantado, monitora estatisticamente as ações dos agentes socioeducativos, quanto a documentos elaborados, inclusões na escola, cursos, trabalho e reincidência. O sistema informatizado substituiu os antigos relatórios estatísticos, feitos manualmente, utilizados como um dos instrumentos de análise desta pesquisa. Trata-se de um instrumento em função da biopolítica, que se estabelece como um mecanismo regulador da população, no caso da população de adolescentes autores de atos infracionais; um método para estabelecer a média, controlar os resultados e, conforme as necessidades, poder instalar mecanismos de prevenção e normalização desse público.

Essa lógica é incorporada complementarmente nas estratégias institucionais e intersetoriais. É a governamentalidade em seu sentido amplo, entendida como conjunto de relações de poder, técnicas que permitem que as relações de poder se exercitem. Por exemplo, o

[103] Concepção que visa, conforme ECA (1990), a proteger os sujeitos de direito, na tentativa de não responsabilizar as crianças e os adolescentes, vítimas de negligências da família, da sociedade civil ou do Estado. A política de proteção integral visa a construir instituições via Estado e sociedade civil que garantam os direitos civis e sociais de vida da criança e do adolescente, sujeitos de direito.

estudo de caso e o PIA, ferramentas também compreendidas como associadas ao poder disciplinar, têm em suas proposições como estratégias institucionais princípios da biopolítica. Em ambas, está prevista a análise e ações que devam estar conectadas a diversas áreas estratégicas de condução da vida de uma população, como prevê a biopolítica, que trabalha a partir do controle da vida do corpo social. O estudo de caso caracteriza-se como uma reunião em que os profissionais (técnicos) que atendem o adolescente devem apresentar informações sobre o adolescente, sua família, a comunidade e a rede de apoio de suas respectivas áreas (educação, saúde, psicologia, serviço social). Já o PIA consiste em um documento que deve conter novos itinerários para os adolescentes que os auxiliem na inserção em fluxos de controle da sociedade por via da garantia de direitos com previsões nas diversas áreas, como saúde, educação formal e profissional, espiritualidade, cultura, esporte, lazer e família. Ambos se ancoram, portanto, nos diversos saberes disciplinares, como o da medicina, o da psicologia, o do serviço social, o do direito e o da pedagogia.

Por meio desses instrumentos, a biopolítica se engendra com vistas a maximizar forças e extraí-las, mas de forma diferente do poder disciplinar. Nesse ponto, o objetivo não é assegurar a disciplina do indivíduo, mas sua regulamentação. A proposta da semiliberdade, interligada à política socioeducativa, busca uma regularidade a partir de suas inserções, como expressam os próprios objetivos da medida, expressos no SINASE (BRASIL, 2012b), em seu Artigo 2º. A semiliberdade, com suas estratégias institucionais e intersetoriais, compõe a biopolítica, como estratégia de organização da vida do adolescente a partir de seus projetos. Assim, o alvo é o grupo de adolescentes autores de atos infracionais, com vistas a uma média, um equilíbrio desse grupo "problemático" que necessita ser "curado", "recuperado" e "disciplinado". Trata-se de um poder contínuo, científico, que visa a manter a vida, controlar os acidentes, as eventualidades, as deficiências.

A semiliberdade, com sua característica interligada a uma aparência arquitetônica de não prisão, ao mesmo tempo fundada no poder disciplinar, parte mais política do poder, está diretamente associada ao monitoramento e controle por meio não só das estratégias institucionais, mas principalmente por sua inserção na rede social de controle e proteção. Ela é uma instituição que compõe o campo de forças sociais, está inserida no regime democrático e se insere como uma instituição que se engendra aos novos fluxos de controle contínuo da sociedade moderna. Consiste, assim, em uma instituição útil para a fabricação de um novo cidadão, participativo,

inserido e flexível, concomitante a sua utilidade e docilidade; uma instituição não necessariamente inclusiva, mas de controle de ilegalismos populares, ou seja, um instrumento político para rearranjar o campo de ilegalismos, redistribuindo os adolescentes dentro dessa economia.

5.1.1 Semiliberdade: *status* de uma democracia participativa e inclusiva

O sistema socioeducativo do Estado do Paraná passou por reformulação de sua proposta e estrutura, após diagnóstico em 2004 sobre a situação do atendimento ao adolescente autor de ato infracional, que identificou entre os problemas uma "rede física para internação inadequada e centralizada com super-lotação constante; maioria dos trabalhadores com vínculo temporário; desalinhamento metodológico entre as unidades; ação educativa limitada com programação restrita e pouco diversificada e resultados precários" (PARANÁ, 2010a, p. 12).

A reforma, segundo o caderno de *Semiliberdade*, precisava fazer uma ruptura com os estigmas ligados ao público-alvo e paradigmas de atuação relativa às medidas socioeducativas. Para tanto, apostou numa proposta com características que visavam a um atendimento

> [...] estruturado, organizado, descentralizado e qualificado; articulado com os serviços públicos das políticas sociais básicas; desenvolvido em rede e em consonância com a legislação e normatização vigentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA); gerido a partir de um modelo de gestão democrática, planejada e monitorada permanentemente; e principalmente, centrado na ação sócio-educativa de formação e emancipação humana, capaz de suscitar um novo projeto de vida para os adolescentes (PARANÁ, 2010a, p. 13).

As ferramentas da semiliberdade, conforme descrito no caderno de *Semiliberdade*, visam a seguir a característica democrática com apelo à participação seja do adolescente, seja da família, seja da comunidade ou sociedade civil organizada. Como pode ser observado no texto do documento sobre a ação socioeducativa durante a estadia do adolescente na unidade, este "deverá participar de atividades externas, com a obrigação de inserir-se na escola, devendo também ser ofertadas oportunidades de iniciação profissional, de forma a manter ampla relação deste com serviços, programas sociais e formativos no âmbito externo à Unidade" (PARANÁ, 2010a, p. 19).

As estratégias estritamente institucionais baseiam-se nesta proposição, conforme se observa na análise do PIA e do estudo de caso, ou mesmo das estratégias intersetoriais, como as ações em parceria com os equipamentos da rede local de atendimento, seja pública ou privada, em diversas áreas de atuação da bipolítica (saúde, educação formal e profissional, esporte, cultura e lazer). Tal análise baseia nas colocações dos entrevistados e nos apontamentos do caderno de *Semiliberdade*:

> O PIA, com participação do adolescente e da família. Ao mesmo tempo em que exige uma articulação com a rede para que os objetivos sejam atingidos. [...] Assim, o objetivo da semiliberdade fica adequar o adolescente ao convívio social, sem precisar ser o melhor adolescente do mundo, mas saber viver em sociedade (Nanci, servidor público).
>
> [Para o PIA] Primeiro ele [o adolescente] recebe um formulário com várias perguntas sobre sua vida, sonhos, medos, para dar um direcionamento. Escolhe um educador de referência que tem mais proximidade, que deve fazer o elo entre adolescente e equipe técnica. Busca ver os interesses do jovem e ver locais para ser inserido. Mostra o caminho para chegar às metas previstas. Ex. quer passar no vestibular, precisa terminar o ensino médio. Tem que subir degrau por degrau, por que normalmente não pensam assim, busca o que tem na rede (Macedo, servidor público).
>
> No estudo de caso serão sistematizadas as informações referentes ao contexto sociofamiliar de origem do adolescente, as circunstâncias da prática do ato infracional, suas aptidões, habilidades, interesses e motivações, suas características pessoais e condições para superação de suas dificuldades (PARANÁ, 2006d, p. 62).

Além disso, os fundamentos legislativos sobre a semiliberdade, que a diferenciam da internação, fazem transparecer a ideia de formação de um cidadão específico, participativo, que enfatiza a importância do não rompimento dos laços familiares e comunitários. Essa participação se atrela à proposta pedagógica por meio da possibilidade de uma avaliação sistemática, por meio do monitoramento constante, sobre o desenvolvimento pessoal e social; do incentivo à inserção comunitária, visando à dissolução do estigma ligado à vivência infracional; ou, ainda, da instituição do conselho disciplinar, que deve ter a participação da família, a oitiva do adolescente e o direito de defesa.

As estratégias institucionais mostram que a convocação à participação existe na proposta socioeducativa, principalmente na semiliberdade, pois, caso ele não aceite fazer os atendimentos técnicos, nem converse com a equipe sobre a sua vida, ou a família não receba a equipe técnica

na visita técnica ou não receba o adolescente aos finais de semana, as ações tidas como pedagógica da semiliberdade são inviabilizadas. Ou seja, só com base na "participação", em termos de aceitação, os instrumentos são válidos. Tal fato aparece na fala dos entrevistados, ao dizerem que só consegue cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade o adolescente que se dispõe a cumprir as regras e normas da instituição e que tem apoio da família para a execução dos seus projetos de vida. O mesmo pode ser verificado quando os cadernos de práticas socioeducativas ou de semiliberdade enfatizam a importância de os socioeducadores, por meio da pedagogia da presença, participarem e auxiliarem o adolescente a conseguir concretizar os projetos de vida que almeja e são impressos no PIA.

Existe um modelo que exige e necessita do consentimento do adolescente, e para tanto convoca o adolescente à construção de um plano individual de atendimento, que supostamente teria sua participação na construção de seu projeto de vida, visando a atender seus desejos e anseios. Estes por sua vez deveriam se ligar aos objetivos da medida socioeducativa; mas para isto, ele [o adolescente] deve seguir alguns parâmetros previstos na lei e obrigatórios, como frequentar a escola formal e realizar alguma atividade profissionalizante. O que problematiza neste ponto é se de fato essa participação existe, ou se esta convocação não seria um instrumento para criar uma ilusão de participação, para além da aceitação, pois na prática tais ações não parecem conseguir contemplar os anseios, desejos e necessidades dos adolescentes e suas famílias. Na prática, os sonhos de ser jogador, atleta, dançarino, mecânico, cantor, ter uma renda melhor, são secundários, apesar das inserções que são realizadas para cursos, trabalho e escola. A participação como meio de transformação no cotidiano não é evidenciada, e sim uma necessária aceitação, mas que sem esta aceitação ele está excluído do processo.

Defende-se uma participação democrática[104], um governo do povo, que parece ilusória e que também implica vigilância, em que o adolescente é o protagonista, devendo desempenhar um papel específico já previamente determinado, que sirva para planejar sua vida. Tal participação é democrática por este adolescente representar parte desse povo, uma minoria que será guiada por outra minoria, mas dentro do que está posto como modelo de princípio da maioria; é

[104] Foucault (2012d), no artigo "Na Berlinda", escrito em 1975, explicou com a análise da atitude de padrões das fábricas, no início do século XIX, de obrigar os operários a poupar, apesar dos salários muito baixos, exemplificou a inserção de novas formas de vigilância. Neste fato o que estava em jogo era a manutenção política, e não exatamente uma preocupação econômica. Ou seja, tratou-se de inculcar na população certo modelo de comportamento, realizado por meio de ordem e ponderação.

participativa, por exigir a aceitação de todos os atores, seja protagonista, seja coadjuvante; e é inclusiva por pautar-se em ações que sugerem uma determinada ação pedagógica conectada a várias instâncias da vida do adolescente, incluindo-o no sistema de controle, que ao mesmo tempo em que oferece proteção propicia inseguranças.

Tais inseguranças, por sua vez, abalam as relações de poder estabelecidas dentro do funcionamento da unidade. Assim, se por algum motivo a participação – ou relação de poder – entre adolescente e equipe não acontece, as evasões, transferências e regressões são caminhos possíveis. Já se a relação de poder se estabelece, o adolescente será direcionado ao desligamento, já que a inclusão na rede de controle foi acionada. Esses caminhos que auxiliam na administração das relações de poder ao mesmo tempo em que as mantêm em seus níveis hierárquicos. São caminhos regulados por meio das estratégias institucionais e intersetoriais como instrumentos que administram as tensões presentes na relação de poder estabelecida dentro da unidade para fazer sua proposta pedagógica ser executada.

Como aponta Passetti (2004, p. 154), a convocação à participação

> Pretende manter hierarquias dissolvendo as resistências, naturalizando as relações de poder como inevitáveis domínios e perpetuar assujeitamentos mediante novos processos de subjetivação, que vão da auto-ajuda à ajuda ao alheio, num espetáculo contínuo de filantropias e de multiplicação das compaixões que pretendem integrar a todos: quem é produtivo, quem é morto circunstancial, a moralidade e a piedade. Os corpos não precisam mais da força e da perfeita compleição física: a produtividade exige os comandos do cérebro e seus resultados devem mostrar a saúde e a jovialidade da pessoa. O poder positivo e produtivo da sociedade disciplinar é superado, sem ser suprimido, pelo poder relativista da sociedade de controle, de comunicação contínua, de avaliação constante.

O conselho disciplinar, que deve ser regularizado dentro da unidade, conforme prevê a legislação também tem essa finalidade, sendo que na semiliberdade em estudo é caracterizado dentro da avaliação semanal do adolescente, bem como está associado às medidas disciplinares, aos atendimentos técnicos, às atividades externas e às visitas do adolescente à família, como estratégias para regular e dissolver a relação de poder dentro da unidade. Esta oferta atividades e oportunidade de inserções compatíveis com os interesses dos adolescentes, os quais, em contrapartida, frequentam a escola, fazem atividades profissionalizantes, falam sobre eles. Há uma correlação de forças que as estratégias pessoais e institucionais buscam estabilizar. O desestabilizado frente às resistências contra essa forma de controle da vida, seja do adolescente

que não foi à aula ou que brigou com outro adolescente ou fez uso de drogas, seja da família que não estabelece regras iguais à da unidade, deve ser estabilizado a partir do manejo das estratégias institucionais interligadas às intersetoriais e o adolescente deve voltar a seguir a norma, o estabelecido na proposta.

Esse funcionamento institucional, com sua proposição pedagógica como medida socioeducativa de semiliberdade, materializada por estratégias, articula-se a elementos da sociedade de controle sem abandonar os interligados à sociedade disciplinar. A sociedade de controle, conforme discute Passetti (2004, p. 153),

> Não abdica das práticas disciplinares, dos funcionamentos por simultaneidade, justaposição, dispersão, proximidade e distância formando redes. Elas, agora, são dimensionadas segundo fluxos, abolindo as fronteiras conhecidas, pela desterritorialização constante, liberando o trabalhador do confinamento territorial rígido. Na sociedade de controle, o trabalhador, segundo protocolos, poderá circular por outros países independentemente de limites fronteiriços ou permissões circunstâncias. Forma-se uma nova cidadania ampliada sobre a nacional.

A semiliberdade, sem abandonar as práticas do poder disciplinar, funciona "por simultaneidade, justaposição, dispersão, proximidade e distância formando redes"; ela abole as fronteiras entre a internação representada nos muros e grades e a ação socioeducativa centrada somente dentro da unidade. Na semiliberdade, a ação pedagógica acontece por meio do estabelecimento de novos fluxos e da inserção direta do adolescente nos espaços sociais controlados. Ou seja, o adolescente foi liberado do "confinamento territorial rígido" e pode circular pelos espaços sociais, desde que siga protocolos independentemente do aval do juiz, como no caso da internação. Visa-se a formar um novo cidadão e estabelecer uma nova relação.

A semiliberdade, com sua proposta, como diz o texto do seu documento norteador, "fundamenta-se em relações que extrapolam o espaço físico dos programas, [...] ela visa também à desvinculação total do adolescente, perspectiva que implica a necessidade da articulação com recursos externos, cuja participação é indispensável à sua efetiva inserção social" (PARANÁ, 2010a, p. 29).

Esse extrapolar se conecta ao objetivo da inserção social, como salienta o dito na entrevista abaixo transcrita:

> O objetivo geral [da semiliberdade] seria a reinserção do adolescente na sociedade tanto escolarização quanto profissionalização (Sinara, servidor público).

Visualiza-se uma inserção que se alicerça no campo da educação, ou melhor, da socioeducação; uma educação que, como circunscreve o caderno de *Semiliberdade* (PARANÁ, 2010a) ou descrevem os entrevistados, visa a inserir os adolescentes que aceitam o controle. A solução da transgressão é a via educacional, atrelada à inserção na escola, em cursos e/ou no mercado de trabalho, como salienta o documento ao expor que as metas da semiliberdade "se referem objetivamente à escolarização, à profissionalização e à inserção no mercado de trabalho, condições que garantirão ao adolescente a possibilidade de abandonar as condutas infracionais e a efetivação de um projeto de vida" (PARANÁ, 2010a, p. 49).

A semiliberdade, com sua proposição democrática, participativa e inclusiva, visa a incluir o adolescente em um novo itinerário, como aponta Passetti (2004, p. 153), em que se "exige segurança, convoca-se a participação e demarcam-se novos itinerários (programas) que pretendem orientar o trânsito nos fluxos" de inserções sociais, os quais o reintegram ao que é controlado, com vistas a que ele volte a escapar desse controle. A inclusão dentro de uma sociedade de controle,

> [...] diferentemente da disciplinar, atesta-se democraticamente que ninguém está morto-vivo para sempre; faz-se crer, pelos mercados e pelas políticas transnacionais, que haverá luz no final do túnel e segurança para todos, desde que haja confiança e tolerância: os fluxos precisam me apanhar, a vida está dentro deles, numa velocidade que exige que você a domine para ser absorvido (a), não se perder no itinerário e cair fora dele (PASSETTI, 2004, p. 154).

5.1.2 Inserções: uma espécie de malabarismo social

O contexto brasileiro em que vivem os adolescentes autores de ato infracional, como discorrido nos textos de Silva e Gueresi (2003), Evangelista (2007) e Gallo (2008), reflete as questões relacionadas à desigualdade, que exigem intervenções. O Estado aparece ao longo da história como agente para construção de ações políticas que minimizem ou mudem tal realidade.

Inicialmente as políticas do Estado, para administrar ou controlar as demandas sociais, eram desenvolvidas com caráter pontual, improvisado e provisório. A construção progressiva marcou um modo de existência que referendou estratégias de inserção social calcadas na política

de bem-estar social e garantia de direitos. No Brasil, a política de inserção social, com início nos anos 80, estabeleceu metas relacionadas ao emprego, ao desenvolvimento social urbano, à melhoria da escolarização e à melhoria da formação da juventude. A ideia era possibilitar uma integração da população marginalizada por meio da profissionalização, meta da política social para não criar sujeitos dependentes permanentemente desta política.

A literatura caracteriza e demarca a condição de vulnerabilidade destes adolescentes:

> Trata-se de jovens, cujas famílias, em geral, não dispõem de condições materiais e financeiras para garantir a satisfação de suas necessidades essenciais; jovens de baixa escolaridade, desempregados, pressionados pelos enormes e persistentes apelos de consumo e pela necessidade de sobrevivência, dispostos a realizar, a qualquer custo, qualquer atividade ou tarefa que os possa remunerar e garantir o seu sustento. Sem oportunidade no mercado de trabalho, acabam aceitando, por falta de opção, assumir os riscos de furtos, roubos, assaltos, latrocínios, consumo e tráfico de drogas e de armas e até seqüestros. Ao contrário do que muitos pensam, são eles as grandes vítimas da violência, pois, se, de um lado, a escola não os atrai; de outro, o mercado não os aceita. Esse é um dos dilemas que aos jovens pobres cabe enfrentar (EVANGELISTA, 2007, p. 4-5).

Essas condições também são transpostas em dados estatísticos sobre os adolescentes autores de atos infracionais brasileiros, como os descritos por Silva e Gueresi (2003, p. 60) explicitaram que 90% dos adolescentes do sistema socioeducativo privados de liberdade eram do sexo masculino, 76% estavam entre 16 e 18 anos; 63% não eram brancos e destes 97% eram afro-descendentes; 51% estavam fora da escola; 90% não concluíram o ensino fundamental; 49% não trabalhavam; 81% viviam com a família quando praticaram o ato infracional; 12,7% viviam em famílias que não possuíam renda mensal; 66% viviam em famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos; e 85,6% eram usuários de drogas. Outro percentual que reforça esta condição de vulnerabilidade é a alta taxa de mortalidade juvenil, que conforme UNESCO é de 72%, sendo que, destes, 39,9% praticados contra adolescentes de classes pobres, colocando os adolescentes no contexto de violência que esta população vivencia.

Já o *Mapa da violência 2014* (WAISELFISZ, 2014) aponta que o número de vítimas de homicídios é crescente na faixa etária de 13 a 20 anos, conforme dados brasileiros de 2012. Trata-se de faixa etária que aparece na pesquisa de Silva e Gueresi (2003) e nos dados do público-alvo da semiliberdade em estudo, como predominantes ao envolvimento com atos infracionais. Na semiliberdade em estudo, também se pode observar o aumento gradativo na

idade da aplicação da medida de semiliberdade, com 2,1% (4 atendimentos) de 13 anos, 12,7% (24 atendimentos) de 15 anos, chegando-se ao ápice aos 17 anos, com um percentual de atendimentos de 30,1% (57 atendimentos), fato que pode ser compreendido em decorrência da possibilidade de a aplicação da medida ocorrer até antes de o adolescente completar 18 anos.

É neste contexto que se situa a medida socioeducativa de internação e medidas alternativas a esta, tais como a semiliberdade, a liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade, todas associadas à prevenção a partir da inserção social, dentre outras frentes de atuação como da responsabilização pelo ato infracional. Trata-se de ações inclusivas que esperam, conforme legislações vigentes[105], que os adolescentes atendidos tenham ascensão e/ou visibilidade social a partir do acesso a outras políticas de emancipação individual com responsabilidade, para ascensão por meio do trabalho, inserções em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho; a partir do saber, a continuidade dos estudos; e via prazer, acesso a cultura, esporte e lazer. Como forma de apoio, apresentam-se ações para continuidade ou melhoria da saúde do adolescente e sua família; se as relações familiares não estão bem, tratamento; e, enquanto a ascensão não acontece, acesso aos benefícios socioassistenciais.

É assim que as inserções, viés do trabalho socioeducativo, inclusive da semiliberdade, conectam a vida do adolescente a estratégias específicas. A vida torna-se objeto da intervenção política, com base em conhecimentos específicos sobre o público-alvo, nos regimes de autoridade e em práticas de intervenção, em geral desejáveis pela população. Essas intervenções, ao considerarem as contestações acerca das problematizações da vitalidade humana coletiva, visam a traçar na vida do adolescente um novo itinerário calcado na ideia de igualdade a partir da competição, como expressam dois dos servidores entrevistados:

> Para o adolescente ser incluso socialmente ele precisa poder competir em grau de igualdade com qualquer outro adolescente e ter as mesmas oportunidades de um adolescente mais favorecido na vida. Aqui [semiliberdade] acontece através da garantia da matrícula escolar, pois por ser um adolescente potencial para causar problemas na rotina da escola tem dificuldade das escolas aceitarem eles. Também na inserção no trabalho, que tem limites legais e preconceitos para empregar um adolescente que cometeu um ato infracional... Parcela que a sociedade não coopera com o Estado, necessita do judiciário para garantir esse direito. Também ao mostrarmos que a vida tem regras, normas, horários, responsabilidades, e é desde bebê. Exemplo, quando o bebê chora no horário que deveria tomar banho... Conviver em sociedade exige o cumprimento de algumas

[105] ECA (1990) e SINASE (2012).

> normas e limites que devem ser respeitados para o seu próprio bem (Nanci, servidor público).
>
> O adolescente vem para a semi para ter subsídios para reintegrar a sociedade com mais possibilidades para ele desenvolver o trabalho, a vida dele lá fora, saindo da criminalidade. [...] Quando se fala em semiliberdade o adolescente não está nem em liberdade nem fora dela. Ser inserido nessa liberdade com mais possibilidades de vida, vivências, curso, voltar para onde ele nunca deveria ter parado (Macedo, servidor público).

O trecho da entrevista também salienta que a intervenção da semiliberdade auxilia o adolescente a conseguir a matrícula escolar e a ser inserido no mercado de trabalho, aparentemente servindo de garantia, para as demais instituições, em relação ao adolescente, potencialmente problemático como apontam os conhecimentos científicos e práticos relacionados ao "perfil" e aos "saberes" sobre esta população. Trata-se de adolescentes problemáticos por terem causado "problemas na rotina da escola", por terem se envolvido na "criminalidade" ou por terem de aprender que "conviver em sociedade exige o cumprimento de algumas normas e limites, que devem ser respeitados para o seu próprio bem"; por este motivo, estas resistirem para aceitá-los. Tais questões, segundo a entrevista, fazem com que o adolescente se depare com limites legais preconceitos que dificultam a sua inserção tanto na escola quanto no trabalho. Assim, a unidade de semiliberdade é uma mediadora dentro desse processo na luta pela garantia de direito, às vezes, necessitando da intervenção do poder judiciário.

Além de ações ligadas à área da escola e do trabalho, a instituição também realiza inserções associadas à garantia de direito à saúde, à profissionalização, ao esporte, ao lazer, à cultura e à convivência familiar e comunitária, conforme preconizam as legislações vigentes na área da infância e juventude, conforme expressam os entrevistados em trechos destacados abaixo:

> A inclusão é uma forma justa de serem ouvidos, voltando à sociedade, à vida lícita. Pela disponibilidade da inserção escolar, inserção no aprendiz legal, aguarda mirim, no trabalho, num curso que ele faz lá fora como no Centro da Juventude. Sua interação com outras pessoas conhecendo as vivências deles e vendo os aspectos positivos (Macedo, servidor público).
>
> Seria a regularidade dos estudos básicos, cursos profissionalizantes. Após conseguir um emprego como... ou aprendiz. Aliás o Programa Aprendiz do Estado está uma lacuna, não se resolve esta situação e não se encaminha os adolescentes (Eleanor, servidor público).

> Uma oportunidade... uma grande oportunidade dos adolescentes se inserirem na sociedade. [...] O objetivo geral seria a reinserção do adolescente na sociedade tanto escolarização quanto profissionalização. Não vejo como uma punição, mas como oportunidade. A limitação maior é o mau funcionamento do assistencialismo em geral. Possibilidades seria maior informação a respeito de curso e de trabalho enquanto estão aqui (Sinara, servidor público).

As entrevistas apontam a preponderância das intervenções relacionadas a inserções na educação formal e profissional, bem como no mercado de trabalho. Isso se explicita quando os entrevistados afirmam que a instituição disponibiliza "inserção escolar, inserção no Aprendiz Legal" ou a "regularidade dos estudos básicos, cursos profissionalizantes" ou a "reinserção do adolescente na sociedade tanto escolarização quanto profissionalização". O mesmo raciocínio é expresso por alguns entrevistados ao falarem das atividades da rotina institucional:

> Pode desistir [do curso], mas não pode ficar com o horário vago. Tem que acordar cedo e dormir cedo. 6hs a.m. e dormir às 11hs p.m. O café é feito por um adolescente. A proposta é ter atividades manhã, tarde e noite. Mesmo o adolescente estando na Casa, ele deve estar ocupado. Não pode ir para o quarto dormir, à tarde. TV é considerada uma atividade, mas não pode ficar a tarde inteira assistindo-a. O tempo é preenchido com educação, profissionalização, cuidados com a saúde corporal e bucal (ida ao médio e dentista) e com atividades de cultura, esporte e lazer no Centro da Juventude (Nanci, servidor público).

> Tenta reforçar a questão da educação e sua importância. Cobra-se muita disciplina, questão comportamental, palavreado [...] (Darci, servidor público).

> Conforme o cronograma. Tem atividades obrigatórias como a escola, conforme horário matriculado fica agendado no cronograma. Também escolhe os cursos e se quer buscar um trabalho aí tudo é organizado no cronograma de atividades que fica na sala dos educadores e no mural dos adolescentes fixado no corredor da casa. É bom para eles se organizarem e terem autonomia e responsabilidade com seus compromissos (Francis, servidor público).

Tal preponderância foi observada nos dias de campo, quando constatado que nos períodos da manhã havia dois cursos dentro da unidade, que ocorriam intercaladamente, com três encontros semanais de duas horas e meia cada aula, assim preenchendo as manhãs de segunda a sábado. Todos os adolescentes, que não tinham outras atividades externas no horário como trabalho, deveriam participar. Já as atividades escolares ficavam distribuídas no período da tarde e da noite, de forma a não terem muitos adolescentes dentro da unidade o máximo período de tempo possível. Os horários das atividades da escola e cursos eram adaptados para os

adolescentes que conseguiam uma colocação no trabalho e as atividades de esporte, cultura e lazer, ocorriam assistematicamente nos períodos que não preenchidos pelas atividades prioritárias como curso e escola. Prioridades da lógica burguesa, de um Estado de Direito, como salienta Passetti (2004), que seguem as prerrogativas das legislações que regulamentam a execução da medida de semiliberdade como o ECA (1990) e o SINASE (2012).

Contudo, nem todos os entrevistados concordam com tal análise, como expressa o trecho abaixo:

> Aprender a comportar-se aqui. Respeitar o espaço do outro. Limpeza, trabalho conjunto, sociabilidade básica. O peso das atividades são os mesmos, penso que não existe priorização (Clair, servidor público).

Por outro lado, todas as entrevistas são unânimes em suas colocações quanto ao principal parceiro da unidade nas diversas áreas de intervenção política na vida do adolescente, alegando que se usam prioritariamente os recursos da rede pública disponíveis no município de localização da unidade da semiliberdade. Isso ocorre na área da educação, com uso exclusivo da rede pública, com principal inserção via CEEBJA; na profissionalização, com os cursos internos ou pelo PRONATEC e, no mercado de trabalho, por meio dos programas de aprendizagem; na área da saúde, por meio do SUS; e na assistência, no esporte, na cultura e no lazer, com os programas sociais públicos e filantrópicos.

Entre as dificuldades levantadas para inserção na escola e no mercado de trabalho, algumas entrevistas sinalizaram os pré-conceitos e medos em relação aos adolescentes, devido ao fato de terem cometido um ato infracional; ao medo de voltarem a tumultuar a rotina institucional, já que o fizeram no passado; às dificuldades das burocracias dos sistemas; às dificuldades de frequentarem regularmente as aulas e, às vezes, mesmo na semiliberdade gazearem as aulas; e às dificuldades financeiras que, muitas vezes, os fizeram se afastar da escola antes da medida. Tal panorama pode ser verificado nos relatos abaixo:

> Escutamos histórias que outros na escola os vêm diferente, os discriminam. Por estarem na semi, por ter passado pelo sistema [socioeducativo], por dizer que já tiveram presos. [isto é reforçado pela...] tatuagem e o jeito de se vestir. Muitos deles trazem que não estavam estudando [antes da medida], por que era chato ficar estudando e ouvindo a professora falar, outros dizem das questões financeiras, e outros deram muito problema na escola (Macedo, servidor público).

> Além da matrícula. A facilidade de inserção depende de quem está à frente da direção da escola. A profissional do EJA [de Foz do Iguaçu] conhece a realidade e entende, não só dos nossos adolescentes [da semiliberdade], inclusive vai buscar em casa. Facilidade é por parte do gestor. Eles [os adolescentes] têm dificuldade de permanência, não se sabe se a questão está no método escolar ou do adolescente tem uma fobia e acaba se sentindo excluído. Se for conversar com os adolescentes que saíram e não permaneceram na escola, vão enquanto estão conosco por que são obrigados. Embora digam no PIA que vão (Nara, servidor público).

Os relatos apontam que o fato de os adolescentes estarem em semiliberdade os coloca, na prática, dentro da categoria de quem tem antecedentes criminais, mesmo que a legislação do ECA (BRASIL, 1990) no texto da lei proíba isto. Assim, forma-se a ideia de delinquência, remetida a novas palavras e conceitos – uma nova maneira de ver as infrações, com certa utilidade política para a burguesia. Então, questiona-se se a intenção dessas ações políticas se direciona a estes adolescentes ou aos mecanismos de exclusão, a partir da manutenção e organização de um sistema de poder que controle esse público. Ou seja,

> A burguesia não dá a menor importância aos delinquentes, à punição ou a reinserção deles, que não tem economicamente muito interesse. Em compensação, do conjunto de mecanismos pelos quais o delinquente é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral (FOUCAULT, 1999a, p. 39).

Como aponta um dos entrevistados, a facilidade ou não de inserções na escola, para além da matrícula, depende de quem está à frente da direção escolar. Como alegou o servidor público Nara em sua entrevista, que o fato do profissional do EJA de Foz do Iguaçu conhecer a realidade dos adolescentes, entende o contexto e busca uma inclusão ativa dos adolescentes na escola chegando a buscar os alunos em suas moradias.

Já na área profissional, os preconceitos também são barreiras, como evidenciado em um dos dias de observação de campo, no qual houve a menção da oportunidade de encaminhar um novo adolescente para entrevista direta a uma empresa contratante, na qual outros dois adolescentes recentemente haviam ingressado por intermédio de um dos programas de aprendizagem municipal. Na ocasião, um adolescente que acabara de chegar foi encaminhado à entrevista, mas nesta relatou seu histórico infracional e a empresa que desconhecia a origem

desses adolescentes ficou receosa, o que gerou um desconforto na contratação dos primeiros e a não contratação do terceiro.

O que parece se evidenciar são as dificuldades de conciliar o que existe na rede local às necessidades não só dos adolescentes, que almejam trabalhar ou fazer cursos, mas também em sustentar a própria proposta que foca na escolarização e profissionalização. Somados a isto, há a necessidade de administrar estas inclusões devido às resistências tanto da sociedade, a partir dos medos que estes adolescentes mobilizam devido à sua situação social, infracional e pessoal, quanto dos adolescentes, que nem sempre se adaptam aos serviços ofertados, devido a seus interesses ou características.

Estas questões foram apontadas indiretamente pelos adolescentes em cumprimento da medida de semiliberdade e relatadas na observação do décimo dia de campo, conforme segue:

> Após o almoço alguns adolescentes assistiam televisão e conversavam sobre não poderem trabalhar na construção civil nem em lava car por serem menores de idade. O adolescente Laerte disse que *então é melhor roubar*. E outro adolescente o Dionísio argumentou que *o salário é pouco, aí no tráfico ganha mais, é mais fácil que no pesado.* Osmar contestou dizendo, *melhor é trabalhar na construção civil, trabalhar e ganhar dinheiro. O problema de trabalhar em escritório, é que é muito difícil conseguir uma vaga.* Outro adolescente Juan começou a falar que *o problema é ter que estudar para trampar no escritório, e estudar não é comigo não.* Jurandir manifestou dizendo, *eu pretendo terminar os estudos regulares, mas não quero fazer faculdade não, quero ganhar bem e tá bom.*

Ou seja, na semiliberdade não podem "*trabalhar na construção civil nem em lava car por serem menores de idade*" e "o *problema de trabalhar em escritório, é que é muito difícil conseguir uma vaga*". Além disso, também questionavam o valor do salário, que seria "*pouco*", em formas de trabalho legais acessíveis a eles e destacaram as exigências do trabalho em um escritório, tais como "*estudar*", acrescentando que nem sempre tinham esta vontade e o importante seria "*ganhar bem e tá bom*".

O posicionamento dos adolescentes em contraponto com os dos servidores e da legislação remete à discussão sobre o ilegalismo, conforme discussão realizada por Foucault, que como elucidou Deleuze (2005) permitiu uma nova diferenciação da delinquência, sob novos controles, após a revolução de 89, em que os revoltosos burgueses reivindicavam novos ilegalismos, antes tolerados pelo antigo regime. Ou seja, "Foucault mostra que a lei não é nem um estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha, ela é a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato,

exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia" (DELEUZE, 2005, p. 40), o que significa que a lei é um meio de controle muito preciso, principalmente atrelado à paz e ao consenso.

Além disso, observa-se a insistência da equipe em fazer valer os direitos e ter como ponto final a inserção no mercado de trabalho e nos cursos profissionalizantes advém da realidade local, que conforme três entrevistados relataram concorrem com o tráfico e o contrabando existente pela cidade estar numa região de fronteira, associado às condições materiais em que os adolescentes atendidos e suas famílias se encontram[106]. Realidade que também impulsiona o discurso e os pedidos dos adolescentes por trabalho, mesmo que seja informal, uma vez que com suas atividades, mesmo ilegais, geralmente auxiliam na renda familiar, não precisando pedir recursos para sua família.

Já sobre as inserções em esporte, cultura e lazer, estas parecem serem secundárias, por parecerem estarem voltadas a algum tipo de benefício, que não envolveria as responsabilidades associadas ao trabalho e à escola, como aponta um dos entrevistados:

> Oferta a medida que vê o que tem de oficina, hoje basicamente com o Centro da Juventude. Penso que tem falhado bastante, pois ela fica em segundo lugar não é colocado como importante ou obrigatório. Nós temos em educador que gosta de caminhadas e tem feito esta atividade com os meninos como um *hobbie*. Ou corrida como lazer. Teve uma vez um menino que gostava de futebol e conseguiu treinar com a equipe do sub 16 de salão, mas desistiu. Possibilidade de treinar *hugby* e ninguém demonstrou vontade. Identifica vontade ou habilidade a equipe vai atrás. Na cultura ficamos sempre atendo aos eventos para oferecer para os meninos, tem o SESC cine bulevar, que tem apresentação de filmes aberta a comunidade, mas como são filmes culturais os meninos não tem interesse e acabam não participando. Outras vezes conseguimos cortesias para filmes comerciais e eles vão. Também vão a festas do município e passeios turísticos. E agora tem a possibilidade do retorno do Culturação com atividade de pintura que os meninos têm uma boa aceitação. Acho que essas atividades são colocadas como secundárias, mas não deveria (Nara, servidor público).

Em geral, verifica-se que os obstáculos das inserções em escola, profissionalização, trabalho, esporte, cultura, lazer, saúde e garantia de direitos sociais estão ligados aos obstáculos da população em geral, que acessa os serviços públicos por não ter financeiramente recursos para

[106] Os dados estatísticos da unidade em estudo de 2012 apontam a renda familiar e a quantidade de pessoas na família, que conforme relatório deste ano, aproximadamente 77% (30 atendimentos) tem uma renda entre 1 e 3 salários mínimos, 15% (6 atendimentos) ganha 4 salários mínimos e 8% (3 atendimentos) recebe abaixo de 1 salário mínimo. Já a quantidade de adolescentes com famílias entre 4 e 6 membros, representa 56,5%, (22 atendimentos) e os com até 3 membros 38,5% (15 atendimentos), e os sem família com 5% (2 atendimentos).

acessar os privados e pagos. Assim, a semiliberdade recorre, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, o ECA (BRASIL, 1990) e o SINASE (BRASIL, 2012b), a parcerias com a sociedade civil. Esta oferta, a partir de suas ONGs, atividades, ações, intervenções gratuitas e atreladas a critérios específicos, que, devido aos pré-conceitos, às condições sociais, materiais e educacionais dos adolescentes, nem sempre propiciam sua inserção em determinadas atividades ou programas.

Vejam-se as inserções no mercado de trabalho, conforme figura 29, do capítulo II, em que, dos 141 atendidos no total entre 2011 e início de 2014, 44,7% (63 atendidos) foram inseridos em alguma atividade profissional formal ou informal. Deste percentual de inseridos, conforme figura 30, também do capítulo II, 44,5% foram inseridos na informalidade do terceiro setor, em atividades como lavagem de carros e construção civil. Ou seja, a escolha do adolescente é condicionada às possibilidades existentes, como também expressam as entrevistas a seguir:

> É difícil esse processo de inclusão. Uma pelo rótulo de ter passado pelo sistema socioeducativo. A sociedade rejeita muito. E as comunidades que vivem torna difícil até para a mobilidade urbana, não tem escola por perto, ou cursos ou creches (Darci, servidor público).

> Utiliza recursos externos no acesso à escolarização, cursos. Recentemente a Secretaria tem oportunizado cursos dentro da casa. É basicamente pela escolha do adolescente ao que está disponível na rede (Sinara, servidor público).

Essas possibilidades não são iguais para todos, nem mesmo se tiveram acesso à escola, às atividades culturais e ao lazer. Elas são demarcadas por regras de mercado baseadas na lucratividade e competitividade e nem sempre atendem as necessidades, os sonhos, os interesses ou as urgências dos adolescentes e suas famílias. Como apontam alguns entrevistados, as potencialidades em geral não são trabalhadas, ficam em segundo plano; primeiro se busca suprir minimamente as necessidades e as urgências. Para o desenvolvimento das potencialidades, faltam condições; os obstáculos são maiores que as possibilidades de concretização, como ressaltam as falas a seguir:

> O educador percebe na rotina, no trabalho e faz os julgamentos. Procura possibilidades. No convívio tenta identificar, faz parte de conhecer e identificar o adolescente. Desenvolve através da inserção dos cursos, dentro da casa. Não há ações específicas. A oferta é limitada. Nem sempre atingindo os interesses e

> potencialidades dos adolescentes. Às vezes o que querem é chamar atenção todo o tempo (Clair, servidor público).
>
> Não tem estratégias para encaminhar, leque de curso é pequeno. As ações são generalizadas. Faltam opções com músicas, artes... Coloca no que tem e fora também não tem esse tipo de curso. Observo o adolescente que sabe tocar violão, fazer *rap's,* mas não tem motivações para desenvolver tais potencialidades. A arte prende a atenção. Só tem que separar. Não tem como atender cada um individualmente. Incentivamos trabalhar com suas potencialidades (Jacques, servidor público).

Tais aspectos podem se associar a uma das possibilidades de explicação para o fato de um dos entrevistados ter dito que "para os meninos [o ritual do PIA] não faz sentido... é uma coisa complicada. Os educadores explicam que o PIA é uma etapa para ser liberado. Assim, fazem o PIA porque é um pré-requisito para cumprir a medida" (Clair, servidor público). É sem sentido, uma vez que os seus "sonhos" e interesses não são atendidos, seja por falta de recursos disponíveis ou em razão das condições de vida do adolescente. Eles já sabem o que deve ser dito, o foco de suas ações está pré-definido: escolarização e trabalho, sendo que o estudo nem sempre é desejado pelo adolescente e o trabalho nem sempre está acessível, como dito por alguns no décimo dia de observação. O que é obrigatório dentro das ações do adolescente em seu processo é sua inserção consentida a fluxos produtivos; como diz Passetti (2004, p. 151), se "convoca à participação democrática, consagra a uma pletora de direitos, exige a adesão aos fluxos produtivos".

Assim, a compreensão e participação do adolescente encenam uma formalidade, uma normatização, localizada na lógica penal da motivação individual de reconquista da liberdade. Parece mais uma teatralização, que acaba na inclusão limitada ao espaço social disponível a eles e por critérios já definidos interligados à constituição e politização da vida. A inconsistência desses planos parece estar articulada à oferta das atividades vinculadas a outras políticas, que dificultam a possibilidade de realmente estimular o desenvolvimento das potencialidades desses adolescentes, restando a eles a escolha entre fazer ou não, mas nem sempre.

As inserções interligadas às estratégias institucionais, efetivadas como descritas no capítulo III, no item que trata do PIA, convocam o adolescente a protagonizar um plano de vida, a partir das condições que lhe são acessíveis. Os sonhos não são o foco em si, o que importa é que o adolescente aceite encenar o modelo de uma teatralização inclusiva. A convocação ao protagonismo juvenil é demarcada, e a unidade serve como facilitador nesse processo de

mediação a uma inclusão nos fluxos e itinerários estabelecidos. Trata-se de um protagonismo em que as possibilidades de escolhas são pré-determinadas pelas condições sociais e pessoais, que se interligam diretamente.

O protagonismo é incitado e parece estar associado especificamente ao uso particular da razão, o qual, como expressa Foucault (2005, p. 339), é realizado pelo ser humano

> [...] quando ele tem um papel a desempenhar na sociedade e funções a exercer: ser soldado, ter impostos a pagar, dirigir, uma paróquia, ser funcionário de um governo, tudo isso faz do ser humano um segmento particular na sociedade; por aí ele se encontra colocado em uma posição definida, em que ele deve aplicar regras e perseguir fins particulares.

Tal papel funciona como uma espécie de defesa, como discute Foucault (1999b), à luz de uma sociedade normatizada, regulada, controlada e punitiva. Trata-se de um papel que em geral os adolescentes não se propõem a desempenhar plenamente, conforme os protocolos. Nesse caso, outros desfechos são apresentados na encenação democrática na semiliberdade: a evasão, a transferência, a regressão, as descontinuidades dos projetos apresentados nos planos de vida descritos nos Planos Individuais de Atendimento, os conflitos, as resistências. O "devir", expresso por Deleuze (1974, p. 03), "sem medida, verdadeiro devir-louco que não se detém nunca, nos dois sentidos ao mesmo tempo, sempre se furtando ao presente, fazendo coincidir o futuro e o passado", se apresenta e traz novos efeitos, nem sempre desejados no palco da vida em semiliberdade.

O que se evidencia, frente à inclusão nos espaços já existentes e a prioridade na escolarização e profissionalização, é a tarefa da instituição de minimizar os preconceitos, que levam ao confronto entre o adolescente e os atores dos espaços a que de algum modo aquele não se adaptou. Para tanto, a instituição empreende estratégias que forneçam apoio para minimizar os impactos e orientar nos fluxos, conforme as discussões de Passetti (2004). Como já analisado, a estratégia institucional ou intersetorial de inserir o adolescente no mesmo sistema escolar ou de trabalho, sem alterações estruturais, evidencia que os objetivos, apesar das inserções da proposta, se aliam a normatizar e adaptar este indivíduo à proposta de uma sociedade que exclui para incluir como condição da ordem social desigual dentro das dimensões políticas em jogo (STOER, 2004). Assim, o adolescente que não estiver disposto a se adaptar a estas estruturas não poderá ser incluído nesse modelo de controle. O que importa é o adolescente aceitar o que é possível a

ele, dentro do processo de normalização, apesar da sua tentativa de participar e ser ouvido em suas demandas nesse processo.

Alguns servidores entrevistados, em vez de referir-se às inserções como inclusão social e apresentarem as dificuldades correlacionadas, ao serem questionados sobre o processo de inclusão social, expuseram que não há "inclusão social" e justificaram:

> Aqui dentro [da unidade de semiliberdade] meu ponto de vista não acontece inclusão social. O trabalho deve ser feito com a família. A família precisa de moradia, há um problema histórico. Atendemos o garoto tentando colocar algo diferente nele, mas não há um trabalho geral com a família. Isso acontece com o egresso, nós o abandonamos. Esse trabalho em longo prazo poderia trazer retorno (Jacques, servidor público).

> Na realidade a gente não consegue inserir, pois só pode considerar que ouve uma inserção efetiva. A gente não tem resposta efetiva dessa inserção. Só é inclusiva se tiver a manutenção. Nos encaminhamentos para a rede, observa-se que não tem uma sistemática para trabalhar a vulnerabilidade da família. O processo é frágil. Enquanto não tem a manutenção da conquista ele é frágil. Pois não está na mão da gente como mediadores. Embora nada diga que não possa trabalhar na comunidade, mas é tudo burocrático e desgastante (Nara, servidor público).

Talvez isso ocorra devido aos fatores que aponta uma das entrevistas, como o fato de os espaços de inserção serem incompatíveis com o contexto social do adolescente e o vínculo com o ilícito prender o adolescente a determinadas normas próprias da vida infracional:

> O objetivo é de responsabilizar o adolescente... Fazê-lo refletir. Dar possibilidades em dois níveis. O primeiro caminho de oportunidades se apresenta em termos de bens e serviços. O segundo pela reflexão, mostrar a possibilidade de um caminho diferente longe desse meio da criminalidade. A inclusão é em espaços muito diverso de sua realidade e ele tem dificuldade de sentir-se bem nestes ambientes. As limitações são n, dentre elas a maior o contexto ilícito que o adolescente não consegue sair. Ao sair começam as cobranças envolvidas na lei do crime, de que não pode continuar devendo. Ele não tem essa retaguarda. O contexto de onde ele veio é a maior dificuldade [...] (Nara, servidor público).

Independente desses fatores ou tendo eles como condição, a semiliberdade, por meio de suas ferramentas institucionais e intersetoriais, calcadas no poder disciplinar e na biopolítica, tem uma tarefa a administrar: adequar o adolescente para ser inserido no modelo socialmente vigente. Suas estratégias institucionais devem moldar os comportamentos transgressores para que assim o indivíduo possa ser inserido nas demais instituições e participar do fluxo de controle da sociedade

atual, de modo a evitar que se oponham a ele.

A semiliberdade acaba tendo uma função de mediadora, que deve realizar o que se pode chamar de um "verdadeiro" malabarismo social. A instituição tem a função de conciliar demandas diversas, pessoais, sociais, estruturais, e muitas vezes contraditórias dentro do jogo democrático. Enquanto estão na instituição, os adolescentes ainda têm apoio nesse processo, mas quando saem não o têm mais. A unidade também teria um período curto para servir de apoio, considerando que precisa administrar as expectativas do adolescente, que de certo modo lhe possibilitam aderir à proposta, e o que está ao alcance de ser viabilizado, compreendendo que mesmo assim 25,4% conseguem cumprir a medida até uma liberação formal pela via judicial.

A missão da *Casa de Semiliberdade* tem sido de realizar esta tarefa em uma média de 4 a 6 meses, conforme a figura 22, já que este era o tempo de permanência de 47,8% (22 atendimentos) dos casos que foram desligados judicialmente, sendo esta uma modalidade de desligamento que representa 25,4% (46 atendimentos) do total de atendimentos, conforme figura 20, do capítulo II. Se fosse fazer este cálculo, de tempo de trabalho socioeducativo, entre os evadidos a unidade teria na maioria das vezes de um a dois meses, que é o tempo médio de permanência da maioria dos que se evadem, com percentual de 64,6% (62 atendimentos) entre os egressos evadidos entre março de 2009 e março de 2014, como observado na figura 25, também do capítulo II. Ou seja, a equipe tem um curto período de tempo para realizar um trabalho de "transformação" com as ferramentas disponíveis na sociedade, a que em geral os adolescentes já tiveram acesso, mas as quais não se mostram suficientes.

Mesmo assim, nestes últimos cinco anos, conforme figura 27, do capítulo II, do total de seus 181 egressos, enquanto estavam na unidade, a equipe matriculou na escola 60,8% (110 atendimentos), inseriu no mercado de trabalho 34,3% (62 atendimentos), matriculou em cursos de qualificação profissional 63,5% (115 atendimentos), oportunizou atendimentos de saúde geral para 42,5% (77 atendimentos) e de saúde bucal para 243,8% (43 atendimentos) e também possibilitou experiências na área da cultura, esporte e lazer para 74% (134 atendimentos). Deste último item, destaca-se que são relativos a ofertas a recursos da comunidade, pois dentro da semiliberdade todos tiveram acesso a algum tipo de atividade esportiva e de lazer, contempladas na estrutura física e proposta da unidade, disponíveis e acessíveis aos adolescentes conforme seus interesses.

Com uma proposta calcada em estratégias institucionais e intersetoriais altamente

individualizantes, a semiliberdade se apresenta como um instrumento do Estado que opera como um “escudo” tanto para o adolescente quanto para a sociedade: para o adolescente, quando abre caminhos para as inserções na escola, no trabalho, no esporte, na cultura, na saúde, no lazer, na convivência familiar e comunitária; e para a sociedade, quando se responsabiliza por “curar”, “moldar”, “disciplinar”, a partir de suas técnicas os adolescentes e, ao mesmo tempo, atua como vigilante, podendo acionar os mecanismos punitivos associados ao sistema institucional e ao judiciário. Faz-se um malabarismo que tenta equilibrar os vários interesses das relações de poder, da sociedade e dos adolescentes, tendo que acolher, ouvir e considerar a administração da vida a partir dos interesses pessoais, como prescreve a cartilha democrática.

As estratégias intersetoriais lançadas, as inserções, aparecem como ações pontuais e individualizantes, sem necessariamente um projeto coletivo democrático construído para o público atendido, se pensar no pluralismo. Trata-se de uma resposta biopolítica, a partir da responsabilização individual a um problema complexo e multifacetado. O resultado oficial tem sido marcado por uma série de resistências, sejam dos adolescentes, quando não aceitam serem controlados por este modelo e se evadem ou transgridem normas (precisando ser transferidos ou regredidos) ou mesmo não continuam os encaminhamentos iniciados na unidade, sejam da sociedade, ao recusar inserir os adolescentes em espaços garantidos por direitos, devido ao medo e à insegurança gerada pela ideia de adolescente “transgressor e perigoso” ou pelos atos concretamente vivenciados, sejam da equipe, ao reivindicar determinados programas e atividades específicas às demandas desses jovens ou pedir maior responsabilidade dos pais dos adolescentes.

Contudo, as constantes frustrações diante das desistências, dos encaminhamentos conseguidos com esforços para a inserção junto à rede, dos perfis com características difíceis de serem administradas dentro do sistema, como os com transtorno de personalidade, geram dificuldades para o desenvolvimento do trabalho da instituição. Isso porque, como a equipe salientou nas entrevistas, as descontinuidades das ações empreendidas no trabalho socioeducativo acabam trazendo mais dificuldades para o trabalho junto à sociedade civil, pois ratificam que o esforço é em vão. Defende-se que se faz um bom trabalho e que o problema está no adolescente e em suas famílias, que não aceitam adequar-se como a grande maioria faz. Os relatos e a análise documental demonstram que as exigências ou os pedidos nos Planos Individuais de Atendimento, em geral, se associam ao trabalho e ao lazer, comprando em grande parte a ideia conformista. Contudo, ao iniciar o trabalho, nem sempre são atendidas as expectativas, visto que os

adolescentes se deparam com barreiras, como ter que esperar trinta dias para receber o salário dentro do trabalho formal, sendo que no informal o recebem semanalmente, e cumprir horário rigoroso de trabalho ou aguentar o chefe mal humorado, conforme relatado por um adolescente numa conversa observada no décimo dia de campo: “quando trabalhava como servente, todo final de semana via a cor do dinheiro, e era mais livre para fazer o trabalho, se não gostava do chefe era só ir para outra obra” (Lorenzo, adolescente interno da semiliberdade).

Os medos, os conflitos e as instabilidades na dinâmica institucional e nas respostas podem ser entendidos a partir das contradições presentes nas relações de poder entre instituição (representante do Estado) e adolescente. Os caminhos a seguir são variados, mas os desfechos se encerram com evasão, regressão ou desligamento da medida. As fissuras, as resistências aparecem, os fluxos e itinerários são montados. A evasão funcionaria como uma válvula de escape encontrada pelos adolescentes para solucionar os conflitos, sendo que pode significar a quebra com a visão determinista criada pelo sistema e naturalizada pela equipe. A regressão é uma estratégia da equipe para isolar o problema, tratá-lo ou puni-lo. Já o desligamento sinaliza que os conflitos foram administrados de forma equilibrada, o adolescente fez o que lhe foi solicitado e a equipe ofertou o que foi incumbida de ofertar. Neste último, há a perspectiva de se ter colocado o adolescente em um novo trilho, um novo itinerário, em novos fluxos de controle, havendo sido proporcionados benefícios e responsabilidades legais, condições adequadas para o seu desenvolvimento e inserção escolar e profissional. Desse modo, talvez, o adolescente esteja mais dócil, obediente, tenha sido incluído e se tornado mais autônomo ou se conscientizado de sua condição social, conforme associação com as discussões de Maraschin e Raniere (2011).

Esses caminhos administram os desejos dos adolescentes, cujos sonhos de uma vida intensa foram interrompidos com a institucionalização. A medida de semiliberdade visa a gerenciar a vida dos adolescentes por meio das diversas inserções, mostrando caminhos considerados possíveis conforme a sua história de vida. A vivência institucional, apesar de apresentar-se como um espaço mais próximo de uma vida comum, acaba normatizando a vida, limitando suas intensidades, proibindo as diferenças. Contudo, os adolescentes mostram-se vivos e evidenciam que são diferentes do que muitas vezes se espera deles, resistem, apontam as contradições a partir de suas condutas intensas, de seus desejos e vontades, nem sempre compreendidos. Enquanto a semiliberdade requer que fiquem na linha, eles mostras sua potência e resistem em ficar na linha que normaliza, demonstram que suas vidas estão em suas mãos, que

têm subjetividade e que problematizam suas vidas, mas diferentemente da norma pela norma. Nesse processo de normalização da vida, a semiliberdade cria um desejo submetido, um indivíduo docilizado, apresentando-se como um bom espaço de "ressocialização", como discurso legislativo.

5.2 SEMILIBERDADE: AS VÁLVULAS DE ESCAPE PARA O SISTEMA NÃO ROMPER

> Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente. A casa é segmentarizada conforme a destinação de seus cômodos; as ruas, conforme a demanda da cidade; a fábrica, conforme a natureza dos trabalhos e das operações. Somos *binariamente*, a partir de grandes oposições duais: as classes sociais, mas também os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, etc. Somos segmentarizados *circularmente*, em círculos cada vez mais vastos, em discos ou coroas cada vez mais amplos [...] Somos segmentarizados *linearmente*, numa linha reta, em linhas retas, onde cada segmento representa um episódio ou um "processo": mal acabamos um processo e já estamos começando outro, demandantes ou demandados para sempre, família, escola, exército, profissão [...] (DELEUZE; GUATARRI, 1996, p. 76-77).

Essas segmentações podem ser compreendidas a partir da justaposição de linhas, conforme denominou Deleuze e Guatarri (1996): linhas mais flexíveis, que compõem normas mais flexíveis e emaranhados territoriais, constituem prática social; linhas mais duras, com códigos rígidos e de controle, representam o aparelho de Estado; e as linhas de fuga, marcadas pela descodificação e desterritorialização, são as contestações.

Por outro lado, a evasão, que parece se apresentar como um fissura no sistema, por exemplo, apesar de ser considerada algo "natural", característica da medida de semiliberdade, conforme apontam o regimento interno da unidade e o caderno de *Semiliberdade*, preocupa e traz questionamentos sobre a funcionalidade das estratégias utilizadas pela unidade. Ou seja, coloca em dúvida o trabalho socioeducativo empreendido, atribuindo múltiplas responsabilidades à equipe, à proposta pedagógica, ao adolescente, à família e às condições sociais, por exemplo.

A problematização destes eventos é o objetivo dos tópicos subsequentes, com vistas a compreender as interações desse processo e sustentar a ideia de essas linhas serem uma válvula

de escape – como se a unidade de semiliberdade fosse uma panela de pressão, que tem a válvula de segurança para evitar que a panela exploda. Na semiliberdade, as linhas de fuga teriam essa função, de uma válvula que é usada para auxiliar na manutenção de um sistema contraditório, marcado pelas suas complementaridades entre pedagógico e sancionatório, educação e segurança, a fim de evitar o rompimento das relações de poder instituídas. As linhas de fuga não são controladas, desejadas ou regidas pelas regras, normas e finalidades da instituição.

Em "Porcelana e Vulcão", Deleuze (1974) também aborda esse assunto a partir do termo *fissura*, o qual foi inspirado nas reflexões sobre uma frase da novela *Crack-up*, do norte-americano Scott Fitzgerald, criada em 1936: "Toda vida é, obviamente um processo de demolição", que o fez explicar que a vida é de fato uma fenda aberta, possui essa fissura, ideal, metafísica, incorporal.

Trata-se de uma fissura, como expôs Deleuze (1974, p. 158),

> Porque perdemos a paz, o amor, a saúde, um após o outro? Havia uma fissura silenciosa, imperceptível, na superfície, único. Acontecimento de superfície, como suspenso sobre si mesmo, planando sobre si, sobrevoando seu próprio campo. A verdadeira diferença não é entre o interior e o exterior. A fissura não é nem interior nem exterior, ela se acha na fronteira, insensível, incorporal, ideal. Assim, ela tem com o que acontece no exterior e no interior de relações complexas de interferência e de cruzamento, junção saltitante, um passo para um, um passo para o outro, em dois ritmos diferentes: tudo o que acontece de ruidoso acontece na borda da fissura e não seria nada sem ela; inversamente, a fissura não prossegue em seu caminho silencioso, não muda de direção segundo linhas de menor resistência, não estende sua teia a não ser sob os golpes daquilo que acontece.

Na relação institucional com os adolescentes, a fissura encontra-se no aspecto institucional e psicológico. Trata-se de uma fenda, causada pela rachadura de alguma estrutura com características estáveis, mas que como uma rocha, que é um sedimento estável, por algum momento pode ser fragmentada e se desestabilizar. A semiliberdade, apesar de não ser tão rígida quanto a rocha, também se desestabiliza formando rachaduras e assim não apresenta mais aquela solidez de antes. Está sendo colocada em xeque sua estabilidade. As contradições vieram à tona e provocaram rachaduras.

Na semiliberdade, alguns eventos, como a evasão e o uso de drogas pelo adolescente, alteram a ordem das coisas, e o adolescente ou mesmo a equipe decide romper com a proposta institucional, por exemplo. A ordem institucional é contestada e refutada. A transgressão seria um

caminho, um modo de expressar não desejar seguir o modelo, não querer se transformar no adolescente idealizado pela instituição.

Para Deleuze (1974), as linhas rígidas, flexíveis ou de fuga, engendram-se na possibilidade dos acontecimentos, podendo se intercalar a partir de elementos externos, que na semiliberdade pode ser demarcada pelo que apontam os entrevistados: a violência, a família, o consumo, a droga e as más influências, por exemplo. Assim, a semiliberdade, com sua proposta, fragmenta-se, é contestada, confrontada, pelo adolescente que cria seus pontos de fuga. A proposta institucional cria estratégia para administrar tais pontos, com suas medidas disciplinares, com a possibilidade da transferência e da regressão da medida, mas estas não são suficientes para dar conta das "relações complexas de interferência e de cruzamento" (DELEUZE, 1974, p. 158). Pensa-se que estas estratégias conseguem administrar as resistências, que são usadas pelos adolescentes quando querem resistir, sobreviver ao sistema, mas quando as relações de poder se rompem a fissura acontece.

A fissura é desejável? Como explicita Deleuze (1974, p. 164), "se perguntamos [...], por que a fissura é desejável é porque, talvez, nunca pensamos a não ser por ela e sobre suas bordas e que tudo o que foi bom e grande na humanidade entra e sai por ela, em pessoas prontas a se destruir a si mesmas e que é antes a morte do que a saúde que se nos propõem".

5.2.1 A recusa ao controle: evasão como solução

A evasão, que representa 53% do total de atendimentos nos últimos cinco anos, conforme figura 20, do capítulo II, é apresentada pelos entrevistados e pela proposta como um direito, conforme exposto em algumas entrevistas:

> A lei diz que o servidor não pode colocar obstáculos para ele fugir. A ideia do legislador está num lugar agrícola. Evasão em semi não tem como ser impedida. Ele tem que ter vontade de ficar (Nanci, servidor público).

> O menino fugiu porque ele realmente não tem interesse de cumprir a medida. A medida de semiliberdade depende exclusivamente do menino. A responsabilidade é exclusiva do menino. E não fica porque algo dentro ou fora não foi aceitável para ficar. E há exceções de ameaças, aí procuramos ir atrás para convencê-lo a retornar ou tentar transferir ou cumprir em casa (Francis, servidor público).

Ela também figura como uma contestação quando se analisam outros trechos das entrevistas:

> A evasão é meio previsível. Geralmente quem evade é aquele que não tem nada a perder, demonstra histórico de falta de comprometimento com a medida. Alguns não querem mudar ou estão muito comprometidos com o mundo do crime. Ou quando descumprem certa norma e por perder um final de semana, não aceitam (Darci, servidor público).

> Ocorre normalmente por adolescentes, excessivamente, comprometido com as drogas e o crime, o que impossibilita o adolescente a se adaptar na semiliberdade. Em razão das dificuldades de convivo com os demais adolescentes e com a equipe no cumprimento de regras (Juraci, servidor público).

Parece mais que contestação, a evasão aparece como solução, uma forma de o adolescente fugir das amarras da proposta prisional que o liga a alguém perigoso, mas manipulável. Há uma recusa ao título de vulnerável e perigoso a que o não cumprimento de determinadas regras o atrelada, mesmo sem qualquer julgamento de fato, mas como discorre Foucault (2012a, p. 113-114) trata-se de uma "periculosidade que não é mais manifestada pelo delito, mas suscitada pela prisão. Pois bem a prisão cria um perigo que lhe é específico".

Como um direito, atribui-se o evento como natural, conforme descreve uma das normas e procedimentos para a equipe ao explicar que "a evasão deve ser encarada com naturalidade, é necessário conter o adolescente, mas sempre que possível procurar orientar o adolescente sobre as consequências que isso pode trazer ao adolescente e ao seu processo socioeducativo" (FOZ DO IGUAÇU, 2009a). Além desse caráter, o caderno de *Semiliberdade* também expressa a ideia de contestação, quando aconselha que o evento seja encarado com naturalidade pela equipe, mesmo que esta deva demonstrar ao adolescente que as dificuldades são previsíveis no processo socioeducativo em que ele está (PARANÁ, 2010a). Essa contestação é advinda das dificuldades encontradas pelo adolescente ao ser parte da unidade ou estar no processo socioeducativo. Por ser um evento previsível, o caderno de semiliberdade também prevê o registro da saída por evasão e os motivos associados, para servirem de avaliação da unidade.

Os trechos das entrevistas e as colocações do caderno de *Semiliberdade* ou das orientações institucionais sobre as evasões descrevem sentimentos, como o desespero das mães ou o desinteresse em cumprir a medida, e justificativas, como a falta de oportunidades de trabalho ou o comprometimento do adolescente com as drogas e o crime. Expressam o que explica

Deleuze (1974) sobre a alteração das linhas devido a elementos externos, que, em choque com os internos, provocam as fissuras, sendo que as evasões são um dos exemplos delas na semiliberdade em estudo.

As evasões são uma possibilidade, mas não almejada pela proposta socioeducativa, que está na fronteira entre os elementos externos e os internos. Apesar de imprevisível, dada a complexidade das interações dos elementos que se associam à decisão do adolescente, no caso da semiliberdade em estudo, apresenta-se uma previsibilidade, como dito por um dos entrevistados, que seriam os ruídos que acontecem na borda da fissura, como descreveu Deleuze (1974).

Um dos ruídos, evidenciado pela análise das entrevistas e dos relatórios de evasões, são as medidas ou sanções disciplinares, por estarem geralmente vinculadas às situações de evasões, apesar de nem todas gerarem este evento. Essas sanções se pautam no descrito no Art. 24 do regimento interno da unidade da semiliberdade em estudo:

> Art. 24 – A disciplina é instrumento e condição de viabilização do projeto político pedagógico, a fim de alcançar o conteúdo pedagógico da medida sócio-educativa de semiliberdade, e consiste na manutenção da ordem, por meio de ações colaborativas, na obediência às determinações das autoridades e de seus agentes, na participação das atividades pedagógicas e no cumprimento da medida imposta (FOZ DO IGUAÇU, 2009b, p. 12).

A disciplina, como expresso, visa a manter a ordem, com base na obediência, nas ações colaborativas, na participação nas atividades pedagógicas e na aceitação da medida socioeducativa de semiliberdade. Trata-se de um modelo que, apesar de apresentar-se acolhedor, também é vigilante e punitivo; e a punição é o apontamento da falha, a pena diante do julgamento das atitudes dos adolescentes frente à proposta pedagógica. A medida disciplinar na unidade em estudo diferencia-se das medidas educativas, que também se associam às faltas disciplinares, ou seja, ao poder disciplinar. Um dos elementos da medida disciplinar é a retirada de um elemento prazeroso, que no caso está diretamente ligado ao afastamento do adolescente da vigilância direta existente na estrutura da unidade. No nono dia de campo, os adolescentes verbalizaram que tal vigilância é o que os incomoda, como se existisse um olhar que os vigia obrigatoriamente para encontrar suas falhas e punir, um olhar que causa um sentimento de desconfiança e da real disponibilidade e possibilidade de a medida socioeducativa querer colaborar com a vida deles.

Uma desconfiança que se instala nos dois polos – externo e interno – da instituição para com o adolescente e deste para com a equipe. A instituição trabalha com normas e regras, para

ordenar um adolescente “perigoso”, que precisa ser “curado”. Enquanto os adolescentes percebem os educadores como indivíduos que os ameaçam, por “pegarem nos ‘pés’(sic) deles [adolescentes] [ou] [os educadores] ficavam ‘enxergando’ tudo que eles faziam e se descumprissem algo já era nota baixa” (9º DIA DE CAMPO). Diante dessa tensão, que durante os dias de observação apresentou-se silenciosa, sutil, surge a fenda, a evasão, que aparece a partir de um golpe dos acontecimentos.

Isso foi observado no primeiro dia de observação do campo, em que ocorreu a evasão de um adolescente, o qual, após vir de uma audiência judicial, devido a suas condutas incompatíveis com a proposta institucional, com possibilidade de ter sua medida regredida, provocou desavenças entre os internos. A evasão ocorreu especificamente após uma “pacífica” briga, com olhares e troca de palavras ameaçadoras, administrada pela equipe de educadores para que uns não batessem em outros. Aquele que estaria articulando e fomentando tal conflito acabou por se evadir. Neste episódio, verifica-se que a evasão ocorreu diante de um momento de tensão e um adolescente que não estava cumprindo as regras da unidade fez esta opção. Ao não cumprir as regras, ele desestabilizava a unidade e sua proposta pedagógica, caracterizando-se como um adolescente ameaçador e perigoso.

No caso exposto, o adolescente, ao decidir evadir, minimizou a tensão que indicava a possibilidade de um evento ameaçador para ele, como regressão ou isolamento, e para a unidade, como a consumação das ameaças que levariam a um confronto físico. A ordem aos poucos foi reestabelecida, à medida que novas fissuras não surgiram. A escolha pela evasão traria para o adolescente a possibilidade de ver a família, os amigos, sair para a balada, namorar ou ser novamente apreendido. Já a escolha por ficar na unidade apresentaria a continuidade da tensão, a necessidade de se manter em posição de ataque e as consequências punitivas já previsíveis. Evadir significaria poder continuar a sua existência, conforme sua forma de organizar a vida, num espaço social já conhecido e familiar, sua família, seu bairro, seus amigos. Não evadir imporia a necessidade de adequação ou aceitar as consequências que o sistema impõe dentro das relações de poder estabelecidas.

Para a equipe da unidade, neste caso, a evasão também amenizou as tensões e possibilitou o restabelecimento da ordem, da proposta de adequação sugerida no aspecto pedagógico – adequação a uma proposta possível, do indivíduo, não pela via dos suplícios, e sim de uma forma pacífica e participativa, que pela via da inclusão eliminaria ou minimizaria os debates, os

impasses e as tensões. Ou seja, a evasão aparece como solução até para a instituição e aponta quão manipulável é o adolescente, constantemente submetido a pressões jurídicas, econômicas, políticas, entre outras possíveis. E nesse processo de ruptura e rotulação a semiliberdade também colabora para a produção de delinquentes, agora identificáveis, nomináveis, marcados. Assim, como expõe Foucault (2012c, p. 108):

> [...] quando alguém passou por esses programas de reinserção, por exemplo, por um reformatório, por um alojamento destinado a prisioneiros libertados, ou por não qual instância que a um só tempo ajude e vigie os recidivistas, isso faz com que o indivíduo continue marcado como delinquente: junto ao seu empregador, ao proprietário de seu alojamento. Sua delinquência o define, assim como ao relacionamento entre ele e o meio ambiente, tão eficazmente que se chega ao ponto de o delinquente só poder viver em um meio criminal.

Este é o resultado da permanência do envolvimento com a criminalidade, que, como expressou Foucault (2012c), "não é de modo algum um fracasso do sistema penal, é, ao contrário, a justificação objetiva de sua existência".

A evasão parece se tornar possível quando as ideias de uma unidade punitiva e de um adolescente "perigoso", complementarmente, ficam em evidência. A evasão torna-se uma estratégia, um mecanismo de defesa, de proteção, de múltiplas opções, de novas interações: uma solução. Trata-se de uma fissura decorrente dos conflitos da relação de poder, mas que pode ter uma interação complexa acontece diante das possibilidades de interação da existência no mundo e também na unidade. Uma fissura pode ser desencadeada por múltiplos fatores – externos ou internos –, mas que na realidade coexistem, pois na interação entre adolescentes na semiliberdade e destes com a equipe estão presentes suas histórias, suas compreensões de mundo, suas formas de interação. Para a decisão de evasão acontecer, as complexas interações dos elementos ocorrem, sem necessariamente serem controlados, dominados ou conhecidos, durante o evento de tensão, as más influências, o histórico infracional, a saudade da família, a falta de perspectivas de inclusão, as diferenças entre as pessoas que convivem na unidade, o medo de ser morto, se existe esse risco, o uso de drogas e outros elementos podem estar presentes.

Esse caminho possibilita o rompimento com o modelo apresentado, com suas preocupações, desconfianças, tolerâncias e ações inclusivas, como dispõe a proposta pedagógica com suas estratégias institucionais e intersetoriais. É um modo de o adolescente compartilhar seus impulsos, por meio da atuação, também como protagonista, mas não no papel apresentado

como modelo de adolescente: obediente, disciplinado, cooperativo, participativo e interativo. Parece ser uma solução encontrada pelo adolescente para escapar do sistema altamente controlador: a recusa ao monitoramento e ao controle, em que está presente a fuga da punição e uma forma de proteção, uma forma de fazer com que o modelo não se sobreponha à existência, de deixar o "devir" acontecer. Trata-se também de uma solução para a equipe, para a unidade, para o sistema socioeducativo montado, uma vez que o adolescente rompe com o processo, minimizando os problemas causados com suas condutas de recusas dentro da unidade. Tal situação não deixa de cumprir sua função de marcação e identificação do "delinquente", "perigoso" e "vulnerável".

5.2.2 Drogas e semiliberdade: qual é a questão?

O uso de drogas pelos adolescentes em semiliberdade apresenta-se como um evento que desorganiza os códigos, as normas e a organização das relações de poder, trazendo uma instabilidade ao sistema. Tal uso é contestado nas falas dos entrevistados, bem como nas conversas dos adolescentes e da equipe durante os dias de observação da rotina institucional. Alguns relatos apontam que o uso é raro, devido à falta de condições financeiras e às restrições próprias do cumprimento da medida socioeducativa. A maioria relata que é frequente, sendo perceptível o uso da maconha, por meio das características físicas, e da cocaína, em decorrência dos relatos das visitas familiares aos fins de semana.

> [Usam drogas] quase que habitual, quase todos os dias. A principal droga é a maconha. Nessa região é muito barato. Percebe pelos traços e características, como olhos avermelhado, chegam com muita fome e mudam o comportamento (Darci, servidor público).

> Sim usam [drogas] com frequência. Quando se avalia que precisam de ajudam são encaminhados para tratamento na rede municipal CAIA ou CAPS. Também são orientados dia a dia sobre os malefícios (Jacques, servidor público).

> Sim costumam, declaram o uso [de drogas]. Mostram alterações de comportamento, mas nem sempre é visível devido a maior parte faz uso de maconha. Às vezes ficam mais tranquilos e com olhos vermelhos. Geralmente em conversas tenta orientá-los sobre as consequências da continuidade do uso e é passada a equipe técnica para encaminhamentos pertinentes (Ivanir, servidor público).

Contudo, o uso é proibido segundo as normas repassadas ao adolescente, como descreve o item sete do documento "Normas e Procedimentos para os Adolescentes": "7 – É proibido uso de cigarros, drogas e substâncias entorpecentes" (FOZ DO IGUAÇU, 2009a, p. 1). Essa prática também é prevista como falta grave dentro do regime disciplinar, exposto no regimento interno da unidade (FOZ DO IGUAÇU, 2009b, p. 14), no Art. 32:

> Art. 32 – Considera-se falta disciplinar de natureza grave:
> [...]
> X – Receber, portar, ter, consumir ou concorrer para que haja em qualquer local da casa drogas, cigarros ou bebidas alcoólicas.

Por ser de natureza grave, está prevista no regime disciplinar do mesmo documento, no Art. 34, inciso 3º, "a suspensão do direito de visitar a residência da família no final de semana" (FOZ DO IGUAÇU, 2009b, p. 15). Contudo, os relatos dos entrevistados e as observações dos dias de campo apontam uma diferenciação na conduta da equipe frente ao uso dentro da unidade e em atividades externas acompanhadas pela equipe ou aquele realizado em momentos externos à unidade, como as saídas externas desacompanhadas durante a semana e as visitas à família no final de semanal:

> O que mais se percebe é a maconha, chegam com olhos vermelhos, com cheiro e visivelmente alterados. Os educadores passam para a equipe técnica que vê algum encaminhamento. Pelo menos um adolescente na semana chega com estas características. É frequente. Sabe-se do uso da cocaína pelo relato dos jovens dos fins de semana. Devido à alteração comportamental, avalia-se o uso e chama-se para conversar, mas geralmente eles negam (Clair, servidor público).
>
> Na casa se é pego usando ganha medida disciplinar, chama-se a atenção e faz boletim de ocorrência. O juiz é informado. O tempo da medida varia de 15 a 30 dias. Tenta-se com isto colocar que é algo gravíssimo. Geralmente a cada dois meses, dependendo da leva volta a ter essa ocorrência (Darci, servidor público).
>
> Alguns já tentaram entrar com droga na casa, ou nas revistas estruturais ou corporais. Nota das saídas observa a alteração do comportamento, olhos avermelhados na grande maioria. Possivelmente, mais a maconha pelos sintomas. Quando chegam assim aborda-se o adolescente e após, indica-se tratamento no CAPS e relato nos relatórios e repassa a equipe técnica e direção (Macedo, servidor público).

O uso de drogas é uma dificuldade comum, conforme relatado na entrevista do servidor Thomas: "a maioria das regras é bem cumprida. A mais difícil é a de não fazer uso de drogas".

Para os casos de uso eventual ou frequente nas saídas rotineiras desacompanhadas ou nas visitas familiares, a estratégia institucional é encaminhar o adolescente para avaliação de um profissional da área da saúde, com o repasse da situação para o psicólogo da unidade ou um parceiro da rede e o encaminhamento a um local de tratamento ambulatorial, como o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), vinculado ao serviço público do SUS e o CAIA (uma Organização Não-Governamental), como citado pelos entrevistados.

> O trabalho é por meio dos atendimentos psicológicos, se reconhece consequentemente encaminhado para o CAPS. Em caso de não reconhecimento, comunica a juíza, acerca do risco da permanência no programa (dúvidas e malefícios à saúde). Muitas vezes não tem trabalho para ver se é o caso de permanecer ou não no programa. O CAPS tem uma política de redução de danos, que para a nossa realidade de Foz, não é eficaz. O menino da semi não muito usuário depara-se com o usuário de crack, é tratado da mesma maneira, complicado, é muito imaturo. Acho que deveria ter dias separados... (Francis, servidor público).
>
> É avaliado cada caso os que precisam de encaminhamentos contamos com o CAPS. Não são todos os casos que são encaminhados (Patrice, servidor público).
>
> E também nos atendimentos as técnicas trabalham a demanda [do uso de drogas], exceto em caso de visível uso de substâncias entorpecentes, que a equipe orienta e procura apoio para inserção em programas próprios de combate ao uso de drogas (Juraci, servidor público).

Assim, são seguidas as orientações previstas no caderno de *Semiliberdade*, que preconiza como ação da unidade de semiliberdade o encaminhamento para tratamento da drogadição e saúde mental, com vistas a garantir a manutenção da saúde integral do adolescente (PARANÁ, 2010a). Esse item está disposto também no SINASE (BRASIL, 2012b), como um dos eixos de trabalho das unidades socioeducativas, incluindo a semiliberdade.

Tais indicações remetem à condição de vulnerabilidade, utilizada na abordagem de defesa social, base das políticas sociais e intervenções, que visam à inclusão para garantir o afastamento do ilícito. Oliveira (2007) discute a questão da vulnerabilidade mostrando sua ênfase associada à qualidade de vida e ao discurso da juventude como uma fase de vulnerabilidades/fragilidades que precisam aceitar ser governadas para seguir uma vida adulta de qualidade. Ou seja, a vulnerabilidade justifica a necessidade de governança e controle da juventude.

Já se o uso representar uma “afronta” às regras da instituição, como expresso na entrevista de Nara, será aplicada medida prevista no código do regime disciplinar, conforme o

Art. 34, parágrafo X. Neste caso, o uso é associado a uma falta de natureza grave e necessita de uma consequência diferenciada, tal como a perda da visita familiar. Por outro lado, o regime disciplinar do regimento interno não descreve o tempo máximo ou mínimo da sanção prevista, ficando a cargo da equipe essa determinação, que como consta nos relatos varia entre 15 e 30 dias, dependendo dos agravantes e atenuantes também descritos no regime disciplinar da unidade. Tais agravantes e atenuantes se associam ao cumprimento das demais regras institucionais, ao fato de ser reincidente e/ou estar incitando outros adolescentes a fazerem o mesmo, por exemplo. Pode-se chegar à regressão da medida para internação, conforme citado por Nara, mas não claramente previsto no regime disciplinar da unidade, se a situação caracterizar uso, uma vez que a regressão só seria uma possibilidade, pelo regime da unidade, se a falta equiparasse a um ato infracional ou crime doloso.

No caso do uso de drogas dentro da unidade, a decisão acerca do tempo de perda da visita à família no final de semana parece estar associada à ameaça que tal comportamento indica. Conforme análise do dito em uma entrevista e em falas de servidores durante as observações, é necessário rigor diante desse tipo de conduta devido ao fato de o problema não ser uso em si, "mas o porquê este comportamento ocorre e a teia que o adolescente se liga para conseguir a droga: a criminalidade" (Francis, servidor público), ou em razão do entendimento de que tal conduta "é um afrontamento à norma da casa" (Nara, servidor público).

Neste raciocínio, a equipe está indicando a possibilidade de o adolescente não ter deixado sua vida dentro da economia das ilegalidades, conforme associações das discussões de Oliveira (2007). Do mesmo modo, também parece apontar o que menciona Passetti (1998) sobre a associação das drogas às ditas classes perigosas, que como tais devem ser combatidas – classe perigosa que o adolescente autor de ato infracional representa, por ser infrator, ter sido julgado e condenado e estar cumprindo uma medida socioeducativa. Por isso, a instituição precisa se precaver diante de tais sinais e estabelecer estratégias para neutralizá-los.

A proposta da unidade prevê as saídas desacompanhadas, as visitas familiares aos fins de semana, as inserções personalizadas e direcionadas a interesses, necessidades e sonhos dos adolescentes, com o intuito de canalizar alguns interesses do adolescente e fazê-lo aderir à proposta institucional. Tal adesão, ao ser educativa, minimizaria a necessidade dos mecanismos mais expressivos de vigilância, de monitoramento e controle, que circunscrevem a proposta, que está baseada na confiança, segurança e tolerância, como discutiu Passetti (2004), itens da

sociedade de controle. Contudo, a confiança convive com a desconfiança; numa relação complexa e estreita, ambas se entrelaçam. Uma precisa da outra, pois só a insegurança e os perigos criam a necessidade de segurança. Quanto maior a insegurança, maior a necessidade de segurança. Assim, o ciclo se conecta. A confirmação dos perigos reforça a existência dos perigosos, que acabam sendo associados ao grupo, não só a um adolescente; a não ser que este delate o outro e mostre de que lado está, mas como disse um dos entrevistados eles são fiéis aos pares, estão juntos nas horas boas e ruins e não conseguem romper com a fraternidade.

Assim, o uso de drogas em geral gera na equipe um sinal de alerta: no caso de ser fora da vigilância direta da instituição, o sinal disparado seria o amarelo, de atenção e necessidade de intervenções na área da saúde, inicialmente; já se é realizado mesmo na presença direta da vigilância institucional, o sinal seria vermelho, indicando a necessidade de intervenções na área da segurança, da disciplina. Contudo, ambos estão conectados, apesar de em alguns momentos se focar na intervenção na área da saúde, não se descarta a possibilidade de tal prática estar conectada à criminalidade. Em ambas as intervenções, o controle da situação é almejado para manter a ordem na unidade ou cuidar da saúde do adolescente e conecta-se ao discurso da "cura" de uma "classe perigosa", que como disse um dos entrevistados tem dificuldade de ficar sem usar drogas.

Nessa teia de relação institucional, caso o adolescente faça uso, mas preserve o cumprimento dos compromissos firmados, apesar de ter algum reflexo na avaliação semanal, há uma tolerância. A norma não é seguida à risca, ela é flexibilizada. Talvez para que o trabalho na unidade ocorra, já que a grande maioria dos adolescentes faz uso de algum tipo de droga, conforme relatado pelos profissionais nas observações do uso habitual de drogas, antes mesmo de entrarem no sistema. Já nos casos de afronta às regras institucionais, não há flexibilização; o que está em jogo é a existência da unidade, seu controle, sua capacidade de neutralizar tais elementos que de algum modo são o foco da proposta pedagógica para adequar e transformar o adolescente.

O uso eventual fora da observação direta da equipe parece ser um ponto de fuga, uma resistência, que o adolescente cria para seguir a proposta institucional, aceitar o controle, o monitoramento, a vigilância e às vezes a punição; aceitar aquilo que o mantém preso. Já no uso dentro da unidade ou em atividades externas acompanhadas, há uma fissura, uma linha de fuga; entende-se uma forma de contestação e confrontação das normas institucionais, que se apresenta como um modelo diferente do idealizado pela instituição e que desestabiliza a proposta, pois

pode ser seguido por outros. Pode-se pensar que é uma fissura, que leva ao rompimento com a proposta da semiliberdade, mesmo sem evadir. O adolescente também envia uma mensagem com sua conduta, produz um efeito. Trata-se de uma forma de romper com o controle institucional, fugir, sem fisicamente se ausentar.

O adolescente, ao usar a droga, não contesta apenas a instituição, mas toda uma cultura de proibicionismo de drogas. Sem a cooperação de ambos os lados para as propostas acontecerem, a relação de poder é abalada e a efetivação das ações e finalidades da instituição podem ser anuladas ou desmanteladas. Um precisa sobreviver ao outro, um precisa do outro.

Tal proibicionismo que é contestado, conforme expresso abaixo:

> Entre as coisas que são bastante questionadas é de que quando aparece algo associado à droga, se não há quem se acuse os demais entram em medida disciplinar. Além da confusão, pelo fato de todos estarem em medida deixa a casa com um clima bastante alterado. Fidelidade entre os pares eles são muito solidárias nas coisas boas e ruins, não consegue a quebrar a irmandade. Ele é solidário com os pares. Clima de desconfiança (Nara, servidor público).

Essa contestação produz um efeito institucional, uma ação focada na ideia prisional da "delação". Quando o grupo resiste a essa exigência comportamental, todos são punidos com a perda da visita familiar, como relatado nos trechos das entrevistas anteriormente descritos. Consequentemente, o clima amistoso, acolhedor, que deveria existir na unidade, como prevê a proposta pedagógica descrita no caderno de semiliberdade, torna-se o oposto: "além da confusão, pelo fato de todos estarem em medida deixa a casa com um clima bastante alterado. [...] Clima de desconfiança".

A solicitação de delação também foi relatada por seis egressos evadidos em 2014, entrevistados pela equipe socioeducativa, conforme relatório da conversa arquivado nos respectivos prontuários. No relato, tais entrevistados apontam que a decisão de evadir-se da unidade da semiliberdade ocorreu após terem sido flagrados usando droga, uns dentro da instituição e outros em atividades externas acompanhadas. Na ocasião, houve a pressão da equipe para que se apontasse quem levava as drogas para dentro da semiliberdade ou se cogitava a possibilidade da regressão da medida (internação em regime fechado). Assim, por receio de ficar naquele espaço e ter este destino, se evadiram. Já outros seis relatos alegavam motivos associados à aplicação da medida disciplinar, afirmando que os faria ficar sem visitar a família no final de semana, a falta de perspectiva no trabalho, sendo que um deles alegou saudades da família (este

tinha 12 anos).

O uso da delação mostra a fragilidade do sistema, o medo e a necessidade de manter a segurança a partir da "traição" de um adolescente. Semeia-se a corrupção, nos termos de Foucault (2012f) . O efeito da prisão, que "favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras" (FOUCAULT, 2012f, p. 253), se mantém, conforme descrito na entrevista de Nara sobre a fidelidade e solidariedade entre os adolescentes tanto "nas coisas boas e ruins". Soma-se a isto a existência do sentimento de injustiça do adolescente, que fortalece a ideia da sociedade como inimiga, no caso da semiliberdade, devido à punição por algo que não era previsto na norma ao serem penalizados, mesmo sem terem cometido a falta, mas por não terem delatado os colegas, por exemplo.

Tais questionamentos, somados às intervenções, fundamentam a necessidade da luta antidroga, de intervenções focadas na tolerância zero, que pode ser usada para justificar o aumento da repressão dentro do sistema frente às condutas transgressoras dos adolescentes, e coloca em destaque um indivíduo adaptado e normal. Isso reforça a incapacidade do sistema como um todo em manter a segurança, considerando a existência do tráfico ao redor da escola ou do local de tratamento. A contradição é a sua própria utilidade, reforça o perigo para justificar a necessidade de aceitar o sistema de controle.

Nos relatos das entrevistas sobre a questão das drogas, também se verificou o questionamento da equipe sobre os métodos de tratamento, as disposições espaciais dos locais de tratamento e as condições territoriais da cidade e dos bairros:

> É um problema não sabemos como tratar... ou fazer um trabalho com os jovens. O que é feito na prática é proibir o uso e se forem pegos aplicar sanções. Sabemos que saem e usam (Eleanor, servidor público).
>
> O CEEBJA tem acesso e facilidade, mas os portões ficam abertos e a localização é próxima de uma comunidade comprometida com o tráfico de drogas (Francis, servidor público).
>
> Eles usam. A dificuldade é no formato de trabalho da rede com a redução de danos, aí os meninos continuam usando a droga mesmo fazendo tratamento (Juraci, servidor público).

O controle é solicitado, as falhas evidenciadas, as contradições anunciadas nesse processo de contestações e problematizações, realizadas pelos servidores ou pelos adolescentes, em palavras ou em ações. Assim, o trabalho se perpetua com oscilações, aparentando precisar dessas

válvulas de escape para manter-se, considerando as disparidades entre os princípios norteadores e as possibilidades reais dos itinerários da vida tanto dos adolescentes quanto da instituição.

Seja com a droga, seja com a evasão, tais problematizações apontam para uma utilidade do sistema: a identificação desses adolescentes e a classificação de suas condutas perigosa. Mesmo com as mudanças, o modelo ainda apresenta-se como um modo de produzir delinquentes e criminosos, afinal, como dizia Foucault (2012c, p. 107), não se justificaria a existência das polícias se estes não existissem. Ou seja, "o medo do crime, que é permanentemente atiçado pelo cinema, pela televisão e pela imprensa, é a condição para que o sistema de vigilância policial seja aceito".

As análises apontam o que já dizia Foucault (2012c): não há reinserção, e sim marcação, exclusão, que empurra o adolescente inserido nessas unidades cada vez mais longe na delinquência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da pesquisa, somada às vivências como profissional de uma das *Casas de Semiliberdade* do Estado do Paraná, possibilitou a compreensão do modelo atual de semiliberdade proposto pela legislação brasileira. A história das prisões, baseada nas análises foucaultianas, e em especial do regime de semiliberdade, traçado por juristas, aproximou as experiências na área socioeducativa a novos conceitos e organizações das concepções vigentes e defendidas internacionalmente.

A análise do formato da medida de semiliberdade, na área infanto-juvenil, em geral não foge das ideias e dos fundamentos dessa modalidade na prisão de adultos, uma tendência de implantação de uma prisão aberta, no formato de uma casa-albergue. Verificou-se que o uso desse formato visa, conforme concepções teóricas, a simular o máximo possível uma vida cotidiana social, mas com monitoramento e controle das condutas dos adolescentes, responsabilizados por seus atos infracionais, atuantes mais intensamente nas diversas esferas de organização da vida na sociedade atual (saúde, educação, profissionalização, esporte, cultura, lazer, família e comunidade).

Apesar das similaridades dessa modalidade com a proposta do sistema prisional adulto, a pesquisa propiciou conhecer as diferenças e problematizá-las. A instituição denominada *Casa de Semiliberdade*, responsável por executar a medida socioeducativa de semiliberdade, num modelo de uma "casa", está engendrada num processo de gestão de "desejos", "sonhos", conectada à construção, invenção, de novos fluxos de controle da vida da população, no caso de uma em especial: a dos adolescentes autores de atos infracionais.

Pode-se pensar que, contraditoriamente, é demarcada pela entrada de adolescentes que tiveram seus "sonhos" interrompidos ao ingressar no sistema socioeducativo. A semiliberdade atravessa os itinerários em curso na vida do adolescente, propondo-se a gerir sua vida, colocando-a em novos itinerários. Propõe um novo fluxo que segue as curvas da normalização, do certo e do errado, de um modelo burguês de família, de um modo de viver que é defendido como bom; um modelo que, apesar de centrar-se na individualização do atendimento, ainda não conta com projetos globais para a efetiva individualização que preze não apenas o enquadramento às normas, mas a vida para ser vivida.

As intensidades aparecem não na rotina institucional, que se apresenta normatizada,

regulada, controlada, moralizada, mas nos conflitos, que em geral ficam camuflados no cenário da encenação da vida em semiliberdade. Isso se evidencia no distanciamento entre o adolescente e as figuras de autoridade representadas pelos educadores durante os horários de almoço e nas brigas em um cenário "calmo", aparentemente sem conflito, como observado no primeiro dia de observação de campo, num embate entre adolescentes e a atuação dos servidores, por exemplo.

Trata-se de um espaço que, a partir do trabalho de constante busca por inserções nas diversas áreas de organização da vida, tomada como ponto estratégico da gestão política para o controle da população, se presta a experimentar, inventar, reinventar, modos de fazer com que os adolescentes sigam fluxos regulares, lineares, que em geral os convocam a abandonar seus "sonhos", "desejos", "anseios", "comunidade", "amigos", em nome da igualdade e da participação "democrática". Nota-se que, mesmo com o desdobramento dos esforços dos atores socioeducativos e gestores da unidade, numa constante negociação com as agências reguladoras da sociedade civil, efetuando ações que se configuram num verdadeiro malabarismo social, por terem de driblar constantemente as diversas forças contrárias à efetivação de determinados encaminhamentos, estes nem sempre contemplam os fluxos e itinerários da vida não normatizada e regularizada.

O diferente existe, é percebido pela equipe, mas o que se tem para ofertar nem sempre atende a expectativas e intensidades dos "sonhos" dos adolescentes ou de resolução de seus "conflitos" ou "desejos" subjetivos, materiais, relacionais ou sociais. É flagrante a ausência de projetos coletivos que suplantem a vida normatizada e regulada. As desigualdades existentes na constituição de cada grupo social são obstáculos, e não há uma proposta global e estruturante de ruptura com tal modo de existência. O adolescente que precisa trabalhar, não para se tornar um homem "honesto", mas para auxiliar no sustento de sua família, que não tem uma escolarização correspondente ao exigido pelo modelo de contratação do mercado de trabalho, fica com poucas opções formais de inclusão. Os percursos da vida evidenciam-se mais fortes do que o que presa uma vida normatizada. As necessidades, os desejos, as expectativas e suas intensidades não conseguem ser enquadradas nesses modelos, nesses protocolos, e os diversos desfechos do percurso institucional do adolescente ou mesmo de quando sai do sistema, com continuidade e descontinuidades de seus projetos de vida, apontam que a vida é regida pela potência, pela criação de realidade, que nem sempre é regulada pela norma, pela lei. Em outros termos, os acontecimentos da vida são mais fortes que os objetivos postos pela forma.

Neste sentido, a semiliberdade, com suas estratégias institucionais e intersetoriais, calcadas em preceitos "modernos" de constituição do "adolescente universal", "sujeito de direitos", constitui-se num "laboratório" de uma "prisão" democrática. Trata-se de um "laboratório" porque é um "novo" modelo de regulação da vida num novo modelo de prisão, a da "casa-albergue", semelhante a um "lar", dentro dos princípios denominados de prisão a céu aberto, como discutem Augusto (2013) e Passetti (2008). A semiliberdade consiste em uma instituição construída a partir do modelo da internação, o resgate da reclusão para imprimir o tom da restrição, que não atendia plenamente as necessidades desse novo modelo, assim necessitando de experimentar. Tais experiências possibilitaram a construção de orientações próprias à execução da medida de semiliberdade, como as descrições no caderno de semiliberdade (PARANÁ, 2010a).

A analogia da vivência institucional com um laboratório também se deve às constantes e diversas experiências vivenciadas no espaço institucional, envolvidas por conflitos que por vezes provocam instabilidades. Tais situações incitam e exigem dos atores socioeducativos a criação de novos padrões de condutas e reinvenção de protocolos que abandonem as algemas, as grades e os muros altos e se foquem no monitoramente e no controle dos internos, evitando assim a punição. A observação e a análise das vivências institucionais mostram o uso inicial de manejos semelhantes ao da internação, que prevê grades, muros altos e uso de algemas, que se tornaram entraves na condução desse novo formato de medida socioeducativa. O percurso histórico da experiência da *Casa de Semiliberdade* de Foz do Iguaçu, PR, traça algumas particularidades no caminho de transformação das estratégias previstas na legislação, a fim de atender a especificidade da semiliberdade e construir manejos compatíveis.

Tais experimentações, com poucos respaldos e estratégias delimitadas pelos textos legislativos, precisavam ser vivenciadas para criar métodos, estratégias de organização institucional para sua execução. No ECA (BRASIL, 1990), sua qualificação estava restrita a apenas um artigo curto, que finalizava indicando sua organização no que coubesse aos critérios da internação. Já o SINASE (BRASIL, 2012b), apesar de ampliar a discussão acerca da questão do formato de trabalho da unidade numa casa residencial, por exemplo, ainda a coloca como modelo de execução dos critérios da internação. Trata-se de um formato de trabalho que exigiu e ainda exige uma constante experimentação para formatar as estratégias que se configuram na organização atual da unidade de semiliberdade.

A partir das experiências, dos dados e das problematizações nesta pesquisa, verifica-se que o espaço socioeducativo valoriza e reproduz uma socialização autoritária que, em vez de promover mudança, auxilia na manutenção dessa forma de se relacionar, já que adota um formato de julgamento que auxilia na confirmação da "verdade", que confirma o não cumprimento da "norma" e referenda a "obrigatoriedade" da sanção. O que se apresenta como educação parece mais uma proposta de "servidão voluntária", como discorria Ettiènne de la Boétie no século XVI, que convida os adolescentes a privarem-se de suas liberdades a partir de seus atos em nome de uma autoridade superior, no caso o Estado, a lei (PASSETTI, 2006). A semiliberdade, com um funcionamento que objetiva, por meio da inserção, adequar o adolescente a um sistema determinado, parece estar conectada a uma proposta de "sociabilidade autoritária, que educa para guerras, medos e supostos direitos. A sua base é a educação que acredita na punição e em supostos direitos universais de igualdade" (PASSETTI, 2006, s/p).

Trata-se de uma prisão com tom de "educação" cujos efeitos não se apresentam como o esperado nem pela legislação nem pelos seus defensores nem pelo percentual de adolescentes inseridos versos servidores, considerando que 24,4% cumprem a medida e que 53% evadem-se e que mesmo entre os que cumprem a medida 23,9% reincidem em novos atos infracionais e não continuam os projetos de vida iniciados dentro da unidade. As estratégias não se mostram eficazes para garantir direitos de vida e sim garantem protocolos de encaminhamentos e facilidades no engendramento aos novos fluxos de controle da sociedade. Elas não visam à mudança e só produzem empregos úteis a uma encenação democrática atrelada à responsabilização quase que exclusiva do adolescente e de sua família. Afinal, a sociedade civil e o Estado fazem a sua parte, e os obstáculos estariam nos valores culturais dos adolescentes atendidos e suas famílias, devido às suas trajetórias de vida, marcadas por vulnerabilidades e desmotivações para a mudança.

Verifica-se que, na prática, aos velhos modelos de política de assistência à infância e adolescência são acopladas novas concepções e formatos de organização dos espaços institucionais públicos, atualmente, associados principalmente à necessidade de articulações entre as ações das diversas políticas públicas, que visam a controlar e gerenciar a vida da população dentro da mentalidade governamental da biopolítica.

A semiliberdade, mesmo com suas modificações, continua a reproduzir o sistema penal, sob o pretexto educativo, ainda associando infração com crime e medida socioeducativa com

pena, conforme discorreu Passetti (1999a). Consiste em um modelo que preconiza a norma, a disciplina, desconsiderando a fluidez da vida da população, em especial a atendida. Essa nova modalidade de responsabilização interliga métodos de vigilância direta com indireta, o que é demarcado pelo constante e permanente monitoramento e controle, aplicando e reinventando novas formas de punir – mais sutis. Além disso, a semiliberdade se liga a toda a trama de controle criada para o exercício do poder democrático, por meio da valorização de questões defendidas como direitos humanos, que na prática prevalecem no discurso e em ações pontuais e descontínuas.

Por proclamar direitos, se denomina humanitária, e por isto não parece questionável. Ser democrático, inclusivo, é algo almejado. Contudo, questiona-se esse discurso humanitário:

> E que se passa com a humanidade, cuja causa nos dizem que devemos assumir como nossa? Será a sua causa a de um outro, e serve a humanidade uma causa superior? Não, a humanidade só olha para si própria, a humanidade só quer incentivar o progresso da humanidade, a humanidade tem em si mesma a causa. Para que ela se desenvolva, os povos, os indivíduos têm de sofrer por sua causa, e depois de terem realizado aquilo de que a humanidade precisa, ela, por gratidão, atira-os para a estrumeria da história. Não será a causa da humanidade uma causa... puramente egoísta? (STIRNER, 2004, p. 10).

Trata-se de uma humanidade que, como discorre Veiga-Neto (2003), à luz das problematizações de Michel Foucault, no campo educacional, visa a construir um indivíduo específico, um adolescente que se torna valorizado após a infração e que, a partir do discurso da garantia dos direitos humanos, se engendra nas novas relações sociais, por meio dos domínios dos micropoderes instalados no processo socioeducativo de semiliberdade, o que remete às análises de Foucault (1984b) sobre o tema.

Vive-se um humanismo que disfarça e perpetua determinadas formas de poder e de saber, sob a égide do discurso especializado e científico que auxiliou na construção de um tipo ideal de punição de delitos. Tal princípio sustenta a classificação, os rótulos e as estatísticas sobre uma determinada população, contribuindo "para desestabilizar uma noção universalista e apolítica de direitos, ao evidenciar as maneiras como a desigualdade social é constituída em um domínio específico – o governo das crianças e dos adolescentes" (SCHUCH, 2009, p. 265).

Ainda, conforme associações com análises de Schuch (2009), a semiliberdade, formatada para comandar a vida dos adolescentes atendidos por meio da garantia de acesso a direitos

àqueles que em geral não tiveram acessos universais a seus direitos, é induzida a acreditar que pode apagar as marcas históricas e os itinerários vividos por uma infância e adolescência diferente do modelo idealizado. Lança-se sobre a unidade a meta de mudança de caminhos de uma trajetória de vida, a ser executada em alguns meses, mesmo se tratando de um espaço em que, por mais familiar que se tente tornar, o adolescente se encontra devido ao fato de a medida ser compulsória e não porque de fato pensou em mudar seus itinerários. Ou seja, se não se culpabilizam o adolescente e sua família, culpabiliza-se a equipe e a unidade executora do modelo institucional almejado, sem se questionar como as ferramentas e responsabilizações coletivas estão implicadas nesse processo histórico de construção de determinadas subjetividades. O que parece acontecer é que as culpabilizações encobrem como uma nuvem de fumaça os reais motivos e complicadores da execução de uma medida socioeducativa, em especial a semiliberdade. Ou seja, impede a reflexão sobre o adolescente, suas necessidades, suas potencialidades, seus diversos resultados ligados a fatores diversos, a um contexto maior, da complexa situação de desigualdade social presente na sociedade, como também salientou Schuch (2009).

O que parece se evidenciar é a utilidade da culpabilização da família, do adolescente, da equipe, para a gestão da delinquência. Trata-se de um mecanismo sutil que entrelaça várias facetas da vida e apela ao afetivo como meio de aproximação e condução da vida dessa população; um modo um tanto quanto desumano que encobre as contradições presentes em seus encaminhamentos e em sua proposta.

Considera-se, com as problematizações lançadas nesta dissertação, que as normas, a disciplina, empreendidas na semiliberdade, por si só não bastam como aspecto educacional para a normalização da vida, já que, por si só, são contrárias ao fluxo real do movimento histórico, dinâmico e intenso dos adolescentes institucionalizados na semiliberdade. A individualização do atendimento precisa de instrumentos e ferramentas coletivas de inserção desses adolescentes, em que pese sua vida desde a tenra infância. Estes adolescentes precisam ser de fato “sujeitos de direito” desde antes de seus nascimentos, encontrando projetos coletivos que os coloquem de fato em tal posição e não “remendos” ineficazes, mesmo que considerados democráticos, que amenizariam e adequariam o indivíduo ao que lhes foi reservado socialmente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Amélia do. **A reinserção social do apenado**: necessidade de políticas públicas efetivas. 2012. 135 f. Monografia (Curso de Direito) – Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2497034.PDF>. Acesso em: 01 maio 2014.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Ltc, 1981.

ARONE, Mariangélica. **Sentido e significados da escola para adolescentes em semiliberdade**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1421/1/tese.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

AUGUSTO, Acácio. **Política e polícia**: cuidados, controles e penalizações de jovens. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão**: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Família uma leitura sócio-histórica**. s/d. Disponível em: <www.cortezedidtora.com.br/artigos/anamerces.htm>. Acesso em: 05 dez. 2014.

BRASIL. **Código de Menores de 1927**. 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. **Código de Menores de 1979**. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em 30 jun. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1990-008069-eca/eca112a114.htm>. Acesso em: 23 jan. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (SINASE). Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/SINASE.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

BRASIL. **Comunicado IPEA nº 58:** Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. 2010a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010**. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Levantamento Nacional de 2010. **Atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei.** Brasília-DF: SDH, 2011. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/LEVANTAMENTO%20ANUAL%20OFICIAL%202010.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). **Levantamento Nacional de 2011**. Atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Brasília: SEDH, 2012a. Disponível em: <http://www.anajure.org.br/wp-content/uploads/2013/04/LEVANTAMENTO-NACIONAL-2011.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. 2012b. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 23 jan. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013a.

BRASIL. Secretaria de Estado da Criança. **Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal**: semiliberdade. 2013b. Disponível em: <file:///D:/Sistema/Downloads/ppp_semiliberdade_secrianca.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2014.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Planejamento e políticas públicas**, n. 35, jul/dez. 2010. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp//index.php/PPP/article/viewfILE/200/194>. Acesso em: 28 out. 2014.

CAMPOS, Geison Fernando Vendramine de Araújo. **Adolescência**: de que crise estamos falando? Campinas: Editora Setembro, 2008.

CARDIN, Eric Gustavo. A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/106261>. Acesso em: 29 abr. 2015.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERCAL, Silvana Sugamosto. **Políticas Públicas para adolescente em conflito com a lei**: ação educativa e exercício da cidadania? 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=821>. Acesso em: 02 ago. 2013.

CORSETTI, Berenice; GARCIA, Elisete Enir Bernardi. A juventude no espaço-tempo da escola: um desafio para a gestão escolar. In: BAQUERO, Rute Vivian Angelo (Org.). **Agenda Jovem**: O Jovem na Agenda. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 19-48.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Pedagogia da Presença**: da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Nilson do Rosario. **Estado, Educação e Saúde**: a higiene da vida cotidiana. CEDS, 1984. Disponível em:<www.cedes.unicamp.br/cad_exemplares.htm-pt>. Acesso em: 05 dez. 2014.

COSTA, Rogério. Sociedade de Controle. **Em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, p. 161-167, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22238.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2013.

DELEUZE, Gilles. Porcelana e vulcão. In: ___. **Lógica do sentido.** Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva; Ed. USP, 1974. p. 157-166.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Volume 3. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. Controle e o devir. In: _____ **Conversações (1972-1990).** 2. ed. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2010. p. 209-226.

DELEUZE, Gilles. Entrevista concedida à jornalista Claire Parnet em 1988. 2013. Disponível em: <laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2013>. Acesso em: 08 nov. 2014.

DIEZ, Carmem Lúcia Fornari. **Práticas sociais e a reeducação do menor**: construção de um arquivo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 1993.

DIEZ, Carmem Lúcia Fornari. Escolas de reeducação do Paraná: da assistência à pobreza não disciplinarizada, à constituição do "arquipélago carcerário". **XXI Reunião Anual da ANPED**, Caxambu/MG, setembro de 1998. Disponível em: <http://carmendiez.8m.com/Arquivos/reedpr.htm. acesso em 09/10/2014>. Acesso em: 20 nov. 2014.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: PAPA, Fernanda de Carvalho (Org). **Juventude em Pauta**: Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011. p. 139-161.

EVANGELISTA, Dalmo de Oliveira. Sem eira, nem beira: adolescentes em conflito com a lei e as políticas de atendimento. **Revista Inter-legere**, Rio Grande do Norte, ano 1, n. 1, p. 1-20, jan./jul. 2007. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cianorte/arquivos/File/PEDAGOGAS/INFANCIA_ADOLESCENCIA/ADOLESCENTEEMCONFLITO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

EUROPE. **Confederação Europeia de Reinserção Social. General Justice of the European Commission**. Holanda, 2014. Disponível em: <http://cep-probation.org/page/53/home>. Acessado em: 22 maio 2014.

FEITOSA, Juliana Biazze. **A Internação do Adolescente em Conflito com a Lei como "Única Alternativa"**: reedição do ideário higienista. 2011. 245 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -

Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_socioeducativa/ppi_uem_juliana_biazze_2011.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: _____ **Microfísica do Poder.** 4. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984b. p. 209-228.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: _____ **Microfísica do Poder.** 4. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984c. p. 1-14.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de Janeiro de 1976. In: _____ **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1999a. p. 27-48.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976. In: _____ **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999b. p. 285-316.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: _____ **A arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**: ditos e escritos. Volume II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 259-270.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e Verdade. In: _____ **Ética, sexualidade, política**: ditos e escritos. Volume V. 2. ed. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. Atenção: Perigo. In: _____ **Segurança, Penalidades e Prisão**: ditos e escritos. Volume VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012a. p. 113-114.

FOUCAULT, Michel. Dos Suplícios às Celas. In: _____ **Segurança, Penalidades e Prisão**: ditos e escritos. Volume VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012b. p. 32-36.

FOUCAULT, Michel. A Tortura É a Razão. In: _____ **Segurança, Penalidades e Prisão**: ditos e escritos. Volume VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012c. p. 104-112.

FOUCAULT, Michel. Na Berlinda. In: _____ **Segurança, Penalidades e Prisão**: ditos e escritos. Volume VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012d. p. 37-42.

FOUCAULT, Michel. Espaço, Saber e Poder. In: _____ **Segurança, Penalidades e Prisão**: ditos e escritos. Volume VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012e. p. 206-222.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 40. ed. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2012f.

FOUCAULT, Michel. A Sociedade Punitiva. In: _____ **Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade.** Ditos e Escritos. Vol. X. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2014. p. 114-129.

FOZ DO IGUAÇU. **Normas e Procedimentos para Equipe e para Adolescentes**. Casa de Semiliberdade, 2009a.

FOZ DO IGUAÇU. **Regimento Interno**. Casa de Semiliberdade de Foz do Iguaçu, 2009b.

FOZ DO IGUAÇU. **Relatório de Atividades Jan. 2011 a Fev. 2014**. Casa de Semiliberdade de Foz do Iguaçu, 2014.

FRANÇAISE. Ministère de la justice. **La semi-liberté**. Paris, 2013a. Disponível em: <http://www.justice.gouv.fr/prison-et-reinsertion-10036/la-vie-hors-detention-10040/la-semi-liberte-11996.html>. Acesso em 03 mai. 2014.

FRANÇAISE. Service-Public.fr. **Mineur mis en examen**: measures de restriction de libérte. Paris, 2013b. Disponível em: <http://vosdroits.service-public.fr/particuliers/F1826.xhtml>. Acesso em: 30 abr. 2014.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>. Acesso em: 22 maio 2013.

FUCHS, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. **Telhado de Vidro**: As intermitências do atendimento socioeducativo de adolescentes em semiliberdade – Análise Nacional no período de 2004-2008. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4518/1/2009_AndreaMarciaSantiagoLohmeyerFuchs.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

GALLO, Alex Eduardo. Atuação do psicólogo com adolescente autor de ato infracional: a experiência do Canadá. **Psicol. estud.** [online], vol.13, n.2, p. 327-334, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a15v13n2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

GOULART, Vinicius da Silva; SANTOS, Nair Iracema Silveira. **Juventude, Biopolítica e Capital Social**. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/49.%20juventude%2C%20biopol%CDtica%20e%20capital%20social.pdf>. Acesso em: 23, nov. 2014.

HAMANN. Trent H**.** Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 3, p. 99-133, 2012. Disponível em: <revistas.pucsp.br/índex/php/ecopolicitica/article/view/12910>. Acesso em: 30 set. 2014.

HOWARD, John. **The State of Prisons in England and Wales with preliminary observation and an account of some foreign prisons**. Warrington: Printed by William Evres, 1977.

LEAL, Cesar Barros. **Prisão, Crepúsculo de uma Era**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1998.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Revista Interface**, Porto Nacional, n. 5, out. 2012.<Disponível em: <http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/370/260>. Acesso em: 9 fev. 2014.

LOPES, Juliana dos Santos. **A Adolescência em semiliberdade** - Um estudo fenomenológico sobre o processo de mudança vivido por adolescentes em conflito com a lei. 2006. 216 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:

<http://www.gruposerbh.com.br/textos/dissertacoes_mestrado/dissertacao02.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2013.

MACEDO, Severine Carmem. Juventude brasileira em clima de novas perspetivas. In: PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Juventude em Pauta** – Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 227-233.

MAIA, Nunes Clarissa et. al. **História das Prisões no Brasil.** Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MARASCHIN, Cleci; RANIERE, Édio. **Socioeducação e identidade**: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase. Revista Katál, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 95-103, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://périodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/art>. Acesso em: 27 nov. 2014.

MOCELIM, Márcia. **Políticas Públicas e atos infracionais**: educação nos Centros de Socioeducação Infanto-Juvenil no Paraná. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=136>. Acesso em: 30 jan. 2013.

MOURA, Lia Cruz. **Estado Penal e Jovens Encarcerado**s: uma história de confinamento. 2005, 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=934>. Acesso em: 06 jun. 2014.

MUAKAD, Irene Batista. **Prisão Albergue.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

NETO, Francisco. Desenvolvimento Normal e patológico do Adolescente. In: OSÓRIO, Carlos Luiz. **Adolescente: o desafio de entender e conviver.** Florianópolis: Insular, 2011.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 1997.

OLIVEIRA, Maria Cecília Rodrigues de. **O processo de inclusão social na vida de adolescentes autor de ato infracional.** 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Letras de Ribeirão Preto da USP, Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.

OLIVEIRA, Salete. **A moral reformadora e a prisão de mentalidades**: adolescentes sob o discurso penalizador. São Paulo: Núcleo de Sociabilidade Libertária - Nu-Sol, 1996. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=49>. Acesso em: 31 mai. 2014.

OLIVEIRA, Salete. **Anarquia e dissonâncias abolicionistas**. São Paulo: Núcleo de Sociabilidade Libertária – Nu-Sol, 2007. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=47>. Acesso em: 07 jun. 2014.

PARANÁ. **Decreto nº 943**, de 17 de ago. de 1920. Aprova Regulamento do Patronato Agrícola. Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Caderno de Gestão de Socioeducação.** Coleção Cadernos de Socioeducação. Curitiba, 2006a.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Compreendendo o Adolescente**. Coleção Cadernos de Socioeducação. Curitiba, 2006b.

PARANÁ. Instituo de Ação Social do Paraná. **Rotinas de Segurança e Gerenciamento de Crise nos Centros de Socioeducação**. Coleção Cadernos de Socioeducação. Curitiba, 2006c.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Práticas de Socioeducação**. Coleção Cadernos de Socioeducação. Curitiba, 2006d.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Relatório Estatístico de semiliberdade 2009.** Curitiba, 2009.

PARANÁ. Secretaria da Criança e da Juventude. **Semiliberdade**. Curitiba, 2010a. Disponível em: <http://www.mcr.pr.gov.br/cmdca/upload/ff166cbb64.pdf>. Acesso em 23 jan. 2013.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Relatório Estatístico de semiliberdade 2010.** Curitiba, 2010b.

PARANÁ. CAOPCAE. Ministério Público do Paraná. **Tabela Comparativa em diferentes países**: idade de responsabilidade penal juvenil e de adultos. Curitiba, 2011a. Disponível em:

<http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=323>. Acesso em: 30 abr. 2014.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Relatório Estatístico de semiliberdade 2011.** Curitiba, 2011b.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Relatório Estatístico de semiliberdade 2012.** Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Relatório Estatístico de semiliberdade 2013.** Curitiba, 2013.

PASSETTI, Edson. **O que é Menor.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PASSETTI, Edson. Drogas: nem vícios nem virtudes. **Núcleo de Sociabilidade Libertária – NU-Sol**. São Paulo: Imaginário, 1998. p. 43-45. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=11>. Acesso em: 09 jun. 2014.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999a, p. 347-375.

PASSETTI, Edson. Sociedade de controle e abolição da punição. **Perspectiva** [online], São Paulo, n. 3, v. 13, p. 56-66, 1999b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jun. 2014.

PASSETTI, Edson. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. **Perspectiva** [online], São Paulo, n.1, v. 18, p. 151-160, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100018>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PASSETTI, Edson. Educação e liberdade. **Publicação on-line 60 anos, 60 ensaios**, São Paulo: PUC-SP, 2006. Disponível em <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=2>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PASSETTI, Edson. Poder e anarquia. **Revista Verve**, São Paulo, n. 12, p. 11-43, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5448/3895>. Acesso em: 28 maio 2014.

PASSETTI, Edson. Política e resistências na sociedade de controle. **Anais do Seminário Internacional Direitos e Violência na América Latina**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 85-96. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=13>. Acesso em: 31 maio 2014.

PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violências. **Currículos sem Fronteiras**, São Paulo, v. 11, n. 1, jan/jun. p. 42-53, 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/passetti.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2014.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RIZINI, Irene. **O Século Perdido**: Raízes Históricas das Políticas para a Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez, 2000.

SANTOS, João Carlos Carvalho dos. **A Política Prisional e a Criminalidade Portuguesa Contemporânea.** 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3812/1/Dissertacao_integral.pdf>. Acesso em 31 mai. 2014.

SARAIVA. João Batista da Costa. A medida do tempo: considerações sobre o princípio da brevidade. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. **Medidas Socioeducativas:** uma contribuição da prática. Organizado por Carolina Proietti Imura e Elaine Rocha Maciel. Belo Horizonte: Editora FAPI. 2012. p. 36-49. Disponível em: <https://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/Suase/versaofinal_livroseds.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. **Adolescentes em conflito com a lei:** a situação do atendimento institucional no Brasil. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0979.pdf>. Acesso em: 30 maio 2013.

SILVA, Fábio Silvestre. Os filhos do Estatuto nas medidas socioeducativas. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. **Medidas Socioeducativas**: uma contribuição da prática. Org. Carolina Proietti Imura e Elaine Rocha Maciel. Belo Horizonte: Editora FAPI, 2012. p. 74-84. Disponível em: <https://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/Suase/versaofinal_livroseds.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014.

SILVA, Joseane de Fátima Machado da. **Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho**: ações do Estado do Paraná à infância do "Abrigo provisório para Menores abandonados" ao "Educandário Santa Felicidade" (Curitiba, 1947-1957). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em <dspac.c3sl.ufpr.br>. Acesso em 09 out. 2014.

SILVEIRA, Apílio. O **Regime de Semi-liberdade (Prisão Albergue) em São Paulo.** São Paulo: Conselho Superior de Magistratura, 1971.

SILVEIRA, Apílio. **Prisão Albergue e Regime Semi-aberto.** Volume 2. São Paulo: Editora Brasilimos Ltda, 1981.

SOUZA, Celina. **Estado de Campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

STIRNER, Max. **Der Einzige Um Eigentum** [O único e a sua propriedade]**.** Trad. João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004.

STOER, Stephen R. **Os lugares da exclusão social**: um dispositivo de diferenciação pedagógica**.** São Paulo: Cortez, 2004.

UNESCO. **IVJ** – Violência. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência em municípios com mais de 100 mil habitantes. Comparação 2007-2010. Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/sintese-ivj>. Acesso em: 31 maio 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf >. Acesso em: 20 nov. 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy.** Oxford University Press: New York, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE I – MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Modelo de Entrevista Semiestruturada

Entrevistado nº ___

Nome (opcional):
Função:
Idade:
Formação Profissional:
Tempo de trabalho em semiliberdade:
Data da entrevista:
Início:
Término:
Tempo da entrevista:

1. Na sua compreensão o que é atendimento socioeducativo em semiliberdade? Quais seus objetivos, limites e possibilidades? Como você concebe a palavra semiliberdade dentro do contexto de atuação de vocês na esfera social?
2. Quem é o adolescente que cumpre semiliberdade? Quais suas demandas e especificidades?
3. O que você compreende pelo processo de inclusão social dos adolescentes atendidos na semiliberdade? Como você considera que este processo acontece?
4. Como se estrutura a proposta pedagógica do Programa de semiliberdade? Como é a estrutura institucional, organizacional e funcional para atingir os propósitos pedagógicos:
    a. De que maneira o adolescente é recebido na semiliberdade? (Como / Por quem?)
    b. Como o Plano Individual de Atendimento é elaborado? Como o adolescente participa? Quais estratégias institucionais e as intersetoriais são utilizadas para atender as demandas dos adolescentes? Quais as demandas que advém das ideias dos adolescentes? Quais seus principais interesses? Como a equipe articula para conseguir contemplar tais interesses ou angústia ou necessidades?
    c. Como a família participa desse processo de elaboração do Plano Individual de Atendimento? Há algum trabalho específico com as famílias? Como ocorre a articulação com as necessidades e demandas familiares?
    d. Como a equipe avalia as potencialidades dos adolescentes e como ocorrem os encaminhamentos para o desenvolvimento de tais potencialidades? Quais as estratégias conectadas a outras políticas que contemplam encaminhamentos para garantir tal desenvolvimento?
    e. Como é a rotina do adolescente em semiliberdade e como se atrelam aos objetivos da proposta socioeducativa em termos de prioridades de atividades ou não?
    f. Como o adolescente acessa as regras da semiliberdade? O adolescente participa da elaboração dessas regras? Se sim de que ele participa e em que nível?
    g. Os adolescentes costumam questionar regras? Quais? A que você atribui comportamento?
    h. Como o adolescente participa da avaliação de cumprir ou não as regras da semiliberdade?
    i. Quando ele cumpre as regras da semiliberdade, quais os procedimentos adotados? Como os adolescentes reagem às medidas adotadas?

j. Quando ele descumpre as regras da semiliberdade, quais os procedimentos adotados? Como os adolescentes reagem às medidas adotadas?
k. O que os adolescentes costumam fazer nas horas livres quando estão na semiliberdade? E quando não estavam, vocês possuem algum registro de tais interesses e atividades realizadas nas horas livres antes de virem para a semiliberdade? O que tais registros apontam?
l. Como é a decisão para as saídas externas durante a semana e no final de semana? Quais os procedimentos adotados? Como os adolescentes costumam reagir às decisões tomadas pela equipe?
m. Existe algum processo de avaliação do adolescente nestas saídas?
n. Existe algum processo de autoavaliação do adolescente nestas saídas?
o. Todos os adolescentes vão para casa no fim de semana? Quando não vão para casa recebem visitas da família? Ou fazem outro tipo de contato com a mesma? Qual a periodicidade?
p. Quando os adolescentes retornam das atividades externas durante a semana e no final de semana é feito revista neles e em seus pertences?
q. Como funciona a divisão das tarefas internas e externas do programa atrelada aos diferentes servidores associadas ao trabalho direto com o adolescente dentro da rotina institucional?
r. Como se estrutura o atendimento técnico em semiliberdade? Quais os procedimentos técnicos utilizados para o atendimento e acompanhamento do adolescente durante e após o cumprimento da medida?
s. Quantos funcionários possuem na unidade atualmente? Qual é a previsão inicial de funcionários para execução da medida? Quais as funções que estão ocupadas atualmente?
t. Qual o papel do(s) técnico(s) no atendimento socioeducativo?
u. Qual o papel do(s) educador(es) sociais no atendimento socioeducativo?
v. Qual o papel do coordenador no atendimento socioeducativo?
w. Qual o papel dos demais funcionários no atendimento socioeducativo?
x. Como ocorre a interação do adolescente e os funcionários?

5. Quais documentos compõem e definem a proposta? O trabalho desenvolvido nas diferentes unidades do Estado segue a mesma concepção de atendimento?
6. O que se espera alcançar com o adolescente ao final da medida socioeducativa? Quais os benefícios que você percebe para os adolescentes, decorrentes das estratégias institucionais e intersetoriais na vida dos adolescentes que foram atendidos pela medida de semiliberdade?
7. Na sua compreensão, a semiliberdade contribui para que o adolescente reveja seus atos? De que maneira?
8. O modelo institucional da semiliberdade contribui para a garantia dos direitos (civis, políticos e sociais) dos adolescentes?
    a. Como se garante a questão da alimentação, vestuário e documentação?
    b. Como se garante o acesso à escolarização? Todos estudam? Como funciona esse processo de inserção? A escola tem facilidade em aceitar os adolescentes? Os adolescentes aceitam retornar para a escola? Em que modalidade os adolescentes estudam Educação para Jovens e Adulto ou Regular? Qual proposta atende as demandas dos adolescentes? Antes da medida eles estavam estudando? O que eles atribuem ao fato de estar ou não fora da escola antes da medida socioeducativa?

c. Como se garante o acesso à profissionalização? Quais as estratégias de articulação com a política do trabalho? Quais cursos eles participam? Como ocorre a escolha desses cursos? Dos adolescentes atualmente cumprindo a medida de semiliberdade quantos estão fazendo cursos e/ou trabalhando? Quantos terminaram os cursos? E quais encaminhamentos se tornaram possíveis após o cumprimento desses cursos e a colocação profissional?
d. Como se garante o acesso ao esporte, cultura e lazer? Existe proposta de atividade nesta área? Qual a periodicidade delas? Há inclusão em programas governamentais e não governamentais?
e. Como se garante o acesso à saúde? Como se articula com a política de saúde? Como é assegurado o atendimento médico e odontológico? Quando os adolescentes têm problemas de saúde ou dor de dente, o que é feito na semiliberdade? Quais as principais dificuldades enfrentadas e estratégias realizadas?
f. Acerca do uso de drogas, os adolescentes costumam usar durante o cumprimento da medida? Com que frequência? Quais drogas a equipe percebe que são utilizadas e como ocorre tal avaliação? Quais os procedimentos, avaliações e acompanhamento acerca do tema do uso de drogas?

9. Como é a articulação com as outras políticas de assistência social para a garantia de dos objetivos socioeducativos? Existe algum programa específico para atender as demandas do público atendido na semiliberdade? Quais políticas contemplam tais estratégias?
10. Ocorrem evasões? Quais os motivos que vocês atribuem a tal ocorrência? Possuem registro delas? Há algo sistematizado para avaliar tal ocorrência? Quais as estratégias utilizadas para evitar as evasões?
11. Ocorrem regressões? Quais os motivos que vocês atribuem a tal ocorrência? Possuem registro delas? Há algo sistematizado para avaliar tal ocorrência? Quais as estratégias utilizadas para evitar as regressões?
12. Ocorrem transferências? Quais os motivos que vocês atribuem a tal ocorrência? Possuem registro delas? Há algo sistematizado para avaliar tal ocorrência? Quais as estratégias utilizadas para evitar as transferências?
13. Como ocorre o processo de acompanhamento dos egressos? Quais os procedimentos? Neste acompanhamento, quais as condições que os adolescentes tem se encontrado? Os adolescentes tem dado continuidade aos encaminhamentos iniciados durante a execução da medida? Nos casos que não continuam os encaminhamentos, vocês verificam as justificativas dos adolescentes dessa descontinuidade ou mesmo da continuidade? Neste caso como funciona a articulação com os demais serviços da rede?

APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), pelo telefone (45) 3220-3272 ou a própria pesquisadora Fabiane Taborda, pelo telefone (45) 9961-4969 e Dr. Marco Antonio Arantes (45) 9932-3368.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Um estudo de caso sobre a eficácia da medida socioeducativa de semiliberdade no processo de inclusão social de adolescentes no Paraná.
Pesquisador Responsável: Fabiane Taborda
Pesquisadores participantes: Professor Dr. Marco Antonio Arantes.

♦ A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, que será realizado na Casa de Semiliberdade em Foz do Iguaçu-PR a partir da análise documental, observação da dinâmica institucional e entrevistas semiestruturadas com os servidores. Ressalta-se que o objetivo principal é investigar a correlação entre a eficácia das medidas socioeducativas de semiliberdade e as estratégias institucionais (estrutura, funcionamento, organização e proposta pedagógica) e intersetoriais (conexões com as políticas sociais aplicadas a adolescentes) associadas à socioeducação. Será realizada uma entrevista semiestruturada com cada servidor que aceitar participar da pesquisa. Os dados obtidos por estes instrumentos serão analisados através da técnica de estudo de caso.
♦ Durante a realização das entrevistas e observações da dinâmica institucional, você poderá se sentir desconfortável com a presença do observador ou ao ter que responder algumas perguntas ao entrevistador, que possam relembrar situações conflituosas, podendo assim tocar em questões que relembrem situações dolorosas em sua vida profissional. Caso verificado algum desconforto, você poderá receber orientações para encaminhamento a serviço especializado de saúde mental do município. Você não receberá nenhum valor em dinheiro pela sua participação na pesquisa e também não terá nenhum custo. Todas as despesas decorrentes de transporte e materiais necessários correrão por conta dos pesquisadores.
♦ Sua participação será importante para ajudar a desenvolver conhecimentos sobre as contribuições das estratégias institucionais e intersetoriais no decorrer de seu processo de inclusão do adolescente autor de ato infracional em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade. A reflexão desse processo possibilitará desenvolver ações de melhoria continua das estratégias institucionais e intersetoriais que contemplem as demandas específicas de sua trajetória de vida, resultando na possibilidade de intervenções que visam a melhoria das políticas públicas voltadas ao adolescente e juventude de modo geral. Bem como, possibilitar um atendimento mais adequado às necessidades destes adolescentes no interior da Semiliberdade, quando em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade.
♦ A pesquisa será realizada entre os meses de maio de 2014 a agosto de 2014, durante esse período, você será requisitado para entrevistas, com dia, horário e local marcado de acordo com sua disponibilidade, sendo que os dados serão anotados pelo pesquisador. O término da pesquisa ocorrerá até o mês de março de 2015. A qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa, sem nenhum prejuízo para você ou para o processo socioeducativo do adolescente, bem como a qualquer encaminhamento ou tratamento de que estejam participando. Todos os dados fornecidos por você serão sigilosos, sendo utilizados exclusivamente com fins científicos.

Pesquisador Responsável Sr. Fabiane Taborda _____
Pesquisador Colaborador Dr. Marco Antonio Arantes _____

♦ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/n.º de prontuário/ n.º de matrícula / outro nº _____, abaixo assinado, declaro estar ciente e concordo em participar do estudo sobre a eficácia da política pública de semiliberdade, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora FABIANE TABORDA sobre a pesquisa intitulada "Um estudo de caso sobre a eficácia da medida de semiliberdade no processo de inserção social de adolescentes no Paraná", os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

_____, _____ de _____ de 20___.

_____

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar
Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):
Nome: _____ Assinatura: _____
Nome: _____ Assinatura: _____

Eu, Fabiane Taborda, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

_____, _____ de _____ de 20____.

APÊNDICE III - ENTREVISTAS

Nanci, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: entre 25 a 30 anos
Formação Profissional: Superior Completo – Área de Humana.
Tempo de trabalho em semiliberdade: menos de 1 ano e ½.

1 O atendimento socioeducativo é buscar aplicar nos adolescentes limites, existência de normas. Contribuir com a escolarização e trabalho. E de certa forma suprir o que deveria ter sido feito pela família, inclusive emocional e estrutural. Semiliberdade é lhe dado o tempo da escola, urso e trabalho. Restringe o tempo vago como bares e o prejudicial na rua, desocupado... e o benéfico com a família e curso, mas as vezes não fica com a família. Algumas vezes transforma o tempo benéfico em prejudicial, justamente pela ausência de regras e limites na família. Assim, o objetivo da semiliberdade fica adequar o adolescente ao convívio social, sem precisar ser o melhor adolescente do mundo, mas saber viver em sociedade. Para mim há três tipos de adolescentes: um normal quanto a sexualidade e a dependência; outro anormal, o "nerd", com maturidade acima do esperado, dedicado ao futuro, quer ajudar os pais, pensa nas consequências, e é considerado estranho pelos demais; e os nossos que são os atípicos, só pensam em mulher como acha que a mulher deve corresponder a ele... ou se sentem seguros com a criminalidade... são totalmente inconsequentes... muito vulnerável... altamente convencíveis... não pensam nas consequências. Quanto aos limites da semiliberdade, estes ficam limitados ao papel do Estado, até pode colocar para estudar, fazer curso e trabalhar, mas não pode entrar no ambiente familiar. O Estado coopera em alguns pontos de dificuldades, mas não em todos os pontos de dificuldade. Quanto as possibilidades, a semiliberdade forma um conjunto de ações entre Estado, família e sociedade para fechar todos os pontos de dificuldades... se faltar um vai ter uma lacuna no desenvolvimento do adolescente.

2 Como já falei anteriormente é um adolescente que nunca teve uma rotina (horário, afazeres, responsabilidades). Estranha uma programação na vida dele. Dificuldade de ouvir um não, que traz uma revolta – que a família não conseguiu dizer. Escuta um não aqui e não recebe bem. O grau de instrução da família não consegue deixá-lo fazer frequentar a escola. A mais grave é retornar ao meio que após ter aprendido a seguir, normas, escutar não, viver uma rotina de afazeres e responsabilidades, volta a estaca zero para o ambiente que é mais cômodo e não tem isso. Assim abandonando todo o trabalho feito em cima dele. Acredito que é necessário um trabalho com a família antes de vir para a Semi.

3 Para o adolescente ser incluso socialmente ele precisa poder competir em grau de igualdade com qualquer outro adolescente e ter as mesmas oportunidades de um adolescente mais favorecido na vida. Aqui acontece através da garantia da matrícula escolar, pois por ser um adolescente potencial para causar problemas na rotina da escola tem dificuldade das escolas aceitarem eles. Também na inserção no trabalho, que tem limites legais e preconceitos para empregar um adolescente que cometeu um ato infracional... parcela que a sociedade não coopera com o Estado, necessita do judiciário para garantir esse direito. Também ao mostrarmos que a vida tem regras, normas, horários, responsabilidades, e é desde bebê. Exemplo, quando o bebê chora no horário que deveria tomar banho... conviver em sociedade exige o cumprimento de algumas normas e limites que devem ser respeitados para o seu próprio bem.

4 Dessa parte já não entendo tanto. A estrutura visa se aproximar a de um ambiente familiar de uma casa. Também conta com uma estrutura administrativa com a presença da direção, de assistente social, de psicólogo, pedagogo e educadores sociais. Considero que a estrutura é frágil, mostra uma realidade que ele não tem uma continuidade lá fora. Uma equipe grande de pessoas, com poucos recursos do Estado, que proporciona uma casa, alimentação, transporte, lazer, acolhimento emocional, que os adolescentes não tem na vida dele lá fora... por isso ele não teme voltar para a semiliberdade e muitas vezes pede uma semiliberdade para o juiz. Por mais que não confesse que gosta devido os limites de sair a noite, mas não se sente penalizado enquanto está aqui dentro. Ele deveria, por exemplo, se a visita não é benéfica não ir visitar a família, até que esta se alterasse.

a. Educador de plantão passa as normas da casa, motivo de estar na semi, objetivo e pergunta se ele quer mudar o rumo da vida dele, se sim esse é o lugar certo, pois aqui terá oportunidades. Após conversa com o diretor que reforça as consequências os métodos de avaliação, comunicação entre casa e juiz... para saber que tudo que fizer aqui o juiz saberá.

b. Reunimos os familiares, o adolescente escolhe o educador de sua preferência... Traçam um perfil do adolescente para definir os objetivos no curto período de tempo, como terminar os estudos. A principal demanda é se livrar do ambiente da criminalidade, de início ele acha que é se afastando das drogas... trabalhando.. Alguns acham que até casar com alguém não envolvido. Tenta-se colocar na cabeça dele que a criminalidade não tem nenhum lado bom e não é vergonhoso ser um trabalhador. E que o estudo é essencial para a vida dele. Para ter dinheiro... eles gostam muito de dinheiro... família... adquirirem bens como carro, sem se envolver com atos infracionais. Para conseguir auxiliar nisso a equipe repreende com medidas disciplinares, cortando algum benefício... no caso das drogas encaminha para o CAIA, que faz tratamento... para ganhar dinheiro inserimos em cursos e ajudamos a arrumar um trabalho, na rede privada (Aprendiz na Guarda mirim ou anúncios em jornal) ou pública (cursos PRONATEC, Associação Horizontes e Programa Aprendiz do Estado).

c. A família basicamente é informada da situação do adolescente e rotina. Pedimos a cooperação e ajuda da família nos fins de semana para não deixar se misturar com outros jovens, não tirar os limites. Contudo, 90% dos familiares nem sabe onde o adolescente vai para o final de semana. O trabalho é em cima do adolescente. Tentamos colaborar para tentar diminuir os problemas no final de semana. Tudo que a família pede nós fazemos conforme nosso alcance. Exemplo se tem problemas de visão encaminhamos os óculos. O serviço social faz a visita a família para levantar dificuldades a título de conhecimento, mas não faz nada para mudar isso, está fora dos nossos limites estatais. A equipe orienta.

d. Pela disposição do adolescente a convivência diária mostra se ele tem disposição para o trabalho ou não. Encaminha para atividades que ele gosta, não matrícula se não gosta. Ele fala o que quer. Pode ver os cursos disponíveis no mural e os que querem colocam o nome. Pode desistir, mas não pode ficar com o horário vaga. Tem que acordar cedo e dormir cedo. 6hs a.m. e dormir as 11hs p.m. O café é feito por um adolescente. A proposta é ter atividades manhã, tarde e noite. Mesmo o adolescente estando na Casa, ele deve estar ocupado. Não pode ir para o quarto dormir, a tarde. TV é considerada uma atividade, mas não pode ficar a tarde inteira assistindo-a. O tempo é preenchido com educação, profissionalização, cuidados com a saúde corporal e bucal (ida ao médio e dentista) e com atividades de cultura, esporte e lazer no Centro da Juventude

e. Como expus na questão anterior a rotina é organizada para o adolescente ter o tempo ocupado com atividades. Com

disse a proposta é ter atividade manhã, tarde e noite. O adolescente mesmo estando na casa ele deve estar ocupado... por exemplo não pode a tarde ir para o quarto dormir. O restando do tempo é divido entre educação, profissionalização e saúde, com tratamento dentário, quando o adolescente pede ou tem dor. O trabalho acaba sendo prioritário para garantir as necessidades do adolescente, mas nem sempre consegue, aí a escola e os cursos se ampliam. Também o tempo é divido com lazer, cultura e esporte, com atividades no Centro da Juventude.

f. As regras ficam acessíveis no mural. E o que fizer fora isso sofrerá as consequências que são advertência verbal, advertência escrita, suspensão de atividades curriculares não obrigatórias com vídeo game, DVD, e medida disciplinar, que é a suspensão da visita familiar no final de semana... quem define é o diretor. E por fim a regressão da medida, que é a aplicação da internação, realizada pelo juiz. Quanto as avaliações são feitas semanalmente por todos os educadores, que atribuem a cada quesito uma nota de 0 a 10. Os requisitos avaliados são cinco (atividades curriculares e extracurriculares, pontualidade, palavreado, respeito – intrigas e brigas – e organização dos quartos e limpeza da casa). Sete pontos são atribuídos aos que cumprem o previsto, se ocorrer destaque positivo e fazer além do esperado a nota aumenta e se faz sem qualidade a nota diminuiu. Abaixo de três pontos é porque o adolescente não cumpre com o requesito. Não existem indicadores para cada item no papel. A avaliação é conforme julgamento dos educadores de cada plantão que as realiza, devendo ter as notas dos quatros plantões diurno e noturno. Aquele que atinge nota mais alta ganha dois cartões verdes (direito a saídas sem vigilância e sem prestar contas de onde vai), cada cartão corresponde a um período de saída com horário estimulado para sair e retornar. Quem tira nota acima de sete tem direito a um cartão verde e quem tira de cinco a sete, só pode sair com acompanhamento do educador, estando no cartão amarelo. E os de cartão vermelho são os que só fazem as atividades programadas, por estarem com nota abaixo de cinco. Cabe ressaltar que mesmo o adolescente estando com nota boa, se descumprir uma regra será submetido a avaliação de aplicação de alguma sanção. Caso a falta seja leve pode ser uma advertência ou ir menos tempo para casa ou fazer atividades reflexivas como responder um questionário sobre porque é bom estudar. Caso a falta seja grave é associado diretamente a palavra medida disciplinar, que é ficar sem saídas externas, perder os benefícios conquistados, se for o caso, e não ter o direito de visitar a família. Em casos graves como o uso de drogas dentro da casa, a medida é de 30 dias, mas se o adolescente tiver bom comportamento poderá diminuir esse período. Sobre as medidas disciplinares, os educadores passam a situação para a direção, que decide conversando com todos da equipe o prazo e passa para o adolescente.

g. Muito. Questiona por que levantar cedo se só tem atividade as 8:30hs. Também por que não usar piercing, brinco dentro da casa de semiliberdade. Por que o conteúdo televisivo não pode ser qualquer um. Pro que obrigam ele a estudar, já que a vida é dele. Atribuo a falta de rotina, limites e regras no ambiente familiar. Nunca foi obrigado.

h. Não participa. Ele é alertado quando descumpre e elogiado quando cumpre.

i. Satisfação pessoal. Podem ficar mais tempo na casa na visita familiar, consequência imediata. E no futuro conseguir manter-se no trabalho.

j. Volta a agressividade... querem ganhar ameaçando... nenhum pede desculpa. Não reconhecem as faltas, se comportam como se estivessem injustiçados e contra argumentam agressivamente com fatos do dia. Causa grande de evasão, se sentem injustiçados e vão embora. Pela dificuldade de ouvir não.

k. Na Semi costumam assistir TV, jogar videogame, assistir filme, jogar futebol. Em espaços da rede como no Centro da Juventude, fazem atividades esportivas e culturais, mas vão somente se tem interesse. O registro de tais interesses é na convivência e momentos do plano individual de atendimento feitos pelo educador de referência.

l. No final de semana, o educador combina com o adolescente, aí planejam atividades como corridas, caminhadas, jogo de futebol e passeios na cidade, mas só os que não estão de medida disciplinar e não vão visitar a família por causa da distância. Durante a semana segue a rotina da agenda semanal e os adolescentes que tem cartão verde podem escolher um período livre para sair para onde quiser, ai combina com o educador do plantão.

m. Não. Só a observação do educador do plantão, quanto a horário de chegada e aparência. Por exemplo, se chega e aparenta ter usado drogas, assim passasse para a equipe técnica para avaliação. Já se chega atrasado isto compromete a avaliação semanal, quanto a pontualidade, e pode influenciar na nota da semana e da possibilidade ou não de fazer saída livre durante a semana ou ficar mais tempo em casa da família.

n. Não. O que o educador observa é a conversa entre os adolescentes, mas que geralmente há o relato do que fez durante a saída.

o. Todos os de Foz vão para a casa da família se sua avaliação for de cartão verde e não tiver pego nenhuma medida disciplinar. Os de fora vão apenas quando tem passagem e se não tiverem de medida disciplinar. Mas todos fazem 10 minutos de ligação as sextas feiras para a família. A ligação é realizada pelo educador social, independente dele ir ou não para casa da família.

p. Revista minuciosa, mesmo quando em saídas acompanhadas.

q. Diretor faz o cronograma de atividades.

r. A família vem duas vezes ou se necessário. Volta e meia com base no relatório a psicologia chama para atendimento... quando tem alteração. E o diretor é presente diariamente, e escuta a versão dos adolescentes.

s. Deixa eu contar... 20 servidores, entre educadores sociais, equipe técnica, equipe de apoio e direção. As funções previstas são educador social, direção, psicologia, serviço social, pedagogia, motorista, auxiliar administrativo e auxiliar de serviço gerais. Não estão ocupadas as funções da pedagogia, motorista e auxiliar administrativo.

t. Conforme área de atuação. Não sei especificar.

u. Os homens como pai e as mulheres com mãe. Pais sistemáticos e bem presentes. Conversam, orientam, aconselham, torcem, treinam uma entrevista e participam com o adolescente da rotina diária. Uma família para ser uma pessoa transformada, bem sucedida. Mas se frustra quando o jovem não caminha para o que ele espera.

v. Figura do Estado, que busca conseguir meios para desenvolver o trabalho, estudar a melhor forma de fazer o trabalho, prever riscos e comunicar o judiciário.

w. O pessoal do serviços gerais divide em atividades de uma diarista e de pequenos reparos.

x. O adolescente tem dificuldade com o educador social, até quando o diretor aplica uma medida a culpa é do educador.

5 ECA, SINASE, Regimento Interno e normas dos educandos e educadores. Não sei dizer se a proposta é diferente ou igual nas demais unidades. Os adolescentes comentam que é diferente.

6 Que ele não se envolva mais com atos infracionais. Vejo como benefício a participação num ambiente com rotina, limites, horários, responsabilidades, autonomia e maturidade.

7 Sim, contribui. Quando a equipe faz ele perceber que a conduta dele é prejudicial para um todo e que só fez piorar a vida dele.

8

a. Civis com a obtenção de documento, instrução de ensino e capacidade para o trabalho. Políticos quando em inserção em programas seja do adolescente ou da família. A alimentação é fornecida pelo Estado por uma empresa que traz o almoço e jantar prontos. Também mandam pães para os lanches e condimentos para fazer café, leite. A Secretaria também manda mantimentos para os jovens fazerem comidas e materiais de limpeza e roupas. A documentação é feita nos equipamentos da rede como o RG pelo instituto de identificação. As roupas os adolescentes também trazem de casa, e preferem, pois não querem sair com roupas tipo uniforme. Estas são fornecidas para os que não tem roupas suficiente, também busca-se doações.

b. Acesso a rede pública. Há dificuldades, por falta de costume dos jovens de ir a escola, pois não foram disciplinados.

c. Acesso a rede pública. O diretor articula com a rede e insere no pronatec. Também há os cursos da associação horizontes dentro da semi. Os adolescentes participam dos cursos, só não vão se tem outras atividades importantes no mesmo horário. Quanto ao termino do curso não sei dizer.

d. Através de atividades pelo Centro da Juventude. E atividades ofertadas pela equipe. Os adolescentes fazem atividades toda semana nesta área.

e. Usando a Unidade Básica de Saúde, conforme a necessidade dos adolescentes estes são encaminhados. Não sei especificar as dificuldades. Sempre que precisam são atendidos.

f. Sim. Usam raramente por que não tem como usar mais (falta dinheiro, sem querer a medida restringe, pois só vão aos fins de semana para casa da família), mas se tiverem acesso usariam sempre. Na semi buscamos fazer a conscientização dos males e aplicamos a penalidade de acordo com o regulamento. E externo a semi são encaminhados ao CAIA.

9 Parceria buscam ampliar o acesso dos adolescentes ao seus direitos.

10 Sim. Acredito que a principal motivação é a dificuldade de aceitar a repreensão através de uma medida disciplinar provocada por uma conduta do próprio adolescente. Sei que é feito um relatório e um boletim de ocorrência para comunicar ao juiz e este encaminhar o mandado de busca e apreensão. Para evitar esperamos o adolescente estar calmo antes de aplicar a medida disciplinar para pensar nas consequências antes de pensar em fugir. E oportuniza reduzir o tempo para diminuir o tempo. A lei diz que o servidor não pode colocar obstáculos para ele fugir. A ideia do legislador está num lugar agrícola. Evasão em semi não tem como ser impedida. Ele tem que ter vontade de ficar. Minimizar os conflitos aplicando progressivamente as sanções.

11 Sim. Há pedido de regressões que nem sempre é acatado. As vezes o adolescente evade antes ou é transferido.

12 Sim, quando há risco para a integridade do adolescente ou conflitos ou por ficar mais próximo da família. Também quando o adolescente tem péssimo comportamento. Não sei o procedimento, isso é com a direção.

13 Não sei se tem. Acredito que não por que eles voltam tudo. Se tem é mal feito, pois o índice de reincidência é muito grande. Gostaria de acrescentar quanto a medida que deveria acabar com o educador ficar levando o adolescente, deveria ter vale transporte disponível.

Clair, Servidor Público entrevistado (nome fictício)

Idade: 31 a 40 anos.

Formação Profissional: Superior Completo – Área não humana.

Tempo de trabalho em semiliberdade: menos de 1 ano e ½.

1. Semiliberdade no contexto social é uma liberdade controlada, mas ao tão simples. Qualquer coisa que restringe a liberdade. É tão privativo quanto uma privação de liberdade com alguns benefícios a mais. Os adolescentes encaram assim, os que tem de fora parecem conciliar metade privação metade liberdade, mas não acredito que seja possível. O objetivo é que o adolescente aprenda a se comportar como a sociedade aceita. Onde ele tem que se conformar aceitando o que lhe é imposto. É aceitar a obedecer. não tem objetivo de emancipação. Conseguimos fazer o que se objetiva, pois como tem tão pouco, o que lhes oferecer. O problema é maior que uma questão de comportamento dentro do sistema. Eles tem outras necessidades que o sistema não dá conta, como carências, nem deveria dar. Deveria buscar desenvolver uma educação integral para confortar a realidade que a gente não quer que eles confrontem. Enquanto filhos do Estado, que se presta a manutenção do sistema.

2. É um menino pobre, mas antes disso é um menino com dificuldades afetivas. As relações com a família, as conversar são unilaterais. Não se percebe uma relação de harmonia com outras pessoas. Não tem alguém que ama eles e que eles amem. Foram tão marginalizados que não internalizaram os valores que nós temos como honestidade, respeito as autoridades, respeito a vida. Não aprenderam os valores básicos da humanidade, devido a marginalização cabeça fica confusa, pensamento fragmentado, não tem noção de causa-consequências. Todos tem déficit escolar, não gostam de pensar. Já tentei fazer atividades de raciocínio lógico. É frustrante fazer jogos com eles. A questão deles é aprender a burlar as regras como roubar o dinheiro do coleguinha.

3. Meninos consigam ter um trabalho ir para a escola, para conviver e se manter sem a tutela do Estado. A semi tenta cessar o que tem na rede de disponível como guarda mirim e programas da assistência, locais de curso.

4. Acho que não tem uma proposta pedagógica, pois a equipe deveria ter unidade, um direcionamento pelo menos um. Uma concepção transformadora.

a. O procedimento não é tão rígido. Em geral o educador de recebe primeiro, busca conversar com o adolescente a partir de um formulário padrão que é preenchido para fazer levantamento estatístico. E sempre explica o funcionamento da medida, expondo as atividades escolares e a função da medida disciplinar, por exemplo. Acredito que é um momento para conhecer o adolescente, mas a rotina que possibilita este conhecimento muito mais.

b. O profissional do serviço social atende o adolescente e explica o que é o PIA, e passa um papel para o que ele pensar sobre sua vida. Para os meninos não faz sentido... é uma coisa complicada. Os educadores explicam que o PIA é uma etapa para ser liberado. Assim, fazem o PIA porque é um pré-requisito para cumprir a medida. Mas mesmo assim, a gente planta. E a dinâmica do PIA é bem sincera, com objetivos concretos e possíveis de serem alcançados. Tenta puxar o adolescente para o chão e trabalhar com o real. Não cria expectativas que ele não vai alcançar. A cada PIA uma semente é plantada para começar a pensar no futuro, que depende dele... a vida dele depende dele.

c. A família é convidada, mas participa pouco, por falta de disponibilidade ou interesse. Tem família que tem medo da equipe, receia o que fala, sente um olhar de reprovação. A visita familiar é constante, mas nenhuma intervenção é feita.

Acredito que seria bem legal ter. A exemplo de uma casa que fui visitar com a técnica em que a casa estava suja, pois criavam pombos na sala

d. O educador percebe na rotina, no trabalho e faz os julgamentos. Procura possibilidades. No convívio tenta identificar, faz parte de conhecer e identificar o adolescente. Desenvolve através da inserção dos curso, dentro da casa. Não há ações específicas. A oferta é limitada. Nem sempre atingindo os interesses e potencialidades dos adolescentes. As vezes o que querem é chamar atenção todo o tempo.

e. Aprender a comportar-se comportar aqui. Respeitar o espaço do outro. Limpeza, trabalho conjunto, sociabilidade básica. O peso das atividades são os mesmos, penso que não existe priorização.

f. Na recepção o educador lê as regras para o adolescente, após a conversa inicial. As regras passadas são as de rotina da unidade. Os adolescentes não participam da elaboração das mesmas, mas estamos sempre abertos a negociar atividades com os meninos. Exemplo, um faz atividade pelo outro para cooperar um com o outro. As vezes se abrem concessões, negocia-se conforme o grupo e abrem exceções.

g. Menos do que se espera, pois criou-se essa cultura de rotina. Questiona, lavar a louça e coisa de mulher... sem sensação de coletividade. Questiona, mas faz. Forma de posição no mundo.

h. Não.

i. Elogia. Eles se sentem elogiados através da avaliação semanal. E reclama se ele acha que está dando mais do que está recebendo. Isto é frequente. Entendem melhor o que se espera, mas só por causa do elogio.

j. Não aceitam as medidas disciplinares. Quase 100% que se evadem estão em medida disciplinar. Mesmo nós conversando sobre o tema. Eles não conseguem se responsabilizar pelos atos. Tem que ter medida disciplinar como em casa tem um castigo, não está sendo eficaz. Mas não tem como tirar a medida. A gente tem o controle da casa e se não tiver nenhuma sanção não consegue o controle da casa.

k. Tv, ping-pong, videogame, futebol, dentro da casa. Tem menino que não quer ir embora por causa do videogame. E as vezes saem para fazer passeios. Exemplo ver academia. Os registros ficam no livro de ocorrências. As atividades são assistemáticas.

l. Para passar bastante tempo o diretor tem que autorizar. Exemplo um passeio na prainha. Eles pedem para sair.

m. Feedback do educador no dia a dia.

n. Não.

o. Não, os que estão em medida disciplinar não vão... os que não tem para onde ir também não... e os de fora vão uma vez por mês com passagem do governo. O contato com a família acontece toda a semana via telefone todas as sextas-feiras de 10 a 15 minutos, organizado pelo educador do plantão. Os educadores fazem as ligações independente do adolescente ir visitar a família ou não. E se tiver algo urgente faz ligação extra com autorização da equipe técnica e direção.

p. Sim minuciosa no adolescente e revista em seus pertences.

q. Conforme funções.

r. Não há um cronograma. Os meninos chegam e são atendidos conforme necessidades dos meninos.

s. Não sei exatamente o número. As funções hoje preenchidas são do diretor, de educadores sociais, auxiliar de serviços gerais, psicologia e serviço social. Sei que há previsão de pedagogo, mas não tem ainda.

t. Limitado. Psicologia não faz terapia e não pode receitar remédios. O serviço social não tem condições estruturais de atender a família, que seria indispensável. Acho que cumpre o protocolo legal. Não orientam as equipes por dificuldades dos educadores aceitarem outras visões... ajudam a resolver conflitos. Também procura atendimento especializado nas áreas para os adolescentes.

u. Educador faz quase o papel de um irmão mais velho. Ele é presença, autoridade, acolhimento. O adolescente pode procurar o educador para conversar. Por mais que pareça que não está fazendo nada conversando, a gente está. Isto cumpre o papel que cabe ao educador dentro do sistema. De estar com o menino todo o tempo. Isto não quer dizer que está fazendo uma ressocialização. É uma socialização primária de valores que ainda não tiveram. Os meninos estão experimentando uma convivência harmoniosa dentro da casa, que nunca tiveram.

v. Baliza as ações da equipe. É fundamental ter um coordenador que sabia lidar com conflitos. Como ele centraliza as decisões e organiza as coisas. Ele dá a decisão final, que é necessária.

w. Serviços gerais: Manutenção espaço para que os meninos tenham condições saudáveis de ficar na casa.

x. Além dos procedimentos de rotina, a gente (os educadores sociais) não força a relação. Tentei padronizar. É natural que alguns perguntem mais e outros não. Tem adolescente que não consegue ultrapassar a barreira de ver o funcionário como um inimigo. Como um representante do Estado punitivo. Como na vida real. Não cria um mundo paralelo. Quando se idealiza a semiliberdade, como um espaço de ressocialização, de onde o adolescente sai pronto para seguir em frente... mas não é assim. Exemplo, você tem que estar o tempo todo ao lado do menino e cumprir o papel de educador, mas é falso. Mistura a pessoa com o profissional. A função do educador como pessoa. O educador não está fazendo o tempo todo alguma coisa. Não tem como ficar o tempo todo interagindo. Na semi não é sustentável. Os meninos conversam pouco. Esta relação já estava legitimada aqui. Eu acho que esse clima mais relaxado é mais eficaz, porque a outra forma é forjada. Eu já tentei padronizar, como disse, estar presente o tempo todo, envolver com os problemas deles, mas isso consumia muito minhas energias emocionais.

5. Caderno de Semiliberdade, as normas para equipe. Não conheço que tem para as técnicas. SINASE, ECA. Não conheço bem o trabalho das outras unidade, só conheço pelo que os meninos dizem. Diferentes em termos de procedimentos.

6. Eu me convenci que a gente planta uma semente. Faz experimentar um ambiente acolhedor. Isto faz ele experimentar uma convivência harmoniosa. Nunca haviam experimentado uma convivência positiva. Onde as pessoas não ficam se xingando, não mentimos para ele. Uma convivência normal, num mundo coletivo. Poderem querer construir este ambiente fora daqui. Reproduzir este ambiente. Nunca teve uma experiência num espaço social que o estudo era importante. Deveria ser muitos outros, mas esse é o maior. Questões menores volta para escola, conclui uma matéria.

7. Para uma minoria que tem o amadurecimento. Já eram mais amadurecidos do que os outros. Não ajuda ele a rever seus atos para tentar clarear porque existem normas, pois vivemos em sociedade temos que seguir regras e que tem consequências. A medida disciplinar é didática. Consegue através do sistema avaliativo ter clareza das regras e consequências. Vê a norma certa e a errada. O menino mais amadurecido consegue reconhecer os esforços positivos e os negativos.

8.

a. O Estado fornece alimentação, vestuário e documentação. As taxas são isentas através de ofícios. Quase todos os meninos conseguem fazer um documento.

b. Todos os adolescentes voltam para a escola. É uma norma. A maioria vai para o EJA, que tem maior condições de recebê-los, devido as turmas menores a experiência dos professores e inserção o ano todo. No regular é muito pouco pela defasagem escolar e inserções anuais. Mesmo o EJA sendo o melhor, todos os meninos ganham uma medida disciplinar por ter faltando na escola. Escola é um aparelho disciplinador, que eles não estão adaptados. Também não tem noção da importância da escolarização para o futuro deles. Mas todas as escolas não tem um instrumento transformador. A escola liga para dizer se foram ou não aula. Eles vivem o agora. Não pensam nisso na hora de ver uma menina. Pedem para tratar igual a outros adolescentes. Política municipal de não evasão, liga quando faltam, caso a caso e fazemos contato com as pessoas dentro do CEEBJA.

c. 50% do adolescente e os outros 50% da equipe e da rede. Os adolescente precisam querer profissionalizar-se, estarem motivados. A equipe pressiona a profissionalização associando-a com a liberação. Estratégia para adesão. Estamos num momento bom para cursos por causa do pronatec federal e vários acordos com a rede como com o provopar e os centros comunitários. A inserção no mercado de trabalho está ruim, não tem programa específico para as medidas socieoducativas. E não conseguem concorrer de igual para igual com os jovens de outros contextos sociais. Todos querem trabalhar, mas não vem no curso uma expectativa para esta inserção. Frustração por não trabalharem por serem menores de idade. Usamos o aprendiz do CAIA, da Guarda-Mirim e Gerar, mas quando tinha o Aprendiz do Estado a inserção era maior. Hoje a inserção anual é de 3 por ano como aprendiz, antes era de 6 ou mais por ano.

d. Em 2014, o Centro da Juventude começou a ofertar estas atividades de karate, juijitsu, takeondo. Quem mantém é prefeitura. Não tem articulação com a rede privada, mas um adolescente já fez teste para jogador de futebol, mas não passou. As ações são pontuais. O esporte dentro da semi existe, mas não tem regularidade.

e. É bem difícil são atendidos pelo SUS. Clínico é na UBS. Especialistas muitas vezes só através de ofício e quando consegue o jovem já não está mais na semi, pois demora muito. Principalmente na questão da psiquiatria e a dependência pública. O Caps ad com a política de redução de danos atrapalha, pois eles queriam ir para o Caps para fumar maconha. Antes usava o Caps ad, que também é para adulto. Atualmente, usa-se o Caps i, que também é para adolescente

f. O que mais se percebe é a maconha, chegam com olhos vermelhos, com cheiro e visivelmente alterados. Os educadores passam para a equipe técnica que vê algum encaminhamento. Pelo menos um adolescente na semana chega com estas características. É frequente. Sabe-se do uso da cocaína pelo realto dos jovens dos fins de semana. Devido à alteração comportamental, avalia-se o uso e chama-se para conversar, mas geralmente eles negam. Às vezes acontece dentro da semi, mas não é frequente. Ai tem medida disciplinar. Uma medida mais longa de um mês sem ir para casa e sem atividades de lazer não curriculares. As educativas continuam. Também não fazem atividades extras esporádicas.

9. Não existe no atendimento as família. Tem contato com o CREAS, que ajuda mais quando é caso de vida ou morte. Sabe-se que tem uma verba para o AFAI, mas nunca vi funcionando. Só sei que existe por curiosidade minha.

10. Sim. São todas registradas no livro de ocorrências e faz-se um boletim de ocorrências, de pessoa presa submetida a regime de segurança. Totalmente irregular. Não existe reuniões ou momentos específicos para discutir isto. Não existe uma proposta coletiva para pensar isto. Quando se verifica a situação tenta conversar, ver transferência, resolver a demanda que ocasiona a situação. Não tem parâmetros. É uma experimentação. O adolescente não veio porque quis e desde que entrou no unidade o trabalho é para ele aderir a medida. Uma vez evadido ele é mais um. As mães ligam desesperadas por notícias, mas...

11. Raramente. Embora deveria haver mais, quando é um caso grave e não adere ao programa deveria regredir mesmo. Falta de adesão é o principal motivo. Teve um menino que disse que iria evadir e matar, ai evadiu e matou mesmo. Sabe-se disso tudo informalmente com conversar com outros adolescentes.

12. Procurar um lugar mais próximo da casa do menino, dificuldades de convivência e permutas. O Diretor conversa com a equipe e se vê que esta é a única estratégia para resolver o problema se encaminha.

13. Não tem acompanhamento. As informações são através de jornal policial e acompanhamento assistemático conforme disponibilidade da equipe.

Darci, Servidor Público entrevistado (nome fictício)

Idade: 31 a 40 anos

Formação Profissional: Superior Completo – Área de Humana.

Tempo de trabalho em semiliberdade: Entre 4 a 5 anos.

1. Visa inserir o adolescente na sociedade ofertando possibilidades através de cursos profissionalizantes, conscientização da importância da escolarização, tentando formar cidadão. Objetivo: formar cidadãos, colocando valores. Limites: muitos deles nãot em princípios. Possibilidades: o Estado exige muito. O maior problema é a drogadicção, proíbe, mas não oferece algo acessível a este adolescente. Oferece o que está na rede. Exemplo é como ver ele com fome, oferece um prato de comida e não quer que ele coma. Limites: questões familiares, o discurso da semi é para ele ser alguém na vida, mas em casa não. Aqui é uma ilusão, o que se faz aqui ele não tem em casa. Olho mais como um curativo. Não tem como mudar a realidade dele em seis meses, que é o limite máximo do programa. Deveria ter esse trabalho de apoio desde a creche. Com histórico sistematizado de acompanhamento. O Estado quer justificar sua ausência ao longo da história do menino. Não cura mas ameniza.

2. O perfil é que 90% não tem os dois pais, e quando tem os pais são ausentes. Baixa escolaridade, usuários de drogas, são da classe social y... são os mais miseráveis da sociedade, baixa autoestima, chegam sem sonhos, sem perspectiva. Com conversas esse sentimento é estimulado.

3. É difícil esse processo de inclusão. Uma pelo rótulo de ter passado pelo sistema socioeducativo. A sociedade rejeita muito. E as comunidades que vivem torna difícil até para a mobilidade urbana, não tem escola por perto, ou cursos ou creches.

4.

a. É feita uma revista corporal, se apresenta e lê um formulário de direitos e deveres do educando. Quem recepciona é um educador ou o diretor. O técnico não faz esse primeiro recebimento. Eu acho que ao receber o adolescente já deveria se saber o perfil e histórico do adolescente, que se você conhecesse antes poderia ser diferente. Todo suporte pedagógico é oferecido. A dificuldade é a defasagem escolar para aproveitar os cursos.

b. É passada uma folha com um questionário para responder sobre sonhos, perspectivas, apoios e a escolha do educador de referência, que ele tem mais liberdade. Após é passado o material para a equipe técnica e faz uma reunião entre equipe, família e adolescente para organizar como vai fazer para realizar seus sonhos... o papel do educador de

referência é o mesmo de qualquer educador... é só um protocolo... o único trabalho diferente é o peso a mais para o educador de referência que cobra mais do adolescente.

c. A ideia é estreitar os laços entre adolescente e família. Muitas não tem compreensão de seus direitos. A equipe ajuda as famílias em inserção em programas sociais.

d. Quando chegam os cursos o Diretor, equipe técnica e educador, verificam os interessados e após a equipe trabalho com o incentivo e motivação. Para os que não tem interesse nenhum estimula-se fazerem alguma inserção para conhecer os cursos. Estimula a inserção nas vagas e após inserção no mercado de trabalho através da agência do trabalhador e entrega de currículos diretamente nas empresas.

e. Tenta reforçar a questão da educação e sua importância. Cobra-se muita disciplina, questão comportamental, palavreado. Procuro aconselhar como se tivesse aconselhando um irmão... uma questão de querer o bem do adolescente. Cobramos comportamento.

f. As regras foram se adequando conforme a necessidade. No início não era assim, foram várias tentativas com acertos e erros. Exemplo não deixamos o controle remoto com os adolescentes, fica com o educador, e quando não há acordo em geral pelo que assistir é feito uma votação. As regras foram feitas pela equipe e até aqui tem funcionado. (Pesquisadora e como era antes então?) Antes os procedimentos eram diferentes. Já fizemos várias tentativas, por exemplo no controle da frequência dos adolescentes na escola. No início chegamos a ficar de plantão na escola, mas não deu certo houveram situações de ameaça, assim as regras foram se alterando e os mecanismos de controle também.

g. Sim., pois acredito que pelo jeito que chegam nunca tiveram um ambiente assim, cheio de regras. Quando eles percebem que os direitos são menores que os deveres eles questionam. Questionam as cobranças, de cumprimento de horário, atividades de limpeza, palavreado, brigas e intrigas. Se vão trabalhar vão precisar dessas regras. Não impondo, mas tem uma consequência.

h. Avaliações procuram chamar a atenção na prática do ato. Exemplo, o banheiro foi bem limpo, terá uma boa avaliação. Na questão do palavreado, alertam as consequências na avaliação. Todo plantão os educadores avaliam e dão uma nota pelas atividades.

i. Ele recebe elogios, incentivos verbais, comparações com quem não tem bom comportamento, benefícios do cartão verde com saídas sem a presença do educador. E eles valorizam muito isso.

j. Não aplica medida disciplinar no ato, fazíamos isso no começo, dava muito embate Na hora do embate sai o educador do embate e outro chama o separadamente. Se está exaltado deixa-o. Isso minimiza o embate com os educadores. Vamos relatar o que aconteceu. A ação não passa de um dia. E se for no final de semana, avalia-se se é um caso para aplicar medida na hora ou não. Se não liga para o Diretor e diz o que ele deu de decisão. Antes de aplicar a medida disciplinar é realizado uma conversa com o jovem reflexiva para ele perceber o ato errado. A medida disciplinar é uma punição. Ele perde algo esporádico, recreativo ou visita familiar. Se tiver bons atenuantes, antes de ficar sem ir para a visita familiar ganha medidas alternativas. Exemplo se gazeou aula, poderá ser passado lavar a casa ou o carro ou passamos um formulário reflexivo sobre o valor da educação.

k. Atividades escolares, lúdicas, programação televisiva, futebol, tênis de mesa e jogos. Tinha atividades noturnas como caminhadas e aparelhos de musculação. E no lago para passeio. E aos fins de semana para ir ao aeroporto. Passeios em pontos turísticos da cidade como Cataratas e Itaipu. Também se oferta atividades religiosas e passeios em prainhas artificiais Pela conversa que tenho com alguns, há relatos que faziam o uso de drogas no tempo livre na rua ou casa e que estavam ociosos na grande maioria do tempo.

l. Saem quem tem bom comportamento nas avaliações semanais quanto as atividades extracurriculares e curriculares. A avaliação está instituída, eles esperam ansiosos por ela. Antes dos adolescentes saírem fazemos um trabalho de educação e conscientização.

m. Questão do comportamento é avaliada como um dos itens da avaliação semanal.

n. Os jovens comentam o passeio e falam da novidade dos passeios que realizam. Tudo facilita aqui na semi.

o. A família vem na semi num primeiro contato, após o adolescente vai para casa da família aos fins de semana. E todo fazem ligação semanal para a família. Difícil é para o adolescente que não é da cidade. A família não vem visitar e os jovens só vão uma vez por mês. Em geral nas ligações não usam todo o tempo que lhes é dado de dez minutos. As ligações são feitas as sextas. Sobre o deslocamento os que não tem como ir embora de ônibus a equipe leva para casa. E o adolescente faz o primeiro contato com a família logo que chega na semi, após a triagem.

p. Sim. Minuciosa. Segue-se um protocolo. E a equipe tem livre acesso para entrar nas dependências, no quarto.

q. Todas as tarefas são por cronograma, segue uma lista de prioridades. Horário de folga podem ir a igreja.

r. O nosso atendimento técnico era sucateado, os primeiros anos não tinha um técnico específico para a semiliberdade. Não tinha nem assistente social, nem psicólogo. Hoje tem. Os educadores e o Diretor que faziam tudo. Os educadores reclamavam muito, principalmente por não ter psicólogo.

s. Entre os que estão de licença prêmio e férias temos 15 educadores. Os atestado são raros. O ideal seria 20 educadores.

t. Suma importância. O serviço social para fazer a ponte com a família e o psicólogo para orientação para lidarem com as frustrações, problemas emocionais e o fato de estarem longe da família.

u. Estimular a autoestima, trabalhar valores, princípios. Tentar formar cidadãos.

v. Gerenciar toda a equipe. Ter uma visão de toda a equipe, gestão de pessoas e da socioeducação.

w. Os terceirizados são de grande importância e fazem também o papel de educadores, orientando e aconselhando. São pessoas de referência.

x. São poucos adolescentes que reclamam de um ou de outro, mas no geral há interações. Não percebo intrigas. Acredito que é um bom relacionamento. Depende também da leva de adolescentes.

5. ECA, conhecimentos da rede para encaminhamentos. Acredito que as unidades devem ter a mesma proposta, mas não sei. Eles não tem um padrão.

6. Que sejam pessoas do bem. Construam família. Grande parte ligam e relatam as conquistas. Benefícios são a imagem do educador como referência. Exemplo que se conseguirem trabalhar e estudar eles podem conseguir chegar lá. A política do programa oferece um grande suporte, para se eles quiserem seguir novos caminhos.

7. Sim. Um trabalho personalizado. Aqui é diferente do Cense, quebra-se o paradigma educador versus adolescente. O educador conhece mais cada adolescente. Mas não é bem visto se ele se aproxima do educador. Eles encaram o educador como um agente carcerário. Não trabalhamos com repressão e sim com conscientização.

8. Sim.

a. A maioria chega sem documentação e estas são providenciadas pela equipe dentro do programa. Documentos que permitem eles exercer os direitos civis. O vestuário é pouco. Falta cuecas, toalhas. Entre eles se emprestam. O problema é suprir a necessidade de quem não tem condições. Alimentação é tranquila, além do ofertado diretamente pelo Estado, tem os materiais que podem ser pedidos na empresa que entrega a alimentação.

b. A grande maioria na rua não estudavam, não gostam muito pois são obrigados e A grande maioria na rua não estudava, não gostam muito, pois são obrigados e monitorados, vigiados. Eles são muito unidos. Já ficamos na escola como se fosse vigia, mas tiveram ameaças e paramos. Fazemos ronda na escola para ver se o adolescente está lá. A relação da equipe com os diretores é boa, mas os adolescentes são taxados como pessoas erradas e tem uma desconfiança em cima deles. Por estarem na Semi, os adolescentes são mais vistos e quando a escola percebe a ausência dos mesmos nos comunicam.

c. Funciona bem pouco. Pela pouca qualificação, geralmente feitos dentro das próprias instituições. A dificuldade está na idade, nas poucas vagas de aprendiz e na construção civil a idade não permitir. Nem todos que querem conseguem. A baixa escolarização também conta como dificuldade. Quem se interessa no trabalho tem interesse de terminar a medida socioeducativa.

d. Capoeira, escolinhas de futebol e cultura, quando tem palestras. No ano passado com o Programa Atitude tinham palestras.

e. Tudo fora da unidade pelo município. É uma característica da medida de semiliberdade. Ofertam clínico e dentista, os exames e especialistas são mais difíceis.

f. Quase que habitual, quase todos os dias. A principal droga é a maconha. Nessa região é muito barato. Percebe pelos traços e características, como olho avermelhado, chegam com muita fome e mudam o comportamento. Nunca tive nenhuma capacitação para lidar com o tema. Existe bastante dificuldade se o jeito de abandonar é o correto. Como lidar com estas questões. Eu vejo uma fala igual em todos os colegas. Na casa se é pego usando ganha medida disciplinar, chama-se a atenção e faz boletim de ocorrência. O juiz é informado. O tempo da medida varia de 15 a 30 dias. Tenta-se com isto colocar que é algo gravíssimo. Geralmente a cada dois meses, dependendo da leva volta a ter essa ocorrência.

9. Sei pouco. Sei de contatos com a guarda mirim e centro de convivência.

10. Sim. A evasão é meio previsível. Geralmente quem evade é aquele que não tem nada a perder, demonstra histórico de falta de comprometimento com a medida. Alguns não querem mudar ou estão muito comprometidos com o mundo do crime. Ou quando descumprem certa norma e por perder um final de semana, não aceitam. Dependendo do bom comportamento tenta reverter a medida. Alguns esperam ganhar uma medida para ter um pretexto para fugir. A evasão é registrada no livro de ocorrências, é feito o boletim de ocorrência e comunicado o juiz. Não depende da equipe e sim do adolescente. Aqui não tem cerca, há facilidade para ir embora, ir para rua. Talvez o tempo não seja suficiente para trabalhar isto com ele. É frustrante a ideia de fugiu um anjo e receber um capeta.

11. Sim. São poucas. Geralmente por novos atos infracionais ou descumprimentos reiterados das regras e acordos dentro do programa.

12. São poucas. Geralmente para solicitar que fiquem mais próximo da família ou por risco de morte que corre por conflito com outros dentro da casa.

13. Não tem nenhum que eu saiba. Se ele liga, sabemos dele ou pelos noticiários, o acompanhamento é assistemático. Ele sai do mundo de fantasia para a realidade. Seis meses é muito pouco tempo.

Eleonor, Servidor Público entrevistado (nome fictício)

Idade: Entre 41 a 55 anos.

Formação Profissional: Superior Completo – Área não humana.

Tempo de trabalho em semiliberdade: Entre 4 a 5 anos.

1. Reforçar os valores sociais, por que a formação de cidadão deles é negativa para a sociedade e ligada ao ilícito. Função apagar ou quebrar esse vínculo e mostrar um novo horizonte: de um cidadão comum. Não dá para definir exatamente o resultado. Você não tem todos os recursos para atingir os objetivos. Seria sobrepor a cultura lícita sobre a ilícita. Não tem como apagar, colocar valores novos com mais significância que os anteriores. Semiliberdade significa liberdade restrita, questão de horários, perda da liberdade de ir e vir no horário noturno. Perde o direito de permanecer integralmente na casa da família. Atitudes deles devem ser bem controladas. Exemplo sobre o uso de drogas, seguir regras, segui-las a risca.

2. Não tem um perfil específico. Quem determina é o juiz. Não seguem padrões. As vezes é pelo ato infracional, as vezes uma medida protetiva.

3. Seria a regularidade dos estudos básicos, cursos profissionalizantes. Após conseguir um emprego como... ou aprendiz. Aliás o Programa Aprendiz do Estado está uma lacuna, não se resolve esta situação e não se encaminha os adolescentes.

4.

a. O educador de plantão faz uma reunião e coleta os dados com o adolescente. É lida as normas e feita orientação inicial do funcionamento da casa.

b. É elaborado com a participação da equipe técnica e educadores com maior vínculo com o adolescente.

c. Essa parte é feita pelo serviço social. Ele faz a visita, vê as necessidades. O nosso foco, quase 100% é o adolescente. Informalmente sabe-se algo sobre a família. Ao perceber problemas relatam a família que é chamada a participar.

d. Esse é um problema, mas quando identificamos as potencialidades há falta de vagas conforme as habilidades ou vocação do adolescente. A maioria faz o curso para cumprir a medida. Não são todas as modalidades de cursos associadas a habilidades dos adolescentes. Faz muitas vezes por ser a única oportunidade que tem.

e. Desde a recepção busca organiza a vida do adolescente colocando em escolas públicas, cursos disponíveis, lazer no Centro da Juventude (com atividades de capoeira, informática e curso de auxiliar administrativo) ou no Centro de Convivência Bubas (com natação, lutas marciais e capoeira). A partir do cronograma de horários das atividades, a função do educador é orientar e conduzir e buscar. Atendimentos de saúde não são rotinas, é conforme a necessidade. Em situação de urgência conta com o apoio do médico do Cense.

f. As regras já são pré-definidas pensando no melhor para ele. A qualquer momento se o adolescente quer expor modificações é ouvida pela equipe. As sugestões são levadas ao Diretor que conversa com a equipe e delibera ou não as modificações.

g. Pela idade e cultura do ilícito tem o hábito de questionar tudo. E questiona sempre a mesma coisa. É uma forma de prepará-los para as regras do mundo lá fora.

h. Educador de referência com mais vínculo com o adolescente faz esta mediação. É um canal de diálogo com as regras da instituição.

i. Produz boa aceitação das regras. Isso é bom sinal. Também questiona, antes de cumprir, mas cumpre.
j. Quando descumpre, o educador presente no plantão é responsável por orientá-lo e convencê-lo a cumprir. Após recebe uma advertência verbal, explica-se as sanções decorrentes do descumprimento. Numa reincidência ou dependendo da gravidade recebe medida disciplinar, e perde benefícios e as regras passam a ser mais rigorosas em cima dele.
k. Atividades na área do esporte, televisão, DVD, artesanatos como dobraduras. Na minha opinião não faria. Caracterizado como coisa de cadeia.
l. Avaliação semanal dos educadores, que gera uma pontuação. Conquista ou não saídas externas durante a semana. E se estiverem bem podem visitar a família aos fins de semana.
m. Sim. Avaliação semanal sobre o comportamento do adolescente. Educador suspeita e busca conversar com o adolescente, mas ele não diz onde foi.
n. Não.
o. Teriam que ir, mas os adolescentes de outras comarcas só podem ir uma vez por mês. A família não costuma vir visitar o adolescente não vai.
p. Sim, minuciosa.
q. Conforme cada função.
r. Não saberia dizer com precisão. Desde o início da inauguração da semi, teve poucos momentos com técnicos fixos. Atualmente tem assistente social e psicólogo.
s. Uns 15 eu acho, não sei com precisão. É previsto educadores, direção e equipe técnica.
t. Serviço social trabalho na questão da saúde e psicólogo na orientação dos adolescente e definição do perfil. Acredito que são papeis de extrema importância, pois os adolescentes que chegam aqui estão na UTI.
u. Executar a proposta observada no PIA.
v. Burocrático. Voltado a questão administrativa, materiais, matrícula, documentação, escala de educadores e matrícula em cursos.
w. Zeladora e manutenção.
x. É difícil dizer, tem momentos que a relação é muito boa, mas a entrada de novos adolescentes alteram a rotina e a interação. Horas é mais positiva horas é mais negativa.
5. ECA, SINASE, regimento interno da semi, outras leis da ONU, UNICEF. Leis de garantia de direitos. Não sei dizer como é nas outras unidades.
6. Maior oportunidade de fazer cursos, lazer, esporte, comparando com a internação e comparando com a rua é o céu. As vezes o adolescente fica pouco tempo para fazer o trabalho.
7. 90% depende do adolescente. Aqui tem as condições para reavaliar e mudar. Deve ter uns 10 a 15 que entenderam a proposta e mudaram totalmente. Acho que o retorno é mais na semi que numa internação.
8.
a. Documentação é garantido 100%. Vestuário depende de doações, não tem uma política específica. A alimentação tem muita reclamação da qualidade do alimento.
b. Garantia da matrícula e sempre há vagas. Agora a qualidade são outras questões. Todos estudam e tem prioridade na matrícula.
c. Vagas garantidas pelo SENAI e na Associação Horizontes, se os jovens tiverem interesse. Mas nas vaga de emprego não há oferta compatível. Atualmente, temos dois jovens trabalhando pelo aprendiz e todos estão fazendo algum curso ou dentro da semi ou pelo PRONATEC.
d. Através das atividades ofertadas pelos Centros de Convivência. Semanalmente quem tem interesse é inscrito nas oficinas e vão participar. Os programas ofertados são os governamentais, mas há passeios em parceria com isenção com empresas privadas como as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu. Essas visitas são feitas de tempos em tempos, conforme nova leva de jovens.
e. Levamos os jovens as unidades básicas e de pronto atendimento, também recebem atendimento odontológico pelo município, conforme necessidades. Geralmente todos são atendidos quando necessitam. As dificuldades são as comuns a população na espera das especialidades e exames.
f. É um problema não sabemos como tratar... ou fazer um trabalho com os jovens. O que é feito na prática é proibir o uso e se forem pegos aplicar sanções. Sabemos que saem e usam.
9. Nunca houve uma política para as adolescentes e suas famílias, mas existe um plano dos adolescentes egressos o AFAI, mas esqueceram da semiliberdade.
10. Sim, os motivos são os mais diversos. Exemplo do último que evadiu após a irmã ser morta. Ele evadiu, não se sabe exatamente o motivo. A influência externa e a abstinência da droga influenciam. Tentamos convencê-los a permanecer aqui. Poucos casos que retornaram. Pela legalidade me 24 horas eles podem retornar, se não é registrado a fuga pelo boletim de ocorrência.
11. Sim, quando o adolescente não está disposto a cumprir as regras da semi ou há evasão escolar. O ponto que se destaca é o uso constante de drogas, mas teve poucos regredidos estimo que uns vinte até hoje.
12. Sim. Motivos mais próximos da família ou por desavenças com outros adolescentes. Registro com determinação do juiz. Conversa no dia a dia.
13. Não. Talvez com a assistente social possa ter.

Jacques, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: 31 a 40 anos
Formação Profissional: Superior Completo – Área de Humanas
Tempo de trabalho em semiliberdade: de 2 a 3 anos e ½.
1. Pode acolher o piá. Tenta direcionar ao estudo e mercado de trabalho. Tentar devolvê-lo para a sociedade o melhor possível. O limite é a inserção no mercado de trabalho. A uma série de coisas que dificultam o contexto social, droga, família desestrutura, cultura do ócio em função do desemprego dos pais. O próprio ECA é um entrave. Ninguém que começou a trabalhar cedo antes dos 16 anos e após difícil por causa do exército. O cara fica a adolescência inteira no ócio. A escola não motiva. Emprego não consegue. Precisa de dinheiro para comprar uma calça, e a forma mais fácil é roubar, traficar... Semiliberdade significa o que o próprio nome diz, ele nãot em liberdade total e sim parcial.
2. Geralmente é o adolescente que tem uma família um pouco melhor que consegue cumprir a media de semiliberdade. Uma família que impõe mais regras ao adolescente. Ou os que já foram internados várias vezes no sistema. Do contrário todos fogem ou voltam ao fechado. Nos últimos tempos a semiliberdade tem que ter um perfil, não pode ser encaminhado por não ter vaga no sistema fechado. se for fazer a soma do que gasto alto em contraposição ao resultado. Até quando a sociedade vai aguentar bancar isso aqui.
3. Aqui dentro meu ponto de vista não acontece inclusão social. O trabalho deve ser feito com a família. A família precisa de moradia, há um problema histórico. Atendemos o garoto tentando colocar algo diferente nele, mas não há um trabalho geral com a família. Isso acontece com o egresso, nós abandonamos ele. Esse trabalho a longo prazo poderia trazer retorno.
4.

a. Na recepção é lida as regras da casa. Explica-se que tem que segui-las para permanecer na unidade. A prioridade é fazer o garoto entender que precisa seguir essas regras. Conforme ofi fazendo as atividades poderá ser apedido o desligamento.
b. O adolescente escolhe o educador que ele tem afinidade. Ele é inserido em cursos, a escola serve para tirar ele daqui... a proposta é boa, mas não parte deles fazerem os cursos nós impomos, se fosse perguntado metade não queria fazer. Isso é da nossa cultura querendo impor para eles. Eles não tem essa cultura do trabalho, do estudo. Essa falta de vontade somado a imaturidade é uma bomba relógio. O educador dá subsídio para fazer o relatório dele. O educador sabe muito mais da vida do adolescente do que a equipe técnica. Geralmente o garoto escolhe quem ele tem mais afinidade como educador de referência. O educador orienta a ter calma, para ter paciência na resolução dos conflitos (família e outros). Ver o que pode ser feito para minimizar as angústias.
c. A família é chamada a participar das reuniões de PIA. Na medida do possível tenta aproximá-la, mas a família é muitas vezes desestruturada, ou está calejada de sofrer e não participa.
d. Não tem estratégias para encaminhar, leque de curso é pequeno. As ações são generalizadas. Falta opções com músicas, artes... coloca no que tem e fora também não tem esse tipo de curso. Observo o adolescente que sabe tocar violão, fazer rapas, mas não tem motivações para desenvolver tais potencialidades. A arte prende a atenção. Só tem que separa. Não tem como atender cada um individualmente. Incentivamos trabalhar com suas potencialidades.
e. Igual a todas as semiliberdades. Acordam as 7 horas, tomam café e após são levados as suas atividades curriculares e extracurriculares. Retornam para o almoço e após terminarem de almoçar fazem as tarefas de limpezas diárias da casa. A tarde retornam para suas atividades ou assistem TV ou fazem esporte na casa da semi. A noite saem para ir a aula. É uma rotina saudável dentro da proposta de ressocialização, simulando uma rotina de qualquer adolescente.
f. Na recepção. O adolescente participa inconscientemente e serve para dar limites. Quem coloca as grades são eles próprios. Os entraves que eles colocam fazem surgir novas regras ou não. A media que foi trabalhando com eles foi verificado que essas regras são adequadas a proposta. Se deixa eles fazer talvez não haveria regras. Só fariam o que fazem lá fora. Eles querem que esse espaço seja uma extensão lá de fora e mostrar a regra da sociedade.
g. Sim. Falta de convívio anterior com este tipo de regras, de quem trabalha, estuda. Mas há regras entre eles, mas totalmente diferente.
h. Quando não recebeu medida disciplinar, ganhou cartão verde e vai para casa aos fins de semana, pode sair sozinhos. Ao ganhar esses benefícios.
i. Elogios e benefícios.
j. Orientações, colocando que as regras estão ali para melhorar. Posteriormente, aí tem que aplicar a medida disciplinar para refletir sobre a questão.
k. Na semi tem pingpong, conversam, assistem TV, tocam violão. Nas externas vão para casa e os de fora mitos não saem ou vão passear.
l. Através da agenda semanal há a previsão das atividades diárias e são programadas atividades em conversas com os adolescentes aos fins de semana aos que não vão para casa por serem de longe e não estão de medida disciplinar.
m. Sim, durante a avaliação semanal.
n. Eles falam sobre não terem recebido nenhuma advertência. E perguntam para a equipe.
o. Se não estão em medida disciplinar geralmente vão. Só os que são de foram podem ir uma vez ao mês, por causa da passagem ser fornecida mensalmente. Se permitem visitas, mas as famílias não vem quando eles não vão mesmo os de Foz.
p. Sim.
q. Conforme cada função. O educador cuida da rotina. Os técnicos com suas funções específicas e o diretor coordena o trabalho de todos.
r. Não sei exatamente. Tem educadores, auxiliares de serviços gerais, psicólogo, assistente social e diretor.
s. Essencial como o do educador. É um atendimento que o educando pode falar. Para mim faltam também profissionais como terapeuta ocupacional e pedagogo.
t. Essencial na orientação dos adolescentes e acompanhamento da rotina diária.
u. Coordenador todas as atividades e profissionais. Gerir a casa.
v. Tem os auxiliares de serviço geral que o próprio nome diz.
x. As vezes é boa, as vezes nem tanto, depende do perfil dos adolescentes que estão na casa.
5. ECA, SINASE e normas internas. Sobre o trabalho desenvolvido nas diferentes unidades não sei informar.
6. Que ele se beneficie dos encaminhamentos.
7. Para alguns sim. Os que têm mais comprometimento da família e mais estrutura desta.
8.
a. Através de convênios com empresas tem a alimentação pronta em geral. Também manda mantimentos e vestuários. A documentação é organizada pela equipe quando os educandos chegam sem documentos. Sempre há necessidade de fazer algum.
b. Os educandos são matriculados, geralmente no EJA. Enquanto estão aqui geralmente vão para a escolas, mas as vezes gazeiam aula. A proposta parece atender os educandos sempre é possível de serem matriculados.
c. Tem cursos ofertados pelo pronatec e dento da casa pela associação horizontes, a maior dificuldade hoje é casar os interesses dos adolescentes e as vagas ofertadas. E também ter vagas para eles trabalharem.
d. Temos dificuldades de atender as especificidades dos adolescentes, principalmente na área de artes.
e. Usa-se os recursos da rede municipal de saúde.
f. Sim usam com frequência. Quando se avalia que precisam de ajudam são encaminhados para tratamento na rede municipal CAIA ou CAPS. Também são orientados dia a dia sobre os malefícios.
9. Como disse anteriormente há dificuldades na área da cultura. Também na saúde pela precariedade do SUS.
10. Sim. A evasão é comunicada através do boletim de ocorrência e os motivos variam.
11. Sim há, mas não temos tido. A sugestão geralmente acontece quando não tem mais o que fazer.
12. Ocorrem devido a problemas de convivência, para ficarem mais próximos da família e demandas de vagas. Não acho que é uma boa estratégia, geralmente atrapalha. O que vejo que em alguns lugares as transferências servem para se livrarem do garoto.
13. Não sei.

Ivanir, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: 25 a 30 anos
Formação Profissional: Superior Completo – Área Humanas.
Tempo de trabalho em semiliberdade: Menos de 1 ano e ½.
1. Muitas vezes falam que é ressocializar, quase que um discurso corriqueiro. Mas muitas vezes é socializar pois eles não tiveram contato com que a sociedade pode oferecer, o convívio social, devido a origem deles em comunidades

precárias sem acesso a políticas básicas como saneamento. Muitas vezes a gente vê isso nas visitas que a gente faz. O objetivo é tentar demonstrar que existe algo além do que aquilo que eles não tiveram contato até então. Talvez demonstrar para eles, o que a sociedade oferece. Tentar transmitir alguns valores. Comportamento, convívio, respeito. A falta de continuidade após a medida acredito que a maior dificuldade. Alguns as vezes conseguem entrar na linha, vamos dizer, e volta para o ambiente que levou ao ato infracional fica sem apoio que a semi oferecia. Semiliberdade é uma restrição da liberdade não tão drástica como a internação.

2. Aparentemente é o mesmo adolescente só no nome é diferente, a história de vida, os medos, os anseios. Falta de oportunidade. Dificuldade de acesso aos recurso da sociedade.

3. Atualmente é tentar oportunizar algumas chances que não tiveram igual como disse antes na questão 1.

4.

a. Na recepção passamos as normas de funcionamento básica da casa. Após analisado a possibilidade de inserção pela parte técnica psicologia e serviço social.

b. Educadores buscam analisar os interesses dos jovens e passa para a equipe técnica e dentro das possibilidades vai sendo encaminhado. E nesse processo o adolescente vai escolhendo o educador de referência para acompanha-lo na prática. Seria o educador que teve maior acesso com o adolescente. O adolescente participa em conversas, interesses são distintos. Uns querem dança outros voltados a áreas de trabalho. Teve um adolescente que passou seis meses querendo fazer street dance e não conseguiu fazer nenhum curso ofertado pela rede.

c. A assistente social faz a visita a família, convidando a participar, estudando os interesses, os perfis. Mas não há um trabalho específico com as famílias. Não observo ações articuladas. A situação da semi é momentânea.

d. No convívio. Buscamos vagas para trabalho. Os adolescentes são encaminhados pelos educadores. Demonstram interesses nesse tipo de atividade. Percebe-se as potencialidades, mas é difícil efetivar o desenvolvimento delas, articular as várias políticas e instituições públicas e privadas.

e. Geralmente supervisionamos as atividades deles. Após inseridos tem um cronograma e tentamos auxiliar no cumprimento dessas atividades.

f. Por meio da equipe, regulamento expostos no mural e de fácil acesso. Quando cheguei já era assim as regras, mas o que percebo é que muitas vezes é levado em conta algumas opiniões dos adolescentes. É maleável a questão do cumprimento. Exemplo na questão dos atrasos de minutos que não são contados como atrasos e não geram consequências para a avaliação semanal. Assim, avalia-se a situação e dependendo não perde o cartão verde. Avalia-se o perfil dos adolescentes, pois o atraso pode ser por serem de fora e terem se perdido. Mas são alertados para não repetir outras vezes.

g. Sim. Principalmente horários, necessidades de fazer tarefas da casa. Muitos não foram cobrados isto deles antes, não teve o controle tão rígido sobre o seu comportamento.

h. Por meio da avaliação semanal onde ele tem as notas sobre os requisitos avaliados.

i. Com boa nota na avaliação o adolescente fica de cartão verde e pode visitar a família além de poder sair durante a semana para saídas sozinho ou ir mais cedo para casa e voltar mais tarde, sempre respeitando os compromissos das atividades previstas no cronograma. O adolescente tem uma certa autonomia para organizar seu tempo e planejar suas saídas.

j. Se descumpre ganha medida disciplinar, geralmente se associa a um comportamento ruim durante a semana, que o faz ter uma avaliação ruim. Antes de aplicar a medida também avalia-se o histórico do comportamento. Tenta-se avaliar se deve aplicar ou não a medida, que acarretará a perda da visita familiar.

k. Jogar ping pong, assistir filmes e televisão, jogar futebol, dentro da casa. Já fora passeiam.

l. Conforme cronograma das atividades e conversado com o adolescente se ele tem uma boa avaliação e permissão para fazer saídas sozinho no caso do cartão verde.

m. Sim na avaliação semanal, avalia-se se são pontuais, por exemplo.

n. Não.

o. É raro receberem visitas. Alguns vão visitar a família, se não estão de medida disciplinar ou não são de fora de Foz.

p. Sim.

q. Conforme divisão das funções, educador faz seu papel, psicólogo o seu, diretor,o seu e assistente social o seu.

r. Atendimentos individuais, há alguns meses só tínhamos o serviço social atuando, agora temos a psicologia. A psicoliga tem feito atendimentos semanais. E um educador social ajuda na função pedagógica com matrículas e inserções em cursos e na escola.

s. Não sei exatamente. Acho que uns 20 no total.

t. De suma importância, pois muitas vezes o educador é visto aquele que estão para colocar a ordem e os técnicos para suprir os anseios e as demandas.

u. Disciplinar. Auxiliar no cumprimento das atividades curriculares. De estar conversando com os adolescentes, convivendo com eles, ouvindo-os. Talvez aponte demandas que não passou para a técnica e é repassado a este para trabalhar de uma melhor forma.

v. Efetivar o cumprimento das funções. Buscar alternativas. Fazer a ligação com a Secretaria das demandas e problemas.

w. Auxiliar nas rotinas de suporte e confecção de bolo.

x. As vezes é boa, as vezes não. Depende do perfil dos adolescentes, quando encaram os educadores como carcereiros a relação não é amistosa, mas se encaram diferente a relação fica positiva.

5. ECA, SINASE. Acredito que não por não saber como as outras semi são. Falta de intercâmbio.

6. Sendo bem utópico, que eles saem socializados e não volte a reincidir. Melhorar o aproveitamento das atividades. Tem adolescentes que são espertos falam exatamente o que sabem que queremos ouvir e agem como espera-se que faça.

7. Geralmente sim, por meio da reflexão de seu comportamento individual. Não é possível ter um convivo em sociedade.

8.

a. Sim todos saem com os documentos completos, a alimentação é fornecida pelo Estado e o vestuário os adolescentes trazem suas próprias roupas. O problema é quando não tem condições.

b. Nem todas tem facilidade. Nem todas aceitam. Boa parte dos adolescentes não estava estudando. Quando vem de primeira medida, geralmente estavam afastados da escola. Quando vem de progressão já estavam estudando. A escola oferecida não atende as demandas desses jovens

c. Curso são acessíveis pelos recursos existentes. Encaminha-se para agência do trabalhador, entrega-se currículos para conseguir trabalho. Cursos pelo Bubas, Centro da Juventude e Associação Horizontes. Não atende as necessidades e poucos concluem, bem pouco.

d. É bastante restrito, usa-se o Centro da Juventude. Para o lazer programamos passeios turísticos a cada entrada de novos adolescentes. No final do ano passado conseguimos doação de materiais como bicicletas para distribuição para os adolescentes, uma parceria com o SESC.

e. Rede de saúde pública da Vila Iolanda agendado consultas. Duas consultas para odontologia toda semana e a UPA em

emergências. Os agendamentos são encaminhados pessoalmente.
f. Sim costumam, declaram o uso [de drogas]. Mostram alterações de comportamento, mas nem sempre é visível devido a maior parte faz uso de maconha. Às vezes ficam mais tranquilos e com olhos vermelhos. Geralmente em conversas tenta orientá-los sobre as consequências da continuidade do uso e, é passada a equipe técnica para encaminhamentos pertinentes.
9. Se existe não percebo. Talvez pela diferença de atribuições.
10. Sim há evasões. Não sei exatamente os procedimentos é algo administrativo. Os fatos são relatos no livro de ocorrências.
11. Sim, há mas muito poucas, mas acaba sendo algo mais administrativo.
12. Sim, mas não presenciei essa parte.
13. Acho que ocorre eventualmente, mas não sei como.

Macedo, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: Entre 31 a 40 anos
Formação Profissional: Superior Completo – Área Não Humana.
Tempo de trabalho em semiliberdade: Entre 4 a 5 anos.
1. O adolescente vem para a semi para ter subsídios para reintegrar a sociedade com mais possibilidades para ele desenvolver o trabalho, a vida dele lá fora, saindo da criminalidade. Hoje, na verdade, a gente tem que trabalhar com o município aparecem muitos cursos como horizontes. Adolescente não fica sem escolaridade, são inseridos para não ter um tempo ocioso. Ficar sem fazer anda, assistindo TV, um algo só por estar. Quando se fala em semiliberdade o adolescente não está nem em liberdade nem fora dela. Ser inserido nessa liberdade com mais possibilidades de vida, vivências, curso, voltar para onde ele nunca deveria ter parado.
2. A grande maioria estão em progressão de medida e a grande dificuldade para o adolescente é suportar essa liberdade de estar em sua comunidade, com seus amigos e mesmo assim retornar para a semiliberdade. Volta para o meio com as dificuldades inerentes ao contexto e terá que vivenciar esses dois espaços. Dificuldade dele é ter esse impasse para cumprir a medida, aprender a viver com menos pelo lícito, tendo o ilícito disponível. Ter que entrar na honestidade com a tentação do ilícito.
3. É incluir novamente na sociedade dando o mínimo para voltar a estudar, voltar trabalhando mostrando que eles podem fazer lago a mais. Também a criminalidade foi um modo de ser ouvidos pela sociedade. A inclusão é uma forma justa de serem ouvidos. Voltando a sociedade a vida lícita. Pela disponibilidade da inserção escolar, inserção no aprendiz legal, aguarda mirim, no trabalho, num curso que ele faz lá fora como no Centro da Juventude. Sua interação com outras pessoas conhecendo as vivências deles e vendo os aspectos positivos.
4.
a. Chega a Casa e a primeira coisa é passar as normas, pois não tem como cobrar sem passar a norma. Falamos que tem a proposta pedagógica que indica que a escolarização é obrigatória e que fazer um curso é importante. Repassam-se os benefícios. O educador ou coordenador repassa as rotinas da Casa. Após terá atendimento com as técnicas, se é durante a semana e estão na Casa, atende os adolescentes no mesmo dia. Faz ligação para a família para avisar e vai ser inserido na escolarização, após documentos
b. Primeiro ele recebe um formulário com várias perguntas sobre sua vida, sonhos, medos, para dar um direcionamento. Escolhe um educador de referência que tem mais proximidade, que deve fazer o elo entre adolescente e equipe técnica. Busca ver os interesses do jovem e ver locais para ser inserido. Mostra o caminho para chegar às metas previstas. Ex. quer passar no vestibular, precisa terminar o ensino médio. Tem que subir degrau por degrau, por que normalmente não pensam assim, busca o que tem na rede.
c. As vezes participa na reunião falando, orientando o adolescente. para o trabalho com as famílias tem visitas técnicas a família, ajuda para buscar recursos para suprir as demandas da família e indicações para a família se inserir em ursos. Os recurso disponíveis são exclusivos os do município. Consegue direcionar, conforme o que existe. Exemplo o adolescente está na 5ª série quer fazer faculdade, mas terá mais obstáculos.
d. No ida a dia vê os potenciais, desenvolvimento nos curso, escola, demandas que trazem para a equipe. Direciona conforme o pedido deles os que não são parte obrigatórias dentro da casa. Se associam a política de assistência social com inscrições em cursos como no Centro de Convivência Bubas. Exemplo curso de auxiliar administrativo. Também parceiros como o SENAI e o SENA. Consegue mais não de todos por falta de uma política melhor para realizar tais desenvolvimentos.
e. Conforme cronograma, fazem atividades o dia inteiro, escola, trabalho, cursos, atividades esportivas e culturais, bem como limpeza da casa e lazer dentro da casa. Todas estas atividades se associam aos objetivos da proposta socioeducativa de reintegrar o adolescente em sociedade.
f. Na recepção e no mural acessível aos adolescentes no corredor da casa. Também através das observações, orientações e conversas dos educadores. Ocorreu mudanças de regras ao longo do tempo devido a demandas dos adolescentes. A equipe se reúne e avalia a possibilidade de alterar ou não.
g. Sempre questionam, como horário do banho. Questionam horário de dormir que é as 23hs... de não poder usar celular dentro da semi.
h. Tentam fazer com que ele se autoavalie a partir da avaliação semanal, após a reclamação do jovem de sua nota aí o educador retoma os fatos da semana. Quinta é o dia de recordar. Não é um demanda espontânea.
i. O procedimento é a avaliação, se cumpre ganha o cartão verde e pode visitar a família no final de semana. Eles ficam alegres, quando está tudo bem faz-se passeios turísticos, por estarem tranquilos cumprindo as normas. Também podem jogar videogame, se ninguém está de medida disciplinar na semana. Pode sair com educador ao shopping. São formas de incentivar para manter o comportamento bom.
j. A grande maioria reage de uma foram mais, ao ver os outros. A medida inicial é verbal, depois de inúmeras verbais entra a medida disciplinar. Assume a parcela de culpa. A medida disciplinar é alternativa se foi um deslize o que ele fez.
k. Jogar ping-pong, futebol, videogame, assistir TV e filme na semi. Fora fazem passeios turísticos, frequentam as atividades no Centro da Juventude e no Bubas como karate, taekondo e outros. Também jogam futebol.
l. Pela avaliação da semana que decido como será a próxima semana.
m. Sim, através da avaliação semanal.
n. Não.
o. Os de cartão verde, podem visitar a família. A família tem a possibilidade de vir visitar o adolescente que por estar de medida não pode ir, mas não vem.
p. Sim. É feito revista corporal minuciosa e nos seus pertences.
q. Conforme cada função. O educador faz o acompanhamento da rotina, os técnicos trabalham a questão social, familiar e emocional, o diretor e os educadores selecionados ajudam na

matrícula a escola e cursos. O trabalho com o adolescente é de todos no cotidiano.
r. Hoje o atendimento está no cronograma a parte psicológica atende semanalmente numa sala específica e a parte social conforme demanda. Na sala multiuso. Encaminhamentos e acompanhamento para a rede. Quando não tinha psicólogo os adolescente eram encaminhados para a Uniamérica. Após a saída do adolescente tem um controle., ligam para verificar como o adolescente está e se está continuando os encaminhamentos. Alguns deles são feitos via telefone ou visitas esporádicas.
s. Não sei exatamente.
t. Fundamental para o s adolescentes, tendo que andar junto com as outras partes institucionais. Traz para os educadores as demandas da família e fazemos um trabalho muito unido. Sempre tem discussões para melhorar o atendimento.
u. Como o pai ou irmão mais velho, ou até mesmo da mãe, da família. Instruir as atividades dentro da casa, orientar mais, mostrar limites e impor limites. Já teve caso de adolescente não entender e ameaçar inicialmente, mas após entender o educador vira mesmo um orientador.
v. Ele que mata no peito muitas coisas, adolescente tem livre acesso e a última palavra é dele.
w. Qual o papel dos demais funcionários no atendimento socioeducativo?
Limpeza e manutenção.
x. É muito boa, pois os meninos tem muito respeito com as figuras femininas. Os educadores tentam participar das atividades com eles. Ajuda nas tarefas pedagógicas.
5. Projeto, normas adolescentes e funcionários, legislações e conversas entre equipe. Reuniões gerais a cada 4 a 5 meses. Então, acredito que sim é igual nas demais semiliberdades, mas não sei como é.
6. O que eu espero é que ele pegue a parte mais como valores, principalmente valores, quero ver eles trabalhando, estudando, com pensamento mais para sair do ilícito, pensar no futuro.
7. Rever seus atos sim, pela conversa com os adolescentes.
8.
a. Estado fornece a alimentação e isenção da taxas para documentação. A família fornece o vestuário.
b. Matrícula escolar no EJA, mais regulamento e regular quando já vem inserido. Os jovens encaram na grande maioria como algo mais para sair de casa e conhecer novas pessoas. Escuta histórias que outros na escola os vem diferente discriminam. Os por estarem na semi ou por ter passado pelo sistema, dizer já tiveram preso reforçam a tatuagem e o jeito de se vestir. Muitos deles trazem que não estavam estudando por que era chato ficar estudando e ouvindo a professora falar, outros questões financeiras, outros deram mito problema na escola. O sistema escolar tem muito a melhorar, pois para eles deveria ter algo diferente. Mas em pequena escola atinge.
c. Através de parceria do Estado como Horizontes. Acredito que deveria ter mais. Busca-se ver os cursos na rede como SENAI, SENAC, PROVOPAR, Centro de Convivência Bubas. Os curso que são fora eles escolhem. Passa a lista e eles escolhem. A grande maioria não terminam os cursos.
d. Acontece no espaço da casa, programas na parte do atletismo por educadores com tal interesse. Já frequentaram escolinha de futebol, passeios e piscinas.
e. Funciona pela rede SUS municipal conduzindo ao posto de saúde, UPAs. Acredito que há facilidade nos encaminhamentos por apoio da equipe. Na parte odontológica são disponibilizado duas vagas semanais. Dificuldade não ter o profissional na semi, tem que passar pela fila normal.
f. Alguns já tentaram entrar com droga na casa, ou nas revistas estruturais ou corporais. Nota das saídas observa a alteração do comportamento, olhos avermelhados na grande maioria. Possivelmente, mais a maconha pelos sintomas. Quando chegam assim aborda-se o adolescente e após, indica-se tratamento no CAPS e relato nos relatórios e repassa a equipe técnica e direção.
9. Tem um bom relacionamento com a rede municipal. Nós encaminhamos e eles sempre viabilizam vagas. Eu desconheço programas específicos para anteder a demanda de semi. Tinha o aprendiz do Estado, mas não tem mais.
10. Sim, são relatadas as situações no livro de ocorrências. Mas não sei sobre avaliação. Os motivos são variados não sei especificar.
11. Sim, mas nem sempre. Por descumprimento das regras do programa.
12. Sim, mas nem sempre também. Geralmente para ficar mais próximo da família como indica o ECA.
13. Sim, ocorre. Nas pastas há os contatos e as técnicas realizam com a família para saber do adolescente.

Nara, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: de 41 a 55 anos
Formação Profissional: Superior Completo – Área Humanas.
Tempo de trabalho em semiliberdade: menos de 1 ano e ½.
1. Além de ser um cumprimento de medida por conta da responsabilidade do ato infracional é um projeto de inserção, iniciação de uma proposta de cidadania ao iniciar na socioeducação. O objetivo é de responsabilizar o adolescente... fazê-lo refletir.. dar possibilidades em dois níveis. O primeiro caminho de oportunidades se apresentam em termos de bens e serviços. O segundo pela reflexão, mostrar a possibilidade de um caminho diferente longe desse meio da criminalidade. A inclusão é em espaços muito diverso de sua realidade e ele tem dificuldade de sentir-se bem nestes ambientes. As limitações são n, dentre elas a maior o contexto ilícito que o adolescente não consegue sair. Ao sair começam as cobranças envolvidos na lei do crime, de que não pode continuar devendo. Ele não tem essa retaguarda. O contexto de onde ele veio é a maior dificuldade. Semiliberdade no contexto da palavra nãoexiste. A palavra é contraditória. Acredito que o termo é meio equivocado. A liberdade está na cabeça das pessoas, talvez essa dificuldade que o indivíduo tem de se livrar com o meio ilícito, mas na cabeça dele ele não está livre daquele meio. Na realidade não existe semiliberdade. Acho que o correto seria medida restritiva de liberdade.
2. É o adolescente pobre, baixa renda, negros, filhos de pais, analfabetos, vindo da periferia. O rico não cumpre medida de semiliberdade. Costuma-se dizer que o ECA é universal, mas na teoria na prática a gente não verifica isso. A baixa renda, mais baixa escolaridade gera um fator de vulnerabilidade onde predispõe essa população a prática do ato infracional. Nessa população o que é específico não diria que é uma família desestrutura, mas existe um problema na estrutura familiar em termos de papéis em termos de limites e disciplina. A minha formação vem de uma família que entende que na família tem dois papéis a função materna de acolhimento e a paterna de limites. Os papéis estão dissociados, geram sem a presença do pai. Por que essa análise pelo trabalho com a família observa que a mãe não exerce o papel do pai, as vezes é negligência. Ou avós que cuidam. Na questão de cuidado, a família não sabe onde o menino está. Muitas vezes se perde esse papel. É isso que muitas vezes isso que fazemos na casa da semi. Outro especificidade, é a questão cultural, com baixa escolarização ele tem menos oportunidade e ao avaliar o histórico da família vê a baixa escolaridade. Não costumam valorizar os estudos, como uma mãe que relatou ficar emocionada em ver o filho sujo de cimento. Talvez por conta de uma trajetória histórica,

dificuldades de se interessar em ler um livro, em ouvir uma boa música.

3. Na realidade a gente não consegue inserir, pois só pode considerar que ouve uma inserção efetiva. A gente não tem resposta efetiva dessa inserção. Só e inclusiva se tiver a manutenção. Nós encaminhamentos para a rede observa-se que não tem uma sistemática para trabalhar a vulnerabilidade da família. O processo é frágil. Enquanto não tem a manutenção da conquista ele é frágil. Pois não está na mão da gente somos mediadores. Embora nada diga que não possa trabalhar na comunidade, mas é tudo burocrático e desgastante.

4.

a. A recepção normalmente é feita pelo Diretor da Casa ou por um técnico, apresentando o que é a semi, o dia a dia da Casa e as diferenças entre o meio aberto e o semiaberto. Após vem a conversa com o educador, que passa os procedimentos, revista e então é alojado num dos quartos junto com um jovem que está mais tranquilo. Se não tem quartos vagas, pela análise inicial do educador e Diretor. Primeiro e segundo dia ocorre o acolhimento técnico e deixa o adolescente se situar. Contatos com a família vir e passa para o adolescente conversar com o menino. Após atendimentos psicológicos e a inserção imediata na escola. Busca de documentação. A época que os jovens entram tem mais curso e oficinas ofertadas para inseri-los no maior número possível de atividades.

b. Neste momento (oferta de atividades) inicia o PIA do adolescente por dar escolhas para ele. Nisso não temos negativas, chegam motivados, desejando sair para o externo o mais rápido possível, talvez pela vivência da privação. Num primeiro momento aderem com facilidade. A programação é bastante flexível, quando o menino não se adapta vai se oportunizando novas ofertas de atividades. O adolescente participa escrevendo sobre seus interesses e firmando metas. Para formalizar o PIA, é repassado o formulário com orientação técnica. Um exercício para o momento de discussão do plano. Vê sobre sonhos, medos... primeira conversa já fala sobre o PIA e fala sobre o tempo da media. Para fazer o relatório conta com o que foi estabelecido no Plano dele. A família vem para a reunião tenta fazer com que ela venha. Prioriza a participação da família de Foz. Com a rede no momento não traz a rede, mas futuramente. A gente referência a rede conforme os encaminhamentos exemplo de apoio a família.

c. Não tem nenhum projeto de trabalho específico. O trabalho baseia-se em duas instrumentos a visita e o contato telefônico. Primeiro vem a família após o menino vai, e depois a equipe técnica vai. Não há algo estruturado, pois não pode ser padrão, cada família é um caso. O que precisa é uma articulação da rede... é uma política e não são todos que precisam dela. Exemplo: colocado uma mãe em contato com a clínica de psicologia da Uniamérica, pelas dificuldades emocionais identificadas durante as intervenções. O que falta são as articulações entre os programas buscando apoio nestas instituições. Abrir uma porte e um acesso por isso integramos a Rede Proteger, que é um espaço de discussão com apoio da Itaipu Binacional e tem um fórum de discussão. Ela existe desde 2003 ou 2004, a coordenação se altera anualmente e se reúne com o apoio da Itaipu. Inicialmente foi criado pelas entidades não governamentais e hoje é um espaço amplo que tem grupos de trabalho como o de aprendizagem que buscamos facilitar a inclusão dos adolescentes da semi.

d. No cotidiano e intervenções gerais.

e. Rotinas disciplinares. Não temos horas rígidas definidas. A rotina segue conforme cronograma elaborado pela direção.

f. Na recepção e convivência. O adolescente não participa. Ele tem que cumprir. Tive uma experiência de discussão para os meninos com a oficina da palavra, mas só fica no nível da reclamação. E conversando ele se conforma.

g. A avaliação do cartão verde sempre gera discussões sobre a avaliação do comportamento. Sempre tem questionamentos. Entre as coisas que são bastante questionadas é de que quando aparece algo associado a droga, se não há quem se acuse os demais entram em medida disciplinar. Além da confusão, o fato de todos estarem em medida deixa a casa com um clima bastante alterado. Fidelidade entre os pares eles são muito solidárias nas coisas boas e ruins, não consegue a quebrar a irmandade. Ele é solidário com os pares. Clima de desconfiança.

h. Quem avalia são os educadores e vem se pensando como a equipe técnica pode participar dessa avaliação.

i. Quando o menino está cumprindo a gente tem o hábito de elogiar para a manutenção da conquista que ele teve. Embora já procure um pedido de progressão, pois muitas vezes o bom cumprimento não é bem visto pelos demais.

j. Medida disciplinar. Imediata a situação, faz-se o comunicado ao Diretor. Após senta e vê os dias junto da equipe da medida. E geralmente os meninos reagem de forma negativa. Aceita aquelas que não implicam em perda da visita familiar. Segura um pouco mais quem é de fora. Não consegue absorver a medida como um momento de reflexão e chega a desistir dos projetos naquele momento. Sempre tem alguém que tenta intervir. As vezes é momento de evasão e acumulando novas faltas.

k. Jogar ping pong, assistir TV, jogar bola, ouvir música, vídeo game.

l. A família não sabe dizer. Na semi a decisão é junto com a avaliação semanal.

m. Avaliação semanal.

n. Não.

o. A ente fala para a família vir de fora não tem condições dinheiro. As vezes a família vem. Avisamos os educadores da vinda da família. Os adolescentes fazem ligações semanais uma vez por semana. E a assistente social orienta a família quando ela vem.

p. Sim.

q. Educadores é por escala de plantão. Revezam para levar e buscar os meninos. O trabalho técnico não tem função de tarefas até porque é recente a presença na semiliberdade. Trabalham conforme a demanda.

r. A psicologia hoje tem um cronograma de atendimento semanal e a assistente social conforme demanda. Devido a falta desses profissionais muitas funções foram divididas entre os educadores ao longo do tempo. Também funções do auxiliar administrativo e de motorista os educadores desempenham.

s. Uns 20 profissionais no total entre educadores, técnicos, direção e serviços gerais.

t. Trabalha na vertente da inserção e outra não exclusiva do técnico pela formação técnica. Trabalha a responsabilização do ato infracional. Também articular o retorno do adolescente com o meio externo, organizar documentação civil. E também deve articular discussões com os educadores sobre a medida, sobre ato infracional, adolescência entre outros temas.

u. Numa casa de semi vai servir de referência, apoio... para aconselhar.. conversar... mostrar caminhos.. ajudar a repensar. É diferente da privação da liberdade, pois aqui tem a flexibilidade de interagir com o adolescente. Pode assistir TV junto com o adolescente, ajudar nos questionamentos... o educador tem um papel diferenciado. E só consegue fazer quem interage.

v. Coordenar todas as ações da semi, tem que saber tudo que se passa dentro da casa entre adolescentes e entre servidores. Deve ter um olhar bem apurado na interface dos

relacionamentos. É um mediador de relações entre os diferentes atores da semi.
w. Auxiliar no serviços gerais para manutenção da casa com ambiente salubre.
x. As vezes é boa. A interação varia, depende do perfil dos adolescentes que estão naquele período e também do perfil dos profissionais. Em geral a relação é amistosa, as vezes há conflito.
5. Na realidade nos baseamos nos principio do Caderno de Semiliberdade, do SINASE, regimento interno, a questão do protagonismo juvenil, mas na realidade não tem uma proposta clara. Mas tudo que a gente faz tem um objetivo preparando os para o meio externo, elementos disciplinares. Eu acho que a palavra chave é o respeito, solidariedade, compromisso. As atividades tem o cunho de aprendizagem. Toda aprendizagem tem que ter um monitoramente e avaliação. Neste aspecto avalio que a avaliação do cartão é um ponto importante para trabalhar com o menino. A gente percebe que aqui eles mudam as falas, mas lá na escola eles falam e soltam o verbo. Outra coisa mais nesta avaliação é a avaliação da saída sem supervisão, para nós um teste e ele tem que aprender responsabilidade, compromisso, respeito. Ele sabe que é esperado saída sem supervisão. Carece rever critérios diferenciados. A participação do meninos nesta avaliação. Não está bem clara nossa missão e nosso objetivo. E talvez tenha neste aspecto divergência entre membros da equipe. Entre as diferentes unidades acredito que não seguem a mesma concepção, Ca um faz coo acha que deve ser. Não tem uma diretriz única. O caderno não normatiza procedimentos. Embora casa tenha sua especificidade precisam se ter padrões mínimos.
6. Quando o menino consegue refletir e consegue reconhecer o erro, enquanto nós estamos dizendo para ele. Ele tem que reconhecer por si, ai dali para frente vai ser mais fácil.
7. Contribui muito. Primeiro pelo fato de estar restrito... pelo fato de estar longe da família... e se consegue refletir suas perdas ao ficar longe da família... só há ganhos. Também pela inserção em espaços diferenciados. Aquele menino que consegue avanços pessoais, trabalhar a autoestima... trabalhar que ele é capaz de ir aos lugares de cabeça erguida sem desconfianças do outro.
8.
a. O adolescente traz de casa as roupas. A alimentação e documentação o Estado fornece. Também há doações de roupas com acesso a rede como CRAS e CREAS POP.
b. Além da matrícula. A facilidade de inserção depende de quem está a frente da direção da escola. A profissional do EJA, conhece a realidade e entende, não só dos nossos adolescentes, inclusive vai buscar em casa. Facilidade é por parte do gestor. Eles tem dificuldade de permanência, não se sabe se a questão está no método escolar ou do adolescente tem uma fobia e acaba se sentido excluído. Se foi conversar com os adolescentes que saíram e não permaneceram na escola, vão enquanto estão conosco pro que são obrigados. Embora digam no PIA que vão.
c. Quando os meninos chegam a casa [de semiliberdade], num primeiro contato fazemos a sondagem dos cursos e trabalhos já realizados. E assim apresentamos o que há de oferta na rede. Priorizam-se os cursos ofertados dentro da casa. Até o ano passado tinha muitas vagas pelo PRONATEC através da assistência social e esse ano [2014] não abriram. Os do SENAI têm exigências e nem sempre são de interesse dos meninos. Os cursos da Fundação Horizontes, dentro da unidade, são uma opção para ofertar aos meninos. No Centro da Juventude tem oficina de informática, artesanato, takeondo, karate, capoeira, street dance, skate e natação. Não conseguimos inserir na natação, pois as vagas fecharam. A informática é parceria com o PROVOPAR. Leitura e informática são parcerias com o PROVOPAR que cede o professor. Novas turmas a cada cinco meses são aulas duas vezes na semana uma hora de aula cada. Teve uma época que só tinha cursos do PROVOPAR. Hoje apesar de ter mais curso, o que se vê é que os adolescentes não têm motivação para fazer o curso, não querem completar o curso e sim ir embora. Ele aceita para não dizer não. Cabe dizer também que do ano passado [2013] para este ano [2014] também tiveram mudanças nos cursos do PRONATEC, são poucos. Então basicamente temos os cursos do RPOVOPAR e da Horizontes [dentro da unidade]. Tem casos de conclusão de sucesso. Teve casos que pediram para ir embora após concluírem os cursos, mas é raro. Para o trabalho até 4 anos atrás tínhamos mais facilidade de inserção na modalidade de aprendiz pelo aprendiz do Estado. Com a parada do programa tivemos mais dificuldades de inserir os meninos nessa modalidade. No município tem três programas o CAIA, o GERAR e a Guarda-Mirim. Atualmente conseguimos as primeiras inclusões pelo GERAR com o apoio da Rede Proteger. As dificuldades de inserção estão além das vagas na questão do linguajar dos meninos e devido a baixa escolaridade. Também recentemente fomos a Itaipu buscar parceria e foi ofertado a inserção via projeto PIT (programa de inserção no trabalho) e também se propuseram a reativar o projeto pequeno jardineiro. Também ofertaram a possibilidade dos jovens participar do projeto de atletismo com possibilidade de ganhar bolsas auxílio e concomitantemente sanar a questão financeira pela via da valorização do esporte.
d. Oferta a medida que vê o que tem de oficina, hoje basicamente com o Centro da Juventude. Penso que tem falhado bastante, pois ela fica em segundo lugar não é colocado como importante ou obrigatório. Nós temos em educador que gosta de caminhadas e tem feito está atividade com os meninos como um hobe. Ou corrida como lazer. Teve uma vez um menino que gostava de futebol e conseguiu treinar com a equipe do sub 16 de salão, mas desistiu. Possibilidade de treinar hugby e ninguém demonstrou vontade. Identifica vontade ou habilidade a equipe vai atrás. Na cultura ficamos sempre atendo aos eventos para oferecer para os meninos, tem o SESC cine bulevar, que tem apresentação de filmes aberta a comunidade, mas como são filmes culturais os meninos não tem interesse e acabam não participando. Outras vezes conseguimos cortesias para filmes comerciais e eles vão. Também vão em festas do município e passeios turísticos. E agora tem a possibilidade do retorno do culturação com atividade de pintura que os meninos tem uma boa aceitação. Acho que essas atividades são colocadas como secundárias, mas não deveria.
f. Acertaram-se os atendimentos com a questão de saúde com a rede local. Emergência é na UPA. Para rotinas precisa-se preencher um formulário e encaminhar para o Posto de Saúde Vila Iolanda. Antes os adolescentes eram encaminhados para fila normal e ficavam horas esperando, sem conseguir vaga para atendimento, o que comprometia a dinâmica da Casa. Atualmente o atendimento odontológico é só um atendimento por semana e vai direto, se tiver dor faz revezamento. Já tivemos duas vagas, mas os adolescentes comentaram sobre os atos infracionais e na sequência ocorreu uma tentativa de assalto na vendedora de pastel em frente ao posto. Assim, mesmo não sendo comprovado que tinha participação dos adolescentes da semiliberdade, foi decido diminuir o número de adolescentes para serem atendidos. Na prática a portaria intersetorial não sai do papel. Não tem um protocolo definido entre as Secretarias, tudo fica a mercê dos acordos informais entre equipes

g. Os meninos que são usuários de drogas ou tem transtorno mental faz articulação com CAPS i e ambulatório. Hoje com a psicologia tem um articulação diferente e se encaminha somente os casos que ela avalia ou que tenha determinação judicial. Também houve modificação do fluxo. Mas os meninos continuam usando. Trabalha-se em atendimento individual. Após muito tempo sem uso na casa, o educador percebeu o uso no período noturno, o menino tentou esconder. O educador fez o relato e foi feito pedido de regressão. É um afrontamento as normas da casa. Ele não aderiu a proposta do programa. Sabe da indicação e mesmo assim ficou na semi, mas pegou medida disciplinar.

9. Na área da assistência tem bastante dificuldade enquanto garantia de direitos, dificuldade de entendimento dos operadores como CRAS e CREAS conforme suas funções e não tem um gestor que faça esse entendimento com o CREAS e o CRAS. E como não tem determinação para cumprir medida não é o caso e o CRAS diz que por estar em medida socioeducativa o CREAS deve atender. É uma questão política. Nos municípios menores a articulação tem sido mais fácil de fazer.

10. Não há nada sistematizado, mas há evasões. As evasões ocorrem em horários que a equipe técnica não está presente. Os educadores sociais conversam e já tentaram ir atrás visando inibir, mas sem sucesso. Assim, com o fato consumado a equipe técnica faz o relatório de evasão e comunica a família. Os motivos são diversos mas uma das coisas que se repetem são que quase todos que se evadem estão de medida disciplinar... após serem repreendidos. Os motivos são banais aparentemente, mas uma coisa recentemente chamou a atenção da juíza que foi a manifestação em audiência de adolescentes de que a equipe estaria indicando a evasão como melhor alternativa, pois o adolescente só passaria três meses na internação e seria desligado. Não acho que isto aconteça, mas o adolescente pode sentir assim. As estratégias para evitar fizeram parte de um recente trabalho da secretaria. O diretor acha que a falta de alternativas concretas para o trabalho é um dos fatores, pois quando tinha o aprendiz do Estado as evasões eram menores.

11. Somos bem criteriosos.o menino que está aqui não é bonzinho. Mas quando há descumprimento reiterado das regras e está afrontando a equipe, aliado ao comportamento com os demais adolescentes e a dificuldade de adesão a tarefas obrigatórias são levadas em consideração. São poucos os pedidos de regressão. Muitos não tem interesse e dificuldades de relacionamentos.

12. Principalmente quando há dificuldade entre os adolescentes ou com a equipe, sem possibilitar o trabalho efetivo a ponto de comprometer a organização da casa. Ou pela questão da integridade física de algum deles. Ou para ficarem mais próximos da família.

13. Não acontece sistematicamente. Acho que a falha é pela falta de contato nos desligamentos com encaminhamentos superficiais. Liga-se para as equipes. Deveria ser feito articulações com a rede, a família. Hoje com o AFAI, o município recebe uma verba para fazer esse trabalho de acompanhamento do egresso e da família do adolescente.

Francis, Servidor Público entrevistado (nome fictício)

Idade: 31 a 40 anos

Formação Profissional: Superior Completo – Área-Humanas.

Tempo de trabalho em semiliberdade: entre 4 a 5 anos.

1. Atendimento legal... cumprir a medida como ser humano, profissional e pedagógico... uma mudança de perspectiva de vida. Fazer o adolescente ser protagonista de sua própria vida. Como dizia Paulo Freire: capacidade de ser como qualquer outro adolescente. Construir uma família. Enxergar possibilidades de mudanças de perspectiva. Dificuldade são os preconceitos da sociedade. Ele busca por emprego e se contar que é da semiliberdade, ele não será contratado. Uma possibilidade seria a atuação do CRAS, CREAS, pois as famílias muitas vezes não são assistidas como deveria e não vê possibilidade de mudar. Não conseguem. Boa parte deles estarem aqui é culpa da família, desestrutura familiar. A família precisa ter essa consciência de ser uma família acolhedora. Demonstrar que o menino tem perspectiva. A família nem sempre tem perspectiva... de ser trabalhador e terminar os estudos. Precisa de mudança de visão das famílias, fora as inserções materiais, de saúde. As famílias são desassistidas. Só quando aciona. Atribui a falta de estrutura física e equipe geralmente é precária.

2. Como qualquer adolescente é um ser muito instável, imediatista. Se não bastasse essa questão é um ser que busca se encontrar, se enxergar. Chega muitas vezes perdido, pois até hoje foi tratado, levado como deu para levar. Não conseguiu dar suporte na construção de valores e é difícil para ele enxergar que ele tem que se enquadrar para se adequar a sociedade. Ele encara como o Estado repressor. O papel do Estado que corta a luz, que traz para o Cense. Esse trabalho de conscientização é a primeira coisa que ele vai ter.

3. É um problema. É um fator complicador para nossa unidade e todas as outras imagino. Não tem demanda para tantas unidades. Trabalha com oito que recebem independente do perfil conforme prevê o SINASE, uns com atos banais e outros com atos extremamente graves. Complica o menino com perfil inicial é muito diferente do que vem da internação. Diferente em comportamento, que dificultam o trabalho da equipe e prejudica o desenvolvimento do adolescente devido a mudança da dinâmica.

4.

a. É recebido pelo educador de plantão, depois para conversa com o diretor e as técnicas. Procura-se acolher o menino e integrá-lo ao funcionamento da casa de semiliberdade. Passasse o que terá de fazer para sair e quais as regras e normas da mesma.

b. É feito em até 45 dias. Marcamos um dia sem atividade e marca-se com a família, as que são de Foz quase 100% vem. Antes colhe-se informações e marca-se a reunião com a presença da equipe técnica, direção, educador de referência, família e adolescente para definir e formalizar as metas. Esse trabalho iniciou em novembro de 2011 quando chegou a assistente social exclusiva para a semiliberdade e concomitantemente a juíza começou a cobrar o PIA de todos. Deveria ser encaminhado em até 20 dias. Deveria ser feito em 7 a 10 dias, definir as metas e começar a correr atrás delas. O tempo na semiliberdade é precioso, se não enxergar perspectiva pode fugir.

c. Com disse anteriormente, a maioria das famílias de Foz participam da reunião. E nesta tenta ao máximo levantar demandas iniciais. Estimula o máximo de atividades possíveis. Sempre com tempo ocupado para não ficar com o tempo ocioso na casa.

d. Desde a recepção é buscado conhecer o adolescente e suas potencialidades. Na convivência diária, nas intervenções, propondo e estimulando atividades. É um conjunto o trabalho é de conhecer e estimular o desenvolvimento das mesmas. Nem sempre é viável, mas nos esforçamos muito para atender as demandas dos adolescentes. E na vida nem sempre podemos fazer o que queremos a hora que queremos eles tem que aprender isso.

e. Conforme o cronograma. Tem atividades obrigatórias como a escola, conforme horário matriculado fica agendado no cronograma. Também escolhe os cursos e se quer buscar um trabalho aí tudo é organizado no cronograma de atividades que fica na sala dos educadores e no mural dos adolescentes fixado no corredor da casa. É bom para eles se organizarem e terem autonomia e responsabilidade com seus compromissos.
f. Primeiro na recepção, também no mural dos adolescentes e através da avaliação semanal visa que ele pense sobre as mesmas e suas condutas.
g. Sim. São adolescentes. Questionam os horários, as tarefas, por que ir a aula, por ganham medida disciplinar, mas fazem.
h. Não.
i. Se ele cumpre bem ele é avaliado e recompensado. Não tem benefícios.
j. Perde algo se descumprir. A avaliação semanal vai definir isso e dependendo da situação pode receber medida disciplinar. Advertência por exemplo não é medida disciplinar, medida é perder a visita da família, mesmo estando de cartão verde. Ou também perder as saídas externas sem acompanhamento. Ou seja, mesmo com uma boa avaliação ele pode cometer uma falta que gere medida disciplinar e aí perde a ida a família e a saída externa.
k. Tem várias atividades na casa e fora. Na casa podem jogar videogame, assistir televisão e filmes, jogar futebol... Fora podem passear, fazer as oficinas nos Centros de Convivência, visitar a família.
l. Através da avaliação semanal. Também se combina com a equipe quando a saída é desacompanhada e acompanhada conforme cronograma.
m. A avaliação semanal. É assim, diariamente os educadores do plantão avaliam os adolescentes em quesitos (palavreado, atividades curriculares e extracurriculares, pontualidade, brigas e intrigas, atividades de limpeza do quarto e da casa). Todos começam com nota 7 e conforme não cumpre com os requesitos vão perdendo pontos. Em geral todos podem ir para casa na sexta e devem voltar ao domingo. Assim o adolescente que tira nota entre 8 e 8,9 terá direito a duas saídas de meio período na semana sozinho, com horário definido para chegar. Se tirar nota de 9 a 10, ganhará três saídas. Ai alguns usam para ir mais cedo para casa e voltar mais tarde. Se não comprometer as atividades previstas e obrigatórias tudo bem. A estratégia dele poder sair sozinho faz ele buscar se adequar as normas para ganhar essa boa nota e conquistar os benefícios extras de reconhecimento do que se destacou.
n. Com a avaliação semanal visa que ele faça uma autoavaliação de sua semana e seus comportamentos. De seus compromissos firmados.
o. Se não estão de medida disciplinar, nem de cartão vermelho e tem condições financeiras vão. Geralmente a família só vem visitar a primeira vez para conhecer a unidade e entender a medida, ou no PIA, mas depois não vem. Os de fora fica difícil pela questão financeira.
p. Sim há revista.
q. Cada um cumpre suas atribuições. O educador acompanha o adolescente em toda a rotina, os técnicos se dedicam em suas especialidades, hoje psicoliga e serviço social. Dois educadores sociais auxiliam nas atividades administrativas e matrícula escolar e cursos. E a direção para poder coordenar todo o trabalho, buscar parcerias...
r.
s. Hoje são 14 educadores sociais, sendo duas mulheres. Desse total dois são contratados em regimento temporário (PSS). Também tem dois em licença prêmio. Há um mês tinha um educador a mais, também temporário, mas passou em outro concurso e pediu exoneração. Trabalhando efetivamente 12 educadores. Trabalham por escala de 12 por 36 em regimento de trabalho de 24 horas. Também tem os técnicos, a direção, a equipe de limpeza e dois educadores que trabalham em regime de 8 horas de segunda a sexta. Há um ano não tinha pessoal da limpeza, era um caos, pois os meninos têm muitas atividades e como são muitos não davam conta de manter a casa em ordem. Hoje não fazem suas atividades, mas a zeladora mantém em ordem, pois algumas tarefas são divididas entre os adolescentes e outras ficam para ela. Sem contar a manutenção que demorava muito para ser feita.
t. A técnica no Cense agenda atendimento, na semi tem que dar respostas imediatas, trabalho junto da equipe... interagir.
u. No Cense o educador aloja e numa situação de crise pode sair da linha de frente. Na semi não. O educador tem que estar junto do adolescente, conhecê-lo, se aproximar. O trabalho é bem diferente.
v.
w. Há um ano não tinha pessoal da limpeza, era um caos, pois os meninos têm muitas atividades e como são muitos não davam conta de manter a casa em ordem. Hoje não fazem suas atividades, mas a zeladora mantém em ordem, pois algumas tarefas são divididas entre os adolescentes e outras ficam para ela. Sem contar a manutenção que demorava muito para ser feita.
x. Vejo boas interações, o problema é quando o adolescente vê a equipe como polícia. Depende muito do perfil dos adolescentes e do grupo que se forma.
5. Quando foi inaugurada a casa, baseamos a construção de um regimento interno com deveres, direitos e garantias. Outros apoios foram o caderno de socioeducação, a constituição e o Estatuto. Quanto a proposta ser a mesma nas diferentes unidades tenho certeza que não, cada unidade segue o seu padrão de atendimento o que acho prejudicial. Não que 100% padronizado seria o ideal, mas uns padrões mínimos seria bom. Existem muitas formas de abordagens diferentes em cada unidade e também o pensar sobre o que é certo ou errado fazer. Tem unidades que foram inauguradas em 1998 e outras em 2009, 2010, 2013, houveram mudanças. Acredito que temos que ter uma orientação, mesmo considerando as diferenças das cidades. Como requisitos para transferências ou recebimento de adolescentes reincidentes em semiliberdade. Temos dificuldades desses perfis se adequarem as novas e traz conflitos comparativos que dificultam o trabalho da equipe e até o sucesso do trabalho com os próprios meninos.
6. Principalmente a palavra é tentar fazer a proposta do Paulo Freire de tornar protagonista, mas não é tão simples. Quando ele chega até nós vários órgãos falhara (escola...). Muitas vezes nunca ouviu uma palavra de carinho, regras para conviver e sem perspectiva de vida. O maior papel é fazer esse movimento que é capaz de alcançar tem capacidade de recuperar o déficit escolar, tem capacidade de trabalhar. Prepará-lo para durante e após conseguir caminhar com as próprias pernas em todos os sentidos... pessoal... profissional...
7. Mais uma pergunta que não dá para generalizar. Nem todos reconhecem ou são conscientes que erraram e que precisam mudar. A maior parte está disposta, mas uma boa parcela dos casos a semiliberdade não basta. Principalmente por termos limites na questão familiar que deveria ser atingida... como em casos de alcoolismo, falta de recursos financeiros, questões psiquiátricas. Enquanto o adolescente está conosco, sendo assistido por alguém com responsabilidade, muitas vezes ele sai e é assistido pela família, mas sem sempre com responsabilidade. Alguém para conscientizar a família para ajudar o menino no seu retorno.
8. Sim, com certeza.

a. Alimentação o Estado contratou uma empresa terceirizada que entrega o almoço e jantar preparados e mantimentos para preparo de outras refeições ou comentos. Muitas vezes esses meninos tem uma realidade muitas vezes superior ao que ele encontra na casa dele. A documentação é por meio dos aparelhos públicos, todo gratuitos, até a foto 3x4, feita por contrato anual. A assistente social auxilia na organização e os educadores dão apoio.

b. 99% chegam para nós com déficit escolar e na maioria fora da escola. Para nós instituição inserir não é um problema em 24 ou 48 horas o menino já está estudando. É delegado a um educador social esta função de fazer as matrículas, escolhido por ter experiência na área, e já que não temos o pedagogo. Apesar do menino estar conosco o problema continua existindo, ele volta para uma realidade que ele se afastou. Incentivamos. A escola identifica o problema, mas ela não trata, na realidade de Foz. A única escola maleável é o CEEBJA. Temos meninos na rede municipal fazendo EJA e no estadual no regular também. Fazem de tudo para o menino abandonar a escola, eles o expulsam. Já me deparei com inúmeros absurdos. Os meninos desestimulam-se. As escolas regulares morrem de medo dos meninos daqui. Acham que eles são psicopatas de alto risco. O CEEBJA tem acesso e facilidade, mas os portões ficam abertos e a localização é próxima de uma comunidade comprometida com o tráfico de drogas.

c. A maioria chega com a ideia de fazer um curso profissionalizante como mecânico, auxiliar de escritório. Tem vagas, mas o que dificulta é a idade versus escolaridade. E o sistema S não é muito maleável nisso, dificulta a inserção devido os requisitos. Uma coisa mais foi a parceria da SEDS com a Associação Horizontes, que os que tem dificuldade de inserir no sistema S antes ficavam restritos a cursos de informática que não capacitava para o trabalho. O da Horizontes são de iniciação mas despertam nele alguma profissão. Tanto os internos quanto os externos tem dificuldades, apesar de as vezes tendo o curso, idade e escolaridade compatível, nem sempre o menino consegue ter maturidade cognitiva para acompanhar ou enfrentar os obstáculos. Uma das dificuldades para cursos na área de mecânica por exemplo é a dificuldade com a matemática, interpretação de texto e não conseguem fazer as atividades. A escola foi empurrando e não deram condições para o menino ter essa capacidade. E na área do trabalho faz falta o Programa Aprendiz do Estado, que facilita a inserção dos nossos adolescentes no mercado de trabalho, por ser específico para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, ter critérios de inserção flexíveis e compatíveis com as habilidades dos adolescentes com suas defasagens e serem inclusos em todos os meses dos anos. Fatores que nem sempre são facilitados nos Programas em Parceria com as instituição privadas e ONGs, a maioria exige ensino médio e tem períodos específicos do ano para a inserção, assim atendendo poucos dos nossos adolescentes.

d. Para nós é uma atividade secundária. Primeiro é criar perspectiva profissional. Então primeiro escolarização, segundo profissionalização e após esporte, cultura e lazer. É avaliado caso a caso e se o menino dispõe de tempo livre é encaminhado para tais atividades. Aí encaminha-se para atividades no SESI, Centro da Juventude nas mais variadas modalidades esportivas. E no interior tem esporte de tênis de mês, musculação sob orientação de um educador que é professor de educação física e futsal. Também passeiam nos pontos turísticos da cidade como Parque das Aves, Itaipu, Cataratas, Museu. Também fazem corridas fora e futebol de campo. De cultura tem acesso a portas abertas do SESC, o Cine Sesc. Eventualmente, quando tem eventos abertos na cidade eles vão, como feira do livro.

e. Não temos equipe de saúde na unidade o pessoal mais próximo seria o psicólogo. O encaminhamento é direito ao SUS. Os adolescentes ficam na fila. São orientados a fazer o cartão SUS. Quando precisamos de clínico geral, especialidades e dentista temos facilidade. Já a psiquiatria é difícil conseguir. Se não fosse o CAPS não teria acesso a esse profissional. Medicamentos conseguimos fornecido de forma gratuita. O mais grave é a questão do encaminhamento para comunidade terapêutica, tem dificuldade de vagas e clínicas em geral.

f. O público que nós atendemos em sua maioria é usuário de no mínimo maconha. E a maior dificuldade é que não reconhecem como droga. Como um malefício para a saúde, mas vem como uma droga legal como o álcool, cigarro... uma realidade da família, da comunidade. Temos que convier com isto. Dentro da casa da semi raríssima as vezes isto vem ocorrendo, mas quando saem e retornam tem aparências de terem feito uso de maconha. O problema não é o uso de drogas ou as ausências na escola em si, mas o porquê este comportamento ocorre e a teia que o adolescente se liga para conseguir a droga: a criminalidade. O trabalho é por meio dos atendimentos psicológicos, se reconhece consequentemente encaminhado para o CAPS. Em caso de não reconhecimento, comunica a juíza, acerca do risco da permanência no programa (dúvidas e malefícios a saúde). Muitas vezes não tem trabalho para ver se é o caso de permanecer ou não no programa. O CAPS tem uma política de redução de danos, que para a nossa realidade de Foz, não é eficaz. O menino da semi não muito usuário depara-se com o usuário de crack, é tratado da mesma maneira, complicado, é muito imaturo. Acho que deveria ter dias separados... E fora isso tem o tráfico e acabam frequentando os arredores do CAPS para vendê-las pelo potencial.

9. Bom quem responde melhor é a assistente social. Mas pelo acompanhamento, enquanto os meninos estão conosco a Secretaria é acionada para atender as famílias, mas principalmente quando está próximo do desligamento como não temos capacidade para acompanhar os egressos contatamos a assistente social do município pra fazer isso. E no caso do menino precisar de auxílio para a visita a família. O problema é no acompanhamento dos egressos. Dificuldade na Assistência é de atender a demanda. Equipes mínimas e muitas necessidades. Principalmente os atendidos pela socioeducação que tem muitas demandas.

10. O menino fugiu por que ele realmente não tem interesse de cumprir a medida. A medida de semiliberdade depende exclusivamente do menino. A responsabilidade é exclusiva do menino. E não fica porque algo dentro ou for não foi aceitável para ficar. E há exceções de ameaças, aí procuramos ir atrás para convencê-lo a retornar ou tentar transferir ou cumprir em casa. Geralmente as evasões ocorrem por alguma ilicitude, nestes casos constrói-se um relatório informativo acerca do ocorrido.

11. A primeira coisa é que seja em último caso, regredir tem que ser algo extremamente gravoso. Quando todas as ferramentas falharam ou o adolescente não quer nada... não quer estudar.. não quer trabalhar... não quer fazer curso... somado a isto oferece risco a outro ou a si. Observando que o menino que se encaixa nestas características de risco é solicitada a regressão a autoridade competente. Que não é uma tarefa fácil para a realidade de Foz. É bastante complicado e demorador que acaba gerando a fuga antes da regressão. Já houve casos aguardar 30 a 40 dias para resposta e quando se solicita é que os recursos acabaram e com a máxima urgência seria necessário uma regressão, mas nem sempre isto acontece.

12. Só há transferência em último caso... se não tiver mais capacidade de convivência com os demais, que coloque em risco a sua integridade física. Mas não foi sempre assim. No início transferia-se quando não se adequava as regras.
13. Não ocorre sistematicamente. Eventualmente recebe-se notícias ou solicitação de apoio. Não é sistemático. E aguarda-se o início do programa AFAI, que prevê tal acompanhamento por parte da política de assistência social dos municípios de origem dos adolescentes. Esperamos que saia do papel e efetive-se.

Patrice, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: entre 41 a 55 anos.
Formação Profissional: Superior Completo – Área Humanas.
Tempo de trabalho em semiliberdade: menos de 1 ano e 1/2
1. Primeira dificuldade está em definir atendimento... são mais de orientação... se cria um vínculo com o adolescente... abrir um espaço de acolhida... que não seja de julgamento... se o adolescente tem uma desorientação jurídica... familiar... busca-se aconselhar a procurar um advogado.
2. Não me sinto a vontade para responder, pois você coloca no Google. Respeitar que cada um é um ser diferente. O promotor Renan tem muita coisa bem feita sobre isto. Você pega isso quando você quer fazer uma proposta. Tenho pouco tempo na semiliberdade para dizer algo.
3. Mais possibilidade de adesão quando vem da internação, que vê aqui como benefício. O de primeira medida encara que já pagou e quando chega por mandato não entendem por que estão aqui. A falta de compreensão da lei é carente. E aí o contato com o NEDIJA uma vez por mês para tentar atender a incompreensão de porque estão aqui. Eles tem uma situação jurídica e a pessoa tem que compreendê-la. A ignorância traz muitas angústias. E para diminuir a confusão muitos falam sobre. Nesse fenômeno tem algo que não entendo até agora. O menino chega aqui confuso. Nos dois casos chegam confusos por que não entendem sua situação jurídica, e o que é medida de semiliberdade.
4. Está sendo construído com o Plano Político Pedagógico.
a. É recebido pelos educadores. No início todos perguntam quanto tempo vão ficar aqui e o precisam fazer para irem embora.
b. Prefiro não falar. Se pudesse mudaria os conteúdos... que são longos e desestimula a leitura... Muitos parágrafos que não diz nada. O PIA é uma mera formalidade. O resto da equipe nem sempre as metas do adolescente, as vezes nem o próprio adolescente sabe ou mesmo a família. Não deve ser um trabalho isolado. Contudo, vem melhorando nos últimos meses.
c. Sim, vem na reunião. Prefiro não opinar sobre o trabalho com a família.
d. No dia a dia, nas intervenções, nos atendimentos técnicos.
e. Conforme o cronograma feito pelo diretor.
f. É passado para ele pelo educador.
g. Sim. Tem dificuldades de retorno e desrespeito. As vezes questionam quando é bobagem, mas quando é pertinente leva a mudança. Exemplo as mudanças dos cartões. Usa o questionamento como porta para o trabalho.
h. Não.
i. Pode visitar a família e sair sozinho, conforme avaliação semanal feita pelos educadores.
j. Ganha medida disciplinar e perde a visita na família e os benefícios de saída sozinho, por exemplo.
k. Não respondeu.
l. Conforme avaliação semanal e cronograma feito pelo Diretor.
m. Na avaliação semanal.
n. Não.
o. Não se estão em medida disciplinar, se não estou vão. Também os de fora não vão todo o fim de semana. Mas fazem ligações para a família semanalmente.
p. Sim.
q. Está nas funções e atribuições de cada cargo, quer que pegue para você...
r. Cada área faz sua parte. Não seria correto invadir um a área do outro. Existe o psicólogo que faz a escuta terapêutica interativa... não fragmenta corpo, religião, saúde mental e saúde orgânica... o atendimento busca trazer a possibilidade de elaboração de um sofrimento, fortalecer a organização da personalidade. Trabalha-se o cognitivo... O objetivo é fortalecer as funções egóicas. os atendimentos do psicólogo é uma vez por semana em cronograma. O do serviço social fica com o trabalho com a família e questões de encaminhamentos da área.
s. Não sei dizer.
t. Como disse está nas atribuições descritas em cada cargo.
u. Como disse está nas atribuições descritas em cada cargo.
v. Como disse está nas atribuições descritas em cada cargo.
w. Como disse está nas atribuições descritas em cada cargo.
x. Não respondeu.
5. É óbvio o ECA, SIANSE, caderno de semiliberdade. Site do CAOP. No dia a dia formulários, relatórios, PIA e vai reatualizando.
6. Vinculado ao próprio plano do adolescente. que ele consiga cumprir a medida.
7. Sim. Principalmente através da concretude, pois aqui eles adquirem noção do que eles podem acessar. A rede do município é muito cruel, em rejeitar. Por ser um órgão governamental exerce uma pressão em termos de direitos. Ele pode acessar isso enquanto direito quando sair daqui. Se souber os caminhos.
8.
a. Sim é garantido pelo Estado. a equipe encaminha para documentação.
b. Matrícula é garantida. Estudam pelo EJA.
c. Temos os cursos dentro da casa pela horizontes estudam pela manhã. E tem os da rede.
d. Tem acesso pela rede de atendimento e com as atividades dentro da casa como futebol.
e. Tem parceria com a rede encaminha enquanto garantia de direitos e mostra para eles como são os caminhos.
f. É avaliado cada caso os que precisam de encaminhamentos contamos com o CAPS. Não são todos os casos que são encaminhados.
9. Tem dificuldades, os serviço social saberia detalhar melhor.
10. Sim ocorrem... os motivos.... são vários... tem o projeto de adesão a medida de semiliberdade. Foi construído. Quando for trabalhar as formas não são isentas não são neutras...
11. Sim ocorrem... os motivos.... avaliado pela equipe... diante das dificuldades encontradas no processo do adolescente.
12. Sim ocorrem... os motivos... para ficar mais próximo da família... acontece pouco.
13. Seria importante. Mas não sei se seria dentro do programa. Formalmente não quero fazer algo desconfortável para outras pessoas.

Juraci, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: Entre 41 a 55 anos
Formação Profissional: Superior Completo – Área de Humanas.
Tempo de trabalho em semiliberdade: Entre 2 a 3 anos e ½.
1. Abrange todas as áreas do ensino, com exemplos. Orienta-se para que o adolescente mude a sua ação em relação a

sociedade. Os objetivos são a reinserção social mostrando a eles exatamente os limites do convívio e integração social. As possibilidades são amplas, haja vista ser possível conhecer as especificidades de cada adolescente e dar a ele o que ele precisa para a mudança real.

2. Via de regra é um indivíduo que o Estado não percebeu sua existência e que por meios de amizades impróprias e condições sub humanas, normalmente, violou as regras do convívio social, porém no convívio diário percebe-se uma melhora na compreensão e nas relações tornando-se um indivíduo potencialmente produtivo.

3. Quando o adolescente vem de uma outra medida normalmente está habituado a cumprir as regras, é mais fácil a manutenção do mesmo no programa., pois para esse adolescente ele imagina que houve um progresso, uma melhora pelo seu bom comportamento no regime anterior. Já quando o adolescente vem direito para a semi o mesmo tem dificuldades para adaptação em razão das regras e limites necessários ao bom convivo. Sim existem diferentes estratégias, casa abrigo, liberdade assistida. Eles vão e cumprem e geralmente voltam. E ao não solucionar são encaminhados para semi, por não terem sentido a necessidade de mudança.

4.

a. Inicialmente na recepção do adolescente transmitem-se ao mesmo as regras, normas e procedimentos da Casa, visando que ele compreenda a necessidade do respeito a toda a equipe de profissionais e demais educandos.

b. Durante um curto período de observação e diálogo para a conquista da confiança do adolescente, tomando ciência das suas inquietudes, necessidades procura-se estabelecer uma orientação no sentido de formar para sua vida um projeto com possibilidades reais. Desta forma, já na elaboração do PIA o mesmo tem conhecimentos de suas potencialidades e possibilidades que todo a equipe fará o possível para concretizar as mesmas. O adolescente participa de forma espontânea as suas carências e demonstrando interesse nas novas possibilidades de crescimento pessoal. As ações para concretização das inquietudes e possibilidades latentes no adolescente ocorrem de forma unipessoal em contato com a escola, mecanismos estatais, SESC, SESI, e outras instituições responsáveis por curso e treinamentos e reinserção no mercado de trabalho. As demandas existentes são supridas.

c. São convidados para a reunião. Não sei especificar o trabalho desenvolvido com a família, mas ela é convidada a participar. A equipe técnica faz visita domiciliar e tenta encaminhar.

d. No dia a dia. Na convivência.

e. É a partir do cronograma e se atrelam aos objetivos do PIA.

f. Conforme dito anteriormente o mesmo começa na recepção. Onde o adolescente recebe as normas bem como vantagens e desvantagens da mesma durante todo o período o mesmo é avaliado sendo premiado com a possibilidade de saídas para passeios ou visita familiar. Em caso de descumprimento os mesmo são orientados quanto aos erros e da necessidade de corrigi-los e são punidos... advertidos.. ou recebem medida disciplinar que depende da gravidade do ato. Pode durar 3 dias ou por um prazo indeterminado.

g. Sim, geralmente os horários. Condição de adolescente e não ter vivido esse formato de regra em sua casa.

h. Pela avaliação semanal pode se autoavaliar.

i. Tem os benefícios, as saídas, as visitas familiares.

j. Tem as medidas disciplinares com disse antes.

k. Se divertir jogando futebol, assistindo TV essas coisas.

l. Definida pela nota do adolescente na avaliação e conforme cronograma de atividades, pois não pode sair em dia de aula por exemplo para lazer.

m. A avaliação semanal. Ao regressar da saída externa a equipe procura em diálogos em separado tomar consciência dos atos e procedimentos do adolescente, onde foi o que fez. Utiliza-se também a observação dos diálogos entre os adolescentes. Os fatos observados são narrados em livro próprio e posteriormente é trabalhado pela equipe técnica e todos os educadores visando corrigir eventuais equívocos do adolescente.

n. Não exatamente. Mas ele é estimulado a se autoavaliar pelas notas das avaliações semanais. E também nos atendimentos as técnicas trabalham a demanda, exceto em caso de visível uso de substâncias entorpecentes, que a equipe orienta e procura apoio para inserção em programas próprios de combate ao uso de drogas.

o. Nem todos, depende da avaliação semanal. Se for boa poderá ir.

p. Sim há.

q. Conforme cada

r. O atendimento técnico em semiliberdade se estrutura de acordo com um cronograma pré-estabelecido e das necessidades individuais de cada adolescente.

s. Não sei exatamente.

t. O técnico tem um papel fundamental no processo socioeducativo, haja vista que o adolescente tem um repeito a equipe e sempre procura cumprir com as orientações e sugestões da mesma.

u. A equipe de educadora também tem um papel fundamental, pois é o exemplo mais próximo que o adolescente tem. É onde o adolescente de forma espontânea demonstra os seus medos e inseguranças bem como fala das suas fantasias em relação as possibilidades de crescimento no mundo do crime, onde os educadores de posse de todas essas informações são transcritas em livro próprio para trabalho da equipe técnica e diretamente orienta o adolescente sobre as desvantagens de prosseguir no caminho equivocado e as possibilidades de crescimento sendo do bem... estudando... trabalhando... e fazendo cursos para que possa auxiliar sua família e ter uma estabilidade profissional e emocional.

v. É quem tem a posse de todas as informações reorganiza e dá suporte para um bom trabalho de toda a equipe, sendo um facilitador entre os adolescentes e toda a equipe. Tem papel fundamental em determinados momentos sendo a palavra final acatada pelos adolescentes.

w. Limpeza e manutenção da casa.

x. Depende da leva de adolescente.

5. Não tenho conhecimento.

6. Se espera que o mesmo tenha a compreensão da necessidade de não regressar aos erros anteriores e que possa ter um futuro digno, útil a sociedade. O mesmo adquire o hábito de cumprimento de regras, de pensar antes de agira, vem a possibilidade de um trabalho que vai lhes trazer bem estar e conforto.

7. Sim. Via de regra quando o adolescente chega a semiliberdade o mesmo não possui os documentos necessários, também não está inserido na escola e jamais ouviu falar da possibilidade de efetuar cursos profissionalizantes. Desta forma o sistema disponibiliza todas essas possibilidades inserindo dentro das possibilidades nos curso profissionalizantes, na escola, providenciando toda a documentação e auxilia o adolescente a conseguir um emprego e se tornar um cidadão.

8.

a. Garante através do fornecimento de alimentação e documentação pelo Estado. O vestuário a família traz, e a partir de doações. O estado manda mas é padrão e na semi eles não querem usar, só em último caso e para determinadas atividades.

b. Matricula-se os adolescentes na escola pelo EJA. Nem sempre querem estudar, mas estudam. Agora quando saem a grande maioria não continua.
c. Tem vários cursos pelo pronatec, associação horizontes, e provopar. Nem todos terminam os cursos, tem bastante evasões.
d. Tem várias atividades na rede, o Centro Bubas, Centro da Juventeude e os Pontos turísticos. Fora as atividades dentro da semi como jogo de futebol.
e. Através da rede do SUS. E os problemas são os comuns da população, mas sempre são atendidos nas necessidades básicas. O problema são nas especialidades.
f. Eles usam. A dificuldade é no formato de trabalho da rede com a redução de danos, aí os meninos continuam usando a droga mesmo fazendo tratamento.
9. Sei que é feita, mas não sei explicar.
10. Ocorre, normalmente por adolescentes, excessivamente, comprometido com as drogas e o crime, o que impossibilita o adolescente a se adaptar na semiliberdade. Em ração das dificuldades de convivo com os demais adolescentes e com a equipe no cumprimento de regras.
11. Em ração das dificuldades de convívio com os demais adolescentes e com a equipe no cumprimento de regras.
12. Ocorre quando para ficarem mais próximo das famílias, ou por dificuldades de se adaptar ao formato da semiliberdade ou por problemas de convivência.
13. Não existe um critério formulado para acompanhamento dos egressos. O que existe é a boa vontade da equipe técnica que dentro das possibilidades faz o acompanhamento dos que saem da semi.

Thomas, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: entre 41 a 55 anos.
Formação Profissional: Superior Completo – Área não Humanas.
Tempo de trabalho em semiliberdade: entre 2 a 3 anos e ½.
1. É uma preparação para o adolescente integrar sua vida lá fora. Aprender estudar, trabalhar e caminhar com as próprias pernas. O objetivo é a qualificação profissional, estudar e fazer com que ele trabalhe para ganhar dinheiro de forma honesta e sem precisar infracionar. Aprender o valor do dinheiro, do estudo, do trabalho e da família. Aprender que vale a pena levar a uma vida honesta. O limite está na própria família do adolescente e sua estrutura. Enquanto estão aqui dentro conseguem levar as coisas, mas lá fora a cultura não é favorável. A possibilidade é fazer um trabalho completo com a família e sociedade. Não adianta trabalhar apenas com o adolescente infrator, mas precisa trabalhar a causa para atingir os objetivos.
2. É um adolescente acima de tudo, ignorante, não tem perspectiva, não tem uma orientação familiar. Carente. Carente até as vezes de uma família, embora tenha uma, mas nem sempre é verdadeira. E acaba adquirindo essa cultura. Aqui seria o último estágio para se endireitar.
3. Entre eles mesmo há uma diferença de convivência. Exemplo dois adolescentes recebidos por terem quebrado lâmpada da praça com adolescentes com atos infracionais mais grave. Pode gerar conflito entre eles ou o ato infracional mais leva pode se contaminar e aprender a cultura do crime.
4.
a. O educador que está de plantão recebe, o diretor também conversa, passam as regras e o funcionamento da semiliberdade.
b. Geralmente é feito durante o dia. Preenche o formulário. O adolescente fala da vida dele, da família. Mas ao certo não sei como é feito.
c. Sim, mas não sei ao certo como.
d. É repassado quando entram no programa. Lemos item a item. E no formulário fixado no mural. A maioria das regras são bem cumpridas. A mais difícil é a de não fazer uso de drogas.
e. Incentivar a continuar cumprindo a regra.
f. Conversa, orientação, e dependendo da gravidade medida disciplinar. Perdem os benefícios conquistados dentro da semiliberdade, como passeios visitas.
g. Sim.
h. Não tem.
i. Recebe os benefícios.
j. Ganha advertência e medida disciplinar se for o caso. E como eles reagem poucas vezes escutei eles conversarem sobre isto.
k. Tem a assistente social e psicóloga que coletam tais informações.
l. Pela avaliação semanal e conforme cronograma.
m. A avaliação semanal.
n. Não.
o. Se tiverem bom comportamento e tiverem como ir sim.
p. Sim.
q. A equipe seria uma família que orienta... ajuda... dá o puxão de orelha... incentiva.
r. Tem a psicóloga e a assistente social.
s. Não sei exatamente.
t. Não sei definir exatamente.
u. Uma família que orienta... incentiva... puxa orelha...
v. Coordena todo o trabalho da equipe.
w. Limpeza e manutenção da casa.
x. Varia bastante do grupo de adolescentes que estão na casa. Dependendo do grupo veem a equipe como polícia, com desconfiança... mas para a relação ser familiar tem que ter confiança.
5. Acredito que sim. Acredito que o Estado tem um plano. Sei pouco sobre os adolescentes pelos horários de trabalho. Não participamos do planejamento só seguimos a rotina.
6. Atingir os objetivos que falei. Eles enxergarem a vida de uma maneira diferente. Terem uma nova perspectiva.
7. Sim. Tem encaminhamentos para todas essas áreas. Não se observa obstáculos para o acesso. Só não consegue trabalho quando menor de 16 anos. Não é que não arruma não é autorizado.
8.
a. Sim. O Estado garante alimentação e documentação, vestuário e materiais de limpeza. O vestuário é padrão, a família traz o próprio do adolescente.
b. Matriculamos os adolescentes. Sei pouco do processo.
c. Tem os cursos na casa, só sei isso.
d. Tem a parceria com os equipamentos da rede.
e. Usa a rede do SUS.
f. Usa o CAPS para tratamento. O uso acontece com frequência.
9. Não sei como é.
10. Sim ocorrem. Dificuldade que os adolescentes têm no cumprimento das regras da semiliberdade. Dificuldade de convívio entre eles mesmos. As vezes alguém se evade por medo de outros. E alguns por falta de perspectiva e quer continuar no crime mesmo.
11. As vezes, geralmente por causa de conflitos e não adaptação na casa.
12. As vezes ocorrem. Não participo dessas decisões.
13. Não sei se ocorrer. Deveria ocorrer. Ficamos curiosos para saber o que acontece com eles depois que saem daqui.

Sinara, Servidor Público entrevistado (nome fictício)
Idade: 31 a 40 anos

Formação Profissional: Superior Completo – Área não Humanas.
Tempo de trabalho em semiliberdade: entre 4 a 5 anos.
1. Uma oportunidade... uma grande oportunidade dos adolescentes se inserirem na sociedade. Por que é muito difícil sair da internação e voltar para sua casa nas mesmas condições. Todos devem seguir esse caminho de possibilidades. O objetivo geral seria a reinserção do adolescente na sociedade tanto escolarização quanto profissionalização. Não vejo como uma punição, mas como oportunidade. A limitação maior é o mal funcionamento do assistencialismo em geral. Possibilidades seria maior informação a respeito de curso e de trabalho enquanto estão aqui.
2. Para cumprir ele deve cumprir a medida ser indicado é uma possibilidade. Aquele que cumpre é quem corre atrás dos seus objetivos está mais para adolescente do que para a equipe em si.
3. Não existe diferença por que todos devem ser tratado da mesma maneira. Mas existe diferenças do que vem da progressão está mais ambientalizado para seguir regras básicas, higiene. E o de primeira medida vem geralmente pelo descumprimento de regras básicas.
4. Utiliza recursos externos no acesso a escolarização, cursos. Recentemente a Secretaria tem oportunizado cursos dentro da casa. É basicamente pela escolha do adolescente ao que está disponível na rede.
a. Recebido pelo educador do plantão, após passa pelos demais setores. Explica-se como funciona o programa e a medida. Enfatiza-se que ele é responsável por cumprir sua medida.
b. Entrega-se um papel, depois marca uma reunião senta-se e conversa. A família vem quando consegue trazê-la. Nesta reunião fala do planejamento, etapas. Exemplo se quer um carro, reforça a ideia de conquista aos poucos na medida de sua capacidade.
c. A família vem quando consegue trazê-la.
d. Educador na interação observa vai passando para a equipe técnica e traçam experiências de vida.
e. Inclusão na escolarização, cursos, profissionalização e atividades recreativas. Através da escolarização vai conseguir se inserir no mercado de trabalho. Visita a família e tem acompanhamento técnico.
f. Repassando as normas na recepção verbalmente e as normas fixadas no mural. Quando cheguei as normas já estavam prontas.
g. Sim, quanto a horários, permanecer com adornos ou equipamentos eletrônicos.
h. Tem consciência se cumpriu ou não indiretamente participa,f ato de saber a regra e as consequências.
i. Reflexo no relatório, se cumprir mais cedo ele consegue ser desinternado. E na avaliação semanal com benefícios, passeios, visita familiar, estendido. Elogios da equipe.
j. Adverte primeiro, dependendo do caso passa para a direção. A reação diverge de adolescente para adolescente se eles sabem ou não das consequências negativas, uns ficam tranquilos, outros exaltados e outros evadem. Conversamos com o adolescente. nunca se fala de cara que está de medida e tenta acalmar, fala para explicar os motivos para o diretor.
k. Quando estão de cartão verde, passeiam sem companhia do educador. Sempre pergunta e orienta, não tem o compromisso de dizer onde vai. Atividade de lazer na casa videogame, TV, ping pong, futebol.
l. Avaliação semanal.
m. Sim através da avaliação semanal pela pontualidade.
n. Não.
o. Nem todos, se estão sem medida disciplinar vão. Fora os que são de outra cidade, que só vão uma vez por mês.
p. Sim.
q. Os educadores se conversam e dividem as tarefas, fora isso cada um na sua função.
r. Tem o trabalho do psicólogo e do serviço social. Não sei dizer com exatidão o trabalho de cada área.
s. Não sei dizer exatamente, uns 20 no total.
t. Trabalhar com o adolescente e ajudá-lo.
u. Acompanhar o adolescente e servir de referência para ele.
v. Coordena o trabalho de toda a equipe e faz o relacionamento com os órgãos externos.
w. Limpeza e manutenção.
x. Em geral é boa.
5. Eu creio que sim, até por que não conheço todas as unidades, referente a proposta. As estratégias podem ser diferente pelas particularidades de cada uma.
6. Quase que a independência do adolescente, que só conquista assumido suas responsabilidades. A mudança principal que depende muito da vontade dele é essa responsabilidade com ele mesmo e com a família.
7. Sim, contribui. Através dos encaminhamentos feitos tanto de frequência escolar, profissionalização, a busca de emprego e os encaminhamentos para confecção de documentos. Ajuda pois quando ele começa a trabalhar ele sente na pele o que um trabalhador passa ele começa ter a visão de quem está do outro lado.
8.
a. Sim garantido pelo Estado alimentação e documentação. O vestuário a família traz ou conseguimos com doações. Há roupas que o Estado manda, mas são iguais e aqui os meninos só usam em último caso.
b. Matriculam na escola e faz contato direto com a equipe da escola para saber das frequências, vistoriam os cadernos para ver suas atividades. Todos estudam. A escola não tem facilidade de aceitar principalmente no regular. Usam o EJA, criam um processo burocrático que dificulta.
c. Curso horizontes e rede que a equipe vai até a comunidade. Barra em requisitos de idade adequada, escolaridade adequada. Tem o centro da juventude, o PROVOPAR. Como o índice de evasão é alto, poucos concluem os cursos. Por isso busca-se um curso de menor duração.
d. Por parte do Estado falta coisas, a equipe busca na comunidade.
e. Usa a UBS na comunidade. Tem dificuldades de um cidadão normal. Uma vaga por semana para dentista uma articulação da equipe com a unidade básica.
f. Sim usam. Alguns relatam abertamente. Já tiveram adolescentes que usaram dentro da casa, e no retorno das atividades. Faz falta, tem o CAPS que fazem encaminhamentos para tratamento. Não tem política de prevenção específica. Eles usam geralmente nos fins de semana e nas saídas sozinho, passeios.
9. Isso falta articulação.
10. Sim tem. Acho que o motivo é a falta de comprometimento do adolescente e da família. Algumas vezes são realizadas reuniões para conversar sobre isto.
11. Sim tem. Os motivos acho que também é a falta de comprometimento do adolescente.
12. Sim ocorrem.
13. Que eu saiba não tem acompanhamento.

APÊNDICE IV - RELATO DOS DIAS DE CAMPO

1º DIA DE CAMPO

Cheguei pela primeira vez à unidade da semiliberdade, conforme combinado anteriormente com a direção, numa quinta-feira as 10 horas e 30 minutos da manhã, conforme o combinado para apresentar-me a equipe de servidores e adolescentes. O objetivo também era apresentar a pesquisa e tirar dúvidas, expondo como seria o processo metodológico. Assim, as 11 horas o diretor convidou todos os adolescentes e educadores que estavam na semiliberdade naquele momento para uma conversa e apresentou-me enquanto pesquisadora. Expliquei o trabalho e perguntei as dúvidas, mas ninguém se manifestou só concordaram em participar e desejaram as boas vindas. Explica-se que os educadores que não estavam neste plantão foram sendo contatados conforme dos dias de visitas a campo, no qual eu era apresentada e explicava a pesquisa. Em geral a equipe destacou a importância da pesquisa pela falta de materiais na área. Após, iniciei a observação da rotina institucional. A relatar era uma quinta-feira, o dia da entrega da avaliação semanal aos adolescentes, que seria fixada no mural. Naquele plantão a equipe de educadores estava realizando sua avaliação semanal, a qual fui permitida em observar. Nesta avaliação a equipe de educadores discutia cada item avaliado (atividades curriculares e não curriculares, brigas e intrigas, limpeza, gírias) onde o adolescente iniciava com a nota 7 e se destacava em alguma atividade nesta tinha sua nota acrescida em 1 ponto por cada situação que fez além do esperado. As percepções eram discutidas entre os educadores que chegavam num consenso sobre a nota. Para diminuir a nota também seguia o mesmo raciocínio, caso o adolescente não tinha feito ou realizado a contento o esperado um ponto era diminuído. A avaliação era feita para cada adolescente, e ao final foi entregue a direção para organizar todas as avaliações semanais e passar os resultados da semana, que definiria o final de semana de cada adolescente. Antes de sair a avaliação, alguns adolescentes ficaram perguntando várias vezes para os educadores quando iria ser disponibilizada aos mesmos, também conversavam entre si sobre as possíveis notas e consequências do resultado. A atitude dos adolescentes e as conversas entre si demonstravam uma certa ansiedade sobre a expectativa de poder ou não visitar a família no final de semana ou poder fazer uma saída durante a semana sem nenhuma supervisão da equipe da unidade. Diante dos questionamentos dos adolescentes, os educadores orientavam-nos a aguardar o resultado que seria anexado no período da tarde, pois a direção estava realizando os cálculos das notas para anexar o mural. Durante a avaliação realizada pela equipe, percebi que quando a nota era maior ou igual a sete, o adolescente estava de cartão verde. Em conversa com a equipe, questionei quem fazia as avaliações e esta disse que eram os educadores dos plantões, e que no final da semana era feita uma média que gerava a nota. Olhei no murei e observei alguns critérios da avaliação como atividades curriculares, limpeza do quarto, palavreado, tarefas da casa, pontualidade, intrigas e brigas. No horário do almoço observei que os adolescentes se organizavam conforme escala no mural para fazerem as atividades de limpeza da casa. Verificou-se que um dos adolescentes demorou mais que os demais a iniciar a tarefa que estava escalado, de secar a louça, gerando uma discussão entre adolescentes e educadores sobre a questão de gênero relativo aos diferentes papeis e tarefas designadas para homens e mulheres. Dentro desta discussão um dos adolescentes ponderou que "se fosse lá em casa seria minha mãe e minha irmã, eu não faria nada". Diante desta colocação uma educadora do plantão pontuou "vocês começam a fazer aqui para depois fazerem na casa de vocês também". Dois adolescentes contestarem dizendo "aqui fazemos porque é obrigado, pois essas coisas é coisa de mulher". A conversa encerrou-se com tal colocação, sem manifestações posteriores sobre o assunto. Após o término das atividades de limpeza, alguns adolescentes que ficariam na casa aproximaram-se e puxaram conversa sobre o modo de organização da semiliberdade em que trabalho na condição de técnica. Respondi de forma genérica e quando a perguntou foi específica quanto a questão de ter cartão verde, expliquei que havia avaliação também para os meninos irem ou não visitar as famílias, só não atribuímos se era cartão verde, por exemplo. Um das observações no horário do almoço, e ao longo da manhã era o silêncio do ambiente, um ambiente, calmo e tranquilo, sendo que grande parte do período da manha os adolescentes que estavam na casa (quase todos, por priorizarem os curso) estavam fazendo curso de pequenos reparos dentro da unidade, pela Fundação Horizontes, conveniada e contratada pela Secretaria. Outra observação durante o almoço foi que os adolescentes almoçaram no pátio no espaço da churrasqueira, utilizando a mesa de pingpong como mesa de refeição, e os educadores na cozinha na mesa comum para refeições. Um dos educadores ponderou para mim que isto ocorria pois os adolescentes preferiam ficar entre eles para poderem falar na gíria e de assuntos que a equipe normalmente reprovaria. Perto das 13:00hs, os adolescentes que tinham saídas externas organizaram-se e no horário de saída foram conduzidos por um dos educadores do plantão ao trabalho, curso e escola. No início da tarde, próximo da saída dos adolescentes, também observei a movimentação em torno do mural quando da colocação do resultado da avaliação semanal. Os adolescentes ao verem ser colocado o papel com o resultado no mural ficaram eufóricos e foram logo para ver. Uns comentavam coisas boas, outros reclamavam, mas sem grandes indagações a equipe naquele momento. Ao questionar a um adolescente como se chegava na nota ele pontuou que no caso da limpeza do quarto avaliava-se se o lençol estava estendido direitinho, as roupas guardadas e dobradas e o chão limpo. O adolescente ao falar de sua nota que foi de 7,8 disse que estava bom e não iria limpar melhor, pois com o cartão verde já estava bom. Ao deslocar-me a sala da equipe administrativa, observei uma conversa entre os técnicos sobre uma pesquisa de avaliação da medida de semiliberdade entre os anos de 2004 a 2008 da pesquisadora Funchs (2009), na qual retratou-se o trabalho da semiliberdade. Diante desta conversa, as técnicas aproveitaram para relatar um pouco sobre a avaliação semanal, em determinado momento indaguei como os técnicos participavam dessa avaliação. E naquele momento responderam que não participavam da avaliação semanal dos adolescentes, nem aplicavam sanções ou medida disciplinares aos meninos, isto era feito pelos educadores. Naquela oportunidade, a equipe também relatou sobre a pesquisa da Funchs (2009) que abordava a questão do distanciamento do trabalho dos educadores mais operacional e dos técnicos mais intelectual, e a lacuna que isto criava no dia a dia do trabalho. Também foi pontuado a dificuldade que isto gerava no alinhamento do trabalho da equipe e de como os técnicos participavam deste processo. A equipe técnica ponderou que tal situação na semiliberdade de Foz poderia ser pelo fato dos técnicos terem ficado muito tempo sem um trabalho exclusivo nesta semiliberdade. Conversou-se sobre a própria organização do espaço, em que não era previsto um espaço exclusivo para os atendimentos técnicos, tendo que usar o espaço de atividades coletivas a multiuso para isto, fato que nem sempre permitia o sigilo ético previsto pelas respectivas profissões do serviço social e da psicologia. Neste aspecto, saliento que a sala que os técnicos trabalham é uma sala coletiva junto com o diretor e

educador que faz a função administrativa. Uma sala ampla com ar condicionado, banheiro, equipada com dois armários, sete meses de escritório (distribuídas entre quatro pessoas), seis cadeiras e quatro computadores. Durante a tarde os adolescentes que estavam na casa alguns assistiram filme na televisão, que tem acesso a canais a cabo, e outros estudaram. Alternaram também com atividades de jogo de ping-pong e saídas para encaminhamentos a cursos e confecção de documentos de outros. Perto das 18 horas parte dos adolescentes retornavam de suas atividades externas, e após fazerem a refeição da tarde, que neste dia tinha bolo e pão caseiro feito pela auxiliar de serviços gerais da casa, começavam a interagir no pátio da casam sendo que alguns jogavam ping-pong e outros futebol. Pouco antes das 19 horas, horário de troca do plantão, um adolescente foi até a sala em que eu estava para relatar que tinha se desentendido com um outro adolescente e tinha recebido um soco. Orientei a conversar com o educador do plantão e logo depois parei com a sistematização do trabalho e fui conversar com a equipe de educadores do plantão. Os técnicos e a direção já haviam ido embora, devido os respectivos horários de trabalho. Ao sair da sala e ir conversar com os educadores, apresentei-me e observei uma movimentação estranha. Os educadores pediram licença e foram em direção a dois adolescentes. Uns quatro adolescentes circulavam pela casa na parte da cozinha/sala e corredor do banheiro e quartos. Os demais adolescentes estavam sentados assistindo televisão. Não havia barulho, discussão que se escutasse. Um educador conversava mais reservadamente com um educando, mas não se ouvia o que estavam falando. Os olhares corriam, não entendia exatamente o que estava acontecendo, mas sentia que algo de diferente do habitual se passava. Outro ficava próximo de outros dois e um terceiro na sala porta da sala dos educadores. Fiquei dentro da sala dos educadores para observar, mas não interferir. Uns 15 minutos se passaram com esta movimentação até que um dos adolescentes entrou em seu quarto pegou a mochila chegou até a porta próxima da sala dos educadores, que é próximo da saída e disse que iria embora, mas verbalizou apontando para um adolescente que se pegasse ele na rua ele iria “espirrar” (sic). O adolescente despediu-se dos demais, virou-se e saiu abrindo e fechando o portão da unidade que estava encostado. Passado esta situação o educador que estava na sala comentou comigo que era melhor esse adolescente ter ido embora, pois já estava dando problemas a dias, tinha tido uma audiência naquele dia com a juíza, na qual a equipe pediu pela regressão do adolescente, mas a juíza não dá sua sentença na hora. O educador também comunicou o diretor, explicando que antes de sair o adolescente havia dito a outro que voltaria armado para pegar o adolescente que tinha tido conflito. O educador também me explicou que este conflito era decorrente do fato de dois adolescentes que haviam sido recebido a poucos dias não terem malícia do sistema, estarem ali por terem quebrado as luzes da praça e este que evadiu-se ser bem comprometido. Este tipo de diferença era conflituosa, pois um era mais imaturo com as regras da criminalidade e como deveria se comportar, fato que gerava intriga entre eles e desestabilizava a casa. O diretor também orientou para conversar com o policial do CENSE e pedir apoio, ficando atentos e comunicando ele, pedindo apoio se necessário. O educador ressaltou que não acreditava que ele voltasse naquele dia, mas ficariam alerta.

2º DIA DE CAMPO

Cheguei na unidade na sexta-feira seguinte ao primeiro dia de campo, as 8:30 horas da manhã para começar o trabalho de observação da rotina institucional. Inicialmente apresentei-me aos educadores que não estavam no plantão anterior, explicando a proposta da pesquisa. Também cumprimentei os adolescentes e tentei interagir sem interferir na rotina, no intuito de acompanhar as rotinas da unidade. Naquele momento os adolescentes já estavam acordados e tomando café, pois tinham curso as 9 horas dentro da unidade. No mesmo horário que cheguei a unidade, um dos membros da equipe chegava também com cuecas-viradas, verbalizando que as trouxe para tomar café junto com os adolescentes. Participei do café da manhã, a maioria estava a mesa fazendo a refeição, incluindo membros da equipe. Durante o café não houveram conversar. Alguns que já tinham tomado café assistiam televisão na sala e outros se organizavam para o início do curso. Após o café, sai para o pátio a caminho da sala da equipe administrativa, neste percurso um dos adolescentes envolvidos na situação da briga da noite anterior, que presenciei, aproximou-se e perguntou sobre a possibilidade do diretor rever sua medida disciplinar, pois tinha passado muito tempo no CENSE e queria visitar sua família numa cidade próxima dali. O adolescente disse que ficaria dois fins de semana sem ir visitar a família devido a falta disciplinar, decorrente de ter dado um saco em outro adolescente na noite anterior, fato que movimentou a discussão relativa a evasão relatada. O adolescente ponderou que a medida tinha sido aplicada para dois finais de semana, pois também tinha faltado dois dias aulas na escola e no Centro da Juventude durante a semana, o que agravou a medida disciplinar deixando de ser um final de semana para ser dois finais de semana. Enquanto o jovem comentava a situação, um membro da equipe técnica aproximou-se e começou a interagir com o adolescente na conversa. O servidor reforçou que sua medida disciplinar era consequência de seus atos e que ele devia se responsabilizar. O adolescente insistia em perguntar se conseguiria ir para casa, caso conversasse com o diretor. Após novas afirmações do servidor que insistia fazer o adolescente entender a medida como responsabilização dos atos inadequados do adolescente, este decidiu esperar o diretor para conversar e ver a possibilidade de rever sua medida disciplinar. Na sequencia dirigi-me a sala da administração juntamente com o servidor que conversava com o adolescente. No caminho o servidor pontuou-me que não era possível flexibilizar, devido ao histórico de descumprimento das regras da unidade (faltas na escola e Centro da Juventude), a questão do uso de drogas observado que o adolescente tinha feito quando faltou as aulas e também por que a medida seria uma forma do adolescente que tinha dificuldades emocionais e tomava medicação a entender as consequências de seus atos. O servidor destacou a situação do adolescente, que sua família tinha condições financeiras satisfatórias, mas o adolescente tinha ficado por muito tempo exposto a situação de rua o que contribuiu para tornar-se usuário de drogas e envolver-se com adolescentes ligados a criminalidade. Tentei não expor minha opinião e somente escutar e acolher as observações. Encerrando a conversa iniciei a sistematização dos dados documentais dos egressos tanto do material contido nos prontuários quanto em relatórios sobre a situação dos egressos. Quanto a medida do adolescente, esta foi mantida e ele foi aos poucos parando de questioná-la. A equipe no horário do almoço destacou que quando ele tomava os remédios o adolescente ficava tranquilo. Pela mesma situação noturna do dia anterior que gerou a situação de evasão, outro adolescente envolvido também recebeu medida disciplinar, mas por não ter situações que agravassem foi visitar a família, mas somente dois dias após do dia que poderia ter ido, considerando que tinha tido uma boa avaliação semanal. Este adolescente em alguns momentos verbalizou a intenção de visitar a família e não retornar para a

semiliberdade, mas a equipe interviu buscando orientá-lo para não fazer isto e dar continuidade a medida. Sobre a observação e interação dos adolescentes no curso, neste dia verifique que o curso foi teórico, mas todos ficaram na sala prestando atenção na fala do professor. Tal observação só foi possível, pois a porta da sala do curso ficou aberta. Neste dia todos os adolescentes da casa fizeram a atividade, e não observei indagações ou comentários sobre o curso ou a necessidade ou não de participar, mesmo pelo adolescente que contestou sua medida disciplinar. Na parte da tarde acompanhei uma visita técnica a família de um adolescente juntamente com a técnica do serviço social. Ao chegar na casa a servidora apresentou-se e relatou o objetivo da visita, eu só acompanhava. O motivo consistia em avaliar como estava o adolescente nas visitas familiares considerando o processo de tratamento dos pais acerca do uso de drogas. Fomos recebidas pela irmã do adolescente, que disse que estava tudo bem, mas que com a vinda dos pais aos fins de semana as rotinas se alteravam um pouco. Na conversa foi ressaltado pela servidora o comportamento positivo do adolescente dentro da unidade de semiliberdade e a importância do apoio da família na continuidade desse processo. Após a conversa aguardamos a vinda do educador para retornarmos a unidade, período que ficamos conversando sobre o papel da rede e das diversas políticas públicas na questão da efetivação da intersetorialidade, conforme preconizam diversas legislações tanto na área da assistência social e da própria socioeducação. Ao retorno a unidade, já estava próximo do horário para eu pegar o ônibus para retornar para casa. Despedi-me de todos e combinei em retornar nos próximos 15 dias.

3º DIA DE CAMPO

Cheguei a unidade numa quarta-feira as 13 horas, sem combinar anteriormente e solicitei se poderia realizar a observação de campo, ao ter o aceite da direção, iniciei o dia de observação da rotina institucional. Ao chegar na unidade pois adolescentes ainda estavam na unidade, parte já tinham sido conduzidos pelo educador de plantão para atividades externas de escola, curso e trabalho. Verifiquei que alguns adolescentes ainda eram os mesmos nos primeiros dias de observação, mas vários já eram novos, conforme observação da planilha de atividades semanais anexada no mural da sala da equipe de educadores. Neste dia, como estavam com poucos adolescentes, e estes estavam assistindo filme durante a tarde, junto com um dos educadores, optei por atentar-me a observar a rotina de trabalho da equipe administrativa. Neste dia estavam sendo confeccionado o Plano Pedagógica da Unidade, todos da equipe estavam envolvido nesta organização. Entre as conversas para planejamento do plano, a equipe conversou sobre o projeto de adesão a medida de semiliberdade, solicitado pela Secretaria, decorrente do alto número de evasão das unidades de semiliberdade. Para compreender estas evasão foi realizado, na socioeducação, entrevistas com adolescentes evadidos, das quais tinham 12 entrevistas com adolescentes evadidos desta unidade e 01 com um desligado judicialmente, entre janeiro a março de 2014. Um dos pontos conversado neste momento sobre as evasões foram os motivos associados as evasões, em que geralmente o adolescente evadido estava em medida disciplinar (sem atividades externas de lazer ou similares, incluindo visita ao final de semana a família). Também foi destacado que o motivo das medidas disciplinares, aplicadas coincidentemente antes das evasões, era o uso de drogas por parte dos adolescentes seja em saídas acompanhadas com a equipe, seja dentro da própria unidade. A partir de então a discussão passou a ser a questão do uso de drogas, e a equipe avaliava que o formato de trabalho na área da saúde com a concepção de redução de danos acabava sendo contrária a proposta da unidade, pois os adolescentes encaminhados acabavam usando drogas nas redondezas da instituição de tratamento, ou saindo durante o tratamento ou antes ou depois do horário de atendimento do mesmo, conforme destacou a direção durante a discussão. Outro ponto de discussão, relacionado ao Plano Pedagógico da unidade entre direções foi a ação desta quando da discordância da sugestão de relatório avaliativo do adolescente produzido pela equipe técnica ao juizado. Na oportunidade um dos diretores pontuou que se não concordasse não assinaria o relatório, o outro contrapôs alegando a autonomia da equipe técnica. A discussão encerrou-se sem consenso, cada um faria como considerasse adequado, mas como atitude de gestão, não sendo colocado tal assunto no Plano Pedagógico. Outros membros da equipe que estava na sala não entraram na discussão. Pela leitura dos relatórios e observação dos dias anteriores verifique que a rotina da unidade era preenchida por cursos de qualificação dentro da unidade, constatando na leitura dos relatórios e planilhas anexadas que os mesmos eram ofertados todas as manhãs durante a semana, e estava em andamento os cursos de Pequenos Reparos e Colocação de Pisos e Azulejos. A leitura dos relatórios permitiu verificar que os cursos ocorriam intercaladamente, com três encontros semanais de duas horas e meia cada aula, assim preenchendo as manhãs de segunda a sábado. Todos os adolescentes, que não tinham outras atividades externas no horário como trabalho, deveriam participar. As atividades escolares ficavam distribuídas no período da tarde e da noite, de forma a não ter muitos adolescentes dentro da unidade o máximo período de tempo possível. Os horários das atividades da escola e cursos eram adaptados para os adolescentes que conseguem uma colocação no trabalho e as atividades de esporte, cultura e lazer, ocorriam assistematicamente nos períodos que não são preenchidos pelas atividades prioritárias como curso e escola. Observei que após as refeições do meio dia e da noite todos os adolescentes, que estavam na unidade, a maioria, se organizavam para fazerem a limpeza da casa, conforme escala afixada na parede, que seguia um rodízio pré-definido. No meio da tarde, o servidor público, Nara, também veio conversar comigo, quando estava na sala observando a rotina da unidade, na ocasião falou sobre o trabalho com os adolescentes, as rotinas e contou a história de um adolescente que teria sido sua maior decepção. Nara disse que "*o adolescente Juan era um menino experto, inteligente, estava conosco a alguns meses, trabalhava, estudava, era educado, cumpria com todas as normas, cumpria os horários, e em dado momento descobrimos que na realidade era tudo falso. Ele chegou a pegar dinheiro da empresa que trabalhava. O pessoal lá confiava nele, sempre o elogiavam. Quando soubemos, ficamos muito decepcionados e aí acabou sendo regredido. Foi uma decepção".* A conversa não durou muito, pois as obrigações da rotina necessitavam que o servidor saísse da unidade, e participando da rotina em geral dirigi-me a sala da equipe administrativa. Na ocasião, dois servidores e a direção conversavam sobre o encaminhamento de um recém-chegado a entrevista direta a uma empresa contratante, na qual outros dois adolescentes recentemente haviam ingressado por intermédio de um dos programas de aprendizagem municipal. Na ocasião, o adolescente, Peterson, que acabara de chegar foi encaminhado à entrevista, contudo, ao chegar da mesma falou que relatou seu histórico infracional e a empresa que desconhecia a origem dos adolescentes (que eram da semiliberdade) ficou receosa. Diante do ocorrido, os servidores relataram o desconforto gerado na contratação dos primeiros e

a não contratação do terceiro, reavaliando o encaminhamento e ponderando as dificuldades e rejeições que os adolescentes enfrentavam por estarem cumprindo uma medida socioeducativa. Neste dia fiquei até o período noturno, observando as rotinas da noite, e após a refeição, mas ainda durante o horário do janta adolescente, Abraão, aproximou-se da mim e buscou conversar. Na oportunidade o adolescente falou que estava de medida disciplinar por ter faltado à aula, tendo inclusive que ter mudado de escola. O adolescente relatou sua dificuldade e desinteresse em estudar, segundo ele, ele tinha muita preguiça, não gostava de ficar sentado e não via muita perspectiva no estudo, apesar dos conselhos da equipe e da própria família. A meta dele era terminar o ensino fundamental, continuaria os estudos se entrasse para o exército, mas se não acontecesse isto pararia, pois trabalhar e estudar concomitantemente seria muito cansativo. A conversa não foi longa, pois precisava ir fazer suas tarefas de limpeza e organizar-se para dormir, despediu-se pedindo "licença" e foi fazer suas obrigações para depois ir dormir. A observação deste dia com os demais fez verificar que a Casa de Semiliberdade tinha horários pré-definidos para acordar, ficar nas dependências externas e para ir dormir, seguindo a ideia de que o adolescente deve pernoitar na instituição. Por simular uma vida de uma residência comum e visar que o adolescente respeite e cuide do espaço em que vive, faça suas refeições e higiene pessoal, existem as rotinas de limpeza e organização dos cômodos e pertences, os horários para as refeições e regras para realizar higiene pessoal e dos pertences. As atividades de limpeza eram padronizadas e divididas entre os adolescentes e automaticamente se alternam conforme cada dia. Os horários das refeições seguiam as rotinas de uma vida comum, de quem dorme no horário, sai para estudar, trabalhar etc. Para lavagem de roupa, há uma escala e apoio da auxiliar de serviços gerais. Os banhos são limitados a dois diários e devem ser tomados até as 22 horas. Antes de me ausentar da unidade, novamente conversava com um servidor público, Stephen, que na oportunidade conversou comigo sobre a dificuldade de fazer os adolescentes cumprir a medida. Na ocasião, Stephen contestou o fato de "*mesmo os adolescentes que cumprem a medida nem sempre continuam seus projetos de vida, e muitos mesmo estando empregados, estudando, tranquilos na unidade acabam continuando ou voltando a infracionar. Questiono o que acontece."* Devido ao fato de ser pesquisadora, procurei me esquivar de respostas e delongas sobre a temática, logo me despedindo e indo embora por volta das 21:30hs.

4º DIA DE CAMPO

Cheguei para iniciar o trabalho do quarto dia de campo numa sexta-feira as 9 horas, sem avisar, solicitei permissão e fiquei para acompanhar as rotinas da unidade. Logo que cheguei observei uma movimentação diferente, era aniversário de dois servidores e estes compraram bolo, refrigerante e salgado para comemorar junto com a equipe e os adolescentes. Após os preparativos e organização das rotinas, por volta das 10 horas, os servidores chamaram todos para cantar parabéns, todos participaram. Observei que o adolescentes ficaram retraídos, após os parabéns os adolescentes dispersaram ficando conversando no local os servidores. Por outro lado, era dia de curso na unidade e o horário era de intervalo, contudo, mesmo não retomando a aula logo após os parabéns os adolescentes dispersaram. Neste dia, ainda no período da manhã, aproximei-me da sala da equipe de educadores e observei que de oito adolescentes que estavam na unidade, dois estavam tomando medicação controlada, "amitriptilina" e "clorpromazina", conforme informações anexas no mural da sala dos educadores sociais. Ao questionar a equipe, os mesmo pontuaram que quem administrava eram os educadores, mas somente com a prescrição médica, e que os dois que estavam tomando medicação já haviam chego com tais medicamentos dos CENSE's, devido a problemas emocionais relacionados ao uso de drogas. Não almocei na unidade, precisei me ausentar, quando retornei no período da tarde estava programado uma reunião do Plano Individual de Atendimento de um dos adolescentes, Hector. Do qual participei durante a manhã. Nesta reunião estava presente o adolescente, o educador de referência escolhido por ele, o diretor, dois técnicos (psicologia e serviço social), a família do adolescente (mãe, uma irmã mais velha e outros dois irmãos mais novos) e eu como pesquisadora. Fui apresentada a todos, e com o consentimento de todos fiquei junto na mesa onde todos estavam conversando. Os servidores levaram bolachas e café com leite. Antes da chegada do diretor, um membro da equipe técnica conversou com a família sobre o funcionamento da medida de semiliberdade e os compromissos da família. Logo o adolescente chegou e o representante da psicologia passou o formulário do Plano Individual de Atendimento, contendo respostas sobre suas metas, sonhos, medos. Após chegou o diretor, com as devidas considerações e apresentação, o diretor iniciou o discurso sobre projeto de vida, sua importância e responsabilidades envolvidas, após perguntou ao adolescente as metas dele. O adolescente falou pouco, disse da vontade de terminar os estudos, e fazer o máximo de cursos que pudesse. A educadora de referência perguntou sobre como o jovem ajudava em casa, ressaltando que na Semiliberdade estava muito bem tendo inclusive terminado por esforço próprio e auxilio da equipe a matéria de matemática. O adolescente aproveitou a observação e reiterou sua vontade de terminar os estudos. A família ao ser interpelada como poderia ajudar o adolescente disse da possibilidade de um emprego num mercado de um conhecido. E com a pergunta do diretor sobre esta possibilidade, o adolescente aceitou levar um currículo. O adolescente voltou a ressaltar o interesse de fazer cursos, destacando os que já tinham feito no CENSE e os que poderia fazer estando na semiliberdade como o da área administrativa e o curso de inglês. A conversa foi se encerrando com a formalização de tais objetivos, terminar os estudos, fazer cursos e tentar o trabalho indicado pela família. E todos foram se despedindo e saindo da sala onde ocorreu a reunião. A conversa durou aproximadamente uma hora e após fui anotar as observações e continuar a sistematização dos dados da pesquisa contidos nos documentos da unidade. Após acompanhei a rotina da unidade e verifiquei que os procedimentos de almoço, limpeza e saídas se repetiam conforme escala de atividades. Além disso, também se repetia a distância nas refeições entre adolescentes e a equipe, sendo que os adolescentes continuavam almoçando na mesa de ping-pong disposta na churrasqueira, mesmo com espaço para alguns na mesa da cozinha.

5º DIA DE CAMPO

Cheguei a unidade numa terça-feira as 9 horas, o curso da Associações Horizontes dentro da unidade estava para iniciar, mas um dos adolescentes, Brian, disse que não iria participar. Enquanto fui tomar café pude observar a conversa do adolescente com outro colega. Na ocasião o adolescente alegava que já que estava de disciplina mesmo nem iria fazer o curso. O outro adolescente, Yuri, interpelou e disse que *"se não fosse obrigatório não faria, não estava interessado nesse curso, mas se não fizesse não conseguiria ir embora"*. O primeiro retrucou é essa história de fazer curso aqui dentro é

uma furada. E o segundo replicou, *"nada haver fazer curso em casa"*. Após o início do curso, foi fazer a leitura de alguns relatórios para entender a rotina da unidade. Na leitura dos relatórios diários, observei a descrição da rotina, geralmente similar, com horários para despertar, saídas externas e organização do dia. No horário do almoço acompanhei uma conversa entre alguns membros da equipe sobre a questão das drogas e os encaminhamentos da rede. Na conversa um dos servidores enfatizava que o uso de drogas era algo preocupante, não somente pela questão do uso em si, mas os comportamentos ligados à criminalidade que se associavam. Uma das indagações era como os adolescentes que não tinham dinheiro nem suas famílias se não fosse transgredir as leis e cometer outro ato infracional, a suspeita direta era estarem traficando para conseguir dinheiro para consumir as drogas. Um dos questionamentos era a falta de instituições de saúde adequadas para a situação, pois se na semiliberdade não podem permitir que os adolescentes usem drogas, como poderiam fazer isso se os órgãos de saúde trabalhavam na proposta de redução de danos. Outra questão era a própria condição estrutural e localização do serviço que seria pra auxiliar os adolescentes a pararem de usar drogas, localizado na cidade de Foz numa região próxima a uma comunidade com alto índice de tráfico de drogas, tornava os adolescentes potenciais consumidores. Além disso, a própria regra do serviço era o adolescente não fazer uso em determinadas mediações, assim, quando ultrapasse este limite poderia fazer o uso. Após observar a discussão e assim que ela se desfez fui sistematizar mais dados, não havia nenhum profissional disponível para fazer entrevistas. Durante a tarde, chamaram-me para tomar café, com bolo e pão feito por um adolescente e a auxiliar de serviços gerais. Participei deste momento, todos riam e interagiam com conversas corriqueiras sobre assuntos que passavam na televisão. Parte dos adolescentes estava foram da casa em atividades externas, poucos estavam na casa, mas naquele momento assistindo televisão, após foram jogar pingue-pongue e futebol. Neste dia também observei a aplicação de uma medida disciplinar alternativa, que não a perda de atividades de lazer, como atividades reflexivas sobre a importância dos estudos e limpeza de um espaço extra da unidade, ou reparação do dano causado. Estratégias que não são vistas pelos adolescentes como penalizadoras, mas como medida atenuantes, sendo consideradas por estes medidas as que implicam na necessidade de estarem mais tempo dentro do espaço institucional. No dia foi aplicado um questionário para um dos adolescentes que faltou aula, questionário que contêm reflexões sobre a importância dos estudos. Para outros dois adolescentes que não tinham condições de responder o questionário, mas também haviam faltado aula, foi dado como medida a limpeza extra de algumas partes da casa, como uma "faxina", os mesmos aceitaram, como forma de não comprometer a possibilidade da visita a família no fim de semana, como relataram os próprios adolescentes. Neste dia sai mais cedo, encerrando a observação das 16 horas.

6º DIA DE CAMPO

Cheguei as 9 horas da manhã da quarta-feira, já tendo combinado no dia anterior, pois ficaria mais tempo na unidade para observar a rotina e aproveitar os diferente horários para as entrevistas com os diferentes servidores. Neste dia, pela manhã acompanhei a chegada de um adolescente novo, momento intitulado pela instituição de recepção. Na ocasião, o adolescente chegou com um conselheiro tutelar, tinha vindo direto da residência de sua mãe. O conselheiro destacou que a escolha da semiliberdade de Foz tinha sido por causa do pai, já separado da mãe, morar em Foz, que também estaria vindo para a unidade para conversar com a equipe. Um dos educadores iniciou os procedimentos de recepção, pegando os documentos do conselheiro, preenchendo um documento, que o conselheiro assinou e foi liberado. O adolescente ficou com os educadores, sendo que um deles começou a explicar o que era a semiliberdade e fez algumas perguntas sobre idade, escolaridade, renda familiar, contatos da família, preenchendo um questionário. O pai do adolescente chegou após uns vinte minutos que a conversa tinha iniciado, foi explicado como funcionaria a semiliberdade, das possibilidades das visitas, das proibições e das obrigações. O educador também fez a leitura das regras da unidade, disse que também estavam no mural e explicou o sistema de avaliação semanal. Na sequencia fez a revista dos pertences e encaminhou o adolescente para conhecer a unidade, apresentando aos demais servidores e adolescentes já dentro do programa. Já era hora do almoço, e fui almoçar. A tarde atendei-me a observar a rotina do trabalho trabalho técnico dentro da unidade. Observei que o trabalho do psicólogo tinha horários e agendamento de atendimentos pré-estabelecidos, já o do serviço social, ocorria conforme demandas. O serviço social também ficava responsável mais diretamente com o trabalho com a família, tendo no dia no PIA organizado a reunião, ligando para a família e entregando a ficha para reflexão do adolescente sobre sua vida para poder pensar sobre o que seria colocado em seu PIA. Também observei a preocupação e organização de ambos os setores, da equipe técnica, em realizar reuniões com a rede de atendimento. Na ocasião, soube que a equipe participava da reunião da "Rede Proteger", e estavam organizando visitas a empresas para conseguir colocar os adolescentes em projetos e no mercado de trabalho com maior facilidade. Dentre as reuniões agendadas, frisaram a possibilidade de parceria com a Itaipu e os programas de aprendizagem para criar estratégias de inserção nessa área. No dia também, observei uma conversa entre os técnicos sobre a confecção de relatório avaliativo de um adolescente, pontuando a necessidade de conversarem sobre os encaminhamentos e sugestão do caso junto com a direção e demais educadores, considerando o prazo de envio do relatório e o processo do adolescente estava para expirar. Entre os procedimentos propostos para o trabalho da equipe técnica, verificou-se que quando os adolescentes descumpriam normas e regras, tais questões eram abordadas em atendimento, sendo este um espaço para auxiliar na mediação de conflitos entre adolescentes e a equipe, ou entre os adolescentes, visando facilitar que o adolescente aderi-se a proposta da unidade e cumprisse a medida. Na ocasião, os profissionais da unidade técnicos, direção e educadores conversaram sobre os obstáculos de encaminhar os adolescentes ao mercado de trabalho formal, e a realidade desses adolescentes e de suas famílias, que necessitavam de renda para poder suprir o básico na vida de uma pessoa, de uma família. O principal entrave estava na não possibilidade de inserção dos adolescentes no Programa Aprendiz do Estado, que era exclusivo para adolescentes em conflito com a lei. Assim, os adolescentes tinham que concorrem com as poucas vagas existentes em outros programas de aprendizagem, muitas vezes ficando em desvantagem pela falta de habilidades sociais e defasagem escolar.

7º DIA DE CAMPO

Neste dia cheguei a unidade por volta das 8:30, combinando anteriormente para poder fazer também as entrevistas que ainda faltavam. No dia estava na sala da equipe administrativa, a equipe técnica e direção conversando sobre a história da inauguração da semiliberdade de Foz do Iguaçu. Interessada no

assunto participei da conversa e logo depois anotei o relato, considerando a riqueza da informação para compor a dissertação. Naquela ocasião o diretor narrou que a Casa de Semiliberdade de Foz do Iguaçu, PR inaugurou em 27/06/2009, e logo recebeu já um adolescente, sendo considerada uma ala da unidade de internação do Centro de Socioeducação (CENSE) de Foz. O diretor também contou que parte da equipe de trabalho foi escolhida antes da abertura da Casa por ele mesmo, que na época era intitulado de Coordenador. A escolha dele enquanto Coordenador foi realizada pelo diretor do CENSE de Foz do Iguaçu daquele momento. O diretor também explicou que está na direção desde a inauguração da Casa de Semiliberdade, tendo aceitado esta função na época com a condição de poder formar sua equipe de educadores sociais, a qual foi acolhida. No início convidou seis educadores sociais que trabalhavam com ele no CENSE, também como educador, considerando as características pessoais daqueles no que imagina ser necessário para o trabalho socioeducativo em semiliberdade. Apesar de não ter experiência na execução dessa modalidade de medida, sua experiência mostrava a importância do educador ser paciente no trato com outras pessoas e em especial com os adolescentes, flexível quanto às regras de segurança e ter capacidade de lidar com frustrações. O diretor também explanou que a pedido da Coordenação Estadual de Semiliberdade, na época existente, com o apoio de seus educadores sociais e visando a cumprir com as orientações do SINASE, construiu documentos norteadores para o trabalho, como Regimento Interno a partir da revisão dos Cadernos do IASP (Cadernos de Socioeducação como o de *Práticas de Socioeducação*, *Compreendendo o Adolescente*, *Rotinas de Segurança* e *Gerenciamento de Crise nos Centros de Socioeducação*, publicados em 2006), hoje Cadernos de Socioeducação do PR, e leituras de outros regimentos encontrados na internet e solicitados a outros estados. Também disse que antes de iniciarem os trabalhos, os primeiros servidores,ele os seis educadores sociais e uma assistente social receberam uma capacitação de três dias, em que as equipes das outras semiliberdades masculinas já existentes explanaram suas rotinas, dificuldades e manejos como forma de auxiliar a nova equipe a organizar sua maneira de trabalhar. Complementou que com base nessas experiências e leituras de outras proposições, como do Rio Grande do Sul e São Paulo, foram sendo elaboradas as práticas da semiliberdade em Foz do Iguaçu. Ao ser questionado sobre a escolha da equipe técnica, o diretor verbalizou que esta foi feita pelo diretor do CENSE, mas para o ele havia sido uma escolha adequada. Salientou que a assistente social indicada possuía vivências anteriores em abrigos e casas de acolhimento, já entendendo o funcionamento que deveria ser impresso dentro da Casa de Semiliberdade nesta modalidade de trabalho, o que o fazia concordar com a escolha do diretor do CENSE. Ao ser questionado sobre as dificuldades e o desenvolvimento do trabalho ao longo do tempo, o diretor, com seus 32 anos, formado em Direito, a frente da unidade há 5 anos, contados desde a inauguração da Casa, explanou que o primeiro norte de trabalho teve como o foco a segurança e o mecanismo de contenção como estratégias para impedir que os adolescentes descumprissem as regras e/ou causassem conflitos internos. No primeiro mês, era apenas um adolescente para seis educadores, então as rotinas e manejos eram administráveis facilmente. Contudo, com a chegada de mais adolescentes, já começavam as dificuldades e para supri-las eram solicitados mais educadores sociais, os quais deveriam cumprir as rotinas de trabalho e conduzir a proposta geral e os objetivos socioeducativos. Dentre os procedimentos de segurança era previsto como no CENSE o isolamento, como uma estratégia para manejar conflitos e tentar manter a ordem dentro da unidade. Assim, relatou o diretor que, diante da qualquer desvio de conduta, como o uso de entorpecentes, eram adotados os manejos da internação, sendo um deles a contenção e o isolamento no alojamento fechado com trancas e grades. Tais ações eram legitimadas por vários dos atores do sistema socioeducativo, como Coordenador de Semiliberdade, Coordenador de Socioeducação, Direção do CENSE, Juizado, o que também ocorria dentro de outras Casas de Semiliberdade, conforme relato em capacitação. Perguntado como esta prática se dava nos dias atuais, o diretor expressou que com as frustrações e dificuldades desse tipo de intervenção no trabalho junto aos adolescentes, somados as discussões em reuniões específicas de semiliberdade, organizadas pela gestão estadual, extinguiu tal prática no final de 2010. Além disso, com o passar do tempo e as vivências diárias, os foram aperfeiçoando suas práticas, a partir de trocas de experiências e leituras sobre temas relacionadas a novas formas de manejos e de gestão institucional. Assim, as ações foram sendo direcionadas para condutas dissociadas do uso da força e do isolamento. Ao ser questionado o como configurou o trabalho técnico no período, o diretor relatou que a participação da equipe técnica dentro da unidade até 2011 praticamente não existiu junto das rotinas cotidiana da unidade. Tal fato se deu pela primeira técnica, assistente social, ter ficado apenas os três primeiros meses trabalhando efetivamente na unidade, devido afastamento por problemas de saúde durante alguns meses, tendo após o retorno pedido exoneração por ter passado em outro concurso. Até meados de 2011 não havia sido designada outra técnica exclusiva para as funções especificadas da semiliberdade, o trabalho era através do apoio da equipe técnica do CENSE de Foz, que se dividiam com o trabalho do CENSE, indo a semiliberdade só para atendimentos pontuais ou para confecção de relatórios ou outras demandas específicas. Assim, durante este período, as funções específicas do técnico eram desempenhas pelo Coordenador, que em últimos casos solicitava auxílio da equipe técnica do CENSE, como para confecção de para confecção de relatórios a serem enviados ao judiciário, conforme determina a legislação. Atividades como matrícula escolar, colocação em trabalho ou cursos, comunicados ao judiciário e documentação eram organizadas e acompanhadas pela direção com o apoio dos educadores. O diretor explicou que após este período entre final de 2009 e meados de 2011, a Casa de Semiliberdade começou a contar com apoio mais direto da terapeuta ocupacional e de uma psicóloga do CENSE de Foz do Iguaçu, que dividiam o tempo e o trabalho com suas atribuições rotineiras do CENSE. Mas somente no final de 2011, uma assistente social foi contratada exclusivamente para trabalhar na unidade e paulatinamente foi assumindo as funções específicas da área. Um membro da equipe técnica também pontuou que ao final de 2012, devido a transferências internas conforme concurso de remoção, a assistente social foi substituída por outra oriunda de outra modalidade de atendimento a criança e juventude da mesma secretaria, que continuou sendo exclusiva da semiliberdade. E o diretor salientou que a psicologia exclusivamente na semiliberdade só fez parte do trabalho da equipe somente no início de 2014. E destacou que após a entrada de um técnico próprio da semiliberdade, não houve mais apoio dos técnicos do CENSE, mesmo que não existisse o técnico específico de outras áreas na unidade de semiliberdade, assim, ficando ao técnico da área a organização de todas as atividades especificamente técnicas e encaminhamentos para a rede quando da necessidade de intervenções de outras áreas. O diretor também contou que entre as estratégias construídas para o funcionamento da unidade em termos disciplinares, foi sendo construído um modelo de avaliação semanal com a

participação de toda a equipe de todos os setores da unidade, hoje prevista pelo SINASE. A partir de tentativas e erros, o modelo, que se sustenta até hoje, com alterações ao longo do tempo, é estruturado com avaliação de requisitos pré-estabelecidos, como cumprimento das obrigações diárias internas e externas, palavreado, comportamentos interpessoais e pessoais (brigas, cumprimento de horários, frequência às aulas, entre outros), definidos em reuniões entre os membros da equipe, com alteração recente que tiveram a participação das discussões de uma equipe técnica própria da semiliberdade. Destaca-se que os padrões para esta avaliação são conforme análise de cada grupo de educadores de plantão em conversar entre si com suas opiniões, pensamentos e ideias pessoais. O diretor descreveu que a equipe de educadores sociais, que participa das rotinas diárias é quem participa do processo de avaliação, os técnicos não participam, nem a direção. Com o sistema de notas, as equipes de cada plantão avaliam os adolescentes em cada quesito e a média simples de todas as avaliações gera a nota final, que é aplicada a um sistema de recompensas e punições, conforme as faixas em que as notas se encontram. Para ilustrar exemplificou, que se a nota é superior a 7, o adolescente poderá visitar a família no fim de semana e, se a nota é abaixo de 5, não poderá visitar a família, devendo permanecer na Casa de Semiliberdade participando das suas rotinas. Salientou que as mudanças que ocorreram foram decorrentes da experiência, adequando-se as punições e recompensas para melhorar o resultado do que se esperava com esse sistema de avaliação. A tarde, voltou-se a falar sobre o assunto, na ocasião o diretor foi questionado como eram as estratégias de acompanhamento dos adolescentes e a relação entre eles e a equipe ao longo dos anos. Sobre as estratégias de monitoramento, o diretor disse que inicialmente eram veladas, a equipe não queria demonstrar que monitorava os adolescentes. Contudo, devido a constantes ausências na escola, a equipe de educadores decidiu permanecer na porta da escola para monitorar as entradas e saídas dos adolescentes e evitar a não frequência escolar. A equipe considerava que, com um monitoramento mais intensivo, os adolescentes, que já sabiam da avaliação semanal e como funcionava a avaliação do sistema com possibilidade de comunicação ao judiciário do descumprimento das regras ligadas à medida de semiliberdade, não iriam mais ausentar-se da escola. Mas o resultado não foi como esperado, com a associação direta da conduta de monitoramento intensivo do educador com a figura da polícia, os adolescentes continuaram tentando ausentar-se da escola e quando não conseguiam transgrediam regras dentro desta, fazendo uso de entorpecentes, por exemplo. Os conflitos se acirraram, chegando a gerar ameaças de adolescentes para com educadores e a tornar as relações entre escola, Casa de Semiliberdade e adolescentes insustentáveis, levando ao abandono da prática. O monitoramento atualmente é realizado assistematicamente, sabendo-se da ausência porque a escola avisa ou porque o adolescente admite as faltas ou, ainda, por outros motivos. Sobre o relacionamento entre adolescentes e equipe, o diretor relatou que a equipe foi com a convivência e as mudanças de estratégias aprendendo a lidar com o adolescente e suas características. Conforme análise da direção, a compreensão de que as práticas associadas à figura repressiva e coercitiva do policial não seriam adequadas possibilitou um grande avanço no trato com os adolescentes e no desenvolvimento de relações mais amistosas. Assim, com o tempo perceberam que debater com o adolescente não era o caminho, nem alterar o tom de voz, nem ter postura de polícia era a melhor alternativa. O diretor destacou que os conflitos foram minimizados a partir da implantação da avaliação semanal e da mudança de postura da equipe, a qual compreendeu que sua intervenção não precisa ser imediatista em alguns tipos de conflitos interpessoais.

8º DIA DE CAMPO

Iniciei o dia de observação, uma sexta-feira, as 9 horas. Na observação da dinâmica da casa, verifiquei que quase todos os adolescentes que estavam na casa faziam um dos cursos da Associação Horizontes dentro da Semiliberdade. Um deles somente não fazia, pois disse que nãoe estava afim e já estava de medida disciplinar mesmo então não iria. A equipe ponderou que ele deveria avaliar sua escolha pois teria consequência na avaliação semanal. O adolescente não ligou e por não poder assistir televisão ficou pelo pátio da casa. Outros dois estavam trabalhando. Após o termino do curso os adolescentes foram almoçar, e também a equipe de educadores. Os educadores almoçavam na mesa da cozinha já os adolescentes na mesa de pingue-pongue disposta na área da churrasqueira fora da casa, mas com vista direta da cozinha onde os educadores estavam. Um dos educadores ponderou para mim, que eles preferiam almoçar sozinhos entre eles para poder conversar coisas que a equipe não devia ouvir. Logo após o término do almoço, eu estava na área do pátio sentada observando próximo a um grupo de cinco adolescentes, quando um deles puxou conversa comigo perguntando sobre a semiliberdade que eu trabalho. Respondo brevemente que é parecido com a semiliberdade que eles estão. Outro adolescente puxando o gancho da conversa do outro disse que estar em semiliberdade era ruim, por estarem longe da família, mas acabavam formando em alguns momentos uma família entre eles por estarem longe das suas próprias famílias. Outro disse que apesar da dificuldade era melhor que o CENSE, pois você pode sair sozinho, fazer atividades externas, visitar a família. Mas todos acabaram dizendo que mesmo assim não preferiam estar ali, preferiam estar em casa. E reconheciam que se seguissem as regras poderiam ir logo embora, e por isso tentavam fazer para não precisar mais ter problema com a justiça e suas mães não sofrerem. Eu perguntei como eles visam esse espaço de semiliberdade então. E o primeiro adolescente disse, que de certa forma parecia uma família, pois tinha a convivência com conversas e alguns debates, como numa família. Ressaltou que considerava algo passageiro, mas que tinha ajuda, estava estudando e fazendo curso que pretendia exercer a profissão quando voltasse para sua família. Um quarto adolescente ressaltou novamente que apesar das coisas boas, era ruim estar ali, principalmente por ir para casa e saber que teria de voltar para a semiliberdade. Os cinco que estavam na roda foram impositivos em dizer que era um “peso” ir para casa e saber que teria de voltar e que isso “pesava” o final de semana inteiro na cabeça deles. O primeiro adolescente mais falante voltou a se posicionar, que em casa tinha um conforto diferente, o carinho da família e se sentiam mais a vontade, e que ali na semi não era assim, pois a liberdade ali dentro era diferente. Este adolescente disse que na sua casa mesmo tendo 16 anos trabalhava informalmente na construção civil, já ali na semiliberdade não podia. Também falou que saia com o irmão e ali não era possível, pois os horários eram restritos, além da distância da família. Perguntei se todos sentiam dessa mesma maneira. O quinto adolescente que estava no fechado disse que devido a convivência acabavam se tornando amigos e queriam saber sempre como estavam os que já tinham passado pelo local. O primeiro novamente se posicionou que com alguns a amizade se tornava maior, que se estendia quando estivessem fora da semiliberdade, pois considerava alguns meninos. Aqui só pode conversar um com o outro, não tem a liberdade de ir e vir, de visitar um amigo de

fora, só poderiam se tornar amigos entre eles, pois são com estes que eles podem conviver. Pararam um pouco de conversar, mas com a chegada de outro adolescente, voltaram no assunto da semiliberdade. O sexto adolescente que chegava exclamou que preferia ter ido para o fechado. Outro retrucou que era então só pedir que o pessoal daria um jeito. Aquele então se posicionou dizendo que agora não queria mais ir para o fechado não, mas seria mais fácil se tivesse isso. Outro adolescente questionou por que isso, pois ali era bem melhor, ele já tinha passado pelo CENSE e lá era bem pior não podia sair. O sexto adolescente explicou que ali na semiliberdade era muito mais fácil de fugir, mas que agora não iria nem amarrado para o CENSE, preferia fugir e aproveitar o máximo a liberdade até perde-la se conseguissem o pegar. Um dos adolescentes verbalizou que o que ele sentia saudade era da comida da família, ai voltar para a semiliberdade e comer aquela comida com pouco saber não era bom. Outro inteirou que também ajudava com a possibilidade de fazer cursos, arrumar um trabalho e estudar. A conversa foi interrompida pois um educador chamou os adolescentes para fazer a limpeza da casa após o almoço. E eu fui iniciar a nona entrevista com um dos servidores que estava disponível e falou que poderia ser naquela hora a conversa. O período da conversa com os adolescentes durou uns 15 minutos. Em uma das situações, acompanhou-se uma inserção no mercado de trabalho de um adolescente na condição de aprendiz. O adolescente estava atendendo a um dos critérios do programa, que visa a profissionalização. Contudo, ele não residia em Foz do Iguaçu e pretendia terminar de cumprir a medida de semiliberdade em no máximo três meses, já que tinha cumprido mais de seis meses de internação, assim abandonaria emprego quando de seu desligamento. O que se verifica é que os adolescentes em grande medida aceitam as orientações para se adequarem e responderem às exigências da medida, mas o maior desejo é voltar para casa, estar com sua família, conforme relato de adolescentes observada no oitavo dia de campo. Neste dia também me atentei a verificar como estava os encaminhamentos dos adolescentes que estavam tomando medicação, um deles já tinha sido desligado, mas antes tinha passado por avaliação com o médico do município, o qual manteve a indicação da continuidade do tratamento medicamentoso para os dois adolescentes.

9º DIA DE CAMPO

No período da manhã, uma segunda-feira, cheguei perto das 8 horas, sem avisar. Nesta dia estavam presentes três educadores que discutiram o comportamento e atitudes de cada adolescente conforme cada tópico. A discussão gerava em torno da nota e os critérios que fariam tirar ou colocar nota extra. Todos na avaliação destes educadores começavam com a nota 7, conforme não cumpriam alguns critérios diminuam as notas e se destacavam-se no comportamento ou na tarefa aumentavam a nota. O aumento da nota era decorrente do adolescente fazer além do esperado, superar a expectativa daquele grupo de educadores. A discussão sobre cada adolescente, cada um argumentava sobre sua percepção do adolescente e seu comportamento e chegavam a uma nota consensual. Observei que diferente da proposição do diretor que todos começariam com a nota 10, este grupo não tinha essa mesma percepção e até mesmo pontuaram que nenhum conseguiria tirar 10. No horário do almoço dois adolescentes falaram sobre o que era PIA durante o almoço, estavam sentados assistindo televisão, já tinham almoçado e eu estava almoçando. Os adolescentes conversavam dizendo que era um plano de vida, que eles tinham que escolher o que queriam para o futuro e fazer algumas coisas hoje que os ajudariam a realizar esses planos. Um deles verbalizou o desejo de trabalhar na área de pintura, pois ganhava bastante dinheiro e não queria ser impedido pelo conselho tutelar de trabalhar. Outro disse que ele não poderia parar de estudar, se não os pais seriam chamados no juizado. O adolescente respondeu que estudar era uma coisa boa, mas que queria trabalhar também, não só estudar. No período da tarde fiquei próximo a dois adolescentes que discutiam baixinho sobre os educadores e a equipe. Alegavam que os educadores ficavam "enxergando" eles, não podia fazer nada que já vinham cobrando. Um deles alegou que ficavam vigiando eles, e criticou que não podiam falar nada, nem podiam falar na gíria que já era anotado. Quando perceberam que eu estava perto. Pararam de conversar e se afastaram. Depois fui almoçar e fiz a décima e a décima primeira entrevista. Neste dia fiquei um pouco mais na unidade para sistematizar algumas informações, quando dois adolescentes entraram na sala onde eu estava e puxaram uma conversa. Um dos adolescentes voltou a pedir se eu podia explicar melhor como era onde eu trabalhava se tinha a questão do cartão verde e como era a relação dos educadores com os adolescentes. Eu disse que não tinha o cartão verde, mas tinha avaliação semanal, e as regras eram parecidas se diferenciava algumas coisas como a questão das gírias que não era mais um item de avaliação, mas já tinha sido no início da unidade. Um dos adolescentes disse que isso era um motivo para os educadores pegarem nos "pés"(sic) deles. O outro complementou que se debatesse, então, era pior, pois aí que eles (os educadores) ficavam "enxergando" tudo que eles faziam e se descumprissem algo já era nota baixa. Questionou se todos eram assim, e rebateram que não, pois existiam educadores e educadores, alguns até queriam ajudar, mas nem todos. Repeti a interpretação deles dizendo que então eles sentiam desta forma a relação entre a equipe e os adolescentes. Eles disseram que às vezes eles estavam conversando um com o outro, e um educador em especial ficava chamando a atenção, se intrometendo na conversa deles. Um deles disse que preferia não ficar conversando com os educadores, pois não confiava neles não, só confiava na família. O outro disse que não via como uma questão de confiança, mas que não via que eles (educadores) tinham maldade com eles, só ficava pegando nos pés deles. Um deles questionou que as medidas disciplinares. Eu questionei como eram essas regras. Eles começaram a me explicar e disseram que se faltasse aula ganharia medida disciplinar, se ficasse sem lavar a louça diminuiria a nota da avaliação e se fosse baixa poderia até não ir para casa. Então indaguei o que achavam sobre as regras. como disse, Jurandir, "*o problema não é a regra, mas ter que dar satisfação toda hora. Não pode pegar uma bola na frente da casa sem pedir. E tem que fazer revista toda hora antes de entrar*. Outro adolescente, o Osmar, explicitou: *eles ficam desconfiando que agente vai fazer alguma coisa ruim aqui, como trazer um droga aqui para dentro*." E retrucou Heitor, "*eles* [a equipe] *querem que os outros fugiam mesmo, não estão nem ai para quem está aqui. Podiam ir falar não foge não. Não dão chance e já falam que vai voltar para o fechado. Eles não toleram".* Questionei como era na casa deles [adolescentes]. Eles disseram que tinham regras, mas não era assim. As vezes podia fumar maconha. Mas nem todas as mães deixavam. Algumas não deixavam drogas mais fortes, como cocaína, mas maconha não tinha problema. Outras nem deixavam maconha. Outras poda fumar, mas não em casa. Osmar destacou, "*é melhor não fumar em casa, pois nem todos gostam.* Jurandir acrescentou que em sua casa havia regras dizendo: *lá em casa tem horário para ir e voltar, mas saio com o meu irmão e não com meus pais, ele é de responsa, trabalha, estuda, meus pais confiam em nós".* O educador veio chamá-los para as atividades de rotina, e

os adolescentes pediram licença, pois precisavam fazer algumas atividades na semi. Despedimo-nos e continuei a sistematização dos dados, posteriormente fui fazer a décima segunda entrevista com um servidor que trabalhava no período noturno, saindo da unidade às 21:30 horas.

10º DIA DE CAMPO

Iniciei o dia as 8 hs e 30 minutos realizando a sistematização de alguns dados, passando a manhã nesta atividade, e ao meio dia fui almoçar. Após o almoço alguns adolescentes assistiam televisão e conversavam sobre não poderem trabalhar na construção civil nem em lava car por serem menores de idade. O adolescente Laerte disse que "*então é melhor rouba"r.* E outro adolescente o Dionísio argumentou que "*o salário é pouco, aí no tráfico ganha mais, é mais fácil que no pesado".* Osmar contestou dizendo, "*melhor é trabalhar na construção civil, trabalhar e ganhar dinheiro. O problema de trabalhar em escritório, é que é muito difícil conseguir uma vaga"*. Outro adolescente Juan começou a falar que "*o problema é ter que estudar para trampar no escritório, e estudar não é comigo não.* Jurandir manifestou dizendo, *eu pretendo terminar os estudos regulares, mas não quero fazer faculdade não, quero ganhar bem e tá bom".* Osmar voltou a salientar que *"trabalhar na formalidade não tá com nada, além de ter o compromisso de ir todo dia trabalhar, tem que esperar trinta dias para receber, já na construção civil, não, se não for trabalhar não ganha e quando vai se não sai com o dinheiro, pelo menos na sexta recebe tudo e ai é só aproveitar o final de semana".* Sobre a questão da escola, outro adolescente, Dagmar, disse que saiu da escola por que foi expulso, queria estudar, mas fazia o terror no colégio e foi teve consequências, pois era meio "maluco". Outro disse "e*sse negócio de estudar não é bom não, ficar lendo, escrevendo, pensando não é bom, mas tem que fazer então agente faz quando é obrigado*". Um educador destacou que os estudos eram importante e que os adolescentes precisavam escolher o que mais se identificavam. Um adolescente explanou que podia ser, mas trabalhar era bem melhor, pois dava uma sensação maior de liberdade e independência, pois pegar o dinheiro no final do mês e poder comprar suas coisas, ajudar sua mãe era algo concreto e os estudos era algo incerto. A conversa terminou, pois todos precisavam se organizar para as atividades do período da tarde. A tarde, retornou a sistematizar alguns dados e no final da tarde observei alguns adolescentes jogando futebol na quadra do pátio da casa de semiliberdade enquanto outros assistiam. Alguns também jogavam pingue-pongue com um educador e outros assistiam TV com outro educador na sala. Eu estava perto da quadra assistindo o jogo próximo de alguns adolescentes. Estes conversavam baixinho sobre as sanções disciplinares, reclamando que queriam ter a liberdade de escolha de poder fazer as coisas como fumar fora, pois estavam 'chapando' naquele lugar. Afastei-me desses adolescentes e fui próximo do educador que jogava pingue-pongue com o adolescente, estes discutiam enquanto jogavam sobre a função de ser pai. O adolescente alegava que o pai se precisasse bater, deviria, pois este era o dever de pai. O educador questionava se essa era a melhor forma de educador um filho, o adolescente disse que não era, pois primeiro deveria conversar, mas se não resolvesse tinha que fazer isso. O educador ponderou que ele não gostaria que fosse assim com ele. E ele disse que não, mas que a vida era assim. Mais tarde alguns adolescentes estavam reunidos jogando futebol novamente, aproximei-me do grupo e um deles começou a conversar comigo. Na conversa perguntou se estava conseguindo fazer o meu trabalho e respondi que sim, e perguntei como ele estava na semiliberdade. O adolescente relatou que estava bem, ali era melhor que o CENSE, tinha mais liberdade, mas dava tudo para ficar com a família. Disse que estava trabalhando, estudando e fazendo curso e que logo poderia ir embora, pois já não via a hora. Ali poderia ser um bom lugar, mas nada substituiria sua família. E ele disse, "na semi temos mais liberdade, mas não é como a liberdade que temos em casa. Lá todos estão juntos, posso sair e voltar a hora que quero, ir ver os amigos, aqui não. Aqui a gente tem que ficar dando toda hora satisfação, não pode nem ir lá fora buscar uma bola que caiu do outro lado do muro, sem ter que pedir e explicar porque". Escutei o relato do adolescente e parafraseie dizendo família é família. Terminei o dia fazendo décima terceira e última entrevista no período noturno. Quando estava saindo observei alguns adolescentes conversando com um educador sobre a vida em semiliberdade e as facilidades, como a ajuda que a equipe da semiliberdade dava para facilitar a confecção de documento, consulta odontológica. Um deles disse quando estava em casa esperava meses para ir ao dentista, mas na semiliberdade logo que chegou conseguiu vaga. Já estava tarde e precisava me despedir. Despedi-me de todos e terminei o período coleta de dados da pesquisa conforme os instrumentos pré estabelecidos no projeto de pesquisa.

ANEXO

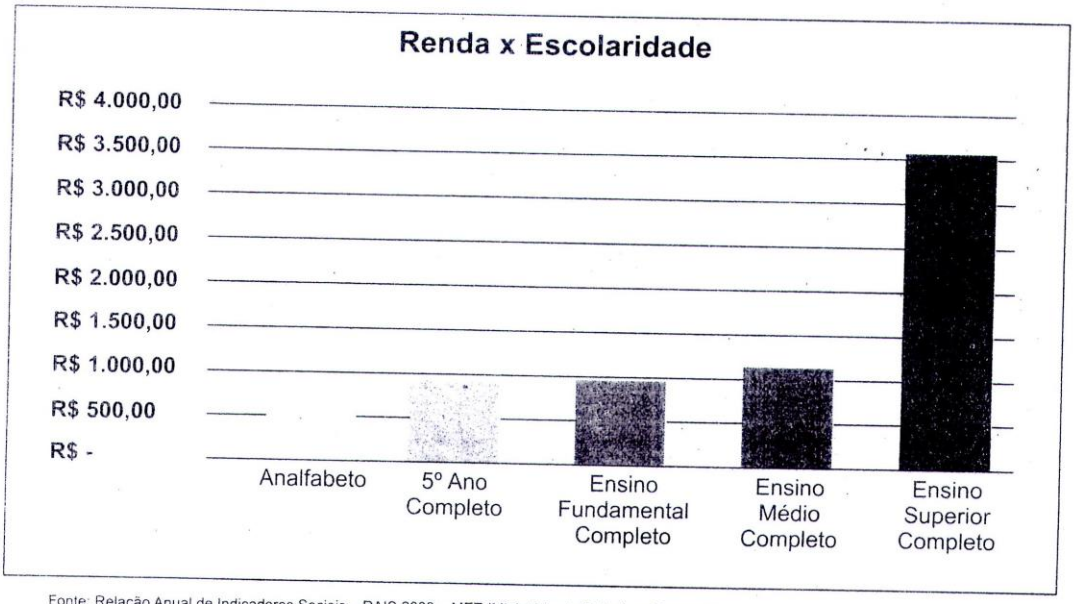
ANEXO I - EXEMPLO DE MEDIDA DISCIPLINAR ALTERNATIVA

2º Momento - Por Que Permanecer na Escola?

Que relação existe entre a educação e a probabilidade de se conseguir um emprego?

Exercício

Você sabia que as pessoas com mais estudo são aquelas que possuem maiores possibilidades de obter um salário melhor? Concentre-se na interpretação do gráfico abaixo:



Fonte: Relação Anual de Indicadores Sociais – RAIS 2008 – MET (Ministério do Trabalho e Emprego)

Em média, a renda para pessoas analfabetas é de R$ _____.

Em média, a renda para pessoas para o 5º Ano completo é de R$ _____.

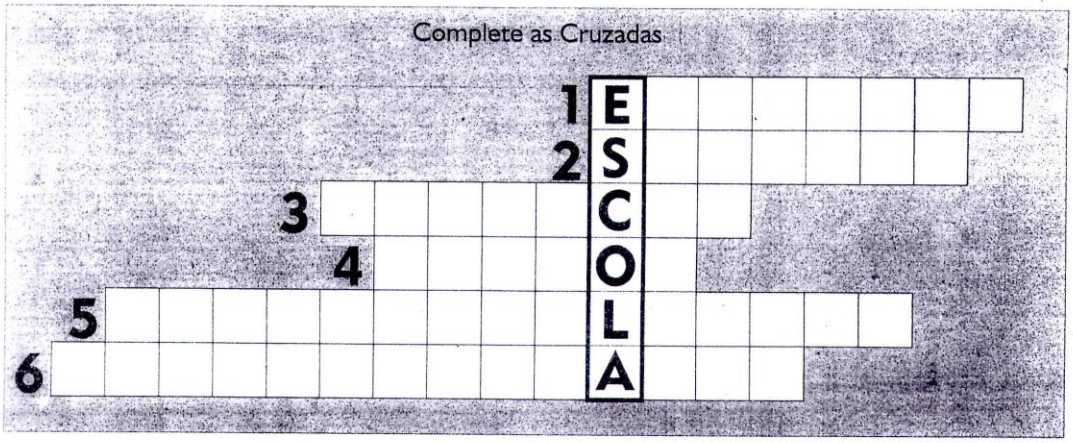
Em média, a renda para pessoas com Ensino Fundamental completo é de R$_____.

Em média, a renda para pessoas com Ensino Médio completo é de R$_____.

Em média, a renda para pessoas com Ensino Superior completo é de R$_____.

Que relação existe entre a educação e a probabilidade de se conseguir um salário melhor?

Complete as Cruzadas



1. A _____ aumenta as suas possibilidades de conseguir emprego no futuro.
2. As pessoas com mais estudos têm mais possibilidades de conseguir um _____ melhor.
3. Os _____ servem para que a informação seja lida rapidamente.
4. Todos podemos ter nossos _____ pessoais, por menores que sejam.
5. A _____ significa a possibilidade de as pessoas conseguirem um emprego.
6. Se permanecemos na escola, temos maiores _____ de conseguir um emprego no futuro.